

VÂNIA NOELI FERREIRA DE ASSUNÇÃO

***PANDEMÔNIO DE INFÂMIAS: CLASSES
SOCIAIS, ESTADO E POLÍTICA NOS
ESTUDOS DE MARX SOBRE O
BONAPARTISMO***

PUC – São Paulo

2005

VÂNIA NOELI FERREIRA DE ASSUNÇÃO

***PANDEMÔNIO DE INFÂMIAS: CLASSES
SOCIAIS, ESTADO E POLÍTICA NOS
ESTUDOS DE MARX SOBRE O
BONAPARTISMO***

Tese apresentada ao Programa de Estudos
Pós-Graduados em Ciências da Pontifícia
Universidade Católica – PUC-SP, como
exigência parcial para a obtenção do título
de DOUTOR em Ciências Sociais, sob a
orientação do Prof. Dr. Luiz Eduardo
Wanderley.

PUC – São Paulo

2005

Pra Maria Luísa, com os sete mil amores que eu guardei somente pra lhe dar.

AGRADECIMENTOS

É uma alegria olhar para trás, depois de alguns anos, e averiguar quantas contribuições tive para realizar esta pesquisa. Emoção, sensação de aconchego e gratidão, respeito e um quê de desculpas porque o trabalho não saiu exatamente como gostaria são sentimentos que afloram e que determinam meus agradecimentos:

Ao Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais, por ter acolhido e possibilitado a realização deste trabalho. Bem assim, ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pois sem seu financiamento esta pesquisa não teria sido possível.

Ao Prof. Dr. Luiz Eduardo Wanderley, meu orientador, que tornou o comumente traumático relacionamento entre orientando e orientador num verdadeiro céu de brigadeiro. Com um grande respeito por minha trajetória intelectual, personalidade forte e autonomia, conduziu as orientações com tranqüilidade, moderação e sagacidade. O Prof. Wanderley foge dos habituais jogos de vaidade deste tipo de relação e não teme apostar na possibilidade de convívio com a diferença; por tudo isso, eu lhe devo agradecimentos sinceros.

Ao Prof. Dr. Celso Frederico, pelas muito pertinentes observações feitas quando da Qualificação, pela indicação de bibliografia e pela participação na Banca de Defesa. Um dos grandes marxistas brasileiros – e um dos mais honestos – abrilhanta esta defesa.

À Profa. Dra. Ester Vaisman, por ter aceitado participar da Banca, o que muito me honra. À parte suas capacidades intelectuais, suas qualidades humanas a tornam uma figura das mais gabaritadas e preocupadas com a coerência entre posicionamento teórico e prática cotidiana. Ressalte-se, também, sua ímpar capacidade de ser dura e doce a um só tempo, dizendo tudo que é necessário sem gerar idiossincrasias.

Ao Prof. Dr. Antonio Rago Filho, por aceitar, mais uma vez, participar de uma Banca de Defesa de um trabalho meu. Também neste caso seu porte intelectual, sua sensibilidade, sua rica teia de relações humanas e sua preocupação com a autoconstrução me fazem ter orgulho pelo convívio de que desfruto e aumentam a responsabilidade que me pesa nas costas.

Aos antigos companheiros da Ensaio e da Ad Hominem, pela rica convivência e pelo aprendizado proporcionado em anos de militância teórica e prática.

Aos membros do Grupo de Pesquisa Marxologia, Filosofia e Estudos Confluentes da Faculdade de Filosofia da Universidade Federal de Minas Gerais, em especial a Mônica, Milney, Zaira, Leonardo, Antonio e Sabina, pelas pesquisas, que foram tão importantes para este trabalho.

Aos participantes do Núcleo de Estudos de História: Trabalho, Ideologia e Poder, coordenado pelos Profs. Drs. Vera Lucia Vieira e Antonio Rago Filho, locus onde pudemos discutir coletivamente temas importantes e aprender mais de Marx.

Aos colegas da PUC Celso, Cida, Ivan, Joaquim, Marcelo, Márcio, Regina Helena, Regina, Rogério e Sebastião, que contribuíram com observações, comentários e críticas no Seminário de Pesquisa. Edivaldo merece uma menção especial não só pela atenção com que leu o texto, mas também por sua predisposição em ajudar todos os colegas nas respectivas pesquisas, por sua gentileza, pelo livro com que me presenteou. À Profa. Lúcia Bógus, pelas sugestões.

A Alcione Sanna, que ajudou, pacientemente, a melhorar o meu francês. Ao Prof. Luiz Carlos Ribeiro, editor, pela gentil cessão de um exemplar da Revista da Associação Paranaense de História. Às secretárias do Programa: Cristiane Samária, Emilene Lubianco de Sá e Viviane Menegazzi, sempre muito solícitas, prestativas e eficientes – deveriam servir de modelo aos funcionários de outros programas e órgãos internos. A Marcos, pelos livros que pegou emprestado na biblioteca para mim. A Juliana, Reinilza, Eleonísio, Alênio, Fernando, Vanessa e Emmanuela, que me auxiliaram com serviços de digitação. A Maria e Marcos Félix e a Nega, pelo suporte que deram e dão no lar.

A meus alunos e ex-alunos dos cursos de terceira idade, da graduação e pós-graduação, muitos dos quais me proporcionaram aprimorar meus conhecimentos; em especial, aos ex-alunos e sempre amigos Izilda, Margareth, Elysabete, Wagner, Valdir, Francisco, Luciano, Leandro “de Itaquera”, Mariana e Regis.

A meus clientes, que me incumbiram de corrigir pesquisas a que quase todos se dedicaram com afincos por anos a fio, agradeço pela confiança e pelo aprendizado que me possibilitaram com seus erros e acertos. São pessoas – várias das quais não conheço pessoalmente – com quem convivi em momentos difíceis de sua vida e com algumas delas foram criados laços para além dos profissionais, enriquecidos de amizade e mútua admiração. É o caso de Aparecida de Ângelo Teixeira, Fernanda Pereira da Cunha e Rosângela Barbosa.

Aos amigos cujo convívio torna as horas mais tranquilas nesses tempos difíceis: Cida Rago, Verinha, Zimmermann, Manfred, Basílio, Cris, Joana, Bauer, Luque, Tedéia, Esteban, Alênio, Henri, Tânia, Antonio, Agenor, Clarissa, Juliana, Ana, Wanderson, Fabiana, Alex, André, Sofia, Vera, Kelly, Valdeci, Mariane, Nemésio, Cassimiro, Raimundo Brasileiro, o virtual Ray, João Batista “Dentinho”, Emerson, Cris, Ronaldo, a “madrinha” Vania Cintra e Oliveiros, o “padrinho” Manoel, D. Diva (*in memoriam*), Oto. Muito especialmente e com muito carinho a Fátima, Livia, Gorete, Keka, Maria de Annuniação, Meire, Sandro, Carlos.

A Silmara e Luís, que tão gentilmente emprestaram sua aconchegante casa de praia para eu me refugiar quando precisei fugir do turbilhão cotidiano. Igualmente, a Olga e D. Maria Marques Charro que, num momento tão difícil da sua vida, quando deveriam estar recolhidas à sua dor, dedicaram seu tempo me emprestando o apartamento e se preocupando com minha acolhida e bem-estar. A Olga, amiga dedicada, também agradeço pela tradução do resumo, trabalho sempre brilhante.

A D. Aparecida, seu Zé Nunes, Nísio, Simone, Alexandre e Dário, pelas vidas que compartilhamos juntos (embora distantes) há algum tempo, pelo carinho, pelos mimos que volta e meia chegam pelo correio.

A Lúcia, altruísta e dedicada, que sempre se pôs à disposição para o que eu precisasse, leu e comentou partes do texto, providenciou xerox de um livro de difícil acesso, várias vezes me incentivou com palavras doces. Sua preocupação em se melhorar permanentemente acaba contribuindo para o crescimento coletivo.

A Léo, doce e querido amigo, que leu uma parte do trabalho e fez excelentes comentários e que me ofertou graciosamente a publicação com sua tradução da *Crítica* de Marx. Mas, acima de tudo, pela doçura, carinho, otimismo, confiança e mansidão que sempre transmite. Sua preocupação com a autoconstrução é inspiradora e me faz ter orgulho de ser sua amiga.

Que dizer de Ângela? Figura ímpar, leal, de um altruísmo e desprendimento sem tamanho, de uma disciplina espartana, amplamente comprometida com a pesquisa científica, dedicada exemplarmente aos amigos, esteve sempre a meu lado, nos momentos bons e ruins dos últimos anos. Como se fora pouco, leu todo o trabalho, comentou, botou a mão na massa na digitação, fez as vezes de *office girl* e secretária, auxiliou nos problemas materiais e, como boa amiga que é, sempre elogiou muito. Também faço questão de mencionar aqui a pessoa doce, fraterna e amiga que

é sua mãe, D. Carmelita, que tão carinhosamente nos acolhe sempre que a importunamos.

A minha mãe, Hilda, e a minha avó, D. Véia, que, além de tudo que já fizeram por mim a vida inteira, tomaram conta de minha filha por muitas horas do dia, desde que ela nasceu, para que eu pudesse trabalhar mais tranqüila e sossegadamente. Também a meus irmãos Vilma e Valter, que muito me têm auxiliado no decorrer da vida e ainda mais nos últimos anos.

A Zilmar, companheiro de muitas jornadas, que também aturou poucas e boas para que este trabalho ficasse pronto. Sua presença pode ser visualizada em todos os momentos: na leitura rigorosa dos textos, nos comentários ricos, na formatação, limpeza e padronização, na divergência decidida mas respeitosa de posicionamento intelectual, nas provocações instigantes. Foi fundamental, para que este fim de jornada fosse tão tranqüilo no ambiente doméstico, que exercesse sua plasticidade invejável diante das mudanças necessárias e uma tolerância que, certamente, ele não conhecia, principalmente diante da turra em pessoa. Para além de tudo, a autotransformação que forjou é a declaração de amor mais sincera que já recebi. Devo-lhe, tão-somente, desculpas por nem sempre corresponder às suas expectativas.

De te fabula narratur.

(É a ti que esta história se refere.)

Horácio.

RESUMO

Pesquisamos a política, o estado e as classes sociais nas obras de Karl Marx (1818-83) sobre o bonapartismo, tema que abordou quando tratou da história francesa de meados do século XIX e que se manteve presente em suas reflexões por mais de duas décadas. Centramo-nos na análise imanente das obras do pensador alemão atinentes ao tema – *As lutas de classes na França, O 18 Brumário de Luís Bonaparte e Guerra civil na França*, artigos e correspondência –, reproduzindo-as analiticamente, o que foi possível graças a uma pesquisa bibliográfica histórica e temática. No mister de compreender a universalidade e a especificidade do bonapartismo, percorremos um caminho que começa com a exposição das principais anotações marxianas sobre a história da França e da Alemanha, berços do fenômeno, e passa pela exposição da ontonegatividade da política, que Marx já explicitara em suas primeiras obras marxistas (1843-44). São questões que estão subjacentes às suas avaliações das Revoluções de 1848 na França, que acompanhamos em detalhe, bem como, agora mais explicitamente, na discussão que faz sobre o *coup de tête* de Luís Bonaparte e o governo bonapartista. Aquelas questões assomam explícita, profunda e rigorosamente na sua abordagem da Comuna de Paris, que aponta como a antítese direta do bonapartismo e a respeito da qual faz das mais detalhadas discussões acerca do estado burguês e da necessidade de sua derrocada, da ontonegatividade da política e da auto-emancipação insurrecional da classe operária. Para dar conta da riqueza da análise marxiana, vimo-nos obrigados a abordar a particular estrutura de classes francesa, as divisões no interior das classes dominantes, o fortalecimento do poder executivo em detrimento do legislativo, dos clubes e associações, a súplica burguesa por um governo forte e a atuação essencial do bonapartismo, em diversas frentes, no sentido de, por uma política externa agressiva e outras medidas, atenuar as lutas de classes, assegurar tranquilidade ao burguês agora contra-revolucionário e promover o desenvolvimento capitalista. Exploramos as principais categorias descobertas na apreciação do ideário marxiano, tendo por centro o bonapartismo, mostrando sua importância singular e sua amarração. Discorremos, por fim, sobre a forma como o marxismo, depois de Marx, apreendeu, modificou, complementou ou rejeitou as observações marxianas a respeito do bonapartismo. Também nos detemos sobre a forma como a questão aparece – teórica e praticamente – na realidade brasileira.

ABSTRACT

Our study discusses politics, state and social class in the works of Karl Marx (1818-83) about bonapartism, a subject he approached when investigated the history of France in the middle of 19th century; Marx had been concerned with bonapartism for over two decades. We focus our study on the immanent analysis of Marx's texts on the subject – *The Class Struggle in France*, *The Eighteenth Brumaire of Louis Bonaparte* and *The Civil War in France*, besides articles and letters -, which were analytically reproduced as a result of a bibliographic research both historical and thematic. Attempting to understand the universality and the specificity of bonapartism, we followed a path beginning with an explanation of the main marxian notes on the history of France and Germany, where the phenomenon emerged, and going through the explanation about the ontological negativity of politics which Marx had already elucidated in his early marxist works (1844). These issues are subjacent to his evaluations of 1848 Revolutions in France which we follow in detail, as well as, his discussion about Louis Bonaparte's *coup de tête* and the bonapartist government. Those issues emerge clear, deep and rigorously in his investigation on The Paris Commune. Marx indicated this event as the direct antithesis of bonapartism and investigating the Paris Commune, he elaborated detailed analysis on the bourgeois state, the nature of politics and the insurrectional self-emancipation from the worker's perspective. In order to grasp the richness of the marxian analysis, we had to consider the specific class structure in France, the division inside the ruling class, the strengthening of the executive power in detriment of the legislative power, the clubs and associations, the bourgeois supplication towards a strong government and the essential performance of bonapartism which due to an aggressive foreign policy reduced class struggle, assured serenity to the bourgeois, now counter-revolutionary, and promoted the capitalist development. We investigated the main categories we have found in the analysis of the marxian ideas while focussing on bonapartism, showing its peculiar importance and its ties. Finally, we discussed the way marxism, after Marx, has understood, modified and complemented or rejected the marxian remarks about bonapartism. As about this rejection, we were also concerned with the way this subject takes place - theoretically and practically- in Brazilian reality.

SUMÁRIO

LISTA DE IMAGENS	13
INTRODUÇÃO	14
I – AS REVOLUÇÕES DE 1848 NA FRANÇA.....	47
1.1 CANTO DO GALO GAULÊS CONCLAMA À PRIMAVERA DOS POVOS.....	49
1.1.1 O Governo do Improviso	57
1.1.2 O Monstro Republicano e o Espectro Vermelho	66
1.1.3 A Autocracia Legislativa.....	88
1.2 MARX E AS CLASSES SOCIAIS NA FRANÇA BONAPARTISTA	108
1.3 EPILOGANDO AS ANÁLISES DE MARX.....	124
II – A PARÓDIA DE RESTAURAÇÃO DO IMPÉRIO.....	137
2.1 BONAPARTE, BONAPARTISTAS, BONAPARTISMO (1830-71).....	138
2.2 O COUP DE TÊTE DE LUÍS BONAPARTE.....	153
2.3 O COMPLEXO CATEGORIAL DO BONAPARTISMO	187
III – A “GLORIOSA REVOLUÇÃO DE MARÇO”, ANTÍTESE DO BONAPARTISMO	202
3.1 EM AMBAS AS MARGENS DO RENO: BONAPARTISMOS EM GUERRA.....	203
3.2 A LOUCURA HERÓICA DO TRABALHO	219
3.3 EPÍTOME	238
IV – DEPOIS DE MARX: O BONAPARTISMO POR UMA PLÊIADE MARXISTA	246
4.1 “A RELIGIÃO DA BURGUESIA”: APORTES ENGELSIANOS À TEORIA DO BONAPARTISMO	248
4.2 EQUILÍBRIO CATASTRÓFICO E CESARISMO EM GRAMSCI	268
4.3 TROTSKY, O BONAPARTISMO E O “BONAPARTISMO OPERÁRIO”	276
4.2 O MESMO TEMA, OUTROS AUTORES MARXISTAS	294
4.5 AUTOCRACIA E POLITICISMO: O BONAPARTISMO NO CASO BRASILEIRO	310
CONSIDERAÇÕES FINAIS: RETROVERTENDO A MARX	334
BIBLIOGRAFIA.....	345

LISTA DE IMAGENS

Capa: *A Constituição de 1848*, litografia anônima in OEHLER, Ralf. *O velho mundo desce aos infernos*. São Paulo, Cia. das Letras, 1999, p. 109.

Introdução: Marx. Disponível em: [http://www.katardat.org/.../ commune28-600.jpg](http://www.katardat.org/.../commune28-600.jpg)>.

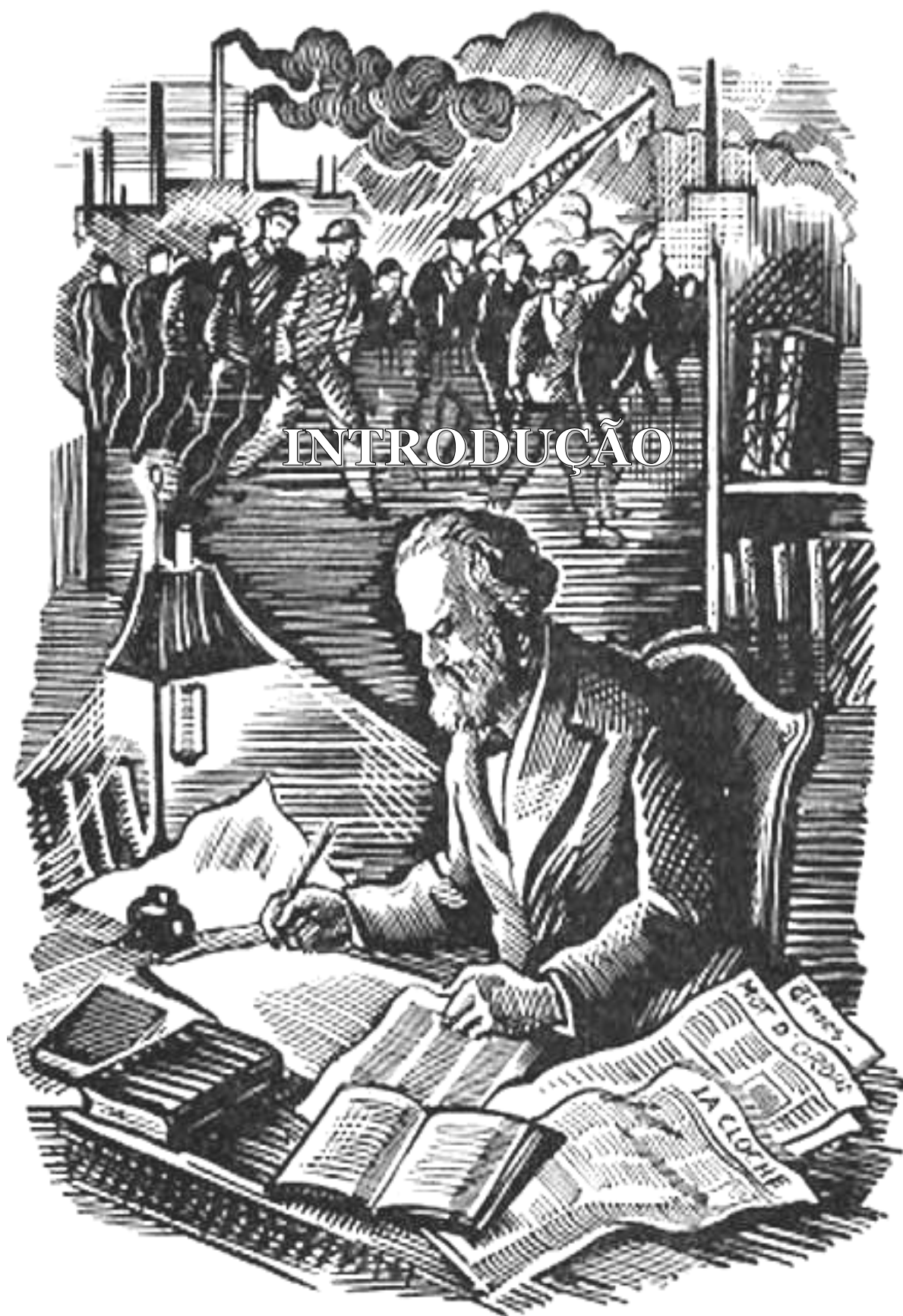
Capítulo I: Revoluções de Junho de 1848 em Paris in *Manifesto Comunista*. São Paulo, Cortez, 1998 – Iconografia

Capítulo II: Napoleão III rapina a França. Disponível em: <<http://persweb.wabash.edu/facstaff/lamarlec/artciv/12-211.jpg>>.

Capítulo III: Proclamação da Comuna de Paris in *Grande Enciclopédia Larousse Cultural*, Nova Cultural, 1988. p. 1.534.

Capítulo IV: Plêiade marxista, montagem sobre imagem disponível em: <http://www.marxists.org/portugues/index.htm>>.

Considerações Finais: Marx. Disponível em: <http://www.sosialismi.net/kuvat/kuvia/Marx-9.jpg>>.



Este trabalho versa acerca da política, do estado e das classes sociais nas obras de Karl Marx (1818-83) que discutem o bonapartismo, tema que abordou quando tratou da história francesa de meados do século XIX e que se manteve presente em suas reflexões nas duas décadas posteriores.

Marx é um clássico indiscutível das ciências humanas. E, como todo clássico, seu pensamento e suas obras nunca se tornam antiquados. Pelo contrário: os clássicos permanecem sempre novos (como ele próprio dizia a respeito dos filósofos antigos). Alguém que revolucionou as ciências sociais, como ele, tem de ser continuamente referência teórica. Sobre os ombros de pensadores assim se pode divisar mais longe, o que facilita em muito a nada simples tarefa de compreender e transformar o mundo contemporâneo.

Em se tratando de Marx (outra vez, como quase todo clássico), contudo, é difícil fugir de uma frase que já se tornou lugar-comum. O filósofo alemão inclui-se e sobressai entre aqueles que, embora *muito citados*, são *pouco lidos*. Mesmo os seus autodenominados partidários – ou justamente eles – muito têm contribuído para os problemas que se manifestaram, por exemplo, nas “releituras” de sua obra, sujeita a deturpações, imputações espúrias, incompreensões. Objeto de intensas disputas e divergentes interpretações, suas idéias originais precisam, urgente e permanentemente, ser retomadas em sua própria fonte.

Muito longe de um suposto *cachorro morto*, como querem seus adversários, trata-se de um pensador em cujas formulações podem-se encontrar indicações de respostas para questões gravosas e mesmo vitais nas quais se debate, teórica e praticamente, a humanidade desorientada. Tendo o *entulho* pseudo-socialista do leste europeu se desbaratado, poderia se repor, em outro nível, a questão da emancipação humana – bem ao contrário do que propagandeiam os inúmeros apologetas do domínio do capital. Desta forma, retornar a Marx pressupõe a firme convicção na possibilidade de alternativas à ordem do capital, ainda que não estejam momentaneamente no horizonte; é abeberar-se em suas considerações para compreender problemas atuais – práticos, teóricos, filosóficos –, na tentativa de solucioná-los coletivamente.

Em face destas questões, contudo (e pedimos licença para a paráfrase), os marxólogos das linhas dominantes no século XX transformam “em *mistérios banalidades* reais” e “sua arte consiste não em desvendar o que está oculto, mas em

ocultar o que já está revelado” (SF, p. 82)¹. Ainda mais: as tentativas de superar o pensamento de Marx “conduzem apenas à regressão a níveis inferiores do pensamento, não além mas *aquém* de Marx” (Löwy, 2002, p. 18).

Nosso interesse inicial nesta pesquisa, bem como nossa militância em movimentos como a Editora Ensaio e a Ad Hominem, vão também nesta direção, de acordo com o que manifestava J. Chasin: manter a lucidez é, talvez, a tarefa mais revolucionária possível nos atuais dias obscuros. Eis que revelamos desde já nossas motivações – como toda a obra de Marx comprova abundantemente, a *pesquisa interessada* não desqualifica seus resultados.

Queremos, pois, retornar a Marx. O assunto que pesquisamos é de importância ímpar para a apreensão de seu ideário, de forma muito especial no que tange às suas concepções políticas – âmbito extremamente relevante para ele, que sempre pretendeu ter uma influência prática, transformadora, na realidade. Este revolucionamento inclui necessariamente uma específica atuação política, embora de maneira nenhuma se resuma a ela. Por seu tratamento privilegiado e por sua análise ampla, o bonapartismo permite (e exige, em certos casos) a discussão de uma pletora de temas afins, todos de importância cabal para bem compreender o pensamento de Marx. A partir das discussões sobre esta temática, podemos levantar problemas referentes à sua concepção de política (em geral e, em particular, a questão do estado e dos partidos, da democracia, do sistema parlamentar representativo, do sufrágio universal), da ideologia, da luta de classes, da formação específica das formações nacionais, da revolução proletária e de suas diferenças quanto às revoluções burguesas, entre outros. Pela própria forma como Marx realizava suas análises, fica patente a amplidão de assuntos que podem ser tratados no interior de uma discussão que aborde o bonapartismo.

Note-se: “Da prática possível a Marx, no quadro alemão de 1848/9, nada pôde resultar na imediaticidade dos acontecimentos”; contudo, deve-se ressaltar com ênfase que “de seu empenho intelectual redundou a formação da peça mais extensa e diversificada do acervo de sua reflexão política” (Chasin, 1993, pp. 33-4). Apenas isto já justificaria a importância de resgatar as concepções históricas de Marx no período que vai de 1848 a 1871. Por outro lado, apenas por meio dos “textos elaborados a propósito de acontecimentos específicos” podemos ter acesso à reflexão de Marx

¹ As siglas utilizadas como referência às obras de Marx, bem como os demais dados bibliográficos, constam da Lista de Siglas, no início da Bibliografia.

sobre a política, já que nunca escreveu nada especificamente a respeito (Chasin, 1993, pp. 20-1). O estudo do *bonapartismo*, em particular, permite-nos estas incursões.

A questão política está, desta forma, intrinsecamente ligada aos textos de Marx que discutimos, bem como às suas preocupações no período analisado. Há, contudo, no nosso entender, uma séria incompreensão sobre a forma como ele entendia a política e enxergava suas determinações e limitações. Incompreensão que vai para além da capacidade e da dedicação pessoal dos estudiosos, já que historicamente determinada, relacionada à usina de malversações ideológicas e práticas em que se tornou o capitalismo.

Em face destes problemas, acreditamos ser bastante útil expor os lineamentos mais importantes do pensamento elaborado por Marx acerca da política até 1848, já que nosso recorte toma seus textos do período imediatamente posterior. Queremos retratar, de forma sumária, suas principais descobertas neste sentido, a fim de que possamos compará-las às suas manifestações sobre o tema nas obras que estudamos e averiguar transformações, aprofundamentos e eventuais rupturas.

Marx e a Política (1843-48)

Sem nenhuma intenção de compendiar as obras de Marx, senão de reproduzir determinados aspectos que consideramos primaciais para o entendimento mais amplo do seu pensamento no período estudado, procederemos a uma explanação que, além de bastante resumida, privilegiará a faceta política das conquistas teóricas marxianas², permitindo situar a avaliação que fez do bonapartismo e da Comuna no interior do todo de seu pensamento e explicitando algumas conclusões que estão subentendidas nos textos que analisamos.

Não consideramos possível, no interior de um trabalho como este, retomar todas as suas obras que tratam da política, dado o seu volume, densidade e variedade, além dos limites intrínsecos aos trabalhos acadêmicos. Ademais, é um período bastante estudado, de forma que podemos nos apropriar criticamente de toda uma série de pesquisas consistentes já realizadas, em especial as ligados ao Grupo de Pesquisa Marxologia, Filosofia e Estudos Confluentes da Faculdade de Filosofia da

² Empregamos o texto “marxiano” como referência exclusiva à produção teórica da própria pena de Marx, reservando o termo “marxista” para as diversas correntes de seus seguidores, inclusive Engels.

Universidade Federal de Minas Gerais, fundado por J. Chasin. Tais trabalhos, nos quais nos baseamos amplamente, remontam à formação acadêmica de Marx (1836-41), a sua tese doutoral (1841) e ao período em que atuou, como correspondente e redator, na *Gazeta Renana* (1842-3), órgão da burguesia liberal da Renânia³.

No âmbito social, acreditava Marx então, “a realização da liberdade humana coincide com a instauração de instituições políticas” e, neste contexto, superar a fragmentação e a cisão típicas do velho mundo “passa pela conquista do estado político moderno, erigido sobre leis racionais e fundado no direito universal”. De maneira que: “É pela construção do estado político moderno que o homem se realiza como membro de uma totalidade” (Eidt, 1998, p. 171). O estado verdadeiro, onde reinam os direitos universais do homem, é uma comunidade de homens éticos e racionais, os quais entrelaçam seus fins particulares aos interesses gerais, superando as particularidades. “Pela sua existência racional, o estado realiza o homem como ser humano, permite a realização humana do indivíduo”; desta forma, não se trata de um instrumento a serviço de uma classe social, mas, pelo contrário, é “o lugar em que se supera a oposição entre o indivíduo e a totalidade, onde se realiza o espírito livre e racional do homem” (Eidt, 1998, p. 175). Neste sentido, a obediência ao estado racional representa tão-somente o respeito à própria racionalidade – é, portanto, auto-obediência.

Por toda esta época, portanto, Marx via no estado uma entidade autocentrada e o mais alto representante da razão e da universalidade humanas. Tinha a politicidade como uma qualidade humana fundamental, um “predicado intrínseco ao ser social”; era “um adepto vibrante da linha de pensamento – clássica e de origem tão remota quanto a própria filosofia – que identifica na política e no estado a própria realização do ser humano e de sua racionalidade” (Chasin, 2000, p. 132). Em outros termos, Marx estava vinculado à *determinação ontopositiva da politicidade*, uma das principais características dos neohegelianos. Neste quadro, “*estado e liberdade* ou *universalidade, civilização* ou *hominização* se manifestam em determinações recíprocas” (Chasin, 2000, p. 132), considerando-se o plano da política resolutivo com relação aos problemas sociais. Trata-se, portanto, de uma forma de pensamento que confere à política capacidade de engendrar a sociabilidade, de dar-lhe o norte e empuxá-la dos problemas em que se enreda.

³ Vale mencionar, em especial: Teixeira, 1999; Enderle, 2000; Albinati, 2001; Eidt, 2001; Costa, 1999; M. Chasin, 2001; De Deus, 2001.

Esta orientação encontraria seu fim em 1843. Neste ano, depois que a recrudescência da repressão acabara com a *Gazeta Renana*, Marx, exilado da Alemanha, estudou, mais uma vez, os teóricos clássicos da política, da estrutura e da natureza do poder (Maquiavel, Hobbes, Rousseau), além de história antiga e da Revolução Francesa. Seu alvo principal, ainda neste momento, era o hegelianismo, na medida em que constituía uma cobertura ideológica e uma legitimação muito mais profunda e hábil – verdadeiramente genial – do *statu quo* alemão do que várias outras existentes, como a escola histórica do direito (Châtelet, 1971, pp. 15; 27). Dedicou, por isso, especial atenção à *Filosofia do direito*, obra que Hegel publicara em 1821, que Marx considerava “a mais refinada expressão do estado moderno e, portanto, para o jovem publicista, criticar a obra equivalia a criticar a própria realidade que lhe servia de referência” (Frederico, 1995, p. 52).

Desse processo, chegaram-nos alguns manuscritos: os *Cadernos de Kreuznach* compilações das leituras diversificadas que fez à época e que, afora comentários globais, permanecem inéditos; e o manuscrito *Contribuição à crítica da Filosofia do direito de Hegel*, um divisor de águas na sua formação teórica – “É neste volumoso manuscrito que Marx rompe definitivamente com a idéia de estado como instituição racional” (Rubel, 1991, p. 25). Mesmo na sua maturidade Marx não descartou o manuscrito⁴, germe de uma nova

postura ontológica em relação ao itinerário anterior, pautada pelo descarte da especulação e pela simultânea afirmação do ente real, sensível e objetivo, como ponto de partida e como parâmetro na reflexão, o que conduz a tematização sobre a politicidade à compreensão da sociedade civil como momento preponderante em sua relação com o estado (De Deus, 2001, p. 17).

De par com a radical, repetida e apaixonada crítica do pensamento especulativo, Marx chegava, então, à compreensão da propriedade específica da politicidade moderna: “a realização da política se dá por abstração e negação da existência real da sociedade civil”, a qual “só atua politicamente ao negar o seu próprio ser, adquirindo uma natureza que lhe é estanha” (De Deus, 2001, p. 61). Já aqui aparece, portanto, a dualidade do indivíduo na sociedade moderna – ou, como Marx dirá depois, o “dilaceramento” do homem –, isolado enquanto indivíduo em relação à sua vida social.

⁴ Efetivamente, no “Posfácio” à segunda edição alemã do primeiro tomo de *O capital* (de janeiro de 1873), o próprio Marx ressaltava: “Critiquei o aspecto mistificador da dialética hegeliana há cerca 30 anos, quando ainda se achava em moda” (P1873, p. 15).

Para o Marx da *Crítica* de 1843, o moderno estado era a instância própria de realização do homem como ser social, o que implicaria, contudo, a negação da sua vida material, real: “para adquirir significado político a sociedade civil deve negar sua própria existência, tornando-a inessencial” (De Deus, 2001, p. 121). Para Marx, neste sentido, “o soberano da política é a própria negação da vida genérica, o interesse universal é apenas um predicado da propriedade privada”, o que o faz defender a *verdadeira democracia* como supressora do caráter abstrato do estado. Na verdadeira democracia, a “vontade genérica” do povo é exercida de forma imediata, sem a mediação do estado, tornando-se a própria comunidade dos indivíduos reais a única universalidade, existente “em razão daquilo que cada um é e faz e não em razão de uma representação formal e abstrata” (De Deus, 2001, p. 122). Esta autodeterminação da sociedade civil só pode se efetivar, entretanto, ao perpassar todos os momentos da vida genérica.

Desta forma, Marx apontava como solução para a abstratividade do estado a autodeterminação da sociedade civil, a verdadeira democracia, pela qual os interesses de todo o povo se tornariam o princípio real do estado político e do estado material – da vida integral da nova sociedade. A democracia direta significaria a gestão dos assuntos públicos pelos homens comuns, significaria o fim da existência autônoma do estado, ou seja, a sociedade civil se poria imediatamente em sua forma política, confundir-se-ia com ela, reapropriar-se-ia de seu conteúdo político; por outro lado, o estado político se relacionaria com a sociedade civil como com seu conteúdo, que o determinaria, já que não tem substância própria, constituindo-se na súmula das lutas práticas da humanidade. Ter-se-ia, assim, a reunificação entre forma e conteúdo.

Por meio da ampliação máxima do sufrágio e da participação da sociedade civil no poder legislativo, a política, alienada e etérea, seria absorvida pela existência social, toda função social se tornaria política e o estado democrático seria a mais suprema realização política do homem. A democracia promoveria a verdadeira unidade do universal com o particular, de forma que não mais existiriam de forma concomitante, distinta e antagônica os pólos antinômicos homem político e homem não-político, estado e sociedade civil, conteúdo e forma, universal e particular. No reino da verdadeira democracia, a sociedade civil, e não o estado político, seria o sujeito; sua mais lídima característica seria a supressão do caráter abstrato da democracia política, propondo soluções que operassem no estado real, determinante. Em outros termos, seria a reunificação entre lei e existência social, entre estado

político e estado real. Na *Crítica de 43*, portanto, Marx, que na *Gazeta Renana* defendera o estado democrático e racional, propunha a autodeterminação da sociedade civil e discutia a *própria politicidade*, a necessidade de reapropriação pela sociedade civil de forças sociais alienadas na política.

Que isso não oblitere, contudo, os limites da *Crítica*, especialmente no que tange à dimensão política (superados nos meses seguintes), que a caracterizam como um texto importante, mas não resolutivo neste aspecto. Dado o desconhecimento que o jovem Marx apresentava dos princípios da sociedade contemporânea, da importância das relações de produção e do desenvolvimento das forças produtivas, não pôde clarificar como se dava a vinculação da alienação política com a sociedade civil. Ainda preso a um humanismo abstrato, via o homem no seu sentido geral, partícipe do gênero humano, não como membro de uma classe. Desta forma, mesmo percebendo a sociedade civil como sujeito da política, determinava-a como uma qualidade humana, uma função social a ser apropriada pelo homem. Faltou, assim, evidenciar a gênese da própria sociedade civil, da existência humana real que exige o estado político abstrato, ou, dito de outro modo, a gênese das condições específicas que tornam a politicidade abstrata necessária. Marx não alcançou a gênese da abstração política que detectou, nem seus intrínsecos vínculos com a sociedade de classes e a propriedade privada. Esta só lhe interessava pelo seu caráter e função políticos, manifestação que era do interesse privado (contraposto à essência social do indivíduo), e não como expressão das relações de produção. Daí que a verdadeira democracia, para ele, não fosse a superação da sociedade burguesa, “mas tão-somente a superação da soberania política da propriedade privada e, principalmente, da alienação política” (De Deus, 2001, p. 125). Nesse sentido, neste texto Marx ainda estava em busca da perfectibilização da política – posição que será abandonada nos textos subseqüentes. De fato, em suas investigações posteriores, Marx conseguiria perceber o cimento social que une os indivíduos atomizados, e então, “aos poucos, se livrará do empirismo na filosofia e seu correlato na política – a democracia” (Frederico, 1990, pp. 88-9).

Em síntese, no processo de análise da *Filosofia do direito* de Hegel Marx iniciava um trânsito do político ao social que não foi levado às últimas conseqüências naquele momento, mas que o individualizava entre todos os seus contemporâneos. Em suas irresoluções e avanços, a concepção radical de política alcançada por Marx em Kreuznach era decorrente de sua transição, ainda no interior do idealismo ativo,

da democracia radical para a democracia revolucionária. O rompimento com a especulação já estava posto e seria sobre os pilares da afirmação da ontologia, princípio de sua crítica ao pensamento idealista (Cf. M. Chasin, 1999, *passim*), que se ergueria, já nos meses seguintes, a construção ideária própria de Marx. Nesse caminho, as críticas efetuadas por ele – ao idealismo, à politicidade e à economia política – serão fundamentais para sua censura ao “comunismo vulgar”, bem como sua adesão definitiva, posteriormente, à perspectiva do trabalho.

Poucos meses depois de escrever a *Crítica*, Marx apreenderá a verdadeira democracia não como uma forma de estado racional, mas como o fim deste, e que a solução dos problemas identificados apontava não para a perfectibilização da política, mas para sua superação em prol da *emancipação humana*. Neste sentido, caberia, fundamentalmente, encontrar a esfera determinante do ser social, que não está no âmbito da política, mas na sociabilidade, busca a que se dedicaria desde então. O voltar-se para a anatomia da sociedade civil não significaria um desprezo pela política, mas a descoberta da determinação ontológica negativa da politicidade, advinda das debilidades sociais que suscitaram a mediação política para (ir)resolução dos problemas humanos. Vejamos como ele próprio pôs a questão.

Em texto do outono europeu de 1843, censurando Bruno Bauer acerca d'A *questão judaica*, que este escrevera, Marx afirmava que o neohegeliano havia posto mal a questão da emancipação – não discutira inicialmente de que tipo de emancipação se tratava, equívoco derivado do fato de que criticava apenas o estado cristão, não o estado enquanto tal. Daí que não tenha conseguido captar o novo patamar da relação entre a emancipação política e a religião, que passara a ser o problema da relação entre a *emancipação política* e *emancipação humana*. Para ele próprio, a questão era entender como a emancipação política *já alcançada* se relacionava com a religião – não o fundamento, mas a manifestação de uma limitação secular. Aí, contrapondo-se “ao simplismo da solução baueriana – abolir a religião para alcançar a emancipação política, identificada pelo teólogo à emancipação humana”, Marx criticaria a própria emancipação política, “num complexo analítico em que pela primeira vez determina a *natureza da politicidade* de acordo com seus novos e originais lineamentos teóricos” (Chasin, 2000, p. 142).

Acompanhando a crítica a Bauer com a explicação de sua própria posição, Marx salientava que a emancipação política em face da religião nunca poderia ser a libertação das contradições intrínsecas à própria religião, dado que a emancipação

política “não é o modo total e isento de contradições da emancipação *humana*” (QJ, p. 468). O quanto é estreita a emancipação política ficar clarificado no fato de o *estado* poder se livrar de peias sem que o homem se liberte *realmente*, seja efetivamente um homem livre. Neste sentido, “o homem se liberta *através do estado*, liberta-se *politicamente*, de uma trava ao entrar em contradição consigo mesmo, ao sobrepor-se a esta trava de um modo *abstrato e limitado*, de um modo parcial” (QJ, p. 468). A emancipação política é mostrada, desta forma, como um rodeio supérfluo à libertação do homem (o estado intermedeia sua relação com a sua própria liberdade), e este, mesmo sendo um proclamado ateu pela mediação do estado não religioso, continua preso às mesmas estruturas religiosas. É o mesmo processo pelo qual se abole politicamente a propriedade privada ao eliminar o critério censitário como base do direito de sufrágio. Desprezar politicamente origem, nível social, cultura e ocupação do homem, proclamar todo o povo como igual partícipe da soberania popular não significava, entretanto, que a propriedade privada, a cultura, a origem não mantivessem sua atuação e sua essência. Em outros termos, bem “longe de acabar com estas diferenças *de fato*, o estado descansa sobre estas premissas, só se sente como *estado político* e só faz valer sua *generalidade* em contraposição a estes elementos que formam parte dele” (QJ, p. 469).

Para Marx, em sua plenitude e por natureza, o estado político é “a *vida genérica* do homem *por oposição* à sua vida material”, cujos pressupostos egoístas continuam existindo na *sociedade civil* como suas qualidades, fora do estado. No estado o homem é um ser genérico, “membro imaginário de uma imaginária soberania”, despojado do conteúdo real de sua vida individual e parte de uma falsa generalidade.

Ali onde o estado político alcançou seu verdadeiro desenvolvimento, o homem leva, não só o pensamento, na consciência, mas na *realidade*, na vida mesma, uma vida dupla, uma celestial e outra terrena: a vida da *comunidade política*, na qual se considera *ser coletivo* e a vida da *sociedade civil*, na qual opera como *particular*, vê nos outros e se converte em jogo de poderes estranhos. (QJ, p. 470)

Marx mostrava, assim, que o conflito do homem religioso com sua cidadania e com os demais membros da comunidade reduzia-se ao abismo irreligioso entre o *estado político* e a *sociedade civil*, era a mesma contradição entre cidadão, de um lado, e o comerciante, o jornaleiro, o latifundiário, o *bourgeois*, o indivíduo vivo e atuante, de outro – era uma *parte* da contradição social geral. Havia, pois, uma peleja

que contrapunha o interesse geral ao privado, o estado político à sociedade burguesa, e a crítica de Bauer à expressão religiosa desta deixava intocadas as contradições seculares.

Marx não desprezava a emancipação política, pelo contrário, considerava-a indubitavelmente um grande progresso – era a “forma mais alta da emancipação humana *dentro* da ordem do mundo atual”, mas não era “a forma mais alta da emancipação humana em geral” (QJ, p. 471). Assim, com a emancipação política, o estado prescindiu da religião como esfera na qual restritamente o homem se comportava como ser genérico, relegando-a ao âmbito do egoísmo, da separação entre o homem e sua comunidade. Este deslocamento, longe de ser uma fase, um ardil ou um escape da cidadania é o auge da emancipação política – nem se cogita da superação da religiosidade e das contradições sociais *reais*. Se em alguns momentos a vida política contraditava a sociedade burguesa que a embasava, Marx ressaltava, tudo terminava com o restabelecimento das premissas anteriores – trata-se de “uma subordinação degenerativa da política às particularidades da sociedade civil” (Chasin, 2000, p. 146).

No que toca à democracia política, que na *Crítica* era tida como resolutive, dizia que nela todo homem é soberano, mas “o homem corrompido por toda a organização de nossa sociedade, perdido de si mesmo, alienado, entregue ao império de relações e poderes inumanos; em uma palavra, o homem que ainda não chegou a ser uma criatura genérica *real*” (QJ, p. 475).

Salientava Marx que os direitos do homem não eram dádivas naturais, mas resultado de uma luta contra o acaso do nascimento e os privilégios transmitidos pela genealogia. Tais direitos eram direitos *políticos* que só poderiam ser desfrutados em comunidade com outros homens – seu conteúdo era, portanto, “a *participação* na comunidade e, concretamente, na comunidade *política*, no estado” (QJ, p. 477). Os direitos humanos se diferenciam dos direitos do cidadão, os direitos cívicos – havia, pois, a distinção entre o homem e o membro da sociedade burguesa, civil, sendo “os direitos do homem egoísta, do homem que vive à margem do homem e da comunidade” (QJ, p. 478). Dentre estes direitos, a liberdade era tida como direito de fazer tudo aquilo que não prejudicasse os demais, ou seja, a lei determina os marcos nos quais os homens podem atuar sem dano a outros. “Trata-se da liberdade do homem considerado como uma mônada, isolado, voltado sobre si mesmo” (QJ, p. 478). Assim, o direito humano à liberdade, em vez de pressupor a união do homem

com o homem, está baseado na separação entre os homens e sua mais clara elucidação é o direito humano da *propriedade privada*, o “direito de desfrutar de seu patrimônio livre e voluntariamente”, despreocupando-se com os demais homens, de forma independente da sociedade. A liberdade individual a que se refere o primeiro direito e sua aplicação, a propriedade privada, fundamentam a sociedade burguesa, “Sociedade que faz que todo homem encontre nos demais não a *realização*, mas, pelo contrário, a *limitação* de sua liberdade” (QJ, p. 479). Nesta sociedade, os direitos humanos garantidos não vão nunca além do homem egoísta, do burguês, desconsiderando seu caráter genérico para fazer da sociedade uma limitação imposta a sua pretensa liberdade originária. Os emancipadores políticos rebaixam a *comunidade política* (a cidadania) ao papel de meio para a realização dos interesses do homem egoísta, isolado, parcial, e o homem tido como autêntico e verdadeiro é o homem enquanto *burguês*, não o homem enquanto *cidadão*.

O pensador alemão mostrava, desta forma, como a prática revolucionária contraditava a teoria: o direito humano da liberdade perdia sua substancialidade na colisão com a vida *política* – a qual, teoricamente, tem por objetivo mais sublime a garantia dos direitos humanos. Sinteticamente: o que é meio apresenta-se como fim e vice-versa. “De sorte que, por sua própria efetivação, a emancipação política entra em contradição e fere seu mais caro galardão de honra, sua petição de princípio universalista, sua pretensão à universalidade racional e ética.” (Chasin, 2000, p. 146)

Marx dizia que a emancipação política representava o fim da velha sociedade, a qual tinha um caráter político imediato, pois nela os elementos da vida civil eram-no também da vida estatal (como propriedade territorial, estamento ou corporação). Tal situação foi destruída por uma revolução política que tornou os assuntos do estado de interesse do povo e fez do estado político algo geral, que incluía “todos os estamentos, corporações, grêmios e privilégios, que eram outras tantas expressões do divórcio entre o povo e sua comunidade” (QJ, p. 482). Por outro lado, aquela revolução simplificou a vida civil, eliminou o caráter político da sociedade civil, instituiu-o como a esfera da comunidade, teoricamente independente dos antigos elementos particulares da vida civil. Tipos determinados de atividade e situação social passaram ao plano da significação individual, “deixaram de representar a relação geral entre o indivíduo e o conjunto do estado” (QJ, p. 482). Ao desvencilhar-se do jugo político, continuava Marx, davam-se rédeas soltas ao espírito egoísta da sociedade civil, que se libertava até mesmo da aparência de generalidade. O indivíduo egoísta foi a

resultante passiva da dissolução daquela antiga sociedade. De forma que a liberdade do homem egoísta e o seu reconhecimento não são outra coisa que o movimento incontrolado do conteúdo de sua vida, sob a forma de seus elementos espirituais e materiais. A revolução política fragmenta nas suas diversas partes a vida burguesa, mas não as revoluciona nem as critica, antes ao contrário, toma-as por sua base natural. Fica evidente já então a natureza limitada da revolução política: “*meio de dominações específicas que, enquanto tais, contradizem o princípio da comunidade política – o estado como realização racional da universalidade humana*” (Chasin, 2000, p. 147).

Daí que o homem, na sua faceta integrante da sociedade burguesa (ou seja, na sua existência imediata e individual), é tomado como o homem verdadeiro, diferentemente do cidadão, homem político abstrato, artificial, alegórico. A revolução política reduz o homem, por um lado, ao membro egoísta da sociedade burguesa, e por outro ao cidadão de estado, ao homem moral. A ambos “o egoísmo, enquanto *denominador comum*, inerentemente dissocia e contrapõe. Numa só frase, o *cidadão sem corpo* e o *homem sem gênero* são ambos, efetivamente, contornos atrofizados, resultantes de predicções usurpadas” (Chasin, 2001, p. 149). São personagens desfiguradas pelas suas próprias forças que se aglutinaram e se voltaram contra eles: “a comunidade política *usurpa o gênero dos homens reais* e a pletora dos homens isolados, degradando e retendo para si toda a efetividade possível, privam a política do corpo” (Chasin, 2001, p. 149), de forma que o homem real é despojado de sua cidadania e o cidadão é defraudado de suas forças sociais. Sendo a política energias sociais desapossadas e desfiguradas, Marx conclui:

Só quando o indivíduo real recobra dentro de si o cidadão abstrato e se converte, como homem individual, em *ser genérico*, em seu trabalho individual e em suas relações individuais: só quando o homem tenha sabido reconhecer e organizar suas “*forces propres*” como forças *sociais* e quando, portanto, não aparta já de si mesmo a força social sob a forma de força *política*, podemos dizer que se leva a cabo a emancipação humana. (QJ, p. 484)

Explicita-se de forma cabal a noção a que Marx chegara a respeito da política. Fica evidenciado o caráter parcial e limitado da política e da emancipação política – que liberta o homem egoísta, fragmentado, impotente, base do estado – em face da emancipação humana, que é nada menos que a reapropriação das suas forças sociais pela própria sociedade, o fim da politicidade. Em vez de uma relação alternativa entre estado e sociedade civil, aqui já se criticam os próprios fundamentos do estado e da

política. Aí também Marx abandona o conceito político abstrato de povo e começa a trabalhar com a sociedade civil burguesa concreta. Da mesma forma, a “verdadeira democracia” é substituída pela emancipação humana, universal: a reapropriação daquelas forças usurpadas e degeneradas pelos próprios homens, em seu processo de autoconstituição.

Esta verdadeira *revolução copernicana* em relação a suas antigas concepções e a todo o pensamento político anterior se explicitaria ainda em outro texto, de fins de 1843 e início do ano seguinte, a “Introdução” à *Crítica à filosofia do direito de Hegel*, em deixava evidenciado o programa revolucionário que defendia, e seu agente, o representante da lógica onímota do trabalho (então, o proletariado). Neste texto, ao falar da forma (abstrata em relação ao homem real) como o estado moderno era visto na Alemanha, Marx mostrava que estava relacionada ao fato de que “o próprio estado moderno fez abstração do *homem real* ou satisfaz o homem *total* de modo puramente imaginário” (ICFDH, p. 7). Os alemães representavam, assim, a consciência teórica, em termos políticos, dos povos que conquistaram praticamente a modernidade (o que demonstra a inexistência de qualquer mecanicismo na avaliação que Marx fazia das produções ideais em relação a sua realidade imediata). Apontava, nesse momento, a inferioridade das discussões relativas à política – ao “nível oficial da modernidade” – em comparação com as questões *humanas*, muito mais elevadas.

Referindo-se à Alemanha, Marx demonstrava que o país não cumprira o mesmo trajeto dos povos modernos no que toca à gradual emancipação política, estando aquém, em termos práticos, das fases que já havia superado teoricamente – o que a fez partilhar das conseqüências negativas do desenvolvimento dos povos modernos sem desfrutar de seus benefícios e tornou a vida no país um hibridismo dos defeitos do mundo moderno com os do *ancien régime*. De fato, o país combinava os problemas de todas as formas de estado, de maneira que aquela realidade anacrônica impunha, para ser superada, a derrubada dos caracteres políticos de seu tempo. Neste sentido, o país não poderia se deter numa “revolução *meramente* política, a revolução que deixa em pé os pilares do edifício”, que é uma revolução parcial de uma classe que se emancipa e instaura seu domínio sobre a sociedade como um todo – esta, livre das antigas amarras, mas já aprisionada em outras. Tratava-se de efetivar uma revolução radical, de realizar “a emancipação *humana geral*” (ICFDH, p. 10). Fica, assim bastante evidente que a revolução política é restrita e imperfeita e que

deveria haver uma revolução que buscasse não mais a emancipação de uma classe, mas a emancipação humana.

De acordo com ele, a emancipação geral efetivada por uma classe implica que esta represente os interesses da sociedade como um todo, já que “Somente em nome dos direitos gerais da sociedade pode uma classe especial reivindicar para si a dominação geral. Para que coincidam *a revolução de um povo e a emancipação de uma classe especial* da sociedade civil”, é preciso “que todas as falhas da sociedade se concentrem numa outra classe”, receptáculo do repúdio geral e soma de todas as limitações, de forma que “a libertação desta esfera apareça como a autolibertação geral” (ICFDH, p. 11). Marx anotava, todavia, que na Alemanha não havia nenhuma classe suficientemente arrojada e intransigente para se transformar no representante negativo da sociedade, bem como nenhum grupo social com que se identificasse a alma do povo e provido de intrepidez revolucionária.

A idéia de que uma classe social se conforma no confronto com as demais esteve sempre presente nas obras posteriores de Marx. Aqui, era um dos fundamentos de sua crítica às classes alemãs, porque “cada uma delas começa a ter consciência de si fazendo chegar às outras suas pretensões, não quando é oprimida, mas quando as circunstâncias do momento, sem sua intervenção, criam uma base social sobre a qual ela, por sua vez, possa exercer pressão” (ICFDH, p. 11). Em compensação, todas conhecem a derrota antes mesmo de haver comemorado a vitória e criam seus próprios limites sem nem mesmo ter ultrapassado aqueles com que se batem, concluindo que “cada classe, tão logo começa a lutar contra a classe que está por cima dela, se vê emaranhada na luta com aquela que está por baixo” (ICFDH, p. 12). Eram as bases para que afirmasse: “Na Alemanha, a emancipação universal é a *conditio sine qua non* de toda emancipação parcial” (ICFDH, p. 12). A “possibilidade positiva da emancipação alemã” estava na formação de uma classe radicalmente agrilhoadada,

de uma esfera que possui um caráter universal por seus sofrimentos universais e que não reclama para si nenhuma justiça *especial*, porque não se comete contra ela nenhuma *injustiça* especial, mas a *injustiça pura e simples*; que não pode reclamar um título *histórico*, mas simplesmente o título *humano*; que não se encontra em oposição unilateral às conseqüências, mas numa oposição omnilateral aos pressupostos do estado alemão; de uma esfera, enfim, que não pode emancipar-se sem emancipar-se de todas as outras esferas da sociedade e, ao mesmo tempo, emancipar todas elas; que é, numa palavra, a *perda total* do homem e que, portanto, só pode

se recuperar a si mesma através da *recuperação* total do homem (ICFDH, p. 13).

Tem-se no texto, claramente, pois, a caracterização do mundo político como imperfeito, parcial, etapa inferior do desenvolvimento histórico ao qual se contrapunha a superior estatura humana a ser proximamente atingida pelos povos modernos. Ficava patenteada a necessidade da destruição desta mesma modernidade política – posta por uma revolução apontada como parcial, desfrute limitado da liberdade, estágio transitório que deveria ceder passo à emancipação universal, humana, advinda da revolução radical, que teria então como agente o proletariado, classe cujos grilhões eram profundos e generalizados, que significava a perda do homem para si mesmo e que só se poderia recuperar com a recuperação total do homem. Patenteia-se, desta maneira, que “a revolução política, por ter caráter apenas mediador, pode ser substituída, enquanto que a ‘revolução radical’ – a ‘emancipação humana geral’ – guarda sempre a condição invariável de grande e verdadeiro objetivo” (Chasin, 2001, p. 142). Em sociedades atrasadas (como era o caso da Alemanha), inclusive, representava tanto o alvo quanto o meio para a emancipação parcial. Não poderia ser mais clara a explicitação do *télos* a perseguir: nunca um estado ou uma constituição política neste ou naquele sentido, mas a emancipação global, humana, referida à livre construção do humano.

Continuando o acompanhamento do itinerário marxiano, destaque-se que, em 1844, ele se dedicou ao estudo da economia política, preenchendo inúmeros cadernos de leitura e iniciando a redação de um trabalho sobre o assunto. Até meados do ano já havia, também, entrado em contato com a Liga dos Justos, sociedade comunista secreta fundada oito anos antes, e freqüentado reuniões operárias. Em julho, a propósito de uma discussão com Arnold Ruge acerca do significado da revolta dos tecelões da Silésia (evento marcante para a biografia e para a teoria marxianas), Marx proferiu várias considerações a respeito das relações gerais entre a política e os males sociais, ou melhor, acerca da própria natureza da política e da essência do pauperismo – dado que Ruge pressupunha que a penúria dos operários relacionava-se às características de um “país apolítico”, como seria a Alemanha, propondo como solução uma revolução social com alma política. Marx o criticava por não ser capaz de perceber que “*nem uma só* das revoltas operárias da França e Inglaterra nunca teve um caráter tão *teórico* e tão *consciente* como a dos tecelões silesianos”. Ia ainda mais longe, ao afirmar que “A insurreição silesiana *começa* precisamente por onde haviam

terminado as revoltas operárias da França e Inglaterra, pela consciência da essência mesma do proletário” (GC, p. 516).

Ao contrário do que dizia Ruge em sua argumentação, dizia Marx, não é a penúria que cria o entendimento político; a verdadeira origem deste está no próprio bem-estar social. A nação onde este entendimento é mais desenvolvido e generalizado é justamente onde o proletariado (de início, pelo menos) despende mais energias em inadmissíveis revoltas, reprimidas duramente e, ademais, estéreis. “Como pensa sob a forma política, vê o fundamento de todos os males na *vontade* e os meios para remediá-los na *força* e na derrubada de uma *determinada* forma de governo.” (GC, p. 518) Desta forma, a visão política desnorteava seu instinto social.

Marx iniciava seu texto falando justamente do país mais desenvolvido, à época: precisamente a burguesia inglesa atribuía à política a responsabilidade pela miséria, enquanto os vários partidos se esquivavam e acusavam mutuamente como causadores do problema; assim, os *whigs* apontavam o monopólio da grande propriedade territorial e as leis de restrição à importação do trigo, enquanto os *tories* a questão estava no liberalismo, na competição, no desenvolvimento industrial. E concluía, criticamente: “Nenhum dos dois partidos encontra a razão na situação política em geral, mas somente na política do partido contrário” (GC, p. 508). Estavam, por isso, impedidos até de cogitar reformas sociais. Para minorar o problema da miserabilidade, apelaram-se inicialmente para medidas administrativas na Inglaterra. Persistindo o fenômeno, passara-se a atribuí-lo não ao desenvolvimento industrial, mas à legislação, ou seja, via-se como causadora da penúria universal uma situação particular (o excesso de caridade consubstanciado na taxa dos pobres). Segundo Marx, a atuação inglesa em nada se diferenciava da de todos os estados que tenham voltado sua atenção para a miséria: a tomada de medidas administrativas e filantrópicas ou outras ainda mais inócuas. Nada mais lógico: o estado jamais encontrará em si mesmo e na sociedade civil as raízes dos males sociais, pois

Onde quer que existam partidos políticos, cada um deles encontra a razão de *todo* mal no fato de que não seja ele, mas seu concorrente, quem empunha o *timão do estado*. Até os políticos radicais e revolucionários buscam a razão do mal não na *essência* do estado, mas em uma determinada forma de governo, que tratam de substituir por outra. (GC, pp. 512-3)

Desta forma, enquanto forma de organização da sociedade, o estado, quando se defronta com anomalias sociais, desde logo as atribui a leis naturais, portanto

inatingíveis pelo poder humano, ou à vida privada, indene à sua ingerência, ou ainda a alguma transgressão administrativa: “*todos os estados buscam nos defeitos casuais ou intencionais da administração a causa de seus males e recorrem, portanto, a medidas administrativas para remediá-los*” (GC, p. 513). O estado é obrigado a fazê-lo porque sua atividade organizativa é justamente a administração – ao lançar-se neste mister, vê-se sempre no torvelinho da disposição administrativa para realizar algo, de um lado, e de outro os meios e a capacidade de fazê-lo sem destruir-se a si mesmo, uma vez que estabelecido sobre tal contradição. O estado “descansa na contradição entre a *vida pública* e a *vida privada*, na contradição entre os *interesses gerais* e os *interesses particulares*. Daí que a *administração* deva limitar-se a uma atividade *formal e negativa*, pois sua ação termina ali onde começa a vida civil e seu labor” (GC, pp. 513-4). Por isso, concluía Marx, a impotência é a face mais íntima da administração, já que do caráter anti-social, da escravidão da sociedade civil é que este tira a seiva de que sobrevive, donde: “A existência do estado e a existência da escravidão são inseparáveis”. O estado moderno só poderia superar sua *impotência* administrativa se pudesse transfigurar radicalmente a atual vida privada, o que implicaria abolir-se, já que só existe em oposição a ela. Como o suicídio não é tendência natural, o estado está até impedido de ver a impotência como sua marca distintiva, limitando-se a reconhecer e buscar corrigir imperfeições meramente formais e fortuitas. Não é, desta forma, nenhum defeito incidental ou de somenos importância, mas uma determinação ontológica.

Quanto mais poderoso seja o estado e mais político seja, portanto, o país, menos se inclinará a buscar no *princípio do estado*, e, portanto, na *atual organização da sociedade*, cuja expressão ativa, consciente de si mesma e oficial é o estado, o fundamento dos *males sociais* e a compreender seu *princípio geral*. O entendimento *político* o é, precisamente, porque pensa *dentro* dos limites da política. /.../ O princípio da política é a *vontade*. Quanto mais unilateral e, portanto, mais perfeito seja o entendimento *político*, tanto mais crerá na *onipotência* da vontade, tanto mais resistirá a ver as *barreiras naturais* e espirituais que se levantam diante dela, mais incapaz será, por conseguinte, de descobrir a fonte dos *males sociais*. (GC, p. 514)

Marx comentava o isolamento e a dissociação do operário em relação à *verdadeira comunidade* dos homens, a essência humana, ou seja, sua própria vida física e espiritual, afirmando que este isolamento é muito mais brutal, insuportável e contraditório que o isolamento com respeito à comunidade política, já que

o *homem* é mais infinito que o *cidadão* e a *vida humana* mais infinita que a *vida política*. Assim, pois, por *parcial* que seja uma *insurreição industrial*, encerrará sempre uma *alma universal*, e por universal que seja uma *insurreição política* abrigará sempre, sob a mais *colossal* das formas, um espírito *estreito*. (GC, p. 519)

A revolução parcial, meramente política, diferencia-se profundamente da revolução radical, que agora aparece claramente como *revolução social*. Também retorna à discussão sobre a parcialidade da revolução política, que reinstaura o domínio de classe: enquanto uma revolução social tem uma preocupação global, total (é um protesto contra a separação do indivíduo de sua verdadeira comunidade, da natureza humana), a *alma política* de uma revolução é a labuta das classes alijadas do poder político para conquistá-lo, superando seu isolamento do estado. Assim, parte-se do estado como um todo *abstrato*, cujo divórcio em relação à vida real é o garante de sua existência. Para Marx, “Toda revolução dissolve a *velha sociedade*, e assim considerada, é uma revolução *social*. Toda revolução derruba o *velho poder*, e neste sentido é uma revolução *política*” (GC, p. 520). Assim, as revoluções derrubam o antigo poder e as velhas relações sociais, o que é um ato político, e sem o qual não se pode atingir o *socialismo*, porque para conquistá-lo é necessário destruir e dissolver o antigo *statu quo*. “Mas ali onde começa sua *atividade organizadora*, ali onde se manifesta *seu fim em si*, sua *alma*, o socialismo se despoja de sua envoltura *política*.” (GC, p. 520)

Não poderia estar dito de forma mais clara. O fim último do socialismo, reitera o pensador alemão, não é a constituição de um novo estado nem o domínio de uma nova classe sobre as demais, mas a reconciliação do trabalhador com os outros homens, com sua própria essência, a emancipação universal, humana. Mostrava os limites estreitos do “pensamento político”, que jamais consegue ir à raiz dos problemas e que chega, inclusive, a ludibriar as inclinações sociais corretas dos movimentos operários. Assentado na contradição entre a vida pública e a vida privada, o estado só pode manter diante dela uma posição administrativa; jamais poderia atentar contra este que é o ventre que o trouxe à luz e sua lei é a impotência. Também clarificava que à revolução política compete destruir a antiga forma política, mas a destruição da sociedade antiga, que justamente suscitou a mediação da política em função dos próprios defeitos e debilidades, depende de uma revolução social.

Esta densa tematização sobre a politicidade que aparece nos primeiros textos marxianos sintetiza sua visão madura da matéria, que o acompanharia por toda a

vida. Em alguns momentos, pôde, diante de determinados fenômenos históricos, como a Comuna de Paris, retornar explicitamente ao tema – no específico caso em tela, aprofundando-o. Mesmo quando não abordada diretamente, entretanto, tal apreensão da politicidade estava implícita em suas análises, pelo que nos obrigamos a sua exposição, possibilitando ao leitor perceber, pela própria reprodução analítica dos textos (que se fará no decorrer deste trabalho) sua recorrência e pertinência.

Apenas no intuito de demonstrar que são afirmações que voltarão em inúmeras obras, categoricamente ou em subjacência, pinçaremos, a seguir, algumas citações de algumas das obras seguintes de Marx, até o período recortado neste trabalho. Assim, n’*A sagrada família*, de 1845, a propósito de criticar mais uma vez o pensamento especulativo dos neohegelianos, “caricatura vazia” do ideário de Hegel, Marx disse que a propriedade privada capitalista engendra necessariamente seu oponente, o proletariado, e que este seria forçado a abolir a si próprio e à propriedade, que dele dependia e que lhe dava suas características básicas. O proletariado desenvolvido condensava e consumava a abstração, as condições de vida desumanas de toda a humanidade tal como se punham naqueles dias, mas também representava sua consciência teórica. A pauperização inelutável o levava a revoltar-se e a se libertar, para o que seria necessário que eliminasse suas próprias condições de vida – as quais, por sua vez, só poderia abolir com *todas* as condições inumanas de vida.

Sobre a oposição entre as classes, Marx destacava:

A classe possuidora e a classe proletária representam a mesma alienação humana. Mas a primeira sente-se à vontade nesta alienação; encontra nela uma confirmação, reconhece nesta alienação de si o *seu próprio poder* e possui nela a *aparência* de uma existência humana; a segunda sente-se aniquilada nesta alienação, vê nela a sua impotência e a realidade de uma existência inumana. (SF, p. 53)

Levado à revolta contra a situação de vida a que era submetida, a classe que então encarnava a perspectiva do trabalho, o proletariado, construiria sua auto-emancipação. O que não significa que se erigiria em nova classe dominante, de vez que sua vitória só seria alcançada quando eliminasse a si próprio e a seu contrário. Não se tratava, de acordo com Marx, de uma atuação dos operários para satisfazer suas necessidades enquanto *operários*, mas enquanto *homens*.

Marx criticava os irmãos Bauer⁵ e companheiros por confundir “estado com humanidade, os direitos do homem com o homem, a emancipação política como a emancipação humana”, o que os levava a um estado engendrado por um “ideal filosófico” (SF, p. 132). A partir desta confusão, Bruno Bauer “não podia deixar, se queria manter-se conseqüente consigo mesmo, de confundir os *meios políticos* com os *meios humanos* dessa emancipação” (SF, p. 143). Contra a visão neohegeliana que atribuía aos judeus a responsabilidade por sua exclusão do estado moderno, Marx redargüia: a sociedade e o estado modernos são exclusivistas; nenhum dos dois aparta quem lhes satisfaça as exigências de desenvolvimento e obedeça às suas determinações. “Na sua *perfeição*, chega mesmo a fechar os olhos declarando que as oposições *reais* são oposições que não têm nada de *política* e não o incomodam” (SF, p. 145).

Os filósofos da especulação deixavam de apreender, continuava Marx, a essência unilateral do direito e que este tem por base a distinção entre o que é de seu domínio e o que o ultrapassa o pináculo da evolução jurídica. Desta maneira, relegava à vida privada inúmeros caracteres humanos. De tal forma que, asseverava Marx, nos estados políticos acabados, judeus, cristãos e outros já tinham alcançado a emancipação no plano político, mas “estão muito longe de estarem emancipados *no plano humano*” (SF, p. 166), donde se depreende necessariamente a dessemelhança entre os dois níveis de liberdade, questões que, como acabamos de ver, já desenvolvera nos textos anteriores. Caberia estudar o estado moderno, lócus da emancipação política e, em contraponto, mostrar que os estados que não permitem a participação política dos judeus são subdesenvolvidos. Do que também se infere que os que já deram espaço para a emancipação política de judeus e outros povos eram estados plenamente constituídos e, portanto, que já era de posse da sociedade o máximo de liberdade possível no interior de sua lógica.

Ainda a este propósito, Marx se reportava a seus textos dos *Anais Franco-Alemães* (QJ e ICFDH), mostrando a impropriedade de os judeus alemães reivindicarem participação na comunidade política e direitos políticos num país onde estes inexistiam. Reiterava que ver o estado *germano-cristão* como estado cristão absoluto era um despautério, já que o estado moderno, que não faz conta de privilégios religiosos, é o estado cristão acabado, livre da religião ao emancipar-se da

⁵ Egbert e Edgar Bauer integravam o movimento neohegeliano e Bruno Bauer (1809-82) era um de seus expoentes.

religião de estado. Ainda mais: naqueles textos “demonstrou-se ao senhor Bauer como a *decomposição* do homem em *cidadão* não religioso e *pessoa particular* religiosa não está de modo algum em contradição com a emancipação política” e que o indivíduo se emancipa *politicamente* da religião do momento em que é tomada por questão privada (SF, p. 168). Por fim, a reivindicação dos judeus por ser “homens livres” já teve seu reconhecimento clássico nos direitos universais do homem e do cidadão e o próprio Marx já havia demonstrado que a reivindicação do “caráter de homem livre” e seu reconhecimento eram a proclamação da sacralidade do indivíduo egoísta, burguês, e da sociedade gestada a sua face. Tinha deixado claro que os direitos do homem não visam a libertar o homem da religião, mas tão-somente garantir-lhe liberdade de religião e de escolha na forma de ganhar sua vida. E voltava à questão do reconhecimento da escravidão moderna:

A *base natural* do estado antigo era a escravidão; a do *estado moderno* é a sociedade burguesa, o *homem* da sociedade burguesa, isto é, o homem independente, só ligado outrem pelo laço do interesse privado e da necessidade natural, *de que não tem consciência*, a *escravidão* do trabalho interessado, da sua própria necessidade egoísta e da necessidade egoísta de outrem (SF, p. 170).

Os direitos do homem são fruto da própria atividade da sociedade burguesa, a qual se viu constrangida a superar antigas barreiras políticas, e sua proclamação era um reconhecimento de sua origem e fundamento. Marx advertia, ainda, para a “essência comercial judaica” da “livre sociedade burguesa”, o que dava aos judeus todo o direito de reivindicar sua emancipação política e que lhe fossem concedidos os direitos do homem (SF, pp. 170-1). Em sua censura ao constitucionalismo, mostrava que “a existência do estado moderno corresponde a sua essência”, noção a partir da qual se podem avaliar seus defeitos absolutos e relativos – mas nada disto era considerado pela especulação, “ainda obrigada a encontrar no regime político a solução das *suas próprias* contradições e [que] continua como no passado a não ter a mínima idéia do *princípio do estado moderno*” (SF, p. 173).

Em que consistiria tal essência? Marx a qualificava como escravidão moderna: “No mundo moderno, todo o indivíduo é *ao mesmo tempo* escravo e membro da comunidade. Mas a *escravidão* da sociedade burguesa constitui, *em aparência*, a maior *liberdade*”, justamente porque, fenomenicamente, era o complemento da independência individual; é um processo em que o homem toma como sua própria liberdade a movimentação (que ele próprio não controla e que independe dele) de

certos elementos que lhe foram usurpados e se tornaram estranhos (propriedade, indústria, religião) (SF, p. 175). O estado lhes certificou o nascimento oficial relegando-os ao nível da vida privada e negando sua existência política – mas “esta declaração da sua morte cívica leva à explosão da sua vida” (SF, p. 176). Desta forma, continuava Marx, eram os próprios caracteres essenciais do homem, a necessidade natural e o interesse, que os conservava unidos na sociedade burguesa, ou seja, seu elo, sua coesão situa-se na vida *civil*, e não no *estado* ou vida *política* (SF, pp. 180-2). Onde podia inferir que “o *direito* nada concede, limitando-se a sancionar o que já existe” (SF, p. 291).

Em *A ideologia alemã*, escrito em colaboração com Engels entre setembro de 1845 e maio de 1846, Marx refez o histórico da gênese do estado, evidenciando seu vínculo com a propriedade privada imobiliária e a divisão do trabalho. Relacionava, desta forma, a organização social e o estado com a produção material da vida pelos indivíduos. Assim explicitada sua ligação, estaria também trazida à luz a possibilidade e até o imperativo de forças produtivas, estado e consciência entrarem em contradição, dado que o avanço da divisão do trabalho atribui seus diferentes momentos a indivíduos diferentes.

Referindo-se à alienação e ao estranhamento, à coagulação de forças pessoais num poder material que se apresenta fora do controle de seu produtor, Marx assegurava que “precisamente por virtude desta contradição entre o interesse particular e o interesse comum cobra o interesse comum, enquanto *estado*, uma forma própria e independente, separada dos reais interesses particulares e coletivos e, ao mesmo tempo, como uma comunidade ilusória, mas sempre sobre a base real dos vínculos existentes” (IA, p. 35).

Novamente, para Marx, todas as lutas travadas no interior do estado não são senão formas ilusórias das lutas reais entre as diversas classes sociais e toda classe social que desejasse implantar sua dominação deveria começar pela conquista do poder político, de forma que possa apresentar seu interesse como o interesse geral:

Precisamente porque os indivíduos só buscam seu interesse particular, que para eles não coincide com seu interesse comum, e porque o geral é sempre a forma ilusória da comunidade, faz-se valer isto diante de sua representação como algo “alheio” a eles e “independente” deles, como um interesse “geral” de uma só vez especial e peculiar, ou eles mesmo têm de enfrentar-se nesta cisão, como na democracia. (IA, p. 35)

O próprio enfrentamento efetivo, prático, destes interesses particulares obriga, pela interposição entre aquelas volições privadas, a seu refreamento pelo interesse ilusório representado no estado, no entender de Marx. Com o que o poder social, a soma das forças produtivas multiplicadas pelo poder da cooperação, aparece aos indivíduos como um poder alheio, que deles independe, de que desconhecem a procedência e o destino e que já se situa fora de seu controle – antes, caminha por etapas peculiares de desenvolvimento e que não só não dependem como até dirigem vontade e atos dos homens.

Este poder só pode ser derrocado se engendrar “uma massa da humanidade como absolutamente ‘despossuída’ e, de par com isso, em contradição com um mundo existente de riquezas e de cultura, o que pressupõe, em ambos os casos, um grande incremento da força produtiva” (IA, p. 36). Este alto grau de desenvolvimento das forças produtivas é pressuposto, sem o qual “só se generalizaria a *escassez* e, portanto, com a *pobreza*, começaria de novo, juntamente com a luta pelo indispensável, e se recairia necessariamente em toda a imundícia anterior” (IA, p. 36). Por outro lado, apenas este desenvolvimento proporciona um intercâmbio universal dos homens, a concorrência reproduz a criação da massa “despossuída” em todos os povos, colocando-os em relação de dependência mútua e criando “indivíduos *histórico-universais*, empiricamente mundiais, em vez de indivíduos locais” (IA, pp. 36-7). Se não fora assim, o comunismo teria apenas caráter localizado, as potências do intercâmbio não poderiam se desenvolver universalmente e tornar-se insuportáveis e toda ampliação deste intercâmbio interferiria mortalmente no comunismo local. O verdadeiro comunismo só poderia ser, portanto, resultante de uma ação simultânea dos povos dominantes; a regulação comunista da produção significaria o fim da propriedade privada e da atitude dos homens de comportar-se diante de seus produtos como de algo estranho, voltem a ser donos do intercâmbio, da produção e das formas de relacionar-se com ambos.

Marx enfatizava que a revolução seria fruto de uma associação universal do proletariado que acabaria com o antigo modo de produção e de intercâmbio e a organização social correspondente e desenvolveria o caráter universal e a energia do proletariado, que naquele momento era o agente do trabalho estranhado (IA, p. 80). Este, posto em nível mundial – e, portanto, histórico-universal – poderia fazer uma revolução que imporia a liberação de cada indivíduo das travas nacionais e locais – dado que “a riqueza espiritual do indivíduo depende totalmente da riqueza de suas

relações reais”. “A dependência *total*, forma natural da cooperação *histórico-universal* dos indivíduos, converte-se, graças à revolução comunista, no controle e dominação consciente sobre estes poderes que, nascidos da ação de uns homens sobre outros, até agora têm se imposto sobre eles” (IA, p. 39).

Marx afirmava que o moderno estado corresponde à propriedade privada moderna, tendo sido entregue completamente nas mãos dos proprietários privados pelo sistema da dívida pública e cuja existência depende do crédito fornecido por estes. Emancipada a propriedade privada, o estado adquire existência especial, à margem da sociedade civil, “mas não é tampouco mais que a forma de organização que se dão necessariamente os burgueses, tanto no interior como no exterior, para a mútua garantia de sua propriedade e de seus interesses” (IA, p. 72). No mister de fazer valer os interesses comuns dos indivíduos de uma classe dominante, condensa as relações sociais de uma dada época e atua como intermediário entre muitas instituições comuns, que através dele adquirem uma forma política. “Daí a ilusão de que a lei se baseia na vontade e, ademais, na vontade desgarrada de sua base real, na vontade *livre*.” (IA, p. 72).

Marx voltava ao caráter limitado das revoluções anteriores, políticas, as quais “deixaram intacto o modo de atividade e só tratavam de lograr outra distribuição desta atividade, uma nova distribuição do trabalho entre outras pessoas”. Contrapunha-lhes a revolução comunista que, “dirigida contra o *modo* anterior de atividade, elimina o *trabalho* e suprime a dominação das classes ao acabar com as classes mesmas” (IA, p. 81).

Reafirmava que “os proletários, para se fazer valer pessoalmente, necessitam acabar com sua própria condição de existência anterior, que é ao mesmo tempo a de toda a anterior sociedade, com o trabalho”, motivo pelo qual estavam em contraposição com “e necessitam destruir o estado para impor sua personalidade” (IA, p. 90). Se já não víamos nos textos marxianos quaisquer laivos de estatismo, aqui estes ficam liminarmente afastados. Da mesma forma, o indivíduo, que se diz não ter sido objeto para Marx, mostra-se como sua preocupação básica – o comunismo deve permitir o desenvolvimento da *personalidade* humana, não de suas forças já potentes e que se voltam contra ele pelo estado e pela política.

Por fim, para encerrar este seguimento anual da questão da política em Marx, a partir de algumas das suas principais obras, tomemos o *Manifesto comunista* (também escrito em colaboração com Engels), que enveredou pelo mesmo caminho

das obras anteriores, mantendo e ampliando certas injunções que havia feito em outros momentos. Neste texto, Marx fez um histórico do desenvolvimento da classe burguesa, de suas lutas e das revoluções que foi obrigada a levar a cabo, em cada etapa galgando uma ascensão política correspondente. Destacava o “papel eminentemente revolucionário” desempenhado pela burguesia na história: “A burguesia só pode existir com a condição de revolucionar incessantemente os instrumentos de produção, por conseguinte, as relações de produção e, com isso, todas as relações sociais” (MC, p. 24). Nesta labuta, “tudo que era sólido e estável se esfuma, tudo o que era sagrado é profanado, e os homens são obrigados finalmente a encarar com serenidade suas condições de existência e suas relações recíprocas”. A burguesia procedeu à supressão das antigas relações feudais e à simplificação e clarificação das relações que os homens mantêm entre si, evidenciando que os atam os interesse, não supostas determinações extra-humanas ou meramente políticas ou morais. Tomou o poder e instituiu uma dominação política a sua forma, um poder estatal que “não é senão um comitê para gerir os negócios comuns de toda a classe burguesa” (MC, p. 23).

Neste processo, tal classe acabou constituindo aquele que, de acordo com a apreensão de Marx, seria o seu coveiro, o proletariado, inicialmente uma “massa disseminada por todo o país e dispersa pela concorrência” que não enfrentava “ainda seus próprios inimigos, mas inimigos de seus inimigos” (MC, p. 28). Com o desenvolvimento da indústria, o proletariado aumentou em número e recresceu em força e consciência; pelejando ao lado da burguesia, acabou ganhando experiência e capacidade de mobilização política. Esta classe é, de todas as que têm interesses diferenciados ou antagônicos em relação à burguesia, a única verdadeiramente revolucionária, já que produto mais autêntico da sociedade burguesa. Diferentemente de todas as outras classes que conquistaram o poder político e submeteram a sociedade as suas próprias condições de apropriação, os “proletários não podem apoderar-se das forças produtivas sociais senão abolindo o modo de apropriação que era próprio a estas e, por conseguinte, todo modo de apropriação em vigor até hoje” (MC, p. 30).

No *Manifesto comunista*, Marx dizia que, uma vez chegado ao poder, o proletariado se valeria da supremacia política conquistada para tomar paulatinamente o capital da burguesia, tornar o estado controlador dos instrumentos de produção e aumentar o total das forças produtivas. “Isto naturalmente só poderá

realizar-se, a princípio, por uma violação despótica do direito de propriedade e das relações de produção burguesas” por medidas cujo desenvolvimento as ultrapassará e que “serão indispensáveis para transformar radicalmente todo o modo de produção” (MC, p. 37). Há que atender, não obstante, para o fato de que este programa proposto no *Manifesto* foi ultrapassado diante dos desenvolvimentos apresentados pela própria realidade, em especial a Comuna de Paris. Como Marx teve o cuidado de anotar no prefácio à edição alemã de 1872, “não se deve atribuir importância demasiada às medidas revolucionárias enumeradas”, já que em vários pontos estavam envelhecidas; Marx se preocupou em citar nominalmente a Comuna de Paris, mostrando que sua própria existência havia destruído a idéia de que a classe operária pudesse se apoderar do aparato estatal e utilizá-lo para os seus próprios fins (MC, p. 14).

No texto também ficam claros o drama e a tragédia da sociedade burguesa, que a tornaram limitada e contraditória – bem como o contraponto comunista. Assim, “Na sociedade burguesa, o passado domina o presente; na sociedade comunista é o presente que domina o passado. Na sociedade burguesa, o capital é independente e pessoal, ao passo que o indivíduo que trabalha não tem nem independência nem personalidade” (MC, p. 33). Sob o domínio do capital, portanto, a própria personalidade humana é tolhida, constrangida e manietada – é isso que o comunismo deve superar, eliminando de um só golpe a propriedade privada e o poder político e estabelecendo uma situação em que a individualidade possa alcançar seu máximo desenvolvimento. Marx explicava: o proletariado, em sua luta contra a burguesia, chega ao poder e se põe como classe dominante; destrói violentamente as antigas relações de produção, bases para os antagonismos de classes; suprime, dessa forma, “as classes em geral e, com isso, sua própria dominação como classe” (MC, p. 38). Sendo o poder político “o poder organizado de uma classe para a opressão de outra”, tendo sido suprimidos os antagonismos de classe “e concentrada toda a produção propriamente falando nas mãos dos indivíduos associados, o poder político perderá seu caráter político”⁶. Então, em lugar da antiga sociedade burguesa, com suas classes e seus antagonismos de classes, surge uma associação onde o livre desenvolvimento de cada um é a condição para o livre desenvolvimento de todos (MC, p. 38). O

⁶ Marx retomava, aí, em termos muito semelhantes, o que já havia manifestado na *Miséria da filosofia*, do ano anterior: “A classe laboriosa substituirá, no curso de seu desenvolvimento, a antiga sociedade civil por uma associação que excluirá as classes e seu antagonismo e não haverá mais poder político propriamente dito, já que o poder político é o resumo oficial do antagonismo na sociedade civil” (*apud* Chasin, 2001, p. 54).

comunismo, cujas tendências Marx percebia na própria realidade capitalista (embora, é claro, não se desenvolvesse naturalmente a partir delas), não passa, portanto, pelo estatismo, pelo igualitarismo ou afins: passa pela livre associação, livre desenvolvimento de todos e de cada um, fim do poder político, emancipação humana – todos em conjunção.

O conjunto de textos que vimos de ver sumaria a crítica marxiana à politicidade. Os aportes teóricos de que eram expressão ganharam caráter extremamente relevante em relação a todo o seu pensamento e se mantiveram integralmente até o fim da vida. Os episódios analisados nos capítulos desta tese, e muito especialmente a propósito da Comuna de Paris, deram ensejo a que Marx reproduzisse idéias que mostram a coerência com o pensamento acima exposto.

No mister de desvendar a origem, o caráter da política e as formas específicas que assume entre os atributos do homem em sociedade, Marx chegou a uma percepção que contradita a concepção ontopositiva da política, segundo a qual a politicidade é característico intrínseco ao ser social e seu distintivo, sua peculiaridade, a expressão máxima de sua racionalidade. Pudemos constatar que Marx criticava a política por dentro, ou seja, não pretendia cobrar do estado uma pretensa postura ainda mais política, democrática, global, mas censurava ontologicamente a própria política, suas *premissas*. Ressalte-se o estatuto ontológico da crítica marxiana, *ontonegativa*, “precisamente, porque exclui o atributo da política da essência do *ser social*, só o admitindo como extrínseco e contingente”, ou seja, como “historicamente circunstancial” (Chasin, 1995, pp. 367-8).

No estado moderno, a politicidade configura-se de forma plena e perfeita e o poder político é centralizado, em oposição à sociedade civil. Os textos de Marx mostram a essência da política: “*força social pervertida e usurpada*, socialmente ativada como estranhamento por debilidades e carências intrínsecas às formas sociais contraditórias, pois ainda insuficientemente desenvolvidas e, por consequência, incapazes de auto-regulação puramente social”, de forma que a perfectibilização do estado apenas agudiza as contradições entre ele e a sociedade civil composta pelas individualidades. Desta forma, “a emancipação é na essência a reintegração ou recuperação humano-societária dessas forças sociais alienadas à política” (Chasin, 1995, p. 368).

A revolução social, todavia, necessita da forma política para que se efetive a auto-emancipação da classe social portadora da lógica onímota do trabalho e, por

consequente, a emancipação humana que com ela se confunde. Na medida em que representa a libertação de uma classe ou categoria social – ou seja, em sua faceta parcial –, sua primeira tarefa é política: desbaratar o estado de coisas que até então vigorava. Mas a revolução social vai mais além, ultrapassa os aspectos meramente políticos, destruidores da antiga ordem, para atingir o grau humano, mais alto, ganhando uma alma social, universal, quando demole o isolamento do homem em relação à sociedade (sua essência) e possibilita a reorganização das forças sociais, sua reabsorção pela comunidade. Quando o homem tiver as reapropriado e prescindir do “rodeio” que o estado representava, a emancipação terá se efetivado e começará o reino da liberdade.

Em síntese, “a crítica marxiana da política, decifração da natureza da politicidade e de seus limites, é por consequência o desvendamento da estreiteza e insuficiência da *prática política* enquanto atividade humana racional e universal, donde o salto metapolítico ao encontro resolutivo da *sociabilidade*, essência do homem e de todas as formas da prática humana.” (Chasin, 1995, p. 369) A revolução social, por conseguinte, não pode se efetivar por meio de uma simples prática política, mas demanda uma prática *metapolítica*, medidas que ultrapassem o âmbito político em direção ao social e, assim, apontem para o fim da própria política. O momento político da revolução visa a efetivar uma tarefa particular e passageira, que por consequência elimina o estado e a política; faz-se necessário ir mais além e construir formas organizacionais que inibam e desmontem o aparato político que opõe ao homem suas próprias forças alienadas.

A análise dos textos mostrou que esta apreensão da política permaneceria no pensamento marxiano até a maturidade, aflorando diante da explosão social que foi a Comuna de Paris.

Metodologia e Estruturação do Trabalho

Como já mencionamos, a categoria bonapartismo foi pesquisada por Marx em vários textos, a partir de 1850. Os mais conhecidos são *As lutas de classe na França de 1848 a 1850*, *A guerra civil na França* e, em especial, *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*. Há, ainda, toda uma série de artigos, publicados tanto na *Nova Gazeta Renana – Revista Político-Econômica*, fundada em 1850, quanto em diários como

*The New York Daily Tribune*⁷, entre outros. O tema também foi tratado nos manifestos da Associação Internacional dos Trabalhadores acerca da Guerra Franco-Prussiana e da Comuna de Paris, em 1871, bem como nos materiais preparatórios para a redação de *A guerra civil na França*. Outra fonte riquíssima para pesquisa é a correspondência, expediente muito utilizado por Marx. Muitas cartas constituíam como que um rascunho de algumas de suas obras, escritas para promover o debate, o próprio esclarecimento e a difusão de idéias.

De posse de materiais deste porte e relevância, e em coerência com as afirmações feitas no início desta Introdução, acreditamos que a tarefa precípua é *retomar* Marx, redescobri-lo, desvendar os mais importantes elementos de seu pensamento por ele mesmo, respeitar o modo de ser concreto, específico e na sua integralidade do objeto ideal marxiano. Este procedimento se relaciona à própria forma como Marx trabalhava. Uma das suas maiores preocupações teóricas foi compreender adequadamente os objetos que analisava – sem o que, a seu ver, toda intervenção na realidade (objetivo último do conhecimento) seria desastrosa e ineficiente. Estas preocupações ficaram especialmente claras na sua luta contra a filosofia especulativa, que considerava a idéia o princípio do real e, assim, tomava este como derivado; contra o assim chamado socialismo utópico, que queria forçar a realidade a ir ao encontro de suas idéias; e contra a economia política, impossibilitada ideologicamente de ir além de tautologias, representante científica que era do domínio do capital.

Desta forma, segundo Marx, no estudo rigoroso de um fenômeno ideal também é necessário respeitar o modo de ser do objeto, reproduzir teoricamente sua lógica inerente. O caráter heteronômico do pensamento em relação ao todo das esferas determinantes da sociabilidade não elide sua configuração em entidade específica, seus caracteres e conteúdos próprios, que uma pesquisa rigorosa deve respeitar e analisar. Neste sentido, acreditamos que é necessário discutir um corpo teórico da forma como recomendava Marx: “A pesquisa deve captar com todas as minúcias o material, analisar as suas diversas formas de desenvolvimento e descobrir a sua ligação interna. Só depois de cumprida essa tarefa pode-se expor adequadamente o movimento geral” (P1873, p. 15). Desta forma, o dado espiritual é respeitado em sua malha constitutiva interna. Está-se, assim, na direção contrária à

⁷ Pode-se também mencionar textos escritos por Marx, neste período, para inúmeros outros periódicos, entre os quais: *Die Reform*, *People's Paper*, *The Free Press* e *Neue Order Zeitung*.

da imputação de significados ou à leitura desconectada dos textos. A *objetividade*, o respeito à forma de ser do objeto é o norte desta pesquisa, desde o contato inicial até as conclusões. Tivemos por base, desta forma, a *sujeição analítica aos escritos marxianos*.

Não se pode confundir tal *procedimento de rigor* com uma mera paráfrase ou resenha dos textos avaliados. Pelo contrário, acreditamos que “antes de interpretar ou criticar é incontornavelmente necessário compreender e fazer a prova de ter compreendido” (Chasin, 1995, p. 335) – o que se faz, como já explicitado, pela reprodução analítica da estrutura, conteúdo e interligação do material que se tem sob os olhos. Trata-se de uma postura que respeita a natureza real do objeto ideal e considera que (levando às últimas consequências o argumento), se o investigador ou o homem em geral nada pudesse compreender dos textos e do mundo, ainda assim estes continuariam existindo (Chasin, 1995, p. 336). É, ainda, uma exigência da própria forma como foram (in)compreendidos muitos textos de Marx.

É importante destacar, ainda, outro aspecto de seu pensamento, a saber, a necessidade de desvendar e dar a conhecer a gênese dos fenômenos históricos, evidenciar a determinação social do pensamento, a constituição histórica de cada formação social, seus limites e as possibilidades que abre para a atuação praxica transformadora e para as reflexões teóricas. Neste sentido, as questões postas pelo objeto que abordamos estão intimamente relacionadas às formas próprias pelas quais os países se constituíram como nações capitalistas⁸.

Marx afirmava que “uma explicação que não dá a *differentia specifica* não é uma explicação”, mas somente “a aparência de um conhecimento real, pois esses sujeitos reais permanecem incompreendidos” (CFDH, p. 326). Para ele, não bastava patentear o caráter contraditório de um objeto: fazia-se mister compreender a *especificidade* da contradição em pauta. Por isso, ao criticar o pensamento especulativo, apontava como problema deste não chegar “a uma especial *riqueza* de

⁸ Marx sublinhava que o modo de produção capitalista determina e contém várias formações sociais, que substancializam, de forma *particular* e *concreta*, o caráter universal do modo produção, são um momento da particularização do modo de produção. Em termos sintéticos, na universalidade do capitalismo existem várias formas de concreção. Dentro da forma particular clássica de objetivação do capitalismo, existem singularidades (como a francesa e a inglesa, por exemplo) que, embora com características próximas, caminharam de forma diferenciada. Marx considerava a Inglaterra o país típico do desenvolvimento econômico da burguesia, e a França era tida por ele como o lócus típico do desenvolvimento político da classe burguesa. Porém, no interior do universal capitalista, existem formas particulares *não-clássicas* de objetivação do capitalismo, como é o caso da *prussiana*, caracterizada pelo atraso e pela ausência de uma revolução burguesa. Ali, burguesia e estado desempenharam atribuições diferentes das ocorridas na via clássica. O país típico desse desenvolvimento é a Alemanha.

determinações” (SF, p. 86). A preocupação de captar o complexo de complexos do real, apontando-lhe a natureza particular, acompanhou todo o seu trabalho.

Seguindo suas indicações, buscamos averiguar as origens do bonapartismo, suas relações com a sociedade da época, as necessidades que o suscitaram e as tarefas que veio cumprir. Estudamos amplamente a história francesa (e, em parte, a alemã) da época, com o fito de averiguar a pertinência ou não das análises marxianas, tentando ser coerentes com sua própria forma de trabalhar, que nunca descolava a produção ideológica da realidade histórica de que surgiu.

Queremos, pois, descobrir quais são as origens históricas, as características e as principais conseqüências do bonapartismo, da maneira como Marx as percebia, com destaque para as interconexões umbilicais que ele observava entre este fenômeno, o capital e a política. Para tanto, etapa fundamental é o detalhado estudo das suas obras que abordaram o bonapartismo, para recuperar as idéias originalmente apresentadas por ele, sua permanência ou não no decorrer dos anos, a relação que mantinham entre si e com outros pontos relevantes da teorização marxiana.

Assim esclarecidos nossos intentos, resta falar da estruturação deste trabalho. O Capítulo I discute as Revoluções Europeias de 1848. Acompanhamos detalhadamente a exposição de Marx sobre a situação na França, descobrindo com ele a particular estrutura de classes francesa, as divisões no interior das classes dominantes, os acontecimentos que levaram à assunção de Luís Bonaparte⁹ à presidência e ao fortalecimento do poder executivo em detrimento do legislativo, dos clubes e associações. Neste capítulo, seguimos a estrutura proposta n’*As lutas de classes*, detendo-nos no fim do ano de 1850 e deixando a conjuntura que antecedeu imediatamente o golpe de Bonaparte para o próximo.

No Capítulo II, explanamos acerca das observações e análises de Marx sobre os píncaros do confronto entre executivo e legislativo, a súplica burguesa por um governo forte e o *coup de tête* de Luís Bonaparte. Também reproduzimos as avaliações marxianas sobre o governo bonapartista e suas medidas, salientando sua essência: atenuar as lutas de classes e promover o desenvolvimento capitalista.

O Capítulo III aborda a Comuna de Paris, que Marx apontava como a antítese direta do bonapartismo. O pensador alemão acompanhou em detalhe o desenrolar

⁹ Neste trabalho, referir-nos-emos a Ch.-Louis Napoleão Bonaparte como Luís Bonaparte ou, quando cabível, Napoleão III, distinguindo-o, desta forma, de Napoleão Bonaparte, dirigente do primeiro império francês.

dos acontecimentos e do que escreveu a respeito resulta uma das mais detalhadas discussões que fez da política, do estado burguês e da sua derrocada. Evidenciamos como a análise marxiana deste “assalto aos céus” retomou e aprofundou questões já desenvolvidas, relativas à ontonegatividade da política, à auto-emancipação da perspectiva onímota do trabalho e à emancipação humana.

No último capítulo, por fim, discorremos sobre a forma como o marxismo, depois de Marx, apreendeu, modificou, complementou ou rejeitou as tematizações marxianas a respeito do bonapartismo. Destacamos as importantes contribuições de Engels, passando por Trotsky, Gramsci e outros. Também nos detemos sobre a forma como a questão apareceu, teórica e praticamente, no Brasil.

As conclusões acompanham a exposição de cada parte deste trabalho e estão sumariadas nas Considerações Finais.



Acompanhamos na Introdução, sumariamente, o desenvolvimento do pensamento de Marx no que toca especificamente à questão política, dentro do recorte proposto nesta tese. Temos, agora, condições de perceber como certas conclusões a que chegou no itinerário mencionado estão subjacentes a suas análises no período que estudamos.

Procederemos, neste capítulo, à exposição da avaliação que Marx fez das revoluções de 1848 e da ascensão de Luís Bonaparte ao poder na França. Para tanto, principiamos com uma pequena introdução histórica e nos debruçamos longamente, a seguir, na exposição propriamente dita do pensamento de Marx. Seguiremos com ele a sucessão de eventos que redundou no total fortalecimento do poder executivo e daremos algum destaque à configuração das classes sociais francesas, que se mostrou fundamental. Como se verá, este profundo trabalho de historiador que Marx realizou foi um processo importantíssimo para que ele chegasse à tematização sobre a moderna configuração do estado e da sociedade – e, neste mister, do bonapartismo enquanto fenômeno a eles relacionado.

Nossa reprodução analítica da avaliação marxiana das revoluções de 1848 se vale dos principais textos políticos de Marx escritos no período, em especial os publicados na *Nova Gazeta Renana* (NGR) no calor mesmo dos acontecimentos – entre outros, *A Revolução de Junho* e *O movimento revolucionário*, no caso francês. Na *NGR – Revista Político-Econômica* foi publicada em 1850, por fascículos, sua primeira avaliação mais longa do processo, *As lutas de classes na França*¹⁰. Seguiu-se *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*¹¹, escrito entre dezembro de 1851 e março de 1852 e publicado pela primeira vez na revista nova-iorquina *Die Revolution*. Também mencionamos elementos importantes escritos duas décadas depois, em *A Guerra Civil na França*, além da correspondência¹² e, no caso das categorias a que chegara, livros anteriores de Marx, quando necessário.

¹⁰ Marx planejou escrever quatro artigos, mas apenas três vieram a lume na NGR. Engels juntou, em 1895, o texto que ganhou o título de “A Abolição do Sufrágio Universal”, escreveu um prefácio e publicou o livro como hoje é conhecido. Usamos a versão mexicana, da Fondo de Cultura Económica, cotejada com a edição brasileira da Alfa-Ômega e a francesa de Gallimard (Paris, 1994, trad. e ed. por Maximilien Rubel), que traz não apenas este texto, como o *18 Brumário* e a análise de Rubel *Karl Marx devant le bonapartisme*.

¹¹ Optamos pela tradução da Paz e Terra, revista por Leandro Konder e cotejada com a de Gallimard e da Alfa-Ômega (São Paulo, s/d).

¹² Neste caso, principalmente as publicadas pela Alfa-Ômega e pela edição conjunta do *18 Brumário* e *Cartas a Kugelmann*, da Paz e Terra, já mencionada. Cotejamos, em alguns casos, com as publicadas em conjunto com *A Miséria da Filosofia* (São Paulo, Global, 1985, tradução de José Paulo Netto) e com a *Correspondence*, de Messidor/Éditions Sociales (Paris, 1984; 1985; 1989).

1.1 CANTO DO GALO GAULÊS CONCLAMA À PRIMAVERA DOS POVOS¹³

O período entre a Revolução Francesa e as Revoluções de 1848, conheceu um amplo desenvolvimento em termos de comunicações (rapidez e amplitude), crescimento populacional, aumento das áreas urbanas, da produção industrial e do comércio internacional, de desenvolvimento da ciência e da difusão do conhecimento. Entretanto, exceto na Grã-Bretanha e outros poucos lugares, a agricultura ainda era predominante e a população urbana estava no encalço da rural, superando-a em 1851. Embora numericamente decrescente, a escravidão ainda era uma realidade em certas partes do mundo, ao mesmo tempo em que se desenvolviam sistemas de semi-escravidão. A servidão havia sido eliminada em quase toda a Europa, o que não foi acompanhado de uma alteração significativa da situação real do trabalhador rural em vários lugares. Este vínculo legal dos camponeses à gleba persistia em suas principais fortalezas da Europa, embora a agricultura servil estivesse em declínio e os camponeses fossem mais rebeldes. Os nobres ainda conservavam sua posição e sua riqueza na maior parte dos países, ainda que estivessem a cada dia mais subordinados à indústria, às ações e aos valores da burguesia. A pequena burguesia tinha crescido, mas ainda contava com membros em número modesto. Já a classe trabalhadora, incluindo o novo proletariado, alcançava um crescimento vertiginoso – não obstante, sua imensa importância política ainda era bastante desproporcional a seu tamanho e a suas façanhas. No que toca ao poder político, a monarquia prevalecia, notando-se a existência de monarquias constitucionais no interior de uma constelação de monarquias absolutas.

A França foi um dos países onde a revolução burguesa foi mais radical, dadas as pressões vindas das camadas de baixo. No decorrer do processo revolucionário francês (e, fundamentalmente, com o poder jacobino), a burguesia classe se dividiu em dois campos diferentes: a grande burguesia, que via, agora, a revolução ameaçando seus interesses, pelo que pelejava por estancar a Revolução e implementar um sólido governo conservador; e a pequena burguesia e a burguesia industrial (politicamente representadas pelo jacobinismo), que se voltavam à consecução de uma república democrática mais avançada. O proletariado, como classe política e ideologicamente independente, estava apenas em formação, em face do estágio incipiente da indústria francesa neste período.

¹³ As informações históricas foram obtidas em: Costa (1998); Duncker; Goldschmidt; Wittfogel (1939); Droz (1972); Seignobos (1936); Roces (1989); Hobsbawm (2001); Beer (s/d).

Após a derrota definitiva de Napoleão, em 1815, a dinastia Bourbon foi reconduzida ao trono francês (com os poderes ampliados pela centralização administrativa operada na era napoleônica), e o país, como toda a Europa, passaria por uma era de reação. As potências reacionárias (Rússia, Prússia, Áustria) haviam criado a Santa Aliança, a fim de se precaverem contra as revoluções burguesas liberais, comprometendo-se a resguardar a segurança das monarquias absolutas restauradas – militarmente, se necessário. Sob orientação de Metternich, foi feita nova partilha da Europa e das suas colônias e a recomendação aos monarcas que se empenhassem em conter os movimentos e idéias revolucionárias que pudessem comprometer a ordem no interior de suas fronteiras.

Em termos de política internacional, a década de 1840 conhecia um pleno domínio (político e econômico) das potências européias, a que viriam se juntar os Estados Unidos. Outra característica do período era a clara consciência de uma iminente revolução social, que permeava as ações das classes dominantes, dos revolucionários e das próprias massas pobres.

No que pertine à França, embora ainda eminentemente agrária e mesmo tendo sofrido uma industrialização tardia em relação à Inglaterra, o país era, no final da década de 1840, o segundo país europeu mais industrializado, tendo inovado em ramos como finanças, comércio, propaganda, conhecimento científico e técnico. O país assistia ao crescimento urbano, ladeado pelo desenvolvimento da produção industrial, do comércio e das atividades financeiras tipicamente capitalistas. O progresso da indústria era evidenciado pela construção de ferrovias, pelo aumento do número de embarcações a vapor, pelo crescimento da produção carbonífera e metalúrgica, pela ampliação do comércio internacional, pelo *boom* de sociedades por ações, pela expansão colonial. O crescimento das atividades industriais (embora até meados do século as atividades agrícolas predominassem), em especial a partir da década de 1840, rompeu as estruturas econômicas e sociais tradicionais francesas. Mas era uma indústria favorecida pelo monopólio, que sofria de deficiências creditícias e voltada, caracteristicamente, para mercadorias de luxo. Ademais, a burguesia industrial não era o setor dominante da grande burguesia francesa.

Outra característica francesa era a importância do estado e de sua estrutura burocrática, em especial a partir do período napoleônico. A burguesia em ascensão, especialmente, lançava-se com apetite aos cargos públicos que se multiplicavam. De acordo com Marx, desde seus primórdios, “a burguesia francesa ganha fortemente em

influência, graças ao fato de que ela se constitui sob a forma de parlamentos, da burocracia etc., e não como na Inglaterra unicamente graças ao *comércio* e à *indústria*”, traço que considerava ainda presentes na França dos anos 1850 (Carta a Engels de 27 de julho de 1854, p. 87)¹⁴.

O desenvolvimento do capitalismo engrossava as fileiras do proletariado, de que apenas uma pequena parcela empregava-se na grande indústria: a maior parte era formada por artesãos e diaristas urbanos, trabalhando por conta própria ou na indústria doméstica tradicional, quase sempre dependente dos grandes comerciantes e de compradores no atacado, o setor manufatureiro (e que formariam a maioria dos participantes das insurreições de 1848). Nestes casos, ainda não havia uma separação rígida entre o operário e seu patrão: os pequeno-burgueses, bastante numerosos, mantinham laços de solidariedade com os operários, que também carregavam a esperança de ascender àquela posição. Tinham-se claras apenas as linhas divisórias entre o operário e o pequeno-burguês, de um lado, e o grande capitalista, de outro. Mas misturavam-se aí os operários modernos, e já se formava uma consciência de classe.

Nos centros de atividade fabril intensa (como Paris, Lyon, Marselha, Mulhouse), as transformações econômicas desencadeavam um rebaixamento generalizado das condições de vida dos operários e pequenos produtores. Os operários viviam em péssimas condições, habitando cubículos insalubres, alimentando-se mal e alquebrando-se num trabalho monótono, embrutecedor e, às vezes, perigoso, cuja jornada era prolongada por até 16 horas. O salário ainda era arbitrariamente fixado, bem como a duração da jornada de trabalho. O patrão aumentava seus lucros cobrando multas dos trabalhadores, por quem não se responsabilizava nunca em caso de acidentes ou doenças ocupacionais. Alcoolismo, infanticídio, prostituição, suicídio, demência, epidemias, aumento da criminalidade e da violência, além da difusão de seitas e cultos de caráter místico e apocalíptico, eram observadas neste momento no país. A classe operária ainda estava ideologicamente ligada aos ideais burgueses, principalmente pequeno-burgueses. Entretanto, começava a se desenvolver como força política autônoma, organizada em movimentos trabalhistas e orientada por teorias socialistas mais ou menos

¹⁴ Em fins dos anos 50, Marx qualificaria a administração como “este parasita onipresente que se farta das substâncias vitais da França” (*apud* Rubel, 2002, p. 262).

conseqüentes, amotinando-se e rebelando-se em várias ocasiões, no período estudado.

O período que Marx analisa nos textos que discutiremos inicia-se, propriamente, em 1830, quando a França e a Europa conheceram irrupções revolucionárias. Governava a França o rei Carlos X, líder dos ultra-realistas, apoiado, principalmente, pelos grandes proprietários de terras e por membros do clero, cujo reinado de extrema-direita provocou o surgimento de uma oposição burguesa liberal que pelejava contra as tentativas de restabelecimento do *Anciën Regime*. Naquele ano de 1830, Carlos X baixou decretos de conteúdo sumamente reacionário, dissolvendo a Câmara, anulando as últimas eleições (cujo resultado havia sido favorável à oposição), restringindo ainda mais os direitos de votar e ser votada da burguesia e extinguindo os últimos resquícios de liberdade de imprensa.

Diante de tais atos, a burguesia permaneceu indecisa, mas Paris se viu sacudida por uma nova comoção revolucionária que derrubaria a dinastia Bourbon – era a Revolução de Julho de 1830, que sublevou a capital em 27, 28 e 29 daquele mês (dias conhecidos como “os três gloriosos”). O proletariado parisiense, apoiado pelos estudantes e pela pequena burguesia, barricou-se por toda a cidade, combatendo as forças reais. No dia 29, finalmente, a insurreição alcançou a vitória, obrigando o rei a abdicar.

Entretanto, a república pela qual se bateram os operários não veio. Em vão alguns setores do proletariado, liderados por A. Blanqui¹⁵ e a Sociedade dos Amigos do Povo, tentaram dar continuidade ao processo revolucionário. A grande burguesia (tendo à testa Thiers), que não havia participado dos combates de rua, levou ao poder o duque de Orléans, que, a partir de 9 de agosto, passaria a governar a França com o nome de Luís Felipe I, “o rei das barricadas”. Seu reinado representaria os interesses do grande capital; em especial, o setor financeiro da burguesia assumia o monopólio do poder, condenando a fração burguesa industrial a refugiar-se na oposição. A radicalização popular seria logo controlada, dando início a um período de duas

¹⁵ Louis Auguste Blanqui (1805-81), um dos mais célebres revolucionários franceses do século XIX. Suas concepções foram fortemente influenciadas por Babeuf e em sua defesa passou na prisão aproximadamente 37 anos de sua vida. Partidário do carbonarismo, organizador de sociedades secretas conspirativas, via o socialismo como obra de uma vanguarda revolucionária que, com de um golpe, estabeleceria a ditadura do proletariado. Participou das jornadas de 1830, combateu a Monarquia de Julho, foi condenado à morte após a insurreição de 1839, pena revista para prisão perpétua. Libertado pela Revolução de Fevereiro, liderou a insurreição de 15 de maio, sendo novamente preso. Após muitas tentativas de derrubar o governo de Bonaparte (e novas prisões), fez o mesmo com o governo de defesa nacional, pelo que foi preso e esteve ausente da Comuna de Paris. Mesmo inelegível, foi eleito deputado em 1879.

décadas de domínio do mesmo segmento da burguesia. Espalhando-se pelo continente, a onda revolucionária de 1830 apontava a derrota definitiva da aristocracia e sua substituição pelo poder burguês na Europa Ocidental. Suas instituições liberais puderam ser mantidas a salvo por meio de restrições eleitorais educacionais ou de propriedade. Até mesmo a burguesia industrial tinha suas ressalvas ao regime; em especial, pleiteava uma reforma eleitoral, já que mesmo uma parcela desta classe estava excluída do processo político.

Na visão de Marx, com a Revolução de Julho, a burguesia liberal efetivou seus intentos originários,

com uma diferença, no entanto: com a sua formação política acabada, a burguesia liberal já não acreditava poder atingir o estado ideal através do estado representativo constitucional, já não aspirava à salvação do mundo nem a fins humanos universais: pelo contrário, tinha reconhecido nesse regime a expressão oficial do seu poder exclusivo e a consagração política dos seus interesses particulares. (SF, pp. 186-7)

A base de apoio do governo era a grande burguesia associada a frações aristocráticas vinculadas ao capital financeiro e à especulação: banqueiros, especuladores da Bolsa e do setor ferroviário, proprietários de minas de carvão e de ferro, grandes proprietários territoriais. Outra operação que gerava lucro aos banqueiros era a dívida pública, que as guerras haviam contribuído para engrandecer e que era coberta recorrendo-se a empréstimos.

Marx destacava que a penúria financeira da assim chamada Monarquia de Julho (1830-48) a tornava dependente da alta burguesia, subordinação que gerava uma crise ainda maior. Isto porque, embora fosse premente a necessidade de equilibrar despesas e receitas da administração pública, a “fração burguesa que mandava nas câmaras e fazia as leis se achava, pelo contrário, *diretamente interessada em encher de dívidas o estado*”, uma vez que “cada novo empréstimo brindava à aristocracia financeira uma nova ocasião para subtrair o estado, mantido artificialmente à beira da bancarrota e obrigado assim a contratar com os banqueiros nas condições mais onerosas” (LCF, p. 317). Desta forma, aumentavam as dívidas estatais e, em contrapartida, as influências e os ganhos da aristocracia financeira – daí que os dispêndios do estado tenham chegado a níveis históricos altíssimos.

Marx esclarecia que a aristocracia financeira não compreendia apenas os grandes promotores de empréstimos e especuladores de títulos públicos:

Todo o moderno círculo financeiro, todo o setor de atividades bancárias está entrelaçado na forma mais íntima com o crédito público. Parte de seu capital ativo é necessariamente invertida e posta a juros em títulos públicos de fácil resgate. Os depósitos de que dispõem, o capital colocado a sua disposição e por eles distribuído entre comerciantes e industriais, provêm em parte dos dividendos de possuidores de títulos do governo. Se em todas as épocas a estabilidade do poder público significava tudo para todo o mercado financeiro e para os oficiais desse mercado financeiro, por que não o seria hoje, e com muito mais razão, quando cada dilúvio ameaça destruir os velhos estados e, com eles, as velhas dívidas do estado? (18BLB, p. 97)

As oscilações do crédito público e o “vazamento” de segredos do estado permitiam a um grupo de burgueses (cujas atividades eram pouco mais que a agiotagem) enriquecer de forma extraordinária, em contraponto à ruína de um grande número de pequenos capitalistas. Todo este sistema estava erigido, ademais, sobre uma estrutura viciada por fraudes e corrupções que se iniciavam no mais alto escalão e se repetiam amiúde nos contratos de obras públicas. Outra maneira de as classes dominantes enriquecerem era a construção de ferrovias, geralmente exploradas (como capitalistas) pelos mesmos políticos que as aprovavam. Desta maneira, mesmo pequenas reformas financeiras esbarravam nos interesses dos banqueiros e seus sequazes.

Em suma, resumia Marx, a Monarquia de Julho era nada mais que uma sociedade de ações aberta para explorar a riqueza nacional francesa e cujos dividendos eram repartidos entre ministros, deputados, um pequeno círculo de eleitores e asseclas.

Como a aristocracia financeira era a legisladora, a administradora do estado e a dirigente dos poderes públicos organizados – e como sua voz tinha predominância perante a opinião pública, em face de seu controle da imprensa –, a mesma promiscuidade repetia-se em todas as esferas da sociedade. Isso o levou a designar aquela aristocracia, pelo seu estilo de vida, gozos e anseios, como uma espécie de lumpemproletariado, “a *reencarnação do lumpemproletariado nas alturas da sociedade burguesa*” (LCF, p. 318).

Neste quadro, a burguesia industrial percebia que seus interesses estavam sendo relegados a plano secundário, a pequena burguesia via-se atingida em seus princípios morais, o povo se sublevava e a capital estava tomada por manifestações desta indignação geral diante do que se qualificava como “domínio dos Rothschilds”.

Marx afirmava que a revolução de 1830 significara “passagem do governo das mãos dos latifundiários para as mãos dos capitalistas”, transferindo o poder “dos inimigos mais remotos para os inimigos mais diretos da classe operária” (GCF, p. 80). Permaneciam, não obstante, grandes diferenças no interior desta classe. Engravescia-se o quadro com a política exterior, que arrojava contra o sentimento nacional francês uma série de humilhações.

A crise industrial e comercial inglesa (marcada pela quebra de bancos, fechamento de fábricas e falência de comerciantes) foi, segundo Marx, o outro grande acontecimento econômico que contribuiu para suscitar as revoluções de 1848. Por fim, a situação econômica mundial do período acelerou e fermentou a revolta. A Inglaterra aboliu suas leis protecionistas relativas aos cereais e, no ano seguinte, a grande crise comercial inglesa impeliu o continente europeu à depressão, atingindo em cheio a indústria e gerando uma crise de superprodução que se alastrou, principalmente, pelo setor têxtil. A praga das batatas e as más colheitas de 1845 e 1846 acentuaram a efervescência entre o povo; da grande queda na produção agrícola decorreu o incremento dos preços dos produtos alimentícios, o desemprego, o rebaixamento significativo do poder de compra dos trabalhadores, alastrou-se a fome – o que, na França, contrastava com “as desavergonhadas orgias da aristocracia financeira” –, dando lugar a cruéis conflitos, inclusive com os setores burgueses não hegemônicos (LCF, p. 319).

Na França, a crise teve conseqüências desastrosas para a economia e tinha cores próprias, diante da escassez de capital para o financiamento da produção. Aditando-se ao desenvolvimento das idéias socialistas e revolucionárias, aos progressos da oposição da pequena burguesia democrática, ao domínio inquestionado do setor financeiro, à corrupção dos altos funcionários do reino e os conseqüentes escândalos, que contrastavam duramente com as condições difíceis de vida da população, gerou as movimentações de 1848.

Por outro lado, Guizot e a burguesia no poder recusavam-se ao alargamento da sua base social de sustentação, pela via da reforma eleitoral, considerando que esta ampliação adviria do naturalmente desenvolvimento econômico; o critério para o ingresso na política era censitário, o direito de voto relacionava-se à capacidade econômica, não era um atributo do homem e do cidadão. Da mesma forma, a maior intervenção da burguesia nos negócios públicos não tinha como contrapartida nenhuma separação entre os poderes.

O temor do jacobinismo enrijou as estruturas políticas francesas, levando a uma radicalização. Assim, a agitação político-social se intensificava na França: em 1847, as frações burguesas que se opunham ao regime, impedidas de atuar dentro dos limites constitucionais, desenvolveram uma campanha de banquetes em prol de uma reforma na legislação eleitoral “que haveria de dar-lhe a maioria nas câmaras e derrocar o ministério dos senhores da Bolsa”. Também a pequena burguesia estava descontente, pois, em face daquelas circunstâncias, o comércio exterior se tornava laborioso para uma série de industriais e comerciantes que, por sua vez, lançavam-se no mercado interno, provocando a ruína de pequenos comerciantes e merceeiros. “Daí o sem-número de quebras que se registravam neste setor da burguesia parisiense e, como consequência disto, a atitude revolucionária adotada por estes elementos em fevereiro” (LCF, pp. 319-20).

Na apreciação que qualificou de “revolução francesa de 24 de fevereiro de 1848 a dezembro de 1851”, Marx destacou três grandes períodos: o primeiro, o *período de fevereiro*, o “prólogo da revolução”, abarca o momento em que a revolução de 24 de fevereiro destronou Luís Felipe e instituiu um Governo Provisório. O segundo, de 4 de maio de 1848 a 28 de maio de 1849, é “*o período da constituição da república, ou da assembléia nacional constituinte*”. A terceira etapa é a que vai “de 28 de maio de 1849 a 2 de dezembro de 1851, *o período da república constitucional ou da assembléia nacional legislativa*” (18BLB, p. 23). Em cada um destes momentos, a análise marxiana dedicou-se a reproduzir as contradições internas da república, que terminaram por levá-la à morte.

A ubiqüidade da revolução social era ressaltada por Marx: na Revolução de Fevereiro, a república social¹⁶ aparecia como uma promessa; nas Jornadas de Junho de 1848 foi estripada; permaneceu, contudo, como uma ameaça constante. Chegou-se a anunciar seu advento com a república democrática, afugentada em 13 de junho de 1849. A república parlamentar burguesa predominou largamente a partir de então, mas em 2 de dezembro de 1851 recebeu um golpe fatal. Vejamos como detalhou os acontecimentos.

¹⁶ Segundo Claudín, para Marx e Engels, “como para a generalidade dos comunistas e democratas daquele tempo, a república e o sufrágio universal integral não eram compatíveis com a dominação da burguesia; eram reivindicações associadas à instauração de um poder proletário e popular” (Claudín, 1985, p. 40).

1.1.1 O Governo do Improviso

Em 14 de janeiro de 1848, Guizot, ministro de Luís Felipe, proibiu a realização de um banquete pela reforma eleitoral, reiterando a proibição no dia 21 de fevereiro, véspera da nova data marcada pelos desafiantes organizadores. A burguesia republicana acatou a proibição, optando por uma campanha oposicionista entre as paredes seguras do parlamento. O proletariado, contudo, foi às ruas: por volta do horário combinado para o evento, começaram a se aglomerar nas proximidades republicanos radicais, socialistas e populares (operários, artesãos, estudantes, pequenos burgueses e a população parisiense em geral). No dia 23, ainda se podiam observar manifestantes nas ruas, cuja repressão foi encomendada à guarda nacional; esta, não obstante, passou-se para o lado daqueles. Ao concentrar-se em frente ao Ministério das Relações Exteriores, residência de Guizot, a multidão foi alvejada pela guarda palaciana, havendo mortos e feridos. Aquele evento desencadeou uma furiosa rebelião popular e, a partir de então, o que eram motins em prol da reforma eleitoral converteu-se na Revolução de Fevereiro; naquela noite, ergueram-se 2.000 barricadas.

No dia 24, continuaram os combates em vários locais de Paris, dando a vitória à insurreição. O rei Luís Felipe fugiu, legando o trono ao duque de Orleães, seu neto. Um grupo de deputados monarquistas intentou implantar uma regência da mãe deste, mas o povo e guardas nacionais invadiram a Câmara e iniciaram as negociações para a elaboração de um Governo Provisório, concluída no Hôtel de Ville. O Governo Provisório era formado majoritariamente por burgueses, representantes da pequena burguesia democrática (Ledru-Rollin e Flocon) e, pela primeira vez na história, incluía dois representantes do proletariado: Louis Blanc¹⁷ e o Albert¹⁸. Os dois, porém, não estavam no primeiro escalão, mas tinham postos de secretariado do gabinete. À frente do governo estava Lamartine¹⁹.

¹⁷ Jean Joseph Louis Blanc (1811-82), escritor e político, teórico de tendências socialistas burguesas, que negavam a luta de classes. Reformista, pregava a transformação social pacífica. Desenvolveu a teoria da “organização do trabalho”, de conotação socialista igualitária, que tinha por base o direito ao trabalho e a atuação decisiva do estado. Deputado da assembleia nacional em 1871, opôs-se à Comuna de Paris.

¹⁸ Na verdade, Alexandre Martin (1818-95), operário socialista, blanquista, posteriormente seguidor de Marx.

¹⁹ Alphonse Marie Louis de Prat de Lamartine (1790-1869), poeta, historiador, político e escritor. Dirigente dos republicanos moderados nos anos 1840. Em 1848, foi ministro do Exterior, esteve à frente do Governo Provisório e participou da assembleia nacional constituinte. Concorreu à Presidência com L. Bonaparte.

Diferentemente de 1830, o povo parisiense destituiu desta feita a monarquia, iniciando-se a segunda república francesa. Novas leis eleitorais foram proclamadas e convocadas eleições para a guarda nacional e uma assembléia constituinte, a realizar-se em abril, em sufrágio universal em bases amplas, a partir da maioria (21 anos).

A Revolução de Fevereiro, dizia Marx, valendo-se do fator *surpresa*, tolheu uma velha sociedade desgarnecida, “e o povo proclamou esse *golpe* inesperado como um feito de importância mundial que introduzia uma nova época” (18BLB, p. 20). O objetivo originário era efetivar uma reforma eleitoral que desse fim ao domínio exclusivo da aristocracia financeira, ampliando a participação de outros elementos burgueses politicamente privilegiados. Mas, “Imediatamente após as jornadas de fevereiro não só viu-se a oposição dinástica²⁰ surpreendida pelos republicanos, e estes pelos socialistas, como toda a França foi surpreendida por Paris” (18BLB, p. 24). De fato, ao iniciar-se efetivamente a peleja,

quando o povo levantou as barricadas, a guarda nacional manteve uma atitude passiva, o exército não ofereceu nenhuma resistência séria e a monarquia fugiu, a república pareceu ser a seqüência lógica. Cada partido²¹ a interpretava a seu modo. Tendo-a conquistado de armas na mão, o proletariado imprimiu-lhe sua chancela e proclamou-a uma república social. (18BLB, p. 24)

Em 1848, os acontecimentos que provocaram diretamente a revolução tinham um caráter puramente político /.../ e quando os soldados da revolução, os operários de Paris, proclamaram a revolução de 1848 como a revolução social, seus generais foram tão surpreendidos como o resto do mundo. (CME, p. 148)

O povo, entretanto, aliado a classes que não representavam seus interesses, não tinha ainda claro que odiava em Luís Felipe o representante do capital no trono e, “magnânimo como sempre, acreditou haver destruído seu inimigo ao derrotar o

²⁰ Grupo liderado por Odilon Barrot, durante a Monarquia de Julho, na Câmara dos Deputados. Ligado à burguesia industrial e comercial, tinha idéias liberais e pregava uma reforma eleitoral moderada.

²¹ É necessário esclarecer o significado específico da palavra “partido”, na época. Agulhon ressalta que, “Naquele tempo, nenhuma organização comum estável congregava correligionários de um mesmo ideal político, fosse por se considerar a idéia de ação conjunta e disciplinada incompatível com uma concepção política que valorizava a responsabilidade e a consciência individuais, fosse simplesmente pelo obstáculo legal, uma vez que não existia liberdade de associação”. No caso específico da teoria marxiana, Claudín observa “nos textos de Marx e Engels destes anos as expressões ‘partido da burguesia’ ou ‘partido burguês’ sem referir-se a nenhum dos grupos políticos burgueses específicos, mas à atuação da burguesia como tal classe”. Claudín cita o próprio Marx: “Por partido eu entendia o partido no grande sentido histórico do termo” (Claudín, 1985, p. 49). Ou seja, ao falar em “partido”, estava-se referindo “o conjunto de formas de organização e ação, ideológicas, políticas, sindicais, culturais, em que se manifesta a iniciativa histórica do proletariado, sua luta *contra* a burguesia e *por* um novo tipo de sociedade” (Claudín, 1985, p. 50).

inimigo de seus inimigos, o inimigo comum” (RJ, p. 81). A qualquer que se dispusesse a ver, a insurreição de fevereiro estava fadada a um terrível fiasco.

O caráter pouco definitivo, improvisado, era próprio da natureza do Governo Provisório constituído então. “Todos os elementos que haviam preparado ou feito a revolução – a oposição dinástica, a burguesia republicana, a pequena burguesia democrático-republicana e os trabalhadores social-democratas – encontram provisoriamente seu lugar no *governo* de fevereiro” (18BLB, p. 23). Este não podia ser outra coisa que um “*compromisso entre as diferentes classes* que haviam derribado juntas o trono de Julho, mas cujos interesses pugnavam entre si” (LCF, p. 320). Assim, se era composto, em sua grande maioria, por representantes da burguesia, também a pequena burguesia republicana estava ali presente e a classe operária tinha dois mandatários. É importante que se saliente, porém, que seu objetivo final era “*completar a dominação da burguesia*, atraindo à órbita do poder político, junto à aristocracia financeira, *todas as classes possuidoras*” (LCF, 1989, p. 321).

Naquele governo que apregoava a *fraternité*, o antagonismo entre as classes sociais era visto como apenas um mal-entendido. Lamartine, membro do Governo Provisório, representava “a idéia que a república burguesa formava de si mesma, a representação grandiloqüente, fantástica, idealizada em que se retratava a si mesma, o sonho de sua própria grandeza” (MAFI, p. 191). Pronunciava todos os discursos retóricos sobre a república burguesa e sobre a fraternidade dos povos, a emancipação universal de que a França seria portadora, a decisão desta de se sacrificar pelos povos; contudo, nada fez de efetivo. Donde

Em nenhum período, portanto, encontramos uma mistura mais confusa de frases altissonantes e efetiva incerteza e imperícia, aspirações mais entusiastas de inovação e um domínio mais arraigado da velha rotina, maior harmonia aparente em toda a sociedade e mais profunda discordância entre seus elementos. (18BLB, p. 24)

Mesmo ao partido de *Le National*²² era impossível nomear claramente a república que desejava – somente podia dizer-se republicano. Aliás, já se havia praticamente conformado com um período de regência da duquesa de Orléans²³ quando a Revolução de Fevereiro eclodiu, elevando seus representantes mais conhecidos a dirigentes do Governo Provisório.

As divergências cedo começaram. Lamartine negava aos combatentes do povo o direito de proclamar a república, algo que, segundo ele, somente poderia ser feito pela maioria dos franceses. Entretanto, na acepção marxiana, “se Paris, por causa da centralização política, domina a França, os operários, em momentos de comoção revolucionária, dominam Paris” (LCF, p. 320). Escaldado pela traição burguesa de 1830, o proletariado da capital impôs a república – relegada pelo Governo Provisório a segundo plano, em prol da distribuição dos ministérios entre os burgueses, generais, banqueiros e seus representantes ideológicos. Forçar a proclamação da república mostrava pela primeira vez o proletariado como um *partido independente* e era um verdadeiro desafio lançado aos burgueses; entretanto, salientava Marx, com isto o proletariado “Conquistava o terreno para lutar por sua emancipação revolucionária, mas não conquistava, de modo algum, sua emancipação mesma” (LCF, p. 321).

Constrangeu, ademais, o governo de compromisso a aceitar o sufrágio universal, com que a cena revolucionária passava a comportar a participação de toda a sociedade, e não apenas de frações da burguesia. “Com a monarquia constitucional, desaparecia também a aparência de um poder estatal enfrentado por sua própria virtude à sociedade burguesa, com toda a série de lutas subalternas que este poder aparente provoca” (LCF, p. 321).

De acordo com Marx, a tarefa a que se propunha a república de Fevereiro era completar a dominação burguesa e manifestá-la em sua pureza – a monarquia ocultava a supremacia do capital por trás do domínio de uma facção. Tal tarefa seria

²² Jornal criado em 1830, que congregava os republicanos burgueses moderados, economicamente baseado na burguesia industrial, a que se unia parte da intelectualidade liberal. Foi publicado até 1851. Dessa maneira, “No século XIX, o que havia de mais parecido com os escritórios, comitês e estados-maiores de ‘partidos’ do século XX eram as redações dos jornais, lugar de permanentes debates e por vezes de ajustes” (Agulhon, 1991, pp. 24 e 26). “O papel então desempenhado pela imprensa faz pensar no que Lênin viria a descrever 50 anos mais tarde, quando criou um jornal por ainda não ter condições de fundar um partido, e disse que um periódico era um ‘organizador coletivo’” (Agulhon, 1991, p. 29). Obs: as notas de rodapé biográficas e informativas foram criadas a partir da consulta a vários dos livros e sítios virtuais citados na bibliografia, não correspondendo literalmente a nenhuma fonte única.

²³ Princesa Hélène de Mecklembourg-Schweerin, casada com o filho primogênito de Luís Felipe (Fernando-Felipe de Orléans) e mãe do conde de Paris.

cumprida por meio da distribuição do poder político, então concentrado na aristocracia financeira, a todas as classes possuidoras, para o que era fundamental o sufrágio universal, que “convertia os proprietários nominais que formam a grande maioria dos franceses, os *camponeses*, em árbitros dos destinos da França” (LCF, p. 321).

Ainda que burguesa, Marx reiterava que aquela república havia sido conquistada pelas barricadas dos operários parisienses, como o fora a própria Monarquia de Julho – donde os caracteres republicanos desta e as instituições sociais de que se rodeou a primeira. Neste contexto é que o Governo Provisório viu-se de má vontade compelido a garantir trabalho (e, portanto, meios de existência) aos operários. De fato, sob a mira do revólver do operário Marche, Lamartine foi obrigado a oficializar o “direito ao trabalho”. Em 27 de fevereiro, o Governo Provisório abriu as Oficinas Nacionais, com o fito de minorar os efeitos do desemprego (em fins de maio, já seriam 100.000 trabalhadores). No dia seguinte, nova manifestação, em que os operários, agrupados por corpos de ofícios, vindicavam redução da jornada de trabalho, o fim da exploração do homem pelo homem e a criação de um Ministério do Trabalho e do Progresso, cujo titular seria Louis Blanc. Conseguiram que o governo nomeasse uma comissão especial para investigar a questão operária (Comissão de Luxemburgo, de que faziam parte os representantes dos trabalhadores no Governo Provisório e delegados das corporações de ofícios de Paris). Seu alquebramento evidenciava-se pela ausência de atribuições executivas e das próprias condições objetivas de existência e permanência.

Cristalizadas naquela nebulosa Comissão sediada no Palácio Luxemburgo estavam as pretensões operárias no que, então, podiam ir além das burguesas. Estava, necessariamente, condenado à impotência, assegurava Marx, um ministério proletário do trabalho instalado junto às instituições burguesas vigentes, visando a levar adiante intentos revolucionários operários a par da existência de uma plethora de nações burguesas, num momento em que as relações de produção francesas estavam atadas ao (e condicionadas pelo) comércio mundial, pela posição que a França nele ocupava e pelas suas leis.

De acordo com Marx, não poderia ser de outra forma:

uma classe na qual se concentram os interesses revolucionários da sociedade, tão rápido como se rebela, encontra imediatamente em sua própria situação o conteúdo e o material de sua atuação revolucionária: inimigos que abater, medidas

que adotar impostas pelas próprias necessidades da luta; as conseqüências derivadas de suas mesmas ações a impulsionam adiante. Não se propõe o problema de investigar teoricamente sua própria missão. Pois bem: a classe operária francesa não havia chegado ainda a este ponto; era todavia incapaz de levar a cabo sua própria revolução. (LCF, p. 323)

Assim, pois, não obstante a influência política que o proletariado parisiense adquiria em momentos de crise (que ia, inclusive, além dos meios que tinha), este não havia atingido a plenitude de seu desenvolvimento e não podia ainda impor um projeto autônomo à burguesia.

De fato, a indústria francesa, diferentemente da inglesa, “em grande parte, só logra manter inclusive o mercado nacional à força de um sistema proibitivo mais ou menos modificado”, e o proletariado da província “aparece reunido em centros industriais dispersos que quase desaparecem sob uma grande superioridade numérica de camponeses e pequenos burgueses” (LCF, p. 323). Nesta circunstância,

a luta do operário assalariado industrial contra o burguês industrial constitui, na França, um fato parcial que, depois das jornadas de fevereiro, não podia servir de conteúdo nacional à revolução, tanto mais porque a luta contra as modalidades subordinadas de exploração do capital, a luta do camponês contra a usura e a hipoteca, a do pequeno burguês contra o grande comerciante, o banqueiro e o fabricante; em uma palavra, contra a bancarrota, aparecia todavia envolta no levantamento geral contra a aristocracia financeira. (LCF, p. 324)

Marx buscou, dessa forma, clarificar quais eram as condições objetivas francesas. Nas condições de fevereiro, a luta do operário assalariado industrial contra o burguês industrial não poderia dar à revolução *caráter* e *conteúdo* nacionais. O que aparecia em primeiro plano era a luta contra a aristocracia financeira. Era preciso que a “marcha da revolução” sublevasse a massa da nação contra a dominação do capital, e só uma derrota como a de junho poderia lográ-lo, como veremos.

Não causava espécie, portanto, que, em fevereiro, os operários impusessem seus interesses *junto* aos da burguesia, em vez de sobrepô-los. Sua visão da república ainda continha traços da ingenuidade da confraternização geral e de abstração dos antagonismos de classes. Era necessário que o processo revolucionário opusesse a massa da nação à ordem burguesa para que os operários franceses se sublevassem contra ela, tendo os camponeses como aliados; “só podiam lograr esta vitória à custa da enorme derrota de junho” (LCF, p. 324).

Por sua vez, o Governo Provisório pelejou por tornar a república palatável para a burguesia e as províncias, buscando agradar a todos e não assustar a ninguém. Desde logo, distanciou-se da sangrenta primeira república: aboliu a pena de morte, manteve a liberdade de imprensa e deixou praticamente intocados os velhos dignitários que retinham a administração pública, o exército e os tribunais de justiça; absteve-se, ainda, de punir os delinquentes da Monarquia de Julho. Trombeteava às classes privilegiadas nacionais e aos poderes despóticos de além-fronteiras que era um *regime pacífico*.

Considerando-se as revoluções por que passavam então vários países da Europa, compreende-se que “a república não tinha diante si, por conseguinte, nenhum inimigo *nacional*”, “nenhuma classe de grandiosas complicações exteriores capazes de inflamar energias, de acelerar o processo revolucionário” (LCF, pp. 324-5); o proletariado parisiense, por sua vez, considerava-a cria sua, aclamando os atos do Governo Provisório que melhoravam suas condições de vida e sua acomodação à sociedade burguesa. Este “queria despojar à república de sua aparência antiburguesa” (LCF, p. 326).

Por outras palavras: o Governo Provisório havia sido pressionado a dotar a república de instituições sociais; de sua parte, ainda incapacitado de pôr-se acima da república burguesa para além da imaginação, o proletariado atuava sempre a seu serviço. Não obstante, suas cobranças pelo cumprimento das promessas feitas tornavam-se um perigo – desta forma, toda a existência do Governo Provisório resumiu-se à luta contra as reivindicações do proletariado. Assim, sem nenhuma resistência interna ou externa, o regime acabou abrindo mão de toda opção revolucionária e limitando-se à adaptação à sociedade burguesa – de que é testemunho sua atuação no âmbito financeiro.

Neste sentido, o sistema de crédito, público e privado, viu-se emparedado pela nova situação, dado que a revolução fez-se contra a aristocracia financeira e tal sistema embasava-se na confiança nas instituições sociais burguesas (era, portanto, “o termômetro econômico que permite medir a intensidade de uma revolução”) (LCF, p. 326). A retenção do crédito a que procedeu o desconfiado setor financeiro, no fim das contas, repercutiu (e teria necessariamente de ser assim) sobre ele mesmo. O estancamento atingiu, ainda, a circulação e a produção. Diante de tais circunstâncias, asseverava Marx, permitir que ocorresse a quebra dos bancos representaria o colapso da aristocracia financeira da França, mais poderosa e temerária inimiga da república.

Com isto, a burguesia se veria obrigada a socorrer-se com o estado, por meio de um Banco Nacional.

A república recém-nascida, não obstante, fez exatamente o contrário: honrou todos os compromissos financeiros da monarquia, pagando os cupons da dívida pública antes mesmo do vencimento. Por outro lado, estipulou moratória para saques acima de 100 francos nas caixas de depósito e aumentou os impostos diretos (suplementadas em 45 cêntimos por franco), que recaíam especialmente sobre os camponeses. Estes se tornaram, logo, inimigos da república e do proletariado que a havia imposto, ressentindo-se pelos trabalhadores das Oficinas Nacionais, a seu ver, alimentados com o aumento dos impostos que eles pagavam. Com o que, avaliava Marx, o Governo Provisório, na tentativa de distanciar-se até da suspeita de veleidades revolucionárias em relação às obrigações contraídas pela Monarquia de Julho, não teve mãos a medir para garantir aos “judeus da bolsa” tranqüilidade quanto às condições preestabelecidas – por exemplo, pagando-lhes antecipadamente. Quem arcou com esta conta, ainda desta vez, foram os pequenos burgueses, empregados e operários, por meio da retenção de seus depósitos e sua transformação em títulos da dívida pública, os quais deveriam trocar na Bolsa – pondo-se, portanto, nas mãos da mesma aristocracia financeira contra a qual haviam feito a revolução.

Ainda mais: o Governo Provisório sacrificou ao burguês o cordeiro camponês, cobrando-lhe mais um imposto, o de 45 cêntimos. Com isto, “*se obrigavam os camponeses a pagar os custos da Revolução de Fevereiro*, convertendo-os deste modo no material principal da contra-revolução” (LCF, p. 328). Cresceu, também, seu ódio ao proletariado parisiense, que via como o esbanjador que lhe dilapidava o patrimônio duramente conquistado. Note-se bem: enquanto a grande Revolução Francesa começou “eximindo os camponeses das cargas feudais, a revolução de 1848, para não fazer perigar o capital e manter em marcha a máquina do estado, anunciou-se impondo um novo tributo à população camponesa” (LCF, p. 328). Ao mesmo tempo, enganava-se o proletariado, via imprensa, fazendo-o crer que tal tributo recairia sobre a grande propriedade.

Reconhecendo e comprometendo-se amplamente com as dívidas estatais para com a velha sociedade burguesa, o Governo Provisório acabou subsumido a esta, o crédito passou a ser sua condição de vida e, por conseguinte, as promessas e concessões ao proletariado se lhe tornaram entraves. A simples menção à

emancipação dos operários tornara-se em perigo intolerável para a nova república, contestação que era das relações de classes existentes.

Em vista desta oposição, à burguesia parisiense (desprovida da proteção do exército e cuja guarda nacional não se sentia em condições de enfrentar o proletariado) restava contrapor uma parte da classe trabalhadora à outra, motivação para criação das guardas móveis. Estas eram compostas, fundamentalmente, por elementos do lumpemproletariado – núcleo de alistamento de batedores de carteira e delinquentes advindos de todas as classes e vivendo dos detritos da sociedade –, jovens inconseqüentes dispostos a grandes façanhas e negociações sujas. Comprados a FF 1,50 por dia, eram liderados por oficiais do exército permanente ou por burgueses eleitos por eles próprios.

Com a criação das Oficinas Nacionais, o Governo Provisório levava a cabo outra tentativa de cooptar os operários e desenvolver outro exército contra eles mesmos. Nestas oficinas, verdadeiras *workhouses*, militarmente organizadas, o governo assegurava aos trabalhadores adultos parisienses, provisória e “misericordiosamente”, um pedaço de pão, “sob a condição de que não participassem de manifestações populares, quer dizer, sob a condição de que deixem de ser republicanos” (RJ, p. 82). Ali se formava, porém, um “*exército para a revolta*”, visto que as instituições se opunham ao que Louis Blanc pleiteara; eram tidas como a primeira realização do socialismo, ou seja, eram – se não por seu conteúdo real, pelo seu título – o protesto corporificado do proletariado contra a indústria, o crédito e a república burgueses. Não surpreende, portanto, que atraíssem o ódio da burguesia, tanto quanto o da pequena burguesia: parecia-lhes incompreensível que o proletariado consumisse tais somas, quando sua própria situação era tão dramática – “e ninguém se deixa levar por maior fanatismo contra as supostas maquinações dos comunistas que o pequeno burguês colocado irremissivelmente à beira da bancarrota” (LCF, p. 330).

A burguesia controlava, entretanto, tudo que de fundamental havia na sociedade burguesa. Mas não tardaria e os antagonismos de classes se manifestariam. No dia 17 de março, a extrema-esquerda, liderada por Blanqui e outros, levaram às ruas 200.000 pessoas, exigindo que se adiassem as eleições para a assembléia constituinte, por acreditarem que o curto prazo do processo eleitoral não lhes permitiria fazer o devido trabalho de esclarecimento da população; a manifestação foi repetida em 16 de abril. Entretanto, no dia 23, tendo já recrudescido a repressão,

realizar-se-iam as eleições (com voto universal masculino), marcadas pelo fracasso da esquerda.

Segundo Marx, “o 17 de março e o 16 de abril foram as primeiras escaramuças da grande luta de classes que se ocultava sob as asas da república burguesa” (LCF, p. 330). Na primeira data, manifestou-se abertamente a situação ambígua do proletariado: se seu objetivo inicial era obrigar o governo a retornar ao caminho revolucionário, derrubar alguns ministros burgueses e impor nova cronologia para as eleições para a assembléia nacional e a guarda nacional, foi constrangido a usar sua gigantesca estatura em defesa da república burguesa que, no seu entender, sofria duras investidas.

Já o 16 de abril foi um equívoco construído pela burguesia e pelo Governo Provisório em torno de manifestações populares pacíficas que pleiteavam o adiamento das eleições para o estado-maior da guarda nacional. Espalhou-se o rumor de que os agrupamentos populares objetivavam derrubar o Governo Provisório e proclamar um governo comunista; assim, após um combate imaginário com os supostos golpistas, tinha-se o pretexto para a volta do exército a Paris. A república iniciava sua nova fase, mas os tempos mais dramáticos ainda estavam por vir.

1.1.2 O Monstro Republicano e o Espectro Vermelho

Com a posse da assembléia nacional constituinte saída de eleições nacionais, em 4 de maio de 1848, iniciava-se o segundo período daquela revolução: o da fundação da república burguesa, que duraria aproximadamente um ano.

O sufrágio universal e direto, despojado das prestidigitções que os republicanos de velha cepa lhe atribuíam, trouxe à tona a existência das diversas classes na França, no lugar dos simples cidadãos indiferenciados. Este tipo de escrutínio tinha o mérito de

desencadear a luta de classes, de fazer que as diferentes camadas médias da sociedade burguesa se sobrepussem rapidamente por sua experiência vivida a suas ilusões e seus desenganos, de fazer que todas as facções da classe exploradora se vissem empurradas de golpe às alturas do estado, arrancando-se assim a máscara enganosa que a cobria, enquanto que a monarquia, com seu censo eleitoral restringido, baseado na situação econômica, não havia feito mais que comprometer determinados setores da burguesia, ao passo que os outros permaneciam ocultos entre bastidores, rodeados do halo de santidade de uma oposição comum. (LCF, pp. 331-2)

Aquela assembléia representava a nação: “Era um protesto vivo contra as presunçosas pretensões das jornadas de fevereiro e devia reduzir os resultados da revolução à escala burguesa.” (18BLB, pp. 24-5) Desde a sua instalação, o caráter pretensamente operário do Governo Provisório foi afastado de vez: “Agora se tratava apenas /.../ de *fazer que o trabalho voltasse às suas velhas condições*”, mas estas não podiam ser restauradas, nem uma crise universal detida, pela mera vontade da assembléia (RJ, p. 82).

Durante a monarquia burguesa de Luís Felipe, apenas um setor da burguesia governara em nome do rei; na república burguesa que a sucedeu, toda a burguesia deveria governar em nome do povo. Era em nome desta república que a assembléia saída do meio do povo francês fazia a luta possível contra o proletariado, não a república resultante das barricadas de fevereiro, repleta de instituições sociais, mas a que representava a “reconstituição política, a fundamentação política da sociedade burguesa; é, em uma palavra, a *república burguesa*” (LCF, p. 332).

Diante deste reino burguês, declarava a assembléia nacional, “As reivindicações do proletariado de Paris são devaneios utópicos, a que se deve pôr um paradeiro” (18BLB, p. 25). Em consonância, a assembléia burguesa eleita principiou por afastar os representantes do proletariado da Comissão Executiva e rechaçar a proposta de criação de um ministério especial do trabalho. Vencedores de fevereiro, os proletários apresentavam arrogantemente a fatura, que a burguesia tinha de refutar de armas na mão. Via-se compelida a “demonstrar-lhes que estavam condenados à derrota tão rápido como lutassem não *junto* à burguesia, mas *contra* ela”, divorciando-se o quanto podia de manifestações socialistas (LCF, p. 333).

Em 8 de maio, Louis Blanc e Albert foram afastados da direção da Comissão do Luxemburgo. No dia 15 de maio, na oportunidade de uma manifestação a favor das insurreições polonesa e italiana, Blanqui conduziu manifestantes à Câmara, terminando por invadi-la, reivindicando cumprimento da promessa de dar pão e trabalho aos operários e de criar um Ministério do Trabalho. Diante da recusa da assembléia, esta foi declarada dissolvida e iniciou-se a instalação de um novo Governo Provisório. A tentativa de sedição fracassou e seguiu-se, mais uma vez, a repressão; os líderes foram presos, os clubes, fechados, a Comissão de Luxemburgo, suprimida. Marx assim retratou tais eventos:

O proletariado de Paris, que compreendeu imediatamente o caráter dessa assembléia nacional, tentou em vão, a 15 de maio, poucos dias depois de sua instalação, anular pela força a sua

existência, dissolvê-la, desintegrar novamente em suas partes componentes o organismo por meio do qual o ameaçava o espírito reacionário da nação. (18BLB, pp. 24-5)

Não conseguiu, porém, impor seus intentos, pelo contrário, o nefasto resultado desta insurreição foi a prisão – e o afastamento – de “Blanqui e seus camaradas, isto é, os verdadeiros dirigentes do partido proletário da cena pública durante todo o ciclo que estamos considerando” (18BLB, p. 25).

Sub-repticiamente, a Comissão Executiva do governo pôs percalços ao pleno funcionamento das Oficinas Nacionais e terminou por expulsar delas os operários solteiros (com a opção de irem para o exército).

As eleições parciais de 4 de junho elegeram democratas e socialistas, embora mostrasse mais o crescimento das divergências operárias com o governo que uma adesão ao socialismo. Em 21 de junho, a Comissão Executiva designada para governar pela assembléia decretou o fechamento das Oficinas Nacionais, determinando a ida dos operários solteiros que tivessem entre 18 e 25 anos para o exército, enquanto os demais seriam expedidos às províncias. Desta forma, dizia Marx, caído o véu que ocultava a verdadeira face da sociedade burguesa, os operários remanescentes das Oficinas viam-se diante da opção: morrer de fome ou ir à luta. Os operários parisienses não puderam quedar-se inertes diante de uma decisão que envolvia diretamente a vida de 100.000 homens e tomaram as ruas de armas nas mãos. Foram quatro dias (23 a 26 de junho) de acerbos e violentos combates, o auge das lutas que vinham sendo desenvolvidas pelo proletariado havia uma década. Assim provocados e injuriados, dizia Marx, os trabalhadores responderam com “aquela tremenda insurreição que constitui a primeira grande batalha travada entre as duas classes em que se divide a sociedade moderna. Era uma luta em que se ventilava a manutenção ou a destruição da ordem *burguesa*” (LCF, p. 333). Marx a considerava então “o acontecimento de maior envergadura na história das guerras civis da Europa” (18BLB, p. 25).

Estas Jornadas de Junho foram afogadas em sangue: sob o comando draconiano de um republicano burguês, o general Cavaignac²⁴, nomeado chefe do poder executivo no lugar da abolida Comissão Executiva, as forças governamentais dominaram os rebeldes e o general governou com poderes ditatoriais. Pela primeira vez, conseguia-se debelar uma insurreição parisiense. Mas Marx salientava que

²⁴ Louis Eugène Cavaignac (1802-57), general, governador da Argélia, ministro da Guerra em 1848. Eleito pela assembléia chefe do governo, perdeu as eleições presidenciais para Luís Bonaparte.

aqueles valentes operários demonstraram uma genial e incomparável capacidade, uma vez que, sem um plano, sem os meios necessários e desarmados, puderam bater-se com o exército, a guarda móvel, a guarda nacional de Paris e aquela vinda das províncias (e resistir mais tempo do que as monarquias puderam fazê-lo ao ataque de uma fração da burguesia coligada com o povo). Impôs tal terror à burguesia que esta se vingou, matando mais de mil prisioneiros²⁵: “A república tricolor tem agora *uma só cor: /.../ a cor do sangue*. A república francesa já é a *república vermelha*.” (RJ, p. 80)

Conforme Marx afirmava, a *fraternité* apregoada na Revolução de Fevereiro perdurara apenas o tempo em que o interesse da burguesia coincidiu com o do proletariado e mostrava agora sua verdadeira face, a da “*guerra civil* sob sua forma mais espantosa, a guerra entre o trabalho e o capital” (RJ, p. 80). E concluía:

a *Revolução de Fevereiro* foi a revolução *formosa*, a revolução da simpatia geral, porque as contradições que nela estalaram contra a monarquia eram ainda contradições *incipientes*, adormecidas ainda sob um manto de concórdia, porque a luta social que lhes servia de fundo não havia tomado ainda mais que uma existência etérea, a existência da frase, da palavra. A Revolução de Junho, ao contrário, é a revolução *feia*, a revolução repelente, por que as frases foram desalojadas aqui pela realidade, porque a república, ao deitar por terra a Coroa, que a amparava e a encobria, pôs de manifesto a cabeça do monstro (RJ, p. 80).

As várias revoluções burguesas da França desde 1789, por mais que atentassem contra a forma política da dominação burguesa, não atacaram os pilares desta dominação: a escravidão dos operários. A insurreição de junho ousara fazê-lo; o som que saía dos projéteis descarregados contra os operários era o chamamento à ordem. Sinteticamente, se o 25 de fevereiro outorgara a *república* à França, o 25 de junho a obrigou à *revolução* que, desde então, era “*transformação da sociedade burguesa*, enquanto antes de fevereiro havia significado a *transformação da forma de governo*” (LCF, p. 337).

O fato de o proletariado parisiense ter sido impulsionado à insurreição de junho pela burguesia o condenava de antemão ao fracasso. Isto porque “Nem a necessidade diretamente reconhecida o empuxava a tratar de derrocar pela força a burguesia nem estava tampouco à altura deste esforço”. Como já mencionado, só pela derrota poderia o proletariado aprender sua lição, o que o levou prontamente a

²⁵ Algumas fontes informam três mil.

substituir as reivindicações parciais pela palavra de ordem revolucionária: “*Derrubada da burguesia! Ditadura da classe operária!*” (LCF, p. 335).

Passada a era das ilusões revolucionárias, sob a “república burguesa, até o mais leve alívio de sua situação é uma *utopia*” (LCF, p. 335). Ousar lutar por sua realização se tornava crime; reivindicações excessivas quanto à mudança de forma, ainda que mesquinhas e mesmo burguesas no conteúdo, não puderam ser impostas àquela república. “Toda reivindicação ainda que da mais elementar reforma financeira burguesa, do liberalismo mais corriqueiro, do republicanismo mais formal, da democracia mais superficial, é simultaneamente castigada como um ‘atentado à sociedade’ e estigmatizada como ‘socialismo’”. Até que, ao fim e ao cabo, os mais fanáticos defensores “da religião e da ordem” sofreram as agruras da perseguição, “em nome da religião, da propriedade, da família e da ordem. /.../ Finalmente, a ralé da sociedade burguesa constitui a sagrada falange da ordem” (18BLB, p. 27).

Após a derrota do proletariado, o governo da burguesia foi total e todas as supostas veleidades socializantes foram abandonadas. A constituinte decretou o retorno do dia de trabalho de 12 horas e praticamente eliminou o direito ao trabalho. Mudanças no âmbito fiscal, da assistência social e da educação gratuita foram eliminadas do rol de prioridades e as conquistas de fevereiro resumiam-se, agora, à república e ao sufrágio universal.

Tornando em *terrorismo burguês* o domínio assegurado à burguesia diante de um antagonista fragorosamente arruinado, a derrota de junho impediu à burguesia continental afiançar sua dominação (detendo as massas populares no degrau mais baixo da revolução burguesa) e lançou a pequena burguesia e o campesinato aos braços do proletariado. Revelou, ademais, às potências despóticas da Europa que a França seria obrigada a manter forçosamente a paz no exterior, se quisesse evitar a guerra civil. Ficavam, assim, à sua própria sorte os destinos dos povos submetidos às potências reacionárias – contudo, ao mesmo tempo, aliavam-se incontornavelmente as lutas nacionais à revolução proletária; restava elidido seu caráter de independência no que dizia respeito à grande revolução social.

A vitória havia sido acachapante, livrando a burguesia, no imediato, de qualquer ameaça advinda das classes dominadas. Desde então, o proletariado foi relegado a papel secundário no processo, mesmo que tenha tentado intervir em todas as oportunidades: “Sempre que uma das camadas sociais superiores entra em efervescência revolucionária o proletariado alia-se a ela e, conseqüentemente,

participa de todas as derrotas sofridas pelos diversos partidos”, embora a intensidade dos golpes fosse paulatinamente diminuindo, com a ampliação da base social que atingiam (18BLB, p. 25). Privado de seus mais importantes dirigentes, foi, aos poucos, entregando-se à liderança de indivíduos ambíguos e equivocados e a experiências reformistas que estavam fadadas ao fracasso, como veremos à frente.

Os vencedores, não obstante, também saíram daquela batalha vencidos: “O triunfo momentâneo da força bruta se pagou com a destruição de todos os enganos e ilusões da Revolução de Fevereiro, com a dissolução de todo o velho partido republicano, com a cisão da nação francesa em duas nações: a dos possuidores e a dos trabalhadores” (RJ, p. 80). A assembleia sabia que ou ela ou a república devia perecer, daí seus brados de *Viva a república!*

O combate de junho havia sido dirigido pela fração *republicana* da burguesia, a quem o sucesso cedera o poder do estado. Tinha sido parte da oposição republicana oficial sob a Monarquia de Julho, portanto, era reconhecido elemento do universo político. A burguesia republicana não se tratava de um segmento burguês cuja unidade cimentava-se em grandes interesses comuns ou que tivesse condições específicas de produção, mas de um agrupamento de indivíduos simpáticos à república e ao *nacionalismo francês*²⁶, um imperialismo disfarçado que, depois, seria explorado pelo segundo Bonaparte. Eram, enfim, escritores, advogados, oficiais e altos funcionários que odiavam os acordos de Viena e a aliança com a Inglaterra e que, como toda a oposição burguesa, opunham-se à aristocracia financeira. Defendiam o sistema protecionista francês, embora por motivos mais nacionais que propriamente econômicos, com o que agradavam à burguesia industrial; também prestavam um favor ao conjunto da classe burguesa, ao realizar a contrapropaganda do comunismo e do socialismo.

Logo, todas as classes contra as quais lutou a classe operária estariam, como ela, subjugadas, mas o proletariado “pelo menos sucumbe com as honras de uma grande luta histórico-universal; não só a França mas toda a Europa treme diante do terremoto de junho”, enquanto as derrotas de seus inimigos eram desonrosas e não cobravam grandes encargos (18BLB, p. 26).

“A história da assembleia nacional constituinte a partir das Jornadas de Junho é a história do domínio e da desagregação da fração republicana da burguesia”

²⁶ “O egoísmo do nacionalismo é o egoísmo natural do sistema universal do Estado, por oposição ao egoísmo das demarcações feudais” (SF, p. 179).

(18BLB, p. 28). Desde 1830, este grupo, reunido em torno do *National*, tornara-se verdadeira “*dinastia da república tricolor*”, tendo assaltado todos os cargos do estado, dos ministérios à direção da polícia, das Prefeituras a altos postos da oficialidade do exército. A partir de junho, a assembléia constituinte era a *representação exclusiva do republicanismo burguês*, e com tanto maior força e convicção quanto sua influência exterior a esta instituição se desmilingüia.

Sustentados, assim, pela burguesia e com maioria na assembléia, os republicanos burgueses (que já haviam afastado os socialistas da Comissão Executiva que o parlamento instalara) optaram por eliminar também seus rivais mais próximos, os republicanos pequeno-burgueses ou republicano-democratas, dissolvendo a Comissão Executiva. O general Cavaignac, que comandara a batalha de junho, assumiu as funções desta com plenos poderes, enquanto “Marrast²⁷, ex-redator-chefe do *National*, tornou-se o presidente perpétuo da assembléia nacional constituinte, e os ministérios, bem como todos os demais postos importantes, caíram em mãos dos republicanos puros” (18BLB, p. 29).

Como lembraria Marx em 1870,

Os burgueses republicanos, que se apoderaram do poder do estado em nome da Revolução de Fevereiro, dele fizeram uso para as matanças de junho, para provar à classe operária que a república “social” é a república que assegura sua submissão social e para convencer a massa monárquica dos burgueses e latifundiários que podia entregar aos “republicanos” burgueses as inquietações e encargos do governo (GCF, p. 79).

Após as Jornadas de Junho, entretanto, os republicanos burgueses cederam passo a uma confederação formada por monarquistas legitimistas e orleanistas²⁸ e outras frações da burguesia contra os trabalhadores. *Partido da ordem* era o nome da coalizão destas duas grandes facções em que se dividia a burguesia, cada qual tendo exercido a seu tempo o monopólio do poder: sob a monarquia restaurada, os grandes proprietários fundiários, apoiados pelo clero; sob a Monarquia de Julho, a aristocracia financeira e a burguesia industrial e comercial, conseqüentemente orleanista. Cada qual interessava-se em impor sua dinastia à outra: eram, na verdade,

²⁷ Armand Marrast (1801-52), professor, publicista e parlamentar de tendências liberais. Participou da Revolução de 1830, do movimento republicano sob a Monarquia de Julho e das revoluções de 1848. Foi prefeito de Paris e opôs-se a medidas democráticas em maio de 1848; em julho deste ano presidiu a assembléia constituinte. Apoiou a repressão após as Jornadas de Junho e foi derrotado nas eleições para o parlamento.

²⁸ Os legitimistas, adeptos da dinastia Bourbon (que ocupou o trono francês de 1589 a 1793 e de 1815 a 1830), consideravam-na a única legítima sucessora do trono francês. Os orleanistas eram partidários dos Orléans, família à qual pertencia Luís Felipe.

os dos dois grandes interesses capitalistas (o latifúndio e o capital industrial) tentando se sobrepor um ao outro.

Por intuição, os dois partidos sentiam que a república integralizava sua supremacia política, “mas ao mesmo tempo solapa suas fundações sociais, uma vez que têm agora de se defrontar com as classes subjugadas e lutar com elas sem qualquer mediação”; a covardia os levava a recuarem “das condições puras do domínio de sua própria classe e ansiar pelas antigas formas, mais incompletas, menos desenvolvidas e portanto menos perigosas, desse domínio” (18BLB, p. 47). Segundo Marx, as duas facções ainda não o compreendiam, mas “o produto de sua combinação química tinha que ser necessariamente *republicano*”, cada uma opondo-se às veleidades da outra pela divisão comum do poder; ambas saíam fortalecidas pelo compartilhamento do poder, tornando-se mais incapazes e menos propensas a se submeter uma à outra, ou seja, para restaurar a monarquia. Principalmente porque estavam em antagonismo figadal com o proletariado revolucionário e as classes intermediárias agrupadas em torno dele – o que obrigava os monarquistas a reunir e conservar suas forças amalgamadas. Daí que tenham mantido a forma republicana, deixando a “restauração imediata” para o futuro e que, em suas pendengas com o executivo, portassem o estandarte republicano.

Em 4 de novembro, foi aprovada a constituição francesa, que dividia os poderes entre o legislativo, incorporado na assembléia, e o executivo, conferido a um presidente da república, eleitos ambos pelo sufrágio universal. Nas eleições presidenciais de 10 de dezembro, elegeu-se com seis milhões de votos Charles Luís Napoleão Bonaparte, sobrinho de Napoleão Bonaparte, especialmente com os votos do campesinato. Com Luís Bonaparte como presidente, a de união das classes dominantes procurava ir além das restrições impostas pela monarquia ao poder do estado “e, ante a ameaça de um isolamento do proletariado, serviam-se do poder estatal, sem piedade e com ostentação, como de uma máquina nacional de guerra do capital contra o trabalho” (GCF, p. 79). Ocorre, porém, que, como o aprendiz de feiticeiro, os republicanos burgueses e o partido da ordem acabavam cedendo ao poder executivo cada vez mais poderes repressivos, destituindo seu próprio corpo parlamentar de todos os meios de defesa contra aquele poder.

Desta forma, a fração republicano-burguesa chegava ao topo do poder, mas não “como sonhara, sob o governo de Luís Felipe, através de uma revolta liberal da burguesia contra o trono, e sim através de um levante do proletariado contra o

capital, levante esse que foi sufocado a tiros de canhão” (18BLB, p. 29). Por meio do estado de sítio, esta assegurava o controle do proletariado parisiense, ao tempo que nas províncias reinava um “estado de sítio moral”, somando-se a arrogância brutal dos vencedores ao fanatismo dos camponeses em relação à propriedade. Cumprida a tarefa de sujeitar o proletariado à velha ordem, os republicanos burgueses, a quem tais contradições pouco interessavam, desciam da posição de partido indispensável à de verdadeira quadrilha.

Confiavam em converter em um poder aparente o poder político das massas do povo e em poder jogar com este mesmo poder aparente na medida necessária para agitar constantemente diante da maioria burguesa o dilema das Jornadas de Junho: ou o reino do “*National*” ou o reino da anarquia. (LCF, p. 344)

Este segmento aproximava-se dos setores anti-republicanos até mesmo pela linguagem, uma vez que “os interesses da burguesia, as condições materiais de sua dominação de classe e de sua exploração de classe são precisamente os que dão seu conteúdo à república burguesa” (LCF, p. 338).

Os republicanos democráticos, entretanto, emprestavam-lhe seu apoio no que tangia à *forma* desta república. Estes, representantes da *pequena burguesia*, também perderam sua força. Havia lutado em aliança com os republicanos burgueses contra o proletariado e, com isto, alertava Marx, plantaram a destruição do “terreno sobre que se assentava seu partido como uma potência, já que a pequena burguesia só pode manter uma posição revolucionária frente à burguesia se detrás dela se acha o proletariado” (LCF, p. 337). A fração republicana no poder não tardou a livrar-se de tais parceiros de ocasião, que se viram na situação de defender contra os anti-republicanos uma república que não lhes fazia nenhuma concessão. Os demais setores burgueses, os anti-republicanos (orleanistas e legitimistas), eram minoritários na constituinte. Antes das Jornadas de Junho, agiam apenas sob a máscara do republicanismo burguês; depois daquelas, a ditadura militar e o estado de sítio diminuíram substancialmente seu poder de ação.

A assembleia legislativa teve como ato inaugural a nomeação de uma comissão investigadora dos acontecimentos de 15 de maio e de junho, buscando averiguar a participação dos líderes dos partidos socialista e democrático. Atentando contra a Revolução de Fevereiro, deu cabo ao processo de depuração, iniciada em maio,

entregando Louis Blanc e Caussidière²⁹ aos tribunais. A era de domínio desta fração burguesa marcou-se por um holocausto ininterrupto dos prisioneiros da insurreição de junho ou sua deportação³⁰ sem processo prévio. Assumia, desta forma, que os insurretos não eram meros adversários ou delinqüentes a quem cabia um julgamento, mas inimigos a ser eliminados.

O domínio exclusivo dos republicanos burgueses, entre 24 de junho e 10 de dezembro de 1848, teve como principais realizações a elaboração da constituição republicana e a proclamação do estado de sítio em Paris. Entre outras medidas que denotavam seu caráter burguês, rejeitou o imposto sobre o capital (hipotecas) que o Governo Provisório havia aprovado, revogou a lei que limitava a jornada de trabalho a 10 horas, restabeleceu a prisão por dívidas, impediu os analfabetos (grande parte da população da França) de participar de júris, reimplantou a fiança em dinheiro como condição para existência dos periódicos, restringiu o direito de associação – abriam-se de par em par as portas que levariam ao fim do sufrágio universal.

Marx lembrou a tentativa dos pequeno-burgueses (obcecados pela idéia de salvação da propriedade e de restauração do crédito) de impor a revisão das dívidas civis anteriores a 24 de fevereiro e a prorrogação do vencimento para todo comerciante que evidenciasse que sua situação de falência devia-se à paralisação das vendas causada pela revolução, a fim de equiparar-se ao que já havia sido feito com as dívidas políticas (assumidas após fevereiro). As manifestações desta classe foram interrompidas diante das notícias de que estavam ocorrendo protestos das famílias dos insurretos, exigindo anistia: era o “espectro ressurrecto de junho”, diante do qual os pequenos burgueses tremeram e recuaram.

Pôde, assim, a assembléia sentir-se inexorável e rechaçar, no que tinham de fundamental, os acordos amistosos entre credores e devedores. Surpresa, a pequena burguesia – que lutara incansavelmente pelo aniquilamento do proletariado – via-se, indefesa, nas mãos dos credores ávidos. Desta forma, sua maior parte arruinou-se e a restante foi convertida em serva do capital; os gravames para o comércio burguês também foram altos, além de provocar o aumento do déficit do estado (cujos gastos

²⁹ Marc Caussidière (1808-61), socialista pequeno-burguês, participante da insurreição lionesa de 1834 e de todas as conspirações republicanas. Combatente nas barricadas de 1848, foi elevado à chefia da polícia até maio; deputado da assembléia nacional constituinte. Foi acusado e perseguido após os eventos de 15 de maio e das Jornadas de Junho, sendo levado ao exílio.

³⁰ A Revolução de Fevereiro substituíra a pena de morte para condenados por crimes políticos pela deportação.

havia crescido com o combate à insurreição e cujas entradas diminuía, em face da diminuição da produção, do consumo e das importações).

Marx salientava que foi, nestas condições, e sob estado de sítio, que foram eleitos representantes por Paris o príncipe Luís Bonaparte e o comunista Raspail³¹, então preso em Vincennes.

No que tange às tropas, as homenagens e os soldos recebidos pela guarda móvel enfureciam o exército e dissipavam as ilusões de ter sido este, bem como os camponeses, atraídos pelo republicanismo burguês. A traição à função de mediador dos conflitos do Norte da Itália, entregue à Áustria, tornou o governo do *National* suspeito diante de ambos os grupos. Logo o exército e os camponeses, que chegaram a acreditar que aquela ditadura militar significaria a guerra ao exterior e a glória, perceberiam que “Cavaignac não era a ditadura do sabre sobre a sociedade burguesa, mas a ditadura da burguesia por meio do sabre” (LCF, p. 342).

A assembléia só podia se manter a si mesma mediante o estado de sítio, que prorrogara às vésperas do início da elaboração da constituição. Em outros tempos, dizia Marx, as constituições resultavam de um compromisso entre as facções da classe dominante e do afastamento da massa do povo, já cansada, da luta – o que só era possível porque o processo social de transformação havia chegado a uma estabilização e as novas relações de classe estavam garantidas. “Esta constituição, pelo contrário, não sancionava nenhuma revolução social, e sim vinha a sancionar a vitória momentânea da velha sociedade sobre a revolução” (LCF, p. 343). Pior: o estado de sítio, este “invento esplêndido, empregado periodicamente em todas as crises ocorridas durante a Revolução Francesa”, havia garantido à assembléia constituinte trazer à luz sua cria republicana. “Se a constituição foi subsequenteiramente liquidada por meio de baionetas, é preciso não esquecer que foi também por baionetas, e estas voltadas contra o povo, que teve de ser protegida no ventre materno e trazida ao mundo.” (18BLB, p. 34).

A constituinte ainda tentou cercar-se de providências que garantissem sua permanência enquanto sua tarefa estivesse incompleta (ou seja, não se dissolveria até promulgar as leis orgânicas complementares da constituição), ao mesmo tempo em que discutia as eleições presidenciais, buscando assegurar-se de que, caso nenhum

³¹ François Vincent Raspail (1794-1878), naturalista, cientista e periodista, escritor de livros de popularização da medicina. Carbonário condenado várias vezes pela sua participação em insurreições nos anos 30. Deputado da assembléia. Por conta dos eventos de 15 de maio, foi banido em 1849 por uma década, até ser anistiado. Concorreu à Presidência com Luís Bonaparte.

candidato alcançasse dois milhões de votos, a decisão seria transferida a ela própria. Note-se, entretanto, que a eleição presidencial deveria ocorrer em 10 de dezembro e a constituinte tinha data marcada para terminar: 23 de outubro³²; “o primeiro dia de vigência da constituição era o dia final do poder da constituinte. Sua sentença de morte jazia no fundo da urna eleitoral” (LCF, p. 345).

Os membros da constituinte viam crescer seu descrédito e a arrogância dos monarquistas, dos bonapartistas, dos democratas, dos comunistas, com a proximidade do fim de seus trabalhos. Tencionaram assegurar que qualquer moção visando à revisão constitucional deveria obrigatoriamente ser apoiada pelo mínimo de três quartos dos votantes, em três debates sucessivos separados pelo prazo de um mês e com *quorum* de pelos menos 500 parlamentares.

Finalmente a constituição, em um parágrafo melodramático, se confia “à vigilância e ao patriotismo de todo o povo francês e de cada cidadão francês”, depois de ter anteriormente confiado os “vigilantes” e “patriotas”, em um outro parágrafo, aos cuidados mais ternos e dedicados da Alta Corte de justiça /.../. Esta era a constituição de 1848, que a 2 de dezembro de 1851 não foi derrubada por uma cabeça, mas caiu por terra ao contato de um simples chapéu; esse chapéu, evidentemente, era um tricórnio napoleônico. (18BLB, p. 34)

Esta grande obra da assembléia nacional, a nova constituição, exceto por alguma mudança de linguagem, limitava-se a registrar e dar caráter legal à situação existente, ao poder da burguesia. As mudanças eram, pois, muito poucas: em verdade, mantiveram-se os mecanismos da velha monarquia, conferindo-lhes designativos republicanos. “A nova constituição era, no fundo, apenas a reedição, em forma republicana, da Carta constitucional de 1830.” (18BLB, p. 30) Impossibilitados de retornar aos estreitos contornos do espectro eleitoral da Monarquia de Julho (de que estava ausente grande parte da burguesia) pela instituição, após Fevereiro, do sufrágio universal e direto, os republicanos burgueses só puderam decretar a obrigatoriedade do mínimo de seis meses de residência no distrito eleitoral. “A velha organização da administração, do sistema municipal, do sistema jurídico, militar etc. permaneceu intacta ou, onde foi modificada pela constituição, a modificação atingia o rótulo, não o conteúdo, o nome, não a coisa em si” (18BLB, p. 30).

³² A assembléia nacional constituinte fora eleita em 23 de abril e instituída em 4 de maio; a constituição foi votada em 4 de novembro e passou a vigorar no dia 12 do mesmo mês. A constituinte ganhou sobriedade e foi dissolvida em 26 de maio de 1849, dando lugar à assembléia nacional legislativa.

A constituição trazia em todas as suas cláusulas a franquia burguesa. Decretava invulneráveis as “liberdades de 1848, a liberdade pessoal, as liberdades de imprensa, de palavra, de associação, de reunião, de educação, de religião etc.”, mas, no mesmo ato que as proclamava direito absoluto do cidadão francês, fixava as restrições a que estavam sujeitas. A liberdade tinha existência geral decretada e logo revogada, era nominalmente respeitada, mas impedida de existir concretamente, nos termos da lei, de forma que “a existência constitucional da liberdade permanece intacta, inviolada, por mais mortais que sejam os golpes assestados contra sua existência na vida real” (18BLB, p. 31).

Estas liberdades estavam estremadas “pelos ‘direitos iguais dos outros e pela segurança pública’ ou por ‘leis’ destinadas a restabelecer precisamente essa harmonia das liberdades individuais entre si e com a segurança pública” (18BLB, p. 30). Dependiam, portanto, da regulamentação de futuras leis orgânicas que detalhariam tais restrições e regulariam o desfrute das liberdades “ilimitadas”. Estas leis seriam posteriormente

promulgadas pelos amigos da ordem e todas aquelas liberdades foram regulamentadas de tal maneira que a burguesia, no gozo delas, se encontra livre de interferência por parte dos direitos iguais das outras classes. Onde são vedadas inteiramente essas liberdades “aos outros” ou permitido o seu gozo sob condições que não passam de armadilhas policiais, isto é feito sempre apenas no interesse da “segurança pública”, isto é, da segurança da burguesia, como prescreve a constituição. Como resultado, ambos os lados invocam devidamente, e com pleno direito, a constituição: os amigos da ordem, que ab-rogam todas essas liberdades, e os democratas, que as reivindicam. (18BLB, p. 31)

Uma das questões importantes refere-se ao direito ao trabalho – fórmula inábil em que se resumiam as reivindicações revolucionárias do proletariado, presente no primeiro projeto de constituição, pré-Jornadas de Junho. De acordo com Marx, o “direito ao trabalho é, em sentido burguês, um contra-senso”, mas por detrás desta reivindicação “está o poder sobre o capital e detrás do poder sobre o capital a apropriação dos meios de produção, para submetê-los à classe operária associada, quer dizer, tanto a abolição do trabalho assalariado como a do capital e suas mútuas relações” (LCF, p. 343). Era, ainda desta vez, a evocação obsedante da Revolução de Junho, o que obrigou a constituição a execrar o direito ao trabalho e convertê-lo em direito à assistência pública.

Ainda mais: a constituinte também impediu a introdução de um imposto progressivo, algo que não só não atentava contra os fundamentos da sociedade

burguesa como era o único meio disponível para associar as camadas médias à república, reduzir a dívida pública e pôr em xeque a maioria anti-republicana da burguesia. Equiparava-se reforma burguesa a revolução proletária, elevando-se à condição de princípio o sacrifício da pequena burguesia à grande.

O único assunto em que a constituição era taxativa, coerente, desassombrada e incondicional era a relação do presidente com a assembléia legislativa: a esta se conferiam “poderes constitucionais para afastar o Presidente, ao passo que este só inconstitucionalmente pode dissolver a assembléia nacional, suprimindo a própria constituição. Ela mesma provoca, portanto, a sua violenta destruição” (18BLB, p. 31).

Com as medidas tomadas contra as demais classes sociais, restava como baluarte da república a alta burguesia – porém, esta era, em sua maior parte, anti-republicana. “Explorava os republicanos do *National* para afiançar de novo as velhas relações econômicas, mas pensando em explorar, por sua vez, as relações sociais, uma vez afiançadas, para restabelecer as formas políticas adequadas a elas” (LCF, p. 344).

Desta forma, aquela constituição, recusando qualquer compromisso com a pequena burguesia e incapaz de atrair para a república um estrato social diferente, acabou por encarnar no corpo em decomposição do velho estado. De todas as contradições da Carta, a mais importante era a que deu ao proletariado, à pequena burguesia e aos camponeses (cuja situação de subjugação queria perpetuar) o poder político, mediante o sufrágio universal, ao tempo que extraía sua sustentação política da burguesia, cujo poder sancionava. “Exige de uns que não dêem o passo de avanço da emancipação política à emancipação social, e de outros que não retrocedam da restauração social à restauração política.” (LCF, p. 344)

Ainda no tocante à relação da assembléia e das diversas classes sociais com o presidente, é necessário recordar que o lendário Napoleão Bonaparte persistia na memória dos camponeses como o genuíno representante de seus interesses e que sua celebridade ia, nesta classe, bem além de sua figura, sendo ele um programa mais que uma pessoa. Os votos que elegeram o “sobrinho do tio” em 10 de dezembro de 1848 tinham suas raízes neste mito. Eram o ingresso do camponês na cena revolucionária, sua reação por ter tido de arcar com os custos da Revolução de Fevereiro, uma reação contra as demais classes, que (considerava) viviam às suas expensas, ou seja, contra a cidade. Seu grito de guerra era: “chega de impostos!”. Mas o embaciado Bonaparte,

por meio de seu ministério, apenas sete dias após assumir a presidência da república, propôs a manutenção do imposto sobre o sal, que o Governo Provisório tinha programado extinguir. Este tributo, juntamente com o do vinho, era alvo do ódio dos camponeses, por representar todos os malefícios e injustiças do sistema fiscal francês e por se apresentar como um Robin Hood às avessas, que espoliava os camponeses para presentear o sistema financeiro. Com o restabelecimento, primeiro ato de governo do novo presidente, Bonaparte conseguiu dissipar sua falsa aparência de Napoleão e apresentar-se em sua própria figura nebulosa e desconhecida, então a serviço das intrigas monárquicas.

A eleição do deslustrado Bonaparte significou para o proletariado e os pequeno-burgueses uma derrota para Cavaignac e a constituinte, a abdicação do republicanismo burguês, a revogação da vitória de junho; para a pequena burguesia, a supremacia do devedor contra o credor; para uma grande parte dos grandes burgueses, a ruptura contra a fração a que se aliara para usá-la contra a revolução e uma ponta para a restauração monárquica; e, finalmente, para o exército, um protesto contra a guarda móvel e a favor da guerra, da glória e da remuneração adicional que os republicanos lhe negaram (LCF, pp. 345-6; 18BLB, p. 36).

Por outro lado, os sufrágios que receberam os socialistas constituíam “o primeiro ato com que o proletariado se desentendia, como partido político independente, do partido democrático”. Este partido (a Montanha³³), por sua vez, e os pequeno-burgueses que representava, reputavam importantíssima a candidatura de Ledru-Rollin³⁴ – “a última tentativa que faziam para enfrentar-se com o proletariado como partido independente” (LCF, p. 346).

No dia anterior à proclamação de Luís Bonaparte como presidente da república, 20 de dezembro, a assembleia rechaçou proposta de anistia para os insurretos de junho. O presidente, a conselho de chefes da oposição burguesa monárquica, buscou tornar branda a transição, mantendo o velho ministério (que não

³³ Nome que se deu o grupo dirigido por Ledru-Rollin, em referência ao partido atuante durante a Revolução Francesa. Congregava os republicanos e democratas pequeno-burgueses. Em 1849, aliou-se aos socialistas pequeno-burgueses, cujo líder era Louis Blanc.

³⁴ Alexandre Auguste Ledru-Rollin (1807-74), jurista, político e jornalista. Democrata pequeno-burguês, republicano, deputado em 1841, defensor da imprensa de esquerda. O principal promotor da campanha dos banquetes de 1848. Integrante do Governo Provisório pós-Revoluções de 1848, reprimiu a insurreição de 15 de maio. Líder da Montanha na assembleia nacional e opositor de Luís Bonaparte.

estava ainda desgastado porque não havia tido chance de atuar). Odilon Barrot³⁵, um dos líderes do partido da ordem, foi escolhido para chefiá-lo – não conforme os anseios que cultivara durante a Monarquia de Julho, “como o dirigente mais avançado da oposição parlamentar, mas sim com a tarefa de liquidar um parlamento e como aliado dos seus piores inimigos, os jesuítas e os legitimistas” (18BLB, p. 37).

No decorrer da revolução, todos os velhos partidos da oposição haviam ascendido em sucessão cada vez mais rápida, vendo-se constrangidos a renegar suas antigas convicções e sendo desprezados em seguida pelo povo. O ministério Barrot, uma associação de legitimistas e orleanistas (faltavam os bonapartistas, que não chegavam a constituir-se como um grupo à parte e apareciam como um apêndice do partido da ordem), era o representante do direito, da religião, da economia política. Os republicanos (havia apenas 50 na assembléia) foram destituídos dos cargos de que se apossaram e estes foram transferidos para os monarquistas. Changarnier³⁶ unificou em suas mãos o comando da guarda nacional do Sena, da guarda móvel, do exército. A velha administração monárquica também foi restituída; o partido da ordem reunia todo o poder governamental, legislativo, do exército; estava fortalecido pela vitória nas eleições e pelo espraçamento da contra-revolução pela Europa.

Quanto ao partido social-democrata, estava bem representado nos departamentos (o que testemunhava sua penetração entre os camponeses) e congregava quase todos os deputados de Paris. Havia recebido o apoio do exército e Ledru-Rollin conseguira ser eleito por cinco departamentos. Pareciam as condições ideais para o sucesso, mas a Montanha deixou que se esfumassem.

Marx observava que, desde o momento em que a assembléia dera posse a Bonaparte, ultrapassava-se o limite da república constituinte e iniciava-se seu período de república constituída. Embora se tenha aferrado àquele que era o último refúgio republicano, sonhando e tramando o retorno do pessoal do *National* à mais alta esfera do poder – para o que deveria derrubar o ministério Barrot –, nada mais restava à assembléia. Abria-se o período de agonia desta instituição, marcado pelo confronto com o presidente.

³⁵ Camille Hyacinte Odilon Barrot (1791-1873), dirigente da oposição dinástica liberal durante a Monarquia de Julho. Também promoveu os banquetes de 1847, que foram bem além do que imaginava. Deputado em 1848, esteve à frente do ministério dentre dezembro de 1848 e outubro do ano seguinte, quando implantou uma política reacionária.

³⁶ Nicholas Anne Théodore Changarnier (1793-1877), general e estadista monarquista. Deputado da assembléia em 1848-9. Como chefe da guarda nacional, reprimiu o movimento revolucionário. Foi governador da Argélia. Com o golpe de Luís Bonaparte, porém, foi perseguido e desterrado.

À época, acreditava-se que este período, iniciado em 29 de janeiro, evidenciava a contradição entre dois poderes, ambos sancionados pelo sufrágio universal. No *18 Brumário*, o próprio Marx detalhou as contradições internas da constituição, que pretendia que o presidente tivesse o poder efetivo, enquanto a assembléia teria o poder moral – que, ressaltava Marx, não é possível conceder por meio de uma lei. Desta forma, de um lado estavam os representantes do povo, eleitos por sufrágio universal e reelegíveis, formando a assembléia nacional, instituição permanente, soberana, indissolúvel, indivisível, com plenos poderes legislativos e de deliberação em questões de guerra e paz, tratados comerciais, direito de anistia, mas despojada de poderes efetivos. De outro, um presidente portador dos preceitos do poder real, que administrava os recursos do estado, distribuindo todos os cargos e, com isto, interferia diretamente na vida de um milhão e meio de pessoas; com autonomia e autoridade no que tangia à formação e dissolução do ministério, podendo conferir indulto individual a criminosos; podia apelar para o poder das forças armadas, tinha o direito de suspender a guarda nacional e, com o consentimento do conselho de estado, dissolver os conselhos gerais, cantonais e municipais eleitos pelos próprios cidadãos; a ele competia a iniciativa e a direção dos tratados com outros países. Suas atividades não eram notórias e publicamente discutidas, como as da assembléia, a quem, em princípio, respondia. Eleitos ambos por sufrágio direto, esta disseminava os votos recebidos entre seus 750 membros (que representavam apenas segmentos da sociedade, expressando os variegados caracteres do espírito nacional), enquanto o presidente os agrupava todos em si, encarnava toda a nação – trunfo que lhe concedia o povo soberano quadrianualmente (18BLB, p. 33).

N’*As lutas de classe*, porém, Marx havia assinalado que esta visão deixava de apreender o verdadeiro conteúdo daquela rivalidade, pois Luís Bonaparte não era, simplesmente, um poder constitucional unilateral opondo-se a outro, mas representava a república burguesa já constituída confrontando-se com os instrumentos constituintes, votados à tentativa de impedir que a república burguesa madura que ela criara – e que se parecia tanto a uma monarquia – se manifestasse de forma plena e acabada. Eram duas potências representantes de períodos distintos e opostos do processo de vida da república: a pequena facção republicana da burguesia, que proclamara a república em combate com o proletariado barricado e sob estado de sítio, levava à constituição seus lineamentos ideais; no campo oposto, “a massa monárquica da burguesia, a única que podia mandar nesta república burguesa já

constituída, despojar a constituição de seus aditamentos ideológicos e assentar as condições imprescindíveis para poder subjugar o proletariado por meio de suas leis e de sua administração” (LCF, p. 350).

Neste contexto, a constituinte viu-se em face da oportunidade de derrubar o ministério usurpador de poderes e aparecer, em contraposição a Bonaparte, como legítima representante dos camponeses. Por isso, rechaçou a proposta que lhe fora enviada e reduziu o imposto sobre o sal a um terço do previsto, contribuindo para o aumento do déficit público, com o que, acreditava, desestabilizaria um ministério apoiado num presidente que recebera seis milhões de votos – estes, de desconfiança em relação nela própria. O episódio apenas criou em Bonaparte e consortes a convicção da necessidade de derrubar a assembléia, para atuar sem vigias e para elaborar eles mesmos as leis constitucionais complementares. Assim, nos primeiros dias de 1849, por meio de um deputado do partido da ordem, propôs-se à constituinte decretar sua própria dissolução, “necessária para a restauração do crédito, para a consolidação da ordem, para pôr fim aos indefinidos arranjos provisórios e estabelecer uma situação definitiva” (18BLB, p. 38). Mais que isto, o ministério e o partido da ordem incentivaram o povo a enviar petições no mesmo sentido, voltando-o contra o órgão que, em princípio, deveria representá-lo e ensinando a Bonaparte o ardid do apelo às massas contra o parlamento.

Enquanto a energia burguesa da assembléia descendia em face do enfrentamento com o proletariado, seu *élan* republicano seguia trajetória semelhante no confronto com os monarquistas, incapacitando-a duplamente para consolidar institucionalmente uma república burguesa que lhe era estranha.

No conflito entre a constituinte e o presidente, aquela não podia remontar-se ao voto geral como à sua fonte de origem, pois se invocava diante dela o sufrágio universal. Não podia apoiar-se em nenhum poder normal, pois se tratava da luta contra o poder legal. Não podia derribar o ministério com votos de desconfiança, como voltou a intentar em 6 e em 26 de janeiro, pois o ministério não necessitava de sua confiança para nada. Não lhe restava outra possibilidade que a *insurreição*. (LCF, p. 352)

Com que poderes combater, porém? As forças insurrecionais eram os clubes proletários, a porção republicana da guarda nacional e a guarda móvel (esta, heroína de junho, foi dissolvida pelo ministério bonapartista, desejoso de pôr cobro às pretensões anacrônicas da facção republicana da burguesia). Com isto, retrocedia-se, provisoriamente, às posições de fevereiro: os republicanos da alta burguesia

apoiavam-se novamente nos republicanos democráticos, que asseguraram para si o principal papel parlamentar no período. Os clubes eram o lócus onde se preparavam para a luta os representantes dos pequeno-burgueses, sustentados sobre os ombros dos republicanos socialistas. Todos os partidários da insurreição de fevereiro desejavam devastar a república existente e transmutá-la na representante de seus interesses de classe e de seus princípios, agrupando-se, para isto, em torno da assembléia.

A diferença é que já não havia as mesmas ilusões de antanho. Assim, os republicanos foram tratados pela imprensa da mesma maneira que trataram os insurretos de junho. Tentou-se proibir os clubes operários, a assembléia revidou com uma moção propondo que se processasse o governo por ações inconstitucionais. Entretanto, a mesma assembléia que buscava o proletariado revolucionário como aliado aceitou proposta de Barrot de transferir o julgamento dos acusados de maio do Tribunal do Júri à alta corte criada pelo próprio *National*.

Os acontecimentos empurravam a constituinte à sublevação contra o presidente e seu gabinete, enquanto estes últimos eram levados a um golpe de estado contra a assembléia, destituídos que estavam de quaisquer meios legais para dissolvê-la. Estavam, porém, enredados, pois a constituição havia dado o poder a Bonaparte, e a constituinte criara a constituição. Desconsiderar a Carta seria, para o presidente, arrogar-se imperador; evocar tal título relacionava-se aos orleanistas, e ambos – portadores de títulos monárquicos usurpados – tremiam diante dos legitimistas, a quem a queda da república fortalecia exclusivamente e que conspirava abertamente.

Barrot tratou de criar o pretexto para sair daquela legalidade sufocante para o governo com a proposta de proibição dos clubes, de destituição de prefeitos republicanos, de dissolução da guarda móvel, entre outras provocações, mas a revolta não veio, pois as massas populares voltavam seus ouvidos à constituinte, não ao governo.

Em 29 de janeiro, data de votação da proposta de dissolução da assembléia, “legitimistas, orleanistas, bonapartistas, a guarda móvel, a Montanha, os clubes, todos conspiraram aquele dia tanto contra seu suposto inimigo como contra os pretendidos aliados”, centrando-se na assembléia suas aspirações e seus temores (LCF, p. 354). Por fim, a constituinte recusou incondicionalmente a proposta, pronunciando sua própria sentença de morte.

A constituição que a assembléia parira garantia a todos os franceses o direito de associar-se; em 21 de março, dever-se-ia votar o projeto de lei contra o direito de associação, que, em última instância, visava a proibir os clubes operários – claramente ilegal, portanto. Não obstante, a mesma assembléia havia proibido os proletários de coligar-se contra os burgueses – “daí que a constituição só tenha podido interpretar o direito de associação, evidentemente, como o direito das associações compatíveis com o poder da burguesia; quer dizer, com a ordem burguesa”, aplicando a lei geral a cada caso concreto (LCF, p. 355).

Por outro lado, dividida, a assembléia nacional paralisava-se, impedida, pelo insuficiente número de votos, de chegar a consensos. Sentia-se mais ambientada tendo à sua frente os republicanos burgueses que o proletariado revolucionário. Finalizara aquela situação decretando que a transgressão da carta constitucional era a forma como esta se realizaria apropriadamente.

Em maio de 1849, as eleições para a assembléia legislativa, que substituiria a constituinte, deram ampla maioria ao partido social-democrático, recém-unido (representantes do proletariado e pequena-burguesia). Esta vitória espalhou uma intensa vaga anti-socialista. Mais que isso: segundo Marx, de 20 de dezembro de 1848 a maio de 1849, o país assistiu ao declínio dos republicanos burgueses. Havia cumprido sua incumbência: instituíram uma república para a burguesia, entabularam uma luta vitoriosa contra o proletariado revolucionário, afastaram do prosclênio a pequena burguesia democrática. Agora, também eles eram descartados pela massa monárquica da burguesia, que via a república como sua propriedade. Os republicanos puros, que tão ferozes foram contra o povo, deixaram-se abater sem luta e desapareceram da cena política.

Se a Revolução Francesa movera-se em linha ascendente, exatamente o contrário ocorria com a Revolução de 1848:

Cada partido ataca para trás aquele que procura empurrá-lo para a frente e apóia-se pela frente naquele que o empurra para trás. /.../ A revolução move-se, assim, em linha descendente. Encontra-se nesse estado de movimento regressivo antes mesmo de ser derrubada a última barricada de fevereiro e constituído o primeiro o órgão revolucionário. (18BLB, p. 40)

Em síntese, a constituinte teve como marcos de seu último período de vida o reconhecimento da superioridade das facções monárquico-burguesas na república que criara; que a violação da constituição é sua máxima realização; e que a aliança da república francesa com nações em erupção equivalia a uma coalizão européia contra-

revolucionária. Fora, assim, humilhada a ponto de desdizer agora tudo que havia afirmado antes; desapossada das ilusões republicanas que cultivara, terminou seus dias impotente, odiada pelas massas populares e desprezada pela burguesia a quem servia. Sua mais renitente assertiva referia-se à vitória de junho, remoída às pencas pela execração dos condenados e pela recusa à anistia. Sua herdade consistia no aumento do déficit público, em face do crescimento dos gastos (com a repressão de junho, com as indenizações relativas à escravidão, com a expedição romana) e da diminuição de receitas (supressão dos impostos sobre o sal e o vinho).

Antes mesmo de sair de cena a assembléia constituinte, em 4 de maio, já estava em pleno andamento a campanha por uma assembléia nacional legislativa. Cada vez mais claramente, opunham-se dois grupos: o *partido da ordem* e o *partido democrata-socialista* ou partido vermelho; os autodenominados *Amigos da constituição*, republicanos burgueses, gravitavam entre ambos.

De acordo com Marx, os democratas viam o período da assembléia legislativa como viram o da constituinte: como uma luta entre a revolução e a reação, entre republicanos e monarquistas – estes confabulavam uns contra os outros, tentando impor sua dinastia, e se uniam quando se tratava de atacar a república. Diante disto, a Montanha apareceria como a representante da "república". “Quando, porém, se examina mais de perto a situação e os partidos, desaparece essa aparência superficial que dissimula a luta de classes e a fisionomia peculiar da época.” (18BLB, p. 45)

De posse de recursos financeiros graúdos, o partido da ordem pôde organizar-se nacionalmente e contratar os ideólogos da velha sociedade; meneava com destreza o poder governamental e tinha aliados à mancheia entre os pequenos burgueses e os camponeses (defensores naturais da propriedade). Seu desejo era ordem para inúmeros funcionários civilmente submetidos à sua autoridade.

Coligada e reforçada assim a burguesia contra-revolucionária, setores da pequena burguesia e da classe dos camponeses eram jogados aos braços do mais lídimo representante dos interesses revolucionários, o proletariado. A Montanha e os socialistas – que, como já mencionamos, celebraram sua reconciliação em 27 de janeiro, união reafirmada em fevereiro de 1849 – formavam, assim, o *partido social-democrata*, que lançaram programas, comitês eleitorais e candidatos comuns. “Quebrou-se o aspecto revolucionário das reivindicações sociais do proletariado e deu-se a elas uma feição democrática; despiu-se a forma puramente política das reivindicações democráticas da pequena burguesia e ressaltou-se seu aspecto

socialista.” (18BLB, p. 48) Assim surgiu a social-democracia, cujo distintivo passava pela tentativa de abrandar o antagonismo visceral entre capital e trabalho assalariado, levando-os à convivência harmônica, por meio de instituições democrático-republicanas. Queria levar a sociedade, pelas vias democráticas, a efetivar algumas transformações, mas nos estreitos marcos da própria pequena burguesia, que acreditava que a generalização de suas condições, ou seja, da pequena propriedade, eram as condições precípuas para a salvação da sociedade moderna³⁷. Seus representantes, cuja mentalidade e origem era diversificada, tinham em comum o fato de serem levados às mesmas questões (e às mesmas soluções) a que o interesse material e a posição social empurravam a burguesia.

Com o fim do estado de sítio, em 19 de outubro, a república francesa – que se havia paralisado, dessangrada, diante dos horrores de junho – fora tomada por amplas movimentações: a disputa presidencial e, depois, eleitoral; os confrontos entre Bonaparte e a assembléia constituinte; a perseguição aos clubes; os contínuos processos por delitos de imprensa; os julgamentos relativos a maio; as provocações monárquicas, a que se somava o rápido curso da contra-revolução européia, e tantas outras. Os acontecimentos sucediam-se a uma velocidade estonteante. Neste contexto, boa parte dos camponeses e das províncias estava agora imbuída pelo espírito revolucionário, até o exército o estava, diante das derrotas que granjeava, em vez das vitórias esperadas com a eleição de Bonaparte. Ledru-Rollin, líder da Montanha, lograra ser eleito por cinco departamentos – feito inatingido tanto pelo partido da ordem quanto pelo verdadeiro partido proletário. Eram evidências de que o partido democrático coligado poderia conseguir grandes êxitos eleitorais.

Marx salientava que o proletariado fora arrojado aos braços dos “doutrinários de sua emancipação, dos fundadores de seitas socialistas”, pois, após a “espantosa derrota material de junho”, via-se compelido a “reincorporar-se por meio de vitórias intelectuais”; ademais, “o desenvolvimento das demais classes” não lhe “permitia

³⁷ “Trata-se de representantes da pequena burguesia, acovardados ante a idéia de que os proletários, impelidos por sua posição revolucionária, possam ‘ir demasiado longe’. Em lugar de uma oposição política resoluta, a conciliação geral; em lugar da luta contra o governo e a burguesia, a tentativa de convencê-los e atraí-los; em vez de uma resistência encarniçada às perseguições vindas de cima, a submissão humilde e o reconhecimento de que o castigo foi merecido. Todos os conflitos impostos pela necessidade histórica são interpretados como mal-entendidos; e dá-se uma saída comum a todas as discussões, com a declaração de que, no fundamental, todos estamos de acordo.” (Carta Circular, p. 280) E, ainda: “o pequeno burguês consiste em ‘por-um-lado’ e ‘por-outro-lado’. Isto ocorre em seus interesses econômicos e, portanto, em sua política, em seus pontos de vista religiosos, científicos. O mesmo em sua moral, em tudo. O pequeno burguês é uma contradição viva. /.../ O charlatanismo na ciência e a conciliação na política são inseparáveis desse ponto de vista” (Carta a Schweitzer, pp. 332-3).

ainda lançar-se à ditadura revolucionária”. De outra parte, a Montanha encabeçava uma coligação que abarcava camponeses revolucionários, o exército e as províncias, pelo que acabava sendo “o árbitro dentro do campo da revolução e, mediante o acordo com os socialistas, eliminava toda contradição no seio do partido revolucionário” (LCF, p. 361).

Assim, de preterida nos tempos de primazia do *National*, a Montanha (que recobrava sua popularidade na luta contra Bonaparte) ascendia à posição de “representação parlamentar da revolução”, na mesma medida em que aquele partido intimidava-se ante o ministério monárquico. O partido do *National* não tinha nada que oferecer além das individualidades ambiciosas e sua retórica idealista. Já a “Montanha representava a uma massa oscilante entre a burguesia e o proletariado cujos interesses materiais reclamavam instituições democráticas”. Portava, portanto, uma verdade revolucionária, do que estava ciente, mas a utilização de suas energias revolucionárias restringia-se a desabafos parlamentares, apresentação de atas de acusação, discursos. Os camponeses, por encontrar-se na mesma situação dos pequeno-burgueses, reivindicavam aproximadamente as mesmas coisas. Por isso, as camadas sociais médias encaminharam-se à revolução tendo como herói Ledru-Rollin: “Frente ao partido da ordem, tinham que se pôr à cabeça, antes de tudo, os reformadores desta ordem, mescla de conservadores, utópicos e revolucionários” (LCF, p. 362).

Iniciava-se a última fase da república, que decaía da república social de fevereiro à república democrática e, agora, chegava à mera república parlamentar, logo desprezada e substituída, pela burguesia, pela autocracia bonapartista.

1.1.3 A Autocracia Legislativa

O terceiro período de existência da república constitucional apontado por Marx vai de 1 de novembro de 1849 até 10 de março de 1850. Suas características são a defesa da república, por Bonaparte, contra as manobras restauradoras das duas monarquias reunidas; estes também se viam constrangidos a defendê-la um contra o outro e a apregoar a forma de dominação comum da burguesia. Era uma maneira de se neutralizarem e de manterem vivas suas pretensões.

O partido do *National* teve uma votação insignificante nas eleições, tendo até desaparecido alguns de seus principais representantes. A assembléia legislativa se

reuniu a partir de 28 de maio de 1849, quando veio se somar à outra instituição republicana básica já constituída em 20 de dezembro, a Presidência. O partido da ordem quis livrar-se da incômoda pequena burguesia, como fez com o proletariado revolucionário havia um ano. Esta, porém, não tirava sua seiva das ruas, mas o próprio parlamento constituía sua força. “Tratava-se, pois de atraí-los para fora da assembléia nacional, para as ruas, e fazer com que eles mesmos destroçassem sua força parlamentar antes que o tempo e as circunstâncias pudessem consolidá-la” (18BLB, p. 48). A Montanha deixou-se levar pelo ardil.

A assembléia nacional legislativa era o acabamento último da república constitucional, a forma de dominação do poder conjunto das duas grandes facções monárquicas que integravam a burguesia francesa e formavam o partido da ordem. Ao mesmo tempo em que a república francesa fora aprisionada pelos partidos monárquicos, “a coalizão européia das potências contra-revolucionárias empreendia simultaneamente uma cruzada geral contra os últimos refúgios das revoluções de março” (LCF, p. 364).

A questão externa também se fazia presente no confronto entre a assembléia passadista e Bonaparte. Ainda neste aspecto, a própria instituição cedeu ao governo as armas de ataque contra ela – por exemplo, concedendo a Cavaignac, em fins de 1848, meios para atacar a república romana e sua revolução em favor do papa (ao lado do qual Bonaparte conseguia o apoio dos camponeses). As classes contra-revolucionárias reunidas na França batiam-se contra os revolucionários italianos, enquanto a assembléia fingia acreditar em coisa diferente. O ataque à república romana era um assalto à própria república francesa e sua Carta Constitucional, que a proibia de empregar suas forças armadas contra a liberdade de qualquer outro povo, bem como obrigava o poder executivo a pedir autorização para decretar uma guerra.

Em 11 de junho, Ledru-Rollin e seu partido apresentavam uma moção de acusação contra o presidente e o governo, por violarem a constituição com o bombardeio de Roma e propondo-se a defender a Carta até de armas na mão. “Nenhum partido exagera mais os meios de que dispõe, nenhum se ilude com tanta leviandade sobre a situação como o partido democrático.” (18BLB, p. 51) Tendo discutido o assunto, a assembléia nacional deu-se por satisfeita e foi cuidar da vida: afinal, não se estava atacando em Roma a liberdade, senão o “despotismo da anarquia”. A interpretação da constituição cabia a Bonaparte, não à assembléia, e o sentido viável de suas determinações era o sentido burguês.

A moção de acusação não foi, portanto, aprovada. Desta vez, tendo atrás de si o proletariado, a Montanha precipitou-se para as ruas, ainda que não fosse para lutar, mas para desfilar; novamente, o movimento foi vencido. Uma vez fora do parlamento, a Montanha via mingüarem suas forças e debandarem seus membros. Lançou manifesto arrogando-se a defesa da constituição por todos os meios – exceto a força das armas, no que logo conseguiu apoio dos Amigos da Constituição. Declarou o presidente, os ministros e a maioria da assembléia legislativa fora da constituição e conclamou o levantamento da guarda nacional, do exército e do povo.

Assim, em 13 de junho de 1849, fracassava o levantamento de Paris, organizado pelos social-democratas, cujos deputados haviam se recusado a pegar em armas. Seguiu-se a repressão, a prisão e o exílio dos líderes. Dia 15, em Lyon, haveria uma insurreição, ligada àquela, também derrotada. Foram o pretexto para o partido da ordem para esmagar os neomontanheses. A assembléia nacional aprovou, em 10 de agosto, uma lei que declarava de alta traição o movimento de 13 de junho, punindo seus participantes.

O *Viva a constituição!* De 13 de junho, que soava claramente como um *abaixo a revolução!*, foi a palavra de ordem de uma manifestação pacífica de guardas nacionais desarmados e membros das seções operárias secretas, cerca de 30.000 pessoas, dispersada pela repressão de Changarnier. Não obstante a tentativa de resistência de Ledru-Rollin, o povo foi impedido de levantar barricadas pela própria guarda nacional, que não apoiou seus representantes parlamentares; destes, os que não foram feitos prisioneiros fugiram para o estrangeiro ou misturaram-se ao caos que se seguiu, outros foram entregues ao Supremo Tribunal de Bourges, “e uma resolução parlamentar submeteu os restantes à vigilância de bedel do presidente da assembléia nacional. O estado de sítio foi novamente declarado em Paris, e a ala democrática da guarda nacional, dissolvida. Quebrou-se, assim, a influência da Montanha no parlamento e a força da pequena burguesia em Paris” (18BLB, p. 49). Apenas Lyon assistiu a um conflito verdadeiro, pelo que foi posta em estado de sítio, juntamente com os cinco departamentos contíguos. “Assim terminou o 13 de junho”, dia da insurreição da pequena burguesia democrática (que, como o 23 de junho de 1848, carregava “o selo *clássico puro da classe*” que o levara a cabo) (LCF, p. 368). “Consolaram-se, entretanto, pelo 13 de junho, com esta sentença profunda: Mas se ousarem investir contra o sufrágio universal, bem, então lhes mostraremos de que somos capazes! *Nous verrons!*” (18BLB, p. 52).

Em carta a Engels, Marx diria que

Por grave que o 13 de junho seja para nosso partido em toda a Europa, esta jornada tem de positivo que a conquista do *poder absoluto* na assembléia nacional pelo partido contra-revolucionário se efetuou, salvo em Lyon, sem grande derramamento de sangue. E este partido não só vai se desagregar interiormente, mas suas frações extremas o empurrarão imediatamente até o ponto em que este mesmo intenciona despojar-se da molesta aparência de república e então vereis *como será varrido de um sopro e como fevereiro recomeçará com mais força ainda* (apud Claudín, 1985, p. 225).

A Montanha acabou sendo abandonada pela sua vanguarda, que havia se recusado a assinar a proclamação. Apenas dois jornais se atreveram a publicá-la.

A pequena burguesia traiu seus representantes, pelo fato de a guarda nacional ou não aparecer ou, onde apareceu, impedir o levantamento de barricadas. Os representantes, por sua vez, ludibriaram a pequena burguesia, pelo fato de que os seus pretensos aliados do exército não apareceram em lugar nenhum. Finalmente, em vez de ganhar forças com o apoio do proletariado, o partido democrático infetara o proletariado com sua própria fraqueza e, como costuma acontecer com os grandes feitos dos democratas, os dirigentes tiveram a satisfação de poder acusar o "povo" de deserção, e o povo a satisfação de poder acusar seus dirigentes de o terem iludido. (18BLB, p. 50)

Marx lembrava que “Raramente fora uma ação anunciada tão estrepitosamente como a iminente campanha da Montanha, raramente um acontecimento fora alardeado com tanta segurança ou com tanta antecendência como a vitória inevitável da democracia” (18BLB, pp. 50-1). Entretanto, a pequena burguesia e seus representantes democráticos, que proferiam suas bravatas aos quatro ventos, ao se verem comprometidos “o suficiente para tornar necessário levar a cabo suas ameaças, fazem-no então de maneira ambígua, que evita principalmente os meios de alcançar o objetivo, e tenta encontrar pretextos para sucumbir” (18BLB, pp. 50-1).

Mais uma vez, criticava Marx, a Montanha limitava sua atuação à área dos discursos, intentando “uma *insurreição puramente parlamentar*”, que de resto desprezava a proporcionalidade representativa na assembléia. Vendo assomar no horizonte outra possibilidade de levantamento das massas, com as simpatias populares e do exército, que já mencionamos; e tendo uma maioria ainda imberbe, em que não se podiam aferrar, os representantes daquela casa, em aliança com Bonaparte e com seu gabinete, acabaram rompendo com “seu próprio poder e o

significado de sua própria eleição”. Desta forma, o resultado daquela insurreição parlamentar foi que a pequena burguesia e seus representantes quebrantaram o poder da burguesia, não, porém, apelando ao proletariado, que não apareceu “mais que em perspectiva”. De fato, após a votação, a Montanha recusou a proposta de delegados das sociedades operárias secretas de ir às ruas, pois considerava seus aliados tão perigosos quanto seus inimigos. Havia, assim, “prestado um serviço, sem chegar a fazer-se perigosa” (LCF, p. 366).

Marx salientava que “em junho de 1849 não foram vencidos os operários, mas resgatados dentre os pequenos burgueses, que se interpunham entre eles e a revolução. Junho de 1849 não foi a sangrenta tragédia entre o trabalho assalariado e o capital, mas a deplorável comédia” levada a cabo pela pequena burguesia e seus credores. Amadureceram as condições para que o partido da ordem demonstrasse cabalmente o significado de sua onipotência (LCF, p. 363). Representante de “uma classe de transição na qual os interesses de duas classes perdem simultaneamente suas arestas”, o democrata acreditava que nada tinha que ver os conflitos de classes. Percebia a existência de uma classe privilegiada, mas se via como constituinte e representante do povo; este deveria confiar cegamente, atendendo ao primeiro sinal que lhes fizessem os democratas diante de um conflito qualquer, que nem seria necessário examinar com mais cuidado. Se divergências houvesse entre o que previram e o que efetivamente ocorreu, a culpa teria necessariamente de estar em algo ou alguém que não eles. E

o democrata sai da derrota mais humilhante tão imaculado como era inocente quando entrou na questão, com a convicção recém-adquirida de que terá forçosamente que vencer, não porque ele e seu partido deverão abandonar o antigo ponto de vista, mas, pelo contrário, porque as condições têm que amadurecer para se porem de acordo com ele. (18BLB, p. 52)

Naquele momento, o proletariado ainda estava desconfiado da guarda nacional, lembrando-se das Jornadas de Junho, e os líderes das sociedades democráticas também precisavam mais que a violação de um parágrafo abstrato da constituição para voltar a confiar nos dirigentes democráticos. Não havia sido a carta desrespeitada já tantas vezes?

No que toca ao proletariado (duramente atingido pelo cólera e expulso em massa de Paris pelo desemprego), voltar às barricadas, naquele momento, seria o mesmo que repetir as Jornadas de Junho, mas numa situação diferente e improdutiva. Arrancando da Montanha um compromisso de extrapolar a luta

parlamentar, no caso de recusa de sua moção, postou-se na expectativa de um confronto entre a guarda nacional e o exército, com o que entraria no conflito e incutiria na revolução substância para além das reivindicações pequeno-burguesas. Preparara, ademais, a comuna proletária para assumir em caso de vitória. Nada, porém, ocorreu.

De acordo com Marx, esta data representava o fim do primeiro período de existência da república constitucional, marcado pela disputa entre a burguesia e a pequena burguesia, inconformada com as instituições burguesas que ajudara a estabelecer; a partir de então, proscrevia-se sua resistência e afirmava-se sem peias a *ditadura parlamentar* dos dois grupos monárquicos coligados. Assim, além de subordinar a constituição à maioria parlamentar, o 13 de junho havia criado uma república em que a burguesia governava, sob formas parlamentares, da mesma maneira que na monarquia, sem quaisquer barreiras. A assembléia enfraqueceu o poder parlamentar, entregando seus membros aos tribunais sem maiores formalidades; estigmatizando uma revolta em defesa da carta como anarquia, impediu-se a si própria de insurgir-se se o poder executivo violasse contra ela a constituição.

Por fim, se o partido social-democrata havia querido forçar o *impeachment* de Bonaparte, sua derrota fora um triunfo deste, mesmo que conquistada pelo partido da ordem.

No que concerne à guarda nacional, chegava-se a um momento dramático de sua história. Desde 1830, as insurreições que apoiara haviam sido vitoriosas, enquanto abortaram todas aquelas em que esteve ao lado das tropas oficiais. Mesmo enfraquecida pelo fato de Changarnier ter unificado seu comando com o da primeira divisão do exército, já estava arraigada a convicção de que nenhuma revolução triunfaria sem seu apoio, da mesma forma que o exército não poderia subjugar-la. “Era a superstição do exército sobre a onipotência burguesa.” No 13 de junho, esta ilusão desvaneceu-se, e não apenas pela dissolução parcial a que foi submetida a Guarda, mas, principalmente, porque esta manifestação havia sido feita por ela; não empunhara nenhuma arma além de sua farda, em que se concentrava o encanto³⁸. A burguesia acometia, dessa maneira, contra seu último baluarte, contra o exército, obrigada que o foi pela rebeldia da pequena burguesia; destruiria pelo mesmo

³⁸ Lembre-se: “em tempos de revolução nada é mais poderoso do que a queda de símbolos” (Hobsbawm, 2001, p. 79).

caminho “todos os seus meios de defesa contra o absolutismo, tão logo se tornasse ela própria absolutista” (18BLB, p. 55).

“A revolta de 13 de junho limitou-se, como vimos, a uma passeata pacífica. /.../ Contudo, em uma época dessas, tão pobre de heróis e acontecimentos, o partido da ordem transformou esta batalha incruenta em uma segunda Austerlitz.” (18BLB, p. 54) Os discursos parlamentares e jornalísticos exaltavam a atuação do exército no restabelecimento da ordem e achincalhavam as massas populares anárquicas; Changarnier era elevado (e ele próprio terminou por acreditar nisso) a “baluarte da sociedade”. Mas, mesmo embevecido pela vitória, o partido da ordem preveniu-se, mandando embora de Paris os corpos de tropa em que não se confiava plenamente, banindo para a Argélia os regimentos que haviam votado de maneira mais democrática nas eleições; “os espíritos turbulentos existentes entre as tropas foram relegados a destacamentos penais e, por fim, o isolamento entre a imprensa e o quartel e entre o quartel e a sociedade burguesa foi efetuado de maneira sistemática” (18BLB, p. 54).

Respalado pela insurreição parlamentar pequeno-burguesa, o partido da ordem determinou o fim da liberdade de palavra no parlamento, autorizando o presidente da instituição a enquadrar os deputados que o infringissem, por meio de diversas punições – da censura ao cárcere. Em seguida, foi-lhe também arrebatada sua força armada, com a dissolução das guardas nacionais suspeitas de republicanismo.

A burguesia destruiu assim sua derradeira arma contra o exército, mas teve de fazê-lo em um momento no qual a pequena burguesia não mais a seguia como vassalo e sim levantava-se diante dela como rebelde, como de maneira geral teria forçosamente que destruir com suas próprias mãos todos os seus meios de defesa contra o absolutismo, tão logo se tornasse ela própria absolutista. (18BLB, pp. 55-6)

Uma enxurrada de novas leis completou a autocracia legislativa no âmbito da imprensa (todo o setor minimamente crítico foi suspenso), das associações, das regras para o estado de sítio; prisões em massa, expulsão dos refugiados políticos, predominância brutal do despotismo militar em Lyon e adjacências, depuração do corpo do funcionalismo, um amontoado de processos – eis os “*lugares-comuns*, sem cessar repetidos, da reação triunfante, que se vale a pena mencionar depois das matanças e deportações de junho é simplesmente porque agora não iam dirigidos

tão-só contra Paris, mas também contra os departamentos, não somente contra o proletariado, mas também e sobretudo contra as classes médias” (LCF, p. 370).

À falta de homens de maior envergadura que substituíssem os dirigentes afastados diante daquela derrota, decaía ainda mais o nível da representação do partido democrático. O próprio Ledru-Rollin, responsável pela célere destruição do partido que liderava, adquiria a distância uma estatura que não tinha.

O partido da ordem entregava-se, então, à celebração da vitória, numa explicitação irrefreada e despudorada de sentimentos monárquicos e pelos impropérios aristocráticos proferidos contra a república, a exposição cúpida de intenções restauradoras. Praguejou contra todas as revoluções passadas, presentes e futuras, destruiu o direito de associação, fez dos poderes excepcionais do estado de sítio uma situação normal. Neste mister, a culpabilização da Revolução de Fevereiro era cotidiana, em que as diversas facções expiavam seus pecados liberais, ao tempo que confessavam sua culpa pelo fim da monarquia e pelas traiçoeiras conspirações que teceram uns contra os outros. Pôs-se fora da lei o brado *Viva a república democrático-social!* “E a assembléia aplaudia freneticamente tão rápido como saía dos lábios de seus oradores a menor frase intencionada contra a república, a revolução ou a constituição ou a favor da monarquia ou da Santa Aliança” (LCF, p. 371).

Marx avaliava que o partido da ordem aditara à vitória de junho as eleições complementares de 8 de julho, realizadas em Paris sob a influência do estado de sítio e com participação baixa do proletariado, a tomada de Roma pelo exército francês e a ascensão dos aliados do papa e de seu terrorismo monástico. Contraditoriamente, entretanto, os mesmos monarquistas “condenados pela história a contribuir para derrocar a monarquia a que amavam se viam agora destinados por ela a conservar a república, a que odiavam” (LCF, p. 371).

A assembléia propunha-se, neste exato momento, um recesso, deixando que aparecesse na cena política a triste figura de Bonaparte, enquanto o partido da ordem entregava-se a discussões sobre restaurações monárquicas.

Tantas vezes emudecia durante esses recessos o barulho confuso do *parlamento* e seus membros dissolviam-se pela nação, quantas se tornava indubitavelmente claro que só faltava uma coisa para completar o verdadeiro caráter dessa república: tornar permanente o recesso e substituir a *Liberté, Égalité, Fraternité*, pelas palavras inequívocas: Infantaria, Cavalaria, Artilharia! (18BLB, p. 56)

A suspensão das sessões da assembléia legislativa marcou o fim do segundo período de existência da república constitucional. O estado de sítio de Paris fora revogado, e a ação da imprensa, retomada. Os clubes públicos continuavam proibidos, pelo que a quantidade de sociedades secretas aumentava e sua ação se tornava mais intensa. Da mesma forma, as cooperativas operárias de produção, que eram toleradas porque tinham caráter meramente comercial e nenhuma importância econômica, também foram utilizadas pelos trabalhadores. As massas dos partidos semi-revolucionários que tinham suportado o período anterior, de dura repressão, perderam seus líderes, o que as obrigou a ser sua própria cabeça. As classes médias passaram a preferir os malefícios alegados e desconhecidos da “república vermelha” aos já tão sabidos horrores da “monarquia vermelha”.

Bonaparte aproveitou-se do entreato parlamentar para viajar pelas províncias, fazendo as vezes de príncipe, ao tempo que as facções monarquistas conspiravam nos Conselhos Gerais dos Departamentos (organismos que representavam a alta burguesia das províncias), buscando torná-los porta-vozes do desejo ainda inconfessado da maioria: propor a revisão da constituição em caráter de urgência. A própria Carta determinava que poderia ser revista apenas por uma assembléia nacional eleita para isto, e não antes de 1852. A manobra fracassou diante da negativa nas votações dos próprios Conselhos Departamentais.

Esta derrota surpreendente serviu para mudar a fisionomia da assembléia, constrangida a atuar de forma constitucional; ao mesmo tempo, fez-lhe ver quão pouco tempo lhe restava. As monarquias legitimista e orleanista mostravam descontentamento com as cada vez mais evidentes manobras bonapartistas. O próprio Luís Bonaparte irritava-se com a assembléia nacional porque esta aceitava a conspiração legitimista-orleanista, mas não a sua – que seu próprio ministério não se cansava de denunciar. Outros fatores de divisão interna do governo e de oposição à assembléia eram a política em relação a Roma (a questão dos gastos e da atuação constitucional do papa) e o imposto sobre a renda, tachado de socialista pelos conservadores.

O evento que tornou irreversível o rompimento, contudo, foi a proposta dos partidários do presidente de revogação do exílio dos Orléans e dos Bourbons à França – objetivava, na verdade, deixá-los no mesmo plano, abaixo do pretendente bonapartista ao trono, que já estava à testa do poder. Bonaparte reunira na mesma proposta o regresso das famílias reais expulsas e a anistia para os insurretos de junho.

A assembléia rejeitou cabalmente a primeira – não sem antes arrancar desculpas do presidente, por unir assuntos reais aos da plebe. Era-lhes incogitável que um pretendente ao trono voltasse ao país para degradar-se, vivendo como um simples burguês. O outro lado da frase era mostrar a Bonaparte que sua presença na França não lhe era uma vantagem e que ele era necessário aos monárquicos coligados apenas como um *homem neutro* para ocupar a Presidência.

Bonaparte, não obstante, já deixara de ser o homem neutro eleito em 1848 e suas pretensões de autonomia manifestaram-se na destituição do ministério da coalizão monárquica, de Barrot-Falloux. “O ministério Barrot descuidava-se inclusive do decoro que teria permitido com que o presidente da república aparecesse como um poder ao lado da assembléia nacional”; paralelamente, “O partido da ordem sufocou com clamores despicientemente incrédulos a idéia de que os caprichos de Bonaparte pudessem ter qualquer importância política” (18BLB, pp. 57-8).

Ex-homem neutro, Bonaparte passava a defender abertamente a restauração de sua dinastia e lidava com as massas apelando para seus sentimentos e anseios mais baixos, objetivando tornar-se popular. Encarnar o poder executivo o fizera importante para interesses diversos e a luta implacável contra o proletariado e a social-democracia impelira o partido da ordem a ampliar seus poderes. Mas suas alterações com a assembléia não eram apenas disputas institucionais: eram a contradição entre a república burguesa plenamente corporificada e os seus instrumentos constituintes, que pelejavam por impedir sua manifestação acabada. E, acrescentava Marx, se Bonaparte já não era popular, o partido da ordem havia acumulado larga impopularidade.

Permaneciam, neste intervalo, as peculiaridades econômicas do país. No entender de Marx, na França, a amplitude da produção nacional se situava muito abaixo da da dívida nacional. O investimento improdutivo do capital tinha a Bolsa como principal mercado e, além disto, o erário era o objeto predileto da especulação. Não surpreendia que houvesse enormes contingentes burgueses e semiburgueses com interesses nas finanças, nas operações na bolsa de valores e na dívida pública, agrupamento liderado pelos financistas.

O novo ministério tinha como única figura de projeção parlamentar o agiota Fould, nomeado ministro da Fazenda. Segundo Marx, a corrupção do sistema continuava sob Fould e a aristocracia financeira, ladeada pelos demais setores burgueses, embora menos ostensiva que à época de Luís Felipe. Entregou-se o erário

à alta finança devido ao alargamento da dívida pública, resultante de despesas maiores que as entradas, causa e efeito do sistema de empréstimos públicos. Solucionar o problema passaria, necessariamente, pela redução de gastos (simplificar o aparato de governo, diminuir a quantidade de funcionários públicos, enfraquecer os laços com a sociedade civil) – caminho que o partido da ordem não poderia trilhar: sua estada no poder representava dispêndios com repressão, ingerência generalizada, onipresença, pois que seu poder e suas condições de vida estavam ameaçadas por cada vez mais opositores. O único caminho alternativo seria aumentar os ingressos por meio de um imposto extraordinário que atingisse os mais ricos.

Seria, pois, imprescindível uma transformação total do estado francês para que houvesse equilíbrio financeiro. Entretanto, apenas uma facção do partido da ordem, a dos grandes fabricantes, tinha interesse real na derrocada da aristocracia financeira, pois desejava a diminuição dos custos de produção, portanto dos impostos que incidem sobre ela – o que significa dizer que queria o fim das dívidas do estado, o arruinamento da aristocracia financeira.

Diferentemente da Inglaterra, onde prevalecia a indústria e o livre comércio, na França regia a agricultura e o protecionismo, com os monopólios. Diante da ameaça das revoluções, o industrial aferrou-se ardorosamente ao partido da ordem, vendo-se como alvo preferencial das ações operárias.

A indústria francesa não domina a produção francesa, razão pela qual os industriais franceses não dominam a burguesia da França. Para fazer valer seus interesses frente aos demais setores da burguesia, não podem, como fazem os ingleses, pôr-se à cabeça do movimento e, ao mesmo tempo, levar até o extremo seu interesse de classe, mas têm de ir a reboque da revolução e servir a interesses que se chocam contra os interesses comuns de sua classe. (LCF, 1989, pp. 377-8)

De acordo com Marx, na França, as tarefas do burguês industrial eram realizadas pelo pequeno-burguês, as deste eram cumpridas pelo operário – cujos encargos deste restavam irrealizados. “Na França, a missão do operário não se realiza, mas se proclama.” Qualquer fronteira nacional era estreita para o cumprimento desta tarefa, só realizável quando “a guerra de classes travada dentro da sociedade francesa” se transformasse em uma guerra mundial. Não se devia esperar que a revolução termine na França, mas que o começo de sua organização fosse aí; também não era uma revolução de curto prazo (LCF, p. 378).

Neste ínterim, começavam a se movimentar nos departamentos os camponeses, cujas esperanças haviam sido debeladas tanto pela baixa nos preços dos cereais quanto pelo aumento dos impostos e das hipotecas.

A assembléia, agora, alcinhava de “socialismo” as mesmas coisas que antes defendera como liberalismo. Percebia que, em seu próprio interesse, era necessário esquivar-se dos perigos a que se expunha governando diretamente. Para restabelecer a paz social, era preciso calar os debates no parlamento, da mesma maneira que,

a fim de preservar intacto o seu poder social, seu poder político deve ser destruído; que o burguês particular só pode continuar a explorar as outras classes e a desfrutar pacatamente a propriedade, a família, a religião e a ordem sob a condição de que sua classe seja condenada, juntamente com as outras, à mesma nulidade política; que, a fim de salvar sua bolsa, deve abrir mão da coroa, e que a espada que a deve salvar é fatalmente também uma espada de Dâmocles suspensa sobre sua cabeça (18BLB, p. 64).

O presidente digladiou-se com o partido da ordem, neste momento, por vários motivos: por desenvolver uma campanha anticonstitucional por sua reeleição, por ignorar os votos de desconfiança em seu ministério. Enquanto a burguesia governava da maneira mais absoluta, Bonaparte, com medidas que eram, no entender de Marx, tolas e infantis, buscava angariar popularidade. Entretanto, após os resultados das eleições, que elegeram uma maioria de representantes do proletariado e da pequena burguesia, o presidente recuara à sua “insignificância servil” à assembléia, vigiado pelos seus próprios ministros e também ele submetido ao governo absoluto da burguesia.

Os legitimistas cediam espaço nos órgãos administrativos aos orleanistas, mais capacitados; crescia, ainda, a centralização, o que ia em sentido inverso do que eles buscavam (Marx considerava que esta centralização levada a cabo pela contra-revolução preparava o mecanismo da revolução). Já os orleanistas consideravam-se preteridos pelo presidente e desgostavam das discussões sobre o princípio da legitimidade.

No campo oposto, já mencionamos como os pequeno-burgueses e os camponeses, tratados como inimigos pela república oficial, voltavam-se contra ela; no curso daquela revolução, as condições amadureceram de forma rápida, reunindo tais grupos sob a bandeira do proletariado ou do “partido da anarquia”. Este agrupamento, como o partido da ordem, também era uma coalizão de interesses diversificados, que iam da pequena reforma da sociedade ao seu revolucionamento

completo. Tinham em comum arvorar-se em meio para a emancipação do proletariado e proclamá-la seu objetivo – engano ilusório de alguns, deliberado de outros. Note-se, porém, que mesmo as pequenas reivindicações liberais, consideradas progressistas na Inglaterra, na França eram tachadas de socialismo. Marx distinguia o socialismo burguês daquele do pequeno-burguês, doutrinário, e estes do revolucionário.

O grupo socialista burguês tinha como objetivos, mais ou menos conseqüentes, subjugar a aristocracia financeira e contribuir para o crescimento da indústria e do comércio burgueses, libertando-os das travas que os atravancavam, fitos renegados pelo partido da ordem sempre que não coincidentes com seus interesses particulares. Deste se distinguia, segundo Marx, o socialismo *par excellence*, o *socialismo pequeno-burguês*, cujas reivindicações vão ao encontro de suas condições materiais sob o capital: instituições de crédito, associações protegidas pelo estado que a preservem da concorrência competente do capital, impostos progressivos e restrições ao direito de herança que diminuam os efeitos da concentração, grandes obras levadas a cabo pelo estado e outras medidas que contenham pela força o crescimento do capital. Mais além de uma transição socialista pacífica, acreditavam que esta terminaria por implantar os sistemas que derivaram de sua astúcia ou com que fantasiaram seus pensadores, substituindo com tais sistemas a produção coletiva e individual e, em geral, reduzindo a multiplicidade de seus aspectos a um único ponto. Travavam uma verdadeira luta entre si os diferentes líderes doutrinários e seus sistemas, de que destacavam um ou outro ponto da transformação social que seria operada para contrapor-se aos demais.

Este socialismo doutrinário expressou teoricamente as aspirações proletárias enquanto o conjunto da classe operária ainda não se tinha desenvolvido livremente até chegar a ser um movimento histórico próprio. O socialismo revolucionário, pelo contrário, “é a *declaração permanente da revolução*, a *ditadura de classe* do proletariado como ponto necessário de transição até a *abolição das diferenças de classe em geral*” (LCF, p. 388).

Realizaram-se nestas circunstâncias as eleições suplementares de 10 de março, objetivando preencher as vagas de parlamentares da Montanha expulsos por conta do 13 de junho. O presidente, preso numa situação insustentável, vítima do desprezo dos inimigos e da humilhação dos aliados, apostava numa revolta como maneira de dar a volta por cima. Desejava, pois, uma insurreição, que lhe permitisse decretar o estado

de sítio e controlar o processo eleitoral; não tardou a encontrar meios de provocar a população, embora, em seguida, recuasse, temeroso. Mas estas manobras não surtiram efeito: “o proletariado não se deixou provocar a nenhuma *revolta*, porque se dispunha a fazer uma *revolução*” (LCF, p. 389).

O comitê eleitoral, sob influência operária, apresentou três candidatos por Paris, que representavam um o proletariado revolucionário (De Flotte, que participara das Jornadas de Junho), outro o socialismo doutrinário, procedente da pequena burguesia socialista (Vidal) e, ainda, o partido burguês republicano (Carnot), cujas fórmulas democráticas haviam perdido seu sentido próprio, ganhando ares socialistas diante do partido da ordem. “Era uma *coalizão geral contra a burguesia e o governo, como em fevereiro*. Mas, agora, a *cabeça da liga revolucionária era o proletariado*.” (LCF, p. 389)

O final do processo das eleições revelou o triunfo dos candidatos socialistas em Paris, com votos até do próprio exército (contra seu ministro), e nos departamentos, que elegeram uma maioria de membros da Montanha. Era como se se levantassem, fantasmagóricos, os cadáveres de 1848: seus assassinos, torturadores e desterradores regressavam à assembléia acabrunhados; contestando o 13 de junho, a Montanha, que havia sido proscrita, retornava à Casa; corrigindo o 10 de dezembro, o candidato ministro de Bonaparte amargou uma derrota. “O proletariado parecia ter-se afastado do campo de batalha na hora do perigo só para reaparecer em ocasião mais propícia com maior número de combatentes e um grito de guerra mais audaz.” (18BLB, p. 64) Tratava-se de uma verdadeira revolução, cujo suporte eram as manifestações nas ruas. Assim, confrontado à revolução, Bonaparte mais uma vez se escondeu atrás do partido da ordem.

Iniciava-se, naquele momento, a fase de dissolução da república constitucional, caracterizada por nova união das diversas frações da maioria, reconciliada com Bonaparte, que voltava a ser o homem neutro de outrora, “que encontra sua força em sua própria debilidade e sua respeitabilidade no desprezo que inspira” (18BLB, 1986, pp. 41-2). A cada um dos eleitos do partido democrático se respondeu com uma represália: a ascensão ao Ministério do Interior do acusador de

insurretos de junho, a votação da nova lei do ensino (que abolia a irreligiosidade)³⁹, a supressão da imprensa socialista.

Tratava-se, para o partido da ordem, de um escândalo: os insurretos de junho eleitos pelos merceeiros parisienses! Que seria da grande propriedade se seu vassalo, a pequena propriedade, debandou para o lado dos desapossados? Era uma confirmação de que a influência moral do capital fora quebrantada e que a assembléia burguesa representava tão-somente a burguesia. A repressão já não bastava, diante da extensão da resistência. Havia se tornado necessário reprimir até mesmo o exército, principal instrumento da repressão. Evidenciava-se de modo cabal que a existência da república constitucional mostrava-se inviável, tornara-se em ergástulo que lhe tolhia os movimentos.

Não se pode obliterar, entretanto, que a república constitucional tinha por base o sufrágio universal. Este perdera o sentido desde quando não mais manifestava a dominação da burguesia como resultado da vontade soberana do povo. O partido da ordem não podia mais se submeter à constante recriação do poder estatal imposta pelo sufrágio universal, destruidor da estabilidade e da autoridade. Estava decretada sua abolição.

Estava também, não obstante, estabelecida a condenação das facções coligadas da burguesia

desde o momento em que abandonam a única forma possível de seu poder *unido*, a forma mais formidável e mais completa de sua dominação *de classe*, que é a *república constitucional*, para refugiar-se de novo na forma anterior, incompleta e mais débil da *monarquia* (LCF, p. 392).

Na visão de Marx, se é verdade que a crise comercial que atingiu a Inglaterra em 1847 contribuíra para o espocar das Revoluções de 1848 no continente, a recuperação ainda naquele ano e a prosperidade da indústria e do comércio, especialmente em 1849, estancaram o ascenso do processo revolucionário. Na França, também, podia-se apontar este período de prosperidade econômica – rebaixamento de tarifas de importação no México e reforma aduaneira na Espanha, que passaram a comprar mais produtos franceses, vieram se somar ao aumento da

³⁹ “A lei Falloux (assim chamada pelo nome de seu autor) concedia a liberdade de ensino, isto é, o direito de abrir colégios secundários e escolas primárias. Tornava obrigatório o ensino da religião nas escolas públicas e experimentava pôr os estabelecimentos do estado sob a vigilância do clero, o que não conseguiu no que respeitava à Universidade. A liberdade de ensino, porem, só servia para as congregações religiosas, que dela se aproveitaram para criar escolas primárias de frades e freiras e colégios mantidos por jesuítas ou padres.” (Seignobos, 1936, pp. 400-1)

produção. O incremento de capitais desembocou numa desenfreada especulação; apareceram inúmeras sociedades por ações, que podiam ser adquiridas a baixos preços e cuja propaganda (com colorido socialista) atraía enormemente os pequenos burgueses e os operários, embora suas atividades fossem exclusivamente a especulação fraudulenta típica dos franceses.

O restabelecimento dos pagamentos em espécie feitos pelo Banco Central da França também atestam a prosperidade que se vivia. Mesmo o aumento da circulação de papel-moeda não trouxe a depreciação dos papéis do banco, pelo contrário, fizera-se emparelhado com um acúmulo de reservas metálicas. Eram tantas outras evidências de que, de fato, bem longe de repelir a aristocracia financeira, a revolução terminou por lhe dar mais sustança.

Em face de tais circunstâncias, que lhe apareciam como inéditas na sociedade burguesa, é que Proudhon acreditou ser a hora de o Banco metamorfosear-se em banco popular proudhoniano. Marx, de sua parte, afirmava-as como “um fenômeno burguês absolutamente normal, ainda que na França se apresente agora pela primeira vez” (LCF, p. 394).

Não se pode olvidar, ademais, que, colateralmente a tal prosperidade industrial e comercial momentânea, abatia-se uma grande depressão sobre a massa dos 25 milhões de camponeses, dada a queda do preço do trigo advinda das fartas colheitas. Sua situação não era, portanto, tranqüila, embora já se tivessem provas peremptórias de “que este setor da população é totalmente incapaz de qualquer iniciativa revolucionária” (LCF, p. 395).

Marx advertia que, do mesmo modo que a prosperidade, a crise também se iniciava mais tarde no continente, em relação à Inglaterra, onde se produzia sempre o processo originário. Desta potência industrial e de sua política comercial dependiam ambos os setores no continente, motivo pelo qual as revoluções preambulares que ali se davam estavam, elas também, em relação direta com a Inglaterra: não surpreendia que acontecimentos violentos ocorressem nas extremidades do organismo burguês antes que em seus órgãos vitais, nos quais a possibilidade de ajustamento era maior. Da mesma forma, a repercussão destas revoluções continentais sobre aquele país denotam sua profundidade.

Estava-se, pois, num momento em que as forças produtivas da sociedade capitalista desenvolviam-se em profusão e sob as condições burguesas, de forma que não era possível uma revolução verdadeira. Esta depende de uma contradição entre

as forças produtivas e as formas burguesas de produção. As desinteligências que se permitiam no continente as diversas facções do partido da ordem apenas certificavam que se viam instaladas sobre fundações seguras, que a reação não conseguiria destruir. Uma nova revolução só poderia ocorrer em consequência de uma nova crise e, segundo Marx, ambas eram uma questão de tempo.

No que toca à França, a Montanha apenas esperava nova oportunidade para quebrar sua própria agressividade. A vitória do povo em 10 de março perdeu substância: Vidal, um dos recém-eleitos, conquistara a representação por Paris e Estrasburgo, sendo convencido a optar por esta última e esgotando a capital com um novo processo eleitoral, enquanto as massas iam-se acostumando a triunfos legais como alternativa aos revolucionários. Por fim, em 28 de abril, elegia Eugène Sue⁴⁰, que retirava do 10 de março seu caráter mais essencial, a reabilitação de junho. Mas a nova vitória eleitoral deu à Montanha e à pequena burguesia novos pretextos para a confiança excessiva em si mesma que já era sua marca. Deleitava-se porque, parecia-lhe, seus objetivos poderiam ser atingidos pela via legal, sem que o proletariado entrasse novamente em cena. Acreditava piamente que a mágica do sufrágio universal elevaria à Presidência Ledru-Rollin, seu líder, e que ela própria seria maioria na assembléia.

Diante da desorientação da social-democracia, manifestada nos eventos acima citados, o inimigo ia recobrando fôlego e, tendo se certificado de que não haveria grandes reações em quaisquer circunstâncias, desfechou um tiro certo no pretense corpo fechado da Montanha: apresentou, com os préstimos do sr. Faucher, a proposta de lei “segundo a qual seria abolido o sufrágio universal, seria imposta a condição de que os eleitores residissem pelo menos três anos na circunscrição eleitoral e, finalmente, tornaria a prova de domicílio dependente, no caso dos operários, de um atestado fornecido pelos patrões” (18BLB, p. 66). O governo preservou-se de propor ele mesmo a nova lei eleitoral, confiando tal tarefa aos grandes dignitários do partido da ordem, com o que parecia que a proposta partira da maioria da própria assembléia.

O projeto foi apresentado à Câmara em 8 de maio, dando origem a debates intensos. A imprensa pseudo-revolucionária recomendava ao povo passividade e confiança nos representantes que elegera. A maioria da assembléia reservava-se o

⁴⁰ Socialista e romancista (1804-57), autor d'*Os mistérios de Paris*, criticado por Marx n'*A sagrada família*, entre outros romances sociais. Seu papel na assembléia legislativa foi bastante secundário.

direito de interpretar a constituição como lhe conviesse. Durante o processo eleitoral, a Montanha havia se mostrado virulenta, conclamando o povo a uma luta falsa; agora, desviava-o da luta necessária: sua reação à proposta de abolição do sufrágio, consoante a sua natureza, deu-se no terreno jurídico, enquanto o partido da ordem situava-se mais embaixo, nos fundamentos do direito: no âmbito da propriedade burguesa. Em 31 de maio, a proposta tornou-se lei, verdadeiro golpe de estado da burguesia:

Todas as vitórias até então conquistadas sobre a revolução tinham tido apenas um caráter provisório. Viam-se ameaçadas assim que cada assembleia nacional saía de cena. Dependiam dos riscos de uma nova eleição geral, e a história das eleições a partir de 1848 demonstrava irrefutavelmente que a influência moral da burguesia sobre as massas populares ia-se perdendo na mesma medida em que se desenvolvia seu poder efetivo (18BLB, pp. 67-8).

Necessidade da luta de classes, a lei de 31 de maio excluiu o sufrágio universal e, diante de tal afronta à constituição, os deputados que haviam jurado renunciar em apoio ao povo que neles votara obstinaram-se em seus cargos, limitando-se a redigir protestos.

Um exército de 150.000 homens a postos em Paris, a grande postergação da decisão, o tom apaziguador da imprensa, a pusilanimidade da Montanha e dos deputados recém-eleitos, a calma majestática da pequena burguesia e, sobretudo, a prosperidade comercial e industrial, impediram qualquer tentativa de revolução por parte do proletariado. (LCF, p. 397)

Aquele ano de 1850 fora um dos mais esplêndidos em termos de prosperidade industrial e comercial, oferecendo aos operários parisienses larga oferta de emprego. No plano eleitoral, porém, eram novamente párias, como antes da Revolução de Fevereiro, excluídos da participação no terreno político. Seduzido pela transitória sensação de segurança, que o fez esquecer seus interesses revolucionários de classe, e conformando-se à direção dos democratas, o proletariado evidenciava o quanto a derrota de junho de 1848 desestruturara sua luta.

De toda forma, a tarefa histórica que competia ao sufrágio universal havia sido cumprida. As massas já haviam passado pela escola do desenvolvimento, máximo grau a que pode chegar o sufrágio universal numa época revolucionária. Tinha de encontrar seu fim – fosse no sentido progressivo, fosse no regressivo. Por outro lado, a burguesia ansiava por dar um caráter permanente às suas vitórias, o que os processos eleitorais regulares impediam. Neste sentido, as mudanças na lei eleitoral

incluíam dispositivos que diligenciavam transferir a eleição presidencial das mãos do povo para a assembléia.

As energias dos representantes da pequena burguesia foram, logo em seguida, direcionadas ao questionamento na tribuna ao ministro que qualificou a Revolução de Fevereiro como catástrofe funesta. Privados do direito de expressar sua indignação moral pelo presidente da assembléia, vingaram-se expulsando o deputado Girardin, que havia proposto a retirada em massa da Montanha.

A nova lei eleitoral demandava uma contraparte, o controle da imprensa. Logo, o governo, com o auxílio do partido da ordem, apresentou um projeto de lei que impunha uma série de cobranças em dinheiro sobre os periódicos e folhetins e determinou que os artigos fossem assinados. “As novas disposições sobre as fianças vinham matar a imprensa chamada revolucionária, morte que o povo considerou como uma reparação pela abolição do sufrágio universal.” (LCF, p. 398)

A determinação de publicar apenas artigos assinados retirava à imprensa seu caráter de amplificador da voz rouca da opinião pública, fazendo dela o terceiro poder dentro do estado; esta última medida revelava os indivíduos e os interesses que se ocultavam por trás dela e atingiam a imprensa em geral – especialmente, os periódicos defensores dos interesses privados de Bonaparte. Decerto, a imprensa do partido da ordem havia reclamado as medidas mais extremas (como fizera pela abolição do sufrágio) contra a imprensa social-democrata, mas seu próprio anonimato também incomodava tal partido, que desejava conhecer detalhadamente os dados e a filiação política dos articulistas.

A participação da Montanha no debate sobre a lei de imprensa foi pífia. Somando-se à lei eleitoral, datava o fim da história daquele partido revolucionário e democrático.

Como salientou Marx, nunca haviam se desenrolado de forma mais clássica que naqueles últimos seis meses

a resistência contra o *statu quo* e seu contínuo afiançamento; as incessantes fricções entre Bonaparte e a assembléia nacional; a ameaça constantemente reiterada do partido da ordem de dissolver-se na diversas partes que o integravam, e a fusão, a cada passo repetida, de suas diferentes facções; o intento de cada facção de converter as vitórias sobre o inimigo comum em outras tantas derrotas dos aliados circunstanciais; os mútuos ciúmes, antipatias e inconveniências (LCF, 1989, pp. 399-400).

Após uma pendenga com a assembléia em torno de sua remuneração, que vencera parcialmente, Bonaparte apadrinhou a proposta de suspensão das sessões da

Câmara, ansioso que estava para mover-se sem aquela importuna vigilância. Também o partido da ordem o desejava, pois suas perfídias sectaristas independiam da Casa – e, ademais, cada deputado poderia dedicar-se aos seus interesses particulares. A medida seria do interesse de ambos, porque lhes permitiria garantir e expandir a reação na província. Assim sendo, a assembléia decidiu suspender suas sessões de 11 de agosto até 11 de novembro, mas não sem antes excluir a participação bonapartista da Comissão que representaria a instituição durante o recesso, para lhe mostrar que sabia de suas más intenções e que não se intimidava diante daquele que era, então, seu único rival de pé.

Por este período, discutiam-se também propostas de reconciliação das duas grandes facções do partido da ordem, os orleanistas e os legitimistas, pela amálgama das dinastias, acordo aparentemente facilitado pela morte de Luís Felipe, que deixava o conde de Paris como legítimo herdeiro, já que o usurpado Henrique V não tinha filhos. Pleiteava-se que a monarquia unificada fizesse o que somente a república podia fazer e de fato fez: superar os interesses exclusivos de facção pelo interesse de comum classe, fazer desaparecer “as várias espécies de burgueses, dando lugar ao burguês propriamente dito, à espécie burguesa” (18BLB, p. 91). Entretanto,

Se Henrique V viesse a reconhecer o conde de Paris como seu sucessor – o único êxito que, na melhor das hipóteses, poderia alcançar a fusão – a Casa de Orléans não conquistaria nenhum direito que já não tivesse assegurado devido à ausência de herdeiros de Henrique V, mas perderia, por outro lado, todos os direitos que alcançara com a Revolução de Julho. (18BLB, p. 93)

Neste exato momento, não obstante, as duas frações se deram conta de “que não as dividia precisamente seu entusiasmo por uma determinada casa real, mas que eram, pelo contrário, interesses de classe contrapostos as que mantinham desunidas às duas dinastias” (LCF, p. 401). O latifúndio e a indústria não podiam “irmanar-se sob uma só coroa”, a indústria estava impedida de “chegar a algum acordo com o latifúndio enquanto este não se decidisse a tomar-se industrial” (18BLB, p. 92).

Os velhos ministros orleanistas, a “ressaca” da Revolução de Julho de 1830, representavam, de fato, “a desilusão em face do reino burguês e da realeza da burguesia, a crença supersticiosa na legitimidade como o último amuleto contra a anarquia” (18BLB, p. 93). Por outro lado, a família de Luís Felipe foi convencida a aceitar momentaneamente a república e aguardar as circunstâncias de retorno da monarquia. Assim, o príncipe de Joinville, depois de meses de rumores, proclamou

oficialmente sua candidatura à Presidência. Resultara da tentativa de fusão das duas dinastias o fim da própria unidade parlamentar.

Em agosto, reunidos os Conselhos Departamentais durante a interrupção dos trabalhos parlamentares, aprovou-se uma revisão da constituição, que apontava vagamente para uma restauração monárquica, embora não dissesse qual seria. Os bonapartistas imediatamente a decifraram como um desejo de que o mandato presidencial de Bonaparte fosse prorrogado. Mas o partido da ordem considerava igualmente inaceitáveis a solução constitucional – a saída de Bonaparte e a eleição de seu sucessor – e a revisão da constituição por um parlamento eleito para cumprir este objetivo logo no início do próximo mandato.

1.2 MARX E AS CLASSES SOCIAIS NA FRANÇA BONAPARTISTA

Um dos temas mais importantes que sobressaíram nas análises que fizemos do pensamento de marxiano do período foi o das classes. De fato, nestas suas chamadas obras históricas, que demonstram à mancha sua aptidão de historiador (bem ao contrário do que pregam diversas correntes, provavelmente sem lê-lo ou lendo-o de forma enviesada), também se manifesta sua capacidade analítica no tocante a este ponto específico. Marx captou aí, no bojo de análises específicas, determinações substanciais sobre a constituição das classes, sobre a luta de classes e sobre a revolução, seu corolário.

De acordo com Marx, “sobre as diferentes formas de propriedade, sobre as condições sociais”, constituíam-se “maneiras de pensar e concepções de vida distintas e peculiarmente constituídas”, criadas por uma classe social com base em suas condições materiais de vida e correspondentes relações sociais e incorporadas pelo “indivíduo isolado” “através da tradição e da educação”. Este indivíduo pode enxergar em tais concepções “os motivos reais e o ponto de partida de sua conduta”, mas,

assim como na vida privada se diferencia o que um homem pensa e diz de si mesmo do que ele realmente é e faz, nas lutas históricas deve-se distinguir mais ainda as frases e as fantasias dos partidos de sua formação real e de seus interesses reais, o

conceito que fazem de si do que são na realidade (18BLB, p. 45)⁴¹.

Marx envidou esforços justamente para captar esta situação real, os interesses específicos e as formas de relações que mantinham as diversas classes entre si.

Principiemos pelo dizia em relação aos camponeses. Ele chamava a atenção para o fato de que a primeira Revolução Francesa libertara este grupo da semi-servidão e os transformara em proprietários livres, o que foi ratificado e regulamentado por Napoleão⁴². Os camponeses passaram, então, a formar a ampla maioria da população francesa, a “massa da nação”. À época de Napoleão, à fragmentação da terra correspondia a livre concorrência e o nascimento da grande indústria nas cidades; a pequena propriedade era, então, o meio de impedir o renascimento da aristocracia dos senhores de terra, que ela privava de meios de subsistência, pelo que o estado a protegia.

Pouco mais de meio século depois, porém, justamente a divisão da terra, que tornara “o camponês feudal em camponês proprietário, e Napoleão em imperador”, era a causa do atraso do campesinato, de seu endividamento progressivo e do arruinamento paulatino da agricultura (18BLB, p. 118). A mesma forma de propriedade que no início do século era condição para libertação e enriquecimento do camponês francês tornou-se em fundamento de sua pauperização. Se, dizia Marx alhures, a primeira geração de camponeses libertada das cargas feudais pela

⁴¹ Fórmula semelhante já havia sido exposta referindo-se à classe que então encarnava a perspectiva do trabalho: “Não se trata de saber que objetivo este ou aquele proletário, ou até o proletariado inteiro, tem momentaneamente. Trata-se de saber o *que é* o proletariado e o que ele será historicamente obrigado a fazer de acordo com este *ser*. O seu fim e a sua ação histórica são-lhe traçadas de modo tangível e irrevogável pela sua própria situação e por toda a organização da sociedade burguesa actual” (SF, pp. 53-4). Também em *A ideologia alemã* a preocupação aparecia, quando Marx criticava a concepção de história separada da vida usual, mostrando que esta “se vê obrigada a *compartilhar*, especialmente, em cada época histórica, *as ilusões desta época*”, pelo que “O que estes determinados homens se ‘figuraram’, se ‘imaginaram’ acerca de sua prática real se converte na única potência determinante e ativa que dominava e determinava” sua prática (IA, p. 42).

⁴² Em 10 de agosto de 1792, o aspecto social da Revolução Francesa passou por um processo de aprofundamento, eliminando-se da cena histórica a busca do compromisso (que se havia tentado, por exemplo, com as medidas tomadas em 4 de agosto de 1789 no tocante à questão agrária). A pressão dos camponeses e do jacobinismo obrigou a uma reforma agrária muito mais radical do que a burguesia desejara: a Convenção aboliu, sem nenhuma espécie de indenização, todos os vínculos e cargas que incidiam sobre a terra (e os aristocratas foram impedidos de cobrá-los por outros meios), devolveu o patrimônio comunal aos seus municípios rurais e adotou uma série de medidas objetivando facilitar a venda aos camponeses das terras comunais. A transferência de propriedade acelerou-se com a oferta dos bens dos emigrados para serem vendidos em pequenos lotes e os suspeitos foram desapossados. Em 17 de julho de 1793, lei da Convenção aboliu definitivamente os direitos feudais e Napoleão, pelo Código Civil, ratificou a distribuição de terras realizada durante o período do Terror. A propriedade da terra – até então patrimônio específico de uma classe social, a aristocracia fundiária rentista e protegida pela legislação consuetudinária do *Ancien Régime* – passava a ser regida pelas leis e interesses do mercado, estabelecidos nas regras contratuais (ver, a respeito: Duncker; Goldschmidt; Wittfogel, 1939; Hobsbawm, 1977; Costa, 1999; Soboul, 1989; Seignobos, 1939).

Revolução em nada havia arcado pela terra, seus sucessores pagavam como *preço da terra o equivalente* às rendas, dízimos e/ou obrigações pessoais de seus ascendentes. Com o aumento da população e da subdivisão das propriedades, cada parcela ficava mais cara (quanto menor o tamanho, maior a demanda); aumentava na mesma proporção o endividamento do camponês, sob a forma de hipotecas. Assim, estabelecido e cristalizado o domínio burguês, os usurários e hipotecas tomaram o lugar dos senhores feudais e seus impostos. O peso da dívida hipotecária das pequenas propriedades francesas era imenso, pois estas eram a única forma de o capitalista retirar lucros, juros e renda do solo, às expensas das condições de vida do lavrador. Com isto, a escravização ao capital rebaixou a massa camponesa ao mesmo nível dos mendigos e prostitutas, sempre segundo Marx.

Por outro lado, ajuntava, no regime de parcelamento, a terra era um mero instrumento de produção para seu proprietário⁴³. Sua fertilidade crescia em proporção ao seu tamanho, ou seja, quanto menor a parcela, menor a produtividade e maiores os gastos improdutivos; os incrementos, como maquinário, também se tornavam cada vez mais difíceis de aplicar, impondo ao camponês a necessidade de mais terra, dinheiro e técnica. Sem estes, seria inevitável o retrocesso da agricultura e, por conseguinte, da situação dos pequenos lavradores, cada um legando aos herdeiros mais dívidas e cada nova geração iniciando suas atividades em condições mais desfavoráveis, até o ponto em que o camponês francês cedia ao capitalista não só o lucro líquido como uma *parte do salário*, ainda que nominalmente continuasse sendo um proprietário privado.

De acordo com Marx, os camponeses viviam em condições semelhantes, mas isolados uns dos outros, sem estabelecer relações mútuas, dada a sua quase total auto-suficiência, conseguida a partir de intercâmbio com a natureza mais que com a sociedade⁴⁴. Esta situação própria da classe tornava-se mais grave devido ao péssimo sistema francês de comunicações e em face da pobreza generalizada. A pequena propriedade, a única de que dispunham, impedia a introdução da divisão do trabalho no cultivo e da tecnologia, não comportava riqueza de relações sociais, talentos variegados, desenvolvimento múltiplo. Daí sua célebre assertiva:

⁴³ O pequeno proprietário “encontra-se assim perante o grande proprietário na mesma relação que o artesão, com instrumentos próprios, tem para o com o de uma fábrica. A pequena propriedade transformou-se em simples instrumento de trabalho” (MEF, p. 148).

⁴⁴ Conforme já explicitara n’A *ideologia alemã*, “As grandes insurreições da Idade Média partiram todas do campo, e por isso mesmo resultaram todas elas falidas, devido precisamente a sua dispersão e à conseguinte rusticidade da população camponesa” (Ia, p. 58).

Na medida em que milhões de famílias camponesas vivem em condições econômicas que as separam umas das outras, e opõem o seu modo de vida, os seus interesses e sua cultura aos das outras classes da sociedade, estes milhões constituem uma classe. Mas na medida em que existe entre os pequenos camponeses apenas uma ligação local e em que a similitude de seus interesses não cria entre eles comunidade alguma, ligação nacional alguma, nem organização política, nessa exata medida não constituem uma classe. (18BLB, pp. 115-6)

Não podiam, desta forma, defender autonomamente seus interesses, dependendo de uma representação exterior. Mas este representante devia ser, como o Deus do Velho Testamento, autoritário, protetor e provedor. Sua representação política implicava a subserviência da sociedade ao estado.

Este desenvolvimento econômico da pequena propriedade também gerou conseqüências no que tange às relações dos camponeses com as duas grandes classes sociais e ao destino do próprio país. Os camponeses franceses acreditavam piamente na reedição do fenômeno Napoleão⁴⁵, com que teriam de volta a antiga glória, e alguém a quem o destino presenteou com aquele nome, cuja vida pregressa se resumia à esbórnica e à perseguição dos credores, na visão de Marx, encasquetou que deveria consumir a lenda. Convergiam, assim, a fixação do sobrinho e a da massa camponesa.

Marx reiterava: os Bonapartes eram representantes do camponês, mas não do revolucionário e, sim, do conservador. Não representavam aquele que buscava superar as arcaicas condições de existência social, com base na pequena propriedade, o que tinha relações com a cidade e se esforçava para modificar aquela ordem matusalênica, o camponês esclarecido que olhava para o futuro. Antes, representava o que almejava consolidar sua propriedade e, por conseqüência, o isolamento embrutecedor, a velha ordem cediça, que ambicionava a restauração do império para se beneficiar, o camponês supersticioso que se aferrava ao passado.

No início de suas perquirições sobre o bonapartismo, Marx dizia que a questão camponesa era a primeira com que o segundo Bonaparte teria de se enfrentar. Segundo ele, se acaso Bonaparte, como os camponeses, não se tivesse apercebido da linha evolutiva da pequena propriedade e buscasse as causas de sua ruína não em

⁴⁵ A expansão da lenda napoleônica teria sido estimulada pelo próprio Luís Felipe: “A lenda permite aos belicistas transferir para um passado idealizado sua sede de glória militar, e ao governo praticar uma política pacífica” – o que seria possível porque “jamais se chegou a traduzir a lenda napoleônica em linguagem política antes de 1843 (e muito dificilmente antes de 1848)” (Bluche, 1984, p. 88).

suas próprias condições, mas na influência de circunstâncias secundárias, suas medidas estariam destinadas ao fracasso no convívio com as relações de produção.

A própria eleição de Luís Bonaparte fora um *coup d'état* forjado pelos camponeses, “que tinham tido que pagar as custas da Revolução de Fevereiro, contra as demais classes da nação, uma reação do campo contra a cidade” (18BLB, p. 36). Assinalava sua incorporação ao movimento revolucionário; de fato, segundo Marx, a eleição do “sobrinho do tio” representava um anacronismo a um tempo ingênuo e astuto, caricatura burlesca da personagem que era, para os camponeses (“classe que representava a barbárie dentro da civilização”), mais que um indivíduo, um *programa*: “Napoleão era o único homem que havia representado exaustivamente os interesses e a fantasia da classe camponesa recém-criada em 1789” – quando esta realizou proezas grandiosas –, pelo que não se pôde relegá-la desta vez ao papel de expectadora (LCF, p. 345). A Montanha e o Bonaparte dos anos 1840, entretanto, eram plágios grotescos, abortos de uma França já despojada de suas ilusões burguesas.

Sob o governo absoluto do “gendarme” burguês consagrado pela padraria, tal massa imatura só poderia ser ainda mais enfraquecida. Mas a república parlamentar que dominou rigorosamente o campesinato desbotou as cores vivas de sua ilusão napoleônica, trazendo mudanças em sua forma de pensar, com o que em seu cérebro engalfinhavam-se a consciência moderna e a tradicional do camponês francês, a ver quem teria a supremacia. A certa altura, os camponeses também ensaiaram uma independência em relação ao governo e levantaram-se, por fim, contra o exército. Eram, entretanto, reprimidos violentamente pelos burgueses cada vez que ameaçavam pôr-se em marcha e em cada ponto específico, como evidenciaram os conflitos entre os padres e os mestres-escola, entre os *maires* e os prefeitos (em que a burguesia derrotou os mestres-escola e os *maires*, que representavam o progresso da consciência e da atuação dos camponeses), bem como com estados de sítio e expedições punitivas.

A propósito da Guerra Franco-Prussiana, Marx voltava a ressaltar que os “camponeses, ampla massa de produtores não envolvida diretamente na luta entre o capital e o trabalho” (GCF, p. 80), eram bonapartistas porque atribuíam a Napoleão os benefícios que haviam conquistado com a Revolução Francesa: “os camponeses franceses se deixaram enganar pelas recordações nacionais do primeiro império” (2MCGA, p. 62). Relembrava que este camponês via a existência de grandes

latifundiários, em si, como uma usurpação dos direitos conquistados com a Revolução. Em 1848, teve de arcar com o imposto adicional de 45 centimos por franco, que a burguesia lhe aplicou em nome da revolução. Seria, também, perseguido ideológica e politicamente (por exemplo, o ensino havia sido transferido do mestre-escola para “o embrutecimento pelo cura”). Marx repetia, então, que “todas as leis promulgadas pelo partido da ordem em janeiro e fevereiro de 1850 foram descaradas medidas de repressão contra o camponês” (GCF, p. 86). Somavam-se as dívidas hipotecárias, o crescimento do proletariado do campo e a perda da terra que cultivava, em face do desenvolvimento da agricultura moderna e da concorrência da produção agrícola capitalista.

Ademais das hipotecas, a pequena propriedade ainda tinha de se haver com os muitos impostos, seiva de que se alimentavam a burocracia, o exército, a igreja, enfim, toda a máquina do estado. Se, de um lado, “Governo forte e impostos fortes são coisas idênticas”, de outro, a própria natureza da pequena propriedade (por gerar uma base uniforme em termos de relações e de pessoas sobre uma larga superfície) permitia à burguesia todo-poderosa exercer uma pressão uniforme sobre esta e cada um dos seus elementos. Agora em relação direta, sem a interposição das antigas faixas intermediárias entre a aristocracia e a massa camponesa, o poder do estado (e seus órgãos imediatos) se imiscuía em todos os aspectos de sua vida. Gerava, ainda, um contingente de desempregados que não encontrava meio de vida nem no campo nem nas cidades, acabando por lotar-se em postos no governo criados para este fim. Nos áureos tempos de Napoleão, os impostos compulsórios foram compensados largamente pela abertura de novos mercados e com a pilhagem, além de servirem com incentivo à laboriosidade dos camponeses. Agora, entretanto, despojavam-nos de seus já escassos recursos e os atiravam ao pauperismo. Uma casta artificial, criada por Bonaparte ao lado das demais classes já existentes, acabava sendo um aliado substancial, pois a manutenção do regime lhe era vital. Daí os privilégios imediatamente concedidos ao funcionalismo.

A religiosidade camponesa também se tornava, sob os Bonapartes, instrumento de governo. À diferença de que, em seus primórdios, a pequena propriedade era naturalmente religiosa, dada não somente sua dependência das forças naturais, mas também sua subordinação a uma autoridade protetora e a harmonia com a sociedade liberal – enquanto que a pequena propriedade decadente, em conflito com a sociedade burguesa e com a autoridade e explorada para além do

que deveria, era naturalmente irreligiosa. “O céu era um acréscimo bastante agradável à estreita faixa de terra recém-adquirida, tanto mais quanto dele dependiam as condições meteorológicas; mas se converte em insulto assim que se tenta impingi-lo como substituto da pequena propriedade.” (18BLB, p. 121)

Para Marx, as *idées napoléoniennes* atingiram seu ponto máximo com a preponderância do exército⁴⁶. Nesta força, os camponeses haviam se transformado em heróis que defendiam à bala suas novas propriedades, que exaltavam a nacionalidade conquistada, que saqueavam e revolucionavam o mundo. “A farda era seu manto de poder; a guerra a sua poesia; a pequena propriedade, ampliada e alargada na imaginação, a sua pátria, e o patriotismo a forma ideal do sentimento da propriedade.” (18BLB, p. 121) Agora, porém, o camponês francês via-se acossado não pelas forças estrangeiras contrárias à Revolução, mas pelos agentes do fisco e oficiais de justiça, enquanto o exército havia sido dominado pelo lumpemproletariado camponês cujo maior heroísmo era servir de gendarme.

Concluía Marx: todas as criações de Napoleão Bonaparte eram relativas à pequena propriedade recém-nascida, em fase ascensível, que não respondiam às necessidades da pequena propriedade decrépita. “Mas a paródia do império era necessária para libertar a massa da nação francesa do peso da tradição e para desenvolver em forma pura a oposição entre o poder do estado e a sociedade.” (18BLB, p. 122) A burguesia agiu, assim, de forma a reforçar as impressões positivas que o campesinato nutria pelo império e as condições mesmas que geravam estas impressões. Mas, salientava Marx, se a burguesia devia temer a estultície das massas camponesas conservadoras, também a atemorizava sua clarividência revolucionária. Exemplificava: nos levantes ocorridos depois do golpe de estado, um segmento dos camponeses franceses enfrentou aquele que fora eleito por seu próprio voto, em 10 de dezembro de 1848, pois o tempo lhe mostrara o erro cometido.

Com o solapamento paulatino da pequena propriedade, a estrutura estatal baseada nela, construída em oposição ao feudalismo, ruiria também. Mas a situação atual dos camponeses explicava o resultado das eleições de 20 e 21 de dezembro, ganhas por Napoleão. A maior parte desta classe carregava, ainda, tamanhas idéias caducas que justamente nos Departamentos onde os socialistas tinham mais penetração a votação a favor de Bonaparte foi maior.

⁴⁶ Uma observação sobre o papel da força armada no bonapartismo francês será feita no próximo capítulo.

De toda forma, já estava relativamente claro que a exploração dos camponeses “só se distingue pela *forma da* exploração do proletariado industrial. O explorador era o mesmo: o *capital*” (LCF, p. 383)⁴⁷. O capitalista explorava individualmente o camponês por meio da hipoteca e dos juros, e como classe, via impostos. O título de propriedade era o amuleto com que o atraía e incitava contra o proletariado, mas apenas um governo não capitalista poderia eliminar sua degradação. Assim, salientava Marx, os interesses do campesinato não estavam mais em consonância, mas em contraposição aos do capital. Seu mais genuíno aliado e natural dirigente era, pois, o proletariado urbano, a quem competia derrubar o regime burguês. Com tudo isso, o campesinato acabou atraído pelo socialismo e utilizou a experiência advinda do uso que havia feito do sufrágio e das decepções que se seguiam – “as *revoluções são as locomotoras da história*” (LCF, p. 383). Mas a pedra em seu caminho, naquele momento, era a existência de um governo forte e absoluto, à frente do qual estava o segundo Bonaparte, que saía em defesa daquela ordem material.

Tendo já explorado as manifestações marxianas sobre o campesinato francês, podemos passar para as duas classes fundamentais do confronto então armado, a burguesia e o proletariado. Começemos pela primeira.

Marx buscou clarificar as verdadeiras bases da divisão da burguesia francesa em várias frações, para além de suas próprias manifestações monarquistas antagônicas. Tais divisões, no seu entender, eram muito mais profundas que a mera filiação a uma ou outra casa dinástica, como era comum pensar naquele momento⁴⁸.

Já mencionamos que, de acordo com Marx, durante a monarquia restaurada prevaleceram os interesses hereditários dos senhores de terras. Ele se antecipava a possíveis questionamentos e esclarecia que “a grande propriedade territorial, apesar de suas tendências feudais e de seu orgulho de raça, tornou-se completamente burguesa com o desenvolvimento da sociedade moderna” (18BLB, pp. 45-6).

Por outro lado, a monarquia de julho expressara os anseios “do usurpado domínio dos burgueses arrivistas”, ou seja, de suas facções financeira, industrial e

⁴⁷ Ainda mais que o desenvolvimento do capitalismo subordinava o campo e abolia a “distinção entre capitalista e grande proprietário, de maneira que, ao todo, há apenas duas classes da população, a classe trabalhadora e a classe dos capitalistas” (MEF, p. 150). O crescimento da produção industrial e a ampliação do comércio contribuíram para a desagregação das relações tradicionais no campo e a superpopulação rural acentuava o empobrecimento dos camponeses, de resto submetidos ao que Marx chamava de “embrutecimento da vida rural” (MC, p. 97).

⁴⁸ Como já explicitara, “todas as lutas que se travam dentro do estado, a luta entre a democracia, a aristocracia e a monarquia, a luta pelo direito de sufrágio etc. não são senão as formas ilusórias sob as quais se trazem à mente as lutas reais entre as diversas classes” (IA, p. 35).

comercial (18BLB, pp. 45-6). Desta forma, sob Luís Felipe não era a burguesia francesa que dominava, mas tão-somente uma parte dela,

os banqueiros, os reis da Bolsa, os magnatas das estradas de ferro, os proprietários das minas de carvão e de ferro e das explorações florestais e uma parte dos proprietários de terra aliada a eles: a chamada *aristocracia financeira* (LCF, p. 316).

O que tornava díspares os setores burgueses eram as condições materiais às quais sua existência estava submetida, às diferentes formas de propriedade que contrastava o campo à cidade, e não questões de princípios. Daí derivavam outras, de somenos importância, embora inegáveis: inimizades pessoais, preconceitos etc. Natural, dizia Marx, que houvesse “sobre as diferentes formas de propriedade, sobre as condições sociais, maneiras de pensar e concepções de vida distintas e peculiarmente constituídas”. De toda forma, agiam ambos “sob um rótulo social, e não sob um rótulo político”, ou seja, atuavam contra as outras classes como representantes do regime burguês, não como monarquistas contra republicanos (18BLB, pp. 45-6). Circundavam-nos altos dignitários de origem militar, universitária, clerical, judiciária, acadêmica e literária, espalhados pelos dois grupos em diferentes proporções.

Diferentemente do capitalismo inglês, dizia Marx, na França pré-revoluções de 1848 a indústria não era dominante economicamente (lembre-se da importância histórica da especulação neste país), pelo que a burguesia industrial também não o era. Como ele sublinhou,

A burguesia industrial só pode dominar ali onde a moderna indústria acomoda a sua própria conveniência todas as relações de propriedade, e, para adquirir este poder, a indústria necessita ter conquistado o mercado mundial, já que as fronteiras nacionais não bastam para fincar seu desenvolvimento (LCF, p. 323).

A burguesia industrial francesa era obrigada, para impor seus objetivos particulares, a incorporar-se (ainda que hesitantemente) à revolução e trabalhar por interesses que iam contra os de sua classe. Desta forma, a burguesia industrial propriamente dita era oficialmente opositora daquele regime, “com tanto maior energia quanto mais claramente se desenvolvia a hegemonia da aristocracia financeira e mais segura se acreditava esta de seu domínio sobre a classe operária,

depois de afogar em sangue as revoltas de 1832⁴⁹, 1834⁵⁰ e 1839⁵¹” (LCF, p. 316). Já a pequena burguesia (em suas variadas manifestações) e os camponeses estavam excluídos do poder político, bem como seus porta-vozes ideológicos. Todo este quadro de alianças mudaria a partir da insurreição de junho de 1848, quando o confronto com o proletariado se explicitou da forma mais sangrenta. Diante deste, a burguesia superou suas diferenças e instituiu um governo comum contra o proletariado e as demais classes sociais.

De fato, Marx também se esforçou por deslindar o caráter da república francesa – declarada e mantida apesar das pretensões monárquicas dos setores dominantes da burguesia. Explica-se: nela, “as duas facções da burguesia francesa, os legitimistas e orleanistas, a grande propriedade territorial e a indústria podiam viver lado a lado com igualdade de direitos”. Sem ela, seria impossível o domínio em comum e, pois, uma “forma de governo no qual seu interesse geral de classe podia submeter ao mesmo tempo tanto as reivindicações de suas diferentes facções como as demais classes da sociedade” (18BLB, p. 90). Afastando o perigo de exclusividade no poder de um dos grupos burgueses que o disputavam, a república instalada na França em 1848 transformou-se no “despotismo ilimitado de uma classe sobre as outras”.

Sempre segundo Marx, o “*reino anônimo da república* era o único no qual ambas as facções podiam afirmar, governando em uníssono, seus interesses comuns de classe, sem renunciar a sua mútua rivalidade” (LCF, p. 358). Tal república era, nada menos, a *forma de dominação perfeita de toda a classe burguesa*, o domínio de uma casa complementado pelo da outra, o “regime geral da classe burguesa”, “*a síntese*”, “a infâmia combinada de duas monarquias, a Restauração e a Monarquia de Julho, com rótulo imperialista”. A república parlamentar era, portanto, a melhor forma para este “governo por ações” caracterizado pelo “franco terrorismo de classe e

⁴⁹ Neste ano, Blanqui liderou manifestações da ala esquerda do partido republicano, nas quais apareceu, pela primeira vez, a bandeira vermelha que se tornaria, em 1848, símbolo universal socialista, bem como a fórmula da “revolução social”.

⁵⁰ Trata-se da insurreição lionesa de 9 de abril de 1834, dirigida pela Sociedade Republicana Clandestina dos Direitos do Homem e do Cidadão e apoiada por republicanos de outras cidades. Durante o processo dos tecelões acusados de coalizão e de greve, tiros em direção à multidão desencadearam uma semana de combates mortais; após três dias de batalha, os operários dominaram provisoriamente a cidade, apresentando exigências políticas (a república e a liberdade de associação) e melhores condições de vida. Entretanto, em poucos dias a situação seria controlada, e a cidade, ocupada por forças vindas de Paris (onde também tinha havido manifestações do proletariado). O saldo foi de mais de 300 mortos, aproximadamente 600 feridos, condenações à prisão e à deportação, restabelecimento da censura.

⁵¹ Em maio de 1839, uma tentativa insurrecional fracassada da Sociedade das Quatro Estações, organização republicano-socialista dirigida por Blanqui, foi duramente reprimida, o que contribuiu para que, quando ocorressem os movimentos de 1848, alguns dos principais líderes dos operários estivessem no cárcere.

de insulto deliberado contra a ‘vile multitude’”: era o regime que “menos dividia” as diversas frações da classe dominante, mas que punha um espaço abissico entre estas e o restante da sociedade (LCF, p. 359; 18BLB, p. 42). De maneira que “na república burguesa, que não ostentava nem o nome de Bourbon nem o nome de Orléans, e sim o nome de Capital, haviam encontrado a forma de governo na qual podiam governar conjuntamente” (18BLB, p. 36).

Se era capaz de perceber na república um domínio mais aperfeiçoado e mais puro, a burguesia o achava por isso mesmo menos sólido, porque as lutas sociais perdem quaisquer outros caracteres sob os quais estejam mascaradas e devem ser efetivadas sem nenhuma mediação. Aí, para Marx, os conflitos que nascem das condições da sociedade burguesa têm de ser confrontados até às últimas conseqüências, em vez de elididos de forma fantasiosa. Em suas palavras,

A melhor forma de governo é aquela em que não aparecem dissimuladas, em que não se lhes põem travas pela violência senão simplesmente de um modo artificial e, portanto, aparente. A melhor forma de governo é aquela em que as contradições sociais vão na direção da luta livre e se encaminham assim até sua solução. (RJ, p. 83)

No decorrer do processo revolucionário, contudo, os representantes parlamentares da burguesia perceberam que todas as armas que forjaram contra o feudalismo se lhes voltavam seu gume, “que todas as chamadas liberdades burguesas e órgãos e progresso atacavam e ameaçavam seu domínio de classe, e tinham, portanto, se convertido em ‘socialistas’”. Notaram, assim, melhor do que o próprio pretenso socialismo (ainda humanista e fraternal) a ameaça que pairava sobre sua cabeça, já que o próprio regime parlamentar burguês acabaria também sendo tachado de socialismo, já que a burguesia não hesitou em imolar seus próprios representantes parlamentares.

No que pertine ao desenvolvimento do proletariado industrial, afirmava Marx, é sempre condicionado pelo da burguesia industrial, sob cuja dominação alcança existência nacional extensa (condição para o caráter nacional de sua revolução) e cujos adiantados meios de produção podiam ser por ele convertidos em meios para sua libertação.

Ainda que a indústria francesa fosse avançada em relação ao restante do continente, a burguesia industrial não era a dirigente do processo, como aludido acima. Assim, pois, não obstante a influência política que o proletariado parisiense adquiria em momentos de crise (que ia, inclusive, além dos meios efetivos de que

dispunha), este não havia atingido a plenitude de seu desenvolvimento e não podia ainda impor um projeto autônomo à burguesia. Tratava-se, portanto, não de uma debilidade ingênita, mas da imaturidade histórica da classe operária, determinada pela própria situação da indústria que a engendrava:

Enquanto o domínio da classe burguesa não se tivesse organizado completamente, enquanto não tivesse adquirido sua pura expressão política, o antagonismo das outras classes não podia, igualmente, mostrar-se em sua forma pura, e onde aparecia não podia assumir o aspecto perigoso que converte toda luta contra o poder do estado em uma luta contra o capital. (18BLB, p. 62)⁵²

Não era possível ao proletariado ter adquirido certos caracteres teóricos sem ter passado pelo necessário processo de aprendizagem na luta prática, ou seja, não se propõe investigar teoricamente sua própria missão antes de lançar-se à batalha. Marx esclarecia que, ao rebelar-se, uma classe que concentre os interesses revolucionários da sociedade tem na própria situação o *conteúdo* e o *material* que caracterizam sua atuação revolucionária. Assim, os inimigos com que se bate, as atitudes que toma, impulsionada pelas necessidades práticas, e as conseqüências destas atitudes a conduzem no decorrer da luta. Antes de junho, “a classe operária francesa não havia chegado ainda a este ponto; era incapaz de levar a cabo sua própria revolução” (LCF, p. 323). Em outros termos, “o fato de haver engendrado uma compacta e poderosa contra-revolução, de haver criado um adversário, e lutando contra ele, é como o partido da revolução chegará a ser um partido realmente revolucionário” (LCF, Nota p. 315).

De acordo com Marx, entre 1848 e 1851, queimando etapas, a sociedade francesa aprendeu lições que, num período não revolucionário, deveriam ter precedido a Revolução de Fevereiro, se esta contivesse o germe de mudanças profundas. Se o processo pareceu retroceder ao seu ponto de partida, isso se deve ao fato de que apenas neste momento se estava pronto para começá-lo, ou seja, estavam postas as condições, a conjuntura e as relações sem as quais tornava-se impossível uma verdadeira revolução (18BLB, p. 21). Isto porque se “todos os capítulos importantes que figuram nos anais da revolução de 1848 a 1849 levam por epígrafe: *Derrota da revolução!*”, quem foi destruído em tais episódios “foram as tradicionais sobrevivências pré-revolucionárias, seqüelas de relações sociais não

⁵² A mesma idéia aparecia n’A *ideologia alemã*, quando Marx afirmava que os indivíduos de uma determinada classe têm sua personalidade determinada por relações de classe muito concretas “e a diferença só se põe de manifesto em contraposição com outra classe e, com respeito a esta, quando se apresenta a bancarrota” (IA, p. 89).

aguçadas todavia como cortantes contradições de classe” (LCF, p. 315). “A revolução paralisa seus próprios portadores, e dota apenas os adversários de uma força apaixonada”, permitindo que, ao final, o tão temido “espectro vermelho” acabasse sendo aquele vestido com os uniformes da ordem (18BLB, p. 42).

Em sua “história parlamentar”, Marx apontava aquele como um momento de contradição entre os princípios defendidos e a prática que se efetivava, entre outras: “Se existe na história do mundo um período sem nenhuma relevância, é este”, em que indivíduos sem a menor proeminência pessoal assumiam ares de indispensáveis e perdiam-se nas questiúnculas que faziam as vezes de acontecimentos (18BLB, p. 42). Bem ao contrário de 1789, em 1848 o processo revolucionário apresentava um caráter decadente, decorrência do fato de a burguesia industrial não ser dominante e do período histórico em que se vivia⁵³. Ele resumiu seus fatores determinantes:

Por um lado, despertaram para a vida algumas forças industriais e científicas de cuja existência nenhuma das épocas históricas precedentes poderia sequer suspeitar. Por outro lado, existem alguns sintomas de decadência que superam de muito os horrores que registra a história dos últimos tempos do Império Romano (DPFAPP, p. 298).

Para deixar claro a citada decadência daquele processo revolucionário, é o suficiente mencionar, de passagem, o papel que aí teve o lumpemproletariado, que não constitui uma classe, mas uma massa que Marx considera a “escória”, o “refugo”, o “rebotinho de todas as classes” (18BLB, p. 71)⁵⁴. Tratava-se, nos seus termos, de verdadeiros *lázarus da sociedade*, elementos advindos de todas as classes e que viviam dos detritos da sociedade, levados ao poder na pessoa e na camarilha de Bonaparte pelo medo da burguesia de um governo proletário. Para Marx, a revolução só superaria esta mesquinha, ou seja, só chegaria a seus aspectos originais quando a classe revolucionária, o proletariado industrial, ocupasse o lugar determinante naquele processo (LCF, p. 347).

Marx também deixava claro que a “mística elevação por sobre a luta de classes”, a “imaginária abolição das relações de classe”, a *fraternité*, lema da

⁵³ Como já expressara, “Foi em 1830 que acabou por realizar os seus desejos de 1789, com uma diferença no entanto: com a *sua formação política acabada*, a burguesia liberal já não acreditava poder atingir o estado ideal através do estado representativo constitucional, já não aspirava à salvação do mundo nem a fins humanos universais: pelo contrário tinha reconhecido nesse regime a expressão *oficial* do seu poder *exclusivo* e a consagração *política* dos seus interesses particulares” (SF, pp. 186-7).

⁵⁴ “O *lumpemproletariado*, esse produto passivo da putrefação das camadas baixas da velha sociedade, pode, às vezes, ser arrastado ao movimento por uma revolução proletária; todavia, suas condições de vida o predispõem mais a vender-se à reação.” (MC, p. 30)

Revolução de Fevereiro, não era possível manter-se e não se manteve (LCF, p. 324). Partícipe de todas as batalhas e de todas as derrotas, o proletariado derrotado era inimigo da burguesia, irreconciliável e invencível, “porque sua própria existência é a condição inescusável de vida da burguesia”. Tendo-o diante de si, o regime burguês converteu-se em *terrorismo* e as camadas médias⁵⁵ da sociedade tiveram de aliar-se, por conseguinte, ao proletariado (LCF, p. 335). Assim, em contraposição à coalizão burguesa republicana, formou-se uma aglomeração que se tornaria o partido social-democrata, uma federação que unia operários e a pequena burguesia, que “percebeu que tinha sido mal recompensada depois das Jornadas de Junho de 1848, que seus interesses materiais corriam perigo e que as garantias democráticas que deviam assegurar a efetivação desses interesses estavam sendo questionadas pela contra-revolução” (18BLB, p. 47). Neste processo, o proletariado acabou contagiado por construções socialistas doutrinárias que não respeitavam a objetividade da realidade e substituíam

o movimento em seu conjunto por um de seus aspectos, que substitui a produção coletiva, social, pela atividade cerebral de qualquer pedante e que, sobretudo, crê suplantar com sua fantasia a luta revolucionária das classes e suas próprias necessidades imperativas por pequenos truques ou grandes sentimentalismos (LCF, p. 387).

Situava, desta forma, o nascimento das ideologias utópicas que grassavam no seio do operariado francês, relacionando-as à necessidade social que as engendrou e buscando compreendê-las neste quadro mais amplo. Desta maneira, tendo perdido seus autênticos líderes por conta da repressão, a classe operária

Lança-se em parte a *experiências doutrinárias, bancos de intercâmbio e associações operárias, ou seja, a um movimento no qual renuncia a revolucionar o velho mundo com ajuda dos grandes recursos que lhe são próprios, e tenta, pelo contrário, alcançar sua redenção independentemente da sociedade, de maneira privada, dentro de suas condições limitadas de*

⁵⁵ Hirano destaca o designativo “classe em transição”, reservado por Marx à pequena burguesia, e afirma que, para o pensador alemão, “o termo *classes médias* ou *camadas médias* abrangia praticamente, por exclusão, quase todos os grupos sociais rurais ou urbanos que não fossem aristocracia fundiária, mobiliária e nobiliárquica, também os assalariados do campo e da cidade que não produziam valores de troca (mercadorias), e obviamente, a grande burguesia industrial e comercial e por fim o alto clero” (Hirano, 1974, p. 82). A propósito da revolução espanhola, Marx arrolava “escritores, médicos, advogados, e inclusive clérigos” como membros das classes médias, bem como “jovens estudantes das classes médias, tais como os estudantes universitários” (Hirano, 1974, p. 101, nota 61).

existência, e, portanto, tem por força que fracassar. (18BLB, p. 26, grifos no original)⁵⁶

A social-democracia, coalizão dos pequeno-burgueses com os socialistas, tinha como principal característica “exigir instituições democrático-republicanas como meio não de acabar com dois extremos, capital e trabalho assalariado, mas de enfraquecer seu antagonismo e transformá-lo em harmonia”. Como diria posteriormente, no entender da social-democracia, a república democrática pertencia a um futuro remoto, e enquanto se esperava se podia gastar o tempo com idéias de “reformas pequeno-burguesas que sirvam como remendos e que se transformarão em novos reforços para o velho regime social”, além de compromissos e composições com a burguesia. Seus membros “são os mesmos que, em 1848 e 1849, levados pelo medo de toda e qualquer atividade, freavam a cada passo o movimento e acabaram por conduzi-lo à derrota” (Carta Circular, p. 280). Propunham uma transformação democrática da sociedade, realizada nos estreitos limites de sua concepção de mundo, que percebia nas “condições especiais para sua emancipação” “as condições gerais sem as quais a sociedade moderna não pode ser salva nem evitada a luta de classes” (18BLB, pp. 47-8).

Fica, pois, evidenciado que o *socialismo pequeno-burguês* ou doutrinário era porta-voz dos interesses do proletariado historicamente imaturo e ainda não constituído autonomamente como classe.

A explanação marxiana não permitia, entretanto, mecanicismos. Desta forma, os representantes do socialismo pequeno-burguês não necessariamente compartilhavam com a pequena burguesia as mesmas condições materiais:

O que os torna representantes da pequena burguesia é o fato de que sua mentalidade não ultrapassa os limites que esta não ultrapassa na vida, de que são conseqüentemente impelidos,

⁵⁶ Marx já destacara: “As primeiras tentativas diretas do proletariado para fazer prevalecer seus próprios interesses de classe”, ainda no período da derrubada da sociedade feudal, “fracassaram necessariamente não só por causa do estado embrionário do próprio proletariado, como devido à ausência das condições materiais de sua emancipação, condições que apenas surgem como produto do advento da época burguesa”. Os teóricos que o acompanham nesse germinar como classe “não distinguem tampouco as condições materiais da emancipação do proletariado e põem-se à procura de uma ciência social, de leis sociais, que permitem criar essas condições”, já que não percebem no proletariado nenhuma iniciativa histórica própria. Se se lembra que o desenvolvimento dos antagonismos de classes caminha conjuntamente com o desenvolvimento industrial, “A importância do socialismo e do comunismo crítico-utópicos está na razão inversa do desenvolvimento histórico. À medida que a luta de classes se acentua e toma formas mais definidas, o fantástico afã de abstrair-se dela, essa fantástica oposição que se lhe faz, perde qualquer valor prático, qualquer justificação teórica” (MC, pp. 44-5). Opõe-se diretamente a outra assertiva marxiana: “Para nós, o comunismo não é um *estado* que se deve implantar, um *ideal* ao qual a realidade deva se sujeitar. Nós chamamos comunismo ao movimento *real* que anula e supera o estado de coisas atual. As condições deste movimento se depreendem da premissa atualmente existente.” (IA, p. 37)

teoricamente, para os mesmos problemas e soluções para os quais o interesse material e a posição social impelem, na prática, a pequena burguesia. Esta é, em geral, a relação que existe entre os representantes políticos e literários de uma classe e a classe que representam. (18BLB, pp. 47-8)

Outro elemento: em face da prosperidade geral, do exuberante desenvolvimento das forças produtivas da sociedade burguesa com base nas condições específicas da própria burguesia, não é possível uma verdadeira revolução. “Uma verdadeira revolução só pode dar-se nos períodos em que entram *em contradição estes dois fatores, as modernas forças produtivas e as formas burguesas de produção*”, o que não acontecia naquele momento. De forma que “só como *consequência de uma nova crise poderá produzir-se uma nova revolução. Mas uma é tão segura como a outra*” (LCF, pp. 395-6).

Segundo Marx, a derrota da classe operária e a vitória da burguesia francesa representavam a derrota das classes médias em todos os países europeus onde, “unidas por um momento ao povo, haviam respondido ao canto do galo gaulês com um sangrento levantamento contra o feudalismo”; “assinalaram, por sua vez, o triunfo do Oriente sobre o Ocidente, a derrota da civilização pela barbárie” (por turcos, russos e outros povos). “Daí que o derrocamento da burguesia na França, o triunfo da classe operária francesa e a emancipação da classe operária em geral sejam hoje a senha da libertação européia” (MR, p. 241).

Na França, a missão da classe operária é proclamada, mas não se realiza ali, como em nenhum outro lugar no interior de fronteiras nacionais. A revolução que tinha naquele país um ponto de partida organizacional também não era uma revolução de curto prazo. A guerra de classes travada na sociedade francesa ganhava, desta forma, ares de guerra mundial. Mesmo porque

Uma transformação das condições econômico-nacionais em qualquer país do continente europeu em seu conjunto sem a Inglaterra é uma tempestade em um copo d'água. As condições da indústria e o comércio dentro de cada nação se acham dominadas por suas relações de tráfico com outras nações e por sua atitude diante do mercado mundial. A Inglaterra domina o mercado mundial e a burguesia domina a Inglaterra. (MR, p. 241)

Por conseguinte, a libertação da Europa (a questão da nacionalidade e do absolutismo feudal) dependia intimamente de um levantamento vitorioso da classe operária francesa; mas qualquer revolução social na França reverberaria na burguesia inglesa. Ali uma revolução só poderia ter êxito por meio de uma guerra mundial, que

poderia levar o partido cartista ao poder; então, “haverá chegado o momento de que a revolução social passe do reino da utopia ao reino da realidade. E toda *guerra européia* em que esteja envolvida a Inglaterra será uma guerra mundial” (MR, pp. 241-2).

Assim, parecia-lhe evidente que a vitória da contra-revolução européia fazia coincidir qualquer novo levantamento na França com uma *guerra mundial*, de forma que “A nova revolução francesa se verá obrigada a sair sem perda de tempo do terreno nacional para *conquistar o terreno europeu*, o único em que se pode ventilar a revolução social do século XIX” (LCF, p. 336).

Qual seria a natureza desta? Pronunciando-se contra a falsa fraternidade de fevereiro, Marx dizia que o verdadeiro caráter da revolução social estava em outro local: “o segredo da revolução do século XIX: *a emancipação do proletariado*” (LCF, p. 324). Também deixaria explícito, contestando o socialismo pequeno-burguês, que o socialismo revolucionário, *comunista*, “é a *declaração permanente da revolução*, a *ditadura de classe* do proletariado” que levaria “até a *abolição das diferenças de classe em geral*” (LCF, p. 388).

Esta discussão sobre o caráter da revolução social, à qual condições históricas e econômicas no sentido mais estrito empurravam inelutavelmente, seria enormemente aprofundada por ocasião da Comuna de Paris. As avaliações marxianas sobre o assunto terão lugar num capítulo específico.

1.3 EPILOGANDO AS ANÁLISES DE MARX

Considerando-se que exclusivamente por meio dos “textos elaborados a propósito de acontecimentos específicos” (Chasin, 1993, p. 20) é que podemos ter acesso à reflexão de Marx sobre a política, já que nunca escreveu nada especificamente a respeito, e como foi possível constatar a partir da exposição que fizemos de seu pensamento, os acontecimentos de 1848 foram fundamentais para a constituição do pensamento marxiano. Como salientaram vários marxólogos (como Claudín e Chasin), não houve domínio de sua teoria em que não deixassem sua marca indelével. Retomemos alguns das principais conclusões a que chegou a partir da avaliação daqueles eventos.

Iniciemos pela própria apreensão marxiana das Revoluções de 1848. Marx afirmava que a revolução social não fora inventada naquele momento, todavia, as

revoluções deste ano “Proclamaram, de forma ruidosa e ao mesmo tempo confusa, a emancipação do proletariado, esse segredo do século XIX e da sua revolução” (DPFAPP, p. 298). O pensador alemão as considerava a primeira grande batalha entre as duas principais classes da sociedade capitalista, a burguesa e a proletária. No bojo desta pugna, a burguesia impôs inúmeras derrotas aos trabalhadores, mas somente ao preço de evidenciar que era uma peleja que não opunha meros adversários, mas inimigos figadais. Foi forçada a desvelar a natureza de sua dominação, dissipando as ilusões ainda tão presentes no imberbe movimento operário e obrigando-o a buscar uma saída própria e revolucionária para a exploração em que viviam, desvencilhando-se do antigo aliado.

No tocante às classes dominantes na França de então, Marx não se cansava de enfatizar que as supostas diferenças dinásticas entre as frações burguesas (legitimistas, orleanistas e, em menor medida, bonapartistas) tinham como última causa, no fundo, as condições materiais de sua existência, a disputa pela hegemonia entre duas formas de propriedade (um latifúndio já capitalista e o capital industrial e comercial).

Neste processo, vendo diante de si um proletariado em ascensão, a burguesia apressou-se em superar tais distinções e garantir-se uma supremacia o mais tranqüila possível naqueles tempos incertos. Desta forma, substituiu o governo exclusivo de uma ou outra casa real pelo domínio comum da burguesia, trocou a hegemonia de uma das várias espécies de burgueses pela autoridade da *espécie* burguesa, pelo domínio da *classe burguesa* sobre todas as demais. Nesta, a república, a dominação deixava de lado o poder nominal de uma das frações burguesas e ganhava a alcunha unificadora do domínio burguês. Ali diversas facções burguesas finalmente podiam governar juntas: era uma amálgama burguesa radicalmente antiproletária, uma luta aberta em que o anseio por um retrocesso (que demonstravam certos setores, como os camponeses) assustava menos que a perspectiva operária.

O segredo da república, no seu entender, estava em oferecer à burguesia, acima de suas subdivisões, a possibilidade de governar em nome do povo. Com a república, as lutas de classes, reduzidas a duas grandes classes sociais, atingiam sua manifestação mais clara, reveladora e simplificada. Esta forma de domínio atuava expressamente contra o proletariado e em seu seio nutria-se o “monstro” trazido à luz após a insurreição de junho. Já não se estava na época das quimeras revolucionárias que outrora a burguesia acalentara. Somado ao fato de que não era a indústria o

locomotor da economia (e, portanto, não era a burguesia industrial que se punha à cabeça do processo, como na Inglaterra, mas, ao contrário, adotava uma posição caudatária e contrária aos interesses de sua própria classe), a burguesia em retrocesso histórico impunha ao processo o selo da decadência⁵⁷. Exemplifique-se apenas com o grau de retrocesso que conheceram as revoluções do período, como já explicitamos, que decaíram de uma revolução social para uma revolução democrática e, desta, para uma revolução parlamentar, tal como foi o 13 de junho, e logo cedeu espaço ao bonapartismo. Este seria, pois, a coroação de um descomunal retrocesso em face da república democrática, a “última forma de estado da sociedade burguesa onde se irá travar a batalha definitiva da luta de classe” (CPG, p. 222), e da forma de estado mais moderna e acabada que havia sido construída pela burguesia francesa.

Enfrentando sangrentamente as Jornadas de Junho, a república, forma mais avançada de dominação burguesa, mostrava seu caráter de *terror de classe*, de terrorismo burguês contra os operários. Abortara a tentativa “de repartir o poder em partes iguais entre os homens da monarquia legítima e os homens da monarquia de julho” (Marx *apud* Rubel, 2002, pp. 363-4). Era o arranque da guerra civil entre capital e trabalho, no bojo da qual o primeiro se valia de todo um aparato estatal contra o segundo e que só poderia redundar, naquela quadra histórica, em derrota para o proletariado – e na instauração da “república vermelha” tingida pelo sangue dos mártires de Junho.

Após a derrota de junho e o estado de sítio, no qual tinha sido concebida a constituição, logo se daria a assunção de Luís Bonaparte e a disputa entre a república constituída e a república em constituição – potências que representavam períodos distintos e opostos da vida da república, uma que ainda tinha ilusões a respeito de seu papel histórico, outra que já estava convicta de seu caráter conservador, ambas atuando no sentido de levar à agonia a assembléia. A minoritária fração republicana burguesa (que, em descompasso com a burguesia da vida real, extraparlamentar, insistia em impor idealismos democráticos à república da burguesia em decadência histórica) cedia espaço às poderosas facções monárquicas, que instituíram seu domínio no parlamento e eram as únicas que detinham as condições para despojar a república dos elementos agora inatuais. A burguesia em sua integralidade, porém, foi

⁵⁷ Pode-se lembrar aqui a famosa máxima de Marx, já citada neste texto, segundo a qual a burguesia não pode existir sem revolucionar constantemente os meios de produção, as relações de produção e, por fim e em consequência, todas as relações sociais (MC, p. 96). Desprovida de seu poder criador, a burguesia necessariamente não pode se manter, no entender de Marx.

responsável pela cessão paulatina de todo o poder ao executivo. Aliás, ao fim e ao cabo, a república era *burguesa*, defendia os interesses da burguesia e estes podem apresentar-se sem pejo com um caráter pouco ou anti-republicano.

Agora estabelecida no poder, a burguesia de fora do parlamento dava sinais de intranquilidade em face de um governo direto, das pendengas que seus representantes levavam a cabo com o presidente, das renitentes conspirações monarquistas, embora sempre adiadas, e punha como limite sonhado um período de paz social. O bonapartismo entrava em passo de ganso, pois parecia cada vez mais claramente a tal classe que, para alcançar esta era de calmaria e manter sua supremacia na esfera social, seria necessário renunciar ao poder político.

Nos países da velha civilização, a república é apenas a *forma política* que a revolução burguesa imprime à dominação desta classe. Trata-se de um momento em que a atuação da burguesia pressupõe a participação popular, de massas, na sua luta contra os inimigos comuns representantes do mundo em decomposição, e o tipo de domínio político mais apropriado é justamente o republicano. Baste exemplificar com a primeira república francesa, fruto não apenas da luta do terceiro estado, mas da própria resistência da monarquia francesa em fazer concessões. A república era, naquele momento, a forma política que angariava o apoio de uma base social mais ampla e coesa, enquanto, por outro lado, a monarquia pertinaz disseminou nos meios populares mais politizados o ódio a este regime. Em 1830 e 1848, como vimos, a república esteve na primeira linha das reivindicações operárias e representava, objetivamente, um avanço, no sentido de solidificar a dominação burguesa e desvelar a luta de classes. Mas as ilusões que tinham os trabalhadores acerca desta forma de governo agonizaram e feneceram nas barricadas de junho.

A república, embora uma forma avançada no período de que Marx falava, não perde seu caráter de dominação e seus limites. A representação⁵⁸, por si só, já é uma forma de assegurar-se uma hegemonia mais estável à burguesia; não satisfeita, esta ainda lhe ajunta uma série de senões e impõe inúmeras regras para o exercício dos direitos políticos, instituídos por ela mesma, pelas classes populares. Quando nenhuma destas providências é capaz de manter a luta de classes em seus estágios

⁵⁸ Assoun discute as duas esferas que formam o espaço político: a da “coisa pública”, referente a uma “generalidade de alguma maneira supra-empírica”, e a da vida política efetiva, do cotidiano da estrutura institucional e constitucional, em que os deputados são os agentes. O mecanismo da representação estabelece uma ponte entre ambos, constituindo-se, ao mesmo tempo, em ferramenta indispensável “para a realização da vida da *res publica* e o instrumento de sua corrupção e de sua traição. Ao se determinar pela representação, quer dizer, em seus representantes, a coisa pública, entidade ideal, /.../ se põe em perigo de decadência” (Assoun, 1979, p. 136).

iniciais, mais latentes, como Marx não se cansou de advertir, os rebentos nutridos no interior da própria república dão origem a outras formas de domínio burguês. Marx observava que, naqueles países de velha cepa, esta não é sua forma *conservadora* de vida – a partir de certo momento, o próprio exercício dos direitos políticos pelas classes exploradas assusta e abre possibilidades efetivas de desarranjos na soberania burguesa. Diante deste temor, o domínio burguês pode adquirir várias facetas, uma das quais é o bonapartismo.

Parece ser cabível depreender desta afirmação marxiana injunções sobre a necessidade do bonapartismo clássico de se despojar de sua indumentária republicana, arrimando-se num império de glórias passadas. Também pode ser pelo mesmo motivo que, na Alemanha, a república tenha sido posterior ao bonapartismo, que este não chegou a conhecer, num primeiro momento. Enquanto isso, porém, em outras partes do mundo que não nos países da civilização mais antiga, não parece ter havido problemas para o bonapartismo se adequar à república, com a qual, diga-se de passagem, não está de forma alguma em contradição.

De toda forma, se a burguesia pode dominar na república, tenha esta caráter democrático ou autocrático, seja ela bonapartista ou não, pode, também, dominar na sua ausência, e pode fazê-lo de forma direta ou indireta.

Restou manifesta a não-linearidade da forma como Marx apreendia a ideologia, nunca mecanicamente associada a produção intelectual de um grupo à sua posição imediata no processo produtivo – tal análise era feita por mediações que permitiam captar as minúcias e desvios com que os homens tomam ciência de sua vida. Como expressou Vaisman, em vez de uma ligação imediata entre pequena burguesia e seus representantes democratas, trata-se “de certo horizonte intelectual” socialmente determinado, levando a que se identifiquem “com o perfil prático da burguesia na medida em que ambos estão assentados, em sua diversidade, nos mesmos lineamentos problemáticos e soluções correspondentes que a vida social lhes oferece nos dois planos” (Vaisman, 1996, p. 201). Ficava, então, desde logo descartada qualquer relação automática entre a afiliação de um teórico a determinada classe social e sua participação efetiva neste mesmo grupo social – correntes como o obreirismo estalinista teriam, certamente, muito que aprender com uma leitura acurada desta obra de Marx.

Ainda outra importante conclusão a que Marx chegou em seu exame dos acontecimentos dos anos de 1848 e seguintes: os homens fazem sua própria história,

mas não têm o poder de construí-la segundo seus próprios desejos, senão de acordo com as condições que herdaram do passado – objetividade que os ata, ou melhor, que os *determina*, no sentido *limitador* mais conhecido mas, também, no sentido de que aponta/abre possibilidades.

A assertiva marxiana é conhecida: “Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado.” O que não se refere apenas às condições objetivas, pois também “a tradição de todas as gerações mortas oprime como um pesadelo o cérebro dos vivos” (18BLB, p. 17). Embora já tivesse expressado este mesmo conteúdo em trabalhos anteriores, como *A ideologia alemã*, 1848 permitiu a Marx desenvolver em detalhe uma análise deste peso do passado sobre as atuais gerações.

Valhamo-nos do raciocínio de Assoun⁵⁹ para explicitar esta especificidade. As condições materiais, soma das condições presentes e passadas, tal como se impõem na atualidade, recebem aqui maior peso do passado. Desta forma, o primado da objetividade sensível cede espaço para outra modalidade de objetividade, representativa, materialização de uma forma de memória histórica que pesa objetivamente sobre a consciência dos vivos. Trata-se de um deslocamento para o aspecto subjetivo, sem, porém, que este se liberte da relação que mantém com o dado (Assoun, 1979, pp. 117ss).

Por conseguinte, um dos elementos constantes da análise marxiana será o apontamento da tentativa da revolução de remeter-se a outras épocas históricas, a outras revoluções; assim, se a Revolução de 1789-1814 já se havia apresentado como a república e como o império romanos, a Revolução de 1848 parodiou ora 1789, ora a tradição revolucionária de 1793-95. A referência às gloriosas revoluções passadas era o argumento de autoridade com que se pretendia aclamar as presentes, levadas a cabo numa sociedade que nada mais tinha de heróica, pelo contrário, já exalava a catinga da putrefação histórica.

⁵⁹ Assoun escreveu um texto instigante, em que busca entender a tese exposta no prólogo do *18 Brumário*, segundo a qual os eventos ocorrem duas vezes na história, a primeira como tragédia e a segunda como farsa. Designa-a *teoria da repetição histórica* ou *lei da duplicação histórica* e peleja por compreender as influências (filosofia da história hegeliana e visão heiniana da história) que Marx sofreu quando expôs tal lei. Enfatiza, neste mister, a importância e especificidade da ideologia, sempre buscando respeitar a integralidade das teorizações marxianas. Restam discordâncias e dúvidas em relação ao pensamento do autor, que às vezes parece se perder em elucubrações. Um destes momentos duvidosos é a aproximação que realiza, embora cautelosamente, entre a análise marxiana dos camponeses franceses e as concepções freudianas, tema em que apenas resvalaremos adiante.

Assoun afirma que a regressão histórica de que fala Marx tem uma função específica no presente (defender ou contra-reagir à revolução), ou seja, são as exigências de um momento histórico de exacerbação da luta de classes que a motivam. Esta busca a transformação revolucionária do *statu quo*, obrigando as forças sociais a mobilizar seu arsenal de armas ideológicas, processo cujos instrumentos simbólicos são buscadas na própria consciência da classe (no caso que Marx estuda, a denominação – Montanha –, a linguagem empregada, a aparência, ou, em seus termos, “seus nomes, suas palavras de ordem, seus costumes”).

Ainda segundo as observações de Assoun, Marx já havia dito que a classe dominante impõe à sociedade suas idéias⁶⁰, mas agora fica claro que isto pode ocorrer de forma diferente, como uma *regressão controlada* pela qual tenta fazer do presente a continuação/perpetuação de seu passado. Substituindo pelo ideal o real sórdido, o imaginário valoriza o real, conferindo-lhe uma dignidade que não possui, ornamentando-o. Este procedimento objetiva manter o entusiasmo diante de uma situação já não tão entusiasmante, presentificando ficticiamente a imanência do passado (Assoun, 1979, p. 147)⁶¹. “Tal é o ponto de junção que liga as duas esferas (simbólica e real, o vivido e o dado): uma está a serviço da outra. O significante serve ao mesmo tempo para significar o significado social e ocultá-lo” (Assoun, 1979, pp. 126-7) O plano real da história permanece, pois, o motor da “fabulação ideológica” e o aspecto ativo se evidencia no fato de, em vez de *habitus* mecânico, a tradição ser *ressuscitada* pelos agentes sociais, mesmo que não de forma deliberada e transparente⁶².

Mostrou-se extremamente relevante em nossas pesquisas a temática das classes sociais nas obras de Marx deste período. As classes sociais não eram, entretanto, de um tema novo, pois já permeava as obras do pensador alemão de há muito, em obras como *Miséria da filosofia*, *A ideologia alemã*, *Manuscritos econômico-filosóficos* e *Manifesto comunista*. Não é possível, aqui, discutir a maneira

⁶⁰ “As idéias da classe dominante são as idéias dominantes em cada época; ou, dito em outros termos, a classe que exerce o poder *material* dominante na sociedade é, ao mesmo tempo, seu poder *espiritual* dominante. /.../ As idéias dominantes não são outra coisa que a expressão ideal das relações materiais dominantes, as mesmas relações materiais dominantes concebidas como idéias” (IA, p. 50).

⁶¹ “Na sociedade burguesa, o passado domina o presente; na sociedade comunista é o presente que domina o passado.” (MC, p. 33)

⁶² A propósito do reaparecimento de Cavaignac na cena política, em 1857, Marx diria que: Para se assegurar chances de sucesso, os movimentos revolucionários são forçados, na sociedade moderna, a emprestar suas cores, desde logo, dos elementos do povo que, opondo-se todos ao governo existente, vivem em total harmonia com a sociedade existente. Em uma palavra, as revoluções devem obter seu bilhete de entrada para a cena oficial das mãos das classes dominantes (*apud* Rubel, 2002, p. 356).

como ela apresentava a questão nestes escritos. Faremos apenas duas ou três menções logo abaixo, com o fito de mostrar como os fios condutores de seu entendimento se mantiveram, embora com matizes próprios e aprofundamentos.

Nas obras anteriores ao período que estudamos, realizando uma abstração razoável dos aspectos remanescentes ou não essenciais do modo de produção capitalista, Marx sustentava que a luta de classes na sociedade moderna se resumiu a duas (em alguns momentos, falava em três, embora esclarecesse que o latifúndio já havia se tornado capitalista⁶³) grandes classes sociais, a burguesia e o proletariado. Destacava, de outra parte, que toda classe revolucionária se enfrenta com outra não apenas enquanto classe, mas, também, como portadora e representante de interesses universais, de toda a sociedade. No esforço para instituir sua dominação, faz-se necessária, para poder apresentar seu interesse como interesse geral, a conquista do poder político; foi também o caso da burguesia em sua fase revolucionária⁶⁴. Não se trata, destacava, apenas de uma ilusão ou de um logro, já que, nos primórdios, realmente seus interesses se harmonizavam com os das demais classes dominadas. Salientava, por fim, que os indivíduos só constituem uma classe quando estão em luta contra outra classe, mas, também, que a classe adquire papel substantivo em relação aos próprios indivíduos que a formam, ditando-lhes limites e possibilidades. Assim, dizia, “a classe se substantiva, por sua vez, frente aos indivíduos que a formam, de tal modo que estes se encontram já com suas condições de vida predestinadas, por assim dizer”, vêm-se absorvidos pela classe num fenômeno que é a outra face da absorção dos indivíduos pela divisão do trabalho (IA, p. 61)⁶⁵. Desta forma, a emancipação só seria possível com o fim da propriedade privada e de todas as classes, inclusive aquela a que se pertence.

Sedi Hirano, que fez um interessante estudo sobre as categorias classe social, estamento e casta em Marx e Weber, atesta que “os elementos básicos que Marx considera constitutivos das classes sociais, desenvolvidos” naqueles trabalhos que

⁶³ “A passagem do capital à propriedade fundiária é ao mesmo tempo histórica, pois a forma moderna da propriedade fundiária é o produto da ação do capital sobre a propriedade fundiária feudal etc. Bem assim, a passagem da propriedade fundiária ao trabalho assalariado não é somente dialética, mas também histórica, já que o último produto da propriedade fundiária moderna é a instauração generalizada do trabalho assalariado” (Carta a Engels de 2 de abril de 1858, p. 101).

⁶⁴ Este raciocínio também não era novo. Marx já dissera: “Com efeito, cada nova classe que passa a ocupar o posto da que dominou antes dela se vê obrigada, para poder levar adiante os fins que persegue, a apresentar seu próprio interesse como o interesse comum de todos os membros da sociedade, quer dizer, expressando isto mesmo em termos ideais, a imprimir a suas idéias a forma do geral, a apresentar estas idéias como as únicas racionais e dotadas de vigência absoluta” (IA, p. 52).

⁶⁵ A respeito desta subordinação do indivíduo à própria classe, observações interessantes estão em Mészáros (1985).

acabamos de aludir “são reiterados nos estudos posteriores” (Hirano, 1974, p. 91). Mas, se não era nova a discussão pertinente a este tema sob a pena marxiana, “as obras históricas procuram interpretar, mais do que a formação da burguesia, a sua consolidação com a conseqüente instituição do estado moderno burguês”. Aí “a análise de Marx adquire uma maior densidade empírica, porém estas determinações específicas são devidamente matizadas por esquemas teóricos mais abrangentes” (Hirano, 1974, p. 79)⁶⁶.

Do estudo de Marx sobre o assunto, ressalta sua afirmação de que não se pode se deixar confundir pelas idéias que os homens fazem de si próprios e nem mesmo pela sua vontade ou interesse imediatos, mas compreendê-los pelo que são efetivamente e pelo que se vêem constrangidos a fazer no processo prático, imperativo que vale tanto para a burguesia quanto para o proletariado. Viram-se, naquele período, monarquistas defendendo a república, republicanos atuando efetivamente contra a monarquia e outras manifestações aparentemente contraditórias, as quais era necessário apreender em sua real significação.

Registre-se que a pequena burguesia e os camponeses se caracterizavam, às vésperas da ascensão de Luís Bonaparte, pelo ódio ao proletariado. No tocante a este, Marx relacionava a imaturidade da classe operária, claramente, à situação histórico-social específica. A imaturidade do capitalismo industrial francês tornava a luta de classes entre proletariado e burguesia um fato parcial, despojado de caráter nacional. Esta situação, porém, poderia, da mesma forma, ser transformada no decorrer do processo revolucionário. Neste ínterim, o proletariado estaria impossibilitado de impor um projeto autônomo, mesmo que, de fato, exercesse uma influência acima de suas energias efetivas.

No que respeita aos camponeses, segundo Assoun, a mais elaborada discussão de Marx a respeito das representações ideológicas de uma classe aparece em sua análise da situação objetiva desta classe. Conforme observa, baseado em Marx, o camponês “constitui apenas uma unidade negativa ou exclusiva: tudo que se pode dizer é que ele *não é* as outras classes”. Apresenta apenas uma unidade externa, mas não chegou à unidade interna, coligação exigida para que forme uma classe social homogênea – a sua unificação é a do agregado, da justaposição das unidades-elementos. Vive, assim, como uma massa indiferenciada, em que cada elemento está

⁶⁶ Posteriormente, n’*O capital*, “a análise das classes sociais é depurada, pela abstração, dos elementos residuais ou não essenciais e, portanto, não peculiares ao modo de produção capitalista moderno” (Hirano, 1974, p. 79).

voltado para si mesmo, sem consciência do todo, donde Marx fornecer uma visão do conjunto da classe a partir da família numa economia de subsistência (Assoun, 1979, p. 173).

A estas condições objetivas corresponde uma específica forma de consciência, relacionada ao fato de que, “não se realizando como classe, não pode conceber-se nem se exercer como sujeito social” (Assoun, 1979, p. 173). Por isso, o camponês se vê compelido a voltar-se para uma autoridade superior “para realizar sua confusa aspiração à unidade e seu projeto, surdo, mas obstinado, de dominação social” (Assoun, 1979, pp. 173-4). Impondo-se no cenário político nacional por seu peso numérico, encontrou em Luís Bonaparte, com o mítico sobrenome, a figura carismática e protetora que o representaria melhor que um abstrato parlamento.

O sucesso alcançado por Bonaparte, desproporcional à sua importância pessoal, deve-se exatamente ao fato de ter sido eleito representante do projeto social camponês. Todavia, fora também adotado por outros grupos sociais, como já expusemos, ganhando múltiplas significações, uma para cada projeto social que encarnara – para Marx, era justamente sua insignificância pessoal que lhe permitia aparecer de formas tão díspares perante os diversos grupos sociais. Desta forma, como observou argutamente Assoun, “o Bonaparte fantástico é ao mesmo tempo mais rico que o real – enquanto encruzilhada de determinações heterogêneas que se conciliam nele, sobrecarregando-o do sentido – e menos rico, porquanto os sentidos se acavalam” (Assoun, 1979, pp. 174-5)

Sempre com base em Marx – mas, agora, tentando fazer uma aproximação com algumas idéias de Freud –, Assoun salienta que os camponeses haviam estancado no momento fixado pela tradição histórica – era sua “experiência infantil”, da qual ela jamais saíra; nesta analogia, “a figura carismática que são o senhor, o soberano ou o imperador é para a classe camponesa o que a figura paterna é para o indivíduo”, desenvolvendo-se identificações que redundaram numa mentalidade paternalista (Assoun, 1979, p. 178). Ao mesmo tempo, Bonaparte lhes aparecia como a reatualização da figura messiânica de seus anseios; vivia do *velho*, da reiteração de antigas formas eivadas de uma visão salvacionista, já que ela própria apenas se afundava mais na sua miserabilidade social. Em Bonaparte ela reencontrava sua unidade, encarnada num indivíduo vivo e real, e não em princípios abstratos propostos pela sociedade industrial; o líder encarnava um regime que se relacionava com este grupo de forma direta. Como disse Assoun:

Na impossibilidade em que está de se realizar como classe /.../, ela se dirige por uma espécie de atitude mágica infantil a sua instância exterior, sobre a qual deposita, para lhe ceder, sua identidade, como um dom ou um presente, uma concessão com que pode e deve gratificá-la, para além do aparelho político burguês, essa autoridade protetora e simultaneamente despótica, em troca de sua dependência, isto é, da alienação da liberdade (Assoun, 1979, pp. 182-3).

Sua atitude em relação ao estado seguia a mesma linha, pois o assimilava ao poder natural a um só tempo provedor e irascível, ao qual ela devia obediência e a quem poderia agradar com sacrifícios. Era a instância da qual proviria sua parcela de terra, que garantiria a posse ou que, inversamente, teria o poder de tomá-la. Daí sua ligação histórica com instituições conservadoras como a igreja e o exército: vivendo num mundo produtivo retrógrado, o campesinato desenvolveu uma representação ideológica a ele conformada. Por isso, “Satisfeito no plano material e psicológico por um regime acessível a seus desejos e que respeita sua dignidade, o camponês não se aflige pela desaparecimento de reuniões políticas às quais não assistia e pelo amordaçamento de uma imprensa que não lia.” (Bluche, 1984, p. 143)

Hirano também se debruçou sobre o assunto, sublinhando a caracterização dos pequenos camponeses por Marx como “uma imensa massa difusa, indefinida, desintegrada ou atomizada, não sendo em vista disso uma classe social para si”. Ora, continua o professor Hirano, para determinar o que é uma classe social, é necessário considerar alguns atributos que lhes possibilitam atuar no plano das lutas de classes, sem os quais configuram apenas classes em potencial. No caso dos camponeses, tomando em conta

a) oposição do seu modo de vida, de sua cultura aos das outras classes da sociedade; b) isto é, a oposição de seus interesses em relação aos de outras classes; c) oposição de interesses esta que os transformem numa comunidade de interesses; d) sentimento ou ligação nacional; e) organização política, então, eles, se constituem em classe. (Hirano, 1974, p. 83).

Por fim, outra grande lição que se pode depreender dos acontecimentos de 1848/1850, conforme Marx destacava, diz respeito à revolução em geral e à diferença entre revolução burguesa e revolução proletária. De fato, sob o signo comum de locomotoras da história, as revoluções carregam em si significados bastante diferenciados.

Marx ressaltava que, não conhecendo o predomínio da burguesia industrial (marcado, ademais, pelo fenômeno da especulação), a “missão” do proletariado apenas se proclama na França, não se efetiva – a única perspectiva progressista seria

a pauta numa guerra mundial. De fato, a emancipação da classe trabalhadora não poderia ser realizada em confinamento nacional, mas se constituiria num processo amplo que, tendo-se iniciado nos países mais desenvolvidos (como era o caso da Inglaterra), arrastaria, por força da sua influência, os demais e rapidamente espalharia as fronteiras de um país. A revolução teria, forçosamente, caráter multinacional.

Quanto ao seu agente naquelas eras, o proletariado, entregou-se por um período a especulações e criou teorias utópicas com as quais adornava seus sofrimentos e que lhe apontavam um futuro feliz e promissor. O socialismo doutrinário, assegurava Marx, era a manifestação teórica da imaturidade do proletariado, liderado então pelo *democrata*, um ser político que representa ideologicamente uma classe em transição, a pequena burguesia, incapacitado a ver as raízes dos problemas sociais e as lutas de classes e que alardeavam como seu objetivo a libertação do proletariado, para o que seriam meio – engano ilusório ou deliberado, ia cabalmente em confronto com o preceito da auto-emancipação proletária. Não tardou, porém, para a classe trabalhadora compreender qual era a sua tarefa – e os homens só se põem problemas que estão aptos a resolver, conforme conhecido aforismo marxiano. Ficava notório para o proletariado que, entrada em sua fase conservadora, a sociedade burguesa pouco teria a mostrar daí por diante.

De acordo com Marx, a revolução proletária carrega significado e forma bastante distintos das revoluções burguesas. Enquanto estas se davam aos saltos, colhendo de pronto enormes triunfos, e rapidamente solidificavam-se, ganhando *corpus* conservador, a revolução do século XIX, de caráter social, deveria se desvencilhar de toda reverência pelo passado; a fim de dar conta do seu próprio conteúdo, tinha de libertar-se das referências antigas e de preferir o conteúdo real às pomposas manifestações discursivas. As revoluções proletárias se caracterizam pela constante autocrítica, pelo retorno a questões aparentemente solucionadas para suplantar os resultados dos primeiros esforços, ir além do que já se havia conquistado. Isto, porém, dada a grandiosidade de seus objetivos – diferentemente das revoluções burguesas, cujo processo era rápido, mas que tinham vida curta, atingindo logo um ponto em que a letargia se generalizava. Também se diferenciam quanto ao caráter já multinacional das revoluções proletárias, em contraste com o selo nacional das revoluções burguesas.

Assoun também tocou neste ponto, destacando as diferenças entre os dois tipos de revolução. Enquanto as revoluções burguesas acontecem como fogo de palha, que se inflama e se extingue rapidamente, a revolução proletária “as segundas caracterizam-se por um ritmo de produção muito menos rápido, mas se estendem por duração muito mais prenhe”, de sorte que “elas exploram mais completamente as possibilidades reveladas pelas explosões revolucionárias” que descobrem “em sua própria marcha seus verdadeiros objetivos”. Neste tipo de revolução, não é possível um retrocesso, que “não é senão o final de uma revolução abortada” (Assoun, 1979, pp. 151-2).

O socialismo revolucionário era a expressão do amadurecimento, da capacitação do proletariado para a atuação prática pela auto-emancipação até atingir, após um período de ditadura do proletariado, a abolição completa das classes sociais e o desaparecimento do poder político. Para atingir seus objetivos, era necessário mudar não mais a forma de governo, mas transformar a própria sociedade. Onde outra diferença: todas as revoluções precedentes haviam sofisticado a suntuosa máquina estatal francesa; a missão do proletariado era, de sua parte, destruí-la (como veremos com mais detalhe quando discutirmos a Comuna de Paris).

O proletariado “não pode tirar sua poesia do passado, e sim do futuro” (18BLB, p. 20). “Sua missão não é repetir o passado, mas construir o futuro.” (2MCGA, p. 62) “A revolução não pode ser vista pelo retrovisor”, “não é cultivando as cruces do passado que a revolução poderá ser reposta no foco teórico e no horizonte prático do futuro” (Chasin, 2001, p. 64). Deve se livrar de toda referência e reverência ao passado e mirar o futuro. Daí sua originalidade e as transformações que trará, das quais o objetivo máximo é a auto-emancipação da classe e a emancipação humana.

Este capítulo objetivou mostrar a estrutura e o estágio da luta de classes na França, o conservadorismo no qual a burguesia mergulhou e a estreia do proletariado como classe autônoma no cenário da história. A seguir, veremos, tal como Marx as apreendeu e reproduziu, as querelas que opunham algumas frações burguesas a Luís Bonaparte e como as lutas de classes desembocaram no golpe de estado que inaugurou o bonapartismo.



Já vimos a configuração das classes francesas e as principais lutas que travaram até 1848. Neste capítulo, ofereceremos ao leitor algumas indicações sobre o bonapartismo imediato ao qual se referia Marx em seus escritos. Discorreremos sobre quem eram os personagens e no que constituíram os fatos mencionados pelo autor que estudamos, além de caracterizar os adeptos da dinastia Bonaparte em meados do século XIX francês. Em seguida, seguiremos Marx em sua reprodução das querelas que opunham republicanos burgueses ao presidente, o distanciamento destes representantes de sua classe de fora do parlamento e, por fim, o apelo ao golpe de estado, que a própria burguesia contribuiu para preparar.

Trata-se de um momento central de nosso trabalho. Pela pena de Marx, estaremos nos inteirando acerca da realidade que engendrou o fenômeno bonapartista e de sua relação com os diversos sujeitos históricos, aqueles que o suscitaram como os que veio reprimir. Terminamos reproduzindo analiticamente o complexo categorial do bonapartismo, ou seja, seus principais elementos constituintes, que o tornam um fenômeno inconfundível e diretamente relacionado à moderna configuração sociopolítica e econômica.

2.1 BONAPARTE, BONAPARTISTAS, BONAPARTISMO (1830-71)⁶⁷

Neste item, ofereceremos ao leitor algumas indicações sobre o bonapartismo imediato ao qual se referia Marx em seus escritos. Discorreremos sobre quem eram os personagens e no que constituíram os fatos mencionados pelo autor que estudamos, além de caracterizar os adeptos da dinastia Bonaparte em meados do século XIX francês. O objetivo é ajudar na compreensão da discussão histórica que Marx apresenta na trilogia que estamos acompanhando.

No sentido estritamente político, o bonapartismo era uma corrente que, na França de princípios do século XIX, reunia adeptos de Napoleão Bonaparte e de sua dinastia. Unificavam-nos os preceitos de legitimidade popular e dinástica,

⁶⁷ Valemo-nos, para a realização deste tópico, de consultas a: Costa, 1999; Hugo, 1996; Bluche, 1984; Losurdo, 2004; Poisson, 2005; <<http://napoleontrois.free.fr>> e <<http://www.cahiers-naturalistes.com/pages/chrono.html>>.

autoridade, ordem, igualdade, hierarquia, antiparlamentarismo, convocatória às elites e luta contra o realismo e o jacobinismo. O elemento fundamental deste bonapartismo residia no militar (o suboficialato e os soldados que, de volta à sua terra, espalhavam suas idéias) e no camponês.

O sentimento bonapartista permaneceu durante a Restauração, variando bastante conforme a prosperidade local durante o império (retrospectivamente avaliada), a atuação dos exércitos estrangeiros, a ocupação militar, a influência do terror branco, a gravidade das crises econômicas e outros fatores imponderáveis, sofrendo, ademais, influência do clero monarquista e outras. Mas os bonapartistas estavam oficialmente derrotados e enfrentavam o crescimento eleitoral dos independentes, dos quais muitos se envolveram em conspirações que lançaram sobre eles um descrédito duradouro.

Em 1830, aos 22 anos, o jovem Luís Bonaparte⁶⁸ tomou para si o enfrentamento do desafio de despertar o entusiasmo que os irmãos de Napoleão não foram capazes. Acolheu a Revolução daquele ano entusiasticamente e, com a queda dos Bourbons, passou a visar os Orléans, nova dinastia reinante, que manteve a lei que proscovia sua família.

Como tantos outros adeptos de Napoleão Bonaparte, ganhou simpatia pelo carbonarismo, tendo participado da insurreição romana de 1830-31, objetivando proclamar Napoleão II rei da Itália. Neste momento, provavelmente Luís Bonaparte restabeleceu contato com um pequeno número de franceses, alguns republicanos, quase todos aventureiros; já, então (1831) o futuro imperador galgaria os primeiros passos em seu “ofício de conspirador”, a partir do momento em que se convenceu de que o povo e o exército eram “bonapartistas” (Bluche, 1984, p. 80). Ora, mesmo se considerando – de fato, ainda que não de direito – líder da família imperial⁶⁹, era um desconhecido para a maioria dos franceses, com *entourage* reduzido a um punhado de fiéis e ainda mais restrito durante a Monarquia de Julho, quando não encontraria

⁶⁸ Charles Luís Napoleão Bonaparte (1808-73) nascera em Paris, filho de Hortência de Beauharnais, filha da imperatriz Joséphine, e do irmão do imperador, Luís Bonaparte, rei da Holanda (embora conste que não era, na verdade, filho deste. Por isso, Victor Hugo viu nele “um filho do acaso cujo nome é um roubo e o nascimento, uma falsidade”; Marx lembrou que “carrega o nome de Napoleão, em virtude do *Code Napoléon*, que estabelece: a *recherche de la paternité est interdite*”).

⁶⁹ Dentre os traços de sua personalidade, frise-se como “linha diretriz” a convicção de que, por ser um Bonaparte, estaria marcado pelo destino a ter, cedo ou tarde, um papel de protagonista no cenário político: “sua obstinação foi a grande oportunidade do bonapartismo”, que do contrário teria desaparecido (Bluche, 1984, pp. 82-3).

apoio nem mesmo no próprio clã Bonaparte (que o punha em terceiro lugar na ordem de sucessão ao trono).

Em 1832, Luís Bonaparte elaborara um projeto de reformas políticas e institucionais que, embora auto-intituladas “republicanas”, embasavam-se na representação popular situada nas duas Câmaras e no Imperador – cuja ascensão seria submetida à sanção popular, mesmo que depois abandonasse este projeto em troca de um império presidencial. O jovem Bonaparte pensava um estado no qual a Câmara Baixa seria eleita diretamente pelo povo, sem distinção de *status* nem de fortuna; a Câmara Alta, por outro lado, seria resultado de escolha pelo colégio eleitoral. De acordo com o “projeto juvenil de Luís Napoleão, as duas Câmaras ‘proporão um novo soberano’, se aquele por elas anteriormente designado não tiver obtido a necessária aprovação popular” (Losurdo, 2004, p. 119).

Superestimando o poder da corrente bonapartista, lançou-se em golpes de estado. O primeiro importante complô fracassado deu-se em outubro de 1836, em Estrasburgo, que teria mostrado que o exército estava adstrito ao regulamento e condenado, portanto, à indiferença política no curto prazo⁷⁰.

Tido como real simpatizante da república que tantas vezes atacara, o jovem Luís Bonaparte voltou-se à escrita. Em seu *Rêveries politiques*, procurava solucionar contradições críticas do bonapartismo: liberdade e autoridade, progresso, estabilidade. Neste escrito, afirmava-se adepto da soberania popular e da nação e não fazia nenhuma referência explícita à legitimidade dinástica dos Bonapartes. Em contrapartida, o plebiscito era tido como indispensável juntura de herança, soberania e legitimidade, o trabalho era visto como direito e os cidadãos desafortunados deveriam receber ajuda pública.

Publicou, em 1839, *Idées napoléoniennes*, manifesto que vendeu 500.000 exemplares e foi traduzido em todas as línguas da Europa. Em contraposição às *Considerações políticas e militares sobre a Suíça* (1833), de acordo com as quais a democracia direta em um grande estado seria impossível sem desordem – donde a necessidade do plebiscito, instrumento da democracia semidireta que faculta ao povo sancionar princípios fundamentais –, nas *Idéias napoleônicas* a novidade era a noção saint-simoniana do progresso do gênero humano, tido como o motor da civilização,

⁷⁰ Esta conspiração, que durou apenas três horas, não contava com um apoio amplo, mas apenas com adesões individuais e quase todas condicionadas, o que facultou ao governo – vendo-se, já acossado por legitimistas e republicanos – dar-lhe pouca importância: embora tivesse sido condenado à prisão, Luís Bonaparte foi libertado por intervenção do próprio rei (que adotou, concomitantemente, medidas disciplinares benígnas) e enviado ao exílio nos Estados Unidos.

que conduziria à liberdade e proporcionaria novos aperfeiçoamentos (a partir das relações individuais e chegando à nação e ao estado); estes, por sua vez, empuxariam o ser humano do estado de natureza.

O caráter irregular do progresso é relacionado à própria natureza humana, dúplice, divina e mortal, sendo necessária a atuação do governo – motor benéfico – na direção da sociedade. Neste sentido, um “bom” governo seria aquele cuja autoridade fosse verdadeira, ativo, possuidor de força moral, princípios e virtude, que dirige as instituições à concordância com os interesses, os sentimentos e os hábitos individuais, mas também o mais duradouro. No seu entender, o progresso tem condições de avançar mais rapidamente sob um regime monárquico, mesmo porque, como “a aristocracia não tem necessidade de um chefe, *a natureza da democracia consiste em personificar-se em um homem*”. O jovem príncipe não negava a intervenção histórica da Providência (berço do homem superior), mas não se preocupava mais em justificar, via direito divino, a herança imperial. Quando, porém, deixou de lado a proposta de 1833 (obrigação de realizar um plebiscito a cada sucessão), sinalizava uma contradição, inerente a seu pensamento, entre o voto popular e a herança dinástica (Bluche, 1984, pp. 94-5).

Em contraposição ao radicalismo de 1793, Luís Bonaparte retivera dos princípios de 1789 e das *idéias napoleônicas* o anseio pela igualdade (temperada pela hierarquia), a tolerância religiosa, a legalidade, a ordem, a justiça, a egressão em relação aos extremos, além da união nacional (oposta à idéia dos partidos e da reação), a meritocracia, a estabilidade advinda do princípio da autoridade pragmática. Ajuntavam-se ainda: uma confederação européia dos povos, representados pelos seus reis; a consagração do princípio das nacionalidades; a consubstanciação de um bonapartismo filantrópico ou humanitário (com base nas instituições que estiveram, durante o Império, destinadas a impor a ordem pública) (Bluche, 1984, pp. 95-6). Seu texto continha, para além de tudo isso, “uma profecia; melhor dito, uma ameaça”, proferida por alguém que “está convencido de que algum dia a ‘simples razão’ levará a restabelecer o sistema napoleônico” (Bluche, 1984, p. 96).

Luís Bonaparte tinha promovido, nesse ínterim, a criação de clubes criptobonapartistas e tentaria contatos com os meios republicanos. Em 6 de agosto de 1840, diante da impopularidade da Monarquia de Julho, tentou novamente um golpe,

na Bolonha⁷¹. Embora seu preparo tivesse sido cuidadoso, este segundo “vôo da águia” também fracassou (devido às traições, aos aventureiros medíocres de que sempre se cercava e ao azar) e Bonaparte foi condenado à prisão perpétua no forte de Ham, Picardia⁷².

Na prisão, fazia a propaganda, via correspondência, do bonapartismo, que apresentava como o sistema “natural” do país. Tendo fracassado em seus intentos golpistas, passou a pensar em atingir o poder pela via eleitoral, glorificando o sufrágio universal como o único meio de devolver ao país seus direitos. Também teve nova oportunidade de dedicar-se à escrita: redigiu, dentre outros textos, *L'extinction du paupérisme*, de 1844, em que manifestava interesse pelas questões econômicas e sociais, ganhando apoio em alguns meios operários e dos socialistas moderados (havia tido contatos estreitos com saint-simonianos e encontrara-se com Cabet⁷³ em Londres, em 1839), assegurando desde então o êxito de suas candidaturas de 1848. Neste livro, denotava sua empatia com a miséria das classes “menos favorecidas” e mostrava-se cético em relação ao liberalismo econômico. Sua solução apontava para a necessidade de tornar a classe operária proprietária, com um lugar na sociedade e ligada à terra. A fundação de colônias agrícolas em terras improdutivas – formadas de acordo com uma ordem militar – era tida como solução para diminuir o número de desocupados, prover de alimentos os pobres e enriquecer a nação. Tal proposta, inspirada em Louis Blanc e nos saint-simonianos, estava longe de ser socialista, em nada afetava o princípio da propriedade privada e tinha um estrito caráter estatista e militarista: sua intenção era, por meio da filantropia, “*fazer do excedente da classe operária uma massa de camponeses organizados de acordo com o modelo militar*” (Bluche, 1984, p. 98).

Para Bonaparte, havia que organizar as massas e dar uma solução política para os problemas sociais. Incluindo em seu pensamento estas considerações da vulgata republicana, sua intenção era cooptar adeptos desta corrente, com a condição de que renunciassem... à república, incompatível com o regime que propunha – a liberdade teria de esperar. Não se puseram, entretanto, de acordo: o êxito do folheto criou-lhe

⁷¹ Seus golpes de força levariam a imprensa e os críticos a alcunhar Luís Bonaparte de “Boustrapa”, acrograma de *Boulogne, Strasbourg e Paris*.

⁷² Como ressaltou Bluche, “sublinha-se freqüentemente o contraste entre seu desditoso desatino e o retorno triunfal das cinzas imperiais aos Inválidos (15 de dezembro de 1840)” (1984, p. 87).

⁷³ Etienne Cabet (1788-1856), advogado e publicista. Adepto do carbonarismo, participou da insurreição de 1830 e foi eleito deputado em 1831. Expoente do socialismo utópico, escreveu *Viagem à Icária*, em que esquematizou uma sociedade comunista, projeto que intentou pôr em prática nos Estados Unidos, no que não obteve sucesso.

empatia com o povo, mas afugentou a burguesia assustada daquele período pouco estável.

Após seis anos, Luís Bonaparte evadiu-se da prisão e exilou-se novamente na Inglaterra, retornando à França durante as revoluções de 1848. Alguns de seus antigos cúmplices golpistas liberados pela revolução, entre os quais se destacava Persigny⁷⁴, formariam um comitê napoleônico, origem do futuro partido bonapartista. Sua candidatura às eleições complementares de junho (que sucederam aos eventos parisienses de maio) não contou com grande investimento financeiro e teve propaganda restrita, pois a imprensa manteve-se em silêncio. Por isso, seu sucesso eleitoral foi surpreendente, tendo sido eleito para a assembleia nacional constituinte por quatro departamentos, principalmente com o voto de operários e camponeses. Entretanto, diante de tumultos em Paris nos quais se puderam ouvir aclamações ao “imperador”, renunciou, o que o livrou dos acontecimentos de julho. Apresentou novamente sua candidatura em setembro e foi novamente eleito por cinco departamentos, tomando posse no dia 26 daquele mês.

A eleição do presidente, prevista para ocorrer via sufrágio universal, provocou violentos debates na assembleia. Após tentativa derrotada dos partidários de Cavaignac de impugnar a candidatura de membros de famílias reais francesas, foi revogada (em outubro) a lei de 1832 de proscrição dos Bonapartes. Neste mesmo mês Luís Bonaparte anunciou sua candidatura à Presidência, com o apoio da maior parte dos notáveis do partido da ordem – estes, diante de sua atuação medíocre na constituinte, viam-no como o candidato ideal, “um cretino que a gente manipula”, um “receptáculo vazio” e o único que poderia conquistar milhões de votos.

Em sua campanha, posicionou-se a favor da anistia aos condenados por crimes políticos, do alívio tributário e do imposto progressivo, do fim da conscrição, da realização de grandes obras contra o desemprego, da criação de instituições de previdência social, da modificação da legislação industrial e do direito à insurreição. A propaganda de Luís Bonaparte mesclava ingredientes demagógicos e populares com elementos do socialismo, exigência do período histórico, associando-o ao personagem que o momento de crise requeria.

⁷⁴ Jean Gilbert Victor Fialin, conde de (1808-72). Parlamentar bonapartista, tomou parte ativa nas tentativas de golpe de Luís Bonaparte em Estrasburgo, Bolonha e Paris. A partir de fevereiro de 1848, um dos mais zelosos organizadores do partido bonapartista e parlamentar. Ministro do Interior (1852-54, 1860-63) e embaixador na Inglaterra (1855-60).

O recrutamento de quadros pelo bonapartismo foi mais lento que no caso do primeiro Bonaparte, que tinha as classes dominantes a seu favor: antes do golpe, apenas um terço dos deputados do partido de ordem era aliado de Luís Bonaparte, a que se somava a maior parte dos ministros, numerosos funcionários, a grande maioria do exército. Além de débeis, seus correligionários também se viram envolvidos com uma série de dissensões internas, relativas à referência dinástica, à aliança com o partido da ordem, ao programa social. Este só ganhou alguma musculatura dada a centralização do país, segundo a qual o presidente designava prefeitos de sua confiança e lhes repassava ordens e dinheiro. Em compensação, contava com a confiança da massa camponesa e, em menor medida, dos operários.

Foi eleito em 10 de dezembro, na esteira da lenda napoleônica, surpreendendo a amplitude de sua vitória: foram 5.587.759 votos, correspondentes a 56% dos inscritos e 74% dos votantes (Cavaignac, o “príncipe de sangue”, obteve 19,5% e Ledru-Rollin, 5%). Seu eleitorado era bastante heterogêneo: recebeu a adesão dos conservadores (notáveis monarquistas, orleanistas ou legitimistas, católicos), do povo desejoso de democracia social, dos eleitores da Montanha, dos bonapartistas puros; uma parcela considerável de seus votantes pertencia à extrema-esquerda, desejosa de vingar-se de Cavaignac, o verdugo de junho, que tinha o apoio dos republicanos moderados; mas a esmagadora maioria era formada por camponeses, que com aquele voto vingavam-se pela humilhação de 1815 e contra a tentativa de dirigir seu voto para obter uma república moderada.

O bonapartismo havia se espalhado por departamentos que representavam tanto o proletariado “vermelho” quanto os camponeses, que o viam como candidato dos “azuis” contra os “vermelhos” e os “brancos” (monarquistas das duas dinastias). Também contribuiu para sua votação o descontentamento geral, agravado pela conjuntura econômica, com os republicanos do *National*. Naquele momento, Luís Bonaparte “era o candidato eleito pela maioria dos amigos da ordem e pela maioria dos descontentes, feitores de desordem” (Bluche, 1984, p. 109).

Em 20 de dezembro de 1848, Bonaparte prestou juramento à constituição, divergindo do que considerava a curta duração do mandato presidencial, além de não reeleição do presidente e da estrita separação dos poderes. Contestado pelos republicanos, cedeu o governo ao partido da ordem, instituindo, em 20 de dezembro, o ministério Barrot-Falloux.

Para as eleições gerais de maio de 1849, os bonapartistas contraíram uma aliança com partido da ordem – este alcançou enorme sucesso (53% dos votantes, 450 eleitos), mas poucos bonapartistas chegaram à assembléia nacional legislativa. Diante desta maioria monarquista, a primeira metade de seu governo foi moderada e conservadora. Não se opôs à votação da nova lei do ensino, que desagradava aos republicanos moderados. Luís Bonaparte tomou a iniciativa de ordenar às tropas francesas em Roma que respondessem aos embates com os soldados da república romana (em rebelião contra o papa) e criticou a política reacionária da administração pontifícia. Diante das repercussões negativas do caso, o ministério não se solidarizou com o presidente e este aproveitou o ensejo para nomear um ministério extraparlamentar. Em 11 de junho, foi acusado por Ledru-Rollin e a maioria parlamentar pelo envio inconstitucional de tropas a Roma.

A rotineira atividade do corpo de prefeitos e dos comitês napoleônicos facultou posteriormente a eleição de alguns bonapartistas. Entre 1850 e 1851, e mais ainda após o golpe, o presidente recebeu muitas adesões em prol da ordem e do poder constituído.

Em 31 de maio de 1850, a assembléia votou uma lei eleitoral segundo a qual era necessário residir por três anos no mesmo distrito para ter direito a voto, apresentar um certificado emitido pelo patrão e outras exigências – o que eliminou três milhões de pessoas da lista de eleitores, principalmente artesãos e operários sazonais.

Em agosto daquele ano, diante da morte de Luís Felipe, a maioria conservadora tentou a fusão das dinastias legitimista e orleanista; foi sugerida a candidatura do príncipe de Joinville à Presidência, prelúdio a uma regência da duquesa de Orléans.

Em setembro, começou a campanha bonapartista nas forças armadas. O presidente se utilizou das revistas militares como manifestações bonapartistas, o que gerou confrontos com Changarnier. Em 10 de outubro de 1850, o general Neumayer, que impôs o silêncio a seus soldados (em vez dos gritos de “viva o imperador!”) na revista de Satory, foi destituído por Luís Bonaparte. Changarnier teria o mesmo destino em 9 de janeiro de 1851, no quadro de discussões sobre o poder do presidente da assembléia de convocar a força armada; o comando do exército parisiense e da guarda nacional foi atribuído a dois generais da confiança do presidente. Como resposta, esta Instituição votou uma moção de censura ao governo em 18 de janeiro.

Em fevereiro de 1851, a assembléia recusou a concessão de créditos de representação solicitados pelo presidente. Este atribuiu sua soberania ao povo francês e reclamou uma alteração na constituição como base para mudanças no poder. Reivindicou sua responsabilidade pessoal na condução dos trabalhos e o desejo de governar em comum acordo com a assembléia, que não reagiu. Na primavera, esforçou-se pela revisão da constituição (para aumentar a duração de seu mandato), rejeitada pelo parlamento em julho: teve apoio apenas da maioria absoluta, e não dos três quartos de votos necessários à sua adoção. Iniciou suas viagens pelo leste do país, em que fazia campanha pelo bonapartismo.

Em agosto, tiveram início as reuniões pró-golpe de estado. Em outubro, Luís Bonaparte propôs a modificação da lei que limitava o sufrágio universal, rejeitada em novembro pelo legislativo. Saint-Arnaud⁷⁵ foi nomeado ministro da Guerra. No fim da tarde do primeiro dia de dezembro, realizava-se no Palácio do Eliseu a última reunião dos autores do golpe de estado.

Em 2 de dezembro de 1851 (aniversário da sacração de Napoleão, em 1804, e da vitória de Austerlitz, em 1805), fez divulgar duas declarações, uma ao povo e outra ao exército, anunciando a dissolução da assembléia legislativa e o restabelecimento do sufrágio universal. Os principais opositores foram reprimidos (o duque de Morny⁷⁶ comandou a repressão) e Paris foi ocupada por tropas. A assembléia foi invadida e 300 representantes parlamentares, que haviam declarado a destituição do presidente, foram detidos; 60 representantes republicanos fizeram um apelo às armas e barricadas foram levantadas em Saint-Antoine e em quarteirões de Saint-Martin e de Saint-Denis.

Em 4 de dezembro, fuzilamentos no Bulevar⁷⁷ deixaram um número de mortos cuja estimativa vai de 300 a até 1.200. Os operários insurgidos foram rapidamente dominados e os prisioneiros, mortos. Em 8 de dezembro, o estado de sítio foi decretado em 32 departamentos onde houve sublevações (a maioria dos insurretos era camponesa). Ao todo, a repressão enviou aos tribunais 26.000 pessoas.

Em 21 e 22 de dezembro, realizou-se um plebiscito sobre a nova situação política do país, cujo resultado foi proclamado em 31 do mesmo mês: o povo francês

⁷⁵ Jacques Leroy de Saint-Arnaud (1796-1854). General, participante ativo do golpe de estado de 2 de dezembro. Nomeado marechal, participou da Guerra da Criméia, onde veio a falecer.

⁷⁶ Charles Auguste Morny (1811-65), financista e parlamentar, meio irmão de Luís Bonaparte (por parte de mãe). Membro da assembléia na segunda república e partidário do bonapartismo. Destacou-se no preparo do golpe de 2 de dezembro, notabilizando-se pela condução da repressão. Presidente do corpo legislativo (1854-65), teve influência na liberalização do regime.

⁷⁷ Narrados em detalhe em Hugo (1996, pp. 66ss).

prolongava o mandato presidencial por dez anos e encarregava o príncipe-presidente, então com amplos poderes, de redigir uma nova constituição. O plebiscito mostrou a nova geografia eleitoral do bonapartismo, outrora concentrada em regiões ricas, desenvolvidas, alfabetizadas e moderadas: “As reticências legitimistas no oeste e no sul, a oposição democrata-socialista em Paris e no sudoeste foram varridas pelo bonapartismo, que recebeu 7.473.431 *sim* (92% dos sufrágios, 72% dos inscritos) e se instalou *no centro do jogo político*” (Bluche, 1984, pp. 109-10).

A busca da investidura popular constituiu-se como intrínseca ao bonapartismo. Neste caso específico, é inegável que o país foi alvo de um verdadeiro bombardeio propagandístico que, ao limite, excluiu qualquer alternativa, mas isto não elide que “o plebiscito em favor de Luís Napoleão expressa um consenso real e muito amplo e o modo como se desenrola a consulta eleitoral permite até a expressão de uma oposição” (Losurdo, 2004, p. 144).

Luís Bonaparte mudou-se para as Tulherias a partir do primeiro dia de 1852. Aos nove dias do ano, promulgou decreto expulsando os deputados republicanos; em 11 de janeiro, dissolvia por decreto a guarda nacional e três dias depois publicava a constituição. A restauração imperial já estava em germe e a própria constituição havia sido elaborada para permitir esta mudança, bastando substituir o príncipe-presidente pelo imperador. Em 23 do mesmo mês, também via decreto, foram nacionalizados os bens da dinastia de Orléans, medida mal-recebida pela opinião pública. Em 2 e 17 de fevereiro, decretos regulamentavam as eleições e as atividades da imprensa. No dia 29, era eleito o corpo legislativo⁷⁸.

Em 21 de março de 1852 fundou-se a instituição semipública *Crédit foncier*, voltado à concessão de crédito no médio e longo prazos. No dia 29, entrava em vigor a nova Carta, que estendia o mandato presidencial por dez anos. Em setembro e outubro, o príncipe-presidente viajou pelo país, declarando em Bordeaux que “*L'Empire, c'est la paix*”. Em 7 de novembro, o senado, nomeado pelo próprio príncipe-presidente, aprovou a revisão da constituição no que dizia respeito ao executivo, restabeleceu a dignidade imperial e instituiu Bonaparte imperador dos franceses, a ser confirmada em plebiscito, realizado em 21 de novembro (a alteração foi aprovada por mais de 7,8 milhões de pessoas); assim, em 2 de dezembro de 1852

⁷⁸ As eleições (por sufrágio universal, a cada seis anos) para o corpo legislativo assumiram natureza plebiscitária, de apoio ou oposição ao regime. Os mecanismos eleitorais favoreciam a personalidade dos candidatos e tentavam minar a influência dos partidos. Os problemas internos e externos, que tinha no ascenso da oposição uma de suas manifestações, obrigou à retomada do plebiscito em 1870, que novamente deu vitória ao imperador.

restaurava-se o império e Bonaparte declarava-se imperador com o nome de Napoleão III, ficando no poder até 1870. No dia 25 de dezembro, um senátus-consulta aumentava ainda mais os poderes do imperador.

O regime concentrava os poderes fundamentais na pessoa do imperador, representante do povo, que detinha o direito de decretar o estado de sítio, a iniciativa em matéria constitucional, mediante senátus-consultos ou convocatórias ao povo; só ele possuía a iniciativa das leis e o direito de sancioná-las e promulgá-las sem prazo legal, o que lhe dava o controle do legislativo. Conselho de estado, ministros, senado, corpo legislativo deixaram de ser instituições de contrapeso ao executivo para se transformar em instrumentos de governo, o que se comprova pelo fato de os membros da assembléia (a partir de 1858, inclusive os candidatos), os ministros e os funcionários serem obrigados a prestar juramento à constituição e ao imperador. Os bonapartistas eram minoria entre os ministros, bem como o conselho de estado e o corpo legislativo; apenas no senado esta presença era maior, mas os senadores tinham pouca influência. Também era bastante minoritário no plano local.

A ditadura severa dos primeiros tempos de seu governo (até 1860) assegurou à burguesia a ordem necessária ao bom andamento de seus negócios. Desta forma, o capitalismo francês alcançou grande incremento. O setor financeiro conseguiu um crescimento importante, com o *Crédit Mobilier* (1852) dos irmãos Péreire⁷⁹, o *Escritório de Descontos* (1853), o *Crédit Lyonnais* (1863), da *Société Générale* (1864), além da criação de um sistema bancário. Assistiu-se também à expansão colonial, a um aumento do comércio, à criação de companhias ferroviárias (que estimulavam a indústria de base e facilitavam os intercâmbios) e da Companhia Geral Transatlântica pelos irmãos Péreire (1862), à construção do túnel do Mont-Cenis, do canal de Suez (iniciado em 1859 e inaugurado dez anos depois), à reforma da legislação sobre as sociedades comerciais (1856) e anônimas (1867), à transformação das grandes cidades, ao desenvolvimento industrial.

A indústria como um todo apresentou crescimento (significativamente maior em alguns setores, como construção de estradas de ferro e metalurgia; embora menos acentuada, a produção de bens de consumo, principalmente têxteis, continuava sendo

⁷⁹ Jacob Émile (1800-75) e Isaac Péreire (1806-80), banqueiros e financistas protegidos de Bonaparte. Criadores do banco *Crédit Mobilier* e da *Compagnie Transatlantique*, dois projetos que faliriam, não obstante o apoio do imperador. Com eles, a febre da especulação alcançou altos níveis de corrupção. Sua influência ultrapassou as fronteiras da França e seus negócios também se relacionavam à construção de estradas de ferro, além de terem atuado como deputados. Marx os chamava de “criadores do socialismo bonapartista” (CM2, p. 171).

a mais importante). Este incremento se conseguiu com o recurso estatal – com o que a burocracia deste setor desenvolveu-se amplamente –, com a mobilização para enormes obras públicas, principalmente em Paris, embora estivessem mantidas as características liberais do regime.

Em 1853, o barão de Haussmann⁸⁰ foi nomeado prefeito do Sena (julho). Desde 1849 o agora imperador acalentava um projeto inédito de reurbanização da capital francesa, escolhendo Haussmann a dedo como mestre-de-obras que a executaria. A motivação inicial, como em muitos outros casos, era o desejo de continuar a obra de Napoleão Bonaparte, reformando a capital para torná-la salubre, vasta e à altura do papel que, supunham, seria chamada a realizar na Europa. De acordo com Haussmann, sua obra responderia à “tripla necessidade de segurança, de circulação e de salubridade” (note-se que, enquanto a segurança aparece em primeiro lugar, o embelezamento não foi sequer mencionado) (Poisson, 2005).

A política urbana bonapartista sofreu sensível influência saint-simoniana, tanto na realização de construções utilitárias (mercados, estações de trem, hospitais) quanto na relação com os operários. Embora muito criticadas, à época, as consideráveis despesas que tais obras demandavam e os altíssimos impostos que se cobravam para realizá-las, a construção era vista como motor econômico.

Este programa, que durou 17 anos, incluiu a expropriação de numerosas construções antigas, algumas de grande interesse histórico e arquitetônico, e a edificação de numerosos imóveis. Nestes instalou-se a gente bem da época, os já estabelecidos e os emergentes, enquanto as classes populares foram empurradas para os bairros periféricos e o subúrbio. Era uma novidade em relação ao século anterior, quando os prédios abrigavam classes sociais diferentes em vários andares. Um dos objetivos era, em face dos novos imóveis dotados de esgoto, água e gás, estimular o espírito empreendedor dos proprietários e revalorizar, desta forma, a propriedade privada. Também fez parte do projeto o saneamento de inúmeros pontos incontestavelmente insalubres da cidade, que fora recentemente arrasada por epidemias de cólera, melhorar a iluminação e abrir vias largas para facilitar a circulação (de tropas, inclusive), erguer monumentos e renovar o meio ambiente, com a criação de áreas verdes.

⁸⁰ Georges-Eugène Haussmann (1809-91), administrador e político. Prefeito do Departamento do Sena nomeado por Napoleão III de 1853 a 1870, foi o principal executor da transformação urbanística de Paris que favoreceu as especulações bonapartistas de bens imóveis. Senador em 1857, entre 1877 e 1881 foi deputado e se manteve bonapartista sob a terceira república.

Bonaparte também intentava assegurar-se sustentação popular com a realização de grandes trabalhos que gerassem emprego e minorassem os problemas sociais. Outro objetivo das obras era apagar a memória de lutas do operariado parisiense, pondo abaixo locais que tinham inegável valor histórico para esta classe. Este processo encontraria um fecho em 1º de janeiro de 1860, quando Paris teve seus limites ampliados com a anexação de comunas limítrofes e os *arrondissements* receberam a numeração atual.

O pretendente se pretendia “socialista”, conforme seus escritos do forte de Ham. Assim, implementou medidas em que alguns identificavam veleidades socializantes, como a abertura de caixas de aposentadoria para funcionários públicos e os conselhos dos homens de Proudhon (*proud'hommes*), com representação de assalariados (ambas de junho de 1853), além da criação de sociedades de socorro mútuo (maio) – que eram, no entanto, proibidas de prestar socorro de desemprego e viviam sob contínua vigilância.

O imperador desenvolvia “uma política externa agressiva e expansionista. Porém, não consegue organizar um exército e uma marinha à altura de suas pretensões guerreiras”, desprovidos que estavam de grandes generais, mal-organizados e mal-equipados: as vitórias conseguidas deveram-se à vulgaridade dos adversários (Costa, 1998, p. 28). Em meados dos anos 1850, Bonaparte uniu-se à Inglaterra para combater as ambições russas no Império Otomano. Em 1856, no Congresso de Paris, ao fim da Guerra da Criméia⁸¹, propalou o retorno da França à vida política européia, arvorando-se em árbitro do continente, ao pleitear, contra as potências reacionárias, a revisão dos acordos de 1815. Em relação à Itália, sua política era dúbia: em 1858, apoiou o Piemonte no processo de unificação, mas, quando a guerra ameaçou descambar em revolução, uniu-se à Áustria reacionária na divisão da Itália (o que permitiu a reanexação, em 1860, de Nice e Savóia à França, confirmada por plebiscito). Sua política para a Argélia pretendia reconhecê-la como reino árabe, e não como colônia. O imperador também entrou por este período em uma verdadeira aventura no México (1861-7), com o apoio ao imperador Maximiliano.

⁸¹ Conflito que, em 1854-5, opôs França, Inglaterra, Turquia e o Piemonte às pretensões russas sobre o Império Otomano, as quais poderiam romper o equilíbrio político europeu. Derrotados, os russos tiveram de aceitar o Tratado de Paz assinado pelos aliados durante o Congresso de Paris (25 de fevereiro a 30 de maio de 1856).

O ano de 1857 foi marcado pela dissolução do corpo legislativo (abril), pela lei que prolongava os privilégios do Banco da França e pela eleição do novo corpo legislativo (junho) – quando alguns deputados republicanos foram eleitos, mas recusaram-se (à exceção de cinco) a prestar juramento à constituição bonapartista.

Em 14 de janeiro de 1858, republicanos liderados por Orsini (que, por isso, seria executado em 13 de março) realizaram um atentado à bomba contra o imperador, deixando oito mortos e 148 feridos. No fim do mesmo mês, o imperador discursava: “*Une liberté sans entraves est impossible*”, passando a tomar inúmeras medidas no sentido de restaurar a ordem, como a Lei de Segurança Geral, reforçando-se o caráter ditatorial do regime.

Em 1860, a França assinou um tratado de livre comércio com a Inglaterra, denunciado pela burguesia francesa – a quem o protecionismo tinha permitido acumular grandes lucros e, por conseguinte, temerosa da concorrência inglesa – como um “golpe de estado econômico”. Assim, no início daquela década, cresciam os descontentamentos em todas as classes francesas e os protestos dos liberais (contra o caráter ditatorial do regime), dos industriais (contra o fim das medidas protecionistas) e dos católicos (irritados com a política napoleônica para os estados pontifícios) atentavam contra a estabilidade do regime. Napoleão III estava doente, a equipe ministerial, envelhecida e imóvel e o medo da anarquia havia dado lugar às aspirações liberais de uma nova geração. Progressos no campo do pensamento (liberalismo, anticlericalismo, livre pensamento) vinham acompanhados de problemas no âmbito diplomático e econômico. A agitação operária crescia, ao mesmo tempo em que os conservadores se distanciavam do imperador, que os afrontara com algumas medidas. Por conseguinte, instalou-se o assim chamado “império liberal” (até 1870). A opinião pública, porém, não se aplacou, tornando-se ainda menos tolerante em face dos fracassos no exterior.

Em novembro deste ano de 1860, um decreto aumentava as funções das assembleias na elaboração do orçamento e eram instituídos ministérios sem pasta. Em fevereiro de 1861, um senátus-consulto ordenava a publicação integral dos debates do corpo legislativo. Em 21 de dezembro, pelo mesmo expediente, aumentavam-se os poderes desta instituição no que toca às finanças.

Em 11 de janeiro de 1864, Thiers⁸² discursava acerca das “liberdades necessárias” (individual, de imprensa, eleitoral, de representação e a responsabilidade ministerial). Em fevereiro seguinte, era apresentado por operários o *Manifesto dos sessenta*, programa de reivindicações sociais e políticas. Em 25 de maio foi revogada a legislação baseada na Lei Chapellier, que tachava a associação como um delito e reinstituiu o direito de greve. Em Londres, criava-se, em 28 de setembro, a Associação Internacional dos Trabalhadores, conhecida como Primeira Internacional, cuja seção francesa seria aberta em julho do ano seguinte. Também em 1865 inúmeras greves ocorreram na capital francesa, crescendo-se o número dos simpatizantes das idéias socialistas.

Em 1866, a França passou por graves problemas econômicos. Em março, as reformas liberais (proposta de emenda liberal dita “dos 63”) foram rejeitadas pelo Conselho Privado de ministros. Neste quadro, multiplicaram-se as greves e a oposição republicana crescia, evidenciando o aumento da base social que exercia pressão sobre o império.

Em 1867, o Crédit Mobilier faliu (foi liquidado em 1871), bem como a política externa francesa relativa à guerra do México. No início do ano, em janeiro, o imperador anunciou reformas liberais, decretando em março um senátus-consulto que aumentava o poder do senado. O ministério bonapartista instituiu em agosto uma lei sobre a instrução pública que garantia o controle do governo sobre o ensino primário e em outubro criou o ensino secundário estatal para mulheres.

Em 1868 e no ano seguinte, o enfraquecimento do bonapartismo se expressava e ensejava um “despertar republicano”, além de greves freqüentes e violentas, realizadas por operários das minas, têxteis, da indústria do bronze. Diante das pressões internas, e em face das derrotas no estrangeiro, Napoleão III cedeu um pouco mais e decretou, em maio de 1868, uma nova lei sobre a imprensa, e em junho uma nova legislação acerca das reuniões públicas, amenizando as restrições a ambos os veículos e terminando por reforçar a oposição. Por outro lado, porém, exatamente nos mesmos momentos ocorriam as condenações da seção francesa da Internacional, que viria a ser dissolvida pelo governo. Mais ainda: o ano começara com a votação da

⁸² Louis Adolphe Thiers (1797-1877), jornalista, historiador e estadista, partidário da dinastia Orléans. Importante na Monarquia de Julho, reprimiu a conspiração legitimista e as insurreições de Paris e Lyon (1834). Foi primeiro-ministro entre 1836-40, deputado da assembléia nacional constituinte em 1848 e presidente da Terceira república francesa (1871-73). Um dos mais ferozes oponentes da Comuna de Paris e organizador dos massacres dos *communards* nas jornadas de maio. Terminou seus dias como republicano conservador.

lei de reforma do exército e a instituição da guarda nacional móvel, que visava a reforçar as Forças Armadas. Ironicamente, o imperador discursaria em meados do ano: “*Rien ne menace a paix de l'Europe...*”.

Nas eleições legislativas realizadas em maio de 1869, a oposição republicana alcançou significativo progresso. Em junho, uma greve dos mineiros de La Ricamarie foi duramente reprimida, resultando em 13 ou 14 pessoas mortas. Em julho, o presidente anunciaria reformas; o senátus-consulto a respeito viria em setembro, estabelecendo um parlamentarismo bicameral. Em outubro, greve em Aubin; em janeiro seguinte, os trabalhadores de Le Creusot, em greve (contra a destituição de um membro da Internacional), proclamam uma “Comuna Industrial”.

No mês de janeiro de 1870, o assassinato impune de um jornalista republicano por um príncipe da casa dos Bonapartes provocou uma grande manifestação contra o império, seguida da indefectível repressão. A oposição seguia aumentando, ganhando para si, desta feita, os operários.

Tentando minimizar os protestos, Napoleão III anunciou, em março (mesmo mês em que se realizava outra greve em Le Creusot), uma reforma constitucional. Em abril, após discussões, proclamava-se o senátus-consulto sobre os poderes do imperador (revogação da responsabilidade ministerial exclusivamente perante o imperador e do direito da imperatriz de participar do Conselho ministerial, instituição do princípio de votação por maioria e outras reformas), submetido a plebiscito. Em compensação, em face do aumento do número e da combatividade das greves, decretou-se a prisão dos franceses membros da Internacional e a dissolução desta seção. Não obstante, o governo tolerava algumas greves e associações. Em maio, decretava-se o império liberal ou parlamentar, aprovado por plebiscito, na tentativa infrutífera de estabilizar seu governo.

A Guerra Franco-Prussiana de 1870, que redundou em desastre em apenas seis semanas, levou à capitulação do imperador em Sedan (2 de dezembro de 1870), a sua abdicação e ao exílio na Inglaterra, onde veio a falecer.

2.2 O COUP DE TÊTE DE LUÍS BONAPARTE

Para Marx, ainda não se havia dado uma explicação adequada para a ascensão de Bonaparte. “Não é suficiente dizer, como fazem os franceses, que a nação fora tomada de surpresa. Não se perdoa a uma nação ou a uma mulher o momento de

descuido em que o primeiro aventureiro que se apresenta as pode violar.” (18BLB, p. 23) Um de seus objetivos, ao escrever os livros que analisamos neste capítulo, era esclarecer como se deu tal processo.

Marx retomava, como já vimos, a expressão hegeliana segundo a qual “todos os fatos e personagens de grande importância na história do mundo ocorrem, por assim dizer, duas vezes”, acrescentando que “a primeira vez como tragédia, a segunda como farsa” (18BLB, p. 17). Era o que ocorria, àquela época, na França:

Todo um povo que pensava ter comunicado a si próprio um forte impulso para diante, por meio da revolução, se encontra de repente trasladado a uma época morta, e para que não possa haver sombra de dúvida quanto ao retrocesso, surgem novamente as velhas datas, o velho calendário, os velhos nomes, os velhos éditos (18BLB, p. 19).

Por outro lado, segundo Marx, “toda época social necessita ter seus grandes homens e, como disse Helvécio, se não os encontra, os inventa” (LCF, p. 363). É assim que, naquele período, indivíduos absolutamente desimportantes e banais acabaram roubando a cena, maus atores de uma comédia burlesca⁸³. Isto se adequava perfeitamente àqueles meados de século, em especial no que se refere ao reaparecimento de uma caricatura de Bonaparte.

O ressurgimento de um Napoleão “grotesco”, nas eleições de 10 de dezembro de 1848, era uma prova de que os franceses apegavam-se à memória do general sempre que estavam envolvidos numa revolução. Em face de um período convulsivo, sonhavam com os dourados tempos imperiais e a abundância das conquistas napoleônicas: “o 2 de Dezembro de 1851 foi a resposta. Não só fizeram a caricatura do velho Napoleão, com geraram o próprio velho Napoleão caricaturado, tal como deve aparecer necessariamente em meados do século XIX” (18BLB, p. 20).

Mas aquele Bonaparte não era, disso não há dúvida, Napoleão. Marx tratava o “sobrinho do tio” nos termos mais depreciativos. De fato, a seu ver, Bonaparte era um “trapaceiro” (18BLB, p. 20), um “aventureiro de aspecto vulgar e repulsivo que se oculta sob a férrea máscara mortuária de Napoleão” (18BLB, p. 19), um “vulgar aventureiro” (LCF, p. 400) “esporeado pelas dívidas e sem reputação que o freasse” (18BLB, p. 64), um “especulador profissional” (CM, p. 186), “um príncipe lumpemproletário” (18BLB, p. 81), o “chefe grotesco da Sociedade 10 de Dezembro” (18BLB, p. 89), um homem “que decide de dia e executa à noite” (BLB, p. 78), um

⁸³ “Talvez a posteridade resuma a última fase da evolução francesa declarando que Luís Bonaparte foi o seu Napoleão e Proudhon o seu Rosseau-Voltaire.” (Carta a Schweitzer, p. 333).

pseudo-Bonaparte ridículo e vulgar (LCF, p. 402), uma triste figura (18BLB, p. 56), um “flibusteiro” (18BLB, p. 40), um “cretino imperialista” (CRJ, p. 206), uma personagem indecorosa, súcia ou sórdida, “o infinitamente pequeno” Bonaparte (LCF, p. 403). Marx ainda o comparava, como toda a imprensa antibonapartista, ao presidente da república do Haiti, Faustin Souloque, que em 1849 se proclamara imperador e que se tornou célebre por sua ignorância, crueldade e presunção.

Eram ridículas as pretensões imperiais daquele “aventureiro em maré de pouca sorte”, cuja “grande idéia, a de que era chamado a restaurar o império, era sempre suplementada pela outra, de que o povo francês tinha a missão de pagar suas dívidas” (18BLB, p. 57). Seus apaniguados não eram integrantes do partido da ordem, senão como uma excrescência, de acordo com Marx, pois “não formavam uma facção séria da classe burguesa, mas uma coleção de velhos e supersticiosos inválidos e de jovens e desacreditados aventureiros” (LCF, pp. 359-60).

Luís Bonaparte carregava consigo todos os partidos em aliança contra a república burguesa instituída. Sua eleição era, para os camponeses, um ataque frontal à república burguesa do arrecadador de impostos e uma tentativa de obrigar ao reconhecimento de seus interesses de classe. Para o proletariado, o afastamento de instituições e pessoas que representavam a derrota de junho. Para a pequena burguesia, o robustecimento da pequena propriedade endividada contra o credor. Para boa parte dos grandes burgueses, era o banimento do setor republicano, com o qual se aliara apenas contra a revolução e cujo convívio lhe era, agora, insuportável – portanto, uma ponte para a monarquia. Por fim, o exército votara em Bonaparte contra a guarda móvel e a favor da guerra. Marx reiterava que somente aquele personagem sensaborão, absolutamente insignificante e destituído de toda valorização pessoal poderia representar interesses tão díspares, poderia aparecer revestido de tamanha significação.

Vimos como Bonaparte transacionou com os monarquistas coligados, formando um ministério com base no partido da ordem, liderado por Odilon Barrot. Uma das primeiras decisões do conselho de ministros foi realizar uma expedição contra a república romana, à revelia da assembléia e em conluio com os países europeus reacionários. Era a primeira lição a Bonaparte, que utilizaria as mesmas manobras para efetivar seu golpe de 2 de dezembro contra o legislativo e a república. Outro ensinamento foi devidamente aprendido quando o partido da ordem apresentou uma moção segundo a qual a assembléia constituinte abandonaria a

elaboração das leis orgânicas complementares à constituição e se dissolveria. As diatribes contra o poder legislativo seriam utilizadas pelo Bonaparte adulterino quando de seu interesse.

Mais ainda, o partido da ordem e o ministério Barrot estiveram à frente de uma campanha que coletava assinaturas entre a gente comum pela dissolução da assembléia. “Levaram, assim, as massas desorganizadas do povo à luta contra a assembléia nacional, expressão constitucionalmente organizada do povo. Ensinaaram Bonaparte a apelar para o povo contra as assembléias parlamentares.” (18BLB, pp. 38-9) Quando, em 29 de janeiro de 1849, a assembléia concordou em encerrar seus trabalhos, após um breve período adicional de vida, Marx considerou o evento um golpe dado pelos monarquistas, aliados a Bonaparte, contra o legislativo.

Após esta prova de subserviência, “o ministério Barrot e os amigos da ordem” acoassaram o quanto puderam a assembléia, forçando-a a toda humilhação. “Bonaparte, ocupado com sua idéia fixa napoleônica, foi suficientemente atrevido para explorar publicamente essa degradação do poder parlamentar.” (18BLB, p. 39) E o fez ainda a propósito da expedição romana, desafiando publicamente o voto de desconfiança da assembléia.

Se, no início, os monarquistas o consideravam apenas um instrumento seu, chegou-se ao ponto em que o presidente da assembléia, Marrast, viu em perigo a segurança da instituição, seguiu as vias constitucionais e solicitou proteção de um coronel; este se recusou, indicando que a demanda deveria ser levada a Changarnier – que, por sua vez, também recusou, afirmando não gostar de “baionetas inteligentes”. Coisa semelhante se daria em novembro de 1851, quando a coalizão monarquista, agora em luta contra Bonaparte, intentou instituir o princípio da requisição direta de tropas pelo presidente da assembléia nacional (apoiado por Changarnier e Thiers): “O ministro da Guerra, Saint-Arnaud, respondeu-lhe como Changarnier respondera a Marrast – o que lhe valeu a aclamação da Montanha!” (18BLB, p. 40). Desta forma, o próprio partido da ordem, enquanto ministério, contribuía para a desonra do parlamento que seria banido por Bonaparte.

Com as eleições gerais, o partido da ordem assegurou ampla maioria na assembléia nacional (com apoio dos bonapartistas, escassos demais para formar um partido parlamentar independente). Tinha, pois, o controle do poder legislativo, do governo e do exército – em suma, de todo o poder estatal. Os republicanos puros minguaram. Contra o agrupamento monarquista, formara-se o partido social-

democrata, a Montanha, que unia pequeno-burgueses e socialistas e que era o grande partido da oposição – mas que não tardaria a perder este trunfo.

Marx salientava que os monarquistas ligados no partido da ordem representavam diferentes interesses econômicos, como já vimos: a supremacia da indústria ou a do latifúndio, que apareciam como a disputa entre duas dinastias. Entretanto, em seus conflitos com Bonaparte e suas idéias napoleônicas, “cada vez que julgam sua onipotência parlamentar ameaçada pelo poder executivo, cada vez, portanto, que têm que exhibir o título político de seu domínio, apresentam-se como republicanos e não como monarquistas” (18BLB, p. 47).

Os acontecimentos de 13 de junho de 1849 tiveram como principais conseqüências o desbaratamento ainda maior de todas as instituições que tivessem quaisquer veleidades caracteristicamente democráticas, o fortalecimento do exército e o enfraquecimento do legislativo e da imprensa. Em momentos de extrema importância, a assembléia nacional se permitia sair de cena por longo tempo, “deixando que aparecesse à frente da república uma única e mesmo assim triste figura, a de Luís Bonaparte” (18BLB, p. 56).

Este, assim que se considerou suficientemente forte – com a assembléia constituinte republicana afugentada, com a realização da expedição contra Roma e com a aniquilação do partido democrático –, ergueu a cabeça e quis tomar para si o controle do governo, repelindo o ministério Barrot, “que não constituía mais o véu diáfano atrás do qual podia esconder sua fisionomia, e sim uma máscara de ferro que o impedia de exhibir uma fisionomia própria” (18BLB, p. 57). A destituição do ministério Barrot-Falloux, o único ministério parlamentar de Bonaparte, foi um momento de inflexão, em que o partido da ordem perdeu para sempre o poder executivo, indispensável à manutenção do regime parlamentar.

Bonaparte precisara dele para alguns fins específicos: dissolver a assembléia republicana, encetar a expedição contra Roma, destroçar o partido democrático. “Eclipsara-se aparentemente detrás desse ministério, entregara o poder governamental nas mãos do partido da ordem e assumira o modesto disfarce” de marionete, de que agora se desfazia – atualmente, impedimento para que demonstrasse sua verdadeira face (18BLB, p. 57). Bonaparte não havia nunca sido levado a sério pelo partido da ordem. Diante das acusações que lhe eram feitas, nenhum de seus antigos ministros alçara a voz para defendê-lo, antes ao contrário: Barrot havia proferido invectivas contra as conspirações que ocorriam no Eliseu. Para

completar, este mesmo ministério havia conseguido uma pensão para a duquesa de Orléans na assembléia, que, não obstante, recusava-se a aumentar a lista civil do presidente. Assim, este o substituiu por um órgão em que confiasse.

Graças ao fato de reter em suas mãos o poder executivo, diversos interesses estavam ligados a Bonaparte. O próprio impopular partido da ordem havia, em sua luta contra a “anarquia”, aumentado sua influência e escapava a seus domínios a indicação do ministério. A gravidade desta situação fica evidenciada quando se lembra da importância do corpo de funcionários na França, bem como o grau de controle que o estado exercia sobre a sociedade civil e a absoluta centralização administrativa. Liberalizando este pujante aparato, por conseguinte, permitia à própria sociedade que criasse órgãos independentes, deixava de atender a uma das exigências de seu poder material: a manutenção desta dispendiosa máquina estatal. Se se acrescem a isto os interesses políticos que a levavam a aumentar as medidas de repressão – os recursos despendidos, portanto, pelo estado –, conclui-se que “A burguesia francesa viu-se assim compelida por sua posição de classe a aniquilar, por um lado, as condições vitais de todo o poder parlamentar e portanto inclusive o seu próprio, e, por outro lado, a tornar irresistível o poder executivo que lhe era hostil” (18BLB, p. 59).

Bonaparte acabara com o cargo de primeiro-ministro junto com o ministério Barrot, pois ele “condenava o presidente da república à situação de nulidade legal de um monarca constitucional” desprovido de poderes (18BLB, p. 59). Nomeou, então, o ministério d’Hautpoul, cuja única figura proeminente era a do “agiotista Fould”, um dos reis da alta finança. A entrega do Ministério da Fazenda a ele era a expressão viva de que a administração do erário seria, doravante, feita pelo e para o setor financeiro. Era a restauração da aristocracia financeira, que ia se tornando, assim, bonapartista, pois Fould representava os interesses de Bonaparte na Bolsa e os desta junto a Bonaparte. A república burguesa não se vexava de expor em público o que havia sido mantido velado sob as diferentes monarquias – Luís Felipe, por exemplo, não ousara pôr um financista à frente da administração do dinheiro público. Toda a atuação da república aumentara o poder deste setor da burguesia, mas como decorrência de atos que visavam a fins específicos; agora, havia-lhe sido dada a chave do cofre. Seu predomínio não era contestado pela burguesia como um todo porque os financistas foram, desde sempre, fundamentais à coalizão monárquica, ou seja, à república. Também tomou para si o controle da polícia, designando Carlier chefe de polícia.

A assembléia nacional se melindrou porque Bonaparte, após ter constituído seu próprio ministério, convocou os inválidos da monarquia nomeados prefeitos e fez de uma campanha anticonstitucional que deveriam desenvolver a favor de sua reeleição a condição para que continuassem em seus cargos. Os choques entre ambas as instituições ganharam novos elementos com o reiterado desprezo que Bonaparte demonstrou pelos votos de desconfiança da assembléia em seu ministério, que mantinha firme no cargo; com a criação de um jornal bonapartista de propaganda; e com proposta de deportação para a Argélia dos últimos insurretos de junho de 1848, a fim de conceder-lhes indultos individuais e fazer-se popular, ao custo da impopularidade da Câmara.

A atuação de Bonaparte centrava-se, porém, na matéria que mais lhe era cara: dinheiro. Assim, tentou comprar popularidade com os suboficiais (concedendo um acréscimo aos seus recebimentos) e com o povo, criando um banco de crédito. “Donativos e empréstimos – resume-se nisso a ciência financeira do lumpemproletariado, tanto de alto como de baixo nível. Essas eram as únicas alavancas que Bonaparte sabia movimentar. Nunca um pretendente especulou mais vulgarmente com a vulgaridade das massas.” (18BLB, p. 64).

Neste confronto, a cada vez que se deixava absorver por suas *idées napoléoniennes*, era desautorizado pelos próprios ministros na assembléia. A instituição dava o troco com a rejeição dos projetos de lei que o presidente enviava para sua apreciação. Este “Comportava-se como um gênio incompreendido, a quem o mundo inteiro toma por um idiota. Nunca desfrutou o desprezo de todas as classes de maneira mais completa do que durante esse período” (18BLB, p. 60).

Como lembrava Marx, a constituinte decretara que o imposto sobre o vinho seria suprimido a partir do primeiro dia do ano seguinte, 1850, mas, como vimos, o tributo foi restaurado ainda em 20 de dezembro de 1849 pela assembléia legislativa. A burguesia no poder tinha conhecimento de que os pilares da ordem, a guarda contra os ataques da anarquia operária, dependeria de financiamento, que vinha justamente dos impostos. De sua parte, o camponês francês vergava sob o peso das contribuições e simpatizava com o socialismo. Assim, como o verdadeiro Napoleão – o restabelecimento do imposto sobre o vinho, em 1808, retirara-lhe o apoio dos camponeses do Sul, contribuindo de forma fundamental para sua derrota –, aquela atitude comprometia sua popularidade. As milhares de assinaturas nas petições

contra o imposto, de fato, revogavam os votos que haviam sido cedidos à caricatura de Napoleão.

As tradições orais dos camponeses relatavam que todo governo sacripanta enganava o povo prometendo a supressão do tributo sobre o vinho e deixava de cumprir a promessa. O homem comum avaliava, pois, as tendências do governo pela sua atitude quanto à taxa, profundamente odiada pelo povo, segundo Marx, porque “resumia e compendia” o que de pior havia no sistema fiscal francês: sua forma de arrecadação era odiosa e seu repartimento, aristocrático (cobravam-se as mesmas tarifas para vinhos populares e caros), significando um imposto progressivo invertido, que crescia à medida que decaía a capacidade econômica do consumidor. Um incentivo à falsificação, favorecia, ademais, a diminuição do mercado, em face do aumento dos preços; e, portanto, das vendas, o que atingia diretamente o camponês vinicultor (cerca de 12 milhões de pessoas, dentre os 36 milhões de habitantes da nação).

De uma só vez, descarregava-se sobre a cabeça camponesa a manutenção do imposto sobre o vinho, o imposto dos 45 centimos, a negativa de acolher suas reivindicações quanto à restituição dos 25 milhões que o governo subtraía ao Banco Central. O gradual *élan* revolucionário dos camponeses manifestava-se de diversas formas: a eleição para a assembléia legislativa, o estado de sítio em Lyon e nos cinco departamentos próximos, o avanço de candidatos democráticos e vermelhos, entre outras, chegando ao auge com a reação ao imposto sobre o vinho. Assim – e esta é a maior demonstração de seu progresso –, no início de 1850, as ações repressivas do governo dirigiam-se justamente contra o campesinato: proposta de lei contra os *maires*, lei contra os mestres-escolas (submetidos ao clero), lei do ensino – com que procurava “assegurar entre as massas o velho estado de espírito conformista”, ainda que isto significasse que a burguesia liberal concedia aos seus tradicionais inimigos, os jesuítas, o poder de vigiar o espírito francês – e “um sistema de espionagem, ao qual todos estavam sujeitos”.

Tais leis imiscuíam-se na vida cotidiana, eram tema das conversações diárias, faziam penetrar a revolução em cada aldeia, estendendo-a entre os camponeses. Sua promulgação era prova da articulação existente entre as facções monárquicas e entre o presidente e a assembléia quando o assunto era a repressão (utilizando os meios de duas épocas, monárquica e republicana) das classes que se rebelassem contra o domínio burguês.

A assembléia nacional, quando “não reprimia ou exercia uma atuação reacionária, estava atacada de incurável esterilidade” (18BLB, p. 63): a atividade legislativa deste período foi resumida por Marx a duas leis: a que restabeleceu o imposto sobre o vinho e a que abolia a irreligiosidade do ensino. A burguesia abandonara todas as suas quimeras democráticas e condenava agora o que antes defendera como liberal, qualificando-o como “socialismo”. Estava-lhe ficando evidenciado que, em defesa de seus próprios interesses, principalmente a manutenção da ordem, seria necessário abolir as discussões democráticas, portanto, eliminar o governo direto da própria burguesia, abrir mão de seu poder político em prol do desfrute de seu poder social. A iniciativa de formular leis, ainda segundo os princípios do partido da ordem, foi assumida pelo ministério, que em sua implantação e fiscalização conseguia superar a violência daquele partido.

Quando se imaginava que os conflitos entre o presidente e o legislativo chegariam ao auge, as eleições suplementares de 10 de março de 1850 deram vitória aos social-democratas. Vendo-se novamente diante de uma possibilidade de revolução, Bonaparte foi atirado de volta, arrependido, à sua antiga posição de fidelidade ao partido da ordem. Numa oportunidade que não chegaria outra vez a se repetir (e que este partido foi incapaz de aproveitar), Bonaparte chegou a implorar que a burguesia monarquista conduzisse ela própria os negócios do estado. Mas o partido da ordem nem mesmo o obrigou a reincorporar o ministério demitido, contentando-se com a humilhação de Bonaparte e com a integração de Baroche⁸⁴ ao ministério d'Hautpoul – que, posteriormente, daria a maior contribuição à degradação da assembléia nacional.

O partido social-democrata, por seu lado, cometeu equívocos de condução que tiraram à vitória eleitoral sua força e obrigou as massas a despender suas energias em conquistas eleitorais. Quando, em 8 de maio de 1850, foi apresentada a nova legislação eleitoral (que, entre outras providências, abolia o sufrágio universal), o partido instou os espíritos à ordem. Aprovada a lei em 31 de maio – um verdadeiro golpe de estado da burguesia –, a Montanha reagiu timidamente. O *élan* revolucionário do proletariado também diminuía em face da prosperidade industrial e comercial vivida naquele ano de 1850.

⁸⁴ Pierre Jules Baroche (1802-70), advogado e político conservador, dirigente da oposição dinástica liberal durante a Monarquia de Julho. Procurador-Geral da Alta Corte de Bourges, atuou contra os participantes dos eventos de 15 de maio de 1848 e 13 de junho de 1849. Ligado a Luís Bonaparte, tornou-se ministro do Interior em 1850 e presidente do conselho de estado após o golpe de Bonaparte.

O partido da ordem decretou a lei eleitoral como um triunfo contra Bonaparte, cuja força estava nos seis milhões de votos que havia recebido; este a considerou uma concessão à assembléia, necessária à harmonia ente os dois poderes. Em retribuição, abandonou sua atitude humilde anterior e pleiteou um aumento nas verbas que a nação lhe pagava anualmente, como já fizera em ocasiões semelhantes, pois “Uma longa vida de vagabundagem aventureira dotara-o de sensíveis antenas para sondar os momentos de fraqueza em que poderia extorquir dinheiro de seus burgueses” (18BLB, p. 69). A assembléia ficou furibunda, mas, após negociações, cedeu parcialmente: concedeu-lhe um subsídio em vez do aumento e só votou esta transigência depois de aprovada por Changarnier, o general que o partido da ordem havia imposto a Bonaparte, como seu “protetor” (este entendeu o recado, e não gostou). A imprensa que o apoiava novamente malhou a assembléia nacional: podia ela romper com o presidente, quando afastara de si a massa da nação?

Após a discussão de assuntos tão “fundamentais” para o andamento da vida do país, a assembléia nacional suspendeu suas sessões por três meses, de 11 de agosto a 11 de novembro, nomeando para substituí-la uma Comissão Permanente formada por 28 membros (nenhum bonapartista, mas alguns republicanos moderados) inimiga do presidente – único rival que estorvava o caminho do partido da ordem.

Os parlamentares monarquistas serviram-se do recesso para ocupar-se com suas respectivas tramas de restauração, fortalecidas com a morte de Luís Felipe. Bonaparte também partiu em viagem pelos Departamentos da França a fim de agregar partidários e divulgar seus próprios projetos imperiais, acompanhado dos membros da Sociedade de 10 de Dezembro. Aquela sociedade, formada em 1849 sob fachada beneficente (o que era parcialmente verdadeiro: seus integrantes queriam se beneficiar do trabalho do país), serviu para organizar o lumpemproletariado em facções secretas e era dirigida por um general bonapartista. Formavam-na presidiários libertos, aventureiros arruinados, chantagistas, saltimbancos, trapaceiros, jogadores, forçados foragidos das galés, mendigos e donos de bordéis, entre outros grupos de mesma estirpe. O Bonaparte “que se erige em chefe do lumpemproletariado, que só aqui reencontra, em massa, os interesses que ele pessoalmente persegue, que reconhece nessa escória, nesse refugio, nesse rebotinho de todas as classes a única classe em que pode apoiar-se incondicionalmente, é o verdadeiro Bonaparte” (18BLB, p. 71). Toda esta gente desqualificada era a força típica de seu partido.

“Velho e astuto *roué*, concebe a vida histórica das nações e os grandes feitos do estado como comédia em seu sentido mais vulgar, como uma mascarada onde as fantasias, frases e gestos servem apenas para disfarçar a mais tacanha vilania.” (18BLB, p. 70) A burguesia, quase convencida da comédia que representava, estava forçada à derrota diante de um aventureiro que considerava a farsa mera farsa. Apenas quando seu solene adversário foi derrotado é que o bufão tomou a sério seu papel imperial, desatinou ser o verdadeiro Napoleão, foi contagiado pelo próprio delírio e passou a tomar não mais “a história universal por uma comédia e sim a sua própria comédia pela história universal” (18BLB, pp. 71-2).

As novas eleições presidenciais interessavam e angustiam a todos os partidos, os legitimistas, os orleanistas, os republicanos burgueses e os revolucionários. A tendência era a resolução pela violência do conflito entre as diversas facções. Ainda que o partido da ordem conseguisse se unir em prol de uma candidatura neutra em relação às famílias dinásticas, ainda lhe restaria enfrentar-se com Bonaparte. Em sua luta contra o povo e para fortalecer seu poder comum, o partido da ordem cumulava de poderes o executivo, que acabavam nas mãos de Bonaparte, robustecendo suas pretensões dinásticas e as probabilidades de opor-se com sucesso àquela suposta solução constitucional. Em sua peleja contra o partido da ordem, Bonaparte não respeitaria a constituição, da mesma maneira que tal partido não respeitara a legislação eleitoral ao combater o povo – pelo contrário, provavelmente, apelaria ao sufrágio universal contra a assembléia. Tal possibilidade era incabível para o partido da ordem, temeroso da participação popular “anárquica”.

Desta forma, o burguês via o primeiro domingo de maio de 1852 como uma ameaça a tudo que conquistara, a toda a ordem burguesa, e recusava-se a se expor a malogro. A “solução” para o seu dilema era o adiamento da solução, a salvação da república constitucional passava pelo vilipêndio e pelo achincalhe da constituição, ou seja, pelo prolongamento do mandato de Bonaparte. Contra sua vontade e para sua desonra, aquele partido teve de considerar a figura ridícula, vulgar e horrenda do pseudo-Bonaparte, como Marx o qualificava.

Esta personagem sórdida não compreendeu os motivos de sua repentina importância, atribuindo-a à grandeza de seu nome e às suas imitações caricaturescas de Napoleão. Cada vez mais empreendedor, perambulava pela França, fazendo-se acompanhar dos membros do lumpemproletariado agrupados na Sociedade 10 de Dezembro, a fim de conquistar a simpatia popular – que ficou longe de conseguir.

Em seus deslocamentos, os distintos representantes da Sociedade 10 de Dezembro faziam as vezes do entusiasmado público autóctone, a destilar veneno anti-republicano, sob proteção policial. “A Sociedade de 10 de Dezembro pertencia-lhe, era obra sua, idéia inteiramente sua. Tudo mais de que se apropria é posto em suas mãos pela força das circunstâncias; tudo o mais que faz é obra das circunstâncias ou simples cópia dos feitos de outros” (18BLB, p. 72) Era parte das nobres funções dos decembristas açoiar os partidários da república, mas vez por outra se excediam e algum parlamentar do partido da ordem acabava espancado por este “fogo amigo”. Conseguiu, assim, chamar a atenção; diante do iminente fim do recesso, para evitar a abertura de um inquérito parlamentar que resolvesse escavar seu mundo secreto, Bonaparte dissolveu formalmente esta sociedade.

Na prática, porém, “A Sociedade de 10 de Dezembro deveria continuar como o exército particular de Bonaparte até que ele conseguisse transformar o exército regular em uma Sociedade de 10 de Dezembro” (18BLB, p. 73). E Bonaparte tinha pressa em cumprir esta tarefa, financiada com as verbas de que esbulhou a assembléia. Assim, mal entrara esta instituição em recesso, começou a oferecer atraentes patuscadas aos oficiais. Como Marx ironizava, enquanto as conquistas de Napoleão lembravam as de Alexandre, o Grande, as façanhas de seu sobrinho assemelhavam-se às festas de Baco.

Em seguida, voltou-se à tentativa de atrair o exército, por meio de extensas revistas de tropa em que buscava agradar aos soldados com rega-bofes, mas que, na verdade, opuseram de vez Bonaparte e seu ministro da Guerra, d’Hautpoul, de um lado, e Changarnier, do outro. Este, cuja atuação decisiva em janeiro de junho de 1847 convertera no grande marechal do partido da ordem, no “baluarte da sociedade”, surgia como “seu homem realmente neutro, que não abrigava nenhuma classe de pretensões dinásticas próprias. Era ele quem este partido tinha destinado para suceder Bonaparte” (LCF, p. 403).

Figura semelhante a Bonaparte pela importância, acabou sendo inflado e elevado à categoria de grande personalidade pela imprensa: diante da carência de indivíduos notáveis, o partido da ordem socorria-se com a atribuição mística a um só indivíduo da força que faltava a toda a sua classe, convertendo-o num verdadeiro colosso fiscalizador do também ridículo presidente. O próprio Changarnier acabou por convencer-se de sua magistralidade e agia cada vez mais pretensiosamente em face do ministério e do presidente. Bastou, contudo, um sopro de “Bonaparte, o

infinitamente pequeno” para que este “aborto do medo da burguesia” fosse reduzido às suas próprias proporções, como veremos mais à frente (LCF, p. 403).

Bonaparte já havia provocado Changarnier inúmeras vezes, obrigando-o a querelas com seu ministro da Guerra. Mas a indignação do general protetor suplantou o suportável diante do clamor anticonstitucional *Vive l'Empereur!*, que se ouviram em desfile dos regimentos da cavalaria. Precavendo-se de desagradáveis discussões parlamentares a respeito, Bonaparte pareceu recuar, destituindo seu ministro da Guerra e substituindo-o por um velho general dos tempos do império. No mesmo movimento, porém, transferiu o homem de confiança de Changarnier, o general Neumayer, de Paris para Nantes, não obstante os protestos do “salvador da sociedade”.

Diante desta continuidade das escaramuças entre Bonaparte e o partido da ordem, Marx terminava o *Lutas de Classe* atestando que a reabertura das sessões da Câmara davam-se sob prenúncios negativos. Mas afirmava categoricamente que a situação seguiria a mesma, ou seja, o partido da ordem prorrogaria os poderes do presidente, ignorando as declarações em desacordo; também Bonaparte teria de ceder, ainda que apenas por dinheiro, a receber o prolongamento de seus poderes como uma concessão da assembléia. Seria o adiamento da solução. Neste interregno, manter-se-ia o mútuo debilitamento de uma fração pela outra, enquanto ambas dariam continuidade à repressão contra o inimigo comum. Além deste último, o resultado mais tangível da contenda entre os dois poderes seria a ruína de inúmeros pequenos capitalistas, cujas fortunas seriam rapidamente transferidas aos “grandes lobos da bolsa”.

E, de fato, quando a assembléia voltou a se reunir, as questões entre ela e o presidente pareciam evoluir para uma luta de vida ou morte. Novamente, o recesso servira para fragmentar em suas partes constituintes o partido da ordem; por sua vez, também o chefe do executivo efetivou um périplo pelo país, aliciando partidários e divulgando suas *idéias napoleônicas*.

Sob reprimenda da Comissão Permanente, o ministro da Guerra, d'Hautpoul, comprometeu-se a evitar novas infrações da disciplina, mas Bonaparte repetiu a pândega para os soldados numa grande parada militar em 10 de outubro, quando, segundo Marx, uma ala da cavalaria levantava o brado: “*Vive Napoleón! Vivent les saucissons!*”. A infantaria, sob o comando de um amigo de Changarnier, permaneceu, entretanto, em silêncio. Seguiu-se uma série de ataques e contra-ataques na imprensa

e a Comissão Permanente reunia-se secretamente amiúde, deliberando acerca de declarar ou não a pátria em perigo. O comando do exército estava, aparentemente, dividido entre Bonaparte e Changarnier e pairava no ar o suspense que antecede os grandes conflitos.

Assim, reunida novamente a partir de novembro, pareceu que se substituiriam as pendências menores entre a assembléia e o presidente por um inevitável e mortal combate. Num aparente recuo, Bonaparte destituiu o ministro da Guerra e dirigiu à assembléia uma mensagem conciliadora. Na mesma declaração, porém, *en passant*, lembrava que a constituição lhe assegurava o exclusivo comando do exército, os votos com que o povo (a quem unicamente devia, por conseguinte, o poder) o elegera e ponderava que a situação legal, a qual jurara respeitar, apenas sofreria uma mudança nas próximas eleições presidenciais, em 1852, ou teria de ser alterada por uma revisão constitucional. Em nome da tranqüilidade da França, conclamava a um acordo e à ordem - no caso, o silêncio e a passividade diante dos atos de desordem e de usurpação que o próprio Bonaparte cometia.

Mesmo pouco inclinados a confiar naquele discurso e naquelas juras (seus próprios membros eram calejados em descumprir promessas), o partido da ordem se sensibilizava com a possibilidade de um conflito decisivo com o poder executivo. Temia que as vitórias contra a revolução lhes escapassem pelos vãos dos dedos, e com isto toleraram que seus rivais ficassem com as conquistas. Sobressaltava-lhe o desbrío diante da uma nova intranqüilidade revolucionária que ele acendesse e a possibilidade de ser, neste caso, responsabilizado por sua classe.

Desta forma, a grande batalha que se anunciava murchou e desapareceu. Suspensa momentaneamente a luta de classes, com a abolição do sufrágio universal, as disputas mesquinhas entre os dois poderes giravam em torno das prerrogativas de cada um.

Neste ínterim, a assembléia se rebelou contra a prisão por dívidas de um de seus membros, ordenando sua libertação. Mas,

a fim de confirmar sua fé na santidade da propriedade privada e com a intenção oculta de abrir, em caso de necessidade, um abrigo para os *montagnards* que se tornassem difíceis, declarou permissível a prisão por dívidas de representantes do povo desde que fosse previamente obtido o seu consentimento. Esqueceu-se de decretar que também o presidente poderia ser encarcerado por dívidas. Destruiu a última aparência da imunidade que envolvia os membros de seu próprio organismo. (18BLB, p. 77)

Outro episódio que merece destaque é o que envolve as denúncias de premeditação do assassinato de adversários pelos decembristas. Diante disto, os questores da assembléia propuseram que esta deveria ter sua própria polícia, paga com suas verbas e totalmente autônoma em relação ao chefe de polícia. Deixando, mais uma vez, escapar a chance de desmascarar Bonaparte e consortes, a idéia foi aprovada, mas só depois de um acordo com o ministro do Interior, a quem se conferia o direito de ratificar a nomeação do comissário da polícia da assembléia. O mesmo ministro Baroche, do Interior, pediu a demissão do delegado que denunciara o planejamento do assassinato e, a despeito de sua Mesa Diretora tê-lo mantido no cargo, a covarde assembléia nacional pagou seu zelo com a exoneração.

Desta forma, entre novembro e dezembro, em várias e importantes ocasiões, a assembléia evitou os conflitos com o poder executivo. Contudo, acabou por desencadear tal luta por ninharias relacionadas a minúcias legais e ridículas questões de forma (como a discussão sobre a quem competia a autoridade para nomear ou demitir um comissário de polícia). “Não ousa enfrentar o conflito no momento em que este tem uma significação do ponto de vista de princípio, quando o poder executivo está realmente comprometido e a causa da assembléia nacional seria a causa de toda a nação”, pois tinha pavor de despertar a ira desta e botá-la em movimento (18BLB, pp. 78-9). Só se enfurecia por motivos mesquinhos, quando o presidente, ardilosamente, a espicaçava em assuntos de interesse meramente parlamentar e sua reação apareceria como desproporcional.

As classes revolucionárias assistiam de camarote ao opróbrio da assembléia, com cujas prerrogativas estavam tão preocupados quando esta o estava com a defesa das liberdades públicas. De sua parte, no âmbito da vida extraparlamentar, a burguesia irritava-se porque suas frações parlamentares podiam despender energias em questões menores e comprometer a ordem e a tranqüilidade naquelas arrelias com Bonaparte. Não podia entender “uma estratégia que declara a paz no momento em que todo mundo espera batalhas, e ataca no momento em que todo mundo pensa que a paz foi concluída” (18BLB, p. 79). Irritava-se diante daquela “doença peculiar”, “o cretinismo parlamentar, que mantém os elementos contagiados firmemente presos a um mundo imaginário, privando-os de todo senso comum, de qualquer recordação de toda compreensão do grosseiro mundo exterior” (18BLB, p. 86).

Noutra oportunidade, o ministro do Interior foi intimado por Duprat⁸⁵ acerca de outra cria de Bonaparte, a Loteria das Barras de Ouro, que o chefe de polícia protegia pessoalmente, apesar de ilegal. Era, na verdade, mais um subterfúgio bonapartista para se prover de dinheiro para financiar suas idéias napoleônicas e, com tais objetivos, Bonaparte e caterva não só embolsaram parte do que seria distribuído como prêmio como falsificaram bilhetes. Mais uma vez, apresentava-se perante a assembléia não o presidente da república, mas o verdadeiro Bonaparte. “Podia apanhá-lo em flagrante, infringindo não a constituição, mas o Código Penal”; porém, mais uma vez, passou ao largo do assunto (18BLB, p. 80).

E, assim, ia Bonaparte tentando a disposição da assembléia nas mais variadas direções, espreitando sorrateiramente à procura de uma oportunidade de passar à ofensiva. “As pequenas derrotas sofridas nesse ínterim pelos ministros da Justiça, da Guerra, da Marinha e da Fazenda, através das quais a assembléia nacional expressava seus rosnados de desagrado, incomodavam-no muito pouco.” (18BLB, p. 81) Desta maneira, ignorou solenemente as admoestações do parlamento, impediu a renúncia de seus subordinados e, mais importante, consumou a separação entre o poder militar e o legislativo, procedendo à destituição de Changarnier.

Um jornal bonapartista publicou uma ordem do dia que teria vindo de Changarnier, determinando o fuzilamento imediato de militares traidores em caso de insurreição e que não se atendessem a nenhum apelo da assembléia por tropas. Quando convocado a prestar esclarecimentos, Changarnier, que se considerava um poder equivalente aos outros dois, negou que tivesse dado tais ordens e prontificou-se a cumprir pressurosamente toda exigência da assembléia, que poderia contar com ele em caso de conflito. Regozijante, a instituição não percebia que abdicava

dos seus poderes, decretando a própria impotência e a onipotência do exército, ao colocar-se sob a proteção privada de um general; mas o general se iludia ao colocar à disposição da assembléia, contra Bonaparte, um poder que só detinha por delegação do próprio Bonaparte, e quando, por seu turno, esperava ser protegido por esse parlamento, pelo seu próprio protegido carente de proteção. (18BLB, p. 81)

Bonaparte, por sua vez, exigiu a destituição de Changarnier em reunião ministerial, mas a recusa de cinco dos ministros em assinar a demissão anunciou uma crise ministerial. O partido da ordem, que constitucionalmente estava apto a fazê-lo, ameaçou formar um exército parlamentar sob o comando de Changarnier –

⁸⁵ Pierre-Pascal Duprat (1815-85), parlamentar que propusera a proclamação do estado de sítio em Paris em junho de 1848. Antibonapartista, foi preso na noite do golpe e posteriormente exilado.

para tanto, bastava declará-lo presidente da assembléia e requisitar as tropas que achasse necessárias para sua proteção. O pivô da crise ainda controlava efetivamente o exército e a guarda nacional de Paris e estava à disposição do parlamento, mas dificilmente esta resolução seria aprovada pela maioria. Ora, o que fizeram os membros do partido da ordem? Insistiram com Bonaparte – reconhecendo, portanto, sua proeminência – para que desistisse da demissão, aduzindo razões de estado. Este apenas consolidou sua decisão, aproveitando-se do ensejo para realizar uma reforma ministerial.

Ao repelir o exército – que se colocava, na pessoa do general, à sua disposição – e entregá-lo, portanto, irremissivelmente, às mãos do presidente, o partido da ordem deixava evidente que a burguesia perdeu a capacidade de governar. Já não existia um governo parlamentar. Tendo, agora, perdido, efetivamente, o controle sobre o exército e a guarda nacional, que forças lhe restavam para manter simultaneamente a autoridade usurpada do parlamento sobre o povo e sua autoridade constitucional contra o presidente? (18BLB, p. 83).

Destituído de toda força, restavam-lhe, agora, os princípios que sempre considerara apenas simples regras gerais que se aconselha outrem a seguir, a fim de beneficiar-se disto. Marx considerava que, com este episódio, tinha fim a primeira fase da disputa entre o partido da ordem e o poder executivo. Já sem apoio do povo, sem o ministério e, agora, sem o exército – tendo, pois, perdido suas armas e seus soldados –, o partido da ordem decidia-se, finalmente, a travar a guerra aberta.

Os monarquistas coligados ficaram furibundos com a nomeação do novo ministério, retaliando com a reiterada discussão sobre a publicação das atas das reuniões da Comissão Permanente e, depois, instituindo uma Comissão para Medidas Extraordinárias, que se resumiram a um voto de censura ao ministério. Neste caso, o nome de Changarnier nem mesmo foi citado – medida necessária para obter o apoio dos republicanos, que aprovavam sua demissão. Enquanto isto, nada mudava na vida da sociedade civil parisiense, “tanto mais quanto neste momento o comércio está próspero, as fábricas trabalharam, os preços do trigo andam baixos, os gêneros alimentícios abundantes e as caixas econômicas recebem diariamente novos depósitos” (18BLB, p. 84).

O partido da ordem também já não tinha mais uma maioria parlamentar independente, em face das defecções dos deputados conciliadores, desejosos de estar próximos ao governo por causa dos ministérios, “por esse vulgar egoísmo, enfim, que

torna o burguês comum sempre pronto a sacrificar o interesse geral de sua classe por este ou aquele interesse particular” (18BLB, p. 85). Por sua vez, os bonapartistas só haviam se aliado ao partido da ordem pela luta comum contra a revolução. Os católicos passaram a apoiar abertamente os bonapartistas e os dirigentes dos partidos monarquistas acabaram tendo de se proferir republicanos e, portanto, deixar explicitado o despautério dos planos de restauração a que ainda se dedicavam nas horas mortas.

Por outro lado, o presidente, autor da demissão de Changarnier, não era atingido pelo voto de censura da assembléia – que, em verdade, não podia questionar o direito constitucional do chefe do executivo de demitir um general. Aliás, os próprios parlamentares não atentavam assiduamente contra a constituição, muito especialmente no que tocava à abolição do sufrágio universal? Estavam, portanto, obrigados a manter sua atuação nos limites parlamentares.

E foi necessário passar por aquela doença peculiar que desde 1848 vem grassando em todo o continente, o *cretinismo parlamentar*, /.../ para que aqueles que haviam, com suas próprias mãos, destruído todas as condições do poder parlamentar, e que tinham necessariamente que destruí-las em sua luta com as outras classes, considerassem ainda como vitórias as suas vitórias parlamentares e acreditassem ferir o presidente quando investiam contra seus ministros. (18BLB, p. 86)

Bonaparte aproveitou-se do voto de censura para humilhar novamente a assembléia: argumentando que nenhum partido dispunha então de maioria, nomeou um ministério “de transição” (que persistiu de janeiro a abril) sem nenhum parlamentar, verdadeiramente medíocre; era a prova de que, de um lado, o presidente passara a desconsiderar solenemente a importância da assembléia e, de outro, queria controlar todo o poder e manipulá-lo pessoalmente, como bem lhe aprouvesse.

O partido da ordem vingou-se por meio de uma aliança pontual com a Montanha, a fim de rejeitar uma dotação para o presidente. Era mais uma tentativa de conservar o poder militar e reconquistar o controle supremo sobre o poder executivo. Mas ficou claro que a coalizão não teria vida longa, com a desconsideração de uma proposta de anistia geral dos culpados de delitos políticos, feita pelos social-democratas. Com isto, por temor do espectro vermelho, da luta de classes, deixou-se escapar a oportunidade de efetivar uma medida que tornaria popular a assembléia nacional e forçaria Bonaparte a um recuo. Este continuou seu jogo com o parlamento,

efetivando constantes reformas ministeriais, mantendo divididas e alertas as facções do partido da ordem diante da possibilidade de um ministério republicano e a restauração do sufrágio universal. Ao mesmo tempo, fazia a burguesia crer que não conseguia formar um ministério parlamentar justamente pelo agastamento entre as facções monarquistas.

A classe burguesa, impaciente e inquieta, reclamava um "governo forte" e perscrutava o horizonte à procura de uma crise comercial geral e do aumento das hostes socialistas. De fato, o movimento do comércio diminuía, o desemprego aumentava, fábricas estavam paralisadas em várias localidades. Bonaparte se sentiu, com isto, suficientemente forte para restaurar o ministério que se demitiu em janeiro, incorporando-lhe Léon Faucher, denunciado reiteradamente pela antiga assembléia constituinte pelo envio de telegramas falsos.

Em novembro de 1849 Bonaparte contentara-se com um ministério não-parlamentar, em janeiro de 1851 com um ministério extraparlamentar, e a 11 de abril sentiu-se suficientemente forte para constituir um ministério antiparlamentar, que combinava harmoniosamente em si os votos de censura das duas assembléias, a constituinte e a legislativa, a republicana e a realista. Essa gradação de ministérios era o termômetro com o qual o parlamento podia medir a queda de seu próprio calor vital. (18BLB, p. 88)

Neste período, o golpe de estado já estava planejado até em detalhes como a sua proclamação, mas foi adiado circunstancialmente. Ao mesmo tempo, a assembléia tinha, por força do calendário, de deliberar sobre a reforma da constituição. Caso se decidisse pela revisão, tinha de se bater com a questão do domínio da burguesia, da democracia pequeno-burguesa ou da anarquia proletária, da república parlamentar ou Bonaparte e, mais ainda, da restauração monárquica. Esta última questão açulava os ânimos e os interesses hostis das facções do partido da ordem. Quanto aos bonapartistas, a reforma constitucional lhes interessava, no essencial, para que pudessem remover os empecilhos legais à reeleição de Bonaparte, o prolongamento de seu poder. Já os republicanos rejeitavam liminarmente a possibilidade de revisão, em que percebiam uma conspiração contra a república e apenas seus votos próprios já lhe davam a certeza da vitória nesta questão.

O partido da ordem cismava e se debatia nas contradições com que se deparava: se não apoiasse a revisão da Carta, poria em perigo a tranquilidade da nação, pois obrigaria Bonaparte a uma saída pela força ou entregaria o país à anarquia, ao efetivar eleições com um presidente fraco, uma assembléia

desacreditada e um povo com fama de inconstante. Por outro lado, se patrocinasse a reforma, “sabia que votava em vão e que teria forçosamente que fracassar inconstitucionalmente, se declarasse válida a simples maioria de votos, só poderia então esperar dominar a revolução submetendo-se incondicionalmente ao poder executivo” (18BLB, p. 90). Apenas prorrogar a autoridade do presidente deixaria aberto o caminho para o império; uma revisão que eliminasse a república poria em choque as pretensões dinásticas. Assim, a propósito da reforma da constituição e da conjuntura em que se dava tal discussão, punha-se em causa a república e acicatavam-se as rivalidades intramonárquicas.

Marx reiterava, contudo, que a salvação da dominação burguesa estava na república parlamentar, tantas vezes defendida pelos monarquistas. Esta não era um mero campo neutro que permitia o convívio em condições de igualdade das duas facções da burguesia francesa:

Era a condição inevitável para seu domínio *em comum*, a única forma de governo no qual seu interesse geral de classe podia submeter ao mesmo tempo tanto as reivindicações de suas diferentes facções como as demais classes da sociedade. Na qualidade de monarquistas, eles recaíam em seu velho antagonismo, na luta pela supremacia do latifúndio ou do capital, e a mais alta expressão desse antagonismo, sua personificação, eram seus próprios reis, suas dinastias. (18BLB, pp. 90-1)

Mencionamos anteriormente como a tentativa de amalgamar orleanistas e legitimistas encontrara um rotundo fracasso e terminara por provocar a fragmentação do partido da ordem em suas diferentes facções; estas, por sua vez, também se fracionaram, constituindo-se diversos grupos com interesses próprios e antagônicos entre si.

Desta forma, havia uma ala do partido da ordem favorável à reforma constitucional, mas esta se escindia no tocante aos limites das mudanças. Este grupo, que incluía legitimistas e alguns orleanistas, acordou com os representantes bonapartistas uma moção que pleiteava um tipo de revisão, embora não se tenha podido chegar a nenhum acordo sobre como ela seria. Também publicizou que não cabia à assembléia propor a abolição da república, algo que apenas o parlamento encarregado da reforma podia fazer.

No fim das contas, a reforma foi rejeitada, mesmo tendo recebido a maioria dos votos, dada a proporcionalidade estabelecida para este tipo de escrutínio. Os orleanistas extremados votaram com os republicanos e social-democratas. O que

estava em jogo era, no fundo, a manutenção ou a deposição do presidente – portanto, a maioria da assembléia se declarava a seu favor, mas, pela constituição, prevaleceu a determinação da minoria. Sublinhava Marx que Bonaparte agiu pela lógica do parlamento quando atacou a Carta e pela desta quando dissolveu o parlamento. É necessário lembrar que a constituição havia sido formulada sob estado de sítio; não surpreendia que fosse, depois, liquidada por meio de baionetas.

“Com sua decisão sobre a reforma o partido da ordem demonstrou que não sabia nem governar nem servir; nem morrer; nem suportar a república nem derrubá-la; nem defender a constituição nem revogá-la; nem cooperar com o presidente nem romper com ele.” (18BLB, pp. 95-6) Preso por tais contradições, atirado à impotência por efeito de seus próprios atos, sucumbiu ao *laissez-passer* dos acontecimentos. Mais uma vez, num momento de suma importância, a assembléia optou pelo recesso de três meses, entre agosto e novembro.

O partido da ordem se decompôs dentro da assembléia, mas também estava em descompasso com a burguesia de fora do parlamento. A burguesia censurava nos seus representantes o apego a princípios ultrapassados. “Os arautos e escribas da burguesia, sua plataforma e sua imprensa, em suma, os ideólogos da burguesia, e a própria burguesia, representantes e os representados, enfrentavam-se com hostilidade e não mais se compreendiam.” (18BLB, p. 96)

A fração da burguesia comercial conhecida como aristocracia financeira, que se tornara bonapartista com a entrada de Fould para o ministério, condenava, por desordeira, a disputa dos representantes parlamentares do partido da ordem contra o poder executivo; ainda mais, torcia e vibrava diante de cada vitória do presidente, *triumfos da ordem*. Marx lembrava como, já àquela época, toda a banca financeira tinha relações e interesses estreitos com o crédito do estado, parte de seu capital era invertida em títulos públicos, porções do capital de que dispunha e que emprestava a comerciantes e industriais também provinham, pelo menos parcialmente, dos dividendos de títulos do governo. A estabilidade do poder público era, portanto, vital para o mercado financeiro, ainda mais em épocas conturbadas, como a que viviam.

Por outro lado, à burguesia industrial, defensora radical da ordem, também importunavam aquelas pendengas parlamentares com o presidente. Mesquinho e estreito, este partido burguês exigia que, sem mais delongas e discussões, seus representantes na Câmara permitissem a transferência do poder militar desta para o aventureiro Bonaparte. “Demonstrou que a luta para manter seus interesses públicos,

seus próprios interesses de classe, seu poder político, só lhe trazia embaraço e desgostos, pois constituía uma perturbação dos seus negócios privados.” (18BLB, pp. 97-8)

Os debates sobre a reforma ocorreram justamente num momento em que o comércio andava mal (a partir do final de fevereiro de 1851, isto seria constante), e a burguesia comercial denunciava as querelas parlamentares como a causa – da mesma forma que já haviam proferido imprecações contra estas disputas quando o comércio era próspero –, precavendo-se em relação ao humor do mercado. Solicitavam que se suspendessem as lutas, a fim de que seus negócios voltassem ao normal.

No que se referia à forma de governo, a burguesia exigia ainda com mais vigor a manutenção do *statu quo* e o fim daquela desgastante situação provisória. Como Marx ressaltava, não eram desejos contraditórios: o fim da situação provisória seria torná-la indefinidamente permanente. O estado de coisas ser mantido ou com a prorrogação do poder de Bonaparte ou com sua renúncia, seguindo as determinações da Carta, e a eleição de Cavaignac. A burguesia se dividia entre as duas opções: uma parte sugeria aos seus parlamentares quedarem-se inertes, supondo que, assim, Bonaparte também permaneceria estático e tudo se encaminharia para a ascensão de Cavaignac; outro segmento burguês, diante do fato de que Bonaparte já estava no poder, postulava sua permanência no cargo, com a menor alteração possível no ramerrão cotidiano. Recomendavam, por conseguinte, a pura e simples violação da constituição. Assim, durante o recesso parlamentar, em agosto, os Conselhos Gerais dos Departamentos (representantes da burguesia provinciana) aprovaram a reforma, impingindo ao parlamento mais uma derrota.

A burguesia, desejosa de tranquilidade para realizar seus negócios, também voltou suas baterias contra sua própria imprensa, cada vez que esta desocultava as aspirações usurpatórias de Bonaparte. Impunha, assim, multas e descabidos períodos de encerramento sempre que os jornais burgueses procuravam defender os direitos políticos de sua classe.

Evidenciava-se dia a dia, pois, que o regime de dominação política da burguesia incompatibilizava-se com seu próprio existir em segurança. Por isso, o partido da ordem havia sido compelido a esfacelar as bases de seu próprio domínio, enquanto a burguesia extraparlamentar, ao censurar o parlamento e as críticas da imprensa, insinuava a Bonaparte a aniquilação de seus representantes literatos e políticos, para voltar-se, aliviada, às suas questões particulares e sob a proteção de

um governo forte. Sacrificava, desta forma, os seus interesses gerais – políticos – de classe aos seus mais miseráveis e egoísticos interesses particulares. Marx apontava como esta mesma massa burguesa era cínica, ao culpar o proletariado por não ter se levantado em sua defesa, na hora fundamental.

Houve, efetivamente, uma pequena crise comercial na França naquele ano de 1851, com um declínio das exportações em fevereiro, seguida de um descaimento das vendas e paralisação industrial, com a situação geral melhorando gradualmente apenas em meados de outubro. Para a burguesia francesa, tudo isso tinha fundamentos políticos e, de fato, segundo Marx, tais circunstâncias pressionavam para baixo alguns ramos industriais. Mas era uma influência circunscrita e de pouca monta, de que a melhora geral do comércio constituía a prova mais cabal – era exatamente o momento em que a situação política estava mais complicada. O burguês francês, se conseguisse visualizar mais além de seu minimundo, deveria ter atentado para o fato de que aquela crise se repetia também na Inglaterra – neste caso, uma crise comercial, ao passo que a francesa era industrial.

A raiz da crise, explicava Marx, estava na prosperidade de 1849 e 1850, que gerou uma superprodução cujas conseqüências apareceram apenas no ano seguinte. A perspectiva da Exposição Industrial em Londres agravou o quadro; acresçam-se as flutuações do preço do algodão, a queda na safra francesa de seda bruta, a insuficiência de lã para atender aos lanifícios em expansão (e a conseqüente subida do preço da lã bruta). Nestes exemplos, restritos à matéria-prima para três tipos de indústria que produziam para o mercado mundial, Marx já localizava suficiente razão para uma crise comercial.

Tratava-se, portanto, não de uma verdadeira crise, mas um dos eventos cíclicos da indústria, uma freada para que a superprodução e a superespeculação se acomodassem e tivessem suficiente força para se arrojar à última fase desse ciclo (e retornarem, com isto, ao ponto de partida, a crise geral do comércio). Nestas circunstâncias, a Inglaterra sempre assistia a falências comerciais, e a França, à paralisação da própria indústria – já acossada pela concorrência britânica e que, por ser uma indústria de luxo, sofria necessariamente com maior intensidade as conseqüências de toda crise comercial. Desta forma, a França passava não só pelas crises gerais do sistema, mas, também, por crises comerciais internas (embora também condicionadas pelas condições gerais do mercado mundial, e apenas marginalmente pelas questões locais).

O burguês francês via-se, porém, em face desta crise comercial e era, ainda, torturado pela intranquilidade política: os boatos de golpes de estado e de restauração do sufrágio universal, as conspirações monarquistas, a organização comunista, as disputas entre parlamento e executivo, os rangidos dos republicanos, que afirmavam que defenderiam a constituição e o sufrágio universal até pelas armas – enfim, pela contagem regressiva para a chegada do anunciado como fatídico segundo domingo de maio de 1852.

Já vimos que as contradições entre as diversas classes sociais só aparecem num momento de amadurecimento – no caso em tela, apenas quando o domínio da burguesia tivesse chegado ao seu grau político mais puro o antagonismo entre ela e as outras classes sociais apareceria em sua forma perigosa.

Se em cada vibração de vida na sociedade, ela via a "tranquilidade" ameaçada, como podia aspirar a manter à frente da sociedade um regime de desassossego, seu próprio regime, o regime parlamentar, esse regime que /.../ vive em luta e pela luta? (18BLB, p. 62)

Ficava, pois, óbvio que não queria expor-se “aos perigos do *self-government*”, que o parlamento burguês tinha de ser manietado para que a própria sociedade permanecesse quieta, “que a fim de preservar intacto o seu poder social, seu poder político deve ser destruído”, que somente à custa da nulidade política da sua classe o burguês teria condições para desfrutar sossegadamente os frutos da exploração das outras classes (18BLB, p. 63).

Bonaparte foi capaz de perceber o momento propício e, por outro lado, o prazo se extinguindo. Sem mais possibilidades de uma prorrogação constitucional de seus poderes, confrontado pela candidatura do príncipe de Joinville, pôs mãos à obra para a realização de sua idéia fixa, o golpe, que nem mesmo conseguia ocultar, mas que, muitas vezes, estava fraco demais para implementar.

O golpe de Bonaparte – “tão audaz na concepção de seus golpes como lento e precavido em sua execução” (CM, p. 186) – foi largamente anunciado. Tentara-o apenas um mês após sua eleição; em meados daquele ano de 1849, fora denunciado veladamente pelo próprio primeiro-ministro Barrot; no início de 1850, Thiers o delatara novamente; em maio de 1851, o ministro do Interior se aproximara novamente de Changarnier, tentando convencê-lo a passar-se para o lado dos golpistas.

Os jornais bonapartistas ameaçavam com um golpe de estado cada vez que ocorria uma tempestade parlamentar, e tornavam-

se mais agressivos à medida que a crise se aproximava. Durante os meses de setembro e outubro os boatos de golpe de estado sucediam-se rapidamente. (18BLB, p. 104)

A sociedade estava já, pois, praticamente acostumada com a possibilidade de um golpe pairando no ar. Assim, afirmava Marx, se o golpe de estado alcançou êxito, apesar das inconfidências de Bonaparte e do conhecimento prévio do parlamento, isto se deveu a todo o encadeamento anterior dos fatos, que o tornou “necessário e inevitável”. E os fatos se desenrolaram: em 10 de outubro, Bonaparte informou a seus ministros que pretendia restaurar o sufrágio universal; estes renunciaram no dia 16 e, dez dias depois, o presidente nomeava o medíocre ministério Thorigny, que a Câmara considerava demasiado fraco para tomar medidas como o retorno do sufrágio universal, sem atinar que Bonaparte já a pusera fora do jogo e pretendia impor o que quisesse, a sua revelia.

No que se refere à assembléia (cuja maioria era formada pelo mesmo partido que constituíra o ministério de Bonaparte a 20 de dezembro de 1848), fora como que acometida de uma doença degenerativa, que a levava ao túmulo um pouco a cada dia. Reiniciou suas sessões em 4 de novembro, recebendo imediatamente a mensagem de Bonaparte, na qual ele exigia a restauração do sufrágio universal (a revogação da lei de 31 de maio de 1850, além do decreto ministerial voltado a concretizar tais medidas). Recusando-se a analisar o projeto com urgência, o parlamento acabou por rejeitá-lo em 13 de novembro, por pequeníssima maioria. “Rasgou, assim, seu mandato uma vez mais; uma vez mais confirmou o fato de que se transformara, de corpo de representantes livremente eleitos pelo povo, em parlamento usurpador de uma classe” (18BLB, p. 106).

Sintomaticamente, enquanto o poder executivo apelava ao povo, com a moção de restauração do sufrágio universal, o poder legislativo invocava o exército, com a Lei dos Questores, que intencionava dar-lhe o poder de requisitar tropas diretamente. Mais uma vez, a assembléia punha o exército na posição de mediador entre ela e o povo, entre ela e Bonaparte, reconhecia na força armada um poder estatal decisivo, demonstrando que não ambicionava mais dominá-lo. Trazer ao debate um direito, em vez de efetivá-lo, era prova de que duvidava dele e, ao fim e ao cabo, o rechaço do projeto testificava sua impotência. Note-se que o voto de Minerva para a rejeição do projeto foi da Montanha, que olhava e de um lado via Changarnier, e do outro, Bonaparte.

Em 18 de novembro, com o indeferimento da emenda do partido da ordem à lei que baixava de dois para um ano o período de domicílio eleitoral para os eleitores municipais, evidenciou-se que a assembléia nacional não conseguia mais realizar acordos e não havia mais maioria nenhuma; nada mais unificava seus membros constituintes. Era o fim, faltava apenas decretá-lo.

A poucos dias do golpe, a burguesia extraparlamentar deu mais mostras de seu distanciamento de seus representantes parlamentares. Thiers e o conselho de estado (no espírito das leis orgânicas suplementares à constituição) propuseram uma Lei de Responsabilidades, que pretendia enquadrar o presidente aos limites constitucionais, assunto de que a assembléia legislativa tratava “quando Bonaparte impediu esse golpe com o golpe de 2 de dezembro” (18BLB, p. 39). Mas o presidente, que já seduzira as vendedoras do mercado e os tenentes a quem oferecia banquetes, magnetizou também a burguesia industrial, que estaria nas primeiras filas aplaudindo a farsa de 2 de dezembro, o enterro de sua própria hegemonia.

O golpe aplicado pelo “sobrinho do tio” era considerado por Marx uma “estupidez astuciosa” (18BLB, p. 42), um “*coup de tête*”, um “truque de um trapaceiro” (18BLB, p. 20). De acordo com o pensador alemão, em 2 de dezembro, as conquistas da Revolução de Fevereiro foram surrupiadas por um velhaco; desta forma, seu verdadeiro resultado não era mais a queda da monarquia, mas o fim das concessões liberais, que haviam sido conquistadas por séculos de lutas, à revelia daquela. Enfim, “Longe de ser a própria sociedade que conquista para si mesma um novo conteúdo, é o estado que parece voltar à sua forma mais antiga, ao domínio desavergonhadamente simples do sabre e da sotaina.” (18BLB, p. 20)

Aquele Bonaparte caricaturado, em seu “18 Brumário”, agiu bem ao seu feitio, apropriando-se indevidamente de dinheiro do Banco da França, com que comprou general e soldados e, na calada da noite, ordenou diligências nas residências dos políticos opositores, além da ocupação de logradouros e da assembléia. Tendo sido arrogado ao exército, por diversas vezes, o poder moderador, não seria normal que os militares acabassem tendo “a idéia de salvar a sociedade de uma vez para sempre, proclamando seu próprio regime como a mais alta forma de governo e libertando completamente a sociedade civil do trabalho de governar a si mesma?” Sem maiores recompensas por seus serviços de proteção a esta ou àquela fração burguesa, “Não deveriam finalmente os militares jogar um dia o estado de sítio em seu próprio

interesse e em seu próprio benefício, sitiando ao mesmo tempo as bolsas burguesas?” (18BLB, p. 35)

Fez, ainda, espalharem-se cartazes divulgando a dissolução da assembléia nacional e do conselho de estado, a restauração do sufrágio universal e o estado de sítio para o Departamento do Sena. Pelo mesmo procedimento sorrateiro, mandou difundir falsamente que tinha o apoio de parlamentares influentes, que teriam formado com ele um conselho de estado.

A assembléia, defunta sem inumação, ademais acéfala, deliberou pela deposição de Bonaparte, esgoelou-se perante uma multidão de curiosos e guinchou inúmeros vivas à república, antes de ir para trás das grades. “O parlamento consuma seu derradeiro ato e sucumbe, abandonado por sua própria classe, pelo exército e por todas as demais classes”; celebrava-se o fim do regime parlamentar e do domínio burguês direto, iniciava-se a paródia de restauração do império (18BLB, p. 18). “Assim terminaram o partido da ordem, a assembléia legislativa e a Revolução de Fevereiro.” (18BLB, p. 109)

Apenas alguns dias depois do golpe, Marx escrevia a Engels afirmando que “o proletariado poupou suas forças, Bonaparte está ganhando no momento”; mas, já tendo roubado o Banco Central e comprado o exército, “Conseguirá repetir este golpe de força se os resultados das eleições forem contra ele?” (Carta a Engels de 9 de dezembro de 1851, p. 55).

À questão autoposta sobre a irresistência do proletariado àquele golpe, Marx respondia que a queda da burguesia só fora anunciada, não efetivada, e que “Qualquer insurreição séria do proletariado teria imediatamente instilado vida nova à burguesia, a teria reconciliado com o exército e assegurado aos operários uma segunda derrota de junho” (18BLB, p. 112).

Narrava, ademais, que burgueses e vendeiros açularam o proletariado à luta em 4 de dezembro, quando divulgaram que Bonaparte havia abolido o voto secreto. Diante da ameaça de guardas nacionais de envolverem-se, armados, na luta, o golpista recuou e mandou propalar a restauração do voto secreto. Crentes que haviam atingido seu alvo, o burguês e o merceeiro preferiram a calma de seus lares às ruas intranquílias. A burguesia abandonava, assim, a defesa da honra insurrecional de Paris; o proletariado ainda se lembrava de junho de 1848 e 1849 e maio de 1850, tendo motivos de sobra para hesitar em lutar sob o comando da Montanha. Os dirigentes do proletariado parisiense, os comandantes das barricadas, Bonaparte teve

o cuidado de afastá-los na mesma madrugada do golpe. A luta ficou para as sociedades secretas, vanguarda do proletariado.

Marx ressaltava que a burguesia francesa, que não admitia a idéia de um governo proletário, levou ao poder o lumpemproletariado; vivia aterrorizada pela anarquia vermelha, mas eminentes burgueses foram fuzilados pelo exército da ordem, em 4 de dezembro. Em 1873, diria que o próprio Bonaparte, em sua tentativa de consumir o golpe de estado, não se fiou

na resistência puramente passiva dos parisienses e avaliou muito bem que se ela durasse seis ou oito horas, o golpe de força experimentalmente um revés, e irreparável. Donde sua ordem de passar sem nenhum motivo à mortandade nos bulevares etc., ou seja, de improvisar o terror. Morny, que foi praticamente seu condutor, revelou depois, e de modo totalmente irreverente, o plano das operações dos quais era ele o autor (Carta a Engels de 31 de maio de 1873, p. 282).

Novamente, o medo do proletariado levou à carnificina. E por responsabilidade da burguesia, que cultuou a espada que agora se voltava contra ela – reprimida, vigiada, emudecida pelo assalto a sua imprensa, imobilizada pelo estado de sítio, julgada por comissões militares, exilada sem julgamento, recebia de volta tudo que havia feito ao proletariado. “Levada pelo amor à própria bolsa, rebelou-se contra seus políticos e homens de letras; seus políticos e homens de letras foram postos de lado, mas sua bolsa está sendo assaltada agora que sua boca foi amordaçada e sua pena quebrada.” (18BLB, p. 111)

A partir d’O 18 Brumário, Marx não dedicou mais nenhum trabalho de porte à análise do bonapartismo até 1871. Explica-se este fato pela sua pesquisa científica, consubstanciada n’O Capital, que lhe tomava muito tempo. Outros fatores estão ligados à ocorrência de situações novas – como a Guerra Civil americana, a situação na Rússia e outras – que monopolizaram, por alguns períodos, suas atenções. Ademais, havia a militância na Internacional Comunista e a necessidade objetiva de sobrevivência, que o levava a atuar como correspondente de jornais.

As esparsas reflexões marxianas sobre o fenômeno que aqui estudamos podem ser, a partir de 1852, acompanhadas a partir dos artigos que escreveu, em especial para *The New York Daily Tribune*, da correspondência pessoal e militante que trocavam e que cumpria importante papel naquele momento.

Assim, em outubro de 1853, Marx escreveu a Engels, exprimindo sua suspeita de que uma catástrofe deveria ocorrer, dada a lamentável situação do país (má

colheita e preços altos de bens de consumo popular, concentração operária em Paris, baixa nos salários). E apontava,

Em contraste brutal com toda esta miséria, as estouvadas despesas e as maquinações bursáteis da família Bonaparte. Caráter artificial de todo o sistema de crédito tornado uma colossal empresa de pura escroqueria sob a direção do imperador do lumpemproletariado e do judeu Fould. A bolsa, o banco, os caminhos de ferro, os bancos de hipoteca e estabelecimentos de todos os gêneros enriquecendo a boa gente à custa dos outros. Vê-se repetir o regime dos últimos dias de Luís Felipe, mas desta vez em composição com toda sorte de obscenidade e sem as feições salvadoras do império e da restauração. (Carta a Engels de 12 de outubro de 1853)

A respeito de um dos mais célebres empreendimentos financeiros do período, o *Crédit Mobilier*, uma sociedade por ações, Marx dizia que a associação mostrava, sob o capitalismo, uma potência insuspeitada, mas que também sempre seria necessário lembrar que quem se agrupava nestas sociedades eram capitais, não indivíduos. Chamando ironicamente a atenção para o “socialismo imperial” (escudado por Luís Bonaparte e gerenciado por homens como os irmãos Péreire), Marx destacava seu caráter econômico novo, resultado da combinação de sociedades anônimas com a atividade industrial. A acelerada concentração de capitais, para além da ruína da pequena burguesia, criava “reis da indústria cuja força se acha em razão inversa à sua responsabilidade, pois só respondem na quantia de suas ações e, em troca, dispõem de todo o capital da sociedade” (CM3, p. 177). Criticava, ainda, a inversão de capitais (advindos de um número gigantesco de sociedades industriais) não na produção, mas apenas com fins especulativos. Analisando as operações do banco, concluía por sua corrupção e necessária inviabilização, sem possibilidade de escapulida, diante da qual (a depender da situação em que se daria) “Luís Bonaparte, o socialista imperial, tratará de se apoderar da indústria francesa, convertendo em obrigações do estado os títulos de dívida do *Crédit mobilier*” (CM3, p. 179).

Marx previu desde cedo que os parâmetros em que atuava o *Crédit Mobilier* eram insustentáveis e que uma crise financeira estaria próxima. Esta eclodiu em 1856, parecendo-lhe até que seria decisiva – quiçá definitiva – para o sistema capitalista. Salientava que “a situação interior, financeira e política do ‘baixo império’ havia chegado a um ponto crítico, no qual só uma guerra exterior poderia prolongar a dominação do golpe de força na França e, portanto, o reino da contra-revolução na Europa”. Neste contexto, as investidas no estrangeiro tinham como fito perpetuar a dominação bonapartista na França, estender suas fronteiras naturais e, finalmente,

entre outros objetivos, “forçar os povos a se esforçar numa guerra da contra-revolução legítima contra a contra-revolução ilegítima” (*Apud* Rubel, 2002, p. 420).

Com seu estilo peculiar, Marx ironizava na analogia entre o maior general francês e seu sobrinho desprovido de adjetivos. Assim se referia a Luís Bonaparte e a sua motivação para deflagrar o que seria a Guerra da Criméia:

Ele, que portava um nome cujo sentido é tirania e carnificina; ele que, pelo eco de uma glória passada, tinha monopolizado a imaginação das massas francesas – ele sabia muito bem que, para preservar seu prestígio, o batismo de sangue e a consagração de sucessos militares lhe eram absolutamente necessários. Desde logo, para ele, era indispensável conduzir a guerra contra qualquer uma das duas potências que tinham provocado a desgraça de seu tio. Borodino e Waterloo deviam ser vingadas, e as glórias de antanho, igualadas. Luís Napoleão era astucioso o bastante para compreender que a guerra deve sempre ser mais ou menos popular para uma nação onde os instintos são essencialmente militares (*Apud* Rubel, 2002, pp. 345-6).

Marx caracterizava da seguinte forma a estratégia e os generais bonapartistas condutores da Guerra:

Fanfarronadas acompanhadas de ações minúsculas, preparativos enormes e resultados insignificantes; uma prudência que beira o medo e alterna com a temeridade que engendra a ignorância; generais mais que medíocres, associados a tropas de uma coragem extraordinária; faltas quase buscadas, depois vitórias conseguidas graças a mal-entendidos; exércitos arruinados pela negligência e salvos pelo azar mais estranho – um imenso tecido de contradições e de incoseqüências. (*Apud* Rubel, 2002, p. 338)

Em 1854, ainda falando da instabilidade européia prévia à Guerra da Criméia, expressava sua crença na possibilidade de intervenção de uma “sexta força” – a revolução proletária, que alteraria todos os cálculos a respeito do equilíbrio de poderes e poria em xeque todas as velhas potências européias com seu *élan* juvenil (Rubel, 2002, p. 326). De fato, Marx acreditava que o estouro de uma guerra, àquela altura, teria conseqüências revolucionárias imprevistas. Quando começou aquela “guerra inexplicável”, ainda no mesmo ano, criticaram a estratégia bonapartista, salientando sua enorme diferença em relação ao grande Napoleão: no tocante às alianças, este as fazia de forma que suas tropas estivessem sempre próximas do centro operacional, enquanto Bonaparte as levava para longe; no que pertine à ocupação, enquanto o tio tomava como vencedor as capitais dos países da Europa moderna, o sobrinho se contentava em ocupar países de segunda ordem, da Europa

antiga, e pôr suas tropas em becos sem saída. Marx ironizava, em algumas ocasiões, o fato de este agir (forçosa ou equivocadamente) na direção oposta do modelo que imitava. “Um era o triunfo de uma verdadeira revolução, porque ele era o único capaz de realizá-la, o outro, vencedor da reminiscência de uma época revolucionária passada, porque portava o nome deste homem único e era ele mesmo apenas uma reminiscência” (*apud* Rubel, 2002, p. 332).

No ano seguinte, Marx se pronunciava reiterando a convicção de que a Guerra, que coincidia com uma crise comercial, tomaria dimensões européias e recolocaria o proletariado na mesma posição que havia perdido em 1848 (Rubel, 2002, p. 335). Analisando sinais de fraude militar (mudanças no alto comando, eliminação dos generais bonapartistas e outras), Marx previa que Changarnier, Lamoricière ou Cavaignac logo seriam convocados – o que significaria o fim do bonapartismo. De fato, Bonaparte, temeroso dos efeitos do confronto, havia tido de rebaixar suas ambições militares, passando a levar uma guerra localizada com fins limitados.

Para Marx, diferentemente do que era apregoado, aquela Guerra viera não para suprimir, mas para consolidar o Tratado de Viena: “se, por uma inexorável fatalidade, o bonapartismo deva se identificar finalmente com um empreendimento militar, seu papel não é de forma alguma emancipar pela guerra a França deste tratado, mas de sujeitar a ele a Turquia” (*apud* Rubel, 2002, p. 337).

Novamente no início de 1858 Marx avaliava que o fim do bonapartismo estava próximo.

O segredo da ascensão de Bonaparte deve ser procurado de uma parte na prostração comum aos partidos antagonistas e de outra parte na coincidência do *coup d'État* com a prosperidade do comércio mundial. Eis porque a crise comercial necessariamente solapou a base material do império que não foi nunca beneficiado por uma base moral qualquer, senão pela desmoralização momentânea das classes e dos partidos (*apud* Rubel, 2002, p. 361).

A classe média sacrificou sua liberdade e seu poder políticos à conservação de seus capitais,

Declarou-se ela mesma politicamente minoritária, inapta a gerir os negócios da nação, e se submeteu ao despotismo militar e burocrático. É então que se pode assistir à extensão espasmódica de manufaturas, de minas, de caminhos de ferro e da navegação a vapor. /.../ em tudo isso a classe média se esforçava por compensar suas falhas políticas pelas vitórias industriais, sua impotência coletiva pela riqueza individual. (*Apud* Rubel, 2002, p. 381)

Este mesmo movimento que fazia crescer sua riqueza, todavia, reforçava seu poder social e a impulsionava a querer fazer valer seus próprios interesses. Seus grilhões políticos começavam a atormentá-la, o círculo continuava: tinha – trabalho de Sísifo – de ser permanentemente combatida. O ano de 1858 era o momento em que a França começava a sentir os efeitos desta mudança, passando da letargia a uma oposição ativa:

O movimento atual na Europa é o resultado e a expressão naturais deste sentimento, a que se ajunta que esta classe retoma a confiança em seu próprio poder sobre os operários, conquistado ao curso de dez anos de atividade industrial. (*Apud* Rubel, 2002, p. 381)

Junto com uma grande parte das classes médias dos setores industrial e comercial encurraladas pela crise, os trabalhadores, oprimidos pelo desemprego, reafirmavam sua hostilidade em relação ao governo. Era, segundo Marx, uma repetição da situação que impeliu Luís Bonaparte a precipitar seu golpe de estado. Desta forma, “com a desaparecimento da prosperidade material e da indiferença política que a acompanha, todo o pretexto para prolongar a existência do segundo império desaparece” (*apud* Rubel, 2002, p. 366). Estava, ainda, convicto acerca da iminência de uma revolução, possivelmente socialista, na Europa. Perguntava-se, entretanto, se não seria derrotada, tendo em vista que em grande parte a sociedade burguesa ainda estava em ascensão.

Em 1859, denunciava a aliança do bonapartismo e do czarismo contra a Áustria, evocava a carreira de aventureiro de Luís Bonaparte (cujo sucesso se devia às classes e camadas sociais reacionárias) e concluía que a máscara bonapartista havia caído e que os que pensavam se servir dele agora percebiam que lhe deviam obediência (Rubel, 2002, p. 390). Marx ainda fazia uma análise de conjuntura, de que resultava o seguinte quadro: pressão do governo sobre os bancos, um fisco implacável no campo, larga diferença entre o orçamento previsto e o real, dívidas se alastrando pelas municipalidades, influência dos problemas orientais nas questões financeiras do estado e perigosa utilização por este do papel-moeda, desmoralização do exército – problemas sociais que eram um impulso imediato, ao contrário dos apelos e manifestos dos Louis Blancs e Ledru-Rollins (Carta a Lassalle de 4 de fevereiro de 1859, pp. 109-10).

Chamava a atenção para o temor acerca da situação italiana, a desastrosa situação do segundo império (que impossibilitava o sustento do exército), ao declínio

generalizado da popularidade de Bonaparte (de que eram uma das causas os reveses diplomáticos que colecionava) e ao estímulo que os russos davam ao imperador. Neste momento, identificava Bonaparte como cheio de dúvidas, como todo jogador; se as massas estavam indiferentes, os industriais, comerciantes, financistas e a padralhada faziam-lhe objeções sérias e diretas. Assim, mesmo diante de perspectivas pouco brilhantes, ele provavelmente optaria por uma guerra. Esta “terá certamente conseqüências graves e, definitivamente, revolucionárias. Mas no fim das contas ela ajudará o bonapartismo na França”, fará recuar os movimentos inglês e russo, despertará o chauvinismo na Alemanha. “Seu efeito será então, sob meu ponto de vista, essencialmente contra-revolucionário” (Carta a Lassalle de 4 de fevereiro de 1859, pp. 109-11).

Anos depois, voltaria a se pronunciar sobre o bonapartismo em carta a um jornal. Questionando insinuação de Moses Hess de que a Internacional se havia aproximado de certos grupos bonapartistas, Marx assegurava “que o proletariado parisiense é sempre inconciliavelmente hostil ao bonapartismo sob seus dois aspectos: as Tulherias e o Palais-Royal⁸⁶, e que ele não teve nem por um instante a idéia de vender sua honra histórica (não se poderia dizer antes ‘seu direito da primogenitura histórica como portador da revolução?’) por um prato de lentilhas”. Os operários alemães, recomendava, deveriam adotar procedimento semelhante (Carta de Marx e Engels à Redação do *Social-Demokrat* de 6 de fevereiro de 1865, p. 156).

Em fins de 1865, Marx acreditou ter visto em Bismarck um rival do imperador, o que era, no seu entender, um sinal de declínio de Napoleão III. Em meados de 1866, considerava inescapável uma guerra com a Prússia: achava que a posição de Bonaparte estava “minada por todos os lados. Mas a guerra daria a ele um novo prazo de vida” (Carta a Kugelmann de 6 abril de 1866). Criticava os proudhonianos por aparentemente acreditarem que a Europa deveria se manter inerte aguardando os franceses suprimirem a miséria da ignorância com o apoio da ciência social. Marx escrevia a Engels que, a não ser um imprevisto erro dos prussianos conduzisse à revolução, “nada poderia ser preferível a sua vitória total” (Carta a Engels de 7 de junho de 1866, p. 170)

⁸⁶ Referência ao príncipe Napoléon-Charles-Paul Joseph Bonaparte, ou simplesmente Plonplon, primo de Luís Bonaparte, residente no Palais-Royal e líder de um grupo de bonapartistas cimentado numa vasta demagogia social e numa suposta oposição ao regime de Napoleão III (que residia nas Tulherias).

Em 1869, ele dizia que “Na França, as coisas vão indo bem, até agora. Por um lado, os superados e demagógicos vociferadores democráticos de todos os matizes estão se comprometendo. Por outro lado, Bonaparte esta sendo arrastado a um caminho de concessões, no qual certamente quebrará o pescoço” (Carta a Kugelmann de 29 de novembro de 1869, p. 255).

Marx acreditava firmemente que o fim próximo do bonapartismo coincidiria com a unificação da Alemanha imposta por Bismarck. Concordava com o raciocínio de Engels, em correspondência, muito semelhante ao exposto acima: Napoleão III forçava a Alemanha a lhe fazer uma guerra vital para sua existência nacional. Uma vitória francesa consolidaria o bonapartismo e inviabilizaria qualquer movimento operário independente na Alemanha, que se dedicaria totalmente à unificação. Em contrapartida, uma vitória alemã decretaria o fim do bonapartismo, a unidade alemã e a organização operária em nível nacional, libertando os operários franceses do chauvinismo e do bonapartismo (Carta de Engels a Marx de 17 agosto de 1870).

Já no início dos anos 70, Marx ironizava a existência de um “bonapartismo liberal” que fora obrigado a mostrar sua verdadeira face com a repressão às manifestações operárias de oposição ao regime. Falando a respeito do plebiscito proposto – e vencido – por Bonaparte (que submetia à aprovação popular as alterações constitucionais efetuadas desde 1860), dizia que aquele era o “golpe de misericórdia” no bonapartismo: “Em vista do grande número dos que votaram pelo *império com a frase constitucional*, Boustrapa crê poder restaurar sem cerimônia o *império sem frase, quer dizer, o regime de dezembro*” (Carta a Engels de 18 de maio de 1870).

Com o fim da Guerra Franco-Prussiana e o conseqüente desaparecimento do bonapartismo francês, o tema praticamente deixaria de freqüentar os textos marxianos. Uma das últimas manifestações a respeito que encontramos reportava-se à corrupção e ao jogo de interesses escusos entre Bonaparte e um grupo da burguesia:

O sistema inaugurado na França por Luís Felipe e que consistia em entregar as ferrovias a um pequeno grupo da aristocracia financeira, em outorgar-lhes títulos de posse a longo termo, em lhes garantir lucros sobre os fundos do estado etc. etc. foi levado até seu limite extremo por Luís Bonaparte, cujo *régime* era, com efeito, essencialmente baseado no tráfico de concessões ferroviárias às quais se ajuntavam, às vezes graciosamente, o presente dos aquedutos etc. (Carta a Danielson de 10 de abril de 1879, p. 316).

Quanto ao bonapartismo, nós o reencontraremos em Engels, a propósito da era Bismarck, que se discutirá em capítulo específico.

2.3 O COMPLEXO CATEGORIAL DO BONAPARTISMO

Dada a sua importância, houvemos por bem expor em tópico separado aqueles que Marx identificou como sendo os principais traços do bonapartismo. Trata-se, em verdade, de sínteses de suas considerações acerca dos acontecimentos históricos do período, abstrações razoáveis nas quais apreende os lineamentos básicos deste fenômeno histórico, centro de nossas análises.

Há que atender primeiramente para o fato de que, segundo Marx, a república burguesa não havia sido transformada num monstro com o golpe de Bonaparte, mas apenas assumia sua verdadeira fisionomia: “A república não perdeu senão a aparência de respeitabilidade. A França de hoje já estava contida, em sua forma completa, na república parlamentar.” (18BLB, p. 111) Aqueles acontecimentos apenas deixavam claro que

em países de velha civilização, com uma estrutura de classes desenvolvida, com condições modernas de produção, e com uma consciência intelectual na qual todas as idéias tradicionais se dissolveram pelo trabalho de séculos – a república significava geralmente apenas a forma política da revolução da sociedade burguesa e não sua forma conservadora de vida (18BLB, p. 26).

A diferença atitudinal é que, se sob a república parlamentar a nação já tomara como sua vontade a lei da classe dominante, renunciava agora até a ter vontade própria e se submetia à autoridade executiva. Marx salientava que, diferentemente do parlamento, o poder executivo expressa a heteronomia de uma nação.

A França, portanto, parece ter escapado ao despotismo de uma classe apenas para cair sob o despotismo de um indivíduo, e, o que é ainda pior, sob a autoridade de um indivíduo sem autoridade. A luta parece resolver-se de tal maneira que todas as classes, igualmente impotentes e igualmente mudas, caem de joelhos diante da culatra do fuzil. (18BLB, p. 113)

A revolução, entretanto, era mais profunda do que aparecia então – atuava tal qual uma “velha toupeira”. Iniciou seu trabalho “aperfeiçoando o poder do parlamento, a fim de poder derrubá-lo. Uma vez conseguido isso, aperfeiçoa o poder executivo, o reduz a sua expressão mais pura”, aguça suas contradições internas,

aplica todas as energias na sua destruição (18BLB, p. 113). Estava, portanto, apenas na segunda metade de um trabalho preliminar.

Qual a origem daquela “imensa organização burocrática e militar” que constituía o poder executivo e seu exército de parasitas? Surgiu do – e apressou o – declínio do sistema feudal, ainda na era da monarquia absoluta. Apropriou-se de elementos daquela antiga situação, transmutando-os tanto quanto necessário aos seus próprios interesses: os privilégios senhoriais viraram atributos do poder do estado, os dignitários feudais passaram a ser funcionários pagos e a miríade de antagônicos poderes absolutos medievais foi reorganizada por um poder estatal centralizado. No processo de construção da nação unificada, a Revolução Francesa de 1789 daria andamento à tarefa que a monarquia absoluta iniciara: a centralização, o âmbito, os atributos e os agentes do poder governamental. Napoleão aperfeiçoou este aparelho e as monarquias francesas do século XIX apenas dividiram melhor as tarefas, para fazer face à maior divisão do trabalho dentro da sociedade burguesa, de que derivavam novos interesses a ser administrados pelo estado. Neste processo,

Todo interesse comum (*gemeinsame*) era imediatamente cortado da sociedade, contraposto a ela como um interesse superior, geral (*allgemeins*), retirado da atividade dos próprios membros da sociedade e transformado em objeto da atividade do governo, desde a ponte, o edifício da escola e a propriedade comunal de uma aldeia, até as estradas de ferro, a riqueza nacional e as universidades da França. (18BLB, p. 114)

Por fim, com o fito de abalroar a revolução, a república parlamentar contribuiu com medidas repressivas e com recursos para a centralização do poder governamental. “Todas as revoluções aperfeiçoaram essa máquina, ao invés de destruí-la. Os partidos que disputavam o poder encaravam a posse dessa imensa estrutura do estado como o principal espólio do vencedor.” (18BLB, p. 114)

Em outros momentos, a burocracia havia sido um meio para facilitar a chegada da burguesia ao poder; desde a Restauração, tornara-se instrumento da classe dominante, mas “Unicamente sob o segundo Bonaparte o estado parece tornar-se completamente autônomo. A máquina do estado consolidou a tal ponto a sua posição em face da sociedade civil que lhe basta ter à frente o chefe da Sociedade de 10 de Dezembro” (18BLB, p. 114).

Além de valer-se da burocracia, a burguesia assombrada pelo fantasma vermelho não hesitou em convocar os soldados armados para adjurá-lo, mesmo que, para isto, tivesse de abdicar de seus próprios poderes espirituais.

Em 1858 – ano em que um atentado contra a vida do imperador desencadeou o imediato terror militar –, discutindo bibliografia da época segundo a qual o exército havia dominado a vida francesa desde a Revolução, Marx assim se pronunciava:

São certamente classes diferentes que reinaram sob o império, a restauração, Luís Felipe e a república de 1848. Sob o primeiro, predominava o *campesinato*, fruto da revolução de 1789; sob a segunda, a *grande propriedade fundiária*; sob a terceira, a *burguesia*; e a última, não conforme as intenções de seus fundadores, mas de fato, revela-se uma tentativa abortada de repartir o poder em partes iguais entre os homens da monarquia legítima e os homens da monarquia de julho. Todavia, todos esses regimes se apoiavam igualmente no exército. (Apud Rubel, 2002, pp. 363-4)

Lembrava, a seguir, que a própria constituição de 1848 fora confeccionada sob estado de sítio; que a república fora personificada no general Cavaignac e salva pelo exército duas vezes (em junho de 1848 e um ano depois), até ser abandonada por esta força em 1851. Há que atender, porém, para a especificidade do governo Bonaparte:

se no passado, a classe dominante, cujo poder correspondia a um desenvolvimento específico da sociedade francesa, apoiava-se em última instância no exército, o interesse social específico predominava sempre. Sob o segundo império, o que predomina é o interesse do exército, que não tem mais por tarefa manter a supremacia de uma parte da nação sobre a outra: ele é chamado a manter sua própria dominação personificada pela sua própria dinastia sobre o povo francês em seu conjunto. Ele deve representar o *estado* em seu antagonismo com a *sociedade*. (Apud Rubel, 2002, p. 364)

O bonapartismo é a forma plena, absoluta, da separação e oposição entre estado e sociedade civil. Ou seja, leva às últimas consequências a tendência de autonomia do estado inerente a esta instituição, de que o exército faz parte. O recurso à força armada contra a sociedade, sempre latente, é radicalizado em momentos de aguda crise social. O domínio do sabre se estende a todos.

“E, não obstante, o poder estatal não está suspenso no ar. Bonaparte representa uma classe, e justamente a classe mais numerosa da sociedade francesa, os pequenos (*Parzellen*) camponeses.” (18BLB, p. 115) Aquele Bonaparte golpista era justamente o eleito do campesinato, e o 2 de dezembro de 1851 consumou a eleição de 10 de dezembro de 1848.

O próprio Bonaparte se pretendia, porém, um árbitro. Considerava-se representante dos interesses dos camponeses e do povo perante a burguesia, visando à melhoria de sua situação no interior da sociedade burguesa – donde, diligências próximas ao que pregavam os “verdadeiros socialistas”. O “pestilento” regime

bonapartista (2MCGA, p. 61) propalava ter o apoio dos camponeses, ao tempo que salvaria a classe operária do despotismo da burguesia com a demolição da república parlamentar, tão descaradamente sujeita às classes possuidoras; a estas, assegurava que manteria sua soberania econômica, salvando-a da “supremacia vermelha”. “Ademais, achava-se pessoalmente obrigado a saldar suas próprias dívidas e as da respeitável chusma da sociedade 10 de dezembro /.../ se via obrigado ao mesmo tempo como saqueador e como benfeitor patriarcal de todas as classes” (CM2, p. 170), as quais prometia unificar nas conquistas e na “glória nacional” (GCF, p. 80).

De acordo com Marx, porém, a posição que mais prezava era, entretanto, a de representante do lumpemproletariado, cujo objetivo ingente era granjear benefícios para si e sua súcia, independentemente da maneira. Assim, ansiava pelo engrandecimento dos negócios da classe média, e a indústria e o comércio podiam encontrar abrigo e proteção no seio do governo; mas, ao mesmo tempo, o lumpemproletariado bonapartista deveria enriquecer. A grande questão que se lhe apresentava era a melhor maneira de roubar a França para presentear a França – evidentemente, embolsando algum. O mais extraordinário é que se fizesse tudo isto como pretexto para salvar a propriedade privada do socialismo (CM2, pp. 169ss).

Poder executivo autonomizado, este se arvorava guardião da ordem burguesa, calçada na classe média, a quem dirigiu suas primeiras medidas. Mas seu poder só existia porque havia destruído o poder político desta mesma classe média, que era, portanto, seu adversário político e literário. Proteger o poder material desta implicaria o reaparecimento de seu poder político, que deveria continuar a ser combatido; isso só poderia gerar curtos-circuitos, dada a inter-relação entre ambos os tipos de poder.

Com tudo isso, o trato bonapartista com as classes sociais só poderia ser contraditório e acabaria unificando-as todas contra si. Onde também a “insegurança prática constitui um contraste altamente cômico com o estilo imperioso e categórico de seus decretos governamentais, estilo copiado fielmente do tio” (18BLB, p. 124). Marx desfiou, então, uma série de contraditórias medidas tomadas por Bonaparte, muitas das quais objetivavam corrigir efeitos de diligências anteriores, que haviam atingido o interesse de alguém que queria como aliado: especuladores da bolsa, proprietários de concessões ferroviárias, sistema financeiro, classe média, associações operárias, camponeses. “Bonaparte gostaria de aparecer como o benfeitor patriarcal de todas as classes. Mas não pode dar a uma classe sem tirar de outra.” (18BLB, p.

125) Vendo-se compelido a tal pelas exigências contraditórias de sua situação e obrigado a chamar a si a sociedade por meio de um microgolpe de estado diário,

Bonaparte lança a confusão em toda a economia burguesa, viola tudo que parecia inviolável à Revolução de 1848, torna alguns tolerantes em face da revolução, outros desejosos de revolução, e produz uma verdadeira anarquia em nome da ordem, ao mesmo tempo em que despoja de seu halo toda a máquina do estado, profana-a e torna-a ao mesmo tempo desprezível e ridícula. (18BLB, p. 126)

Bonaparte, porém, não poderia ser totalmente responsabilizado pela decadente situação. Marx já havia manifestado, n'*A ideologia alemã*, que

A independência do estado só se dá, hoje em dia, naqueles países em que os estamentos ainda não se tenham desenvolvido totalmente até se converter em classes, onde ainda desempenham certo papel os estamentos, eliminados já nos países mais avançados, onde existe certa mescla e onde, portanto, nenhuma parte da população pode chegar a dominar sobre as demais (IA, p. 72).

Apenas assumia a miséria do momento. De fato, o bonapartismo, assegurava Marx, “era a única forma de governo possível, num momento em que a burguesia já havia perdido a capacidade para governar o país e a classe operária ainda não a havia adquirido” (GCF, p. 80). Não à-toa, o golpe e o governo foram aclamados generalizadamente como a salvação da sociedade. Sob o tácio bonapartista, “a sociedade burguesa, livre de preocupações políticas, atingiu um desenvolvimento que nem ela mesma esperava. Sua indústria e seu comércio adquiriram proporções gigantescas; a especulação financeira realizou orgias cosmopolitas”. Como contraste a esta “ultrajante ostentação de um luxo suntuoso, falso e vil”, a miséria das massas (GCF, p. 80).

Neste mister desenvolvimentista, entre outros malefícios, o segundo império mais que dobrou a dívida nacional, impingindo às municipalidades dívidas gravosíssimas (GCF, p. 71). Entretanto, sob sua égide, as finanças internacionais puderam angariar vultosos lucros, no que Marx qualificou como o “jubileu da trapaça cosmopolita” (GCF, p. 87). De fato, Marx destacava a “febre da especulação financeira” por que passou a França no período, que não tinha paralelo nem mesmo na Monarquia de Julho. Para ele, operações financeiras, manobras na bolsa e especulação bancária no reinado de Luís Felipe não eram senão “brincadeiras de criança” diante do que se fazia na França depois de 1852. Para Marx, a França parecia ter encontrado uma forma bastante eficaz de propagar a escroqueria, mercê dos

“refinamentos gauleses do saint-simonismo, da *stock-jobbery* e do imperialismo” (*apud* Rubel, 2002, p. 350). A mais poderosa e sólida instituição da França tornou-se, sob o bonapartismo, o suborno – de que, é claro, alguma porcentagem sempre era apropriada pelo líder e membros da Sociedade 10 de Dezembro. Já se havia qualificado o confisco da casa de Orléans como “*le premier vol de l’aigle*”⁸⁷. Não poderia ser diferente o governo dos “patifes da Sociedade 10 de Dezembro”, como Marx os chamava.

O sistema fraudulento não poderia se transformar em sistema financeiro prosaico senão nas condições seguintes: suprimir a *corrupção* como meio de governo em geral; colocar o exército e a frota aos pés da paz e por consequência *renunciar ao caráter napoleônico do regime atual*; enfim abandonar completamente o plano até aqui seguido de ligar ao regime estabelecido uma parte da classe média e do proletariado urbano, por meio de grandes trabalhos e outras obras públicas. (*Apud* Rubel, 2002, p. 427)

No que toca à política exterior de Bonaparte, pode-se destacar, a título de ilustração, que ele, denunciado como principal mercador de escravos da Europa, não se vexou de valer-se do pretexto da livre imigração de negros nas colônias francesas para levar adiante seu próspero negócio. Como Marx comentou em setembro de 1870, Luís Bonaparte “usurpou o poder explorando a guerra de classes na França e o perpetuou mediante guerras periódicas no exterior”, tendo sido sustentado, também, pela “profunda ignorância nas regiões rurais” (1MCGA, p. 53). Avaliava que a política exterior bonapartista estava “orientada para objetivos criminosos”, punha “em jogo preconceitos nacionais e dilapida em guerras de rapina o sangue e as riquezas do povo” (1MCGA, p. 52).

Luís Napoleão era astucioso o bastante para compreender que a guerra deve sempre ser mais ou menos popular para uma nação onde os instintos são essencialmente militares, uma nação para a qual – gaulesa ou francesa – o combate foi durante muitos séculos a condição normal. (*Apud* Rubel, 2002, pp. 345-6)

Todo este conteúdo ignóbil é resultado da situação histórica e das lutas de classes, no decorrer das quais a burguesia instituíra seu poder e passara a lutar para conservá-lo. Em tal situação, não poderia mais se valer de formas de governo a seu talante, já que a segurança e a ordem eram seus principais anseios. Marx sublinhava que

⁸⁷ A frase, bastante difundida à época, tem sentido duplo: pode significar “o primeiro vôo” como “o primeiro furto” da águia, símbolo da dinastia Bonaparte.

O imperialismo é a forma mais prostituída e, ao mesmo tempo, a última forma daquele poder estatal que a sociedade burguesa nascente havia começado a criar como meio para emancipar-se do feudalismo e que a sociedade burguesa adulta acabou transformando em um meio para a escravização do trabalho pelo capital (GCF, p. 80).

Salientava nas relações exteriores seu aspecto extremamente belicoso. “Boustrapa” era, contudo, desprovido das capacidades estratégicas e das possibilidades históricas de seu ídolo Napoleão Bonaparte, enredando-se em situações vexatórias a este respeito, como já aludimos. Marx comparava sua pretensiosa estratégia militar à “mediocridade” da administração interna. De toda forma, os efeitos eram bastante nefastos, mas poderiam contribuir para abrir uma brecha na qual o proletariado revolucionário faria intervir seus desígnios.

De toda esta análise de Marx sobre o bonapartismo, destaca-se, em primeiro lugar, o caráter da dominação burguesa republicana. Longe de ser um espaço imparcial, a república era a forma de governo que permitia submeter os interesses particulares dos burgueses e de todas as outras classes à burguesia, como já vimos.

Também ressalta o interregno de luta entre as facções burguesas e entre algumas destas e o presidente. Neste processo, o medo da luta de classes levou a burguesia a eliminar, paulatina e irremediavelmente, o próprio poder parlamentar e aumentar *pari passu* o poder de Bonaparte. O parlamento foi desdito, emparedado, humilhado, extorquido e, por fim, desfeito.

O partido social-democrata também foi responsável pelo processo que culminaria com seu próprio destroço e com o golpe, em face dos erros cometidos. Avaliações incorretas da situação, atuação inconsistente, fraseologias, dubiedades e tibieza fizeram parte de suas características.

De sua parte, a partir do momento em que se acreditou suficientemente potente para levar a cabo seu prístino anseio dinástico, Bonaparte se desfez da aparência submissa e passou a enfrentar sem arestas a assembléia. Podia arrostá-la porque tinha detrás de si uma grande massa que a odiava pelos motivos mais díspares. A república burguesa havia mostrado às claras, sem pejo e até com algum orgulho, suas proezas de alcova e poucos ainda a viam como cândida e imaculada. Estéril, hipócrita, mesquinha, reacionária e repressora, morreu de morte morrida; Bonaparte apenas lhe atestou o óbito.

No embate com o presidente, a assembléia primeiro repeliu o exército – com o que demonstrava sua incapacidade para governar – e o deixou à disposição de

Bonaparte, depois o convocou em seu socorro, conferindo-lhe uma pretensa potência moderadora. Acabou sendo submetida ao poder que ela mesma lhe concedera. Já o presidente tinha amealhado partidários, se não por sua extrema capacidade de liderança, pelo fato de deter nas mãos o poder executivo, ao qual se relacionavam inúmeros interesses. Não satisfeito, Bonaparte ainda labutou por conquistar inúmeras parcelas da sociedade, entre as quais a soldadesca, empregando para tanto meios tão ou mais indecorosos que os da assembléia e lançando mão de sequazes originados das classes sociais mais baixas.

De fora do parlamento, a burguesia, em descompasso com a parte de seus representantes (os republicanos) que ainda defendia a democracia, já pedia de longa data um governo forte. Em poucas palavras, o regime de dominação política direta pela burguesia inviabilizava sua segurança e ela queria libertar-se destas preocupações. Era-lhe bastante claro que o exercício direto do poder político só lhe trazia dissabores e perturbava seus negócios e ela gostaria de substituir sua impotência coletiva por uma individualidade marcante. Inúmeras frações burguesas tinham interesses nas ações do estado e com este mantinham relações. Ansiavam, pois, pela estabilidade do poder público; cederam seu poder ao domínio simples e impudico da força e puseram toda a sociedade emudecida e de joelhos. Nada surpreendente: o burguês típico, assegurava Marx, está sempre disposto a imolar o interesse geral de sua classe no altar de seus interesses particulares.

A burguesia atuou conscientemente no sentido de robustecer o flácido Bonaparte e instilar-lhe ânimo golpista. Desconsentindo até da mera possibilidade de um governo operário, levou ao poder um príncipe lumpemproletário. Devido à atuação burguesa em largo período de tempo, o 2 de dezembro se tornou necessário e inevitável. Estava esclarecido o mistério do seu surgimento. De outra parte, as classes revolucionárias descuidavam-se do destino da assembléia que tão poucas prerrogativas lhe aditara. Abandonando seu aspecto anterior, a república não mudara de natureza: tão-somente havia apenas trocado a pele da governabilidade e assumido sua feição verdadeira, já familiar ao proletariado.

As possibilidades da república podiam ser bem apreendidas, conforme Marx, pela presença ou ausência do sufrágio universal, revelador do nível e do estágio da

luta de classes no momento. Bluche⁸⁸ salienta que o bonapartismo jamais havia se enfrentado antes com eleições – durante o Consulado e o Império, a eleição não passava de um simulacro; as dos cem dias mostraram, elegendo ampla maioria opositora, o descompasso entre o bonapartismo e os escrutínios legislativos, mesmo com sufrágio restringido – tudo, pois, vinha confirmar que o sistema dava-se muito melhor com o plebiscito (1984, p. 118). Em 1848 a burguesia temia o sufrágio universal, tachava-o de agitador por pôr em risco a ordem e por emprestar a cada vitória burguesa um caráter temporário, que apenas perduraria até as próximas eleições, motivo pelo qual o aboliu. Toda vez que um direito político básico atentasse contra os princípios de segurança da burguesia ele poderia ser excluído – é o que se pode depreender daí. Ora, como se verá – e como Engels destacou posteriormente (Engels, 2005) –, Bonaparte ensinou a burguesia a usar o sufrágio universal em seu benefício. De instrumento de libertação e educação do proletariado, poderia ser transformado, nas condições propícias, em fator de opressão das massas, de forma que a burguesia não mais precisaria temê-lo. Neste mister, o bonapartismo teve papel fundamental e liminar, manipulando este direito e as massas que dele se encantaram (Losurdo, 2004). Por isso, Marx criticava Lassalle por não ter compreendido “as lições do *baixo império* na questão do sufrágio universal na França” (Carta a Schweitzer de 13 de outubro de 1868, p. 213)

Com o domínio bonapartista, de acordo com Marx, o poder executivo alcançou a máxima heteronomia em relação à nação, apresentando-se como árbitro imparcial dos conflitos da sociedade civil. Esta autonomia da máquina estatal possibilitou que um indivíduo medíocre estivesse à sua testa. Bonaparte se punha numa dupla posição: a de provedor benemérito de todas as classes (uma impossibilidade prática, tendo em vista que não se pode dar nada a uma classe sem tirar de outra) e a arbitral, de mediador entre as classes sociais (na verdade, estava a serviço de uma das classes sociais – a burguesia –, cujos interesses prevaleceram sob seu domínio). Alternava-se

⁸⁸ Ressalte-se que Frédéric Bluche qualifica o bonapartismo como “corrente fundamental da vida política francesa” e adverte que só se pode apreendê-lo “em uma pesquisa exclusivamente histórica, que rechaça as pretendidas heranças e as filiações deformadoras” (Bluche, 1984, p. 7). Esta é a base de seu trabalho: caracterizar o bonapartismo como *corrente política* exclusiva da França e diretamente ligada aos membros da família imperial Bonaparte. Rejeita, portanto, a existência do bonapartismo em outras situações que não aquelas e descarta que outras correntes políticas possam ser assim denominadas: “O bonapartismo, no sentido estrito do termo, refere-se antes de mais nada à dinastia Bonaparte e, portanto, às idéias formuladas por seus membros ou partidários. Mas os Bonaparte, que aspiraram ao poder durante longo tempo, renunciaram a ele no começo do século XX. Por conseguinte /.../, o bonapartismo como tal teve seu nascimento, sua vida e sua morte.” (Bluche, 1984, p. 7)

no cumprimento destes papéis e lhes aditava mais um, o de déspota sem disfarces, que representava em momentos de crise.

Sob o “baixo império” bonapartista, a França conheceu um inaudito desenvolvimento nos ramos da indústria e do comércio e, mais ainda, da especulação – era o “pestilento” “jubileu da trapaça cosmopolita”. Somada a tais características sua política externa agressiva, Marx concluía que era a forma mais prostituída do poder estatal e, portanto, sua *última* forma.

Neste sentido, não se pode designar o período de dominação de Napoleão Bonaparte como *bonapartista*, rigorosamente falando, como algumas vezes encontramos na bibliografia (inclusive uma menção em Engels, como veremos). Já vimos que Bonaparte alçou ao poder sob a égide da decadência burguesa e representou um retrocesso histórico. Sob Napoleão I, inversamente, a burguesia ainda estava em período ascendente e, como Marx muitas vezes enfatizou, este imperador veio consolidar a Revolução Francesa, sendo o único com capacidade para tanto. Em seus próprios termos, “*Napoleão foi a última batalha do Terror revolucionário contra a sociedade burguesa, igualmente proclamada pela Revolução, e contra a política*”:

Levou a cabo o Terror substituindo a revolução permanente pela guerra permanente. Satisfez, até à saturação, o egoísmo do nacionalismo francês, mas exigiu, por outro lado, que a burguesia sacrificasse seus negócios, os seus prazeres, a sua riqueza etc. sempre que assim o exigiam seus fins políticos /.../. Se oprimia despoticamente o liberalismo da sociedade burguesa /.../, tampouco cuidava dos interesses materiais essenciais dessa sociedade, o comércio e a indústria, cada vez que entravam em conflito com os seus interesses políticos. (SF, p. 186)

Desta forma, mesmo compreendendo que a essência do estado moderno está no desenvolvimento da sociedade burguesa – que se propusera defender –, Napoleão considerava o estado seu próprio fim e a sociedade burguesa sua subordinada, de forma que os descontentes homens de negócios foram os responsáveis pelas primeiras trincas em seu poder. “Na pessoa de Napoleão, a burguesia liberal encontrava mais uma vez erigido contra ela o Terror revolucionário” (SF, p. 186). Estes comentários são, segundo Rubel, o “julgamento definitivo” de Marx sobre Napoleão, que inclusive antecipa discussões que retornarão nos trabalhos sobre a Comuna (Rubel, 2002, p. 342).

Marx destacava, ademais, o papel revolucionário que as conquistas napoleônicas tiveram na Europa, em especial na Alemanha, espalhando os princípios revolucionários e empuxando os estados a um nível mais moderno (com a instituição, por exemplo, do Código Civil, além da importantíssima centralização administrativa). Tomemos uma citação do próprio 18 Brumário:

Napoleão, por seu lado, criou na França as condições sem as quais não seria possível desenvolver a livre concorrência, explorar a propriedade territorial dividida e utilizar as forças produtivas industriais da nação que tinham sido libertadas; além das fronteiras da França ele varreu por toda parte as instituições feudais, na medida em que isto era necessário para dar à sociedade burguesa da França um ambiente adequado e atual no continente europeu. Uma vez estabelecida a nova formação social, os colossos antediluvianos desapareceram (18BLB, p. 18).

Napoleão Bonaparte teve, neste sentido, um papel histórico *progressista*. Já o bonapartismo representou um retrocesso imenso em relação à forma de governo mais moderna que a burguesia francesa construíra no decorrer da conquista de sua hegemonia, como vimos. O bonapartismo é a *forma clássica* de supremacia da burguesia em seu período contra-revolucionário; o estado bonapartista é o representante mais autêntico da contra-revolução burguesa, símbolo da decadência e da mesquinha em que vivia a burguesia agora contra-revolucionária, a *única forma de governo possível* numa sociedade na qual a burguesia já estava em decadência, tinha perdido a iniciativa política, e o proletariado ainda não alcançara maturidade suficiente para impor sua própria pauta. A classe dos expropriadores abandonava, assim, sua história de um século de lutas e jogava seu parlamento aos chacais. A própria forma avançada de estado a que havia chegado a burguesia francesa foi atirada ao monturo da história: era sua própria segurança que estava em jogo.

Nos textos que acompanhamos, Marx evidencia como os fatos singulares e caóticos são apenas a aparência de relações essenciais, muito mais profundas, que só podem ser apreendidas a partir de uma pesquisa que respeite a natureza específica do objeto que investiga. Não se trata, obviamente, de uma postura conformista em relação ao real, senão partir de sua objetividade para compreendê-lo em suas dimensões amplas e profundas e, é claro, possibilitar uma atuação prática eficiente no sentido das transformações necessárias. Para Marx, toda teoria que, em vez de uma construção coletiva e prática, fosse produto das elucubrações de algum pensador

pretensioso e intencionasse substituir por suas construções mentais o movimento real estaria fadada ao fracasso no encontro com a efetividade.

Suas análises do período contradizem categoricamente as afirmações de seus desconhecedores, segundo os quais suas teses são deterministas e nunca apreendem a ação do indivíduo. A trilogia e os artigos e cartas de que nos valem mostram exatamente como atuam indivíduo e classes sociais na história, sob condições específicas que determinam seus limites e suas possibilidades; mas não é uma história e um indivíduo quaisquer, história de pessoas comuns vivendo sua vida cotidiana, mas personagens e acontecimentos *históricos*.

Igualmente, não se trata de um privilégio da história do presente ou, pelo contrário, de uma visão mais estruturalista. A tematização marxiana, por compreender mais profundamente a prática humana, elimina a suposta dissociação entre “estrutura” e “conjuntura”, aspectos simultâneos e inseparáveis de um mesmo processo na qualidade de sua vertente passiva e do fator ativo (práxis). De forma que também fica rejeitada, por impertinente, a suposta contradição ou desconjunção entre determinismo da estrutura e a possibilidade de atuação do homem, como expressada pelo antimarxismo e por correntes do marxismo vulgar.

Também a natureza da ideologia é abordada por Marx com uma riqueza analítica ímpar. Não se trata de atribuir meramente falsidade/verdade a um pensamento, mas de averiguar na concreção histórica esta falsidade/verdade, a necessidade que as suscitou e as funções que são chamadas a cumprir. Isto porque mesmo um pensamento falso vem a interferir no processo histórico, via ação dos sujeitos sociais que nele baseiam sua ação – o auto-engano da Montanha foi um dos seus maiores erros, como vimos, para ficar apenas em um exemplo. Como destaca Lukács, o importante para definir a natureza da ideologia é que “um estrato social veja-a (verdadeira ou falsa) como um meio adequado para combater as próprias colisões sociais /.../. sua existência social é independente também do caráter moral dos motivos utilizados na sua aplicação.” E cita, em seguida, um fragmento da *Dissertação* de Marx (“Não dominou, talvez, o antigo Moloch? Não era, talvez, o Apolo délfico uma potência real na vida dos gregos?”), acrescentando que “Moloch e Apolo podem ser definidos com ‘estupidez’ do ponto de vista gnosiológico, mas na ontologia do ser social eles figuram como potências - precisamente ideológicas - realmente operantes”. Outro exemplo citado é a “parte socialista da teoria ricardiana”, que chega a conclusões “formalmente falsas do ponto de vista

econômico”; Engels já destacara, contudo, sobre o mesmo assunto, que “uma coisa que é formalmente falsa para a economia pode, todavia, ser exata para a história universal /.../. Sob a inexatidão econômica formal pode, portanto, ocultar-se um conteúdo econômico como nunca verdadeiro.” Lukács ressalva “que a imensa maioria das ideologias se funda sobre premissas que não resistem a uma crítica gnosiológica rigorosa, especialmente se dirigida sobre um longo período de tempo”, “Mas isto significa que estamos falando da crítica da falsa consciência”. E completava que “são muitas as realizações da falsa consciência que nunca se tornaram ideologia” (Lukács, 1986, pp. XX; XXII)⁸⁹.

Na mesma direção, uma pretensa e falsa antinomia entre história efetiva e a consciência não se encontra no pensamento marxiano do período que estudamos. Objetividade e subjetividade estão entrelaçadas, cada uma atuando historicamente sob forma específica. Assim, com uma singular capacidade de apreensão e reprodução dos acontecimentos históricos, Marx clarifica particularmente como se dá a construção (histórica e social) da consciência dos seres sociais. Esta perde sua aparência de autonomia e substantividade que lhe emprestava o pensamento especulativo, mas também ganha, no mesmo movimento, especificidade, numa análise rica e multifacetada que a apreende em seu devido lugar e que está em egressão em relação ao economicismo. Há vários momentos em que esta questão se evidencia, mas talvez o melhor exemplo seja o da necessidade de se remeter a tempos passados tantas vezes aludida por Marx na análise dos eventos da época.

Para Marx, todo grande acontecimento histórico está relacionado a uma classe ou grupo social triunfante, em proveito do qual este acontecimento vem produzir um novo *statu quo*. Tal classe, deparando-se novamente com outro estágio da luta de classes, obrigada a combater pela manutenção ou retomada de seu domínio, apega-se a estes momentos privilegiados de seu próprio passado, tentando ressuscitá-los teórica e praticamente. O caráter farsesco da repetição advém justamente, conforme Assoun depreende dos textos marxianos, do fato de que “a classe pretende fazer como se nada houvesse mudado nos dados que definem a exterioridade material, enquanto, na verdade, eles são outros”. Neste sentido, aquele acontecimento de origem trágica não pode se repetir enquanto tal porque não está mais inserido no mesmo “feixe de determinações no seio do qual se inscrevia e tinha sentido”, cedendo passo a uma ocorrência ridícula, “uma realidade hipostasiada e caricatural que não faz senão

⁸⁹ Para uma discussão mais ampla da questão da ideologia, ver Vaisman (1986; 1996).

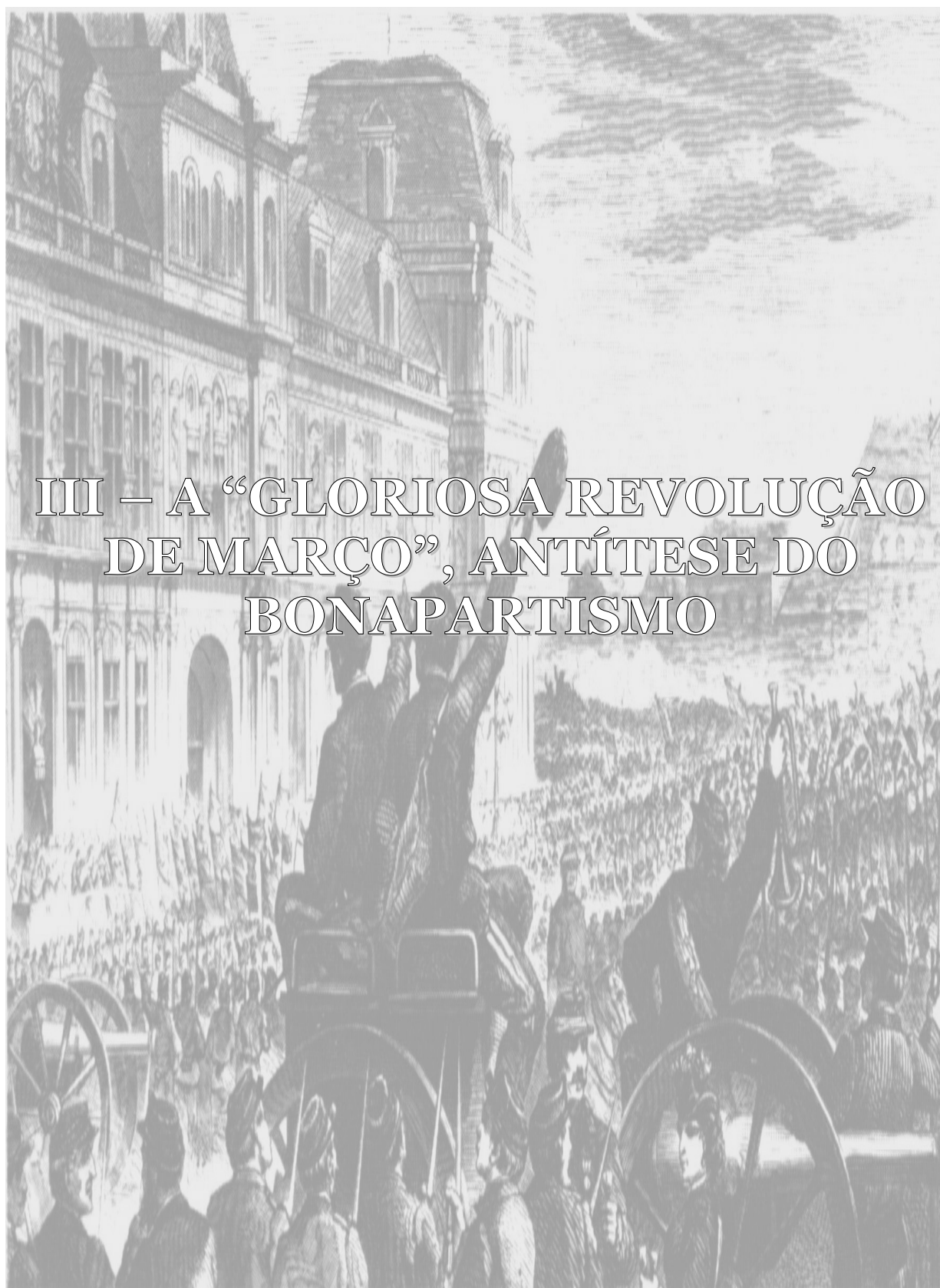
imitar a primeira”. Donde “O cômico é a consequência necessária desse esforço do passado para viver como presente: o que se justificaria com a relação de forças do momento, torna-se insignificante tão logo este se extinga” (Assoun, 1979, pp. 57-8). O progresso da história fica manifestado pela tentativa de repetição e pelo seu fracasso ou, em outros termos, “Pela repetição abortada da materialidade histórica, a consciência histórica emerge e extingue-se ao mesmo tempo. Ela revela sua determinação pela objetividade histórica fingindo violá-la” (Assoun, 1979, p. 19)⁹⁰.

No interior deste processo, as sobrevivências não são meros resíduos ou reminiscências, antes ao contrário, cumprem um papel ideológico de caráter muito atual, uma vez que suscitadas pela própria realidade histórica, visando a satisfazer a necessidades da luta social, trazidas de volta pelos próprios homens. O sujeito do trágico histórico manifesta de forma consciente uma contradição entre a necessidade histórica de sua eliminação e sua tendência à autoconservação, donde sua tragédia. Já o nascimento do cômico é a expressão da própria historicidade humana, “é ao mesmo tempo a abolição irrisória do passado e a abertura libertadora do futuro”, na medida em que o passado não tem mais o peso determinante e alienante que tinha outrora (Assoun, 1979, p. 98). Desta forma, o *retorno ao ponto de partida* não é puramente retroativo, mas tem uma função criadora, é base para criação de um novo ponto de partida, revolucionário. De fato, a análise marxiana desembocará, efetivamente, no estatuto da revolução social.

A falta de atuação do proletariado diante do golpe bonapartista é explicada historicamente por seu desbaratamento e desarticulação, mas não só. Marx também acreditava que uma resistência operária teria dado vida nova à burguesia, unificando-a contra seu inimigo comum. Por outro lado, a ruína da república parlamentar carrega em germe a vitória da revolução do agente social do trabalho estranhado. De fato, a revolução burguesa francesa, como vimos, aperfeiçoara e centralizara o

⁹⁰ Rezq, por sua vez, numa visão mais epistemológica, acredita que esta recorrência da história aos seus próprios eventos “é produto da estrutura orgânica da civilidade humana que só se transforma radicalmente, alterando a recorrência histórica, quando o fulcro do fato social se rompe pela conclusão do seu desenvolvimento como etapa sociológica, numa transformação simultânea do presente, e do passado nele embutido, rumo a um novo estágio de poder humano”. Dá-se somente quando certos acontecimentos chegaram a um nível de maturação histórico capacitado a produzir uma ruptura. “Estes elementos – como fatos da intencionalidade humana atuando sobre uma estrutura social historicamente formada – introduzem-se naturalmente na pureza do feito histórico, incorporando-se à sua materialidade. Como consequência, a pureza material do feito histórico, como acontecimento social pleno de si mesmo, transmuda-se na sua apreensão e na sua interpretação cognitiva em novo fato histórico – já que a interpretação cognitiva é, ela mesma, uma ação consciente de si, que interpenetra o ato social tornando-se, também, um dado histórico. Disto resulta a história da História” (Rezq, 2005).

parlamento para, em seguida, derrubá-lo. Chegara a vez do executivo: tratava-se de seu aprimoramento e máxima centralização; neste processo, necessariamente seriam aguçadas suas contradições, o que abriria a possibilidade histórica de sua destruição, numa atividade preliminar importantíssima. Se todas as revoluções apenas burilaram esta máquina, a revolução social do século XIX encontrava-se num grau de maturidade suficiente para destruí-la, como se veria na Comuna de Paris.



Já vimos que o bonapartismo veio suceder (e prometeu eliminar) a instabilidade da segunda república (1848-51) e o perigo da revolução social. Reproduzimos, a partir da análise de Marx, seus principais caracteres e a natureza de sua atuação social. Neste capítulo, após breve introdução, reproduziremos as tematizações de Marx sobre a Comuna de Paris. Este assunto é importante para nosso trabalho na medida em que, em primeiro lugar, o próprio Marx mostrava a Comuna como antítese do bonapartismo. Também consideramos que a análise do “assalto aos céus” de 1871 é o momento em que a politicidade é apreendida por Marx na sua forma mais completa, e bastante coerente com suas avaliações anteriores, diante do contraponto efetivo à usurpação das forças sociais que o estado representa e de que o bonapartismo é o momento acabado. Neste sentido, fecha o itinerário inicial que nos propusemos, ou seja, a compreensão da forma como aparecem a política e o estado nas obras em que Marx discute o bonapartismo.

Acompanhamos como Napoleão III direcionou sua política interna e externa. Neste capítulo, mencionaremos apenas alguns elementos necessários para a compreensão da Comuna de Paris⁹¹.

3.1 EM AMBAS AS MARGENS DO RENO: BONAPARTISMOS EM GUERRA

Marx tratou da Guerra Franco-Prussiana nos *Manifestos* que escreveu em nome da Internacional (o primeiro julho e o segundo em setembro de 1870, além do texto de abril/maio de 1871), coligidos e publicados sob o título *A guerra civil na França* (GCF). Documentos da Internacional e a correspondência também são fontes importantes para a abordagem do assunto.

No *Primeiro manifesto*, relembra que já em 1864 a Internacional, pela sua própria pena, dizia que “a emancipação da classe operária exige a sua fraternal união e colaboração”, não podendo ser realizada “com uma política exterior orientada para objetivos criminosos”, baseada em “preconceitos nacionais” e que “dilapida em guerras de rapina o sangue e as riquezas do povo” (*apud* 1MCGA, p. 52). Ademais, como complementar em correspondência, Bonaparte estava em difícil posição,

⁹¹ As informações históricas foram obtidas em: Costa (1998); Lissagaray (1991); Ponge (1996); Coggiola (2003); Duncker; Goldschmidt; Wittfogel (1939); Droz (1972).

“Mas a guerra daria a ele um novo prazo de vida” (Carta a Kugelmann de 6 abril de 1866, p. 177) .

Nos anos 1860, como já mencionamos, o império começou a enfrentar uma série de problemas de ordem econômica, o crescimento da oposição em várias frentes e uma onda de greves grassando as regiões industriais da França. Em 1862, aquele que seria seu rival, Bismarck, tornava-se primeiro-ministro da Prússia. Em 1864, enquanto se fundava em Londres a Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT), o império francês tomava medidas liberalizantes, como o fim das restrições às organizações sindicais e à greve. Ainda assim, em 1867, o segundo império entrava em seu período de crise definitiva. Contribuiu não pouco para seu fim o fracasso rotundo dos empreendimentos imperiais no México e a atitude do imperador frente aos conflitos que opunham Áustria e Prússia.

Marx retornaria ao assunto em 1868, a propósito de uma instrução a Eccarius e Lessner acerca de uma declaração pública da Internacional sobre a Guerra Franco-Prussiana. De acordo com ele, a resolução a adotar “deve simplesmente dizer que a classe operária está insuficientemente apta para jogar um peso decisivo sobre o prato da balança”, mas que a Internacional protestava em nome de toda a classe operária e condenava os fomentadores da guerra. Também deveria ficar claro “que uma guerra entre a França e a Alemanha é uma guerra intestina, ruínosa para os dois países e para toda a Europa”; a “advertência de que a guerra não é proveitosa senão para o governo russo não seria seguramente aceita pelos senhores franceses e os belgas” (Carta a Eccarius e Lessner de 10 de setembro de 1868, p. 211).

No ano seguinte, Marx avaliava que, em caso de guerra ofensiva contra a França, a Prússia deveria enviar boa parte de suas tropas para ocupar parte do território da Alemanha do Norte, que se sentia “território anexado” em relação à Prússia e onde se encontravam importantes vias de comunicação com a França; outra parte do exército deveria cuidar da região sul da Alemanha, onde as massas populares eram contrárias à Prússia e que tinha grandes fronteiras comuns com a França; e ainda outra teria de vigiar a Áustria. Marx considerava, portanto, que a preparação para a guerra demandaria pelo menos um mês e que, para fazer frente aos gauleses, suas tropas deveriam ser espalhadas, e não concentradas. Afirmava ainda que a organização dos operários alemães era melhor que a dos franceses, ademais internacional, atéia e simpática à França (Carta a Lafargue de 2 de junho de 1869, pp. 219-21). Em fins do ano, Marx considerava que “demagógicos esbravejadores

democráticos de todos os matizes estão se comprometendo” nas manifestações que faziam na França, ao mesmo tempo em que “Bonaparte está sendo arrastado a um caminho de concessões, no qual certamente quebrará o pescoço” (Carta a Kugelmann de 29 de novembro de 1869, p. 255).

Nas eleições realizadas em 1869, a oposição avançou, conquistando mais de 40% dos votos. O ano de 1870 começou com a ascensão ao poder do ministro Emile Ollivier (2 de janeiro) e com a destituição do longo prefeito Haussmann (4 de janeiro). Em março, ocorria a greve em Le Creusot. Vendo-se confrontado em inúmeras frentes, o imperador apresentou em 21 de março uma reforma constitucional e submeteu seus direitos a discussões que redundaram num senátus-consulto (5 de abril).

Napoleão III convocou para 8 de maio um plebiscito visando a instilar novo fôlego a seu governo. A votação, que punha numa mesma questão as reformas liberais e toda a política restante de Bonaparte, foi vencida pelo imperador com cerca de 7 milhões de votos. No primeiro *Manifesto* da Internacional, a propósito do plebiscito convocado pelo imperador, Marx asseverava que o poder de Bonaparte se devia à guerra interna de classes e só pôde ser mantido graças às guerras periódicas no exterior. Mesmo que a “profunda ignorância nas regiões rurais” tenha conferido ao governo mais uma vitória, dando “o sinal para o assassinato já não de um indivíduo, mas de nações inteiras” (1MCGA, p. 53), a Internacional cumpria seu dever ao deixar claro que o “sim” no plebiscito significava o apoio a tais políticas, sendo por isto perseguida. De fato, no dia 21, foi decretado o império liberal; todavia, em 30 do mesmo mês os membros da Internacional foram presos e processados, a entidade foi declarada ilegal (como manteve sua atuação, ocorreria em julho a terceira condenação da AIT).

No plano externo, o imperador não via com bons olhos o aumento do poder da Prússia. Também já havia reclamado compensações territoriais (a anexação de territórios ao oeste do Reno) por sua não intervenção na guerra com a Áustria, estendendo depois seus anseios à Bélgica e ao ducado de Luxemburgo. Diante das pressões internas, as quais acreditava minorar se trouxesse de volta os tempos de glórias e conquistas do exército francês, declarou guerra à Prússia em 19 de julho de 1870, na sequência de uma série de desentendimentos relativos à sucessão ao trono espanhol. A guerra também era de interesse de Bismarck, que acreditava desta forma

poder finalizar a unificação alemã, incorporando-lhe os estados do sul e pondo à sua frente um único líder.

Marx considerava o complô que levou à guerra com a Alemanha uma reedição do golpe de dezembro – revista e aumentada. Notava que, quando da comunicação oficial ao corpo legislativo, em 15 de julho, o conflito foi condenado a uma só voz pela oposição – que se recusou a pôr em votação o pedido de créditos preliminares; duas manifestações davam a medida da resistência: “o próprio Thiers estigmatizou a guerra como ‘detestável’; todos os jornais independentes de Paris a condenaram e, coisa estranha, a imprensa das províncias se uniu a eles quase unanimemente” (1MCGA, p. 53).

Alertava, ademais, para a hecatombe que fatalmente adviria caso os trabalhadores teutônicos permitissem que aquele enfrentamento puramente dinástico se transformasse de defesa contra a agressão bonapartista, que ninguém poderia censurar, em guerra contra o povo francês, situação na qual tanto a vitória quanto a derrota seriam trágicas. Não poderiam também admitir que seus governantes pedissem ou simplesmente aceitassem o apoio do exército do tsar. Este apostava nesta guerra, dizia Marx, como determinante para a Europa ocidental: passando a Alemanha a esbulhar territórios da França, ela poderia se tornar definitivamente instrumento para a expansão russa; a alternativa era a eclosão, no curto ou médio prazo, de uma nova guerra – não uma guerra localizada, mas uma guerra das raças latinas e eslavas coligadas. Referindo-se às chamadas guerras de independência do início daquele século, contra Napoleão, Marx lembrava como a Alemanha havia sido submetida à Rússia por longo período e advertia que, a se repetir aquela aliança, “todas as misérias que se abateram sobre a Alemanha após sua guerra de independência renascerão com redobrada intensidade” (1MCGA, p. 55).

Marx acreditava que, independentemente do resultado da Guerra Franco-Prussiana, Paris decretaria o fim do segundo império e que este seria semelhante ao nascimento: “uma paródia”. Entretanto, assinalava, há que lembrar “que foram as classes dominantes da Europa que permitiram a Luís Bonaparte representar durante 18 anos a farsa cruel do *império restaurado*” (1MCGA, p. 54). Tal responsabilidade histórica não lhes podia ser comutada. Ainda meados de 1870, criticando os preparativos para a guerra, Marx apontava que cantar a Marselhesa naquela guerra era uma paródia, como tudo no segundo império (Carta a Engels de 28 de julho de 1870, p. 239). Um mês depois, em nova correspondência destinada a Engels, após

criticar a visão de Kugelmann (que confundia guerra defensiva e operações militares defensivas), repetia que o dobre de finados do segundo império estava soando e este terminaria como uma farsa, como começou. “Poder-se-ia imaginar uma mais bela paródia da campanha de Napoleão em 1814?” E, numa manifestação que mostra a sua concordância com as formulações engelsianas sobre o segundo império, atestava: “Eu creio que nós dois somos os únicos a ter adivinhado desde o começo *toda a mediocridade* de Boustrapa e não ter visto nele senão um charlatão, sem jamais nos deixar induzir a erro pelos seus sucessos momentâneos” (Carta a Engels de 17 de agosto de 1870, p. 244).

Felizmente, afirmava, todas as manifestações filistéias e servis que se ouviam na Alemanha vinham da burguesia. “A classe operária, à exceção dos adeptos diretos de Schweitzer, não toma parte alguma. Felizmente, a guerra de classes entre os dois países, França e Alemanha, se desenvolveu ao ponto que nenhuma guerra exterior poderá fazer seriamente virar às avessas a roda da história...” (Carta a Engels de 28 de julho de 1870, p. 239).

Por outro lado, embora estivesse claro o caráter defensivo da atuação alemã, lembrava que o país fora posto naquela situação pela Prússia, a cuja testa se encontrava Bismarck. Este tinha em seu currículo conluíus com o próprio Napoleão III, cujo fanal era extirpar da Alemanha a oposição popular e anexar o país à dinastia dos Hohenzollern. Marx enxergava em Bismarck uma contradição, já que representava duas forças – convergentes, embora opostas: no papel de chefe do governo prussiano, era a encarnação das limitações e dos interesses dinásticos dos *Jünkers*; mas também representava os interesses nacionais burgueses da Alemanha. Marx dizia que era, portanto, uma força progressista e que, certamente a sua maneira, preparava o terreno para a realização dos interesses do proletariado, centralizando a economia e a política alemãs.

Em setembro de 1870, Marx assegurava (num raciocínio também expresso por Engels em textos e correspondências) que a tomada da Alsácia e da Lorena pela Alemanha não seria o meio de evitar novo confronto com a França, antes ao contrário, faria da guerra uma “*instituição européia*”, preservando o despotismo militar numa Alemanha renovada que, depois, voltar-se-ia contra a Polônia ocidental. “É o meio mais infalível de converter a futura paz num simples armistício até que a França se torne bastante forte para exigir a restituição do território perdido. É o meio mais infalível de arruinar a Alemanha e a França por uma carnificina mútua” (Carta

ao Comité Brunswichois du Parti Ouvrier Social-Démocrate Allemand, p. 244). A história mostrava que estas “garantias de paz eterna” levavam a resultados diametralmente opostos.

Chamava a atenção para o fato de que aquela guerra portava outra, entre a Rússia e a Alemanha, “*inevitável, necessária*, a menos que – a eventualidade é muito pouco provável – uma revolução não estoure neste intervalo na Rússia” (Carta ao Comité Brunswichois du Parti Ouvrier Social-Démocrate Allemand, p. 245). Isto porque o tsar “se enganava imaginando que a guerra de 1870, ao produzir o esgotamento mútuo da Alemanha e da França, se erigiria no árbitro supremo do continente ocidental” (2MCGA, p. 60). Tal possibilidade de guerra dependeria do comportamento dos alemães, vencedores do conflito atual:

Se concluírem com a França uma paz honrosa, esta guerra livrará a Europa da ditadura moscovita, dissolverá a Prússia na Alemanha, permitirá o desenvolvimento pacífico no oeste do continente e favorecerá na Rússia a detonação de uma revolução social onde os elementos não terão necessidade desta impulsão exterior para se desenvolver; uma tal guerra será proveitosa também para o povo russo. (Carta ao Comité Brunswichois du Parti Ouvrier Social-Démocrate Allemand, p. 245)

Não obstante, continuava, tal possibilidade dificilmente seria efetivada se a classe operária em coro não elevasse sua voz. Aquela guerra inaugurava uma nova era da história universal, na qual a Alemanha evidenciava poder andar por seu próprio caminho. O fato de ela começar a “adquirir sua *unidade na caserna prussiana* é uma punição bem merecida”, mas não se poderia desconsiderar que “mesmo assim o resultado foi obtido”, e era positivo:

As relações se desenvolvem ao maior grau e se simplificam. E se então a classe operária não desempenhar o papel histórico que é o seu, esta será sua falha. *Esta guerra transferiu da França para a Alemanha o centro de gravidade do movimento operário continental*. Ela confere uma maior responsabilidade à classe operária alemã. (Carta ao Comité Brunswichois du Parti Ouvrier Social-Démocrate Allemand, p. 246)

Ainda no mês de agosto, os exércitos franceses conheceram uma série de reveses. Também caiu o governo Ollivier (dia 9), discutia-se o projeto que mandava encarcerar os líderes da oposição republicana (15 e 16) e Trochu era nomeado prefeito de Paris (18). Seis semanas após seu início, o conflito que opunha França e Alemanha terminou com a derrota do exército francês na Batalha de Sedan, prisão e abdicação

de Napoleão III (2 de setembro)⁹². Tais eventos foram anunciados oficialmente em Paris no dia seguinte e a imperatriz e os monarquistas entraram em negociação para decidir a sucessão de Napoleão III.

Com Napoleão III feito prisioneiro, a população parisiense ignorou as confabulações dos republicanos burgueses e impôs a terceira república em 4 de setembro de 1870. A oposição burguesa conseguiu, contudo, instituir um Governo Provisório, dito de defesa nacional, e decretou a abolição do senado e do corpo legislativo (dia 5).

O governo de defesa nacional era presidido pelo general Trochu; dele faziam parte principalmente deputados eleitos por Paris para o último corpo legislativo. Formado majoritariamente por monarquistas e republicanos burgueses, iniciou negociações com os prussianos para obter condições de rendição que não fossem humilhantes. Entretanto, a Prússia, que inicialmente apresentava a guerra como defensiva, passou a pleitear conquistas territoriais e outras para condição para a paz.

Com o desenrolar destes fatos, Marx anotaria que a Prússia vencedora nem sequer considerou a possibilidade de contribuir para a construção de uma Alemanha livre, que pudesse se contrapor à França, então sob ferros – antes ao contrário, ao tempo que cultivava os antigos traços, incorporava a “velhacaria bonapartista” (2MCGA, p. 57), “seu despotismo verdadeiro e seu democratismo fingido, suas feitiçarias políticas e suas agiotagens, sua linguagem enfática e seus vulgares passes de magia”. Marx não deixava dúvidas quanto à caracterização do sistema alemão do período: “O regime bonapartista, que até então só havia florescido em uma margem do Reno, encontrou agora a sua réplica na outra margem. De um tal estado de coisas que podia resultar senão a *guerra*?” (1MCGA, p. 54). Meses mais tarde, reiterava a Kugelmann a identificação do governo de Bismarck com o bonapartismo: “Parece que a Alemanha não ficou satisfeita em capturar Bonaparte, seus generais e seu exército; além deles, o imperialismo, com todas as suas doenças, também aclimatou-se, ele mesmo, na terra do carvalho e da tília” (Carta a Kugelmann de 13 de dezembro de 1870, p. 280).

No *Segundo manifesto*, expressava, que as previsões acerca do exício do segundo império foram acertadas. De fato, Bonaparte caíra: *acta est fabula*⁹³.

⁹² Napoleão III continuaria prisioneiro de Bismarck até 19 de março de 1871, quando se exilou na Inglaterra.

⁹³ “A peça acaba de ser representada”: no antigo teatro romano, anunciava-se assim o fim do espetáculo. Estas foram as últimas palavras do imperador Augusto (Rónai, 1980, p. 19).

Confirmaram-se também os temores de que a Alemanha transporia os limites meramente defensivos com que inicialmente caracterizara sua entrada no conflito, quando o rei atestara que fazia a guerra contra o imperador nefando, não contra o povo francês. E ajuntava citação literal da manifestação régia:

Tendo o imperador Napoleão atacado, por terra e por mar, a nação alemã, que deseja e continua a desejar viver em paz com o povo francês, assumi o comando dos exércitos alemães para *repelir essa agressão e me vi obrigado, em face dos acontecimentos militares, a cruzar as fronteiras da França* (Guilherme II *apud* 2MCGA, p. 57).

A “camarilha militar prussiana”, entretanto, já havia decidido por outro caminho, a *guerra de conquista*. Manipulou a situação, por conseguinte, de forma a dar a entender que o próprio povo alemão instava seu monarca a transgredir a palavra empenhada – para tanto, aviou a burguesia liberal alemã.

Essa burguesia que, em suas lutas pela liberdade civil, de 1846 a 1870, dera ao mundo um espetáculo inigualado de indecisão, incapacidade e covardia, entusiasmou-se naturalmente em face da idéia de surgir na cena européia como o leão rugindo de patriotismo germânico. Reivindicou sua independência civil, fingindo obrigar o governo prussiano a aceitar o que eram, em realidade, os desígnios secretos desse mesmo governo (2MCGA, p. 58).

Para atender aos molestos objetivos do poderoso grupo militar, levantou-se alguma grita pelo retorno das províncias Alsácia e Lorena, que pertenceram remotamente ao Sacro Império. Ora, assegurava Marx, não se tratava, a pretexto da guerra, de “refazer o mapa da Europa com a mentalidade de um antiquário” (2MCGA, p. 58). Outro argumento a favor da tomada das províncias referia-se a uma suposta “garantia material” que poderiam assegurar contra as agressões francesas, dado seu caráter estratégico. Marx, entretanto, arrolava toda uma série de bases de operações contra a França à disposição da Alemanha, mostrando o ardil de querer despojar os gauleses das duas únicas fortalezas importantes (Estrasburgo e Metz) que tinham na região. Para ele, a questão estratégica tenderia para a Alemanha naturalmente, em outras circunstâncias: a unificação do país inutilizaria exércitos franceses naquela região mediante a concentração de todas as suas tropas entre Saarlouis e Landau, bem como avançando ou combatendo na rota de Mogúncia a Metz. De fato, concluía, “se alguma coisa foi demonstrada na atual campanha é precisamente a facilidade de invasão da França pela Alemanha” (2MCGA, p. 59).

Sua principal alegação contra aquela postura, contudo, dizia respeito à rejeição, por anacrônicas, injustas e inerentemente imperfeitas, das razões militares

como o princípio básico para a definição das fronteiras nacionais. Por este critério, ficaria sempre implícita a possibilidade de anexação de novos territórios vizinhos, os vencedores imporiam sua política e, ainda mais, os vencidos estariam constantemente insatisfeitos, dando origem a novas guerras.

Os prussianos queriam mesmo, Marx alertava, não apenas se assegurar de que os franceses não iriam atacá-los, mas também privá-los de seus meios de defesa. E, comparava, neste quesito o primeiro Napoleão tinha chegado, em relação à Prússia, ao máximo de garantias possíveis, o que não evitou sua derrota – a situação tendia a se repetir desta vez.

Marx criticava os paladinos burgueses da guerra por prostrarem-se, horrorizados, diante da possibilidade de uma invasão bonapartista, mas ficarem indiferentes ao opróbrio da subserviência à Rússia. No que toca aos seus protestos hipocritamente pacifistas – para eles, suas conquistas seriam substrato para a paz –, ironizava:

Seu atual sistema militar, que divide toda a população masculina adulta em duas partes – um exército permanente na ativa e um exército permanente em reserva, ambos sujeitos igualmente à obediência passiva a seus chefes divinos – é, evidentemente, “garantia material” para a salvaguarda da paz, sendo, ademais, o objetivo supremo das tendências civilizadoras... (2MCGA, p. 60).

No que respeita aos proletários alemães, continuava Marx, não tinham outra opção senão apoiar aquela guerra pela independência de seu país e pela libertação da França. Eram eles que, juntamente com os trabalhadores do campo, compunham os exércitos. Queriam, conforme o *Manifesto*, afiançar-se de que os sacrifícios e esforços despendidos não foram vãos, de que sua vitória não poderia se converter, como ocorrera após a definitiva derrota de Napoleão, em sua própria derrocada, de que era a vez da liberdade – a primeira garantia neste sentido era chegar-se à paz de forma honrosa com a França e reconhecer a república francesa. Marx assegurava (o que era, ao mesmo tempo, uma convocação): “a história nos ensinará que a classe operária alemã não é feita da mesma pasta maleável que a burguesia desse país. Os operários da Alemanha cumprirão o seu dever” (2MCGA, p. 62).

Suas missivas do período reforçavam as análises que aqui acompanhamos. Assim, dizia a Kugelmann não estar de forma alguma surpreso com o furor conquistador da burguesia alemã – fazia parte de sua própria natureza e, no fim das contas, os alemães se satisfaziam porque os ataques estavam sendo lançados no

exterior, não contra eles próprios, como tantas vezes ocorrera. Acrescentava que “É verdadeiramente uma idéia dos Hohenzollerns a de que um povo comete um crime quando continua a defender-se depois que seu exército regular desapareceu” (Carta a Kugelmann de 13 de dezembro de 1870, p. 281).

No que pertine à França, o clima revolucionário era perceptível pela palavra de ordem “viva a Comuna!”, que já vinha sendo proclamada fazia algum tempo. Um mês após as expressões acima, Marx relatava em carta a Beesly a proclamação da Comuna de Lyon, cinco meses antes de eclodir a Comuna de Paris de 1871 e seus congêneres da província. Tratava-se de “um governo revolucionário”, composto “em parte por operários pertencentes à internacional, em parte por republicanos burgueses radicais”, no qual “as concessões foram imediatamente abolidas”. Segundo Marx, “os intrigantes bonapartistas e clericais estavam intimidados. Medidas enérgicas foram tomadas para pôr todo o povo em armas”; a burguesia, pouco simpática a este novo estado de coisas, foi a ele submetida placidamente. A ação teve repercussões em Marselha e Toulouse, onde havia fortes seções da Internacional. Contudo, o trabalho foi estragado pelos “estúpidos” Bakhunin e Cluseret. “A Prefeitura foi tomada – por pouco tempo – e se proclamaram os decretos mais ineptos sobre a *abolição do estado* e outras insanidades.” Um russo pleitear o título de chefe de um Comitê de Salvação Pública da França fez mudar a balança da opinião pública, já atingida com as denúncias dos jornais burgueses de que se tratava de um agente de Bismarck. De toda forma, em Rouen, como em boa parte das outras vilas industriais francesas, as seções da Internacional insistiram na admissão oficial de operários nos comitês de defesa. Marx, porém, não tinha nenhuma ilusão: “Devo, entretanto, dizer-lhe que, segundo as informações recebidas da França, a burguesia em seu conjunto prefere a conquista prussiana a uma república de tendências socialistas.” (Carta a Beesly de 19 de outubro de 1870, p. 249)

Em 19 de setembro os exércitos alemães chegavam às portas de Paris, num cerco que duraria até a capitulação, em fins de janeiro seguinte. Na capital, entre 300 e 350 mil homens se incorporaram à guarda nacional, dando-lhe um caráter mais proletário. O Governo Provisório temia este contingente de operários armados e passou a atuar de forma a conseguir o mais rapidamente possível a rendição às tropas alemãs, com o fito de acalmar os ânimos e retomar o controle da situação. Já eram perceptíveis as manobras do governo de defesa nacional no sentido de levar suas próprias tropas à derrota e, assim, facilitar o caminho à rendição. As políticas

capitulacionistas do governo levaram alguns grupos de jacobinos e blanquistas a tentar uma insurreição em 31 de outubro, que fracassou.

Passando a analisar mais detalhadamente tais acontecimentos – agora no último dos *Manifestos*, escrito no fim de maio de 1871, logo após a derrota da Comuna de Paris, portanto –, Marx retornava ao 4 de setembro, proclamação da terceira república, acolhida incontinenti em todo o país. A república, porém, foi logo tomada por “uma quadrilha de advogados arrivistas”, entre os quais se destacavam Thiers, Favre e o general Trochu. Foram acontecimentos turbilhonantes aqueles, que surpreenderam os principais líderes dos trabalhadores ainda nas prisões bonapartistas, ao mesmo tempo em que os prussianos invadiam os arredores de Paris. Nestas condições, a capital permitiu que tais “estadistas” ascendessem ao poder, conferindo-lhes o mandato exclusivo da defesa nacional.

Marx e a Internacional não tinham motivos para se iludir e não consideravam a república francesa uma conquista social. Afirmavam que ela não havia destruído o império, simplesmente tomara seu lugar, desocupado à revelia dos republicanos, porque era imprescindível à defesa nacional. Destacavam a composição do Governo Provisório que a gerenciava – orleanistas e burgueses republicanos, muitos dos quais odiavam a república social, com que se haviam confrontado nas Jornadas de Junho. Em advertência ao proletariado, contudo, Marx prognosticava que “qualquer tentativa de derrubar o novo governo, na crise atual, quando o inimigo bate quase às portas de Paris, seria uma loucura desesperada” (2MCGA, p. 62).

Desta forma, conclamava os trabalhadores a cumprir seus deveres de cidadãos – mas nunca tendo por base as idéias de “pátria em perigo” de 1792, uma vez que

Sua missão não é repetir o passado, mas construir o futuro. Que aproveitem serena e resolutamente as oportunidades que lhes oferece a liberdade republicana para trabalhar na organização de sua própria classe. Isso lhes infundirá novas forças hercúleas para a regeneração da França e para nossa obra comum: a emancipação do trabalho. De sua energia e de sua prudência depende a sorte da república (2MCGA, p. 62).

Ainda no *Manifesto*, Marx afirmava que os trabalhadores industriais da Inglaterra reclamavam de seu governo a oposição resoluta ao desmembramento da França, defendida por parte da imprensa daquele país. Recomendava às seções da AIT que chamassem à responsabilidade e à ação a classe operária, cuja inação faria que aquele conflito terrível apenas pressagiasse outros, ainda mais destrutivos,

levando “em cada país a novas derrotas dos operários pelos senhores da espada, da terra e do capital” (2MCGA, p. 63).

Em princípios do ano seguinte, Marx protestava pelo fato de Bebel e Liebknecht, membros da Dieta, o parlamento alemão, terem recebido ordem de prisão em vista de seus protestos contra a anexação da Alsácia e da Lorena, voto contra os novos créditos de guerra, simpatia para com a república francesa e denúncia da tentativa de transformar a Alemanha inteira numa caserna prussiana. Inúmeros operários tiveram a mesma sorte, após a divulgação de um manifesto neste sentido. Marx esclarecia que as prisões, apreensões de jornal, dispersões de reuniões operárias e outras medidas mostravam o pouco amor de Bismarck pela liberdade de expressão (Carta ao Redator do *Daily News* de 16 de janeiro de 1871, p. 253).

Sempre de acordo com ele, “estar-se-ia errado em acreditar que estes procedimentos de gendarme são devidos unicamente ao paroxismo da febre guerreira. São, ao contrário, a aplicação verdadeiramente metódica do espírito mesmo das leis prussianas”. Por isso, “a França, onde a causa está felizmente longe de ser desesperadora, luta hoje não somente pela sua própria independência nacional, mas pela liberdade da Alemanha e da Europa” (Carta ao Redator do *Daily News* de 16 de janeiro de 1871, p. 253).

Para organizar a defesa do país, fazia-se imprescindível armar, organizar e treinar o proletariado parisiense para participar efetivamente da guerra. “Mas Paris em armas é a revolução em armas. O triunfo de Paris sobre o agressor prussiano teria sido o triunfo do operário francês sobre o capitalista francês e seus parasitas dentro do estado”. Desta forma, postos entre a satisfação do dever nacional e o interesse de classe, aquele governo abandonou sem hesitação o primeiro, traíndo a pátria em vez de defendê-la. De fato, desde o primeiro momento os mandatários já planejavam a rendição ao inimigo prussiano. Longe de renunciar aos cargos e denunciar ao povo parisiense os planos de Trochu, “aqueles infames impostores optaram por curar a loucura heróica de Paris com um tratamento de fome e de cacete e de enganá-la, enquanto isso, com manifestos grandiloqüentes” (GCF, p. 65). Nem mesmo se preocupavam em esconder que seu grande temor não eram os soldados prussianos, e sim os operários de Paris.

Em 18 de janeiro de 1871 ocorria a tão aguardada unificação alemã, com a proclamação do rei da Prússia imperador da Alemanha. A população de Paris enfrentava os bombardeios (5 e 6 de janeiro), o frio, a falta de alimentos; as tentativas

de furar o cerco prussiano fracassaram e mais um levantamento de grupos operários radicais foi esmagado (no dia 23). Cinco dias depois, o governo negociou com os prussianos e impôs a rendição à capital. Assim, dizia Marx, em 28 de janeiro de 1871, o governo da defesa nacional concretizou a capitulação, passando a ser um governo prisioneiro de Bismarck – papel que até Luís Bonaparte enjeitou.

Em carta a Kugelman, Marx repetia esta análise: para Trochu, era muito mais importante reprimir os parisienses que derrotar os prussianos. Criticava, também, Jules Favre, que não só assinou uma rendição formal como, “depois de ter declarado a si mesmo, seus colegas de governo e Paris *prisioneiros de guerra* do Rei da Prússia, teve a audácia de *agir em nome de toda a França*”. Tratava-se de alguém que nada sabia da situação da França fora de Paris além do que Bismarck lhe dissera e que dizia que a parte do governo francês ainda livre em Bordéus, que sobrevivera a seu mandato, tinha de entrar em acordo com a facção que ele representava. “Desde que eles, os prisioneiros de guerra, só podem agir sob o comando de seu senhor da guerra, isto equivalia a proclamar o rei da Prússia de facto a suprema autoridade da França”, desfaçatez a que nem mesmo Luís Bonaparte se atrevera, tendo respondido “às propostas de Bismarck que não podia entrar em negociações porque, como prisioneiro prussiano, tinha cessado de exercer qualquer autoridade na França” (Carta a Kugelman de 14 de fevereiro de 1871, p. 285)

Bismarck quis que as condições do armistício fossem votadas por uma assembléia eleita exclusivamente para este fim. Pelo acordo, a França ficaria obrigada a pagar uma indenização de cinco bilhões de francos, perderia as províncias da Alsácia e da Lorena, desarmaria a população e se submeteria a uma ocupação por soldados alemães. Os republicanos e os socialistas não aceitavam, todavia, a rendição e pleiteavam a continuação da guerra.

Marx destacava as razões pessoais que faziam alguns dos dirigentes do governo de defesa nacional desejar a capitulação, como Jules Favre, que queria esconder as provas de sua corrupção, e Ernest Picard, “corrupto” e “especulador”. Por sua vez, “Thiers, esse anão monstruoso”, a “expressão intelectual mais acabada” da corrupção da burguesia francesa, conseguiu seduzi-la por quase meio século, como historiador e como estadista. “A crônica de sua vida pública é a história das desgraças da França” (GCF, p. 67). Acreditara que a Revolução de Fevereiro o empossaria em lugar de

Guizot⁹⁴, mas seus planos naufragaram com a decretação da república. Recolheu-se o quanto pôde – nos primeiros dias, por medo da vitória popular, depois, no aguardo de um episódio como as matanças de junho, que tornariam necessário um homem como ele, alçado, então, ao posto de inspirador do partido da ordem e da sua república, clamando contra os republicanos – a seu ver, o maior empecilho para a estabilização da república. Marx considerava que Thiers estava envolvido “em todas as infâmias do segundo império”, como a expedição contra a república romana e a Guerra Franco-Prussiana, “que ele provocou investindo ferozmente contra a unidade alemã, não por considerá-la um disfarce do despotismo, mas como uma usurpação contra o direito conferido à França de manter a Alemanha desunida” (GCF, p. 69). No tocante à sua política externa, sua ação redundou sempre em fracassos humilhantes para o país; não conseguia, ademais, captar nunca as transformações por que passava seu tempo, reprovando de antemão quaisquer desvios ao antigo sistema de protecionismo econômico francês, troçando das ferrovias, desprezando as tentativas de modernização militar.

A rendição incondicional de Paris, com que se entregaria toda a França aos prussianos, foi o capítulo final de torpes negociações com o inimigo e de traições, iniciadas no mesmo dia da proclamação da república. O resultado foi a guerra civil, na qual o governo lutava contra Paris e contra a república, com a ajuda de Bismarck e de seus prisioneiros de Sedan e Metz. O quadro era dramático: um terço do país estava ocupado; a capital, isolada; as comunicações, totalmente desarranjadas. Ora, dizia Marx, nada mais evidente que a dificuldade de realizar eleições e escolher representantes autênticos nesta conjuntura, a não ser se houvesse uma longa preparação. Entretanto, o acordo de rendição impunha a votação para a assembleia nacional em oito dias – notícia que chegou a regiões mais longínquas apenas na véspera do prazo final. Ainda segundo este pacto, tal assembleia teria como único mandato a deliberação acerca da guerra e a possível negociação da paz.

Em meio às questões dramáticas que já obsediavam a capital, Thiers negociou um empréstimo de dois bilhões de francos – assegurando uma comissão milionária a si próprio, além de Jules Favre, Ernest Picard, Pouyer-Quertier e Jules Simon.

Thiers já havia percorrido os departamentos para reorganizar os orleanistas e os legitimistas – não havia espaço para os bonapartistas, naquele momento –, os

⁹⁴ François Pierre Guillaume Guizot (1787-1874), estadista e historiador francês. Orientador e condutor da política externa e interna francesa (1840-48). Representante da burguesia financeira conservadora, sua recusa a toda e qualquer reforma foi um dos motivos das Revoluções de 1848.

seguidores dos Bourbons acreditando que seu tempo havia chegado. “Aí estavam as botas de uma invasão estrangeira pisoteando a França; aí estavam um império caído e um Bonaparte prisioneiro; e aí estavam eles outra vez. Evidentemente, a roda da história havia girado para trás” (GCF, p. 70).

Para cumprir as exigências de Bismarck quanto ao órgão que assinaria a rendição, eleições foram convocadas para 6 de fevereiro e delas saiu, graças ao voto dos grotões, uma esmagadora maioria monarquista. Em 17 de fevereiro, Adolphe Thiers era nomeado chefe do poder executivo; ao fim do mesmo mês apresentava ao parlamento (situado em Bordéus) as condições de paz para serem votadas. A assembléia conservadora eleita ouviu com atenção Thiers argumentar acerca da urgência da aprovação das condições de paz. Não houve nenhum debate parlamentar, como determinado pela Prússia – para que a guerra contra a república e contra Paris fosse levada a cabo, denunciava Marx. De fato, a situação não comportava demora, pois as dívidas nacional e municipais (das cidades mais importantes) haviam sido largamente elevadas pelo segundo império, penúria financeira e de recursos agravada pela guerra – sem contar a cobrança prussiana da indenização de cinco bilhões, mais 5% de juros pelos pagamentos a vencer e a manutenção de meio milhão de soldados da ocupação estrangeira. Urgia efetivar a contra-revolução, para abrir caminho à imposição aos produtores do pagamento por uma guerra desencadeada pelos monopolizadores. “E assim a incalculável ruína da França estimulava esses patrióticos representantes da terra e do capital a enxergar na guerra exterior uma guerra civil, uma rebelião dos escravistas” (GCF, p. 71).

Em 24 de fevereiro, a federação dos batalhões da guarda nacional decidiu resistir. Em 1 de março, a assembléia nacional recém-eleita aceitou as condições de rendição e as tropas alemãs entraram em Paris, mas abandonaram a cidade no dia seguinte. No entender de Marx, a capital, baluarte da república, dispusera-se a se interpor no caminho dos conspiradores, de forma que desarmá-la era *conditio sine qua non* para se efetivarem os planos conservadores. Ademais, Paris se indignava com o descarado anti-republicanismo da assembléia “rural” e pela dubiedade do próprio Thiers, pelas ameaças de transferir a capital, pela ascensão de orleanistas às embaixadas, pelas leis sobre as letras e os aluguéis vencidos, pela cobrança de imposto sobre os mais diversos tipos de publicações, pela condenação de Blanqui e Flourens à morte (em março), pela supressão dos jornais republicanos, pela transferência para Versalhes da assembléia nacional, pela nomeação de bonapartistas

e jesuítas notórios (Vinoy, Valentim e d'Aurelle de Paladines) para governador de Paris, chefe de polícia e comandante-chefe da guarda nacional parisiense, respectivamente, pela prorrogação do estado de sítio – “a forma de despotismo militar mais brutal e mais revoltante, a supressão de todas as leis” (Carta ao Redator do *Daily News* de 16 de janeiro de 1871, p. 253).

Ainda em março o governo mudou-se para Versalhes, tentou retomar a artilharia que estava em poder da guarda nacional e suspendeu o soldo de seus membros, além de ter anulado o congelamento e a suspensão provisória do pagamento das dívidas e aluguéis atrasados. Tais medidas, que atingiam duramente a pequena burguesia, foram fundamentais para que esta passasse para o lado do proletariado.

O prosseguimento da conspiração contra-revolucionária dependia da quebra da resistência armada da Cidade-Luz, de seu desarmamento, ao qual Thiers deu andamento ao solicitar a devolução da artilharia da guarda nacional de Paris a seu suposto dono, o estado. Na verdade, assegurava Marx, tratava-se de canhões e metralhadoras adquiridos com fundos angariados entre os guardas nacionais, que já haviam sido abandonados pelos capituladores à ocupação prussiana. O pacto de rendição de 28 de janeiro os havia reconhecido como propriedade privada da guarda, motivo pelo qual não foram entregues, com as demais armas do governo, aos conquistadores. Mas o confisco destes canhões havia sido determinado, primeiro ato do desarmamento geral de Paris – que, por sua vez, significava o desarmamento da “revolução de 4 de setembro”. Desta, entretanto, derivava a forma legal do estado francês de então, inclusive a assembléia nacional – ou seja, abdicar dela implicaria o retomo legal do corpo legislativo eleito em 1869 pelo sufrágio universal e sem a interferência prussiana.

A “verdadeira encarnação” daquela revolução, contudo, ainda era a mesma Paris em armas que a detonara, que para mantê-la suportara, a despeito dos planos capitulacionistas, o cerco de cinco meses e todas as incontáveis tribulações daí advindas e que dera os fundamentos para uma guerra de defesa nos departamentos.

E Paris só tinha agora dois caminhos: ou entregar as armas, seguindo as ordens humilhantes dos escravistas amotinados de Bordéus e reconhecendo que sua revolução de 4 de setembro não significa mais que uma transferência de poderes de Luís Bonaparte a seus rivais monárquicos; ou continuar lutando como o campeão abnegado da França, cuja salvação da ruína e cuja regeneração eram impossíveis se não fossem derrubadas revolucionariamente as condições políticas e sociais que haviam

engendrado o segundo império e que, sob sua égide protetora, amadureciam até a completa putrefação. (GCF, p. 73).

Sabendo de nova tentativa de Thiers de desarmar a guarda nacional, a população parisiense se rebelou. Apoiado pelas tropas que vieram levar os canhões comprados a partir da subscrição popular, em 18 de março, o povo da cidade (liderado pelo proletariado e pela guarda nacional) tomou o poder. O presidente e as tropas regulares fugiram e a cidade passou, não sem alguma confusão, a ser gerida por um Comitê Central eleito pelos batalhões da guarda nacional. Este

começa por abolir o estado de sítio na cidade, suprimir os tribunais militares, decretar a anistia geral dos delitos políticos e a imediata libertação dos presos, restabelecer a liberdade de imprensa, nomear responsáveis pelos ministérios e pelos serviços administrativos e militares essenciais (Ponge, 1996, p. 9).

Assim, diante do que deveria ser uma encruzilhada, a capital exaurida não titubeou; ainda que a ameaça prussiana estivesse à porta, dispôs-se heroicamente a resistir aos seus compatriotas contra-revolucionários. O Comitê Central, contudo, que queria a todo custo evitar a inevitável guerra civil que aquela postura requeria – e não obstante as usurpações do poder executivo, as provocações da assembléia e a concentração de tropas para um ataque, mantinha uma postura apenas defensiva. Daí que a guerra civil tenha de ter sido desencadeada por Thiers – este fez publicar que permitiria que a guarda nacional mantivesse a posse de suas próprias armas e apelasse a seus membros que se somassem ao governo contra os rebeldes. Segundo Marx, de 300 mil guardas nacionais, apenas 300 ouviram este canto de sereia. Seu mais notório resultado foi que “a gloriosa revolução operária de 18 de março apoderou-se indiscutivelmente de Paris. O Comitê Central era o seu Governo Provisório” (GCF, p. 74). Iniciava-se o clímax de todo o processo, no qual os operários insurgidos impressionariam toda a Europa com sua capacidade nos âmbitos político e militar.

3.2 A LOUCURA HERÓICA DO TRABALHO

Declarada a Comuna de Paris em 18 de março, toda a história ganhou nova direção e novo impulso. Marx afirmava, sem deixar sombra para dúvidas: “o atual levante de Paris – mesmo se ele for esmagado pelos lobos, porcos e cães sujos da

velha sociedade – é o feito mais glorioso de nosso Partido desde a insurreição de junho em Paris” (Carta a Kugelmann de 12 de abril de 1871, p. 291).

Marx salientava que desde a tomada do poder até a tomada de Paris não se registraram atos de violência comuns em tais situações, em especial nas contra-revoluções, de forma que só puderam ser denunciados, neste sentido, o fuzilamento dos generais Lecomte e Clément Thomas e os acontecimentos da praça Vendôme, que relatamos abaixo. Não obstante, o triunfo dos trabalhadores espavoriu os reacionários de Paris, postos finalmente diante da possibilidade de vingança popular pelos atos que iam de junho de 1848 até 22 de janeiro de 1871. “Mas o seu pânico foi o único castigo.” A indulgência foi tal que até mesmo os guardas municipais, que deveriam ter tido suas armas confiscadas e ser aprisionados, puderam ir tranqüilamente para Versalhes. Assim, repetiria em correspondência, “os parisienses sucumbem, é evidente, e isto por sua falha, mas uma falha devida, em suma, a um excesso de *honestidade*” (Carta a Liebknecht de 6 de abril de 1871, p. 259).

Recusando-se a começar a guerra civil – sem perceber que esta já havia sido iniciada pelo próprio Thiers, na sua tentativa de desarmamento de Paris, completava Marx –, o “Comitê Central e, mais tarde, a Comuna deixaram a este *aborto* perverso, Thiers, o tempo para concentrar as forças inimigas”. Marx destacava que a própria assembléia também já havia declarado guerra à república, com sua postura dúbia em relação ao conflito com a Alemanha, diante do que os comunardos⁹⁵, “para não ser acusados de haver usurpado o poder, perderam um tempo precioso elegendo a Comuna, cuja organização etc. ainda demandou tempo, no lugar de marchar sobre Versalhes logo depois da derrota da reação em Paris” (Carta a Liebknecht de 6 de abril de 1871, p. 259). Não obstante reconhecer seus erros, Marx dizia que o que os jornais publicavam a respeito dos eventos de Paris deveria ser desconsiderado, porque certamente não passava de mentiras (Carta a Liebknecht de 6 de abril de 1871, p. 259).

A magnanimidade dos operários e de seu governo se opunha aos atos do partido da ordem, que não as compreendia e, por isso, tomou-as por tibieza. Daí que tenha intentado conseguir por manifestações de rua pretensamente pacíficas o que não lograra alcançar com armas. Desta forma, em 22 de março, ocorreu uma pequena manifestação contra o Comitê Central, apoiada por batalhões da guarda nacional dos bairros ricos; uma multidão de “gente bem”, de que faziam parte eminentes do

⁹⁵ Designação comumente aplicada aos participantes da Comuna de Paris.

império, saiu de seus bairros luxuosos com armas às escondidas e marchou à Vendôme, agredindo no caminho patrulhas e postos da guarda nacional. Pretendeu intimidar esta força com tiros de pistola, pelo que foram advertidos com os toques regulamentares; como os manifestantes não lhes dessem ouvidos, a guarda abriu fogo, e “foi bastante uma carga para pôr em fuga precipitada aqueles estúpidos mequetrefes” (GCF, p. 76). Diante do fato, porém, o Comitê Central adotou algumas medidas enérgicas (proibição das reuniões e dos jornais versalheses, registro domiciliar e outras).

Marx atribuía novamente a possível derrota da Comuna a seu “bom caráter”: deveriam ter marchado imediatamente sobre Versalhes, já que então a cidade estava indefesa; mas o

momento preciso foi perdido por causa de escrúpulos de consciência. Em vez disto, foi demasiado generoso, a ponto de permitir que o partido da ordem fosse novamente vencedor das eleições de 26 de março e continuasse urdindo suas tramas contra-revolucionárias. Eles não queriam *começar a guerra civil*, como se esse nocivo *aborto* Thiers já não houvesse iniciado com sua tentativa de desarmar Paris” (Carta a Kugelmann de 12 de abril de 1871, p. 291).

Qualificava como segundo erro o fato de o Comitê Central ter – novamente, em face de escrúpulos que deveriam ser considerados – cedido espaço muito rapidamente à Comuna (Carta a Kugelmann de 12 de abril de 1871, p. 291). De fato, o Comitê convocou eleições, realizadas de 22 a 26 de março; no dia 28 foi proclamada a Comuna de Paris. Seus 86 membros inicialmente eleitos (dos quais, 25 operários) formavam um organismo coletivo, não hierárquico e destituível a qualquer momento.

Em termos sociais, seus membros já diferiam dos de junho de 1848, embora também ainda não correspondesse ao proletariado moderno. Lembre-se que a França do período tinha uma classe operária concentrada nas grandes fábricas e em algumas regiões, cercadas pela pequena indústria e pelo artesanato. A concentração operária era maior nas grandes empresas metalúrgicas, siderúrgicas, têxteis e químicas. Contava com importante participação da pequena burguesia (artífices, lojistas, professores, publicistas). Também é digna de nota a participação das mulheres, que formaram um contingente grande e determinante para o andamento do processo.

Os comunardos eram ideologicamente heterogêneos, mesclando tradições políticas que remontavam à Revolução Francesa com preocupações democráticas ou, em alguns casos, mais nitidamente socialistas; havia também um grupo ligado à Internacional, minoritário. Blanquistas e proudhonianos se destacavam por sua

influência ideológica. A Comuna, surgida de um movimento espontâneo da população, não tinha uma direção homogênea nem um programa claro de ação. As tarefas eram levadas a cabo pelos batalhões da guarda nacional e por uma série de organismos participativos que foi nascendo na medida das necessidades.

Marx lembrava que, ademais dos insultos e injúrias publicados, os primeiros parisienses feitos prisioneiros foram alvo de crueldades chocantes em Versalhes, alguns dos quais assassinados a sangue-frio – houve mesmo rejúbilo pelo assassinio de um grupo de guardas nacionais desarmados e seus oficiais imediatos (capitão e tenente). Em 7 de abril, a Comuna, estabeleceu represálias ao que denominou “façanhas canibalescas dos bandidos de Versalhes”, mas os prisioneiros continuaram sendo seviciados, embora os fuzilamentos tenham sido temporariamente suspensos. Logo seriam retomados para não mais pararem⁹⁶, pois Thiers e caterva estavam persuadidos de que o decreto sobre as retaliações não seria efetivamente posto em prática. Marx concluía, contudo, que aquelas eram “atrocidades puramente preliminares” (GCF, p. 78), como os fatos evidenciariam.

Ao espalhar-se a notícia do levantamento parisiense, explodiram sublevações em alguns centros provinciais (Lyon, Marselha, Saint-Etienne, Creusot, Limoges, Narbonne, Toulouse), mas eram focos isolados que foram rapidamente dominados pelo governo. Enquanto isto, Paris, isolada, via-se acossada pelos versalheses (Bismarck liberara aos poucos os quase cem mil soldados franceses feitos prisioneiros, para que lutassem contra a capital rebelada) e pelos prussianos que a cercavam.

Em carta a membros da Comuna, já perto dos momentos finais desta, Marx asseverava que a província começava a movimentar-se, porém, tratava-se de uma ação pacífica e localizada. Também dizia que havia escrito centenas de cartas em defesa dos comunardos. Para ele, a classe operária estava ao lado da Comuna desde sua origem e “mesmo os jornais burgueses da Inglaterra tiveram de rever sua

⁹⁶ Marx reproduziu relato do correspondente do *Daily News* em Paris, de 8 de junho: “Na maioria das vezes, os escolhidos por esse processo eram, sem muitas considerações, colocados no meio da rua, onde em seguida formavam uma coluna à parte... /.../ Aquele dia era pouco conveniente para uma pessoa qualquer ser mais alta, mais suja, mais limpa, mais velha ou mais feia que seus vizinhos. /.../ Foram assim escolhidos mais de cem; destacou-se um pelotão de fuzilamento e a coluna continuou a sua marcha, deixando atrás os condenados. Poucos minutos depois, iniciava-se às nossas costas um fogo intermitente, que durou mais de um quarto de hora. Era a execução daqueles desgraçados, assim sumariamente condenados” (*apud* GCF, p. 101). Outro testemunho citado foi o do correspondente do *Evening Standard* em Paris, da mesma data: “Na praça de Saint-Jacques-la-Bouchière foram enterradas inúmeras pessoas, algumas das quais apenas superficialmente. /.../ Não tenho a menor dúvida de que muitos feridos foram enterrados ainda com vida” (*apud* GCF, p. 101).

primeira ferocidade”, havendo até, aqui e ali, um ou outro elogio (Carta a Franckel e Varlin de 13 de maio de 1871, p. 263). Segundo ele, era um sério problema o fato de que “a Comuna parece perder muito tempo com bagatelas e querelas pessoais. Vê-se que há outras influências além das operárias. Tudo isso não seria tão importante se vocês tivessem tempo para recobrar o tempo perdido.” Marx recomendava presteza na realização das tarefas a que se propunha a Comuna. Advertia, ainda, acerca da condição prévia do acordo com Bismarck, a conquista de Paris, necessária para que se pagassem as dívidas cobradas pela Prússia (Carta a Franckel e Varlin de 13 de maio de 1871, p. 263).

Marx também se referiria à Comuna em carta a Hubert, fazendo-lhe um resumo dos dois *Manifestos* da Internacional sobre a Guerra Franco-Prussiana. Explicitava as manifestações de apoio dos operários alemães e londrinos aos apelos do Conselho Geral da AIT e dizia que Favre havia solicitado a este que, em suas manifestações no exterior, falasse apenas em “França”, e não na república, o que evidentemente foi rejeitado. Mas, concluía, esta era uma prova de que o governo francês “considera a *Internacional* um aliado da república francesa contra o conquistador prussiano – e era com efeito o único aliado da França durante a guerra” (Carta a Hubert de 10 de agosto de 1871, p. 266)

A Comuna decretou, durante os 72 dias em que esteve de pé, a redução da jornada de trabalho para 10 horas, a proibição da imposição de multas nas fábricas e oficinas, a supressão do trabalho noturno nas padarias, a entrega das fábricas abandonadas por seus donos a conselhos operários, a eleição da direção das fábricas pelos trabalhadores, a criação de uma bolsa-trabalho, a concessão de pensões às viúvas e aos órfãos dos guardas nacionais mortos na guerra, a moratória para o reembolso de dívidas, a suspensão do pagamento dos aluguéis. Tornou todos os cargos administrativos demissíveis e remunerados no mesmo nível de um operário qualificado, sem possibilidade de acúmulo; os direitos políticos dos estrangeiros foram reconhecidos; o exército permanente foi abolido e substituído por milícias populares; foi decretada a separação entre a igreja e o estado e o ensino gratuito, laico e obrigatório. Extrapolando o papel que até então tinha a prefeitura, nomeou juízes e outros funcionários da justiça. Tendo encontrado no Banco da França três bilhões de francos, deixou-os intocados; também não se confiscaram os bens das companhias ferroviárias e não se anularam os títulos da dívida pública.

Os primeiros confrontos com as tropas oficiais ocorreram em 2 de abril. Em 10 de maio, Thiers assinava o acordo de paz em Frankfurt. No dia 20, 130 mil homens começaram a invasão da cidade. Durante uma semana, os comunardos resistiram à progressão dos versalheses, conduzidos pelo general Mac-Mahon. Após esta “Semana Sangrenta”, no dia 28 Paris caía, exangue.

Um total de 877 homens do governo e cerca de quatro mil dos combatentes federados morreram durante os enfrentamentos. A repressão aos comunardos não se fez esperar: cerca de 25.000 pessoas foram fuziladas (o condutor da repressão admitiu oficialmente 17.000 mortes), 13.700 foram condenadas e deportadas, 43.500 foram presas e processadas, 91 foram condenadas à morte. Umas dez mil pessoas fugiram para o exílio. De sorte que, por um ou outro meio, a repressão decapitou por longo tempo o movimento operário francês.

Marx expressava a mais viva admiração pela “elasticidade”, “iniciativa histórica” e “capacidade de sacrifício” dos heróis parisienses. Tendo sido já submetidos (pelos traidores mais que pelo inimigo externo) à fome e à ruína durante seis meses, “levantam-se, por sobre as baionetas prussianas, como se nunca houvera uma guerra entre a França e a Alemanha e o inimigo não estivesse às portas de Paris. A história não tem exemplo semelhante de tamanha grandeza” (Carta a Kugelmann de 12 de abril de 1871, p. 291).

A propósito da Comuna, Marx retomou, desenvolveu, aprofundou e particularizou suas reflexões sobre estado e política. Assim, na mesma correspondência destinada a Kugelmann, reportava-se a *O 18 Brumário*, em que explicitava que “a próxima tentativa de revolução francesa não será mais, como antes, de transferir a máquina burocrática militar de uma mão para outra, e sim de *esmagá-la*, e isto é essencial para qualquer revolução popular no continente”. Era exatamente a tal tentativa que “nossos heróicos camaradas do partido” se dedicavam em Paris (Carta a Kugelmann de 12 de abril de 1871, p. 291).

Discorrendo acerca da constituição do poder estatal centralizado, dizia, em outro momento, que dele faziam parte “o exército permanente, a polícia, a burocracia, o clero e a magistratura”, órgãos onipotentes “criados segundo um plano de divisão sistemática e hierárquica do trabalho”. Este estado advinha do período da monarquia absoluta e dele se utilizou a burguesia nas batalhas travadas com o feudalismo. Ressaltava, entretanto, que não houve linearidade no seu desenvolvimento, antes ao contrário, este “foi entravado por todo tipo de rebotalhos

medievais: direitos senhoriais, privilégios locais, monopólios municipais e corporativos, códigos provinciais”. Neste sentido, a Revolução Francesa do século XVIII teve o papel de destruir “todas essas relíquias de tempos passados”, preparando o caminho para a consolidação da “superestrutura do edifício do estado moderno” (GCF, p. 79). Este foi construído sob a era Napoleão, cujo poder resultara da defesa da França moderna contra a velha Europa semifeudal.

Após Napoleão Bonaparte, o governo esteve sob o controle do parlamento, ou, como dizia Marx, “sob o controle direto das classes possuidoras”, caracterizado pelas enormes dívidas nacionais e por impostos esmagadores, mas que, pelas posições oferecidas e pelo favoritismo, exercia atração irresistível para as mais facções rivais e para os aventureiros das classes dominantes. Também sua face política acompanhava as transformações econômicas pelas quais passava a sociedade.

À medida que os progressos da moderna indústria desenvolviam, ampliavam e aprofundavam o antagonismo de classe entre o capital e o trabalho, o poder do estado foi adquirindo cada vez mais o caráter de poder nacional do capital sobre o trabalho, de força pública organizada para a escravização social, de máquina do despotismo de classe. Depois de cada revolução, que assinala um passo adiante na luta de classes, revela-se com traços cada vez mais nítidos o caráter puramente repressivo do poder do estado (GCF, p. 79).

Assim, a mudança de governo operada em 1830 (em vez dos latifundiários, passaram a dominar os capitalistas) colocou o poder nas mãos dos inimigos mais próximos do proletariado. Estes, os burgueses republicanos, puderam utilizar-se do poder adquirido para efetivar o massacre de junho, “para provar à classe operária que a república ‘social’ é a república que assegura sua submissão social e para convencer a massa monárquica dos burgueses e latifundiários que podia entregar aos ‘republicanos’ burgueses as inquietações e encargos do governo” (GCF, p. 79).

Circunstâncias adversas obrigaram-nos a resguardar-se atrás de outras facções do partido da ordem – agrupamento que reunia “todas as frações e facções rivais da classe apropriadora, em seu antagonismo, agora franco e manifesto, com a classe produtora” (GCF, p. 79). Seguiu-se um “governo por ações” cuja faceta era a *república parlamentar*, que tinha como presidente Luís Bonaparte e que se constituiu num regime de terror de classe. Este regime, ao tempo que cosia o melhor possível as diversas frações da classe dominante, apartava-a abissalmente do conjunto da sociedade.

O mesmo ato que extinguiu as restrições ao poder do estado que as divergências intraclasses dominante impunham aos regimes anteriores, em face da “ameaça de um isolamento do proletariado”, valia-se “do poder estatal, sem piedade e com ostentação, como de uma máquina nacional de guerra do capital contra o trabalho” (GCF, p. 79). Nesta peleja sistemática contra as massas produtoras, a burguesia via-se na contingência de conceder ao poder executivo mais e mais propriedades repressivas, o que levou a cabo destituindo sua última base – a assembléia nacional – de todas as suas defesas contra o executivo.

Assim, como já vimos, o bonapartismo era, assegurava Marx, “a única forma de governo possível, num momento em que a burguesia já havia perdido a capacidade para governar o país e a classe operária ainda não a havia adquirido” (GCF, p. 80). Visto em toda parte como “salvador da sociedade”, possibilitou à “sociedade burguesa livre de preocupações políticas” um desenvolvimento inimaginável. Contrastando com a miséria das massas, “sua indústria e seu comércio adquiriram proporções gigantescas; a especulação financeira realizou orgias cosmopolitas”, numa verdadeiramente “ultrajante ostentação de um luxo suntuoso, falso e vil” (GCF, p. 80).

Por sua vez, a Prússia “ardiu em desejos de trasladar esse regime de Paris para Berlim”. A internacionalização do fenômeno era uma prova a mais de que

O imperialismo é a forma mais prostituída e, ao mesmo tempo, a última forma daquele poder estatal que a sociedade burguesa nascente havia começado a criar como meio para emancipar-se do feudalismo e que a sociedade burguesa adulta acabou transformando em um meio para a escravização do trabalho pelo capital (GCF, p. 80).

Durante a Revolução de Fevereiro, a palavra de ordem “república social” expressava a convicção de que era necessário um governo que não apenas modificasse as estruturas formais de dominação de classe, mas que eliminasse a própria dominação de classe. “A Comuna era a forma positiva dessa república” (GCF, p. 80). A Comuna superou em muito as tarefas que as prefeituras realizavam normalmente – não se limitou a administrar a municipalidade, mas efetivamente exerceu todas as atividades que até então eram realizadas apenas por uma complexa estrutura estatal, dizia Marx. Entretanto, “a classe operária não pode limitar-se simplesmente a se apossar da máquina do estado tal como se apresenta e servir-se dela para seus próprios fins” (GCF, p. 78). Desta forma, observava, Paris persistiu na resistência porque, diante do cerco, eliminou o exército, pondo em seu lugar uma

guarda nacional composta, fundamentalmente, por operários – o primeiro decreto da Comuna tratou de tomar perdurável esta substituição do exército permanente pelo povo em armas.

Outras instituições também foram destruídas pela prática social da Comuna, como o parlamento e a polícia. No primeiro caso, seus conselheiros municipais representavam os diversos distritos da cidade, eleitos por sufrágio universal e destituíveis a qualquer momento, cumprindo, de uma só vez, as funções executiva e legislativa. No segundo caso, “a polícia foi imediatamente despojada de suas atribuições políticas e convertida num instrumento da Comuna, responsável perante ela e demissível a qualquer momento” (GCF, p. 81). Igualmente o judiciário sofreu as inflexões das decisões da Comuna: os magistrados e juizes também eram eleitos e demissíveis. Em todos os casos, os funcionários daquele “governo dos produtores pelos produtores” recebiam salários de operários. Apenas o espírito destas observações já deixa claro que a Comuna jamais pretendeu substituir o sufrágio universal por uma forma hierárquica de investidura, como seus inimigos propalaram.

Tendo desestruturado os meios de repressão física do antigo regime, o exército permanente e a polícia, a Comuna voltou-se à destruição das forças repressivas espirituais, e “todas as instituições de ensino foram abertas gratuitamente ao povo e ao mesmo tempo emancipadas de toda intromissão da igreja e do estado” (GCF, p. 81).

Não houve tempo para desenvolver o esboço de organização nacional proposto pela Comuna, mas Marx frisava, diante dos detratores, que de nenhuma maneira pretendia manter-se restrita aos limites de Paris ou acabar com a unidade da nação (que se havia tornado em fator de produção poderoso). Era o caso de conferir-lhe nova estrutura também na província, dando cabo do antigo sistema centralizado e substituindo-o pelo governo dos trabalhadores, ou seja, “a Comuna devia ser a forma política inclusive das menores aldeias do país”, destruindo o arcaico “poder estatal, que pretendia ser a encarnação daquela unidade, independente e situado acima da própria nação, em cujo corpo não era mais que uma excrescência parasitária” (GCF, p. 821).

Era, pois, uma reestruturação nacional e profunda: aqueles órgãos estatais puramente repressivos deveriam ser simplesmente extirpados e as “suas funções legítimas deviam ser arrancadas a uma autoridade que usurpava uma posição

preeminente sobre a própria sociedade, para restituí-la aos servidores responsáveis dessa sociedade” (GCF, p. 82).

Nos *Materiais preparatórios* para a redação d’*A guerra civil na França*, Marx restabelecia a discussão sobre a politicidade, deixando cristalina a retomada das idéias que já expusemos a respeito do tema, as quais o acompanhavam desde 1842/3. Podemos acompanhar, ali, a reprodução de alguns trechos de seu raciocínio que foram excluídos da publicação do livro, embora estejam lá presentes em termos de idéias gerais. Para ele, a única república possível na França e na Europa de então era a “república social”, a qual deveria subtrair aos capitalistas e proprietários rurais a máquina do estado, substituí-la pela Comuna e reconhecer a emancipação social como sua grande meta, atuando de forma a garantir a existência desta transformação social por meio da organização comunal. Qualquer outra república seria tão-somente o terror anônimo da dominação de classe.

Assim, dizia que “A máquina centralizada, com cujos complexos e ubíquos órgãos – militares, burocráticos, clericais e jurídicos, o estado enreda, como uma jibóia, a sociedade civil, se originou no início da monarquia absoluta, como arma da nascente sociedade moderna” (*apud* Chasin, 2000, p. 158). Caracteres antes fragmentados foram agrupados e passaram a formar “o poder de estado ordenado e dotado de uma divisão do trabalho sistemática e hierarquizada, expandindo o raio de ação e a independência em relação à sociedade real e o controle sobrenatural sobre ela” (*apud* Chasin, 2000, pp. 158-9). Sob Napoleão atingira seu desenvolvimento integral e constituíra-se plenamente em “excrecência parasitária” travestida de contrapartida ideal à sociedade civil; as revoluções ocorridas desde então aperfeiçoaram o mecanismo, em vez de destruir este “pesadelo asfíxiante”.

Na seqüência, Marx destacava que a Comuna era a antítese ao executivo centralizado; não se opusera, por suas medidas práticas, a esta ou aquela forma de estado, mas ao estado *tout court*, “esse aborto prodigioso da sociedade”,

Não foi dessas lutas tacanhas entre a forma executiva e a parlamentar de dominação de classe, mas uma insurreição contra ambas, que se integram uma à outra, e das quais a forma parlamentar é somente a suplementação enganadora da ação do executivo. Diante da forma final da usurpação estatal, que foi o segundo império, a Comuna foi sua negação clara e, por isso, o início da revolução social do século XIX (Marx *apud* Chasin, 2000, p. 159).

Seu significado universal advém da execução de uma missão histórica radicalmente original. A Comuna significou não a transição de um domínio de classe

para outro, mas propriamente uma revolução cuja principal tarefa consistiu na destruição da máquina de dominação. Apenas os trabalhadores tinham condições de cumprir a inovadora tarefa social de destruir toda supremacia de classe, só eles podiam eliminar “o poder governamental centralizado e organizado, que, usurpador, se pretende senhor, e não servidor da sociedade”. A Comuna é propriamente “a reabsorção do poder de estado pela sociedade, que constitui suas próprias forças vivas, em lugar de forças que a controlem e subjuguem”. É *a forma política da emancipação social*, o momento propriamente político da revolução social, à qual está destinado o desmonte do aparelho estatal-parlamentar; este, porém, não constitui senão a forma política do antigo estado de coisas, não é a vida real das classes dominantes. Neste sentido, “a Comuna não constitui o movimento social de regeneração universal da humanidade, somente o meio organizado de ação” (*apud* Chasin, 2000, pp. 159-60). Não tem o pendor de eliminar a luta de classes, abolir a dominação classista, já que esta não representa um interesse particular, mas a emancipação geral do trabalho, base da vida individual e societária. Apresenta, contudo, as formas racionais que permitem à luta de classes atravessar suas diversas fases de modo mais humano e racional.

Ela inicia a *emancipação do trabalho* – sua grande meta – acabando com a obra improdutiva e perniciosa dos parasitas de estado; suprimindo, de um lado, as causas que sacrificam uma porção imensa do produto nacional na alimentação do monstro estatal; e, de outro, fazendo o trabalho real da administração local e nacional (*apud* Chasin, 2000, p. 160).

A par da transformação política, principia uma portentosa reforma econômica. É evidente, diz Marx, que só depois de um longo processo poderiam ser atingidas as condições para a substituição do trabalho assalariado pelo trabalho livre e associado, uma vez que tais condições demandam transformações não só distributivas, mas que instituam uma nova organização da produção, na qual estejam libertadas as formas sociais de produção já existentes. Bem assim, é imprescindível uma “coordenação nacional e internacional harmoniosa das formas sociais de produção assim libertadas”. Entretanto, sublinhava, “passos muito largos podem ser dados de imediato por meio da forma comunal de organização política” (Marx *apud* Chasin, 2000, p. 160).

Marx argumentava, já no texto publicado sobre *A guerra civil*, que criações históricas em tudo novas são, geralmente, confundidas com formas mortas da vida social com que se assemelham de alguma maneira. Nestes termos, a Comuna, cujo

objetivo fundamental era destruir o poder estatal moderno, era tida, numa falsa analogia, como o renascimento das comunas medievais (que, ao contrário, precederam-no e o prepararam).

Tratava-se, contudo, de uma forma social nova, a única capacitada a regenerar a França; este regime e, mais que isto, “teria devolvido ao organismo social todas as forças que até então vinham sendo absorvidas pelo estado parasitário, que se nutre à custa da sociedade e freia seu livre movimento”. Também faria dos operários da cidade representantes naturais dos interesses dos produtores do campo, que estariam subordinados ideologicamente às capitais de seus distritos (GCF, p. 83). Assim, a autonomia local era uma consequência evidente da própria existência da Comuna, mas agora não mais em contraposição ao – supérfluo – poder estatal. As instituições republicanas passaram a ser efetivamente democráticas sob a égide da Comuna, embora nem um “governo barato” nem uma “verdadeira república” fossem seus objetivos primários, senão suas consequências lógicas.

As inúmeras interpretações e incontáveis interesses que buscaram explicá-la em seu benefício atestam que a Comuna “era uma forma política perfeitamente flexível, diferentemente das formas anteriores de governo, todas elas fundamentalmente repressivas”. Sua alma e sua essência estavam em que “a Comuna era, essencialmente, um governo da classe operária, fruto da luta da classe produtora contra a classe apropriadora, a forma política afinal descoberta para levar a cabo a emancipação econômica do trabalho” (GCF, p. 83). Isto porque a escravidão social dos trabalhadores não se coaduna com sua dominação política, de forma que a Comuna serviria de instrumento para eliminar as bases econômicas que permitem a existência das classes e, assim, a dominação de classe. “Uma vez emancipado o trabalho, todo homem se converte em trabalhador, e o trabalho produtivo deixa de ser um atributo de classe” (GCF, p. 84).

Marx respondia “sim” aos brados exasperados dos que acusavam a Comuna de querer abolir a propriedade – que consideravam base de toda civilização: queria realmente abolir a propriedade classista, apropriação por poucos da riqueza gerada pelo trabalho de muitos. O comunismo não era aquele projeto impossível que se alardeava:

A Comuna aspirava à expropriação dos expropriadores. Queria fazer da propriedade individual uma realidade, transformando os meios de produção, a terra e o capital, que hoje são fundamentalmente meios de escravização e exploração do

trabalho, em simples instrumentos de trabalho livre e associado. /.../; se as sociedades cooperativas unidas regularem a produção nacional segundo um plano comum, tomando-a sob seu controle e pondo fim à anarquia constante e às convulsões periódicas, consequências inevitáveis da produção capitalista – que será isso, cavalheiros, senão comunismo, comunismo “realizável”? (GCF, p. 84).

Marx afirmava que a tendência do desenvolvimento econômico da sociedade atual a empurrava de modo indômito a uma “forma superior de vida”, com a emancipação do proletariado. Isto, porém, de nenhuma maneira se daria automaticamente ou por vontade popular, mas seriam necessárias lides doridas, “toda uma série de processos históricos que transformarão as circunstâncias e os homens”. Não se trata, para os operários, de “nenhum ideal, mas simplesmente libertar os elementos da nova sociedade que a velha sociedade burguesa agonizante traz em seu seio” (GCF, p. 84).

Observava, também, que os operários romperam, de forma inédita, o dogma segundo o qual não teriam nível suficiente para se autogovernarem, e mostraram, que podiam fazê-lo “de modo modesto, consciente e eficaz”, ainda que em face das circunstâncias mais difíceis (GCF, p. 85). Até mesmo a grande massa da classe média parisiense foi levada a constatar que apenas o proletariado podia ter, naquele momento, iniciativa social – mesmo porque muitos de seus membros (que haviam contribuído para a repressão das Jornadas de Junho) receberam como troco o desprezo por seus problemas creditícios. Estes pequeno-burgueses intuía que não teriam outra escolha para além da Comuna ou do império – recebesse este o nome que fosse. Ora,

O império arruinara-os economicamente, com sua dilapidação da riqueza pública, com a *escroquerie* financeira que fomentou e com o apoio prestado à centralização artificialmente acelerada do capital, que pressupunha a expropriação de muitos dos seus componentes. Suprimira-os politicamente e os escandalizara moralmente com suas orgias: insultara o seu voltarianismo ao entregar a educação de seus filhos aos *frères ignorantins*, e sublevava seu sentimento nacional de franceses ao lançá-los precipitadamente a uma guerra que só ofereceu uma compensação para os desastres causados: a queda do império. (GCF, p. 85)

Não surpreendia, portanto, que o fim da era bonapartista permitisse o aparecimento de um “autêntico partido da ordem da classe média”, uma união pela república que se subordinou à Comuna e tomou sua defesa. “Só o tempo dirá se a

gratidão dessa grande massa da classe média resistirá às duras provas atuais” (GCF, p. 85).

No que toca a outro segmento social grandemente majoritário na França de então, os camponeses, Marx ressaltava que o latifúndio, por si próprio, já se lhes mostrava como uma usurpação do que haviam conquistado na Revolução Francesa. A mesma burguesia que era proprietária de terras cobrou-lhes em 1848 o imposto adicional de 45 centimos e, agora, instigava à guerra civil contra-revolucionária com o fito último de “lançar sobre os ombros dos camponeses a carga principal dos cinco bilhões de indenização que devia pagar aos prussianos” (GCF, p. 86). Neste ínterim, o professor havia dado lugar ao padre, cujo ensino os embrutecia, e todo o ano de 1850 fora caracterizado pela perseguição a eles. Mas havia questões mais essenciais cuja solução dependia da Comuna, também obrigada a resolvê-las: as hipotecas, a proletarianização e o processo de expropriação da terra camponesa, acelerado com o desenvolvimento da moderna agricultura e a concorrência da produção agrícola capitalista. A França profunda e rural se consumia com a perspectiva de que o contato da província com a Paris da Comuna daria margem a uma insurreição camponesa generalizada – daí que estivesse tão empenhada em bloquear a capital e conter a propagação das idéias nocivas.

A Comuna representava, dizia Marx, “todos os elementos sãos da sociedade francesa e, portanto, o governo nacional autêntico”. Enquanto “governo operário e campeão intrépido da emancipação do trabalho”, era essencialmente internacionalista, opondo à anexação prussiana da Alsácia e da Lorena a incorporação à França de proletários de todo o mundo (GCF, p. 87). Mais uma vez se clarificavam diferenças quanto ao segundo império: este, “jubileu da trapaça cosmopolita”; a Comuna, por sua vez, “concedeu a todos os estrangeiros a honra de morrer por uma causa imortal” (GCF, p. 87).

Marx sintetizava o próprio fato de ter se constituído e agido como a maior medida social da Comuna. “Suas medidas concretas não podiam senão expressar a linha de conduta de um governo do povo pelo povo.” Dentre tais providências, mencionava a abolição do trabalho noturno nas padarias, da aplicação (arbitrária, e que reunia as funções de legislador, juiz, executivo e capitalista) de multas ao trabalhador pelo patrão, a ocupação e gerenciamento, pelas organizações operárias, dos estabelecimentos fabris fechados. Lembrava que tais medidas, “notáveis por sua

habilidade e moderação, tiveram de limitar-se necessariamente ao que era compatível com a situação de uma cidade sitiada” e que se realizavam

Enquanto o governo de Versalhes, assim que readquiriu um pouco de ânimo e de forças, empregava contra a Comuna as medidas mais violentas; enquanto afogava a livre manifestação do pensamento por toda a França, até ao ponto de proibir as assembléias de delegados das grandes cidades; enquanto submetia Versalhes e o resto da França a uma espionagem que deixava nos cueiros o segundo império; enquanto queimava por meio de seus gendarmes inquisidores todos os jornais publicados em Paris e violava toda a correspondência que procedia da capital ou partia dela; na assembléia nacional as mais tímidas tentativas de aventurar uma palavra em favor de Paris eram esmagadas (GCF, p. 88)

Marx não desconhecia que as revoluções possibilitam a ascensão, *pari passu* com os revolucionários, de pessoas de índole diversa. Não foi diferente na Comuna, em que tais indivíduos também obstaculizaram a verdadeira ação da classe operária, dizia ele. Sua presença é inescapável, dependendo de tempo para ser detectada e neutralizada – tempo foi, contudo, o que a Comuna menos teve.

As “autênticas mulheres de Paris, heróicas, nobres e abnegadas como as mulheres da antiguidade” encontraram seu lugar na Comuna. E de tal maneira “Paris trabalhava e pensava, lutava e dava o seu sangue; radiante no entusiasmo de sua iniciativa histórica, dedicada a forjar uma sociedade nova, [que] quase se esquecia dos canibais que tinha às suas portas” (GCF, p. 89). Em contraposição direta a esta nova sociedade, o puído e ultrapassado mundo de Versalhes, reunião dos “vampiros de todos os regimes mortos” (GCF, p. 89).

Procurou-se culpar Paris pelos incêndios de edifícios e monumentos históricos. Ora, dizia Marx, depois das atrocidades cometidas, aqueles que exploram o proletariado não deviam pretender que seus lares fossem mantidos intocados. O fogo era uma arma de guerra tão legítima e utilizada quanto as demais, e na guerra dos trabalhadores contra os apropriadores “– a única guerra justificada da história –” não seria diferente. Os incêndios eram uma forma de defender-se, exclusivamente: “Sabia a Comuna que aos seus inimigos não importavam as vidas do povo de Paris, mas que em troca lhes importavam muito os edifícios parisienses de sua propriedade” (GCF, p. 97). O fogo voltava-se a deter o avanço das tropas de Versalhes, a cobrir a retirada, e mesmo assim apenas depois que o exército contra-revolucionário deu início a seus atos bárbaros. Ironicamente, “a burguesia do mundo inteiro, que assiste

com complacência a essa matança em massa depois da luta, treme de horror ante a profanação do ladrilho e do tijolo” (GCF, p. 96).

Marx também defendeu a Comuna no tocante à execução de 64 reféns, incluindo o arcebispo de Paris, lembrando que a própria burguesia, já em junho de 1848, retomara o fuzilamento de prisioneiros indefesos, espalhando pela Europa e Índia este “costume brutal”. Por outro lado, “os prussianos restabeleceram na França a prática de fazer reféns: pessoas inocentes, a quem se obrigava a responder com suas vidas pelos atos de outros”, ato ao qual a Comuna foi obrigada para se defender. Tomados como reféns o arcebispo e inúmeros sacerdotes, tentou trocá-los por apenas um prisioneiro, Blanqui, o que Thiers recusou renitentemente, pois “sabia que com Blanqui dava à Comuna uma cabeça e que o arcebispo serviria melhor aos seus fins como um cadáver” (GCF, p. 98).

Não bastassem suas “orgias de sangue”, o partido da ordem não se vexava de caluniar reiteradamente suas vítimas. Tal como os antigos senhores feudais, o burguês pensa que tem o direito de utilizar-se de todas as armas contra os plebeus – quanto a estes, até pensar em possuir qualquer arma era tachado de crime.

Retomando o fio dos acontecimentos, junto com Marx, lembre-se que, depois de uma primeira tentativa, fracassada, de dobrar a capital e entregá-la aos prussianos, a segunda, em 18 de março, redundou em derrota e fuga do governo, com a transferência de toda a estrutura estatal para Versalhes. Thiers procurou, negociando, ganhar tempo para efetuar a guerra contra a capital. O apelo por ajuda da província foi malogrado e qualquer exército não teria como enfrentar a capital sem a incorporação dos prisioneiros de guerra, paulatinamente liberados por Bismarck “em quantidade que bastasse para manter viva a guerra civil e conservar o governo de Versalhes em abjeta dependência com relação à Prússia” (GCF, p. 91). A resistência dos rebeldes conquistava o exército versalhês. A província, em vez de oferecer sua ajuda ao governo, incitava à reconciliação com a capital, reconhecia a república, as liberdades das comunas e a expiração do prazo do mandato da assembléia. Depois de perceber o fracasso de tomar por crime qualquer apelo à conciliação, Thiers acabou marcando eleições municipais para 30 de abril, com base em lei municipal que a assembléia Nacional decretara por indicação dele próprio. Tinha plena convicção de que a província o ajudaria a conquistar a assembléia nacional e, daí, a força material necessária para subjugar Paris. Esta artimanha objetivava ludibriar a província, conquistar a pequena burguesia parisiense e

permitir aos membros supostamente republicanos da assembléia fingir acreditar em Thiers e ocultar sua traição à capital. Mas até mesmo estas concessões estratégicas eram postas em dúvida pelo próprio Thiers, em declarações dobres.

Já vimos como a revolução de 1848 substituíra, no tocante aos crimes políticos, a pena de morte pela deportação. Ora, Luís Bonaparte, ao menos em aparência, não pôde retroceder e também a assembléia “dos rurais” – que não se atrevera ainda nem a insinuar que os parisienses eram assassinos – foi obrigada a restringir a retaliação a Paris (que preparava) à nova lei Dufaure de deportação. Com tudo isto, quem permitiu a Thiers continuar representando a farsa foram os limitados “rurais”, que não compreendiam (e murmuravam contra) a concessão tática.

Ao contrário, porém, do que esperava Thiers, entre os 700 mil conselheiros municipais eleitos nos 25 mil municípios franceses, legitimistas, orleanistas e bonapartistas conseguiram eleger 8 mil e as votações suplementares foram ainda mais resistentes. “Desse modo, em lugar de obter das províncias a força material de que tanto necessitava, a assembléia perdia até o seu último título de força moral: o de ser expressão do sufrágio universal da nação” (GCF, p. 93). A derrota teve como corolário a ameaça de convocação de uma assembléia em Bordéus contra o parlamento usurpador de Versalhes.

Era o momento ansiosamente aguardado por Bismarck para concretizar seus planos. Assim, mandou chamar representantes de Thiers para negociar a paz definitiva. Em Frankfurt, o prussiano não lhes deu outra opção que a restauração do império ou a aceitação incondicional da paz, tal como ele mesmo a propunha: minimização aos prazos para o pagamento da indenização de guerra, prorrogação indefinida da ocupação dos fortes de Paris pelas suas tropas, até que avaliasse como tranqüila a situação da capital, entre outras. Com isto, a Prússia se tornava de fato magistrado nos assuntos internos da república francesa, oferecendo em compensação a libertação do exército bonapartista prisioneiro, além do apoio das tropas prussianas, para que lutasse contra Paris. Aliás, concedia “generosamente” que a primeira parcela da indenização apenas fosse quitada após a “pacificação” da Cidade-Luz. Sem hesitar, Thiers e seus plenipotenciários assinaram o tratado de paz em 10 de maio, e a assembléia de Versalhes confirmou a aceitação no dia 18.

Enquanto não chegavam as tropas bonapartistas, Thiers novamente fingiu querer a reconciliação, mesmo porque precisava acalmar os pretensos republicanos

para que o deixassem em paz para preparar o massacre. Esta também não era uma característica única da França daquele momento, senão que

A civilização e a justiça da ordem burguesa aparecem em todo o seu sinistro esplendor onde quer que os escravos e os párias dessa ordem ousem rebelar-se contra os seus senhores. Em tais momentos, essa civilização e essa justiça mostram o que são: selvageria sem máscara e vingança sem lei. Cada nova crise que se produz na luta de classes entre os produtores e os apropriadores fez ressaltar esse fato com maior clareza. (GCF, p. 96).

Desta maneira, até mesmo a carnificina efetuada em junho de 1848 seria ultrapassada pela “infâmia indescritível de 1871”. A magnanimidade dos objetivos da Comuna evidenciou-se no “heroísmo abnegado” com que todo o povo lutou, por oito dias, contra os versalheses e comparsas e pelo fato de que se dispôs a morrer em quantidade inaudita – independentemente da idade e do sexo. “A moderação da Comuna durante os dois meses de seu domínio indisputado só se iguala ao heroísmo da sua defesa” (GCF, p. 96). Já “as façanhas infernais” dos contra-revolucionários mostra exatamente o âmago da civilização que representam e cuja maior preocupação era livrar-se dos inúmeros mortos. “Em cada um de seus triunfos sangrentos sobre os abnegados paladinos de uma sociedade nova e melhor, essa infame civilização, baseada na escravização do trabalho, afoga os gemidos de suas vítimas num clamor selvagem de calúnias, que encontram eco em todo o mundo.” (GCF, p. 96)

Em junho, Marx escrevia a Beesly acerca da ajuda aos *communards* que, escondidos em Paris, precisassem de passaportes para evadir-se. Também dizia que as insanidades saídas na imprensa sobre seus textos que discutiam a Comuna mostravam que a polícia versalhesa não tinha tido acesso a documentos autênticos. Dizia a seu interlocutor que havia informado aos comunardos detalhes da *entente* entre Favre e Bismarck, informação que havia recebido do principal assessor de Bismarck. E lamentava:

Se ao menos a Comuna tivesse escutado minhas advertências! Aconselhei seus membros a fortificar a vertente norte e as colinas Montmartre, a vertente prussiana, e eles teriam tempo de fazê-lo; predisse-lhes que, de outro modo, seriam tomados numa grande ratoeira; lhes desmascarei Pyat, Grousset e Vesinier; pedi-lhes que enviassem imediatamente a Londres todos os papéis que comprometessem os membros da Defesa Nacional, para moderar assim um pouco o furor dos inimigos da Comuna: isto teria frustrado parcialmente os planos dos versalheses. (Carta a Beesly de 12 de junho de 1871, p. 264)

De acordo com Marx, Bismarck se regozijava diante das ruínas de Paris e dos cadáveres do proletariado, pois significavam não apenas o esmagamento de uma revolução, mas o aniquilamento da França – obra-prima do próprio governo francês, em que não precisara sujar as mãos. Sua visão deste “formidável acontecimento histórico” era absolutamente superficial, como é comum aos estadistas.

Em termos estritos, avaliava Marx, não havia guerra entre a Prússia e a Comuna, já que esta concordara com as condições de paz, e a província alemã se declarara neutra. De forma nunca vista, porém, os exércitos que se enfrentavam pouco antes se coligaram, “na mais tremenda guerra dos tempos modernos”, para a imolação do proletariado. Bem ao contrário do que imaginava Bismarck, isto não era

o esmagamento definitivo da nova sociedade que avança, mas o desmoronamento completo da sociedade burguesa. A empresa mais heróica de que é ainda capaz a velha sociedade é a guerra nacional. E fica provado agora que é ela uma pura mistificação dos governos, destinada a retardar a luta de classes, e da qual se prescinde logo que essa luta eclode sob a forma de guerra civil. A dominação de classe já não pode ser disfarçada sob o uniforme nacional; todos os governos nacionais são *um só* contra o proletariado! (GCF, p. 99)

Era, pois, incontestável a guerra aberta entre os operários da França e aqueles que se apoderam das riquezas por estes produzidas. A “soldadesca mercenária” poderá conter temporariamente a luta, mas esta ressurgiria sempre e ainda com mais força. O vencedor seria, indubitavelmente, a grande maioria de trabalhadores e, ajuntava, “a classe operária francesa não é senão a vanguarda do proletariado moderno” (GCF, p. 99).

Finalizemos com seus comentários acerca da AIT. Marx destacava que era vista pelos burgueses essencialmente policialescos como a cabeça de uma espécie de conspiração secreta a preparar e ordenar eventualmente insurreições em um ou outro país. “Na realidade, nossa Associação não é mais que a ligação internacional entre os operários mais avançados dos diversos países do mundo civilizado”. Neste sentido, era natural que seus membros estivessem na vanguarda ali onde a luta de classes atingisse certa maturidade. Seu nascedouro era a própria sociedade moderna – era, pois, impossível eliminá-la, por maior que fosse o morticínio, porque seu fim só viria com a destruição do “despotismo do capital sobre o trabalho, base de sua própria existência parasitária” (GCF, p. 100). Marx não tinha dúvidas de que a AIT era pioneira na destruição da antiga sociedade, “com suas misérias econômicas e seu delírio político”, e na criação de uma “sociedade nova, cujo princípio de política

internacional será a *paz*, porque o governante nacional será o mesmo em todos os países: *o trabalho*” (1MCGA, p. 56).

Uma das últimas manifestações marxianas a respeito da Comuna aparecem em sua correspondência de 1881. Marx dizia que um governo socialista não se estabeleceria num país onde as condições não estivessem maduras “para, através de medidas apropriadas, dar um xeque-mate na burguesia e realizar assim o primeiro dos *désiderata*; ganhar tempo para a ação futura”. Reportava-se, então, à experiência da Comuna, antecipando-se à possível objeção de seu interlocutor:

sem contar que foi uma insurreição de uma única cidade em condições excepcionais, a maioria dos membros da Comuna não era de forma alguma socialista e não poderia sê-lo. Com um mínimo de bom senso, ela teria podido obter um compromisso com Versalhes que seria proveitoso a toda a massa do povo: a única coisa a fazer então. A apropriação do Banco da França seria suficiente para intimidar os fanfarrões de Versalhes etc. etc. (Carta a Domela-Nieuwenhuis de 22 de fevereiro de 1881, p. 339).

Da análise marxiana da Comuna, vê-se, pois, que se tratava de uma postura amadurecida e lúcida, que percebia os limites e, também, as criações absolutamente inovadoras que portava.

3.3 EPÍTOME

A Comuna de Paris representou um marco fundamental para o movimento operário internacional e foi, por isso, objeto de estudo dos mais importantes representantes do marxismo. Pode-se dizer que o evento em Paris, embora tivesse sido razoavelmente previsto por Marx (que até advertira contra ele), surpreendeu o pensador marxiano em diversos aspectos, possibilitando-lhe um aprofundamento e um esclarecimento de sua teoria, em especial no que toca ao aspecto político.

Ressalta desta análise de Marx, para irmos direto ao tema deste trabalho, sua convicção sobre o papel progressista que Bismarck exercia na Alemanha (e que contrasta com o significado histórico do bonapartismo francês): preparava o caminho para uma atuação proletária mais eficaz, já que completava as tarefas burguesas. Subjugava e, ao mesmo tempo, satisfazia os interesses da burguesia alemã, incapaz, covarde e indecisa. Também fica evidenciada a apreensão do domínio liderado por ele como *bonapartista*; o falso democratismo, o despotismo verdadeiro, as agiotagens, os

truques chifrins – estava tudo lá, com a diferença, já aludida, do caráter progressista que tudo isto assumia no quadro do atraso alemão.

Como citamos, até 1871 Marx avaliava as revoluções em geral (como as de 1848) comparando-as às revoluções burguesas (em relação às quais estas últimas demonstravam um caráter descendente). De fato, por muito tempo o pensador alemão teve as revoluções efetivadas pela burguesia como parâmetro analítico para estudar outros processos revolucionários. A partir da Comuna de Paris, entretanto, a classe operária e seu pensamento científico se desvencilhavam totalmente da necessidade de uma referência às antigas revoluções. Havia conquistado um novo patamar, desenvolvendo uma nova forma de organização que exprime justamente sua exclusiva capacidade de iniciativa histórica.

O estado que era preciso destruir advinha, como já vimos no capítulo anterior, do período da monarquia absoluta, tendo sido um dos instrumentos de que se valeu a burguesia nas batalhas travadas com o feudalismo. A Revolução Francesa varreu os empecilhos que lhe estorvavam o caminho e, sob Napoleão Bonaparte, consolidou a superestrutura do edifício do estado moderno. Assim acabado, e sempre acompanhando as mudanças econômicas, ficou sob domínio dos parlamentares e, em 1830, após uma tentativa abortada de divisão de poder, passou ao controle da burguesia, inimiga mais próxima do proletariado. Esta se esforçou por mostrar seu zelo na manutenção da ordem, instituindo um terror de classe.

Sempre que possível, Marx sublinhava o caráter desta república burguesa, sua oposição à república social, sua selvageria na repressão a quem quer que ouse se rebelar contra o domínio burguês assim instituído. Sem que tenha havido nenhuma transgressão da natureza do estado, o perigo social levou a burguesia a despojar seu governo direto dos instrumentos de que necessitava para manter-se de pé, cedendo passo ao bonapartismo. Esta era, dizia ele, o único governo possível numa situação em que a burguesia decaía, mas o proletariado ainda não chegara à potência necessária para assumir as rédeas do poder. Minimizando as lutas de classes, libertou a burguesia de suas preocupações políticas e encheu-lhe os bolsos, aprimorando seu mecanismo de guerra contra o trabalho.

Todas as revoluções aprimoraram o estado. De sua parte, porém, a nova revolução francesa, como Marx já previa em 1852, não seria mais uma tentativa de transferir o controle do poder estatal e aprimorá-lo, mas de esmagá-lo e destruí-lo. A Comuna era o eco do clamor pela república social que se ouvira em fevereiro de 1848.

Mas mesmo seu aniquilamento trazia uma novidade histórica. Sua derrota era, ao mesmo tempo, uma advertência aos povos do mundo. Evidenciava-se que as guerras levadas a cabo pelos governos nacionais (estes, tão em voga por aquelas eras e ainda hoje alardeados até por auto-intitulados marxistas) eram uma mistificação. Seu maior objetivo era retardar a luta de classes – mas, quando esta aparece como guerra civil, os antigos opositores nacionais confraternizam. O rei nacional estava nu: todos os governos, mesmo os inimigos de ontem, são um só contra o proletariado revolucionário.

Vimos que Marx alertava já nos anos 70 sobre a “loucura” que seria uma revolta operária em Paris; donde sua recomendação de que a classe trabalhadora aproveitasse a libertação republicana para desenvolver de forma sistemática sua própria organização de classe, com o que estaria se preparando para batalhas futuras. De forma semelhante, em fins de 1868, Engels se pronunciava acerca da possibilidade de uma insurreição na capital assegurando que “*militarmente falando*, os parisienses não têm a menor chance de sucesso se puserem a revolução em movimento agora. Nada se pode fazer sem revolta dos militares”. Para ele, Bonaparte tentava incitar um tal acontecimento, mas seria tolice dos revolucionários realizar estes desejos (Carta a Marx de 20 de novembro de 1868).

Não obstante, assim que a insurreição veio à luz, Marx não hesitou em declarar seu apoio e não poupou esforços neste sentido: na propaganda, na apreciação e propositura de soluções para os problemas, na mobilização em prol dos federados que haviam conseguido escapar do morticínio imposto pela burguesia em furiosa revindita.

A apaixonada análise marxiana não poderia ser reportada a um desconhecimento ou supervalorização da Comuna – que, de resto, já havia designado como uma tentativa de “assalto aos céus” e cujos erros apontava. De fato, não foi uma experiência plena e completa, porque não poderia sê-lo (Marx arrolava entre os erros do Comitê Central não ter marchado logo sobre Versalhes, a pressa em passar o poder à Comuna e a perda de um tempo escasso e precioso com a eleição desta).

O apoio de Marx não se resumiu, por outro lado, como alguns teóricos acreditam, à mera solidariedade de classe ou, pior ainda, a uma sorte de cálculo político. Se se lembrar sua manifestação numa reunião do Comitê de Correspondência em 1846, pode-se entender que dificilmente ele tomaria tal atitude. Contra Weitling, que acreditava que teorias ligadas ao povo, mesmo se equivocadas,

valem mais que as “análises de gabinete de doutrinas muito distanciadas do mundo sofredor e das misérias do povo”, Marx reagiu violentamente, dando um murro na mesa e proferindo: “A ignorância nunca serviu para nada!” (*apud* Claudín, 1985, p. 54). Analogamente, ele não teria apoiado com tanta ênfase e paixão a Comuna, mesmo enxergando seus erros e limitações, se não tivesse visto ali algo mais profundo, *novo*.

Fica clara, na explicação marxiana, a oposição ao socialismo utópico e ao anarquismo, que também já citamos em capítulo anterior. A abolição do estado não poderia ser anunciada por decreto, como faziam Bakhunin e seguidores, atrapalhando os caminhos muito mais sólidos que a classe operária trilhava na atuação prática. Por outro lado, em vez de impor ao movimento operário fórmulas criadas por algum pedantismo de gabinete, Marx perscrutava as possibilidades reais, uma vez que a emancipação do trabalho não é um ideal a realizar, mas a libertação dos elementos da nova sociedade presentes no seio da antiga, o aproveitamento de tendências postas no real e a ação no sentido de fazer a história andar em determinada direção.

Pode-se afirmar, com efeito, que a apreensão marxiana do *estatuto negativo* da política encontrou seu momento de auge na sua análise da Comuna de Paris, que pôs os pilares de uma ação *metapolítica*. Marx já havia chegado a tais delineamentos desde 1843, como aludimos, e aqui empregou inclusive termos muito próximos. Em 1852, em face do golpe bonapartista, insistiria em que o proletariado não pode simplesmente tomar a máquina estatal de guerra do capital contra o trabalho e usá-la em seu favor – tinha de destruí-la. Com a Comuna, finalmente havia ficado claro como fazê-lo, como seriam ações e providências que tornam desnecessário o próprio estado.

A Comuna veio realizar uma inédita missão histórica, a destruição da máquina de dominação de classes. Na Comuna a sociedade reabsorveria suas próprias forças vivas, subtraídas pelo estado e que a controlam e subjagam, constituindo-se propriamente no momento político da revolução social, tal como Marx havia exposto nos seus primeiros textos marxianos. É uma primeira etapa da emancipação do trabalho na qual se conjugam transformação política e reforma econômica, tarefas políticas que visavam a destruir a própria política – donde, metapolíticas – e, pois, condições para a substituição do trabalho escravizado pelo capital pelo trabalho livre e associado sobre o qual já se manifestara em textos como *A sagrada família* e

Manifesto comunista. Para ele, como vimos, a Comuna era a forma política, *finalmente descoberta*, que possibilitava efetivar a emancipação econômica do trabalho. Ele encontrou as mais sérias indicações de como construir uma *prática política* que visasse à *destruição da política* na atuação da Comuna de Paris.

A primeira forma de governo da classe operária, a Comuna de Paris, preocupou-se desde logo com o dismantelamento da máquina estatal, pela eliminação do exército permanente e sua substituição pelo *povo em armas*; pela extinção da burocracia; pela supressão da dicotomia entre órgãos legislativo e executivo; pela restrição do poder ideológico do clero; pela elevação do nível educacional das massas; pela intervenção na caixa preta da magistratura burguesa. As instituições antes onipotentes foram inflectidas, subvertidas, perderam sua função original, mudaram de natureza.

Forma de organização que se pretendia que fosse elevado ao nível nacional, eliminaria a oposição campo/cidade e concederia verdadeira autonomia local. Suas providências lhe facultariam agregar a si a classe mais numerosa na França, o campesinato, e consolidar uma aliança com a pequena burguesia, de que o proletariado era representante natural – isto para além de seu caráter internacionalista. Assim, por meio de medidas sensatas, com moderação e habilidade em face da situação de sítio que a cidade enfrentava, a Comuna mostrou sua verdadeira natureza de governo *do povo para o povo*.

Não se tratava de simplesmente acabar com a separação do estado em relação à sociedade. Diferentemente da “verdadeira democracia” dos primeiros trabalhos de Marx, não mais expressava como objetivo último o aperfeiçoamento da política, o sufrágio universal como meio para participação de todos e, pois, da supressão do caratê abstrato da política – o objetivo é, agora, a *supressão da própria política*, pois seu aprimoramento seria a exacerbação de seus defeitos congênitos.

Inversamente a autores como Jacques Rougerie, para quem “A Comuna é apenas a última revolução do século XIX” (cf. Tartakowski, 2001; Ponge, 1996), Marx compreendeu a absoluta novidade daquela organização. Há, neste sentido, uma fórmula que se pode considerar complementar ou, melhor dizendo, “o *eco invertido*” do prólogo d’*O 18 Brumário* (Assoun, 1979, p. 129). Lá, como vimos, proclamava-se a necessidade das revoluções de se referir ao passado. Aqui se trata de algo diverso: formações históricas inteiramente novas estão fadadas a ser tomadas como arremedos de outras, vetustas ou mesmo defuntas, com as quais denotem algum grau

de similitude. Pecava-se, neste caso, por desconsiderar o ineditismo do feito do proletariado na Comuna de Paris, identificando-o a formas obsoletas (a antiga comuna feudal) e qualificando-o com uma nomenclatura diversa da que deveria ter.

Como salientou Droz, a Comuna teve o caráter de *ensaio geral*, mas também marcava a divisão entre o antigo socialismo francês – que começara com Saint-Simon – e o novo. Se “a Comuna não pode compreender-se, quanto às suas opções, sem este socialismo de ontem”, por “sua mera ‘existência’, ela pôs os problemas de que o socialismo e o movimento operário vão procurar as soluções, transformando-se ele próprios num contexto econômico e social que, também esse, vai ser subvertido” (Droz, 1972, p. 727).

Se para Marx já estava claro 20 anos antes que o proletariado não pode tirar sua poesia do passado, mas tem de construir sua epopéia pensando no futuro, a Comuna apontou na prática o caminho a seguir. Estava a serviço da missão do proletariado, que não é repetir o já feito, e sim construir o que fazer. De fato, enquanto “o passado é a dimensão temporal de uma subjetividade ociosa entregue a si mesma, afastada do mundo do trabalho” e suscitada para obliterar as potencialidades revolucionárias do proletariado e a mesquinhez e sordidez do mundo burguês, “o futuro é a dimensão temporal da práxis orientada para a transformação de sua própria condição pela do mundo e das ‘circunstâncias’” (Assoun, 1979, pp. 155-6).

Enquanto Versalhes era a súpula de todos os *regimes mortos*, em Paris procedia-se a uma profunda e ampla reestruturação, no bojo da qual os órgãos estatais puramente repressivos eram cortados pela raiz. As funções sociais legítimas que exerciam, por sua vez, tinham de ser subtraídas a uma autoridade que as usurpava e restituída aos servidores da sociedade. Tais procedimentos devolveriam ao organismo social suas potências até então sugadas pela excrescência parasitária estatal, que vive às expensas da sociedade e tolhe seu livre desenvolvimento. Aquela era uma forma política nova, *inovadora*, produto da única classe com “iniciativa histórica”, flexível, expansiva, despojada de caráter repressivo, “a forma política afinal descoberta para levar a cabo a emancipação econômica do trabalho” – já que atuando (nos limites de uma cidade sob sítio) pela eliminação das bases econômicas que permitem e suscitam a existência das classes. A partir de então, estava encontrado o caminho para a “forma superior de vida”, a emancipação do proletariado – o que, entretanto, não se daria sem esforços, percalços e reveses.

Podemos agora afirmar, com base nos estudos de Chasin, que a investigação marxiana buscou identificar o caráter específico da política em relação aos outros atributos de *ser social*, além de desvendar sua gênese. Compreendeu a *determinação ontonegativa da politicidade*, predicado não pertencente à *essência* do ser social, produto histórico advindo de circunstâncias específicas – as contradições sociais – e, portanto, incidental e extrínseco ao ser social.

Desta forma, não se percebe possibilidade de perfectibilização do estado e da política quando apreendidos como *força social pervertida e usurpada*; pelo contrário, já que sua natureza mais íntima é a contradição com relação à sociedade civil e ao desenvolvimento das individualidades desta, a emancipação constitui “a recuperação humano-societária dessas forças sociais alienadas à política (Chasin, 1995, p. 368).

A politicidade não é, como buscamos deixar claro ao falar dos primeiros textos marxianos de Marx, propriedade intrínseca ao ser social, menos ainda sua propriedade por excelência, mas deriva das contradições sociais que obrigam o homem a se valer de um corpo regulador externo e que se opõe como “excrescência parasitária sobre a sociedade civil, fingindo ser sua contrapartida ideal” (Marx *apud* Chasin, 1993, p. 368).

Não se trata de uma desmobilização, recusa à participação política ou indiferença, mas a denúncia da corrupção íntima da política – trata-se de um atributo contingente do ser humano, nascido dos dramas sociais que levam à apropriação das forças sociais pelo estado e que tem de ser superado. Por conseguinte, uma revolução radical, desvenda “a estreiteza e insuficiência da *prática política* enquanto atividade humana racional e universal”, não concebe a mera prática política como decisiva (Chasin, 1995, p. 369). Onde sua inflexão em relação ao *social*, este sim determinante, propriedade humana por excelência e, por conseguinte, essência do homem e de sua práxis. A *metapolítica* é a prática política radical – a que busca agir *ad hominem* –, que alcança a raiz da política e da individualidade humanas.

Neste sentido, a Comuna de Paris foi uma experiência inédita até aquele momento e se contrapôs diretamente ao bonapartismo. De um lado, o exemplo máximo da decadência do poder criador burguês, as tendências estranhadas do estado capitalista levadas ao paroxismo, a celebração da velhacaria e a velharia; de outro, uma forma de organização nova, elástica, propositiva e prospectiva, inflada

pelo vigor da juventude e pela reincorporação das forças sociais outrora extorquidas pelo estado.

Por qual delas optaria a humanidade e a qual delas tende a sociedade humana? Lamentavelmente, a pergunta não pode ser respondida tão rapidamente quanto suporia a lógica. O século XX foi pródigo em bonapartismos e exíguo em alternativas sociais de organização da perspectiva do trabalho – com destaque para o lamentável complexo soviético. Mas elas continuam na pauta de possibilidades humanas – senão aonde a vista alcança, mais adiante, que a história do homem, sua autoconstrução e sua luta pela emancipação é infinita. Cabe-nos perscrutar cautelosamente o horizonte e estarmos prontos (no sentido social, não apenas como indivíduo) para ela, procurando manter a lucidez diante da atual produção maciça de falsidades. Karl Marx é, neste mister, fundamental, dada a profundidade, amplitude e acerto histórico de suas mais importantes teorias. Fica, pois, plenamente justificada nossa ânsia por contribuir minimamente para a retomada de seu pensamento.

Marx acompanhou a constituição histórica do bonapartismo e deu a conhecer analiticamente sua natureza, seus caracteres, sua função. Discutiremos, no último capítulo, como os autores marxistas (Engels, Trotsky, Gramsci e outros) compreenderam o fenômeno a partir das novidades históricas que apresentou depois de Marx, em especial no século XX. Dar-se-á algum destaque, nesta labuta, ao caso brasileiro, que nos interessa de perto, mostrando como alguns dos nossos principais teóricos marxistas abordaram o bonapartismo e sua forma particular de existência no Brasil.



Dentre as mais sérias diferenças na compreensão do problema do bonapartismo, podemos citar as teorizações que o reduzem a mero fenômeno *político* e, também, o que Florestan Fernandes definiu como um “problema espinhoso”: a extensão da categoria a traço do capitalismo e do estado modernos ou sua restrição a uma explicação histórico-temporal delimitada.

Não é o caso, entendemos, de discutir a validade do bonapartismo como recurso *analítico universal*, instrumento metodológico, ou seja, de atribuir-lhe um caráter semelhante a um tipo ideal ou a um modelo teórico ao qual se ajustem análises sobre determinadas realidades. Trata-se, ao contrário, de buscar no real a existência ou não dos elementos que nos facultam designar um tipo de dominação política burguesa como bonapartista. Cabe, inclusive, mostrar as particulares que venha a ter em distintas situações e configurações socioeconômicas. Os grandes pensadores que se debruçaram sobre o assunto não deixaram de se preocupar com tais aspectos.

Como vimos, o próprio Marx não via o bonapartismo como restrito à França napoleônica, já que o regime de Bismarck era também assim apreendido. Desde então, vários teóricos da tradição marxista têm tomado o fenômeno como importante característica da sociedade moderna, a “religião” ou a “vocação” da burguesia. Discorreremos a seguir acerca de algumas das tematizações formuladas a respeito.

Não se trata, evidentemente, de amalgamar concepções diferentes ou de, simplesmente, de lhes retirar o que se considera ser a sua *contribuição*, extirpada das bases teóricas das quais surgiu, mas de mostrar como o problema foi tratado após Marx, como foram (ou não) solucionados problemas novos apresentados no século XX e as principais divergências entre os autores. Não seria possível uma simples “opção” entre teorias dessemelhantes ou, repetimos, sua fusão numa “doutrina” nova, tida como ampla e perfeita em face das diferentes “contribuições”. Tematizações diferentes quase sempre se inter-relacionam com posicionamentos práticos díspares. Há, contudo, formulações que partem da mesma base e, espicaçadas por situações concretas particulares, desenvolveram-se em tal ou qual direção sem, necessariamente, entrar em contradição umas com as outras, mas apenas dando conta de realidades distintas. Não haveria razão, neste caso, para não se apropriar de suas conclusões.

Por outro lado, os tempos posteriores à vida de Marx, em especial o século XX, foi fértil em fenômenos que levaram à necessidade de discutir e compreender a questão das formas de dominação da burguesia, em especial aquelas designadas “de exceção”, que foram a regra em boa parte do século em várias partes do mundo.

Um dos pontos do debate tem sido a definição de *ditadura*. A maior parte das teses centra força na importância das relações entre o poder executivo e o legislativo, ou seja, a relação de autonomia/heteronomia dos poderes constitucionais esclareceria e diria a extensão dos regimes ditatoriais. Neste pensamento, a base da legitimidade democrática e representação heteronômica da nação é encontrada nas assembleias eleitas, às quais se contraporiam os executivos com suas tendências concentradoras. Tais tendências se desenvolveram principalmente a partir dos anos 30 do século passado, quando a crise econômica impeliu a uma gestão mais eficiente do capitalismo e à maior interferência do político sobre o econômico (Silva, 2005).

O marxismo, porém, sempre procurou ver tais processos num plano mais profundo, tomando seus aspectos propriamente sociais, e não apenas os políticos – menos ainda os exclusivamente institucionais, como é o caso de muitas das teorias que fazem a discussão acima.

No esforço de expor as tematizações dos marxistas sobre o tema em relevo neste trabalho, abordaremos, a seguir, pensadores do porte de Engels, Trotsky e Gramsci, entre outros; e Florestan Fernandes, Octavio Ianni e J. Chasin, no caso particular do Brasil, que acreditamos importante salientar, já que mais próximo de nossa realidade. Não se trata, contudo, de fazer outra tese, ou seja, de investigar historicamente e reproduzir analiticamente a forma própria que assumiu aqui o bonapartismo – que, evidentemente, pelo esforço de pesquisa que demanda, não caberia nos limites deste trabalho. Nós nos socorreremos da bibliografia para, de acordo com o recorte de nosso objeto, perscrutar sua proximidade ou distanciamento em relação ao pensamento de Marx.

4.1 “A RELIGIÃO DA BURGUESIA”: APORTES ENGELSIANOS À TEORIA DO BONAPARTISMO

Dos marxistas que discorreram acerca do bonapartismo, destaca-se de longe a figura de Friedrich Engels (1820-95), amigo e colaborador de Marx. Em que pesem incompreensões e diferenças – sutis, algumas, outras maiores – entre ele e Marx, é

possível afirmar sua indubitável importância para o desenvolvimento da teorização marxiana sobre o bonapartismo e a concordância entre ambos no tocante a este tema, como já aludimos. Tal inferência extrai-se, em especial, da leitura da correspondência entre os dois e dos artigos escritos para periódicos da época. De fato, a bibliografia sobre os fundadores do marxismo destaca a convergência dos dois alemães no tocante à apreciação do bonapartismo, de par com a “divisão de tarefas” que se puseram e que atribuíra a Engels o acompanhamento e o aprofundamento do estudo sobre a questão militar⁹⁷.

Iniciemos com a carta que Engels escreveu a Marx apenas um dia após o golpe de Luís Bonaparte, destacando que

A história da França entrou no estágio do cômico mais aperfeiçoado. Não se pode imaginar qualquer coisa mais divertida que esta *paródia* do 18 Brumário, posta em cena em tempos de paz, com o auxílio de soldados descontentes, pelo homem mais insignificante do mundo, sem encontrar nenhuma resistência, pelo que se pode julgar até o momento (Carta a Marx de 3 de dezembro de 1851, p. 52).

Na continuidade, Engels ridicularizava os pretensos grandes homens franceses (Thiers, Dupin, Changarnier, Cavaignac, Odilon Barrot), que tão facilmente caíram na arapuca armada “pelo pateta mais notório do século”, e arrematava:

Já se realizou no mundo um golpe de estado acompanhado de declarações tão ridículas quanto este? E este ridículo aparato napoleônico, o aniversário da coroação e de Austerlitz, as provocações estabelecidas na constituição do consulado etc. O próprio fato de que isto tenha tido êxito mesmo por um dia rebaixa os senhores franceses a um nível de puerilidade sem igual (Carta a Marx de 3 de dezembro de 1851, p. 52).

O mais íntimo amigo de Marx não parava aí e apontava suas armas contra o “simplório Napoleão”, manifestando que: “Mesmo torturando o espírito durante todo um ano, dificilmente se poderia imaginar uma comédia mais bela que esta” (Carta a Marx de 3 de dezembro de 1851, p. 52). Quando aquele “Napoleão ridículo” se instalou nas Tulherias, “o imbecil certamente ainda não se havia dado conta de qual era sua posição. *O consulado sem o primeiro cônsul!*” Nenhum problema interno verdadeiramente sério, continuava Engels, nenhuma dificuldade financeira específica, nenhuma ameaça às fronteiras por parte de uma coalizão, nem mesmo uma assembléia que fizesse naufragar os planos do herói desconhecido – onde estariam as dificuldades outrora enfrentadas e superadas pela linhagem? Não, pelo

⁹⁷ Ver, por exemplo, Claudín (1985, p. 351 e *passim*).

menos por este momento “este asno” era livre e detentor de um poder absoluto, à semelhança de Napoleão I imediatamente após seu golpe, tão pouco cerceado que não poderia se furtar a deixar manifesta a cada passo sua estultícia. “Horrível perspectiva a da ausência de contradições!” (Carta a Marx de 3 de dezembro de 1851, p. 53).

Nestas circunstâncias, continuava Engels, o povo se comportava como uma criança à qual foi concedido o sufrágio universal, direito do qual provavelmente faria um uso infantil⁹⁸. O exército impusera um governo ao povo que se maravilhava com a existência do sufrágio universal. Que esperar de “ridículas” eleições que teriam lugar – se é que teriam – num prazo de duas semanas, em um país desprovido de imprensa, onde os comícios eram proibidos, sob rigoroso estado de sítio? Engels apontava algumas impossibilidades – entre as quais, a da presença de um regime pretoriano em condições históricas e geográficas tão diferentes das do antigo império romano – e a necessidade de Luís Bonaparte, tendo subjugado as facções monarquistas, fazer uma conversão à esquerda, o que o levaria necessariamente, num período posterior, à colisão com os elementos mais à direita. Sua manutenção se contrapunha à sua própria base de poder, o sufrágio universal, embora, ponderasse o pensador alemão,

depois do que vimos ontem, é impossível contar com o povo, e na verdade parece que Hegel dirige de sua tumba a história, no papel do espírito universal, e com uma aplicação perfeita força todos os eventos a se produzir duas vezes: a primeira como uma grande tragédia e a segunda como uma miserável farsa. Caussidière no lugar de Danton, L. Blanc no lugar de Robespierre, Barthélemy no lugar de Saint-Just, Flocon⁹⁹ no lugar de Carnot, e este novilho lunático com uma dúzia de lugares-tenentes arruinados por dívidas no lugar do pequeno caporal e de sua plêiade de marechais (Carta a Marx de 3 de dezembro de 1851, p. 53).

Encontra-se aqui a idéia central d’*O 18 Brumário*, ou seja, o desprezo por um vil personagem e por um momento histórico que não passavam de uma imitação farsesca de outro, estes pejados da revolução. Nota-se também aí o apelo à noção de cômico e à própria alocação de Hegel que abriria *O 18 Brumário*. Marx expressou na correspondência, mais de uma vez, sua concordância com os termos em que Engels expôs a questão, como já referimos. No caso da citação acima mencionada, chegou

⁹⁸ A respeito, Engels repetiria, em 1895: “A reação imperial de 1851 forneceu uma nova prova da imaturidade das aspirações do proletariado dessa época. Entretanto, ela mesma devia criar as condições nas quais aquelas aspirações não podiam deixar de amadurecer” (Engels, s/d “d”, p. 100).

⁹⁹ Ferdinand Flocon (1800-66), jornalista e político, democrata pequeno-burguês.

inclusive a reproduzir quase *ipsis litteris* trechos inteiros do discurso engelsiano, como se pode constatar na reprodução que fizemos em capítulo específico.

Em 1885 (33 anos depois da primeira edição d'O 18 Brumário, portanto) Engels, comentava, a respeito do *coup de main* bonapartista:

Marx produziu uma exposição concisa e epigramática que punha a nu, em sua concatenação interna, todo o curso da história da França desde as jornadas de fevereiro, reduzia o milagre de 2 de dezembro a um resultado natural e necessário dessa concatenação e, no processo, não necessitou sequer tratar o herói do golpe de estado senão com um desprezo bem merecido. E o quadro foi traçado com tanta mestria que todas as revelações novas feitas desde então não fizeram senão confirmar a exatidão com que refletira a realidade. (Engels, s/d "b", p. 201)

Voltando a seus escritos do imediato pós-golpe, Engels constatava, em relação à atuação das massas, que, se o proletariado desta vez escapara da derrota esmagadora, "isto ocorreu porque ele estava perfeitamente consciente de sua própria letargia e de sua impotência", dando mostras de que consentiria com a repetição do círculo vicioso república/império/restauração/nova revolução, "até que, de novo, passados alguns anos de miséria, sob o reino da ordem mais forte possível, ele tenha retomado as forças" (Carta a Marx de 11 de dezembro de 1851, p. 57).

Engels acreditava que, se o povo fosse esperar até que o regime pusesse em pauta suas questões, tratar-se-ia de uma longa espera. Também considerava excesso de otimismo esperar alguma aliança dos partidos oficiais. Se não se podia dizer se o povo deixaria passar certos momentos decisivos sem marcá-los com seu brasão ou se apenas se confundia no processo de buscar a vitória, era possível afirmar que estava, no seu entender, fora de combate por um certo tempo. O restabelecimento do sufrágio universal poderia, não obstante, ter efeitos não ponderados sobre a burguesia, a pequena burguesia e numerosa parte do proletariado. De fato, mesmo que o escrutínio não estivesse garantido e nem estabelecidas as condições em que se daria, tomava-se esta impostura por realidade para não se ter de lutar.

A burguesia parisiense parecia não gostar das novas leis sobre o desterro que o regime apresentava, o terrorismo se desenvolvia rápida e impudicamente, dois terços do país estavam submetidos ao estado de sítio. Nestas condições, avaliava Engels, a massa da burguesia se absteria de votar pela legalização do golpe e o escrutínio encontraria um final pífio, quando Luís Bonaparte proclamaria o exército como salvador da pátria. Em alguns meses, supunha, o partido revolucionário teria

condições de novamente mostrar seu valor; se não aproveitasse a oportunidade, estaria perdido (Carta a Marx de 11 de dezembro de 1851, pp. 58-9).

Em meados de janeiro de 1852, Engels voltava a escrever a Marx, ressaltando que Luís Bonaparte estava a cada dia mais ridículo. Enquanto suas medidas destinadas a eliminar o pauperismo não vinham à luz, ironizava, Bonaparte tomava outras, destinadas unicamente a assegurar seu provisório prestígio – embora nem um único jornal fora da França ousasse partir em sua defesa. Sua ascensão levava à Europa a suspeição sobre uma nova guerra, dado que o “sobrinho”, além de se mostrar um “cabeça quente”, estava obcecado por continuar a obra libertadora do tio (Carta a Marx de 14 de janeiro de 1852, p. 60).

Em outro texto, do final dos anos 80, Engels acrescentava que Bonaparte não se detivera diante de seus primeiros sucessos militares porque estes não acrescentaram territórios à França, e ele queria fazer jus a sua pretensa vocação de “aumentador das terras do império”. Não obstante a instabilidade regional, Bonaparte se tornara ídolo da burguesia européia, pela “salvação” da sociedade em 2 de dezembro – “com a qual, verdade seja dita, pôs fim ao poder político da burguesia, mas para com isto salvar o seu poder social” –; por haver lhes mostrado como, devidamente utilizado e nas condições favoráveis, o sufrágio universal poderia ser empregado para a opressão das massas; porque sob seu governo a indústria, o comércio e as finanças conheceram uma inaudita prosperidade; mas, principalmente, porque reconhecia nele o primeiro “grande homem de estado” que a representava. Ele era um novo-rico, como o eram os burgueses autênticos, cujas experiências iam de conspirador a agente da polícia especial inglesa, mas nunca deixara de lado suas pretensões ao trono. Aí instalado, “além de subordinar a política aos interesses do lucro capitalista e da especulação da bolsa, atinha-se na política mesma aos princípios da bolsa de valores e especulava com o ‘princípio das nacionalidades’”, afirmando a divisão da Alemanha e da Itália como direito da política francesa de que só se desfaria por meio de compensações (Engels, 2005).

No rastreamento que fizemos sobre o assunto, também é digno de menção o comentário feito n’*A questão da habitação*, quando Engels ressaltava as medidas bonapartistas no sentido “de abrir ruas amplas, largas e certas através dos bairros operários construídos estreitamente e enfeitá-las de cada lado com edifícios luxuosos”. As obras se relacionavam com a enorme insalubridade das moradias operárias, objetivando melhorar a saúde pública, o embelezamento das cidades, a

liberação de grandes locais comerciais no centro e a construção de ferrovias – além de ser uma forma de dificultar a luta popular, de barricadas, que se fazia até então. Ao mesmo tempo, criava-se um proletariado dependente de Bonaparte e moldado à sua face, um *proletariado da construção* que lhe deveria sua subsistência. A todas estas técnicas Engels denominou genericamente “método Haussmann”, deixando claro que não se referia ao barão parisiense, mas à “prática generalizada” acima mencionada (Engels, s/d “f”, p. 159).

Em 1870, às vésperas da Guerra Franco-Prussiana, Engels argumentava (novamente com a anuência marxiana, como vimos) que Napoleão III levaria a Alemanha a uma guerra que poria em jogo sua existência enquanto nação. Uma vitória francesa corresponderia ao fortalecimento do bonapartismo e à impossibilidade de um movimento operário independente na Alemanha, onde a luta pela unidade nacional canalizaria todos os esforços. Já uma vitória alemã representaria o fim do bonapartismo, a realização da unidade nacional alemã e a organização da classe operária em nível nacional. Os próprios operários franceses, desprendidos do nacionalismo e do chauvinismo, poderiam desenvolver suas atividades de forma mais livre. Mesmo que a vitória alemã fosse a glória para seu condutor, Bismarck, era preferível à francesa (Carta a Marx de 15 de agosto de 1870, p. 240).

Este conflito foi fundamental para o fim do bonapartismo francês. Em primeiro lugar, de acordo com Engels, os “coveiros da revolução de 1848 haviam-se transformado em seus executores testamentários”, levando a cabo as tarefas desta revolução, embora em limites estreitos. Ao lado deles, porém, “já se erguia ameaçador na *Internacional* o herdeiro de 1848: o proletariado” (Engels, s/d “d”, p. 100). Por outro lado, Bonaparte precipitou a guerra com a Alemanha em face dos clamores da oposição e do exército, tendo-se arriscado a fazê-la sem a preparação estratégica e diplomática necessárias e notadamente em busca de conquistas. De sua parte, Bismarck já teria declarado havia alguns anos que “colocaria a Alemanha sob o casco prussiano e depois a conduziria contra os franceses para ‘bem unificá-la à socapa’” (Carta a Marx de 10 de agosto de 1866). A “Europa inteira era pequena para dois Bonapartes” (Engels, s/d “d”, p. 100); a ironia da história era que Bismarck, “que havia começado a guerra para criar o pequeno império alemão”, derrubasse Bonaparte e se visse “uma bela manhã no papel de fundador” não só do pequeno império alemão, mas, também, da república francesa (Engels, 2005).

Engels atribuía a culpa pela derrota na Guerra ao imperador e a seu regime, justificando sua visão desta forma:

quem havia criado, como Luís Napoleão, seu império com ajuda de uma pandilha de canalhas, quem havia mantido em suas mãos ao longo de 18 anos o poder nesse império só por haver dado a esta caterva a possibilidade de explorar a França, quem havia colocado nos principais postos do estado os homens dessa quadrilha, e nos cargos secundários os cúmplices destes, não devia empreender uma luta de vida ou morte se não queria se ver em um atoleiro (Engels, 2005).

Tendo se metido em tal enrascada, o império francês – que durante quase duas décadas havia granjeado o entusiasmo do filisteu europeu – desmoronou em poucas semanas e “A revolução de 4 de setembro não fez mais que recolher os escombros” (Engels, 2005).

A guerra e a derrota da Comuna, fecho deste período, transferiram o núcleo do movimento operário europeu da França para a Alemanha, provisoriamente, tornando-se necessários muitos anos para a recuperação da sangria de maio de 1871. Depois de tais eventos, Bonaparte saiu do prosaetrio e estava finalizada “a missão de Bismarck, que pôde novamente descer ao nível de um *Junker* vulgar” (Engels, s/d “d”, p. 100). As novas condições em que se faziam as guerras – alistamento geral, novas armas etc. – “puseram termo, de um lado, ao período das guerras bonapartistas e asseguraram o desenvolvimento industrial pacífico, tornando impossível qualquer outra guerra que não fosse mundial, de crueldade inaudita e de resultados inteiramente incalculáveis” (Engels, s/d “d”, p. 101).

No que toca à Alemanha, Engels foi quem, originária e insistentemente, percebeu o “bismarquismo” como uma forma de bonapartismo¹⁰⁰. Suas análises procuravam salientar o atraso da situação alemã e criticar acerbamente a dubiedade e o desbrio da burguesia prussiana, sua ingênita incapacidade de realizar suas próprias tarefas históricas e, neste contexto, a assunção de Bismarck e do bonapartismo como uma forma de efetivar as modificações estritamente capitalistas num ambiente de tranqüilidade social. De acordo com Engels, a grande indústria, e com ela a burguesia e o proletariado, constituíram-se na Alemanha em uma época na qual a burguesia e o proletariado podiam, quase ao mesmo tempo, apresentar-se de forma independente

¹⁰⁰ Engels criticava certos franceses de esquerda para os quais o bismarquismo constituía uma propriedade natural do alemão (que sua intervenção faria desaparecer), enquanto na França o bonapartismo seria um puro acidente que uma mudança ministerial eliminaria ou transformaria em seu exato contrário. Justamente estes críticos aturavam havia quase duas décadas a dominação de Luís Bonaparte (Carta a Marx de 11 de setembro de 1867).

no cenário político, “em que, por conseguinte, *a luta entre as duas classes havia começado já antes de haver a burguesia conquistado o poder político exclusivo ou predominante*”. A revolução de 1848 dera ao estado uma forma constitucional exterior, na qual a burguesia podia também exercer a dominação política e ganhar experiência – embora se mantivesse bem longe do autêntico poder político. Contudo, ainda que fosse já demasiado tarde para que a burguesia assumisse o poder na Alemanha de forma firme e tranqüila, as classes possuidoras não tinham outra saída senão a dominação burguesa, já que era, do seu ponto de vista, a única que poderia eliminar as sobrevivências putrefatas do feudalismo e pôr a Alemanha ao nível da evolução moderna (Engels, 2005, grifos nossos).

Engels continuaria suas pesquisas prefaciando uma republicação de seu livro sobre *A guerra camponesa na Alemanha*, quando se reportava a 1866, ano em que Bismarck “deu seu golpe de estado, fez sua revolução de cima para baixo” (Engels, s/d “d”, p. 100). Discutia as poucas reformas burguesas ali efetivadas (o sistema único de pesos e medidas, a liberdade de domicílio, a liberdade de indústria e outras de mesmo calibre), mostrando que se restringiam aos marcos permitidos pela burocracia – não tocando no sistema da tutela burocrática, “o mal principal” –, não modificavam as condições sociais do país e estancavam num grau inferior ao que a burguesia de outros países europeus ocidentais havia conquistado de longa data. Aquelas reformas eram “uma imitação extremamente atrasada e incompleta do realizado pela Revolução Francesa 70 anos antes e levado a cabo havia muito tempo por todos os demais estados civilizados” (Engels, 2005). “Além disso, a prática policial corrente torna completamente ilusórias para o proletariado todas essas leis sobre a liberdade de domicílio, o direito de cidadania, a supressão dos passaportes etc.” (Engels, s/d “g”, p. 194). Enfim, o programa da burguesia alemã definitivamente não comportava os tradicionais direitos do cidadão (de associação, de reunião, liberdade de imprensa).

Se em termos políticos as conquistas eram pírias, decididamente importante foi o desenvolvimento que o país conheceu a partir de meados do século nas áreas da indústria, comércio, estradas de ferro, telégrafo e navegação transoceânica, sem precedentes na história da Alemanha, a ponto de terem ocorrido mais avanços em 20 anos que em um século inteiro. O país estava, enfim, incorporando-se resolutamente ao comércio mundial, redundando daí uma elevação da posição social da burguesia. Diante de tal quadro, como explicar “que a burguesia não tenha conquistado também

o domínio político e seja tão pusilânime a sua conduta diante do governo?” (Engels, s/d “g”, p. 194). Esta aparente contradição, continuava Engels, dizia respeito à “desgraça da burguesia alemã” de chegar sempre muito atrasada e ter seu período de florescimento justamente quando as burguesias de outros países da Europa ocidental já estavam politicamente em declínio. O estágio de desenvolvimento então alcançado aumentava de tal modo as influências recíprocas dos países mais avançados da Europa que tornava impossível a tranqüila instalação da dominação da burguesia alemã quando na Inglaterra e na França seu poder já caducara (Engels, s/d “g”, p. 194).

Engels ressaltava o fato de que a burguesia, diferentemente das classes dominantes precedentes, atinge em seu desenvolvimento um ponto em que quanto mais acumula meios de domínio mais inapta se torna para o exercício do poder político. É o momento em que percebe que o proletariado está prestes a sobrepujá-la e a partir do qual não tem mais condições de exercer a dominação política exclusiva, passando a buscar aliados para dividir com ela o poder ou, quiçá, cedê-lo completamente. Ora, dizia Engels, na Alemanha a burguesia atingira este estágio de retrocesso político já em 1848, não obstante seu pavor se relacionasse menos à efetiva agitação do proletariado alemão do que ao proletariado francês, que lhe mostrava o que podia esperar num futuro próximo. Desde então, viu-se paralisada pelo terror e não foi capaz de avançar nem um passo, tratando de procurar aliados (o poder real, seu exército e sua burocracia; a grande nobreza feudal; os *Jünkers* provincianos e os padres) com os quais pudesse unir-se para garantir sua existência “até que, por fim, nada mais lhe restou para negociar. E quanto mais desenvolvido o proletariado, quanto mais consciência adquirida de sua condição de classe e quanto mais atuava à luz dessa consciência, mais covarde se tornava a burguesia” (Engels, s/d “g”, pp. 194-5).

Para Engels, numa Alemanha em que nenhuma das classes dominantes estava dotada de energia e vontade, Bismarck, o único que dispunha de tais qualidades, sobressaía e reinava. Nos anos 60, a burguesia alemã, “de uma parte, exigia o poder político exclusivo para ela mesma, quer dizer, um ministério eleito entre a maioria liberal da câmara”, o qual seria reconhecido apenas após 10 anos de embate com o regime monárquico; por outro lado, porém, “exigia uma transformação revolucionária da Alemanha, possível só mediante a violência, ou seja, mediante uma ditadura efetiva”. Ora, a burguesia já havia mostrado sobejamente, desde 1848, que

não tinha forças para realizar nenhuma das duas tarefas, e muito menos as duas juntas. “Em política não existem mais que duas forças decisivas: a força organizada do estado, o exército, e a força não organizada, a força elementar das massas populares. Em 1848, a burguesia desaprendeu a apelar para as massas; temia-as mais que ao absolutismo. E o exército não estava em absoluto à sua disposição”, mas estava à de Bismarck (Engels, 2005).

Admirado pelos filisteus do continente como outrora o fora Bonaparte, Bismarck (que, no entender de Engels, atuava muito bem quando se restringia a executar o programa de outrem) elevou a Alemanha a potência européia e concentrava internamente todo o poder. O político alemão “havia posto em prática os planos de unidade da burguesia sem recorrer aos meios burgueses, mas aos bonapartistas”, problema que agora “estava resolvido em certa medida” (Engels, 2005). Teria sido preferível, evidentemente, que uma revolução proletária completasse esta obra imposta pela guerra aos alemães, mas o chanceler do império executava, a sua maneira e sem o saber, parte importante da tarefa a realizar na Alemanha (Carta a Marx de 15 de agosto de 1870, p. 240).

Engels ironizava que a Prússia cumpria o singular destino de atingir, em fins do século XIX, “e sob a forma agradável do bonapartismo, sua revolução burguesa iniciada em 1803-1813 e que, em 1848, deu outro passo à frente”. A continuarem as coisas daquela forma serena e tranqüila, talvez lá pelos anos 1900 o governo prussiano conseguisse “pôr termo realmente a todas as instituições feudais e a Prússia alcançar, enfim, a situação em que se encontrava a França em 1792” (Engels, s/d “g”, p. 199).

No texto inacabado sobre *O papel da violência na história*, escrito entre 1887 e o ano seguinte, que já mencionamos, Engels avaliava detidamente o desenvolvimento histórico e econômico da Alemanha até o início daquela década, o papel da burguesia, a ascensão de Bismarck e a relação entre os dois bonapartismos. Considerava claramente progressista o caráter da unificação efetivada em 1871, ao mesmo tempo em que destrinchava a limitação e a natureza bonapartista da política de Bismarck, a qual operou a formação da Alemanha sob forma policialesca e com crescente domínio militar, e que, além disso, não eliminou o poder dos *Jünkers*. Censurava asperamente a política militar belicosa das classes dominantes alemãs, à qual deram livre curso na guerra com a França e diante da derrota desta. Destacando que nem a burguesia nem

os *Jünkers* tinham condições de levar adiante a radical transformação de que o país precisava, evidenciava o proletariado como a única classe que poderia fazê-lo.

De fato, em sua atuação na guerra austro-prussiana, Bismarck mostrou à burguesia alemã “que sabia melhor que ela o que lhe convinha mais”. “As pretensões liberais da burguesia haviam sido enterradas por muito tempo, mas suas exigências nacionais se cumpriam cada dia mais e mais. Bismarck transformou em realidade seu programa nacional com uma rapidez e uma precisão que a assombraram”, evidenciando *in corpore vile* sua decrepitude, falta de energia e incapacidade de pôr em prática seu próprio programa (Engels, 2005). Os êxitos do chanceler debilitaram ainda mais a burguesia, tarefa terminada pelo crescimento da potencialidade ameaçadora do movimento operário. Os *Jünkers* provaram sua falta de energia por quase todo o século, quando o estado adotava constantemente medidas contra eles. Quanto ao movimento operário, mesmo dividido por correntes ideológicas que então surgiam, era suficientemente poderoso para infundir pavor à burguesia industrial e o “fantasma vermelho” de 1848 a paralisava em sua luta contra um governo independente dela. Sua peleja com Bismarck, o principal articulador da solução “pelo alto”,

mostrou-lhe ainda mais claramente que, pelo momento, o poder executivo, no melhor dos casos, dependia dela muito pouco e indiretamente, que não podia destituir ministros nem influir na sua nomeação nem dispor do exército. Ademais, era covarde e débil frente a um poder executivo enérgico; mas os *Jünkers* eram iguais, e para ela isso era mais perdoável dado o antagonismo econômico direto entre ela e a classe operária industrial. É claro, não cabia a menor dúvida de que devia aniquilar economicamente, pouco a pouco, os *Jünkers* e que, entre todas as classes possuidoras, ela era a única que tinha perspectivas no porvir (Engels, 2005).

A tematização engelsiana do bonapartismo pode ser mais bem entendida se a ela se aporta a discussão que ele fez da *Origem da família, da propriedade privada e do estado*, em que se esforça para mostrar o surgimento do estado como correspondente à necessidade (nascida das desigualdades sociais instaladas no seio da antiga sociedade) de uma instituição para assegurar a manutenção das novas riquezas individuais contra as tradições comunistas da constituição gentílica. Além da consagração da propriedade privada como o mais elevado objetivo da comunidade humana, deveria legitimar diante desta as novas formas de apropriação que então surgiam. Em termos sintéticos, o estado nasceu em face da demanda por uma instituição que “não só perpetuasse a nascente divisão da sociedade em classes, mas

também o direito de a classe possuidora explorar a não-possuidora e o domínio da primeira sobre a segunda” (Engels, s/d “e”, pp. 87-8).

Tendo se originado do conflito entre as classes e da necessidade de contê-lo, torna-se, em geral, o estado da classe economicamente dominante, a qual por meio dele se transforma, também, em classe politicamente dominante e se apodera de novos instrumentos para repressão e exploração da classe oprimida. Mas Engels assegura que há momentos “em que as lutas de classes se equilibram de tal modo que o poder do estado, como mediador aparente, adquire certa independência momentânea em face das classes”, a exemplo do período da monarquia absoluta interposta entre a nobreza e os cidadãos. Outro caso era “o bonapartismo do primeiro império francês, e principalmente do segundo, que jogava com os proletários contra a burguesia e com esta contra aqueles. O mais recente caso dessa espécie, em que opressores e oprimidos aparecem igualmente ridículos, é o do novo império alemão da nação bismarckiana” (Engels, s/d “e”, p. 137).

Engels considerava, da mesma maneira que Marx, a república democrática “a mais elevada das formas de estado”, a qual se mostra “como uma necessidade cada vez mais iniludível”, além de ser “a única forma de estado sob a qual pode ser travada a última e definitiva batalha entre o proletariado e a burguesia” (Engels, s/d “e”, 138). Ganha a guerra pelo proletariado, este instituirá seu domínio, no decorrer do qual as classes sociais desaparecerão – e com elas o instrumento de que uma se servia contra a outra, o estado. “A sociedade reorganizando de uma forma nova a produção, na base de uma associação livre de produtores iguais, mandará toda a máquina do estado para o lugar que lhe há de corresponder: o museu de antiguidades, ao lado da roca de fiar e do machado de bronze” (Engels, s/d “e”, p. 139).

No mister de desenredar a natureza do estado e sua peculiaridade na formação alemã, passando das constatações que reproduzimos, feitas na imediatez da assunção do bonapartismo francês – nas quais, que se esclareça, já captava a essência do regime – para uma teorização mais elaborada, Engels diria, n’*A questão militar prussiana*, de 1865, desde 1848 a burguesia não dominava senão nominalmente e que o bonapartismo

é a forma necessária de estado num país onde a classe operária, ainda que tenha alcançado um alto nível de desenvolvimento nas cidades, mas numericamente inferior aos pequenos camponeses no campo, foi vencida num grande combate revolucionário pela classe dos capitalistas, a pequena burguesia e o exército (*apud* Rubel, 2002, p. 435).

O bonapartismo se posta diante dos operários e dos capitalistas, impedindo-os de colidir diretamente entre si. “Dito de outra forma, ele defende a burguesia contra os ataques violentos dos operários e favorece as pequenas escaramuças pacíficas entre as duas classes, subtraindo a uns e a outros toda espécie de poder político” (*apud* Rubel, 2002, p. 436). Não seria lúcido esperar vantagens para os operários de um regime cuja existência está condicionada ao constrangimento destes em face da burguesia. Para ele,

O principal resultado que um tal regime pode trazer aos operários e à burguesia é que repousam da luta e que a indústria se desenvolve poderosamente (se as condições a isto se prestarem) que, por consequência, os elementos de uma nova luta, mais violenta ainda, formam-se e que esta luta arrebenta desde que a necessidade deste tempo de tranqüilidade desapareça (*apud* Rubel, 2002, p. 436)¹⁰¹.

Engels se debruçaria novamente sobre o bonapartismo em carta a Marx, escrita em meados de abril de 1866, na qual salientava o “golpe do sufrágio universal” dado, naquele período, por Bismarck. Segundo sua análise, o burguês alemão tenderia a se resignar ao fato, já que

o bonapartismo é a verdadeira religião da burguesia moderna. Eu vejo cada vez mais que a burguesia não tem estofo para dominar diretamente, e que, por consequência, lá onde ela não tenha uma oligarquia, como aqui na Inglaterra, que possa, por um bom pagamento, assumir a direção do estado e da sociedade em proveito da burguesia, uma semiditadura bonapartista é a forma normal. Ela defende os grandes interesses materiais da burguesia, mesmo contra a sua vontade, mas não lhe deixa a menor parte do poder. Esta ditadura é, por sua vez, conduzida, contra sua vontade, a esposar os interesses materiais da burguesia (Carta de Engels a Marx de 13 de abril de 1866, grifos nossos).

Ainda a respeito, em carta a Sorge de 12 de abril de 1890, Engels diria que “Hoje em dia *todo* governo está se tornando bonapartista, *nolens volens*” (*apud* Trotsky, 2005c).

Em 1891, introduzindo nova edição d’*A guerra civil na França*, argumentava, como Marx, que o golpe ocorreu porque, “Se o proletariado não estava *ainda* em condições de governar a França, a burguesia *já* não podia continuar governando-a”. A maior parte desta classe ainda se inclinava por tendências monárquicas – dividida em

¹⁰¹ Para além das contribuições específicas, de acordo com Rubel, as formulações de Engels – aceitas por Marx, conforme pôde depreender da correspondência entre eles – “fazem entrever pela primeira vez que, em sua apreciação das perspectivas revolucionárias na Europa, os dois amigos se preparavam para atribuir à Alemanha um papel histórico mais importante que França, concedendo àquela o privilégio da ‘iniciativa’ revolucionária” (Rubel, 2002, p. 437).

três diferentes dinastias –, mas havia também um partido republicano. Esta divisão em quatro grandes facções discrepantes permitiu “ao aventureiro Luís Bonaparte” tomar dos “capitalistas o poder político sob o pretexto de defendê-los” e, assim, “apoderar-se de todos os postos de mando – exército, polícia, aparelho administrativo”, abrindo caminho para “a exploração da França por um bando de aventureiros da política e das finanças”. Paralelamente, porém, ocorria “um desenvolvimento industrial como jamais teria sido possível conceber-se sob o sistema mesquinho e pusilânime de Luís Felipe, em que um pequeno setor da grande burguesia detinha o poder exclusivo” (Engels, s/d “c”, pp. 43-4).

Quando de uma reedição d’*As lutas de classes na França*, em 1895, Engels repetiria raciocínio semelhante, destacando a divisão da burguesia “em duas frações monarca-dinásticas” e sua necessidade de calma e segurança para dar continuidade a seus negócios financeiros. Sublinhava a presença de “um proletariado vencido, é verdade, mas sempre ameaçador e em cuja volta agruparam-se, cada vez mais, pequeno burgueses e camponeses”. Diante da possibilidade permanente de uma violenta insurreição – que, contudo, “não oferecia nenhuma perspectiva de solução definitiva” – ensejou-se o golpe de estado do pretendente Luís Bonaparte. Valendo-se do exército, o golpe de 2 de dezembro de 1851 acabou com aquela tensão contida, “assegurando à Europa a tranqüilidade interior mas presenteando-a, por outro lado, com um novo período de guerras. Encerrara-se momentaneamente o período das revoluções de baixo para cima; *sucedeu-lhe um período de revoluções de cima para baixo*” (Engels, s/d “d”, pp. 99-100, grifos nossos).

Embora insistisse no caráter bonapartista do governo alemão de Bismarck como do francês de Bonaparte, Engels buscou encontrar seus elementos de distinção. Acreditava que Napoleão III, modelo no qual Bismarck se espelhou para criar sua versão alemã do bonapartismo, fora “sobrepujado por seu ‘discípulo’”, “o qual – ironia da história! – é obrigado a abrir caminho à sua burguesia e de tomar medidas liberais, até revolucionárias, em detrimento de seus próprios proprietários de terras” (*apud* Rubel, 2002, p. 444). Embora notasse que ambos eram bonapartismos, regimes baseados no poder militar, salientava que na França o exército nacional podia realizar apenas atividades reacionárias e imperialistas, enquanto na Prússia cumpriria uma tarefa nacional progressiva, a da unidade nacional (Carta a Marx de 4 de abril de 1867).

Vimos que as primeiras impressões apresentadas por ele a respeito do golpe tiveram a concordância total de Marx, que chegou a reproduzir partes literais em seus próprios textos, como costumavam fazer, já que a correspondência tinha como objetivo a reflexão coletiva. Assim, o desprezo pela figura de Bonaparte e por seu *coup de tête*, as observações sobre o uso que fazia do sufrágio universal – retirando-lhe todo caráter potencialmente revolucionário –, a necessidade da classe contra-revolucionária de se remeter aos seus áureos tempos e do “sobrinho” de associar sua imagem à do “tio” estavam igualmente presentes na análise marxiana, como acompanhamos.

Engels também pontuou o aplauso europeu ao “salvador” da sociedade, da mesma forma que Marx denunciara que a burguesia européia lhe permitira representar por 20 anos uma comédia hedionda. A ditadura bonapartista, dizia Engels, pusera fim ao poder político da burguesia; objetivando salvar seu poder social, subordinara a política aos interesses do bolso capitalista – de fato, o desenvolvimento econômico da sociedade conheceu, então, um período de intensidade. Outro aspecto próximo da tematização marxiana é sua caracterização clara como um fenômeno *contra-revolucionário*, o momento das revoluções “de cima para baixo”, e como o princípio do fim do domínio da burguesia, já que, sob o bonapartismo, as contradições que estão latentes aumentam (em função do desenvolvimento econômico que propicia) e explodem logo que as condições que o originaram dêem espaço para tal.

Engels foi além, porém: com um período já largo de efetivação do bonapartismo, era-lhe possível juntar novos elementos à teoria sobre o fenômeno. A denúncia do “método Haussmann” de trato com o proletariado da capital e sua relação com a tentativa de eliminar a era das barricadas foi uma das novidades trazidas por ele. Também salientava, como vimos, o período de fim das guerras bonapartistas e início de guerras mundiais de crueldade e resultados inéditos.

Sua grande contribuição para o estudo do assunto, todavia, é a análise do bonapartismo alemão, que leva a cabo no interior da já aludida divisão de tarefas com Marx. Ambos criticavam duramente a debilidade e covardia inerentes à burguesia alemã e Engels apontava o bonapartismo alemão, como vimos, como a forma da “revolução burguesa” na era contra-revolucionária, ou seja, era a forma de se realizarem as tarefas históricas da burguesia no seu aspecto puramente econômico e assegurada a tranquilidade social. Tratava-se de uma situação específica, a alemã, em

que a luta de classes estourara antes mesmo da conquista efetiva do poder político pela burguesia, o que a pôs desde então em situação de retrocesso político. Esta estava obrigada a tomar o poder, a fim de consolidar o fenecimento do feudalismo e a instituir de seu próprio regime (que, em termos econômicos, ganhava impulso); o que foi feito de cima para baixo e não diretamente pela burguesia, paralisada pelo terror diante de seu inimigo histórico. Neste sentido, esposa seus interesses materiais, mas lhe retira todo poder político, dando início às “revoluções de cima para baixo”.

Se a burguesia já não podia governar, o proletariado ainda não estava em condições de tomar o poder. Desta forma, apontava Engels, a luta de classes alcançava um equilíbrio¹⁰² e o estado ganhava uma autonomia momentânea em face das classes sociais, apresentando-se como árbitro independente e imparcial – imagem não correspondente ao real, em que sempre cumpria determinadas tarefas voltadas a implementar interesses específicos. Sua função é servir de contrapeso às diversas classes sociais, impedindo-as de colidir e destruir-se. Forma típica de uma situação em que a classe operária alcançou certo nível de desenvolvimento, mas foi vencida num batalha histórica ou esta batalha foi escamoteada por subterfúgios e alianças espúrias – o que se pode depreender do pensamento marxiano e engelsiano.

Diante de tal situação de impasse, e afastando-se do caminho (que foi o seu alhures) de apelar às massas, a burguesia teve de se voltar para a outra força, o exército. Este, porém, estava à disposição de Bismarck, a personalização da energia e da disposição de que toda a classe estava carente. O político alemão, recorrendo aos meios bonapartistas, concretizou os projetos burgueses, colocou a Alemanha ao nível de potência européia, sacou o país do atraso extraordinário em que se situava. O bonapartismo surgido no interior da *miséria alemã* representou, desta forma, um progresso efetivo – foi a maneira de se concretizarem as transformações propriamente burguesas, se bem que sob a culatra do gendarme, conciliando com os *Jünkers* e abrindo mão do *novo mundo* que outrora era próprio da forma burguesa de dominação. Neste processo, a própria burguesia foi subjugada por um poder

¹⁰² A questão do equilíbrio estará presente em quase toda a tematização sobre o bonapartismo: Trotsky, Gramsci e outros explorarão o assunto, como veremos. Aqui, podemos apenas citar Fernando Claudín. Falando sobre *Marx, Engels e as Revoluções de 1848*, afirma que sob o bonapartismo todas as formações políticas que representam as frações burguesas ficam excluídas do exercício direto do poder. Pode-se dizer, por conseguinte, que “o bonapartismo é uma forma extrema de autonomia do estado a serviço das frações hegemônicas da burguesia” e que tal fenômeno corresponde a um equilíbrio da luta de classes (entre proletariado e burguesia, mas também entre as diversas frações desta e as influências que sofrem de outras classes e camadas sociais) (Claudín, 1985, p. 431, nota 509).

executivo que não dependia dela, mas que, mesmo contra seus interesses imediatos, defendia seus *interesses históricos*.

A densa tematização engelsiana a respeito do bonapartismo passa pelo apontamento de que o bonapartismo clássico (francês) e o “bismarquismo” são fenômenos bonapartistas; este universal, contudo, apresenta particularidades. Nicos Poulantzas debateu diretamente com este aspecto do pensamento de Engels. Como expôs Guarnieri, Poulantzas chamou a atenção para o fato de que o regime de Bismarck, diferentemente do bonapartista, efetivou-se numa situação de *transição* para a sociedade industrial moderna, não havendo, portanto, forças sociais fundamentais desenvolvidas, como a burguesia e o proletariado (Guarnieri, 1998, p. 160). Por tal motivo, considerava ser necessário “distinguir bem entre o ‘bonapartismo’ (que não releva da fase de transição propriamente dita) e a monarquia absoluta” (Poulantzas, 1971, p. 200, nota). De acordo com Poulantzas, Engels incorria em erro ao identificar bismarquismo a bonapartismo e ver no estado “bismarquista” uma função análoga à do estado absolutista, que, no seu entender, a Alemanha não conheceu: havia lá a predominância das estruturas *feudais* (ausência de poder central, disseminação de poder e outras) (Poulantzas, 1971, p. 192, nota). “Dupla inexatidão: o bonapartismo não é uma forma transitória de estado – se mantivermos todo o rigor ao termo transição –, e os inícios do bismarquismo são caracterizados por um ‘tipo’ feudal de estado que, no entanto – e é aí que está todo o problema – apresenta uma face análoga à do estado capitalista de transição” (Poulantzas, 1971, p. 200, nota). Esta postura de Poulantzas está relacionada a sua visão de autonomia relativa do estado e do político e, mais precisamente, à idéia de

a cesura entre o estado feudal e o estado capitalista não ter lugar no momento em que aparece o estado correspondente à consolidação da dominação política da classe burguesa, da qual o estado saído da Revolução Francesa ofereceria o exemplo característico, mas precisamente no momento em que aparece o *estado absolutista* (Poulantzas, 1971, p. 187).

Ora, Boito Jr., “operando com os conceitos poulantzianos de tipos de Estado”, chegou a resultados diferentes, pelo menos no que toca à situação francesa, discordando das conclusões – que considera contraditórias – de Poulantzas, para quem “o estado absolutista, que é um estado capitalista e tem a função de destruir as relações feudais de produção, organiza a dominação política da nobreza feudal”. Assim, reafirmava que o estado absolutista é feudal, em face: da manutenção das ordens e estamentos medievais, que “representam desigualdades estabelecidas no

terreno jurídico e não, como ocorre com as classes sociais, no terreno do processo produtivo”; do seu “sistema jurídico inigualitário e particularista” que não permite “a formação da ideologia da cidadania e da figura ideológica do ‘povo-nação’, efeitos particulares de um estado de tipo burguês”; do “monopólio cargos de mando no aparelho de estado pelos membros da classe dominante” e da fusão dos “recursos do Estado com o patrimônio privado dos seus ocupantes, que aparecem, então, como [seus] ‘funcionários-proprietários’”; do enrigecimento do caráter estamental da instituição militar. Boito Jr. afirma que a centralização absolutista não pode ser confundida com universalismo, já que “se deu sob o signo do monopólio dos cargos de Estado pelos membros da classe dominante”. Para ele, “O estado absolutista, com seu direito inigualitário e com suas instituições particularistas, desempenha a função de reproduzir as relações de produção feudais”, impedindo “o desenvolvimento de um mercado de trabalho pois isso supõe a existência de um direito igualitário”. Por fim, confirma o caráter feudal da política absolutista do mercantilismo, que “permite a acumulação primitiva de capital, mas, justamente, essa é uma acumulação que precede a acumulação de tipo especificamente capitalista”. Assim, conclui, “O estado absolutista segue sendo um estado feudal, mas, à diferença do estado medieval, ele é um estado feudal contaminado pelo germe do burocratismo burguês”. “Dessa perspectiva, a revolução política burguesa, entendida como um processo político de transformação da estrutura do estado e da correspondente mudança da classe social que detém o poder de estado, adquire importância decisiva na transição ao capitalismo.” (Boito Jr., 2005)

A visão de Poulantzas redundante em que, em poucas palavras, o estado já poderia ser tipificado como capitalista *antes* do domínio político e econômico da burguesia. É uma postura que, a pretexto de compreender a autonomia e especificidade do político, *politiciza*¹⁰³ as relações sociais, ou seja, confere à política uma desconjunção e uma precedência em relação ao todo social, que ela teria inclusive antecipado e suscitado – o que nos parece bem mais distanciado do

¹⁰³ “Politicizar é tomar e compreender a totalidade do real exclusivamente pela sua dimensão política e, ao limite mais pobre, apenas de seu lado político-institucional.” É um fenômeno simétrico ao economicismo. “O *politicismo*, entre outras coisas, fenômeno antípoda da politização, desmancha o complexo de especificidades, de que se faz e refaz permanentemente o todo social, e dilui cada uma das ‘partes’ (diversas do político) em pseudopolítica. Considera, teórica e praticamente, o conjunto do complexo social pela natureza própria e peculiar de uma única das especificidades (política) que o integram, descaracterizando com isto a própria dimensão do político, arbitrariamente privilegiada.” (Chasin, 1982, p. 7)

pensamento de Marx do que as tematizações de Engels sobre o bonapartismo de Bismarck que Poulantzas critica com base nesta teoria.

Para compreender bem a particularidade do bonapartismo alemão, é necessário fazer a comparação com o francês. Valendo-nos do auxílio luxuoso do filósofo húngaro G. Lukács (estudioso da *miséria alemã*), cujas ponderações vão na mesma direção das de Engels, pode-se afirmar de forma incontestada que o bonapartismo na França representou um retrocesso, não obstante o progresso econômico alcançado pelo país durante sua vigência. Inversamente, “a ‘monarquia absoluta’, na Prússia e na Alemanha, representou objetivamente um progresso com respeito à situação anterior a 1848, tendo em vista que, dentro dos marcos daquele regime, viam-se satisfeitas as exigências econômicas da burguesia, abrindo-se espaços mais largos ao desenvolvimento das forças produtivas” (Lukács, 1972, p. 44). De fato, Engels salientava, como vimos, o caráter progressista da realização da unidade nacional levada a cabo pelo regime do gendarme.

A questão central, contudo, é que estes progressos econômicos se dão na ausência de uma revolução burguesa vitoriosa – pois a “unidade nacional” consistiu na “prussianização” da Alemanha – e com a manutenção da “burocracia nobre e de todas as instituições destinadas a assegurar a intangibilidade de sua hegemonia política” (Lukács, 1972, p. 45). Neste sentido, podemos concluir que a via prussiana de objetivação do capitalismo é inerentemente bonapartista, ou seja, o processo de constituição local do capitalismo tende a desconhecer outra forma de dominação que não esta. Fique, porém, a indicação de que, de acordo com a sociedade em que é gestado, o bonapartismo pode ter representado um retrocesso ou um avanço em determinada direção, sem que perca seu caráter original fundante.

Estranhou-nos, no entanto, encontrar a referência a um “bonapartismo do primeiro império francês” na discussão de Engels sobre a origem do estado (s/d “e”, p. 137). Neste ponto – não desenvolvido pelo autor e não repetido em nenhum dos seus outros escritos que pesquisamos e que nos parece, ademais, discrepar de toda sua análise –, há um distanciamento em relação a Marx, que não considerava o regime de Napoleão Bonaparte um bonapartismo, senão o último movimento da Revolução Francesa: “*Napoleão* foi a última batalha do *Terror revolucionário* contra a *sociedade burguesa*”, veio consolidá-la (SF, p. 186); se o bonapartismo é apreendido como a forma decadente de dominação burguesa, não se poderia incluir em tal categoria uma supremacia que cristalizava seus princípios revolucionários, que

os espalhou por toda a Europa e que emparedou a burguesia não apenas politicamente, mas também nos seus interesses econômicos, como aludido.

O bonapartismo era, no seu entender, a forma à qual tendia o capitalismo em sua época, a forma normal de dominação de uma burguesia que não mais tinha substância para dominar diretamente, seu credo em momentos de desespero, sua prática ritualística permanente – *a religião da burguesia*. O desenvolvimento das lutas de classes fez do bonapartismo um recurso com que se socorrem permanentemente as burguesias.

Não há contradição entre a expansão da forma bonapartista de dominação burguesa e a afirmação de que a república parlamentar se tornava cada vez mais imperativa – há que lembrar que o bonapartismo está em germe no seio desta e que ambos se desenvolvem juntos, portanto. Por outro lado, quando se lembra que, segundo Engels e Marx, a república parlamentar burguesa seria a forma de dominação mais apropriada aos trabalhadores e que nela se daria a luta final entre estes e os proprietários, compreende-se que, naquele momento, o bonapartismo – embora gerado, no seu caso clássico, no interior da república e estando latente em seu seio em qualquer formação – não se adaptou imediatamente ao regime republicano. Na França, após o golpe bonapartista, a república cedeu passo ao “consulado sem o primeiro cônsul” e, em seguida, ao império; na Alemanha, impôs-se mesmo sem a passagem por um regime republicano, mantendo-se a monarquia (embora esta cumprisse os objetivos da burguesia). Parece que o amadurecimento das lutas de classes (no qual, Marx ressaltou, o sufrágio universal teve importante papel) e o desenvolvimento do próprio capitalismo permitiram um “aperfeiçoamento” do bonapartismo, que, a partir de então, como buscaram mostrar outros pensadores, não precisaria mais recorrer a regimes diferentes de governo. De fato, bastava-lhe ser ditadura indireta da burguesia (inclusive contra ela própria) no seio da própria república burguesa.

As importantes discussões efetivadas por Engels seriam, acrescidas às de Marx, suportes para os demais marxistas que se propuseram discutir o bonapartismo na centúria posterior, como veremos a seguir.

4.2 EQUILÍBRIO CATASTRÓFICO E CESARISMO EM GRAMSCI

A designação *cesarismo* reúne as questões diretamente relacionadas ao tema deste trabalho pesquisadas pelo pensador italiano Antonio Gramsci (1891-1937) nos textos que escreveu na prisão na qual passou parte da vida. Gramsci comparava Napoleão I ao mais lídimo representante do cesarismo, como veremos.

As origens do cesarismo remetem-se ao regime instaurado na Roma antiga por Caio Júlio César (49-44 a.C). Expressa a noção de um poder forte, desvinculado dos interesses de grupos e dos indivíduos e concertado com o exército, visando a articular uma política equilibrada que pretensamente corresponda aos interesses globais da comunidade (Guarnieri, 1998, pp. 159-60). O regime foi retomado por alguns imperadores populares, às vezes com matizes deformadores, mas mantendo os elementos recolhidos da tirania grega e da monarquia helenística. Foi este sistema que pôs as bases de uma fórmula que combinava monarquia militar e apoio popular, por cima (e até contra, quando necessário) das aristocracias intermediárias, subversivas com respeito à monocracia absoluta. O baixo império romano teria se afastado do cesarismo original, ao substituir o principado tradicional pelo dominado, pois não podia ressuscitar uma ideologia que supunha, ainda que de maneira deformada e personalizada, a noção de soberania popular (Bluche, 1984, pp. 7-8).

Toma-se, comumente, o cesarismo por uma das formas de degenerescência dos regimes políticos, que mantém a aparência liberal enquanto cerceia a liberdade. São mencionados como exemplo o principado em Roma e o bonapartismo, dado que ambos levaram à transferência da soberania do povo para um poder individualizado e concentrado (mediante aclamação ou plebiscito), mantendo-se, não obstante, alguns órgãos de representação popular. As restrições também valem para a representação parlamentar, pois certas de suas formas foram admitidas, mas sempre na dependência do poder policial e militar. Valoriza-se o diálogo direto do líder – venerado e obedecido, por ser visto como representante direto de uma soberania una e indivisível – com as massas populares. De acordo com este entendimento, pois, o bonapartismo seria uma variante, cujo diferencial estaria na necessidade de manifestações, mesmo ilusórias, demonstradoras do partidarismo e do apoio ao líder (somadas, no século XX, à potência da propaganda, que facilitou o culto da personalidade) (Maltez, 2005).

Gramsci caminhou por via diferente ao debruçar-se sobre a questão do cesarismo. Para ele, a principal característica deste era expressar “uma situação em que as forças em luta se equilibram de modo catastrófico, isto é, equilibram-se de tal forma que a continuação da luta só pode levar à destruição recíproca” (Gramsci, 1968, p. 63). O teórico do PCI destacava que, numa luta social entre duas forças, uma regressiva e uma progressiva, o resultado cabível não é só que um vença o outro, mas também pode ser que nenhum dos dois vença e que, debilitando-se mutuamente, cedam espaço para uma terceira força, que interviria a partir do exterior e que dominaria a ambos por meio de uma solução “arbitral” incumbida a uma grande personalidade.

Este esquema referente a duas forças que pelejam por constituir (ou reconstituir) um equilíbrio orgânico mas que descaem numa situação cujas perspectivas são catastróficas – de que nenhuma das duas vença – e da qual nasce ou pode nascer o cesarismo, Gramsci o reafirma como “uma hipótese genérica, um esquema sociológico” que pode facilitar certa análise política (Gramsci, 1968, p. 65). Além de admitir a possibilidade de um cesarismo de caráter intermediário episódico, ele afirma que a situação de equilíbrio catastrófico pode ganhar maiores graus de concretude, aproximando-se da realidade histórica concreta, quando se precisam determinados elementos fundamentais.

Assim, diferentemente de sua natureza básica, seu significado histórico não é sempre o mesmo, só podendo ser apreendido por meio da história concreta, e não de um esquema sociológico. O cesarismo, afirmava Gramsci, pode ser *progressista* ou *regressista*: encaixa-se na primeira opção quando contribui para o triunfo das forças progressistas – ainda que seja uma vitória limitada por compromissos; é regressivo quando intervém para auxiliar as forças regressivas (para o que também vale a observação sobre compromissos e limitações, mas estes têm, agora, importância e significado diferentes). Mencionava César e Napoleão I como exemplos de *cesarismo progressivo*, enquanto Napoleão III e Bismarck representam um *cesarismo regressivo*¹⁰⁴. Trata-se, continuava o pensador, de averiguar se, no interior da dialética revolução/restauração, é o primeiro ou o segundo elemento que prevalece, dado que não há retrocesso histórico total.

¹⁰⁴ Segundo Losurdo, Gramsci insinuava que também a União Soviética estalinista encaixava-se em sua visão de cesarismo. Mais ainda: os *Cadernos do cárcere* incluíam tanto Stalin quanto seu grande antagonista numa mesma categoria (Losurdo, 2004, p. 197).

Ainda se pode detalhar o grau e o sentido desta determinação como força progressista ou regressiva. Desta maneira, para Gramsci, no caso de César e Napoleão I, as duas forças combatentes, ainda que distintas e contraditórias, poderiam fundir-se e unificar-se depois de um processo molecular – situação que se efetivou, pelo menos, a ponto de promover o fim da luta orgânica e a superação da fase catastrófica. Também se poderia indicar que a aludida fase catastrófica pode ter sua gênese relacionada a uma deficiência política momentânea dos grupos tradicionalmente dominantes, e não simplesmente a uma deficiência orgânica – o que pertine particularmente à situação que levou Napoleão III ao poder¹⁰⁵.

O teórico sardo prossegue observando que, “no mundo moderno, com suas grandes coalizões de caráter econômico-sindical e político partidário, o mecanismo do fenômeno cesarista é muito diferente do que foi até Napoleão III”, quando “as forças militares regulares ou de fileira constituíam um elemento decisivo para o advento do cesarismo, que se verificava através de golpes de estado bem precisos, de ações militares” e afins. Em seu período, atestava, “as forças sindicais e políticas, com os meios financeiros incalculáveis de que podem dispor pequenos grupos de cidadãos, complicam o problema”, tendo em vista que servidores de partidos ou sindicatos podem ser corrompidos ou aterrorizados sem que se recorra a ações militares amplas (Gramsci, 1968, p. 64).

Para ele, a técnica política moderna transformou-se completamente após 1848, tendo assimilado a expansão do parlamentarismo, do associativismo sindical e partidário e a formação de vastas burocracias (embrechadas tanto na máquina estatal quanto de caráter político-privado, ligadas a sindicatos ou partidos). Some-se a isto as mudanças ocorridas na organização policial *lato sensu*, quer dizer, no conjunto que inclui o serviço de repressão à delinquência e as forças organizadas (estatais e particulares), atalhias do domínio político e econômico das classes dirigentes (o que

¹⁰⁵ Entre 1815 e 1848, assegura Gramsci, a dominação política na França havia se escindido entre legitimistas, orleanistas, bonapartistas e jacobino-republicanos. As lutas entre estas facções possibilitavam que as forças progressistas obtivessem avanços extemporâneos – no sentido de que “a forma social existente ainda não exaurira as suas possibilidades de desenvolvimento, como a história em seguida provou abundantemente” (Gramsci, 1968, p. 66). O regime que se originou de sua ascensão ao poder e de sua própria estatura diminuta foi expressão destas possibilidades latentes e imanentes. Com César e Napoleão I, acreditava Gramsci, o cesarismo teve tanto um caráter quantitativo quanto qualitativo, representante que era da transição revolucionária entre duas etapas históricas. Já com Napoleão III, o fenômeno ficou restrito ao caráter *quantitativo*, ou seja, não compendiou a passagem de um estado a outro, mas uma linha evolutiva ininterrupta numa situação de mesmo tipo.

obriga a considerar as organizações políticas, econômicas, a polícia política e outros tipos de organismos).

Por tudo o que foi apontado, de acordo com Gramsci, modernamente o cesarismo se distingue radicalmente não apenas daquele fenômeno de caráter progressista personificado em César e Napoleão I, mas também do de Napoleão III – embora mantenha maior proximidade com este.

No mundo moderno, o equilíbrio com perspectivas catastróficas não se verifica entre forças que, em última análise, poderiam fundir-se e unificar-se, mesmo depois de um processo fatigante e sangrento, mas entre forças cujo contraste é insanável historicamente, e que se aprofunda especialmente com o advento de formas de cesarismo (Gramsci, 1968, p. 66).

Não obstante, dizia Gramsci, também no mundo moderno o cesarismo encontra espaço (dependendo do país e da força deste na estrutura mundial) para adaptação, pois quase todas as formas sociais têm alternativas de desenvolvimento e de sistematização organizacional – e, ademais, conta sempre com (e busca manter) a relativa debilidade intrínseca de seu antagonista progressista, o que confere ao cesarismo moderno uma natureza menos militar e mais policial.

A origem do cesarismo está relacionada à *crise de hegemonia* da classe dirigente, que, de acordo com Gramsci, ocorre porque esta faliu no cumprimento de uma importante tarefa política (pela qual solicitou/impôs o consentimento político das grandes massas, como é o caso da guerra); pode, ainda, ver-se confrontada com amplas massas (em especial, camponeses e pequenos burgueses) que abandonaram sua antiga postura política passiva e apresentaram reivindicações no plano político e social. Quando a crise de hegemonia não encontra a solução orgânica e normal – a unificação de todo um grupo social sob uma única liderança, considerada o melhor representante e encarnação das necessidades da classe, inclusive a de afastar um perigo mortal –, abre-se a possibilidade para atuação de homens providenciais e carismáticos. Está posta uma situação de equilíbrio em que nenhuma das forças tem condições para vencer e na qual “também o grupo conservador tem necessidade de um padrão” (Gramsci, 1968, p. 56).

Auditando à discussão os já conhecidos limites dos camponeses, relacionados à sua dispersão e à sua heterogeneidade, Gramsci afirmava que estes explicam características como “a volubilidade, a multiplicidade dos sistemas ideológicos a que aderem, o próprio exotismo das ideologias algumas vezes encampadas”, além da

vagarosidade com que o processo de centralização orgânica e política ocorre para a realização de sua vontade (Gramsci, 1968, p. 58).

O processo se acelera quando a “vontade” específica desse grupo coincide com a vontade e os interesses imediatos da classe alta; não só o processo se acelera, como manifesta-se repentinamente a “força militar” dessa camada, que algumas vezes, depois de se organizar, dita leis à classe alta, se não pelo conteúdo, pelo menos no que se refere à “forma” da solução (Gramsci, 1968, p. 58).

Outra observação importante de Gramsci: “Um movimento político pode ser de caráter abertamente militar, mesmo se o exército como tal não participa abertamente dele”, e o mesmo vale para um governo. “Em determinadas situações pode-se dar a conveniência de não ‘descobrir’ o exército, de não fazê-lo sair da constitucionalidade, de não levar a política aos quartéis”, mas isso não elide que “é o exército, isto é, o estado-maior e a oficialidade, quem determina a nova situação e a domina” (Gramsci, 1968, pp. 56-7).

O pensador sardo salienta que muitos países sofrem uma grande influência do elemento militar – e ressalta que não se trata apenas de uma influência estrita do “elemento técnico militar, mas influência e peso da camada social fundamental de origem do elemento técnico-militar (especialmente os oficiais subalternos)”. Considera fundamental ter consciência destes fatores para entender o bonapartismo ou cesarismo, no sentido de contribuir para distingui-lo “de outras formas em que o elemento técnico-militar como tal predomina sob formas talvez ainda mais destacadas e exclusivas” (Gramsci, 1968, p. 59). Ajunta que “nos países potencialmente bonapartistas” (*sic!*) há a tendência a que o governo militar crie uma ideologia política e social dominante, além de formalmente orgânica.

De acordo com Gramsci, em alguns casos, o exército permanece afastado da arena política. “Em lugar dele, entra em ação a classe militar burocrática, que, utilizando meios militares, sufoca o movimento no campo” (Gramsci, 1968, p. 60). Considerado o mais perigoso, este alcança certa unificação política e ideológica, angaria aliados nas classes médias urbanas e chega inclusive, ainda que limitadamente, a fazer chegar ao estado seus interesses e substituir alguns quadros dirigentes. Mantendo-se em armas diante do desarmamento geral, assinala a possibilidade de uma guerra civil na qual enfrentaria o exército regular, se a “classe alta” resolver-se a renhir.

É importante registrar que Gramsci considerava que o sistema parlamentar oferece um mecanismo propício às soluções de compromisso. De acordo com ele, *todo governo de coalizão encontra-se num estágio inicial de cesarismo*, que pode ou não se desenvolver até níveis mais significativos¹⁰⁶. O teórico italiano advertia, ainda, que não se deveria, sob pena de cometer um erro derivado do mecanicismo, tomar as ocorrências em todos os tipos de cesarismo como reflexo unicamente do equilíbrio das forças fundamentais. Não se poderia, diz ele, desconsiderar as relações existentes entre os principais grupos das classes fundamentais e as forças auxiliares, as quais guiam ou submetem à sua influência hegemônica; esta seria, por exemplo, a condição para compreender o golpe de estado de 2 de dezembro, dada a função que ali exerceram os grupos militares e os camponeses franceses¹⁰⁷.

A título de ilustração, menciona o caso Dreifuss, quando os próprios elementos do bloco social dominante – buscando apoio na parte mais avançada do campesinato e, especialmente, nos grupos urbanos guiados pelo socialismo reformista – impediram que se impusesse o cesarismo reacionário em gestação. Haveria outros modernos movimentos histórico-políticos semelhantes que, se não constituem revoluções, também não são totalmente reacionários, na medida em que trazem modificações para a vida estatal e incorporam às atividades sociais um grupo diferente e mais numeroso que o anterior. Tais movimentos chegam a ganhar um conteúdo relativamente “progressista” na medida em que advertem sobre a existência latente, na velha sociedade, de forças ativas não exploradas pelos antigos dirigentes e que se tornam historicamente eficientes em face da debilidade do antagonista, ligadas que estão a uma determinada situação de equilíbrio de forças em luta despojadas de potência interna para impor sua vontade construtiva própria.

¹⁰⁶ De acordo com Carlo Guarnieri, autor do verbete “Cesarismo” no *Dicionário de política* de Bobbio, “no cesarismo há um equilíbrio entre as forças políticas e sociais em campo, nenhuma das quais está completamente vencida, como é o caso do fascismo. Por isso, de acordo com Gramsci, todo governo de coalizão possui certo grau inicial de cesarismo” (Guarnieri, 1998, p. 160).

¹⁰⁷ Guarnieri sintetiza: em Gramsci, de um lado o antagonismo entre os grupos não é absoluto, de outro, “a situação de equilíbrio pode ser devida a causas momentâneas. Uma força, embora seja predominante num determinado contexto, pode estar, por vezes, dividida em facções discordes entre si. Sendo assim, permite que outra força, de menor relevo mas mais compacta, desafie o poder tradicional” e, por fim, pode haver um equilíbrio em face de relações intermediárias “entre grupos principais das classes que dominam e as chamadas forças de apoio que estão sujeitas à sua influência hegemônica” (Guarnieri, 1998, p. 161). Guarnieri conclui que o cesarismo é “um regime político que se caracteriza pelo forte aparato estatal – ao menos em relação ao resto da sociedade –, e que conseguiu gozar de considerável autonomia em confronto com forças sociais”. Empregando seus próprios instrumentos, torna-se mediador entre interesses sociais antagônicos e, “embora não ataque nunca completamente os interesses dos grupos que gozam de uma posição dominante na estrutura social, jamais lhes consolida o poder” (Guarnieri, 1998, p. 162).

Desta forma, o cesarismo, em Gramsci, está relacionado à crise de hegemonia da classe social dirigente, que falhou no processo de condução de todo o grupo social e se viu confrontada por outras classes. Caiu, assim, num equilíbrio catastrófico, situação em que duas forças em luta, com caracteres opostos (progressista ou regressista), não podem se vencer, senão se destruir mutuamente. Ambos os fenômenos abrem a possibilidade de uma personalidade “arbitral” interferir no processo. Gramsci também destacava aí a importância do elemento militar e expunha a presença de elementos cesaristas em todo governo de coalizão (Marx percebia tais elementos em toda democracia burguesa).

Vimos que Gramsci não só caracterizava desde César a Bismarck como cesaristas; diferenciava, entretanto, César e Napoleão, progressistas, de Napoleão III e Bismarck, cujo cesarismo teria caráter regressista. Estranha ao pensamento de Marx, esta generalização também se afasta de Engels, que diferenciava Napoleão III – bonapartismo que representou um retrocesso – de Bismarck, que trouxe progressos para a Alemanha. Gramsci talvez esteja se referindo à era revolucionária do primeiro Napoleão e à era contra-revolucionária do “sobrinho” e de Bismarck, mas caberia deixar isso mais claro – e notar que mesmo na era contra-revolucionária o bonapartismo pode ter uma natureza progressista ou regressista, a depender de sua gênese e constituição históricas.

Já falar de César parece uma total impropriedade, identificação que já merecera uma censura marxiana que Gramsci certamente conhecia:

Finalmente, espero que o meu trabalho possa contribuir para afastar o termo ora em voga, principalmente na Alemanha, do chamado *cesarismo*. Nesta analogia histórica superficial esquece-se o mais importante, ou seja, que na antiga Roma a luta de classes desenvolveu-se apenas no seio de uma minoria privilegiada, entre os ricos cidadãos livres e os pobres cidadãos livres, enquanto a grande massa produtora, os escravos, formava o pedestal puramente passivo para esses combatentes. /.../ “O proletariado romano vivia às expensas da sociedade, enquanto a sociedade moderna vive às expensas do proletariado”. Com uma diferença tão cabal entre as condições materiais e econômicas das lutas de classe antigas e modernas, as formas políticas produzidas por elas hão de ter tanta semelhança entre si como o Arcebispo de Canterbury e o Pontífice Samuel. (18BLB, p. 200)

A crítica de Marx parece-nos muito pertinente, pois as aproximações históricas entre César e Napoleão, e entre ambos e o Napoleão III e Bismarck, só podem ser forçadas, na medida em que representam sociedades radicadas em bases totalmente

distintas e com uma estruturação social muito diferenciada. Parece necessário uma categoria que explicita a essência e especificidade capitalista do fenômeno inaugurado por Luís Bonaparte, o que cesarismo não faz, antes ao contrário. Empregar um conceito que homogeneíze realidades tão diferentes tem o pendor de nos fazer cair em uma bruma em que todos os Césares são pardos e onde, portanto, a *differentia specifica* fica obliterada em favor de algumas coincidências insubstanciais.

De toda forma, Gramsci diferenciava o cesarismo de César e Napoleão, bem como o de Napoleão III, do vigente em sua época (a este respeito, mantém silêncio sobre Bismarck), dadas as mudanças ocorridas no aparato militar e nas formas de associação sindical e política. Não só: o equilíbrio catastrófico opõe duas forças que não podem se fundir, como foi o caso do cesarismo progressista, e cujo contraste tende a se acentuar com o próprio cesarismo.

Poulantzas questionou o raciocínio de Gramsci. Dizendo-se apoiado em “uma leitura aprofundada dos textos de Marx”, afirmava ser incorreto, de acordo com este último, acreditar que o bonapartismo na França tenha advindo de qualquer equilíbrio entre a classe burguesa e a classe operária. Esta estava desorganizada pelos acontecimentos de 1848 e sua atuação praticamente inexistia. “A contradição principal desloca-se e concentra-se entre a burguesia, de um lado, a pequena burguesia e o campesinato, de outro, sem que se possa falar de um equilíbrio entre estas forças” (Poulantzas, 1977, p. 118). Ora, Gramsci salienta a participação ativa do campesinato em todo o processo. Mas a questão parece estar em Marx (e Engels), que afirmava que *o proletariado exercia, naqueles idos, uma influência acima de suas energias efetivas*. Marx também ressaltou que “A existência de idéias revolucionárias em uma determinada época pressupõe já a existência de uma classe revolucionária” (IA, p. 52), tema a que, provavelmente, a burguesia estava mais sensível que o marxista greco-francês. Desta forma, apesar de seu desbaratamento, incutia terror na burguesia suficiente para levá-la a uma atitude radical.

Não obstante todo o requintado arcabouço teórico em que está entalhada sua concepção de cesarismo, não há como não detectar uma imprecisão conceitual, pois Gramsci também se refere, eventualmente, a bonapartismo, mas não esclarece o que seria, no seu entender, o distintivo entre ambos.

4.3 TROTSKY, O BONAPARTISMO E O “BONAPARTISMO OPERÁRIO”

A categoria bonapartismo – na qual se inclui uma política externa expansionista que objetiva a consolidação de um certo regime, o robustecimento dos grupos dominantes e o enfraquecimento dos adversários internos –, cuja tematização foi elaborada por Marx com os aportes de Engels, tornou-se, entre os anos 1920-30, principal fundamento teórico da interpretação marxista do *fascismo*.

Contrapondo-se ao estalinismo deformador do pensamento marxista, que moldaria uma sociedade cujos princípios questionaria firmemente – o que, por fim, o levaria à morte –, o revolucionário russo Leon Trotsky (1879-1940) foi um dos teóricos marxistas que pelejaram por deslindar o caráter do bonapartismo. Note-se que ele, um dos líderes da Revolução Russa, fora comissário do povo para os Negócios Estrangeiros e criador do Exército Vermelho, duas credenciais que, somadas à sua acuidade intelectual, pode ter contribuído para seu interesse pela discussão da categoria em pauta, já que está intimamente relacionada aos assuntos internacionais (em especial, à guerra de conquistas) e ao campo militar¹⁰⁸. Também é necessário ressaltar que dedicou sua vida, após o decesso de Lênin, a combater o estalinismo e o fascismo – na teoria e na prática –, o que, por conseguinte, implicaria discutir as formas de dominação política burguesa que se diferenciavam da democracia – note-se que em Lênin, por exemplo, não há uma elaboração acerca do bonapartismo tão desenvolvida quanto a do fundador da IV Internacional¹⁰⁹.

Não se tratava, porém, para ele, de contrapor em caráter absoluto tais formas de exercício do poder político à democracia burguesa. Pelo contrário, Trotsky sempre

¹⁰⁸ Não deixa de ser interessante registrar a crítica de Gramsci a Trotsky, no tocante à forma de organização dos trabalhadores nos sindicatos que este último sugeria, baseada na militarização. O teórico do PCI o acusa de tendências que teriam de desembocar numa forma de bonapartismo: “O princípio da coerção, direta e indireta, no ordenamento da produção e do trabalho é justo (...), porém a forma que esse princípio havia assumido era errada: o modelo militar havia-se tornado um preconceito funesto e os exércitos de trabalho faliram” (*apud* Grant, 2005). Gramsci “denuncia sua plataforma teórica e política como ‘uma forma de ‘napoleonismo’ anacrônico e antinatural” (Losurdo, 2004, p. 197).

¹⁰⁹ Lênin menciona o tema em alguns de seus escritos, como “Apreciação do momento atual” (1908), “Em memória da Comuna de Paris” (1911), *O estado e a revolução* e “O começo do bonapartismo” (1917), dentre outros. Em geral, apenas alude ao período dos dois Bonapartes e de Bismarck, como em *O estado e a revolução* (1922), ou aponta o bonapartismo na situação russa do período pós-Revolução de 1905 (“Apreciação do momento atual”) ou pré-Revolução de 1917 (“O começo do bonapartismo”), ressaltando a diferença em relação ao caso clássico francês. De acordo com Losurdo, Lênin via o regime de Kerenski, posterior à Revolução de Fevereiro, como “o início do bonapartismo”, voltado ao restabelecimento da ordem interna – pressuposto para a continuação da guerra – e pronto para denunciar os críticos do conflito como integrantes de complô financiado pelos inimigos da Rússia e defendido internamente apenas por indivíduos imunes à autêntica alma nacional (Losurdo, 2004, p. 196). Não há, ao que sabemos, uma tematização mais acabada a respeito por parte de Lênin.

destacava em seus escritos os limites da democracia, imanescentes à sua natureza burguesa e, pois, a facilidade com que esta classe se desvencilha dos preceitos burgueses de acordo com seus interesses. Na verdade, diz ele, a democracia foi propugnada pela burguesia por apenas uma fase de sua constituição.

Ele observava três etapas do desenvolvimento do capitalismo: seu desabrochar, que demandara da burguesia métodos revolucionários; sua maturidade, quando lhe era possível governar sob formas democráticas, pacíficas, conservadoras; e, por fim, o período de decadência do capitalismo, no qual a burguesia recorria a métodos de guerra civil contra o proletariado. “Os programas políticos que caracterizam essas três etapas – o *jacobinismo*, a *democracia reformista* (incluída aí a social-democracia) e o *fascismo* – são, em essência, programas de correntes pequeno-burguesas.” (Trotsky, 1968, p. 288)

De fato, continuava ele, embora atuassem em favor do desenvolvimento burguês, os jacobinos se chocavam freqüentemente com a burguesia – este conflito era sua maneira de servi-la. A consolidação do poder burguês, sob a forma democrático-parlamentar, não foi nem pacífica e nem voluntária: desde cedo “A burguesia manifestou o seu medo de morte do sufrágio universal”. Com a Primeira Guerra, explicitada a decadência do capitalismo, ficava evidente também o declínio de suas formas de dominação democrática, cujo domínio contradita não apenas as instituições proletárias, mas a própria democracia parlamentar. Neste processo, também fica clara a incapacidade dos agentes do capital financeiro de liquidar o proletariado com sua própria força – donde seu apelo ao fascismo naquela quadra histórica (Trotsky, 1968, p. 289).

Trotsky dedicou vários textos a discutir a diferença entre fascismo e bonapartismo, de um lado, e entre estes e social-democracia, de outro. Isto porque, conjunturalmente, de acordo com os interesses do regime soviético, tais distinções eram dissimuladas, atenuadas ou dadas como inexistentes. A fim de fazer a diferenciação (obliterada pelo estalinismo) entre social-democracia e fascismo, Trotsky acentuava que a primeira, representante principal do regime parlamentar burguês, apóia-se nos operários e sua influência se escoia pelas suas organizações de massa. O fascismo, por sua vez, é um meio específico de mobilização e organização da pequena burguesia em prol dos interesses do capital financeiro e a consolidação do

seu poder implica a destruição das organizações operárias e do parlamentarismo¹¹⁰. Já o “cesarismo ou sua forma burguesa, o bonapartismo” (Trotsky, 2005d), cumpre sua função de proteger a ordem e a propriedade, processo em que “reprime a guerra civil, por meio do aparelho militar-policial, impede-a ou não permite que se reacenda” (Trotsky, 1968, p. 351). Nesse sentido, o revolucionário frisava uma diferenciação fundamental: a que especifica o “bonapartismo, isto é, o regime da ‘paz civil’ que assenta sobre uma ditadura policial-militar, e o fascismo, isto é, o regime de guerra civil aberta contra o proletariado”¹¹¹ (Trotsky, 1968, p. 301). Insistia em tal diferenciação porque considerava necessário distinguir as *forças políticas reais*. Arrematava que o fascismo realmente “é uma reação da sociedade burguesa contra a Revolução Proletária ameaçadora. Mas, precisamente esse perigo não é imediato hoje, as classes dominantes empreendem a tentativa de evitar a guerra civil pela ditadura bonapartista” (Trotsky, 1968, pp. 351-2).

Para melhor entender a teoria trostkiana, faz-se necessário inseri-la num raciocínio mais longo. Assim, assegurava, no momento de consunção da sociedade burguesa, a burguesia emprega formas agora inteiramente reacionárias para dar cabo de suas tarefas e, muito embora se sirva delas, teme-as, uma vez que, nesta peleja por defender os interesses do capital, algumas delas provocam abalos perigosos (Trotsky, 1968, pp. 290-1).

Há uma contradição entre democracia e fascismo, embora não seja absoluta, ou seja, não signifique a subordinação a duas classes irreduzíveis – antes, explicita os sistemas diferentes de dominação de uma só e mesma classe (Trotsky, 2005a). “Esses dois sistemas: o sistema parlamentar-democrático e o sistema fascista, apóiam-se em diferentes combinações das classes oprimidas e exploradas e se chocam, inevitavelmente e de forma aguda, um contra o outro” (Trotsky, 1968, p. 152).

¹¹⁰ Registre-se que A. Saitta, estudioso do assunto, diferencia o fascismo do regime dos Bonapartes pela ligação do primeiro com organizações de massa que tendem a se apoderar sempre mais de funções que seriam do estado. O fascismo seria, no seu entender, o *cesarismo da sociedade capitalista desenvolvida*. Há quem discorde, porém, alegando que no cesarismo há um equilíbrio entre as forças políticas e sociais em campo, nenhuma das quais está completamente vencida, como é o caso do fascismo (*apud* Guarnieri, 1998, p. 160).

¹¹¹ Para ele, o fascismo é o último elo de um ciclo político específico e os pressupostos para seu surgimento e vitória são: “a crise mais grave da sociedade capitalista; o aumento da radicalização da classe operária; o aumento da simpatia até da classe trabalhadora e um desejo de transformação de parte da pequena burguesia urbana e rural; a extrema confusão da grande burguesia; suas covardes e traiçoeiras manobras tendentes a evitar o clímax revolucionário; o esgotamento do proletariado; confusão e indiferença crescentes; o agravamento da crise social; o desespero da pequena burguesia, seu anseio por mudança; a neurose coletiva da pequena burguesia, sua rapidez para crer em milagres; sua disposição para medidas violentas; o aumento da hostilidade até o proletariado que defraudou seus expectativas” (Trotsky, 2005c).

Trotsky chamava a atenção para o fato de que “o fascismo é a continuação do capitalismo, um intento de perpetuar sua existência utilizando as medidas mais bestiais e monstruosas”. Só foi possível ao capitalismo socorrer-se com o fascismo, no seu entender, porque o proletariado não efetivou a revolução socialista, tendo sido paralisado pela atitude dos partidos oportunistas. Assim, continuava, “Podemos anunciá-lo como uma lei histórica: o fascismo pôde triunfar só naqueles países onde os partidos operários conservadores impediram ao proletariado utilizar a situação revolucionária para tomar o poder” (Trotsky, 2005c). O imperialismo mobiliza a pequena burguesia e derrota o proletariado ali onde “o próprio proletariado revele sua incapacidade para conquistar o poder, enquanto que a crise social levou ao paroxismo a pequena burguesia”. Na medida em que o proletariado se mostre incapaz de conquistar o poder em um momento determinado, o imperialismo se vale de seus próprios instrumentos para regular a vida econômica. O próprio mecanismo político, o partido fascista, no seu entender, transforma-se no poder estatal. “As forças produtivas se acham em irreconciliável contradição não só com a propriedade privada, mas também com os limites estatais nacionais. O imperialismo é a expressão desta contradição” e procura solucioná-la pela conquista de novos territórios. (Trotsky, 2005c).

Seu raciocínio buscava explicitar que, “Para a burguesia monopolista, o regime parlamentar e o regime fascista não representam senão diferentes instrumentos de sua dominação: recorre a um ou a outro, segundo as condições históricas” (Trotsky, 1968, p. 152). Momentos há em que ela se apóia, inclusive, simultaneamente, em “sua agência conciliadora” e “sua agência terrorista”, “Mas essa situação do estado e do governo tem um caráter provisório. Exprime um período transitório, no qual a social-democracia já está próxima do fim de sua missão, enquanto que nem o comunismo, nem o fascismo se acham ainda em condições de tomar o poder” (Trotsky, 1968, p. 153). “E, quando a relação de forças já foi experimentada nas lutas, quando as classes revolucionárias já se gastaram, mas as classes possuidoras ainda não se libertaram do medo, não trará o dia seguinte novos abalos?” (Trotsky, 1968, p. 285)

Ele considerava indubitável a necessidade de o fascismo se transformar em uma ditadura militar burocrática, de tipo bonapartista. Afinal, “A história demonstra que é impossível manter acorrentado o proletariado somente com o auxílio do aparato policial” (Trotsky, 2005a). Salientava que a própria conversão do fascismo em bonapartismo acarretava seu fim (cuja efetivação depende de inúmeros fatores,

externos como internos). O mesmo processo no qual perde sua base social de massas para se sustentar num aparato burocrático e mover-se entre as classes transforma o fascismo em bonapartismo, acreditava Trotsky. Assim, quando a pequena burguesia modera sua atividade contra-revolucionária, desiludida com o sistema, desintegra-se (uns setores se tornam oposicionistas, outros se refugiam na indiferença política) e arrefece seus ataques contra o proletariado – então, novas possibilidades revolucionárias são abertas.

Para Trotsky, a diferença entre bonapartismo e fascismo é importante em si, mas também há que atender para o fato de que todo momento de transição de um sistema para outro abre espaço para uma *crise política* que a atuação do proletariado revolucionário pode transformar em um atentado ao poder da burguesia, ou seja, “a perspectiva da mudança do bonapartismo para o fascismo está prenhe de distúrbios infinitamente mais formidáveis e, em conseqüência, também de possibilidades revolucionárias” (Trotsky, 2005a)¹¹².

Um regime é bonapartista, na concepção de Trotsky, quando há um “relativo equilíbrio entre o campo da contra-revolução que ataca e o da revolução que se defende”, ou seja, sua “temporária neutralização mútua” e, neste quadro, uma figura proeminente do poder erigiu-se acima das classes, do parlamento e dos partidos, buscando sustentação nos militares, recebendo apoio de hostes parlamentares à direita e à esquerda. Ao fim, tem-se uma equação na qual “o governo não aparece como um organismo executivo da maioria parlamentar, mas como um juiz-árbitro entre dois campos em luta” (Trotsky, 2005a). Em outras palavras, dizia, a essência do bonapartismo está em que a classe economicamente dominante, em momentos de crise aguda, “ainda que conte com os meios necessários para governar com métodos democráticos, se vê obrigada a tolerar – para preservar sua propriedade – a dominação incontrolada do governo por um aparato militar e policial, por um ‘salvador’ coroado” (Trotsky, 2005b). Note-se a precisa observação trotskiana:

Sem dúvida, um governo que se eleva por cima da nação não está suspenso no ar. O verdadeiro ponto do governo atual passa pela polícia, a burocracia e a camarilha militar. Estamos confrontados a uma ditadura militar-policial apenas dissimulada sob o adorno do parlamentarismo. Um governo do

¹¹² A questão foi novamente tratada em outro texto: “Pode-se dizer que oficialmente se abre em um país uma etapa pré-revolucionária (ou pré-fascista) no momento em que o conflito entre as classes divididas em dois campos hostis traslada o xis do poder para fora do parlamento. Portanto, o *bonapartismo caracteriza o último prazo com que conta a vanguarda proletária para a conquista do poder*” (Trotsky, 2005b, grifos nossos).

sabre como juiz-árbitro da nação: precisamente isso se chama *bonapartismo*. (Trotsky, 2005a)

Nesta análise do caso francês dos anos 1930, Trotsky relacionava claramente o bonapartismo a uma débil estabilidade, embasado que está no momentâneo e fugidio equilíbrio entre o proletariado e o fascismo, campos cuja relação de forças teria de mudar rapidamente, em face da conjuntura econômica e da própria política da vanguarda proletária. “A colisão entre ambos os grupos é inevitável” e “Só depois do choque, e de acordo com seus resultados, poderá implantar-se um regime estável” (Trotsky, 2005a).

Assim, diferentemente do que supunham os estalinistas no bojo de suas confusões e elisões, a “etapa intermediária, bonapartista”, não é um mero disfarce para o fascismo, que facilitaria a adesão da social-democracia a este “mal menor” (Trotsky, 2005a). Apontando o equívoco desta interpretação, o revolucionário russo chamava a atenção para o fato de que o sabre não tem um programa independente, antes ao contrário, constitui-se num instrumento de salvaguarda da ordem. De fato, quando a luta entre dois campos – o dos proprietários e o dos trabalhadores – chega a um grau de intensa tensão, estão dadas as condições para a dominação da burocracia, da polícia e dos militares. “Independente” da sociedade, o governo é, de fato, “o caixeiro dos possuidores. Mas o caixeiro está sentado sobre as costas do patrão, machuca-lhe a nuca e não faz cerimônia para esfregar-lhe, se for necessário, a bota na cara” (Trotsky, 1968, p. 282).

Da mesma forma que “seu predecessor, o cesarismo”, o bonapartismo, no processo de erigir-se politicamente por sobre as classes, “representa *no sentido social*, sempre e em todas as épocas, o governo do setor mais forte e firme dos exploradores”. Por via de consequência, “o atual bonapartismo não pode ser outra coisa que o governo do capital financeiro, que dirige, inspira e corrompe os setores mais altos da burocracia, a polícia, a casta de oficiais e a imprensa” (Trotsky, 2005a).

Para Trotsky, o fascismo sempre tem um elemento de bonapartismo – elevação do poder estatal por cima da sociedade devido à agudização da luta de classes –, sem o qual não existiria. Entretanto, salientava que se trata “fundamentalmente do bonapartismo da época da declinação imperialista, que é qualitativamente diferente do da época de auge da burguesia” (Trotsky, 2005c), “distingue-se extraordinariamente do da época da ascensão da sociedade burguesa” (Trotsky, 1968, p. 353). Nesta época de decadência do imperialismo, um bonapartismo puramente bonapartista não atende às necessidades. No caso alemão,

não está apoiado *diretamente* na pequena burguesia do campo e da cidade (mas exclusivamente nas grandes esferas possuidoras) e sua manutenção só é possível “pela neutralização dos dois campos: do proletariado e do fascismo” (Trotsky, 1968, p. 353). Desta maneira, numa época em que a burguesia abandonou suas ilusões democráticas, o papel do bonapartismo é servir de anteparo ao fascismo, e não mais de substituir a democracia parlamentar. “A decadência atual do capitalismo não só retirou definitivamente toda base de apoio à democracia; também revelou que o velho bonapartismo resulta totalmente inadequado; o fascismo o substituiu” (Trotsky, 2005b).

O governo fascista, tanto quanto o bonapartista, é a dominação do capital financeiro. Ora, completava, no atual estágio do capitalismo, um governo que não o fosse era, em geral, impossível (Trotsky, 1968, p. 354). Ainda corrigindo os erros que enxergava no raciocínio oficial do estalinismo, frisava outros aspectos importantes da questão; assim, se o capital financeiro se encontra por trás de um determinado governo, isto não significa que caia com ele: “No caso de uma acentuação das contradições, resta-lhe a reserva do fascismo puro. No caso de uma atenuação das contradições, é possível recuar para a linha de um parlamentarismo ‘reacionário’” (Trotsky, 1968, p. 354).

Por outro lado, da mesma forma que o bonapartismo principia por combinar o regime parlamentar com o fascismo, este, ao triunfar, necessita formar um bloco com os bonapartistas e é obrigado, graças às características internas, a se aproximar de um gênero bonapartista de poder. Trotsky garantia a impossibilidade de o capital financeiro manter uma longa dominação valendo-se “da demagogia social reacionária e do terror pequeno-burguês. Uma vez chegados ao poder, os dirigentes fascistas se vêem forçados a amordaçar as massas que os seguem, utilizando para isto o aparato estatal. O mesmo instrumento lhes faz perder o apoio de amplas massas da pequena burguesia.” (Trotsky, 2005a)

O criador do Exército Vermelho também indicava diferenças entre a) um bonapartismo pré-fascista ou *preventivo*, “que reflete o equilíbrio extremamente efêmero entre os grupos beligerantes” e que resulta da tentativa da grande burguesia de evitar o derramamento de sangue que o fascismo implica e b) o *bonapartismo de origem fascista*, “que surge da destruição, desilusão e desmoralização de ambos os sectores das massas” e que “se caracteriza por uma estabilidade muito maior” (Trotsky, 2005a). A condição de possibilidade do bonapartismo é “o esgotamento

preliminar da energia das massas na luta”, mas o regime só atinge caráter relativamente estável e durável quando vem pôr fim a uma etapa revolucionária.

Trotsky historiou a trajetória do fenômeno bonapartista desde 1890, quando (citando Engels) todo governo na Europa se tornava bonapartista, ainda que de forma indecisa, tendência que permaneceu enquanto a agricultura enfrentava uma crise e a indústria estava deprimida. A retomada do crescimento a partir de 1895 debilitou tais tendências, mas a decadência do capitalismo no período do primeiro pós-guerra voltou a fortalecê-las consideravelmente (Trotsky, 2005b). O revolucionário russo diferenciava, ainda mais, o bonapartismo de sua época daquele ocorrido no século anterior, na França, tendo em vista que neste último caso o capitalismo ainda estava em ascensão, embora enfrentando uma crise, enquanto o período em que vivia era de declínio capitalista e o bonapartismo cumpria a função, já aludida, de transição entre fascismo e parlamentarismo.

No bojo de sua discussão sobre o bonapartismo, Trotsky afirmava que os países dependentes (de origem colonial e semicolonial) tomavam generalizadamente um caráter bonapartista ou semibonapartista, uns buscando o apoio de trabalhadores e camponeses, outros instaurando uma forma de governo semelhante à ditadura policial-militar. Daí que os sindicatos fossem, ali, postos sob o controle especial do estado ou submetidos a uma perseguição cruel (Trotsky *apud* Ianni, 1991, p. 46).

Concluindo seus textos sobre o assunto, Trotsky foi ao cerne da questão, o que justifica uma citação mais longa:

Noções como a de *liberalismo*, de *bonapartismo*, de *fascismo*, têm um caráter de generalização. Os fenômenos históricos nunca experimentam uma repetição completa. Não seria difícil mostrar-se que mesmo o governo de Napoleão III, comparado ao regime de Napoleão I, não era bonapartista, /.../ porque sua atitude com as classes, particularmente para com o campesinato e o lumpemproletariado, era inteiramente diversa de Napoleão I. Além disso, o bonapartismo clássico saía de uma época de grandiosas vitórias militares que o Segundo Império absolutamente não conheceu. Mas, se se procurasse uma repetição de *todos* os traços do bonapartismo, concluir-se-ia que o bonapartismo foi um fenômeno único, impossível de repetir-se, isto é, que não existe um bonapartismo em geral /.../. Mas, se se fala do bonapartismo por analogia, será preciso mostrar, conseqüentemente, quais são, de seus traços, os que, em condições históricas dadas, encontraram a sua expressão mais completa. (Trotsky, 1968, pp. 350-1)

Ora, continuava Trotsky, Marx e Engels trataram como bonapartismo o regime dos dois Bonapartes e outros, como o alemão da era Bismarck – mesmo que

Bismarck não tenha sido um demagogo pseudo-radical, não se tenha apoiado nos camponeses nem chegado ao poder via plebiscito, e sim nomeado por um rei. Trotsky considerava que Marx e Engels estavam corretos em sua apreensão, pois, na busca por solucionar (a sua maneira) o problema da unidade e do poder exterior da Alemanha, “Bismarck explorou de maneira bonapartista a contradição entre as classes possuidoras e o proletariado crescente, dominou assim o antagonismo no seio das classes possuidoras, entre os *Jünkers* e a burguesia, e erigiu o aparelho militar-policia acima da nação” (Trotsky, 1968, p. 352).

As tematizações trotskianas acerca do bonapartismo representam, a nosso ver, importantes tentativas de compreensão de um fenômeno que, tal como o capitalismo, tem a peculiaridade camaleônica de apresentar-se sob as mais diversas formas, mesmo mantendo sua essência, superando crises de forma surpreendente. A grande novidade de seu pensamento tem que ver com a realidade do século XX, em que o nazifascismo multiplicou várias vezes os horrores do bonapartismo, tal como se apresentara no século XIX.

Pensando sobre as formas de dominação burguesa num período em que, conforme Engels tinha previsto, as guerras capitalistas haviam alcançado níveis impensados de destruição e outros efeitos imponderáveis, Trotsky sublinhava, como vimos, que a burguesia havia perdido a capacidade de governar sob formas democráticas e pacíficas, levando-a a atentar não somente contra as organizações operárias, mas também contra as instituições de sua própria democracia parlamentar. Apela às formas fascistas e bonapartistas de poder porque se vê diante de um proletariado forte, o qual não tem condições de liquidar sozinha.

Para Trotsky, portanto, a intercalação entre bonapartismo e fascismo não era mais um recurso eventual ao qual se apegavam as classes dominantes para logo retornar à normalidade burguesa, mas a forma própria de seu domínio. A democracia burguesa estava, no seu entender, excluída do rol de possibilidades – apareceria, no máximo, como um “parlamentarismo reacionário”. As formas de dominação pelo sabre têm como objetivo a manutenção da ordem. De fato, as lutas de classes haviam atingindo uma intensidade tal que se abriu a possibilidade de governo pela burguesia, a polícia e os militares, aparentemente autônomos em relação à sociedade, mas, na verdade, servidores dos interesses do capital.

Como vimos, o revolucionário russo diferenciava fascismo de bonapartismo. O primeiro é um regime de guerra civil aberta que emprega métodos bestiais de

repressão, numa tentativa do capitalismo de manter seu domínio, e que supõe a destruição das organizações operárias e do parlamento burguês. Trotsky atribuía grande responsabilidade pelo triunfo do fascismo aos partidos operários que, em certos países, impediram o proletariado de aproveitar o momento revolucionário e impor sua própria pauta. Assim, ali onde o proletariado não se mostrou capaz de tomar o poder, o imperialismo assumiu para si as tarefas de regular a vida econômica, mobilizar a pequena burguesia e derrotá-lo. As conquistas territoriais atestavam a contradição entre forças produtivas, propriedade privada e limites nacionais, donde a tentativa de ampliar as fronteiras. O fascismo triunfante teria, contudo, de segurar as massas que mobilizara e aproximar-se dos bonapartistas. *Pari passu* ao arrefecimento da investida da demagogia social reacionária e do terror pequeno-burguês, vai se evidenciando que não se pode manter o proletariado para sempre paralisado por meio do aparato policial: o fascismo se torna em bonapartismo.

De sua parte, o bonapartismo é um momento em que a burguesia mescla sua “agência conciliadora” com sua “agência terrorista”, um momento provisório e transitório: se as contradições se acentuam, o fascismo pode ser acionado; se se atenuam, um “parlamentarismo reacionário” pode existir. Exprime a situação pré-falimentar da social-democracia e a debilidade declinante do fascismo ou do comunismo, um equilíbrio ou mútua neutralização entre revolução e contra-revolução. Neste regime, visando a proteger a ordem e a propriedade privada, um personagem levanta-se diante dos partidos, parlamento e classes e emprega o aparelho militar-policial na repressão, no impedimento ou no arrefecimento da guerra civil. Pode fazê-lo em face da não imediatez da revolução proletária (se esta fosse iminente, apelar-se-ia para o fascismo) e ganha, neste processo, apoio de grupos parlamentares. Apresentando-se como transclassista, representa sempre o governo do setor capitalista mais forte, no caso, o do capital financeiro.

Um aspecto diferente das delimitações mais gerais da explicação de Marx para o bonapartismo aparece em sua afirmação de que, como todo período de transição, o bonapartismo abre possibilidades para o proletariado intervir e inflectir o movimento numa direção revolucionária. Neste sentido, Trotsky concluía que o bonapartismo era a última oportunidade dos movimentos operários de assaltar o poder político. Marx, como vimos, atestavam que tal momento era a democracia, ou seja, o proletariado tinha de atentar contra o poder burguês em sua forma mais avançada.

Trotsky diferenciava o bonapartismo do século XIX (do capitalismo em fase ascensível) daquele do século XX, da fase de decadência capitalista. Cabe salientar que Engels considerava todo bonapartismo expressão do momento de fim da atuação revolucionária burguesa, ou seja, do início do período da contra-revolução. Em seu período revolucionário, de ascensão, a burguesia não precisou recorrer a tal instrumento. De toda forma, em ambos os pensamentos fica claro que não há maniqueísmo na relação entre desenvolvimento econômico capitalista – que ocorre sob o bonapartismo – e a atuação da burguesia, que em tal processo é contra-revolucionária.

Por outro lado, falar em decadência burguesa parece ser um julgamento por demais otimista, pois se o sistema vive em crise também tem mostrado enorme capacidade para sair delas e ainda está em sua fase de expansão, como mostra o fenômeno da globalização.

Neste ponto, bem como no apontamento da quase exclusiva sucessão de bonapartismo e fascismo como formas de dominação burguesa, o pensamento de Trotsky foi radicalmente trespassado pelas contradições de sua época, já que germinou e floresceu exatamente no período (do entre-guerras, da depressão americana, da Segunda Guerra, altamente destrutiva) em que pululavam, por exemplo, filosofias do desespero e as mais diversas formas de misticismo. Não se poderia exigir de Trotsky a capacidade premonitória que visualizasse a superação do período nazifascista e de ditaduras bonapartistas – sem que isso fosse necessariamente feito pela revolução proletária, como supunha – que se alastraram pelo mundo durante uma etapa de sua história, invólucro de que o capitalismo acabou se livrando (especialmente a partir dos anos 90) em prol de uma forma de dominação comparativamente mais suave, pelo menos nos países centrais.

Interessantes também são suas ponderações sobre o que designou *bonapartismo proletário* ou *soviético* (ele diria, mais propriamente, anti-soviético). O regime instaurado na União Soviética após a ascensão de Stalin foi motivo de muita discussão no interior das ciências sociais e do movimento revolucionário. Teorias à direita e à esquerda aproximaram-no do fascismo e/ou subsumiram-no sob uma designação comum – totalitarismo – que pretendia encontrar semelhanças entre os fenômenos. Deter-nos-emos, a seguir, na explicitação da avaliação trotskiana do assunto, dada sua relação estreita com o fenômeno que estamos estudando.

Referindo-se à “mais repugnante caricatura do marxismo”, Trotsky indagava: o que é e qual a origem do “regime pessoal” de Stalin? Sua resposta: é fruto de uma intensa luta de classes entre o proletariado e a burguesia. De acordo com ele, pode-se caracterizar o estalinismo da seguinte forma:

Com a ajuda dos aparatos burocrático e policial, o poder do “salvador” do povo e árbitro da burocracia como casta dominante se elevou acima da democracia *soviética* reduzindo-a a uma sombra de si mesma. A função objetiva do “salvador” é proteger as novas formas de propriedade usurpando as funções políticas da classe dominante. Acaso esta *precisa caracterização do regime socialista* não é a mesma *definição sociológica científica do bonapartismo*? (Trotsky, 2005b)

O raciocínio trostkiano segue a seguinte ordem: mantida uma série de contradições sociais, econômicas e de outros tipos no interior da União Soviética, sua regulação foi assumida pela burocracia, posta acima das massas trabalhadoras, que com isto fortalece sua própria dominação. Sem controles externos, a burocracia acumula novas contradições e, ao explorá-las, cria o regime do absolutismo burocrático. Em face das contradições internas da burocracia, o processo de eleição do comando principal foi se tornando mais e mais importante, *pari passu* à necessidade de disciplina dentro de uma ordem exclusivista, o que levou ao governo de uma só pessoa e ao culto ao líder, sistema semelhante ao existente nas empresas, nas terras coletivizadas, na universidade e no governo (Trotsky, 2005d). Tais seriam, pois, as raízes do regime, cujo princípio ele localiza em 1924.

Continuando sua explicação, Trotsky salienta, como já vimos, que a “dominação social de uma classe (sua ditadura) se pode expressar através de formas *políticas* sumamente diversas”; ora, a experiência da União Soviética mostrou que esta lei também é válida – evidentemente, com modificações – para a ditadura do proletariado, ou seja, entre a conquista do poder e “a dissolução do estado operário na sociedade socialista, as formas e métodos do governo proletário podem sofrer marcadas mudanças, determinadas pelo curso interno e externo da luta de classes” (Trotsky, 2005d).

Elevando-se sobre uma sociedade politicamente atomizada, apoiado pela polícia e pelo corpo de oficiais, sem tolerar nenhum controle, o regime estalinista era, para Trotsky, um tipo novo, inédito e manifesto de bonapartismo. Nas últimas fases de seu pensamento, em autocrítica quanto ao emprego da analogia com o Termidor francês e o Consulado, Trotsky fazia questão de ressaltar que tanto a Revolução Francesa quanto a Russa eliminaram o feudalismo e a servidão, “mas uma delas,

através de sua ala extrema, não podia mais que lutar em vão para superar os limites da sociedade burguesa; a outra realmente derrotou a burguesia e criou o estado operário”. O autor considerava esta distinção essencial para seu prognóstico de bonapartismo operário (Trotsky, 2005d).

De fato, prosseguia ele, no caso da Revolução Francesa, uma completa reação feudal foi impossível, pois, liberadas dos freios da feudalidade, as relações burguesas se desenvolvem automaticamente até o ponto de engendrar aquele que seria seu coveiro. Já a revolução proletária, além de liberar as forças produtivas das peias da propriedade privada, faz que o estado por ela mesma criado se aproprie de tais forças, dando-lhe caráter econômico atuante (diferentemente do estado burguês).

No primeiro caso, a substituição de um regime político pelo outro não exerce mais que uma influência indireta e superficial sobre a economia de mercado. Pelo contrário, a substituição de um governo operário por um governo burguês ou pequeno-burguês levaria inevitavelmente à liquidação dos começos de planificação e em consequência à restauração da propriedade privada. (Trotsky, 2005d)

Assim, destacava, o estado operário era imprescindível; se o retrocesso das transformações agrário-democráticas era impossível, a tomada do poder por determinados grupos bastaria para dar um paradeiro na construção socialista, de forma que a revolução proletária corria risco de morte sob o regime de Stalin. A burocracia pequeno-burguesa soviética viu-se na situação de regular o antagonismo entre o proletariado e o campesinato, entre o estado operário e o imperialismo mundial, forjando-se a base social do centrismo burocrático; quanto mais esta burocracia se autonomiza e se concentra em uma só pessoa mais caminha na direção do bonapartismo.

O bonapartismo representava, em sua visão, a situação dos governos capitalistas que, apoiados diretamente no aparato militar-policial e se imiscuindo no confronto entre o campo proletário e o campo fascista, punham-se acima do parlamento e da democracia como salvadores da nação. A partir desta definição, voltava a insistir na diferença deste bonapartismo da era de decadência em relação ao “jovem e pujante bonapartismo, que além de coveiro dos princípios políticos da revolução burguesa foi o defensor de suas conquistas sociais” (Trotsky, 2005d). Comparava o bonapartismo do Kremlin com o do período ascensorial burguês.

Stalin, à semelhança de Napoleão, preservava as conquistas da Revolução de Outubro contra a contra-revolução feudal-burguesa e, ainda, contra as reivindicações

e descontentamentos dos operários, esmagou sua ala mais progressista, criou uma nova aristocracia e, apoiando-se nos setores mais altos desta nova hierarquia social contra os mais baixos (e vice-versa), conseguiu concentrar totalmente o poder – “De que outra forma se pode chamar este regime se não é bonapartismo soviético?” (Trotsky, 2005d)

De acordo com Trotsky, como já mencionamos, o bonapartismo não pode se manter por um longo período de tempo. Diferentemente do primeiro Napoleão, porém (cuja queda, embora tenha tido influência nas relações entre as classes, manteve o caráter burguês destas), o colapso do bonapartismo estalinista colocaria em questão imediatamente o caráter de estado operário da União Soviética, já que o destino do país dependeria do regime *político* que viria substituir o bonapartismo. Daí que invocasse novamente a intervenção da vanguarda revolucionária do proletariado (Trotsky, 2005d).

O bonapartismo soviético e o fascismo têm a mesma raiz: o atraso da revolução mundial, a lentidão do proletariado no cumprimento de sua tarefa histórica. Fenômenos simétricos, ambos restariam quebrantados por um movimento revolucionário europeu vitorioso. “A burocracia estalinista tem razão, de seu ponto de vista, quando volta as costas à revolução internacional; obedece, ao fazê-lo, ao instinto de conservação” (Trotsky, 2005e).

Não é possível, aqui, entrar no longo e candente debate sobre o regime vigente no país a partir da ascensão de Stalin – se socialismo, capitalismo de estado, coletivismo burocrático, socialismo real. Acreditamos que Trotsky fez um esforço importante e considerável para a compreensão da situação da União Soviética. Se não conseguiu apreender em todas as suas dimensões e especificidades o regime que ali se pôs, certamente não foi apenas por responsabilidade pessoal ou limites ideológicos, mas também pela imaturidade do próprio objeto, já que o novo regime estava apenas em gestação quando o revolucionário foi brutalmente assassinado.

Trotsky quer destacar, em suma, que a ditadura de uma classe se expressa pelas mais diversas formas, o que se mostrou acertado também para o interregno entre a conquista do poder e a dissolução do estado operário. Desta forma, para ele, o regime estaliniano era bonapartista, de vez que registrava a presença de um aparato policial e burocrático forte e que se fortalecia ainda mais pela própria atividade; do líder carismático elevado acima da democracia soviética atomizada; da proteção das

novas formas de propriedade por meio da usurpação das funções da classe dominante; do inimigo externo.

Explicava os meandros do domínio burocrático e do culto ao líder e apontava o ineditismo do regime estalinista (bonapartismo plebiscitário soviético), o que não o sacava do universal bonapartista. Desta forma, o bonapartismo burguês poderia conhecer a substituição por outro regime político, o que não ocorreria no estado operário sem sua destruição e retrocesso ao estado burguês. Também ressaltava a maior proximidade entre o bonapartismo do Kremlin e o de Napoleão I, potente e progressista, embora deixasse clara a diferença entre Napoleão e Stalin e, também, na base de sustentação de ambos os regimes, a pequena burguesia jacobina e a soviética. Para Trotsky, apenas uma revolução mundial poderia pôr fim ao fascismo e ao bonapartismo, fenômenos que acreditava ter raízes próximas – o fato de o proletariado não ter feito a revolução ou demorar para cumprir suas tarefas.

São conhecidas as críticas a este que foi um dos líderes da Revolução Russa, entre as quais o excessivo peso que conferiu à camada burocrática. Neste sentido, é importante acompanhar a reflexão de um militante trotskista em estudo sobre o bonapartismo em Trotsky, o qual busca mostrar que a burocracia não é uma classe social. É interessante, a respeito do regime soviético, o questionamento feito por Grant: se todo estado tem de ser instrumento de uma classe, qual estava representada no estalinismo? Ele discordava, antes de tudo, dos defensores do *capitalismo de estado* que asseguram que “a classe operária possa ser a classe dominante quando estava sob a bota de Stalin e uma parte desta estava em campos de trabalho” (Grant, 2005). A classe capitalista havia sido expropriada em 1917, não era possível que defendesse os interesses do campesinato ou dos pequenos proprietários nas cidades e, portanto, para o trotskista, representava os interesses da burocracia estalinista – “Mas como forma especial de bonapartismo proletário, em última instância, representava a classe operária na medida em que defendia a nacionalização dos meios de produção, a planificação e o monopólio do comércio exterior” (Grant, 2005).

O autor discrepava da avaliação de que a burocracia soviética constituía uma nova classe dominante, sob o argumento de que esta era possuidora do estado que, por sua vez, era possuidor dos meios de produção. Enfatizava: “O estado é o aparato de dominação, não pode ser ele mesmo a classe dominante. A burocracia é simplesmente parte do aparato do estado”, cujas medidas são tomadas “em defesa da

propriedade privada e dos interesses da classe capitalista em seu conjunto” (Grant, 2005). Assemelha-se aos empresários na sociedade capitalista, que dirigem empresas, mas nem por isso se convertem em seus proprietários, embora a burocracia estalinista se caracterize por devorar uma grande parte da riqueza produzida. Neste sentido, em vez de classe, a burocracia se constitui em uma *casta parasitária* num estado proletário deformado pela contra-revolução burocrática. Por não haver, porém, uma nova classe dominante, o estado também não perdeu seu caráter proletário.

Outro que discorreu sobre assuntos pertinentes à nossa discussão foi Perry Anderson, que considerava “A interpretação de Trotsky do significado teórico do estalinismo, ainda hoje, a teorização mais coerente e desenvolvida deste fenômeno dentro da tradição marxista”, ademais desenvolvida em duas décadas de confronto prático contra ele (Anderson, 1983). Sobre a questão da burocracia, também Anderson reafirmava que, para Trotsky, não se trata de uma nova classe social, mas de um estrato parasita da classe operária, pois “não ocupava nenhum papel estrutural-independente no próprio processo de produção, mas conseguia seus privilégios econômicos do confisco do poder político aos produtores diretos, no marco das relações de propriedade nacionalizada” (Anderson, 1983).

A visão de Trotsky de que o capitalismo estava já em decadência determinava, diz Perry Anderson, sua cobrança ao proletariado pelo cumprimento de suas tarefas revolucionárias. Já mencionamos que se trata de um diagnóstico assaz otimista. Por outro lado, o caráter não permanente, transitório, do bonapartismo facultaria, de acordo com ele, a intervenção proletária. Anderson evidenciava a firme convicção do criador do Exército Vermelho de que aquele era um estado operário, muito embora degenerado, já que a ditadura não era incompatível, no entender do russo, com a preservação da natureza proletária do estado.

Acreditamos que há um problema na caracterização do regime soviético como bonapartismo operário – isso não implicaria a decadência da classe operária, ou seja, sua impossibilidade real, histórica, insuperável, de fazer uma revolução e o cumprimento de suas tarefas sob a forma contra-revolucionária, tal como a burguesia que optou pelo bonapartismo? Sendo este o caso, não se deveria inquirir sobre o agente histórico revolucionário nos dias que correm, em que a classe operária só poderia dominar de maneira semelhante à burguesia decadente, embora mesclando aspectos do bonapartismo “revolucionário” que Trotsky acreditava ter havido no

início do século XIX? Esta noção de bonapartismo operário, não obstante as denúncias precoces dos problemas do estalinismo, pode, no nosso entender, gerar mais confusão que esclarecimento do problema.

Pode-se ajuntar aí algumas preciosas indicações de Losurdo. Caracterizando “totalitarismo” como equívoco de que foi feito “uso ideológico e maniqueísta, que prescinde completamente da história concreta das instituições totais em países com os mais diferentes regimes políticos e sociais”, quer discutir se a categoria bonapartismo seria adequada para a compreensão da União Soviética de Stalin. Apenas parcialmente, concluiria: se consegue explicar a extrema personalização do poder e seu uso incontrolado e terrorista, deixa de incorporar a importância do partido, do “programa revolucionário marxista”, da “ideologia que enfatiza o papel da luta de classes”, de uma teoria que dificulta a plena explicitação do bonapartismo (baseado, como já vimos, no carisma de um líder que se põe acima de todas as classes e que condena os doutrinários) (Losurdo, 2004, p. 200)¹¹³.

No nosso entender, peca por dar excessivo peso à burocracia e outros fatores que são derivados, não determinantes. Pensamos que a discussão do assunto passa, necessariamente, pela questão da sobrevivência do capital numa realidade pós-revolucionária ou – por que não dizê-lo com todas as letras? – pós-capitalista¹¹⁴.

Perry Anderson destacava que Trotsky via as possibilidades de derrocada do estado soviético por um levante revolucionário de base que deveria destruir “toda a sua engrenagem de privilégios e repressão, deixando intactas, no entanto, as relações de propriedade social existentes, porém agora dentro do contexto de uma *democracia proletária*” (Anderson, 1983). Aditava, ainda: “Na medida em que prevalecia a escassez, era inevitável a contradição entre as relações *socializadas* de produção e as normas *burguesas* de distribuição: era esta contradição que fatalmente criava o poder coercitivo da burocracia estalinista”. Neste sentido, “A tarefa dos socialistas

¹¹³ De acordo com o autor, “O momento em que uma sociedade com direção comunista mais parece se aproximar do modelo bonapartista talvez seja representado pelos anos da revolução cultural da China, com o líder que, passando por cima do partido e apoiando-se no seu carisma pessoal, se dirige diretamente às massas, as quais, no entanto, não são estimuladas a expressar a aclamação plebiscitária e a retornar em seguida à vida privada: ao contrário, elas são insistentemente estimuladas a uma atividade política permanente, ainda que guiada e controlada pelo alto. É um controle que se mostra problemático e trabalhoso” (Losurdo, 2004, p. 200).

¹¹⁴ Remetemos o leitor a dois artigos particularmente interessantes: Mészáros (1985); Chasin (1989). O primeiro insiste na diferença entre capital e capitalismo, e na possibilidade de sobrevivência do primeiro sem o segundo (seria o caso da União Soviética). Este último autor, seguindo a mesma linha, chega à determinação de *capital coletivo/não-social* ali existente.

soviéticos era, em primeiro lugar, levar a cabo uma *revolução política* contra a burocracia encastelada no poder” (Anderson, 1983).

Parece-nos, porém, que o cerne do problema está, aqui, apresentado de forma invertida e, para completar, dissocia a produção da distribuição que ela determina. No nosso entender, trata-se, na verdade, de uma formação social, inédita e imprevista, na qual já houve uma *revolução política* – por natureza, de caráter destrutivo – que desbaratou as incipientes formas de estrutura e dominação social de que o capitalismo ali se revestia, mas que não pôde, em face da reduzida capacidade de produção e reprodução material do país, ganhar corpo de uma *revolução social* – esta, encarregada da constituição de uma nova sociedade livre dos desígnios do capital. Em termos sintéticos, uma sociedade que superou de forma revolucionária o *capitalismo*, mas que permaneceu sob o domínio do *capital*¹¹⁵.

Sublinhe-se novamente, porém, em benefício de Trotsky, que ele estava em situação muito pior que nós para compreender tal natureza, tendo em vista a imaturidade histórica do objeto (sem entrar, aqui, no mérito do seu próprio arcabouço teórico). Ele não via a superação daquela situação de isolamento pelo imperialismo e pelo atraso do desenvolvimento do país por meio de uma imposição “pelo alto” que criaria um “campo socialista” no qual os atos mais desumanos competiam à altura com os do capitalismo, para ficar apenas num exemplo. Com isto, Trotsky não apreendeu, segundo Anderson, que o stalinismo “não representava meramente a degeneração de um anterior estado de (relativa) graça de classe: podia, também, ser uma geração espontânea produzida por forças de classe revolucionárias em sociedades muito atrasadas, sem nenhuma tradição de democracia burguesa nem proletária” (Anderson, 1983). Podia, portanto, defender a natureza proletária daquele estado, que ainda não tinha mostrado todo o seu caráter nefasto para o movimento operário internacional (negando a democracia operária e denegrindo a própria idéia de socialismo, com o que fortalecia a dominação do capital).

¹¹⁵ Neste sentido, como destacou Chasin, a causa dos problemas não está em “uma burocracia totalitária”, de gênese e reprodução meramente ‘política’, /.../ que oprimiria, à custa de seu estatismo instrumental” – e, ademais, sem a apropriação privada dos bens e das riquezas; a questão central é a forma como se dá a apropriação do trabalho morto naquelas plagas (Chasin, 1989, p. 12). Trata-se de um regime em que ainda reinava um capital pós-revolucionário, “Impessoal, sem ser social; coletivo, sem ser universal; gerido sem posse e apropriado na forma evanescente de um espectro, desgarrado de toda direção e escapa de toda responsabilidade, a não ser da impostura sonâmbula da burocracia” (Chasin, 1989, p. 15).

4.2 O MESMO TEMA, OUTROS AUTORES MARXISTAS

Domenico Losurdo escreveu um verdadeiro libelo contra a idéia amplamente difundida de que o “o liberalismo teria gradualmente se transformado, por um impulso puramente interno”, espontaneamente, em uma democracia cada vez mais ampla e mais rica. Tomando como seu objeto principal o sufrágio universal, demonstra como não só seu advento como sua evolução histórica foram constantemente obstaculizados por inúmeras vias, das quais ganham relevo as “cláusulas de exclusão estabelecidas pela tradição liberal em detrimento dos povos coloniais e de origem colonial, das mulheres e dos não-proprietários” (Losurdo, 2004, p. 9).

Na mesma direção, e em complemento, o autor também se volta contra o “mito hoje dominante” segundo o qual “democracia e livre mercado capitalista se identificam”, arrematando que “precisamente a história dos países em que a tradição liberal está mais profundamente enraizada se mostra inextricavelmente entrelaçada com a história do instituto da escravidão” e “acumularam um considerável atraso histórico no próprio terreno da emancipação política” (Losurdo, 2004, pp. 9; 51). Chama a atenção enfaticamente, porém, para o fato de que esta tese apologética atribui ao processo histórico de conquista dos direitos políticos uma linearidade que este não possui e para tanto “passa por cima das gigantescas lutas políticas e sociais empreendidas pelas massas populares excluídas” (Losurdo, 2004, pp. 39-40).

Seu objetivo é mostrar como os direitos políticos, civis, econômicos e sociais foram conquistas resultantes de uma luta “não só longa, atormentada e marcada por revoluções, mas também de uma história que procede de modo tortuoso e em ziguezague” (Losurdo, 2004, p. 10). Esta processualidade não só não conheceu uma linha evolutiva ascendente como os três principais momentos da luta pela conquista do sufrágio universal igualitário (10 de agosto de 1792, a Revolução de 1848 e agitações revolucionárias na Rússia de 1917) constituem, sem exceção, datas “estranhas à tradição liberal, que, antes, observa-as com desconfiança ou com aberta hostilidade” (Losurdo, 2004, p. 56).

Losurdo intenta comprovar como o liberalismo traz inscrita em sua natureza a possibilidade do bonapartismo, como Marx já apontara. Assim, a democracia liberal sempre deixou aberta a possibilidade do estado de exceção, “pensado com referência aos atentados que podem advir para a ordem político-social existente não só e não

tanto da coroa ou do executivo, mas também, e sobretudo, do legislativo”, preocupação cuja raiz pode ser encontrada “na experiência histórica da primeira revolução inglesa e do movimento igualitário” (Losurdo, 2004, p. 109). Percebe-se que o recurso ao bonapartismo volta-se naturalmente contra as massas trabalhadoras, em momentos nos quais esta poderia apontar a possibilidade prática de ruptura da ordem burguesa.

O italiano se esforça por situar o sufrágio universal no interior da situação histórica da França dos anos 1850 e caracterizá-lo como elemento fundamental do bonapartismo. De fato, a Revolução de 1848 sancionara o sufrágio universal masculino, revogado pela burguesia em maio de 1850 por “uma espécie de ‘golpe de estado parlamentar’” que impedia a participação política recém-conquistada de boa parte dos trabalhadores (que, obrigados pela necessidade de trabalho a contínuos deslocamentos, não podiam cumprir a exigência de apresentar um certificado de residência estável) (Losurdo, 2004, p. 40). Luís Bonaparte, em busca de apoio popular, reintroduziu o sufrágio universal masculino – mas sob estrito controle e numa situação em que “o momento ‘democrático’ se limita à aclamação plebiscitária de um líder carismático e incontestado”, dotado de qualidades oratórias e empatia para com um público “que ele mais ‘excita’ do que convence”; este, desvencilhado de partidos, sindicatos e de qualquer outro obstáculo, “fala diretamente ao povo e pretende ser seu intérprete exclusivo” (Losurdo, 2004, pp. 10; 69).

O presidente compartilhava com a burguesia liberal “o ódio e o desprezo por aqueles que define e tacha como ‘demagogos’, ‘igualitários’, ‘detestáveis sonhadores da doutrina especulativa’”, no interior de uma concepção segundo a qual “a extensão dos direitos políticos é ligada não a um projeto de emancipação social, mas a uma precisa preocupação política” (Losurdo, 2004, p. 61). Este cuidado estava ligado ao controle e à pacificação social. O próprio Luís Bonaparte, já transmutado em imperador, diria que “o sufrágio universal reconstruiu o edifício social pelo fato mesmo de ter substituído um fato revolucionário por um direito” (*apud* Losurdo, 2004, p. 61). Desta forma, este direito conferia legitimidade ao poder e sua eliminação não arrefeceria os conflitos sociais, antes ao contrário, seria o húmus da oposição e poria em perigo o *statu quo*.

Bonaparte, após o golpe, tinha um claro programa, voltado ao estabelecimento de um regime político cuja potência adviria de sua popularidade. Daí que o projeto bonapartista não pudesse compreender discriminação censitária: Luís Bonaparte

dirigia-se ao “povo” e à “massa” – enquanto Thiers e os liberais ou liberal-conservadores, por exemplo, não se cansavam de manifestar seu desprezo aristocrático pela “vil multidão”, pelo “populacho” e pela “canalha”. O “povo” ao qual dirigia seu apelo não era, porém, “aquele organizado autonomamente em partidos ou sindicatos”, já que “‘entre o povo e seu soberano não deve haver intermediário que se arrogue o direito de substituir um e outro’”. Por isso a propaganda bonapartista denunciava recorrentemente os partidos, os grupos políticos organizados e os órgãos de imprensa correlacionados a eles, considerados “instrumentos de coerção e de sufocamento da espontaneidade do eleitorado, o qual deve ser ‘libertado’ de tudo isto para se entregar à relação direta, e subalterna, com o líder local e, em nível nacional, com o líder carismático e indiscutido da nação” (Losurdo, 2004, pp. 62-3). A novidade em relação ao discurso liberal clássico residia no fato de que a massa popular já não era considerada “vil”, embora ainda fosse vista como infantil, necessitando, por conseguinte, de um preceptor e incapaz de atuação política independente.

Bonaparte se arvorou, então, em “tutor da multidão ‘criança’”, apresentando-se como o único que poderia e estaria disposto, por se situar aparentemente acima das classes e dos seus conflitos, a ouvir e dar guarida às exigências populares – “a natureza da democracia é a de personificar-se num homem” (*apud* Losurdo, 2004, pp. 65-6). Assim, “No ‘apelo ao povo’ lançado logo depois do 2 de dezembro de 1851, o presidente golpista pede a investidura em nome da ‘grande missão’, que lhe compete, de ‘fechar a era das revoluções, satisfazendo as necessidades legítimas do povo e protegendo-o contra as paixões subversivas’” (Losurdo, 2004, p. 66).

Sempre segundo Losurdo, Bonaparte se considerava o único exegeta direto da nação, uma liderança posicionada “claramente acima dos mesquinhos conflitos e rivalidades pessoais que dividiam os deputados e aspirantes a uma cadeira parlamentar”. Ora, tal projeto poderia ser posto em xeque se houvesse partidos organizados, que orientassem nacionalmente o eleitorado a votar de acordo com uma plataforma programática – e não num indivíduo. Romper-se-ia, desta forma, o monopólio presidencial do contato direto com o povo. “Assim, o sucesso e a consolidação do projeto bonapartista pressupunham a dissolução e a marginalização dos partidos, bem como a liquidação de um sistema eleitoral que se baseava neles e introduzia um incômodo diafragma entre presidente, por um lado, e investidura e aclamação popular, por outro” (Losurdo, 2004, p. 64).

Neste contexto é que foi eliminado o voto em lista, tido como favorecedor da corrupção e da falsificação da vontade popular, substituído pelo colégio uninominal (cujas vantagens são: personalização da luta eleitoral; reprodução, em nível local, da relação entre líder carismático e massa amorfa e desarticulada; possibilidade de o presidente-imperador se destacar como único intérprete da nação, que só a ela responde, acima dos representantes de colégios e interesses regionais). Em relação ao movimento sindical, Losurdo frisa como o regime bonapartista recém-nascido o reprimiu duramente, e voltaria a fazê-lo sempre que diante de uma crise potencialmente revolucionária. Ao se sentir fortalecido, o bonapartismo francês não medrou diante da legalização do direito de greve, mas manteve sempre sua posição de proibição de qualquer entidade associativa com caráter permanente.

Losurdo ainda afirma categoricamente que se tratava de “um novo modelo de controle político e social das massas”, regime que neutralizava o potencial desestabilizador do sufrágio universal com a centralização dos poderes no chefe do executivo – o qual relaciona-se com as classes tidas como perigosas via concessões limitadas (realização de obras públicas, tabelamento dos aluguéis nas grandes cidades e outras que nada tinham de socialistas, inscrevendo-se, na verdade, na tradição liberal, porquanto destinadas a garantir a segurança da propriedade e da esfera privadas) e via política exterior agressiva, voltando os ódios e descontentamentos para o inimigo externo (o que se denominou política de exportação do conflito). Sua relação direta com as massas possibilitava o contato direto com ela, valendo-se de instrumentos de persuasão. A centralização de forças no poder executivo era considerada o melhor contrapeso à democracia e à perniciosa onipotência parlamentar.

Buscavam-se, pois, numa drástica personalização do poder anteparos contra um despotismo legislativo forte e permeável à influência das massas populares. Mostrando-se como aliada das camadas sociais desemancipadas, a propaganda bonapartista explorava as contradições do bloco liberal-moderado, que havia feito eleger o presidente por sufrágio universal que logo extinguiria e, por outro lado, tornara os ministros do presidente eleito pelo povo responsáveis perante o legislativo.

Para que as massas pudessem ser atingidas pelo “fascínio do gênio” chamado a guiá-las, deveriam ter sido, como não deixou de salientar o próprio Luís Bonaparte, convenientemente afastadas das “questões metafísicas”, das discussões políticas e sociais doutrinárias. Seu líder não poderia e não deveria prender-se a questões de

conteúdo, fugindo de assuntos que excitassem as massas e as levassem a se unir enquanto classe (neste sentido, um dos mais hábeis recursos seria a idéia de “esplendor militar”, a ser utilizada sistematicamente contra quaisquer palavras ou ações contra a ordem social existente). Donde a associação de emancipação política e des-emancipação sindical – “esta última é a condição necessária para atomizar a massa a ser entregue ao fascínio do líder carismático” (Losurdo, 2004, p. 71). Daí, também, a emergência, no âmbito da filosofia da história, do “culto ao herói” e da personalização do poder, em contraposição às massas impessoais.

Losurdo distingue no bonapartismo uma “consciência imperial ideologicamente transfigurada em termos de missão religiosa, moral ou política”, que reforça a identidade nacional e marginaliza ou até crimina a divergência, além de centralizar as atenções nos conflitos externos. Esta tradição, reforçada pela Revolução de 1789, foi explorada à exaustão pela propaganda bonapartista, que apregoava a expansão do país como uma missão civilizatória em prol do progresso da humanidade, liderada por um guia contorneado de prestígio e de glória (Losurdo, 2004, pp. 130-1).

Neste sentido, atente-se para a especificidade da história francesa. Da Revolução à Restauração, o país se vira acossado por toda a Europa, sem aliados, dinheiro ou crédito, e ainda tendo de se haver com os radicais conflitos internos. Diante de tal situação, acabou por instituir todo um aparelho militar no qual ganharia relevo a função de repressão ao operariado e que terminaria por submeter toda a sociedade, inclusive a própria classe dominante. Também no que toca à questão militar, Losurdo chama a atenção para a ligação da história do regime representativo com os exércitos – ele salienta que a restrição da esfera eleitoral, “por um certo período, também abrangeu a formação dos corpos armados e dos seus grupos dirigentes” (Losurdo, 2004, p. 147). Ora, a certa altura, em face das guerras que permearam o século XIX, tornou-se indefensável esta coarctação, pois se associava a exposição a perigo da própria vida à capacidade de defesa dos interesses nacionais, na qualidade de eleitor, razão para a ampliação dos direitos políticos aos soldados.

Engels, estudioso do assunto, ressaltara mais de uma vez o tracejado histórico da questão militar e armamentista do século XIX, que foi das barricadas e dos golpes populares para novo tipo de organização que multiplicou a desproporção de forças em favor do estado e dos corpos armados a ele adstritos. Neste processo, não teve pouco peso o desenvolvimento da tecnologia militar. Interessava-lhe, porém, destacar

que se havia estabelecido o monopólio estatal da força armada; não obstante, como enfatiza Losurdo, “o domínio da burguesia não estará suficientemente sólido e garantido enquanto o monopólio da força armada não estiver completado pelo monopólio da produção espiritual”, donde a perseguição a meios de informação e partidos cuja relação com classes sociais antagônicas às dominantes são – ou podem ser, em situações de crise – alternativas à ordem estabelecida (Losurdo, 2004, p. 157).

Ainda de acordo com ele, “o desenvolvimento da imprensa operária e popular no século XIX não pode ser separado da história do processo de organização política e sindical das classes subalternas nem da história da reação das classes dominantes a tal processo” (Losurdo, 2004, p. 159). Assim, ressalta a importância dos jornais na vida política francesa¹¹⁶ e demonstra como, “Dado o estágio ainda artesanal da editoria e da imprensa e dados os custos relativamente baixos de produção, muito fácil se apresenta o acesso das classes populares a estes instrumentos de agitação e de mobilização” (Losurdo, 2004, pp. 148-9). Daí que o governo tenha recorrido a ferramentas novas, gestadas na inter-relação entre política e economia. Assim, durante a Revolução de Julho, os jornais políticos viram-se constrangidos a depositar uma alta soma em dinheiro como franquia à sua publicação. Após as leis de setembro de 1835, estas garantias tornaram-se ainda mais onerosas e em 1848 voltaram-se contra quaisquer publicações que tivessem a faculdade de atingir as massas populares e de manifestar seus sentimentos.

Também a justiça – em particular, a que julgava os delitos de imprensa – foi afetada pelas revoluções de 1848, de forma que os tribunais passaram a deliberar com muito mais severidade. Isto não se deve apenas ao medo da república vermelha, mas também ao fim de certas disputas internas à classe burguesa (uma parte da qual estava, durante a Monarquia de Julho, excluída do exercício dos direitos políticos). Por fim, Luís Bonaparte pôde “se valer do apoio e da amplíssima influência da Igreja para neutralizar a imprensa e liquidar a frágil e pretensiosa resistência da burguesia liberal, a qual, de resto, já tinha feito calar, por ocasião das Jornadas de Junho, os jornais e os clubes das classes populares” (Losurdo, 2004, pp. 152-3).

¹¹⁶ Em 1848, por exemplo, era norma que todo político parisiense relativamente destacado fundasse um clube e metade deles criou seu próprio periódico. Entre fevereiro e maio daquele ano surgiram 450 clubes e mais de 200 jornais.

É importante finalizar com a alocução do pensador italiano tangente à novidade do regime – referindo-se à França e aos Estados Unidos do século XIX – no qual um executivo fortíssimo buscava se legitimar com o apoio popular, expresso por meio do plebiscito ou de um sufrágio eleitoral consideravelmente mais amplo que no passado¹¹⁷. De acordo com ele, este sistema mostrou-se mais eficiente nos Estados Unidos, que conseguiu conciliar “a rapidez, a força e a unidade do centro decisório à competição e à alternância entre líderes diferentes, bem como, em condições de desenvolvimento normal, ao gozo dos direitos de liberdade por parte dos cidadãos”. Por isto, designa o sistema americano – ainda o atual – como “bonapartismo *soft*, o qual, no entanto, quando uma situação de crise o requeira ou pareça requerê-lo, pode se transformar de modo indolor num bonapartismo duro e de guerra, capaz de impor a repressão”. O caso da França é, no seu entender, diferente, pois ali o bonapartismo se configurou apenas na sua forma “dura” e não pôde “gerar um regime estável e baseado numa sucessão ordenada e pacífica” (Losurdo, 2004, p. 124).

Losurdo investiga a origem e o desenvolvimento do sufrágio universal, mostrando caminho tortuoso e repleto de retrocessos. Neste mister, reafirma que os direitos políticos são conquistas resultantes de lutas, nunca concessões beneficentes. O autor também chama a atenção para o fato de que o bonapartismo está inscrito na natureza da república liberal e que tem como inimigo natural a classe trabalhadora.

Discutindo a especificidade do sistema bonapartista, aponta o sufrágio universal como um de seus elementos básicos, utilizado que foi por Luís Bonaparte para, de forma controlada, proceder à aclamação “democrática” de seu regime. Resulta também bastante interessante a análise que faz dos distintivos do líder bonapartista, carismático e incontestável, que se comunica diretamente com uma massa irracional e infantil e se põe na situação de decodificador de seus anseios. Sua incompatibilidade com as organizações sociais do povo – clubes, partidos, sindicatos, associações, imprensa – advém justamente desta necessidade de substituir o convencimento em relação a um programa pela excitação em relação a um líder, o que poderia ser obstruído se o contato direto sofresse a intermediação de uma

¹¹⁷ Na mesma direção do que apontam Engels, Trotsky e Losurdo vão as reflexões de Burnham, que afirma que “as grandes nações que, desde o Renascimento, adotaram fórmulas políticas e práticas representativas parlamentares, têm exibido neste século [XX], sem exceção, uma tendência poderosa ao bonapartismo, tendência que na Alemanha, Rússia e Itália alcançou sua maturidade, mas que também se nota com traços muito salientes, por exemplo, na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos” (Burnham *apud* Yannuzzi, 2005).

organização popular. Donde a repressão a todo tipo de associação, mesmo quando se relaxaram as proibições ao direito de greve.

Fica muito clara a direção em que vão estas indicações quando se contrapõe um pensador liberal. Bluche, por exemplo, acredita que o segundo bonapartismo teve caráter ainda mais democrático que o primeiro (de Napoleão Bonaparte). Isso porque, “se o primeiro bonapartismo foi uma aliança de democracia passiva e autoridade atuante, o Segundo Império outorga à democracia uma participação ativa. A eleição periódica já não será um simulacro. Com a condição de deixar de lado o risco parlamentar, o imperador proclama sua confiança inquebrantável no sufrágio universal” (Bluche, 1984, p. 133). O autor menciona a limitação às liberdades (às públicas mais que às individuais), mas percebe em Napoleão III o “desejo sincero” “de fazer que a autoridade conduza por fim à liberdade”. O regime é, então, qualificado como “original, monárquico, autoritário e democrático”, oposto à “monarquia constitucional, liberal, parlamentar e censitária que se desenvolveu entre 1815 e 1848” – tratar-se-ia, à parte certos detalhes, do “regime do ano VIII com sufrágio universal” (Bluche, 1984, pp. 133-4; 149). De acordo com ele, alguns chegam a ver em Napoleão III o último avatar do despotismo ilustrado, forma de governo própria do século XVIII. Também atribuía ao bonapartismo um caráter desde sempre *centrista*, em vez de ligado a uma classe social específica.

Losurdo menciona o próprio Luís Bonaparte, que defendia o sufrágio universal por substituir a revolução por um direito e tomava para si a tarefa de acabar com a era das revoluções, tutelando os anseios populares e mantendo-o indene a paixões doutrinárias. Para tanto, deve se mostrar numa posição arbitral em relação à sociedade, acima dos interesses e rivalidades pessoais (o que o fazia diferente comparativamente aos parlamentares). Losurdo desvela, desta forma, os meandros da conhecida assertiva marxiana de que o líder bonapartista aparece como independente e acima da sociedade civil.

Sua relação com as classes também é objeto de análise de Losurdo, que discorre sobre como as concessões limitadas e a política de exportação dos conflitos, que deveria ter como ápice o esplendor militar, serviam para amenizar as contradições de classes no interior da França. A propaganda bonapartista vinha se somar a estes instrumentos, completando o monopólio da força armada com o domínio da produção espiritual (e o sistema magistrado coroava o processo, julgando cada vez mais duramente os chamados crimes políticos). O antídoto contra o

“despotismo” de um legislativo altamente permeável à influência popular era, neste sentido, o fortalecimento do executivo e a personalização do poder.

Losurdo chama a atenção para o fato de que, diferentemente do que ocorreu nos Estados Unidos, o bonapartismo francês não conseguiu instituir um regime estável, caracterizado por uma sucessão pacífica e ordenada. Pode-se relacionar tal impossibilidade com a tradição revolucionária francesa, cujo povo era avaliado como “instável” pela Europa.

Preocupado com o predomínio do tipo bonapartista de dominação burguesa, Losurdo, contrapondo-se à noção de “elitismo democrático”, questiona: como

definir como democráticas uma realidade e uma concepção política que não só consideram irrelevante o problema da participação dos cidadãos nas escolhas chamadas a determinar o destino da comunidade em que vivem, mas explicitamente teorizam o absenteísmo eleitoral de massa como um fator positivo e até essencial para estabilidade e o correto funcionamento do sistema? (Losurdo, 2004, p. 325).

Nem mesmo o termo “elitismo” dá conta do processo de personalização do poder que caracteriza o atual arranjo político e institucional, assegura. Em contraposição, ele propõe, inicialmente, a categoria “cesarismo democrático”, mas também a rejeita como não satisfatória, pois o segundo termo abre a possibilidade de funcionar como elemento de legitimação, enquanto o “substantivo apresenta o inconveniente de fazer referência antes a uma situação bastante remota no tempo do que a um capítulo de história contemporânea, que começa com o sufrágio de massa ou com o sufrágio universal” (Losurdo, 2004, pp. 325-6). Assim, à procura de outra categoria, propõe a de bonapartismo *soft*, lembrando que “Marx vê como latente e implícito na democracia ‘burguesa’ o momento da ditadura” (Losurdo, 2004, p. 327).

Parece-nos, contudo, que Losurdo contraria justamente esta advertência marxiana quando cunha a expressão bonapartismo *soft* para explicá-la. Nas análises marxianas, por exemplo, insiste-se sempre no fato de que a república parlamentar traz talhado em sua alma o bonapartismo, mas não se chama a própria república de junho, por exemplo, de bonapartismo, embora se tratasse, evidentemente, da ditadura do capital sobre o trabalho. O bonapartismo tem servido, é claro, assim como outras ditaduras burguesas (como o nazifascismo), para justificar alterações negativas, verdadeiros retrocessos, na democracia, mas não nos parece que esta seja hoje menor que na época de Marx. Cremos, assim, que a boa e velha categoria *democracia burguesa* ainda consegue dar conta do problema, desde que tenhamos

em mente, como apontava Marx, seus limites intrínsecos e a possibilidade latente de vir a se tornar um regime bonapartista. Ao fazer a distinção entre a democracia burguesa e o bonapartismo, contudo, deve-se atender para o fato de que a primeira tem incorporado cada vez mais freqüentemente elementos do segundo, embora não se confunda com ele.

Losurdo faz uma pesquisa cuidadosa e desfaz muitos mitos em relação ao liberalismo e à democracia. Os limites de seu trabalho são dados pelo seu caráter estritamente político, já que toma como ponto central a questão do sufrágio universal.

No Brasil também houve debates intensos sobre o bonapartismo, não só sobre a formulação marxiana da categoria como sobre a sua existência em outros países para além da França e da Alemanha. Esta última questão será discutida em tópico específico. Neste momento, deter-nos-emos em expor análises de brasileiros sobre o fenômeno bonapartista como categoria geral.

Um dos debatedores nacionais nesta discussão é o sociólogo Emir Sader, que dedica um capítulo de sua obra *Estado e política em Marx* ao estudo do bonapartismo. Ele inicia sua abordagem do assunto sublinhando que as análises políticas concretas enfrentam um objeto específico; já que “as conjunturas particulares nunca reproduzem as condições estritas de um único modo de produção”, as “situações políticas terão, portanto, a mesma diversidade que os graus diferentes de desenvolvimento que a estrutura capitalista produz. Por isso, as análises políticas de Marx visam sempre ao estado sob as formas de existência anômalas em relação ao liberalismo”. Estudá-las e explicar suas condições de possibilidade “desembocaria no esclarecimento da forma de se sustentar o político como nível, qual o sentido de sua existência, os limites e a forma de sua autonomia e de sua dependência” (Sader, 1993, p. 59).

Em sua avaliação, o nível político pretende atingir as relações sociais, de forma que as relações econômicas estariam relegadas ao círculo do comportamento individual. Marx, no entanto, quando propunha uma ação política contra o capitalismo, tomava “o político na mesma extensão que possua a divisão em classes na sociedade: isto é, como estigma que perpassa *todas* as relações capitalistas”; em

outros termos, o poder político não está restrito à “posse do estado, encontrando suas raízes na própria forma de se organizar a sociedade” (Sader, 1993, pp. 112-3).

Emir Sader faz uma advertência contra o que considera a visão vulgar da política e do estado. Diz que este é, normalmente, visto como o “instrumento da vontade da classe dominante”. Esta relação, embora real, tem uma série de mediações, elididas nesse tipo de pensamento, que pressupõe uma vontade unificada e sem conflitos no interior da classe dominante e “a manipulação da superestrutura política como instrumento sem consistência própria e imediatamente amoldável aos interesses da classe dominante” (Sader, 1993, p. 108). Assim, no seu entender, nessa apreensão vulgar das determinações classistas do estado, a dominação econômica passa à dominação política sem qualquer mediação, tendo este último como seu instrumento. Essa visão, diz Sader, obnubila as relações do estado com o conjunto da sociedade e privilegia sua relação com a classe dominante, tornando esta última a real e a primeira, a enganosa. Aqui, a ideologia aparece como “impostura, uma simples mentira” de que se vale uma classe dominante ardilosa para cristalizar seu domínio. Nesse raciocínio, completa, fica esquecida a especificidade das formas políticas, como o bonapartismo, e as manifestações ideológicas perdem toda concreção real.

A exposição marxiana é convincente, continua Sader, justamente porque, ao longo dela, fica claro que “a aparência de estado de todas as classes é uma ilusão, mas *uma ilusão bem fundada*, que surge efetivamente como a verdade do sistema para quem não assume o ponto de vista da produção” (Sader, 1993, p. 110, grifos nossos). Procura, então, fazer uma análise que considere os diversos elementos presentes na relação estado/sociedade. De acordo com suas observações, o estado faz parte *de uma sociedade dividida em classes*. Desta forma, mesmo quando não é diretamente apropriado pela classe hegemônica, sua própria existência está relacionada às relações de produção dadas.

O autor em relevo considera importante destacar que as condições nas quais a burguesia atuou em sua luta contra o feudalismo ditaram a necessidade maior ou menor de intervenção política nas relações de produção. Neste sentido, ele enfatiza que

a lógica mais importante que comanda a compreensão do papel do político no mundo moderno é a que distingue claramente entre os momentos históricos em que a burguesia luta pela sua hegemonia sobre as relações feudais e o momento a partir do qual o capitalismo se instaurou como estrutura social predominante. (Sader, 1993, p. 96)

Em seguida, Sader reproduz sinteticamente a avaliação que Marx faz do bonapartismo em suas três análises mais importantes, que cobrem o período que vai de 1848 à Comuna de Paris, para concluir que o estado bonapartista não é, para Marx, “uma forma contingente de estado”, mas “o final de um processo de centralização do poder, de interiorização da comunicação burguesa à estrutura social, paralela ao desenvolvimento das necessidades de reprodução do capital no interior do modo de produção” (Sader, 1993, p. 94).

O autor avança, dissecando as condições sociais em que surge o bonapartismo e algumas de suas contradições internas, para reiterar que este fenômeno, segundo Marx, é “uma forma historicamente superior de apropriação do estado pelas classes dominantes” (Sader, 1993, p. 99). “*Se o capitalismo revela a verdadeira essência do estado, ao dilacerar essas contradições ao máximo, é o bonapartismo que a realiza em seu mais alto grau, consagrando as tarefas específicas do político*” (Sader, 1993, p. 102).

Sader introduz – certamente sob influência de Poulantzas – outro elemento na discussão: ele percebe importantes diferenças entre *bonapartismo* e *bismarquismo*. Ressalta que ambos têm como ponto comum “a dissociação entre a predominância de uma classe no nível das relações de produção e a apropriação do estado por outra classe, não hegemônica naquele nível”, o que dá suporte à aparente autonomia e imparcialidade deste (Sader, 1993, pp. 59-60). Contudo, também apresentam, no entender de Emir Sader, respeitáveis diferenciações.

Para ele, o “bismarquismo seria uma forma de estado produzido pela aliança entre setores da nobreza rural e frações burguesas emergentes, onde estas tinham o papel dirigente, quando o modo de produção capitalista já havia se instaurado como predominante, ainda que sob forma pouco desenvolvida” (Sader, 1993, pp. 59-60). Avaliando a situação de atraso da Alemanha no quadro europeu da época, Sader conclui que “o bonapartismo representa um fenômeno mais avançado historicamente do que o bismarquismo, já que se produz diretamente sob a ameaça de uma revolução social, enquanto este se dá como forma política de transição entre a Idade Média e o mundo moderno” (Sader, 1993, p. 61).

A forte influência althusseriana e de Nicos Poulantzas pode ser percebida em Sader quando fala da diferenciação entre modo de produção e formação social (que permitiria uma ampla gama de situações políticas), entre estrutura e conjuntura e do político como nível ou instância, além da insistência na autonomia relativa da

política. Tenta mostrar esta “instância” como relacionada ao todo da vida social, atrelando-a à própria divisão da sociedade em classes. Adverte contra a visão do estado imediatamente como instrumento das classes dominantes, que passaria sem mediações da dominação econômica à política. Ora, vimos que esta última não é a postura de Marx, mas que este também não se detém na análise do político como “instância” autônoma, preferindo mostrar como está relacionada – embora nunca mecanicamente – à esfera determinante, a econômica. De toda forma, resta importante o destaque de Sader que o estado, mesmo quando não é apropriado diretamente pela burguesia, tem sua existência relacionada à sociedade dividida em classes e está, portanto, condicionado por ela – o que é fundamental para compreender o bonapartismo.

Neste sentido, outro brasileiro, Carlos Estevam Martins, também registrou uma das características do bonapartismo, explicitadas por Marx, que o distanciam muito de uma mera forma de dominação *autoritária*:

o que distingue o fenômeno bonapartista não é o fato de o estado ter sido dotado de uma maior ou menor capacidade superordenadora da sociedade. Isso não é fundamental. O que é típico das situações bonapartistas é que a capacidade de iniciativa da autoridade governamental fica, em grande parte, desligada das volições específicas e imediatas das classes dominantes ou de qualquer de suas partes componentes (Martins *apud* Rago, 1998, p. 17).

Desta forma, não se trata, no bonapartismo, de uma instrumentalização imediata do estado pela burguesia, antes ao contrário: este realiza os interesses daquela até contra seus anseios imediatos. Note-se, também, a correta crítica aos limites do enquadramento do bonapartismo como autoritarismo – termo que, se bem empregado no âmbito correto (o psicológico), em política não passa de um eufemismo sem grande conteúdo ou valor analítico. Que, ademais, tende a restringir a discussão à face das restringências estritamente políticas (censura, partidos e outras) e, assim, mais uma vez desligar a política da totalidade social.

Para outro sociólogo brasileiro, Octavio Ianni, por sua vez, o bonapartismo de Napoleão I foi um movimento da revolução burguesa, enquanto o de Napoleão III foi um momento da contra-revolução burguesa. Refazendo o caminho histórico da constituição da ditadura bonapartista francesa, Ianni afirma que esta se põe diante de uma “conjuntura de crise de direção, no sentido de que nenhuma das forças sociais presentes tem condições de impor seu ponto de vista e compreender as reivindicações

das outras forças sociais. Há uma crise de hegemonia, no sentido que as forças sociais estão gastas, debilitadas, divididas” (Ianni, 1988, p. 295).

Cabe salientar que o sociólogo brasileiro, falecido em 2004, apontava o surgimento do bonapartismo de Luís Bonaparte claramente delimitado entre dois momentos históricos particularmente críticos das contradições de classes: “Um, o primeiro, no começo de 1851, quando se precipitam as lutas sociais e forma-se um espécie de vazio político que desemboca no golpe de estado. Outro, o último, no fim, quando a sociedade francesa encontra-se em outro patamar, em termos econômicos e sociais. Já é uma potência capitalista”. Ao final deste período, o processo mostrara à burguesia “que os exageros do bonapartismo podem ser dispensáveis” e que o “controle do poder estatal, segundo os interesses das classes dominantes, pode organizar-se de outra maneira”, pondo-se o fim do regime (Ianni, 1988, p. 297).

Retomando o raciocínio marxiano sobre a constituição e a centralização do poder estatal francês, Ianni sublinha que, no processo de sua dominação política, predomina a tendência de a burguesia “exercer o poder por intermédio de aliados das outras classes ou setores da sociedade: políticos profissionais, militares, intelectuais, membros das classes médias”, constituindo a burocracia, desta forma, “um vasto exército de funcionários civis e militares” (Ianni, 1988, p. 298). Com isto, o governo tem continuidade para além dos governantes e as oscilações próprias do processo político (eleições, crises ministeriais, escândalos, quarteladas, golpes) quase deixam de afetar a operação regular do poder estatal. No seu entender, as raízes da tecnocracia estão na expansão e diversificação da burocracia, que acompanha o desenvolvimento do aparelho do estado, fazendo crescer seu segmento de elite, “pessoal selecionado, intelectualmente adestrado, com formação científica, competente”. A partir de então, “aperfeiçoa-se a capacidade de operação do poder estatal, à revelia das oscilações da política, das lutas sociais, das emergências que não abalam mais profundamente o bloco de poder” (Ianni, 1988, pp. 298-9).

O desenvolvimento das relações de classes e dos antagonismos sociais sobressai em relação à democratização das instituições políticas (partidos, sindicatos, correntes de opinião pública, eleições, representatividade, legalidade). Também ocorre o agravamento das divergências entre as classes e setores de classes que compõem o bloco de poder. As crises têm caráter endêmico, facultando o desimpedimento do poder executivo pelos interesses predominantes na sociedade,

configurando-se um poder estatal que corresponde aos interesses da burguesia e, também, mantém-se indene às oscilações do processo político.

Ianni chama a atenção para a existência de diferentes formas de estado na história das sociedades nacionais, “umas mais nítidas e desenvolvidas, outras pouco desenvolvidas ou mesclando elementos ‘heterogêneos’” (Ianni, 1988, pp. 300-1). Ocorre, porém, que, mesmo quando não integralmente bonapartista, algumas dessas formas podem conter ingredientes bonapartistas. Mais ainda: “o bonapartismo parece subsumir várias formas de estado, diversas modalidades de organização das relações entre o estado e a sociedade. Parece o leito principal, ‘natural’, no qual tendem a acomodar-se os interesses das classes dominantes e seus aliados militares, policiais e clericais” (Ianni, 1988, pp. 300-1).

Por outro lado, também há o poder estatal organizado em moldes propriamente bonapartistas, variando segundo as condições históricas específicas de cada país e conjuntura. Isso ocorre quando a classe operária principia a atuar autonomamente. Neste contexto, afirma Ianni, é possível perceber que “o bonapartismo passou a fazer parte da fábrica da sociedade burguesa”, tornando-se “uma espécie de vocação política da burguesia e de seus aliados” (Ianni, 1988, p. 301). É a manifestação da marcha da contra-revolução burguesa, que demonstra que “a burguesia sempre está disposta a sacrificar conquistas políticas e culturais, quando se trata de garantir a continuidade dos seus interesses econômicos e políticos” (Ianni, 1988, p. 302). Graças a esta *contra-revolução permanente* desencadeada diante das classes trabalhadoras ativas, por vários motivos o bonapartismo se converteu na religião, na verdadeira vocação da burguesia, sintetizando elementos seus fundamentais enquanto classe dominante, governante e dirigente. Trata-se de “uma forma particularmente eficaz de organizar as relações do estado com as classes e o conjunto da sociedade, privilegiando os interesses da burguesia e seus aliados; e ‘administrando’ os interesses das classes e setores sociais assalariados”. Neste mister, dá-se o predomínio do executivo sobre o legislativo e judiciário, ou seja, adota-se “uma solução autoritária, em face de conjunturas de crises de hegemonia”, a qual “interrompe o processo de formação do povo como categoria política” e abole, reformula ou restringe as conquistas democráticas (Ianni, 1988, pp. 303-4).

Assim, Ianni diferencia o bonapartismo do primeiro Napoleão – que seria revolucionário – do bonapartismo contra-revolucionário. Já mencionamos que não encontramos em Marx nenhuma inferência deste tipo. No próprio Engels, que para

afirmações assim dá abertura, o bonapartismo é um fenômeno do momento contra-revolucionário da burguesia.

Ianni situava o nascimento do bonapartismo clássico em 1851, quando de um “vazio de poder”, no rastro das lutas sociais, e seu fim com a Comuna, quando a burguesia teria visto que os “exageros” do bonapartismo eram dispensáveis. De nossa parte, consideramos muito nocivo o termo “vazio” para se referir à política, pois dá a entender que o bonapartismo se aproveitou da ausência de grandes personagens da cena política e subiu ao palco, assumindo a direção, a iluminação e todas as outras tarefas importantes. A forma como o autor aprecia o fenômeno em pauta, é preciso que se diga, vai totalmente de encontro à exposição de Marx, que esperamos ter deixado claras. Como dizia J. Chasin, em política, como em física, nenhum espaço fica vazio. Levada ao limite, tal teoria significaria que, na situação imediatamente anterior ao bonapartismo, não haveria mais dominação burguesa; se a burguesia não mais dominava, seria, pois, lógico supor que se viveria então sob o “reino da liberdade” de que falava Marx, alcançado por graça e obra de sabe-se lá quem, ou sob a anarquia, ou ainda numa situação de anomia weberiana.

Trata-se de situação bastante diferente, como o próprio Ianni mostrava: as classes estavam numa situação em que se “neutralizavam mutuamente”, como disse Trotsky, e uma delas apelava permanentemente para um governo forte. Estaria muito mais próximo da tematização marxiana afirmar, ao contrário, que haveria uma *saturação* de poder – um, o da burguesia, decrescente, mas ainda forte, bastando mencionar seu domínio (mesmo que indireto) no bonapartismo para não descartá-la desde já como classe dominante; o outro, o do proletariado, imberbe, mas em rápida ascensão, de toda forma assustador não só no momento imediato como no médio e (ainda mais) no longo prazos. O balanço desta situação é, evidentemente, negativo para a burguesia, que então peleja por manter a ordem que a beneficia, valendo-se de uma *contra-revolução*. No decorrer do século passado, de acordo com os aportes de Engels à teoria marxiana, evidenciou-se que esta é, desde então, *permanente* – a “vocaçao da burguesia”, para usar os termos de Ianni.

Quanto ao fim do regime, devem ser antes atribuídos ao terror provocado pela Comuna e à percepção mais imediata de que os quase 20 anos de dominação bonapartista não conseguiram evitar a catástrofe. A burguesia manteve, entretanto, a produção deste recurso em sua fábrica de invenções, estocando-o para momentos em que fosse necessário.

Sua exposição sobre o nascimento da burocracia e da tecnocracia é bastante interessante, pois culmina com a afirmativa de que as oscilações da política não mais conseguem abalar profundamente a burguesia no poder. Trata-se, embora Ianni não desenvolva estas noções, do irmão gêmeo do bonapartismo, o *politicismo*; este redonda da forma atual de dominação de classe pela burguesia, que atribui ao político a síntese da existência social. Chasin (1982) aponta que este é um procedimento tipicamente liberal, uma forma mesmo de acentuação do princípio liberal segundo o qual a economia pertence à esfera do privado, enquanto a política “formalmente estufada” vai para o terreno da coisa pública. A primeira é reservada aos técnicos, especialistas, enquanto a política pode ser mais ou menos aberta – conforme a configuração e história de cada país – a uma participação mais ampla.

É bastante pertinente, em relação ao pensamento marxiano, a expressão de que uma dominação pode não ser integralmente bonapartista, contendo, no entanto, alguns de seus elementos. Quando diz que o bonapartismo tem se espreado para várias modalidades de estado e de organização social, capta um de seus mais importantes caracteres. Ianni também alcança a natureza do bonapartismo quando afirma que este sintetiza as características da dominação burguesa, privilegiando seus interesses e substituindo o processo de formação do povo como categoria política pela administração de seus interesses pelo estado – o que é fundamental para compreender o bonapartismo brasileiro. Ao afirmar que o bonapartismo é a vocação política da burguesia, seu leito natural de dominação, sua contra-revolução permanente, Ianni introduz fórmulas felizes e sintéticas que expressam bem a natureza do fenômeno.

Acompanharemos, adiante, algumas discussões sobre o bonapartismo no Brasil, sua relação com a gênese da formação social industrial brasileira e as diversas interpretações sobre a “revolução brasileira”.

4.5 AUTOCRACIA E POLITICISMO: O BONAPARTISMO NO CASO BRASILEIRO

As questões relativas à revolução burguesa e à ditadura têm sido amplamente debatidas no mundo e, em especial, na América Latina, em face das enormes diferenças que o capitalismo apresentou neste espaço em relação aos países clássicos. No Brasil, a questão da forma específica que teria tido revolução burguesa – e,

portanto, do capitalismo aqui constituído – começou a ser debatida nos anos 1920, pela esquerda (à cabeça da qual estava o Partido Comunista), ampliando-se as discussões nas décadas posteriores.

Exporemos abaixo algumas das principais noções sobre a forma que o capitalismo assumiu no Brasil e as conseqüências para a especificidade da dominação burguesa. Como Marx salientava, o processo de industrialização (alguns autores o classificam como “revolução burguesa” brasileira) sintetiza a essência do capitalismo, expressa sua natureza, motivo pelo qual lhe daremos especial atenção. Tal processo revela os aspectos fundamentais da burguesia, seus limites e possibilidades, e em seu bojo se forjaram as formas específicas de hegemonia burguesa, dentre as quais destaca-se o bonapartismo, como algumas das tematizações destacaram. Principiemos pelos primeiros marxistas da sociologia brasileira.

Nelson Werneck Sodré classificava o processo de revolução burguesa no Brasil, iniciado no fim do século XIX, como inconcluso, do qual não faziam parte “lances espetaculares”, sendo, antes, continuado em etapas: ganhou velocidade após o movimento de 1930, atravessou os anos 50, conheceu avanços e retrocessos e chegou à ditadura instaurada com o golpe de 1964. Comparava a revolução a “movimentos de uma roda quadrada, que vai se tornando redonda na medida em que rola”, cujos primeiros deslocamentos se dão aos trambolhões, dada a fricção com as estruturas, mas depois ganham suavidade – ponderando, porém, que “nossa revolução burguesa não tornou ainda redonda essa roda gigantesca”. A revolução burguesa se desenvolve, assim, aos “trancos e barrancos”, elevando-se um degrau por vez, acossada por crises, sofrendo a interferência constante do imperialismo, limitada pelo latifúndio e pela sobrevivência das relações pré-capitalistas. Daí o nascimento de uma burguesia débil e, por conseqüência, tímida, “que prefere transigir a lutar” e que, mesmo sentindo a coação do imperialismo não o enfrentava, “pois receia mais a pressão proletária”, “não ousa apoiar-se nas forças populares senão episodicamente” e cujas energias são despendidas “para assegurar a via prussiana e a exploração cômoda e pacífica da força de trabalho” (Sodré *apud* Segatto, 2005).

Caio Prado Jr. foi pioneiro na tentativa de entender a peculiaridade da formação nacional brasileira, contrapondo-se, por isso, às teses de 1928 da Internacional Comunista. De acordo com o dogmatismo imposto pela IC, o Brasil era visto de forma indistinta com um conjunto de países dependentes, de origem colonial

ou semicolonial. Todos teriam passado pelas etapas de produção asiática e feudal, estando no limiar do capitalismo. Caberia, de acordo com o IV Congresso da Internacional, realizar, com as burguesias nacionais, a revolução democrático-burguesa, antifeudal e antiimperialista, que efetivaria as tarefas econômicas e políticas próprias dos capitalistas.

O ponto central do pensamento caiopradiano é a denúncia incansável da reiteração dos elementos do sistema colonial (exportador de produtos primários e voltado ao atendimento de interesses externos ao país) na fase industrial do capitalismo brasileiro. Caio Prado Jr. acreditava que crises em profusão eram conseqüências necessárias do fato de as bases econômicas nacionais estarem sustentadas na exportação de matérias-primas e produtos alimentícios de baixo valor e na importação de produtos que iam dos mais básicos aos mais desenvolvidos, a que se somava a prevalência dos interesses do capital internacional. Uma vez que embasada na antiga relação exportação-importação, “sem romper com esse círculo, o futuro do desenvolvimento nacional não se apresentaria com perspectivas melhores” (Sousa, 2004, p. 68).

De fato, para ele, a forma como se deu a industrialização brasileira impossibilitava um desenvolvimento potente e de amplas perspectivas. A “mentalidade colonialista” das elites e a auto-ilusão acerca da correção dos problemas do sistema colonial nacional com a aplicação de doses mais potentes do mesmo remédio que gerava os distúrbios eram denúncias recorrentes em seus textos. Tais “soluções”, de acordo com ele, geravam problemas como “instabilidade financeira, inflação, perturbações profundas e incontroláveis que se repetem amiúde, ameaçando tornarem-se em crise endêmica grandemente destrutiva de riqueza e debilitadora das forças econômicas do país” (*apud* Sousa, 2004, p. 69).

Em síntese, para Caio Prado,

a industrialização brasileira vinha se estruturando sob o signo do “círculo vicioso” e contraditório do *sistema colonial*, agora reforçado pelo papel que o imperialismo assumia no processo de desenvolvimento industrial – o de implantação de empresas subsidiárias no país, como forma de ampliação de suas vendas, e de centros decisórios externos, fora de nosso alcance. Tratava-se de um avanço sempre limitado, excludente e estrangido, pois o processo de modernização contava com mecanismos que emperravam seu alavancamento autônomo, repondo, com isso, o *círculo de ferro*. Forma de estruturação capitalista que não podia prescindir do estado no papel de articulador e fomentador da acumulação (Sousa, 2004, p. 70).

Para o historiador marxista, a subordinação do capitalismo nacional aos interesses exteriores não eram reflexo de uma fase inicial de desenvolvimento, que todas as nações conheceram e após a qual estaria em condições de escolher seu próprio caminho – era atributo intrínseco à nacionalidade. Caracterizados os negócios do país por serem aportes aos grandes trustes estrangeiros, “seria equivocado creditar-lhes as molas propulsoras do desenvolvimento econômico do Brasil, bem como crer que estariam prontos a ceder espaço tão logo as forças nacionais pudessem se desenvolver por conta própria” (Sousa, 2004, p. 71). O capitalismo internacionalmente estruturado forma um sistema articulado, marcado por uma divisão de trabalho que não se configura em fase do progresso econômico capitalista, pelo contrário, constitui formações nacionais com função econômica específica. Assim, cabia ao Brasil papel subordinado e complementar, sempre subordinado aos interesses dos países centrais. Por isso, um programa de desenvolvimento econômico do país deveria ter em vista que a diferença do Brasil em relação aos países ditos desenvolvidos não era apenas um reduzido progresso e uma ínfima renda nacional, mas a *posição* que ocupava neste sistema. (Sousa, 2004, p. 91).

O capitalismo de sua época, assegurava, tinha por objetivo a garantia do controle econômico – e do político, por derivação – nos lócus onde se instalava. No caso específico do Brasil, o estado tinha “um papel primordial enquanto impulsionador e promotor da industrialização, revelando-se o único agente capaz de limitar e fazer frente aos trustes imperialistas. No entanto, vinha-se mostrando, nesta questão, muito aquém daquilo que se esperava dele”, associado que esteve aos interesses imperialistas durante muito tempo de nossa história (Sousa, 2004, p. 75).

Assim, o historiador paulistano considerava muito frágeis as bases do desenvolvimento industrial brasileiro, constrangido por injunções externas ou momentâneas e impossibilitado de atender às necessidades nacionais no tocante ao consumo e ao mercado de trabalho. Ademais, a força da economia agrária construída em bases tradicionais foi determinante durante boa parte do processo de industrialização brasileiro, situando-se aí “o elemento essencial do reduzido padrão econômico da população nacional, gerador das debilidades qualitativas e quantitativas do mercado interno” (Sousa, 2004, p. 79).

O Brasil, marginal e complementar no âmbito do sistema capitalista, à semelhança do que ocorrera, outrora, com a Alemanha, estava destinado a suportar

suas conseqüências negativas sem compartilhar de seus sucessos. “Está implícita aí a noção /.../ de que o país não conseguia atravessar de uma economia *colonial* para uma economia *nacional*, esta última entendida como uma economia capaz de proporcionar *desenvolvimento econômico com inclusão social*. “ (Sousa, 2004, p. 100)

Voltando-se, em outro momento, à crítica da visão da esquerda sobre a constituição da nacionalidade, Prado Jr. a criticava por, neste mister de reproduzir teorias alienígenas e, ademais, velhas já de 50 anos, fazer passar “esquemas imaginários” por explicações da realidade brasileira. Debatia, então, com as noções que davam conta da subordinação da nação a supostos “restos feudais”, os quais haveria que combater em conjunto com uma burguesia tida como revolucionária. Ora, “é evidentemente sempre possível, na complexidade imensa dos fatos que se trata de interpretar, descobrir algumas coincidências” entre ocorrências as mais distintas. O problema era que, na teoria consagrada da revolução brasileira, “apanham-se essas coincidências, despreza-se o resto, e recompõe-se com isso uma descrição das nossas condições econômicas, sociais e políticas” totalmente alheia à realidade. Em paga, colhem-se inúmeros insucessos na atuação prática (Prado Jr., 1987, p. 31).

Caio Prado Jr. insistia no fato de que “o Brasil não apresenta nada que legitimamente se possa conceituar como ‘restos feudais’”, já que jamais houve um sistema feudal ou aparentado de que seriam remanescentes (Prado Jr., 1987, p. 39). Para ele, como vimos, a consolidação do capitalismo industrial no Brasil conservou as determinações da estrutura agrária latifundiária cujo sentido era voltado para fora do país. Derivava daí a quase inexistência de um mercado interno e a constituição muito lenta do processo industrial, além da exclusão de boa parte das massas da vida nacional. Neste sentido, e a título de exemplo, para chegar à plena identificação pretendida, equiparou-se “feudal” a qualquer tipo de exploração particularmente extorsiva do trabalho; mas as formas tão difundidas de superexploração do trabalhador brasileiro eram, na verdade, oriundas da escravidão, apontava – demandando, por conseguinte, ações práticas diversas das propostas pelo Partido na sua atuação junto dos movimentos sociais e sindicais.

Sempre segundo Caio Prado, nesta sumariíssima apresentação de suas idéias gerais, também não se poderia tomar o imperialismo como um fenômeno genérico, desconsiderando suas particularidades, pois o imperialismo brasileiro é de natureza

diversa da do asiático (coisa que as diretrizes da IC não ponderavam), de vez que não constitui simplesmente uma relação exterior, mas está “profundamente imbricado e entrosado, já de início, na vida econômica, e também social e política de países como os latino-americanos” (Prado Jr., 1987, p. 68). Havia engendrado uma burguesia interna que lhe era subserviente e, pois, “a ‘burguesia nacional’, tal como é ordinariamente conceituada, isto é, como força essencialmente antiimperialista e por isso progressista, não tem realidade no Brasil” (Prado Jr., 1987, p. 121). De tudo isto, concluía pela irrealidade das esperanças depositadas pela esquerda tradicional em um suposto setor burguês antiimperialista, o qual, aliado aos trabalhadores do campo e da cidade, poderia arrostar o imperialismo e levar a cabo a revolução brasileira.

A subordinação econômica e o caráter conservador da burguesia brasileira levaram-na a não realizar suas tarefas econômicas. Estas foram efetivadas, parcialmente e sem nenhuma alteração das estruturas, pelo estado e este, por conseguinte, tornou-se um instrumento fortíssimo para a acumulação privada, que, pelo tamanho e pelas condições em que age, destaca-se na vida econômica nacional. “E daí se origina uma categoria burguesa também à parte e suficientemente bem caracterizada, que se alimenta diretamente da ação estatal e das iniciativas públicas, e à custa delas se mantém e progride” (Prado Jr., 1987, p. 124).

Caio Prado Jr. chamava a atenção para o caráter exclusivista da formação socioeconômica brasileira, no qual se encontra “uma rígida hierarquização de categorias sociais e a marginalização de consideráveis parcelas da população” (Prado Jr., 1987, p. 158). O programa da revolução brasileira deveria considerar tal realidade, partir do fato objetivo da dominação capitalista no Brasil e de suas particularidades para intervir corretamente e, assim, o proletariado talvez pudesse alcançar o sucesso na alteração daquela situação.

P historiador marxista, em suma, salientava o caráter capitalista da existência nacional, cuja configuração se voltava ao atendimento dos mercados externos e que não conhecera ruptura entre o modelo agroexportador e a consolidação do capitalismo industrial. A burguesia nacional engendrada neste processo era subserviente ao capital internacional e conservadora, que de resto não realizara suas tarefas econômicas. Com isto, a forma de dominação da burguesia brasileira só poderia ser exclusivista, autocrática.

De sua parte, Florestan Fernandes também discutia o processo de industrialização brasileiro – a revolução burguesa no Brasil – como longo,

perfazendo um caminho que ia da proclamação da independência à ditadura militar implantada em 1964. Destacava a hegemonia do imperialismo no processo de transição do Brasil ao capitalismo industrial, donde adviria o caráter conservador da revolução brasileira:

O capital estrangeiro moderniza mas, ao mesmo tempo, retira da modernização o seu conteúdo e sentido revolucionário. E com isso temos uma sociedade que pode avançar no sentido do desenvolvimento capitalista, mas raramente pode associar esse desenvolvimento capitalista a uma democracia que estenda a todos as liberdades fundamentais dos cidadãos, as garantias sociais (Fernandes, 1989, p. 137).

Neste caminho extenso, a “revolução brasileira” “sofre oscilações conjunturais, intermitências estruturais e inconsistências institucionais, ou seja, um fraco impulso intrínseco de diferenciação, aceleração constante e universalização do crescimento industrial”. Entre as características da constituição industrial do Brasil está o fato de que “se atrasa, indefinidamente, no tempo, que se descola do desenvolvimento do mercado interno, da revolução agrária e da revolução urbana, ou que se dá sem que tais processos adquiram certa velocidade e intensidade”. O intervencionismo estatal vem tentar solucionar tais questões, somado ao impulso dos países do centro do capitalismo, de forma que “a *revolução nacional* continuaria a ser dimensionada pela infausta conjugação orgânica de desenvolvimento desigual interno e dominação imperialista externa” (Fernandes, 1981, p. 298).

O longo modelo dos ciclos econômicos – que “expunham essas classes e estratos de classe, *arcaicos* ou *modernos*, a uma intensa e incontável afeição por ‘oportunidades’ e ‘vantagens estratégicas’ novas”, dificultando a constituição de uma organicidade e uma universalidade de interesses – permeou a eclosão industrial e se constituiu num grave entrave ao desenvolvimento de uma economia capitalista integrada. Em face desta inorganicidade, as classes burguesas deixaram de levar a cabo certas tarefas práticas que eram historicamente suas. Assim, o produto da confluência artificial e fortuita de interesses é “um tipo especial de impotência burguesa que faz convergir para o estado nacional o núcleo do poder de decisão e de atuação da burguesia. O que esta não pode fazer na esfera privada tenta conseguir utilizando como sua base de ação estratégica a maquinaria, os recursos e o poder do estado” (Fernandes, 1981, p. 352).

Fernandes acrescenta que apenas este controle absoluto do poder pode explicar como classes burguesas “conseguem apropriar-se, com tamanha segurança,

da enorme parte que lhes cabe no excedente econômico nacional; ou, ainda, como elas logram dissociar, quase a seu bel-prazer, democracia, desenvolvimento e revolução nacional” (Fernandes, 1981, p. 352). Por sua natureza, as burguesias que se desenvolveram de forma retardatária, enfrentando um antagonismo com o proletariado e subsumidas ao imperialismo, “desprovidas de qualquer romantismo político, ‘revolucionário’ ou ‘conservador’”, tomavam seus alvos particularistas pela revolução nacional, “viram-se patrocinando uma transformação da ordem que perdeu todo o seu significado revolucionário” e, para as outras classes, encarna a própria contra-revolução (Fernandes, 1981, pp. 295; 301).

Sempre segundo Fernandes, finda a época de suas grandes conquistas, as burguesias periféricas ou das nações hegemônicas labutam para manter a ordem, diante do que só consideram essencial a defesa e a promoção de seus interesses, anulando os interesses divergentes e reduzindo seu impacto revolucionário drasticamente, já que os setores conservadores da burguesia monopolizam a *seleção e introdução* das transformações historicamente necessárias (Fernandes, 1981, p. 295).

Florestan Fernandes advertia que, nos países capitalistas dependentes, “as ideologias e utopias das classes dominantes deixam de sofrer controle societário eficiente, pois, com frequência, as demais classes não possuem ‘condições de barganha’ e de autodefesa ‘dentro da ordem’”. Para tornar o quadro ainda mais dramático, continuava, as burguesias brasileiras não podiam valer-se do radicalismo burguês para buscar o apoio das massas populares, sob pena de aprofundar seus conflitos internos e, portanto, “arriscar os fundamentos materiais e políticos da ordem social competitiva sob o capitalismo dependente e subdesenvolvido” (Fernandes, 1981, p. 333).

Ainda de acordo com Fernandes, no Brasil a *revolução econômica* foi apartada e priorizada em relação à *revolução nacional*. Donde um grau maior de exclusão do gozo da modernidade política e social a cada passo rumo à modernização. Um capitalismo que se nutre do sangue da população é o único possível por aqui, um “capitalismo selvagem e difícil, cuja viabilidade se decide, com frequência, por meios políticos e no terreno político”. Não é, pois, incausada a “forte associação racional entre desenvolvimento capitalista e autocracia” que por aqui campeia, já que a noção de democracia “se restringe aos membros das classes possuidoras que se qualifiquem, econômica, social e politicamente, para o exercício da dominação burguesa” (Fernandes, 1981, p. 292). Restaria pouca opção de domínio para uma burguesia que

encara qualquer transformação como ameaça, mesmo aquelas que haviam sido levadas a cabo por sua classe, pois aqui “as transições, à medida que o capitalismo amadurece e se moderniza, ficam mais difíceis, perigosas ou, até, cataclísmicas” (Fernandes, 1981, p. 300).

Assim, segundo Florestan Fernandes, a revolução brasileira foi um processo longo, lento, intermitente, conservador e antidemocrático, em que o estado assume papel fundamental. Forjou uma burguesia inorgânica e que não cumpriu tarefas que historicamente eram suas, desprovida de idealismos, militantes da ordem, excludentes em relação às massas populares e aos próprios radicais burgueses, os quais temem. Daí a estreita relação entre este capitalismo selvagem e a autocracia burguesa, descartada a democracia e exorcismadas as revoluções.

Não obstante assim caracterize a formação brasileira, Florestan Fernandes resiste a qualificá-la como bonapartismo, já que discorda que este fenômeno tenha o caráter de ultrapassar a situação específica francesa e prussiana de meados do século XIX. Ao mesmo tempo em que admite que as reflexões de Marx acerca do bonapartismo “eram formuladas de uma perspectiva suficientemente profunda e geral para que *as respostas valessem como teoria histórico-sociológica, acima e além do aqui e do agora*”, rejeita a “sugestão implícita” de que o bonapartismo seja “um conceito adequado para designar a ditadura militar sob o capital (ou, em sentido mais amplo, para exprimir a autonomia do estado sustentada em um despotismo que põe a força militar a serviço das classes dominantes)” (Fernandes, 1989, p. 66, grifos nossos). Ele assegura firmemente:

Tenho a segura convicção de que Marx formulara o seu pensamento com vistas à forma concorrencial ou competitiva de capitalismo e que ele, pela tendência a pesar as palavras que empregava, não endossaria a transformação subsequente de um *conceito histórico* em um *conceito abstrato* e de validade geral. A ditadura militar, em qualquer circunstância, sempre terá algumas (ou várias) semelhanças estruturais e funcionais com o tipo de ditadura militar que se configurou na França graças a *uma crise histórica evolutiva* da democracia burguesa. (Fernandes, 1989, p. 67)

Ainda de acordo com ele, o contexto histórico do mundo atual – em que a livre-concorrência deu lugar à hegemonia, às multinacionais, ao capitalismo monopolista – transforma a própria ditadura militar. De forma que “as mesmas razões históricas que levaram Marx a repudiar o conceito de cesarismo evidenciam

que o conceito de bonapartismo ficou relativamente *vazio* perante o presente” (Fernandes, 1989, p. 67). E conclui:

Ou se deve voltar ao que Marx realizou no texto do livro, qualificando historicamente o conceito de ditadura militar; ou se deve avançar em uma direção nova, que saliente a deterioração do sistema de poder capitalista (em escala nacional e mundial) e a obsoletização que ela implica da democracia como forma política burguesa. Na verdade, o sistema capitalista de poder converte-se, com grande rapidez, em uma forma política autocrática, embora isso seja mais visível na periferia do mundo capitalista. O que quer dizer que não se está mais diante de uma “crise de crescimento” da democracia, mas de uma tendência histórica inexorável que, se for descrita como “bonapartismo”, ocultará a sua face mais nociva e as suas conseqüências mais nefastas graças a uma concessão ideológica “marxista”. (Fernandes, 1989, pp. 67-8)

Fernandes rejeita a noção de bonapartismo para descrever a forma específica de dominação da burguesia no Brasil por considerar, portanto, que esta não ultrapassava a realidade específica na qual aparecera, em meados do século XIX.

Outro teórico que discutiu assuntos pertinentes ao tema deste trabalho foi Carlos Nelson Coutinho. De acordo com ele, o protagonista do processo de modernização brasileiro foi o estado, cuja privatização “aqui assume características patológicas (mesmo no sentido de um estado capitalista)” (Coutinho, 1967, p. 142). Isto se deve ao fato de que a burguesia se mostrou desde 1930 “muito presa a seus interesses econômico-corporativos e incapaz de chegar ao nível da consciência ético-política”. Em seus termos,

No Brasil, bem como na generalidade dos países coloniais ou dependentes, a evolução do capitalismo não foi antecedida por uma época de ilusões humanistas e de tentativas – mesmo utópicas – de realizar na prática o “cidadão” e a comunidade democrática. Os movimentos neste sentido, ocorridos no século passado e no início deste século, foram sempre agitações superficiais, sem nenhum caráter verdadeiramente nacional e popular. (Coutinho, 1967, p. 142)

Não tendo havido uma revolução democrático-burguesa, as massas foram impedidas de participar do processo de constituição de uma nova ordem, não puderam interferir nem fazer valer algumas de suas reivindicações. Corporificando-se num cenário em que as lutas de classe já estavam em estágio adiantado no plano internacional, a burguesia “prussiana” brasileira, no seu entender, apavorou-se das revoluções, resguardou-se delas junto às antigas classes dominantes e “operou no interior da economia retrógrada e fragmentada”. Quando transformações políticas se

mostravam imprescindíveis, eram efetivadas “pelo alto”, via composição com as “velhas classes” “através de conciliações e concessões mútuas, sem que o povo participasse das decisões e impusesse organicamente sua vontade coletiva” (Coutinho, 1967, p. 142). Em outras palavras, “Ao invés das velhas forças e relações sociais serem extirpadas através de amplos movimentos populares de massa”, procedeu-se a uma alteração social “mediante conciliações entre o novo e o velho, ou seja, tendo-se em conta o plano imediatamente político, mediante um ‘reformismo pelo alto’ que exclui inteiramente a participação popular” (Coutinho *apud* Rago, 1998, p. 21).

Em outra etapa de sua evolução teórica, quando abandonou o marxismo em prol da concepção de democracia como valor universal, Carlos Nelson Coutinho reiterava o caráter antidemocrático da burguesia nacional e das “revoluções pelo alto”, que não decorreram de autênticos movimentos dos amplos setores nacionais, “mas se encaminharam sempre através de uma conciliação entre os representantes dos grupos opositores economicamente dominantes”. Mencionando alguns momentos da história do Brasil direta ou indiretamente ligados à transição ao capitalismo – independência, abolição, república, alteração do bloco no poder em 1930 e 37, mudança do patamar de acumulação em 64 –, salientava como conheceram uma solução “à prussiana” que “não escondeu jamais a intenção explícita de manter marginalizadas ou reprimidas – de qualquer modo, fora do âmbito das decisões – as classes e camadas sociais ‘de baixo’”. Aqui, Coutinho emprega, como “critério de interpretação” da formação social brasileira (próxima à do *Risorgimento* italiano, em sua visão), a noção gramsciana de “revolução passiva”, buscando salientar tanto o fortalecimento do estado em detrimento da sociedade civil (“o predomínio das formas ditatoriais da supremacia em detrimento das formas hegemônicas”) quanto “a prática do transformismo como modalidade de desenvolvimento histórico que implica a exclusão das massas populares” (Coutinho *apud* Segatto, 2005).

Carlos Nelson Coutinho qualificava, portanto, o caminho percorrido pelo Brasil rumo ao capitalismo industrial como *via prussiana*, cujo principal agente foi o estado, já que a burguesia é demasiado mesquinha para levar adiante o processo e pôr-se como líder de grupos mais amplos na busca de realização de um novo mundo. Nascidas em um estágio avançado das lutas de classes no plano internacional,

divorciou-se o quanto pôde de tudo quanto era nacional e popular e conciliou com as classes representantes da antiga modelação econômica.

Numa linha próxima, Luiz Werneck Vianna se vale das categorias leninianas de via prussiana e via americana para salientar a faceta conservadora da modernização ocorrida no Brasil. De acordo com Segatto, Vianna concebe a revolução como um processo em curso desde o século XIX e marcado pela via prussiana. A partir da crise da ordem oligárquica e com a transição para o capitalismo industrial, o estado, autonomizado em relação às classes e conduzido por elites prussianizadas, “faz avançar um projeto modernizador e de industrialização, com fortes traços corporativos; preserva-se, porém, a estrutura agrária atrasada e elementos do antigo sistema político”. Este caminho ganha, ademais, traços de uma revolução passiva, realizada por meio de transformações moleculares controladas e dirigidas pelo estado. Este, autônomo em face da sociedade civil, controla e domina as forças sociais, tornando-se o principal dirigente deste *transformismo sem revolução* (Segatto, 2005).

Já Octavio Ianni salientava as diferentes formas estatais no decorrer da história do Brasil (imperial, republicano, oligárquico, populista, ditatorial) para ressaltar que todas elas “denotam a continuidade e a reiteração das soluções autoritárias, de cima para baixo, pelo alto, organizando o estado segundo os interesses oligárquicos, burgueses, imperialistas”, de tal forma que estaria posto ao longo da história “o desenvolvimento de uma espécie de contra-revolução burguesa permanente” (Ianni *apud* Segatto, 2005).

Tematizando acerca da América Latina, Ianni correlacionava o tema bonapartismo ao do populismo. Discorria acerca de alguns formuladores do conceito de populismo latino-americano, estreitamente relacionado ao “vazio político” deixado pelas oligarquias e à inexistência de uma “nova” classe social hegemônica. Detendo-se sobre o pensamento de Francisco C. Weffort, explicava que, para este, a singularidade do populismo consistiria no fato de que adviria do “vazio político”, resultante do enfraquecimento/colapso da oligarquia anteriormente hegemônica, no qual nenhuma classe tem a hegemonia porque nenhuma está capacitada para isto. Derivaria daí “um amplo e instável compromisso entre os grupos dominantes, presidido pelo fortalecimento político do executivo e do poder econômico e administrativo do estado”. Neste caso, tornava-se importante que as classes populares reconhecessem a legitimidade da dominação populista, reconhecimento

este que é “uma forma substitutiva da hegemonia inexistente” e que pressupõe a visão da sociedade de forma genérica, enquanto “povo (ou Nação) entendido como uma comunidade de interesses solidários” (Ianni, 1991, pp. 43-4).

Ianni ressaltava que, inegavelmente, durante “a crise do poder oligárquico nenhuma das “novas classes” sociais parece estar em condições de assumir o poder e impor o seu mando às outras classes, definindo a feição do estado” (Ianni, 1991, p. 44). Manifestação disto seria a ruptura do “pacto populista” no momento em que a burguesia acreditava ser forte o suficiente para não mais precisar dividir o poder ou negociar decisões; ou, ainda, diante da apresentação autônoma de reivindicações políticas e econômicas feitas pelos trabalhadores e consideradas excessivas para o estado capitalista. Ianni criticava a visão de Weffort por considerar que “a aliança das ‘novas’ classes sociais urbanas resulta muito menos do vazio político em que a sociedade se encontrava, devido à crise do poder oligárquico, do que da mudança das condições sociais, políticas e econômicas inerentes à nova situação”, esta, por sua vez, geradora do próprio colapso do poder oligárquico (Ianni, 1991, pp. 44-5).

Para Ianni, se internamente apresentava-se como questão central a nova combinação de forças sociais, políticas e econômicas visando a organizar e movimentar a máquina do estado (só aparentemente a aliança das classes é fruto necessário e inevitável do vazio de poder), em nível externo tratava-se da reformulação das relações e estruturas de dependência, o que demandava uma reconfiguração do próprio aparelho estatal e a mudança do relacionamento deste com a sociedade, ou desta com aquele. Desta forma, continuava Ianni, a aliança populista permitia o surgimento de condições políticas e sociais novas, a diferenciação interna do subsistema econômico e a continuidade da acumulação capitalista para o setor privado (nacional e estrangeiro). “Nessa perspectiva, o pacto populista parece um *intermezzo* de cunho bonapartista, na transição da hegemonia oligárquica à hegemonia propriamente burguesa, entendida esta como a burguesia de base urbana ou industrial” (Ianni, 1991, p. 45). Assim sendo, Ianni afirmava a presença de elementos típicos do bonapartismo nos governos, regimes ou estados populistas:

Em primeiro lugar, o “equilíbrio” das classes sociais que participam da coalizão populista é um componente básico do bonapartismo. Em segundo lugar, no populismo tem sempre ocorrido a hipertrofia do executivo, ou o que é equivalente, a submissão do legislativo pelo executivo. Todo governo populista tende a ser forte, semiditatorial ou simplesmente ditatorial, como no bonapartismo. Em terceiro lugar, por fim, o governo populista, da mesma forma que o bonapartismo, trata de

organizar o poder além do aparelho estatal; ou, à reversa, trata de incorporar ao aparelho estatal sindicatos e partidos. A combinação estado-partido-sindicato é o produto e, ao mesmo tempo, o sustentáculo do governo populista mais típico. Nesse contexto, o chefe de governo /.../ aparece como o benfeitor de todas as classes identificadas com a Nação; ele se apresenta como quem tem a missão de instaurar a paz social, para salvaguardar a ordem burguesa. (Ianni, 1991, p. 46)

Revelando sua larga inspiração gramsciana neste tema, Ianni discorria sobre a conceituação de bonapartismo tal como expressa pelo filósofo italiano, que o denominava cesarismo. Neste sentido, afirmava que “o bonapartismo típico resulta de uma luta intensa pelo poder”, “é uma coalizão de antagônicos”, no interior do qual “as classes sociais continuam a desenvolver-se como classes. Elas não se mantêm nem iguais nem amorfas na vigência do regime” e ainda que as linhas classistas sejam elididas no nível ideológico, “elas não se apagam nas relações de produção reais”, pelo contrário, “continuam a desenvolver-se” (Ianni, 1991, p. 47).

Assim, concluía ele, a questão essencial do bonapartismo “é uma situação de antagonismo de classes na qual a própria contradição e a impotência relativa das classes obrigaram-nas a acomodarem-se entre si”. O controle do poder é, então, resultado paradoxal das contradições de classes, dado em face da impossibilidade de continuação da luta. Para ele, o peronismo e o varguismo seriam situações diferentes: “Nos dois casos, as contradições principais eram as contradições entre a própria coalizão e as estruturas oligárquicas e imperialistas que se encontravam fora do poder” (Ianni, 1991, p. 48).

Ianni descartava, desta forma, a possibilidade de a forma de dominação burguesa existente no Brasil no governo Getúlio Vargas ser bonapartismo. Por isso, não obstante as críticas que fazia ao conceito de populismo tal como empregado por outros autores, preferia valer-se dele para explicar a realidade nacional daquele período¹¹⁸. Mas concordava que o pacto populista era um bonapartismo – ou pelo menos um *intermezzo* bonapartista entre a dominação oligárquica e a especificamente burguesa. Note-se, por fim, que, neste texto, Ianni já critica a noção de “vazio de poder” como a origem última do populismo (e do bonapartismo), ao contrário do que fazia no artigo sobre o bonapartismo, do qual já falamos, publicado três anos antes.

¹¹⁸ Não é possível, aqui, uma discussão mais detida do conceito de populismo. Críticas pertinentes podem ser encontradas em: Chasin (1977a); Cotrim (2000); Rezq (2005).

De sua parte, Darcy Ribeiro já aludia à *industrialização recolonizadora* promovida pelos capitais internacionais, diretamente ou em associação com os capitais nacionais, que funcionaria nos países subordinados como *fator de atraso*. Trocando em miúdos, ocorreria uma *modernização reflexiva* da produção e a substituição de importações, mas o excedente econômico iria para as mãos das burguesias centrais. A classe dominante brasileira não alcançaria, nesse quadro, uma conformação enquanto classe orgânica, tornando-se um *empresariado gerencial* voltado a produzir e remeter o lucro a seus patrões. Desta maneira, não se poderia pensar numa associação entre as massas e uma classe que “é irmã siamesa dos que nos exploram a partir de fora e que não têm nenhuma razão especial, além da continuidade e do crescimento do botim, para desejar a vigência de uma República democrática; e compartilha com eles a responsabilidade pelo neocolonialismo imperante” (*apud* Rago, 1998, p. 33).

Por fim, no seu esforço hercúleo para compreender a formação histórica brasileira, J. Chasin analisa as características antiliberais da burguesia brasileira e as graves deficiências da esquerda, que explicitaram, durante boa parte de sua história recente, estar mais do que nunca sob a hegemonia ideológica liberal. Para ele, tais debilidades, especificamente o não questionamento acerca das condições de possibilidade da democracia, está diretamente ligado à incompletude de classe do capital. Ele observa que, “nas formações sociais que objetivaram revoluções de ‘tipo europeu’, a revolução do trabalho nasce como o melhor dos produtos da revolução do capital. Os trabalhadores retomam e elevam as bandeiras decaídas das mãos dos proprietários”, de forma que a atuação do agente social que representa o trabalho alienado começa sua tarefa por onde aqueles terminam (Chasin, 1985, p. IX).

No interior deste debate acerca das similitudes com a formação nacional alemã de meados do século XIX, Chasin destacava a presença comum da grande propriedade rural – cuja origem era, no entanto, distinta em ambos os países: no caso alemão, a propriedade feudal; no brasileiro, a empresa colonial do capitalismo mercantil. Salientava que a industrialização alemã, atrasada em comparação com os países clássicos, pôs-se a partir do século XIX, ganhando celeridade e pujança tal que o país chegou ao nível de grande nação imperialista. Já o processo de industrialização brasileiro se deu muito mais tardiamente, no período em que as guerras imperialistas campeavam, e nunca rompeu com a subordinação aos pólos hegemônicos da economia internacional. Outra diferença reside exatamente aí: a burguesia alemã era

autodeterminada, apesar de antidemocrática, enquanto a burguesia brasileira é antidemocrática e, ainda, caudatária, sem vontade ou ânimo para libertar-se da subsunção ao capital imperialista. Some-se a tais determinações o fato de que “as burguesias que se objetivaram pela via colonial não realizam sequer suas tarefas econômicas, ao contrário da verdadeira burguesia prussiana” (Chasin, 1980, pp. 128-9), qual não cumpriu sua missão no âmbito político, e pode-se ter uma idéia das diferenças de ambas as constituições capitalistas.

Para Chasin, tratava-se de disparidades tão acentuadas que configuravam outra forma de objetivação capitalista, diferente dos casos clássicos e prussiano, que ele denominou *via colonial*, nomenclatura que sintetiza a *dimensão histórico-genética* e a *legalidade dialética* (Chasin, 1977; 1989). Apreendia como suas características, dentre outras: uma estrutura agrária fortemente marcada pela grande propriedade de origem colonial e exportadora; a conciliação de interesses para realização de modificações “pelo alto”, excluindo a participação do povo e não admitindo rupturas superadoras; a constituição ultra-retardatária do capitalismo industrial e um lento desenvolvimento das forças produtivas, permeado por toda sorte de obstáculos e contenções; um inacabamento de classes, segundo o qual burguesia deixou irrealizadas suas tarefas históricas e os trabalhadores acabaram defendendo palavras de ordem que outrora impulsionavam a burguesia revolucionária, como a democracia.

Mais detalhadamente, esta incompletude tem que ver com o fato de que, na constituição do capital industrial, a burguesia do Brasil apavorou-se das revoluções, implantou sua dominação num processo de “conciliação pelo alto” e deixou de cumprir as tarefas que, historicamente, foram empreitadas por suas congêneres dos países de “tipo europeu”. Em função do período em que surge e de sua atrofia estrutural, a burguesia brasileira “não pode se ver e assumir, na particularidade de seus interesses, como representante de todas as categorias sociais, da sociedade em seu conjunto” (Chasin, 1982, p. 11). Pelo contrário, concilia com as frações cuja estatura é semelhante à dela e vive em guerra – aberta ou dissimulada – com as categorias sociais inferiores.

No Brasil, portanto, o domínio do capital se pôs de uma forma nunca completada, que reproduz, à medida que avança, sua incompletude. No que toca à de nossos proprietários, esta se entrelaça com sua impossibilidade essencial de efetivar a democracia liberal. “Como poderiam coabitar com a *soberania do povo*, na

inintegralidade de sua *soberania enquanto classe do capital?*” (Chasin, 1985, p. VII) Capital vassalo e soberania popular não se integram. De fato, “a ‘democracia’ possível da hiper-retardatária burguesia brasileira se resume na legislação, na institucionalização da sua insuperável negação da própria democracia” (Chasin, 1982, p. 15).

Sempre segundo com Chasin, baseando-se em objetivos mesquinhos, com limitada potência auto-reprodutiva, o capitalismo brasileiro não desenvolveu um *projeto nacional* no qual se integrariam as categorias sociais subalternas. Diante dessa especificidade histórica, assegurava, seria necessário pesquisar concretamente as formas próprias (e possíveis) da dominação burguesa. Neste sentido, a burguesia brasileira, pela sua estruturação histórica, não pode realizar seu papel de universalizante político, “não pode se ver e assumir, na particularidade de seus interesses, como representante de todas as categorias sociais, da sociedade em seu conjunto” (Chasin, 1982, p. 11). Mantém-se, desta forma em conflito aberto e permanente com as massas trabalhadoras e a pequena burguesia, conciliando ou subordinando-se com forças sociais que estão no seu mesmo nível, mas que são representantes de formas inferiores de desenvolvimento.

Com isto, o capitalismo brasileiro só tem poder para realizar uma *modernização excludente*, em que o progresso social está radicalmente dissociado da evolução nacional. As massas se vêem às voltas com a questão da sobrevivência e encontram dificuldades para ingressar no mercado capitalista, em face da prática perversa da superexploração da força de trabalho. Tal exclusão efetiva-se, de acordo com Chasin, pelo expediente da dominação política *autocrática*, esteja ela *institucionalizada* ou assuma um caráter inteiramente *bonapartista*, ambas prescindindo e interpondo dificuldades à participação política das massas (Chasin, 1989, p. 17). No Brasil, o exercício do poder burguês oscila, pois, entre dois pólos: “a *truculência de classe manifesta* e a *imposição de classe velada ou semivelada*” – “aqui, a *autocracia burguesa institucionalizada* é a forma da dominação burguesa em ‘tempos de paz’, o *bonapartismo* é sua forma em ‘tempos de guerra’” (Chasin, 1982, p. 11). Finalizava atestando que a burguesia brasileira “não optou pela autocracia, nem a covardia foi de sua livre escolha, meramente assumiu sua miséria.” (Chasin, 1986, p. 5)

Quanto à esquerda, observe-se que, no Brasil, “a crítica prática e teórica dos trabalhadores” não pôde se basear na estruturação de uma sociedade capitalista

completada em seus níveis clássicos. Para dizer então o mínimo, “a esquerda principia, neste caso, aquém dos limites da crítica da burguesia clássica e toma os parâmetros abandonados desta como se fossem os supostos de itinerário e projeto da burguesia de extração colonial, dos quais nem esta nem ela própria poderiam pretensamente escapar.” (Chasin, 1985, p. X) A esquerda tradicional, submetida à lógica do já esgarçado ideário liberal, propôs-se completar o capital incompletável e afunda no reles ativismo caudatário e a “nova esquerda” dos anos 70/80, em contrapartida, perdia-se no *participacionismo*.

A união entre o “embrião maldito do capital incompletável” e a “insubstancialidade teórica e prática” da esquerda organizada é que determina a *miséria brasileira*, cuja ruptura está a cargo do grupo social que não vive do trabalho alheio (Chasin, 1982, p. 15). Encontramos no próprio Chasin uma síntese de uma via de objetivação capitalista que

particulariza formações sociais economicamente subordinadas, socialmente inconsistentes e desastrosas, politicamente instáveis em sua natureza autocrática e culturalmente incapacitadas de olhar para si com os próprios olhos e traçar um horizonte para seus dilemas específicos na universalidade dos impasses mundiais. Sob os influxos e refluxos do capital metropolitano, produzem e reproduzem a miséria de sua intemperaneidade, armada sobre a incompletude de seu capital (Chasin, 1989, p. 39).

A. Rago Filho também discutiu o assunto, baseando-se em Chasin. Para ele, o capitalismo industrial brasileiro constituiu-se de forma hipertardia, lenta e sem entrar em contradição com a velha ordem, engendrando-se um capital *atrófico* – *incompleto* e *incompletável* – que, em seu trânsito para uma entificação verdadeiramente capitalista,

conservaria as determinações dessa estrutura agrária, organização produtiva com base no latifúndio com seu sentido da colonização, voltado para fora. Daí o desenvolvimento restringido do mercado interno e o lento caminhar do processo industrial, o caráter retardatário do desenvolvimento das forças produtivas materiais, com a exclusão de grande contingente da população brasileira da vida nacional (Rago Filho, 1998, p. 20).

No que pertine especificamente ao bonapartismo, segundo esta apreensão da formação brasileira, a ausência de uma revolução democrático-burguesa impediu que a burguesia daqui forjasse uma identidade nacional e se projetasse para todas as classes sociais. Diante deste quadro, fica evidente “que é preciso acima de tudo diferenciar as circunstâncias e especificidades históricas do bonapartismo *clássico*

com relação ao bonapartismo brasileiro, forma *particular* identificada ao regime militar”. Não se trata de “uma colagem histórica”, um “recurso analógico de empréstimo de figuras”, já que “a figura de um aventureiro e oportunista no poder como segundo império francês, ou a presença marcante de um estadista do porte de Bismarck, certamente, inexistem na realidade brasileira” (Rago Filho, 1998, p. 22). Assim, o bonapartismo brasileiro designa, no seu entender,

uma forma de poder autocrático dos proprietários, que não é exercida diretamente pela classe dos capitalistas, ou seja, um poder executivo absolutizado, que manietando e controlando o legislativo – reduzido a um bipartidarismo sob o mando do “Partido da Revolução” –, pratica uma dominação ditatorial e terrorista (Rago Filho, 1998, p. 24).

Rago Filho conclui, no que ainda está de acordo com Chasin, que a história republicana brasileira conheceu desde os primórdios uma forma de dominação autocrática, fosse ela institucionalizada ou abertamente bonapartista.

Caracteriza o Brasil, pelo que ficou apresentado nas mais diferentes noções que acompanhamos, o atraso, a lentidão, limitação e concerto com que foi realizado seu processo de industrialização. A covardia da burguesia, seu conservadorismo e temor às reformas – mesmo as que eram outrora e alhures as de sua classe –, seu horror às massas populares, a conciliação e a transigência com as forças representantes do capitalismo agroexportador também ficaram ressaltados.

A incapacidade burguesa de realizar suas tarefas históricas foi outro dos fatores salientados pela bibliografia consultada; no que tange ao aspecto político, nenhuma inovação: a burguesia em nível mundial já tinha se tornado contrarrevolucionária desde o século anterior. Daí a denúncia da ausência ou estreitíssima existência da democracia, a explicitação do exclusivismo e da autocracia como forma de dominação pelos estudiosos que pesquisamos. No que tange ao aspecto econômico, porém, aí apareceu o *élan* criativo da burguesia nacional, resultando disso que o estado se tornasse, como sobejamente observado nos textos, no principal agente do processo industrial brasileiro.

Tais teorias, embora apontem aspectos semelhantes, não se complementam, não se confundem nem se equivalem. A título de exemplo, lembremos que alguns (como Sodré e a teoria oficial do PCB) atribuíram tais características, a que se aditam a debilidade e covardia burguesas, às sobrevivências feudais; outros (Coutinho, Vianna), às formas prussianas que teria assumido a conformação nacional; houve

quem, ainda, desenvolvesse novas categorias visando a dar conta das especificidades aparecidas na entificação nacional (Chasin).

Em nosso entender, a teoria da via colonial é a que permite compreender mais adequadamente a evolução da formação social brasileira, abrindo possibilidades mais amplas para a delucidação e superação das mazelas nacionais, daquilo que muito apropriadamente já se denominou *miséria brasileira*. Capta, no interior da universalidade capitalista e da particularidade do capitalismo retardatário, especificidades que nos distanciam de outras formações nacionais com que apresentemos semelhanças, dado que as disparidades ganham relevo. Desta forma, como clarificamos mencionando Chasin, compartilhamos inúmeras situações próximas à via prussiana de objetivação do capitalismo, mas também dessemelhanças que dela nos afastam.

Ademais da discussão mais apropriada sobre a formação nacional em seu caráter mais genérico, Chasin e seguidores tematizaram especificamente sobre o bonapartismo, que é nosso objeto. Assim, conseguimos perceber como o bonapartismo se integra muito mais organicamente que nos países clássicos à própria essência da formação brasileira, que nunca conheceu outra forma de dominação que não a autocrática. Enquanto nos países clássicos o questionamento teórico e prático do modo de produção capitalista tem algum espaço para se desenvolver, comportando inclusive que a esfera econômica sofra críticas reformistas – a social-democracia é o mais exemplar fruto desta possibilidade –, o capital atrofico, submisso ao capital central e devotado à superexploração de seus subordinados, exclui de pronto todo questionamento no nível econômico. Está ciente de que “toda alteração significativa só pode provir da angulação das massas, implicando, mesmo quando não fere seu arcabouço fundamental, uma parcela de sua desmontagem”, quer dizer, traria prejuízo imediato e uma perigosa abertura de perspectiva (Chasin, 1982, p. 16).

Além de seus procedimentos politicistas, a burguesia brasileira é necessariamente autocrática. Melhor dizendo, sua dominação institucionalizada “é a expressão jurídica do politicismo, enquanto o bonapartismo é sua expressão explicitamente armada” (Chasin, 1982, p. 11). O bonapartismo não foi, pois, um recurso contingente em nossa história, mas um dos elementos constituintes da natureza de nossa burguesia, recurso a que apelaram em mais de um momento. Para mencionar apenas um, lembre-se da ditadura militar implantada em 1964, em que

estiveram presentes todos os caracteres que Marx apresentou como pertinentes ao bonapartismo, exceto a personalização, no sentido de que não houve um indivíduo poderoso, aventureiro ou oportunista no comando do processo. De acordo com Chico de Oliveira, aqui “Bonaparte, isto é, as Forças Armadas, emergem como árbitros de uma situação que politicamente havia chegado a um impasse, cuja raiz deve ser buscada na assimetria entre a diferenciação da estrutura social e o seu registro, ao nível dos processos políticos e, por fim, na estrutura do poder, no estado” (*apud* Rago, 1998, p. 16).

Esta ausência de uma figura aventureira não descaracteriza, entretanto, o bonapartismo nacional, forma de dominação autocrática da burguesia brasileira “em tempos de guerra”, sua “agência terrorista” que, nos dias que correm, cedeu espaço para a dominação burguesa autocrática institucionalizada.

Já expusemos o pensamento marxiano, o qual dissecou a ascensão do fenômeno bonapartista, seu desenvolvimento e o nascedouro de seu mais lídimo oponente, a Comuna de Paris. Neste capítulo, tratou-se de recuperar discussões sobre situações históricas ocorridas após a morte de Marx, buscando averiguar sua proximidade ou distanciamento em relação ao texto do pensador alemão.

Intentamos, no decorrer da própria exposição, apontar alguns indicativos analíticos sobre as teorias que expúnhamos, de forma que agora se trata apenas de arrematar algumas observações. Recusamos, desde o início, o bonapartismo como *recurso analítico* abstrato, por contrário à própria percepção marxista, mas é possível depreender da bibliografia, em que pesem as diferenças entre autores e as discordâncias a que chegamos em relação a alguns deles em certos pontos, a recorrência do fenômeno em outros locais e épocas que não as tratadas por Marx, pelo simples fato de que não viveu para tanto. Acreditamos, porém, que ele deixou o norte para a compreensão das novas formas que o bonapartismo adquiriu com o desenvolvimento do capitalismo e da luta de classes.

É necessário dizer que consideramos muito salutar a preocupação de Florestan Fernandes, há pouco aludida, com a forma como se avalia determinada realidade, se se vai a ela com um paradigma teórico preconcebido. Não obstante, parece-nos que tais reservas não valem no que se refere à verificação da existência do bonapartismo para além da realidade francesa do século XIX e sua repetição, multiplicação e fortalecimento no século XX.

Parece-nos que, antes de restringir sua análise ao período do capitalismo concorrencial, as tematizações marxianas foram capazes de perceber uma tendência que ali apenas desabrochava, tornando-se mais largamente difundida no século XX. É, na verdade, um fenômeno do capitalismo em fase adiantada, rumo ao amadurecimento, constituindo-se em um de seus princípios integrantes. Neste sentido, também não se trata de fenômeno de uma crise de crescimento, mas é a mostra da *crise* em que vive, orgânica e permanentemente, o capitalismo, a qual reproduz na mesma amplitude de suas proezas. Por isso, embora com características diferenciadoras, incorpora-se *ad oculus* à forma de dominação da burguesia (dizer o tipo de bonapartismo predominante – se próximo ao “clássico”, ao prussiano, ao de via colonial ou outro – demandaria pesquisas específicas).

A França, como vimos, embora atrasada em termos industriais em relação à Inglaterra, já alcançara um desenvolvimento industrial importante e desenvolvera o que Engels denominou de “sintoma mais seguro da prosperidade industrial, a *especulação*”. Por outro lado, a atuação de Luís Bonaparte – portanto, estatal – em favor da burguesia francesa foi o que lhe assegurou, uma vez que as condições estavam dadas, um desenvolvimento inaudito até então. Tais observações valeriam ainda com mais força, embora com especificidades, para o caso alemão. O capitalismo industrial retardatário neste país foi contemporâneo a Marx e, mais ainda, a Engels, que o estudou já nos anos 1890, quando alcançara presteza e pujança. Seu desenvolvimento foi possível devido à unificação do país, e esta ocorreu justamente como tarefa do bonapartismo bismarquista. Este fenômeno está, portanto, no nosso entender, relacionado à fase então mais avançada do capitalismo e Marx teve como um de seus grandes feitos o percebê-lo e evidenciá-lo desde os seus primórdios.

De fato, apenas o desenvolvimento das forças sociais num determinado grau permite a irrupção bonapartista. Como vimos, refere-se a um momento em que a burguesia já entrava em fase contra-revolucionária, enquanto o proletariado encontrava-se no período de ascensão e amadurecimento. Nada disso seria possível em estágios de desenvolvimento mais baixos. O bonapartismo eleva a essência contraditória do estado capitalista ao seu máximo grau – é a radicalização das tendências (imanentes a este estado) de abstração e, concomitantemente, de oposição à sociedade civil. Como explicitou Marx ao discutir o caso clássico, foi o ápice do processo de autonomização, aperfeiçoamento e centralização do estado burguês, tendo tido de ser precedido por toda uma série de medidas neste sentido. Nascido das

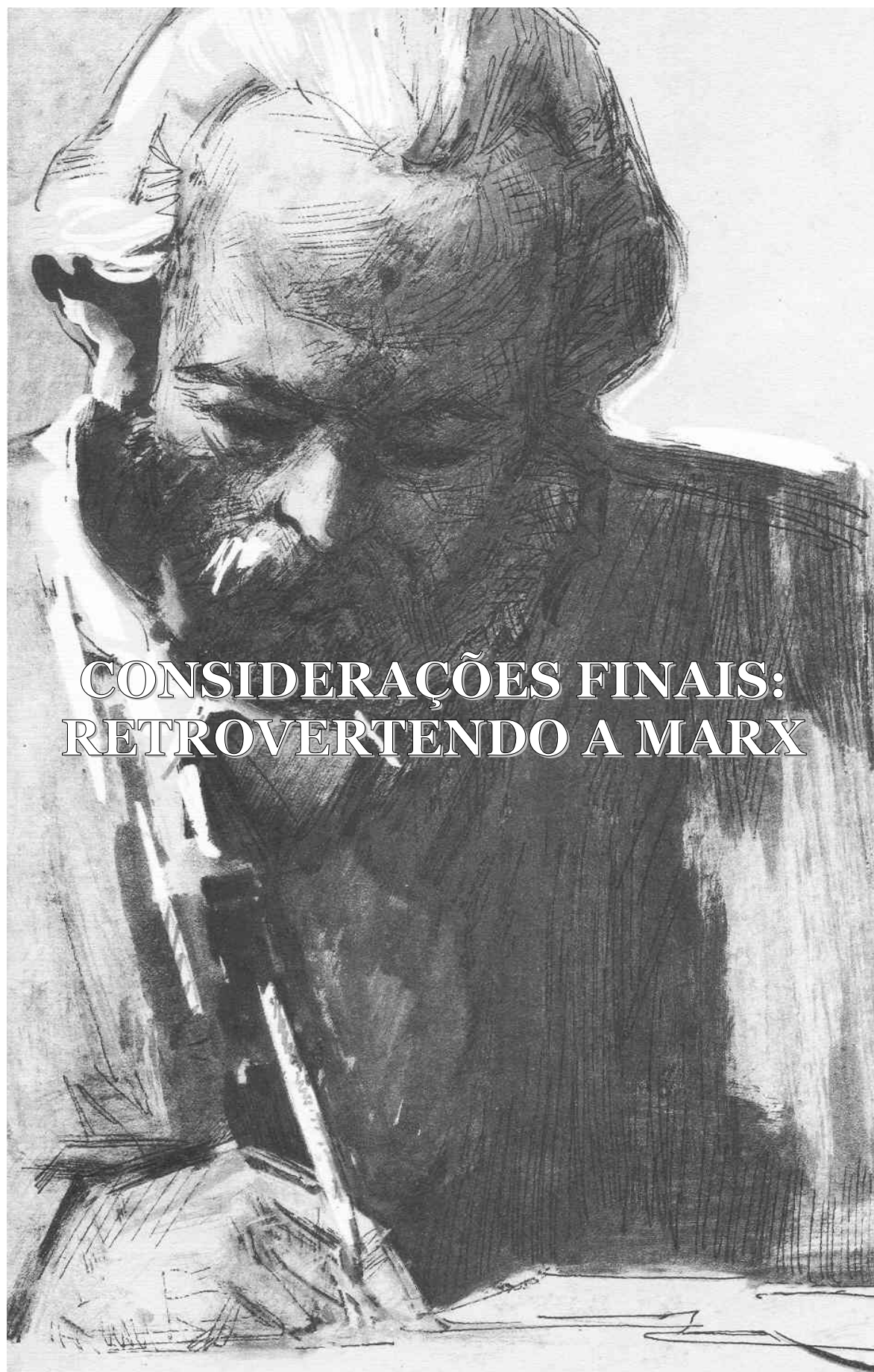
contradições da sociedade, manifestava o início da contra-revolução burguesa e apontava como possibilidade posta no horizonte, ainda que não no imediato, a revolução proletária.

Marx dizia que a república parlamentar, ainda que continuasse sendo uma forma de dominação, era a menos perversa para os trabalhadores e, ademais, a que permitia às lutas de classes alcançar sua forma mais pura, mais clara e mais radical, possibilitando sua superação. Ora, ao interpor o estado (na pessoa ou instituição que é seu representante direto) entre as classes sociais – as quais não podiam, é verdade, lograr momentaneamente uma vitória sobre a outra –, o bonapartismo age objetivamente como freio da luta de classes. Sua presença é, portanto, maléfica no curto prazo – já que impõe uma forma de dominação muito mais dura para os trabalhadores – e, ainda, para toda perspectiva de superação da sociedade de classes, o que depende do enfrentamento e da vitória do proletariado sobre a burguesia. Desta maneira, o bonapartismo assegura uma sobrevida ao capitalismo, explicitando mais uma vez a capacidade de adaptação e de superação de crises que este sistema mostra.

Como observou boa parte dos pensadores que aqui analisamos, a democracia burguesa cede cada vez mais espaço para o bonapartismo. Em alguns casos, o problema se torna ainda mais complexo. Em situações como a do Brasil, o bonapartismo é a encarnação de uma contra-revolução permanente de caráter preventivo, característica ingênita da dominação burguesa. Aqui, elementos do bonapartismo estiveram presentes desde a gênese do capitalismo industrial, constituindo a natureza mais íntima e o projeto de poder da burguesia nacional. Esta não pode (nunca pôde) dominar senão desta forma: uma autocracia mais ou menos aberta, terrorista ou conciliadora, é sua forma de exercício do poder político. De maneira que as lutas de classes vêm-se represadas, estrangidas, sufocadas, impedindo-se sua emersão, sua explosão e sua solução – já que as contradições preexistentes e as que germinam sob o próprio fenômeno não podem vir à luz com um retorno da democracia burguesa. Como na Alemanha, a assunção do bonapartismo no Brasil eclodiu antes mesmo de a dominação da burguesia autônoma se firmar, pois a luta de classes já se punha; à semelhança da Alemanha, tratou-se aqui de um regime *preventivo*; diversamente do caso prussiano, todavia, em que trouxe um elemento progressivo ao realizar a unidade nacional, na via colonial de

objetivação do capitalismo o bonapartismo tem um caráter exclusiva e perversamente negativo.

Fica, pois, a idéia de que é sob o bonapartismo que a burguesia dos países atrasados efetiva, no período da contra-revolução, as transformações históricas indispensáveis, garantindo-se que serão efetivadas em segurança, com exclusividade, conciliadamente e sem possibilidade de perda de controle do processo. No caso brasileiro, condenando a nação a uma forma de dominação política exclusivista, autocrática e subordinada, regime favorecedor de uma burguesia ensimesmada em seu minimundo e saciada com mesquinharias. A perspectiva revolucionária do trabalho tem, pois, tarefa mais difícil, mais complexa e mais radical.



Já apontamos, no próprio processo de retomada das análises de Marx sobre o bonapartismo, os indicativos conclusivos mais importantes. Trata-se agora de arrematar os resultados mais gerais que pudemos depreender da exposição das idéias de Marx sobre o nosso tema. Saliente-se, porém, para sermos justos, que apenas ao chegar ao final todo o quadro ficou claro, e seria agora o caso de reiniciar a redação do trabalho, agora com mais clareza, em face das descobertas feitas no decorrer do processo. Isto não é, porém, possível objetivamente, diante dos prazos a cumprir. Insuficiências e limites não são suficientes para descartar o trabalho aqui feito, mas outros textos, nossos e de outros pesquisadores, podem certamente ir além em algumas questões.

Percebemos que, durante algum tempo, Marx avaliou as revoluções tendo como parâmetro analítico os processos revolucionários burgueses; mesmo no interior da comparação com as revoluções burguesas, entretanto, salientava a *differentia specifica* da revolução levada a cabo pelo agente social do trabalho estranhado, seu significado e sua forma peculiares, bastante diferentes do das revoluções burguesas. Enquanto estas se davam aos saltos, colhendo triunfos incontinenti e rapidamente ganhando caráter conservador, a “revolução do século XIX”, de caráter social, deveria se desvencilhar de todas as referências do passado, a fim de dar conta do seu próprio conteúdo. As revoluções feitas pela perspectiva do trabalho se caracterizam pela constante autocrítica, pelo retorno a questões aparentemente solucionadas para suplantar os resultados dos primeiros esforços e ir além do que já se havia conquistado. Isto, porém, dada a grandiosidade de seus objetivos – diferentemente das revoluções burguesas, cujo processo era rápido, mas que tinham vida curta, atingindo logo um ponto em que a letargia se generalizava. Também se diferenciam quanto ao caráter já multinacional das revoluções do trabalho, em contraste com o selo nacional das revoluções burguesas. Ainda segundo Marx, o socialismo revolucionário é a expressão teórica do amadurecimento, da capacitação do proletariado para a atuação prática pela auto-emancipação até atingir, após um período de ditadura do proletariado, a abolição completa das classes sociais e o desaparecimento do poder político. Para atingir seus objetivos, é necessário mudar não mais a forma de governo, mas transformar a própria sociedade. Onde outra diferença: todas as revoluções precedentes haviam sofisticado a suntuosa máquina estatal; a missão da classe que encarna a perspectiva do trabalho era destruí-la.

Nos textos que acompanhamos, Marx evidencia como os fatos singulares e caóticos são apenas a aparência de relações muito mais profundas, que só podem ser apreendidas a partir de uma pesquisa que respeite a natureza específica do objeto que investiga. Não se trata, obviamente, de uma postura conformista em relação ao real, senão de partir de sua objetividade para compreendê-lo em suas dimensões amplas e profundas e, é claro, possibilitar uma atuação prática eficiente no sentido das transformações necessárias. Para Marx, toda teoria que, em vez de uma construção coletiva e prática, fosse produto das elucubrações de algum pensador pretensioso e tencionasse substituir por suas construções mentais o movimento real estaria fadada ao fracasso no encontro com a efetividade.

Ainda outra importante conclusão a que Marx chegou em seu exame dos acontecimentos dos anos de 1848 a 1871: os homens fazem sua própria história não segundo seus próprios desejos, mas de acordo com as condições que herdam do passado – objetividade *determinante*, que *limita* as possibilidades mas, também, aponta/abre outras. Também punha a claro que não se pode se deixar confundir pelas idéias que os homens fazem de si próprios e nem mesmo pela sua vontade ou interesse imediatos, mas compreendê-los pelo que são efetivamente e pelo que se vêem constrangidos a fazer no processo prático.

Suas análises do período contradizem categoricamente as afirmações de seus desconhecedores, segundo os quais suas teses são deterministas e nunca apreendem a ação do indivíduo. Marx mostra nestas avaliações exatamente como atuam indivíduo e classes sociais na história, sob condições específicas que determinam seus limites e suas possibilidades; mas não se trata de uma história e de um indivíduo quaisquer, de pessoas comuns vivendo seu ramerrão cotidiano, mas de personagens e acontecimentos propriamente *históricos*. Igualmente, não privilegia a história do presente, tampouco uma visão mais estruturalista. A tematização marxiana, por compreender mais profundamente a prática humana, elimina a suposta dissociação entre “estrutura” e “conjuntura”, aspectos simultâneos e inseparáveis de um mesmo processo na qualidade de sua vertente passiva e do fator ativo (práxis). De forma que também fica rejeitada, por impertinente, a suposta contradição ou desconjunção entre determinismo da estrutura e a possibilidade de atuação do homem. E, por fim, o pensamento de Marx jamais poderia, se se quer respeitar sua gênese e estrutura interna, ser qualificado como utópico – não é atingido, pois, pelo assim chamado “fim das utopias”. De fato, em vez de impor ao movimento operário fórmulas criadas por

algum pedantismo de gabinete, Marx perscrutava as possibilidades reais, uma vez que a emancipação do trabalho não é um ideal a realizar, mas a libertação dos elementos da nova sociedade presentes no seio da antiga, o aproveitamento de tendências postas no real e a ação no sentido de fazer a história caminhar em determinada direção.

Restou manifesta a riqueza analítica ímpar da abordagem que Marx faz da natureza da ideologia. Ressalte-se a não-linearidade de sua apreensão da ideologia, que não conhece a associação mecânica da produção intelectual de um grupo a sua posição imediata no processo produtivo – tal análise era feita por mediações que permitiam captar as minúcias e desvios com que os homens tomam ciência de sua vida. Por outro lado, não se trata meramente de classificar um pensamento como falso ou verdadeiro, mas de averiguar na concreção histórica esta falsidade/verdade, a necessidade que as suscitou, as funções que vêm cumprir, se atuam realmente na história como uma potência ideológica; também pode ocorrer que a inexatidão formal em termos de conteúdos represente verdades históricas.

Na mesma direção, uma pretensa e falsa antinomia entre história efetiva e a consciência não se encontra no pensamento marxiano do período que estudamos. Objetividade e subjetividade estão entrelaçadas, cada uma atuando historicamente sob forma específica. Assim, com uma singular capacidade de apreensão e reprodução dos acontecimentos históricos, Marx clarifica particularmente como se dá a construção (histórica e social) da consciência dos seres sociais. Esta perde a aparência de autonomia e substantividade que lhe emprestava o pensamento especulativo, mas também ganha, no mesmo movimento, especificidade, numa análise rica e multifacetada que a apreende em seu devido lugar e que está em egressão em relação ao economicismo.

O conjunto de textos de Marx de que tratamos desde a Introdução sumaria sua crítica à politicidade e é demonstrativo da coerência e permanência até a maturidade das afirmações que fez já desde 1842/3. De fato, no desvendamento da origem, do caráter e das formas específicas que a política assume entre os atributos do ser social, Marx chegou a uma percepção que inverte a concepção tradicional, positiva, da política, que a vê como constitutiva do ser social – mais que isso, seu distintivo, sua peculiaridade, máxime expressão de sua racionalidade. Constatamos que Marx criticava a política em suas bases, ou seja, não pretendia cobrar do estado uma postura ainda mais política, democrática, global, mas censurava ontologicamente a

própria política, suas *premissas*. A crítica marxiana adquire estatuto ontológico, de vez que investiga a natureza do ser social para averiguar a pertença ou não deste predicado. Mais ainda: é *ontonegativa*, pois percebe a politicidade como acessória, contingente, não essencial, não inerente ao homem, gestada que é pelas tibiezas, contraditoriedades e necessidades das sociedades de classes. Trata-se, pois, de uma força social alienada, usurpada, pervertida, estranhada, voltada contra os próprios homens; uma perfectibilização deste atributo significaria a agudização das contradições de que nasceu.

No bojo de tais críticas, deve-se salientar a censura marxiana dos limites da própria prática política – adstringente, de parcas fronteiras, de minguada eficácia – e a conseqüente reafirmação da sociabilidade como esfera resolutive, já que verdadeira essência do homem. Neste sentido, emancipação humano-societária é reintegração e recuperação daquelas forças sociais alienadas na política, aquisição da capacidade de auto-regulagem e dispensa da mediação da política. A revolução social necessita da forma política enquanto etapa inicial para que ocorra a auto-emancipação da classe social que personifica a perspectiva do trabalho, mas não pode se efetivar por meio da simples prática política: demanda uma prática *metapolítica*, que atinja a própria essência do homem, qual seja, a vida social. De forma que o momento político da revolução tem objetivos transitórios e específicos, de destruição da antiga sociedade, do estado e da política; faz-se necessário ir mais além e construir formas organizacionais que inibam e desmontem o aparato político que opõe ao homem suas próprias forças alienadas. Isto ocorre quando são subtraídos os fatores que o isolam em relação à sociedade (sua essência), possibilitando a reorganização das forças sociais e sua reabsorção pela comunidade.

O conjunto inovador, decididamente revolucionário, de assertivas marxianas acerca da política e da revolução social perpassou e subjazeu a seu pensamento no período que estudamos. Vemos, desta forma, que seria um absurdo desmedido reduzir suas considerações sobre o estado à conhecida afirmação do *Manifesto* segundo a qual o governo moderno é apenas um comitê que gerencia os negócios comuns da burguesia. É, contudo, no que dá atirar na lata de lixo da história toda a sua tematização anterior sobre a política e o estado, sob o pretexto de uma “cesura epistemológica” artificialmente instituída ou “solução” semelhante. Deriva deste desprezo pelas considerações marxianas a noção muito difundida de que suas teorias sobre a política e o estado são lacunares, apresentam-se apenas em germe,

precisariam ser mais bem desenvolvidas. Não se compreende que a questão, para Marx, estava mais além: diz respeito à própria natureza da política.

Marx apontava que o poder executivo e seu “exército de parasitas”, constituintes da “imensa organização burocrática e militar”, surgiram do declínio do sistema feudal, o qual apressaram. A centralização e a definição do âmbito, atributos e agentes do poder governamental, tarefa iniciada pela monarquia absoluta, foram continuadas pela Revolução Francesa de 1789 e magistralmente aperfeiçoadas por Napoleão. Assim acabado, o estado ficou sob domínio dos parlamentares e, em 1830, após uma tentativa abortada de divisão de poder, passou ao controle da burguesia, inimiga mais próxima do proletariado. Esta se esforçou por mostrar seu zelo na manutenção da ordem, instituindo o terror de classe pelo medo da revolução. Neste sentido, o bonapartismo não é uma exceção, mas a forma plena, absoluta, da separação e oposição entre estado e sociedade civil; leva às últimas conseqüências a tendência de autonomia do estado. Em momentos de aguda crise social, o recurso à força armada contra a sociedade, sempre possível, é largamente empregado e todos se vêem rendidos diante da culatra do fuzil.

Quanto aos acontecimentos de 1848, fundamentais para a constituição de seu pensamento, o pensador alemão considerava as revoluções européias daquele ano a primeira grande batalha entre as duas principais classes da sociedade capitalista, a burguesa e a proletária. No interior desta pugna, a burguesia impôs inúmeras derrotas aos trabalhadores, mas somente ao preço de evidenciar que se tratava de uma peleja de vida ou morte, forçada que foi a desvelar sua própria natureza autocrática. No interior do processo de lutas de classes francês, vendo diante de si um proletariado em ascensão, a burguesia apressou-se em superar suas diferenças internas, a fim de garantir a própria supremacia. Longe de ser um espaço imparcial, a república é apenas a *forma política* que a revolução burguesa imprime à dominação desta classe nos países da velha civilização; é a forma de governo que permite submeter os interesses particulares dos burgueses e de todas as outras classes à burguesia. Na república as lutas de classes, reduzidas a dois grandes agentes, atingem sua manifestação mais clara, reveladora e simplificada.

Enfrentando sangrentamente as Jornadas de Junho, a república trouxe à luz seu caráter de *terror de classe* contra os operários, deflagrando a guerra civil entre capital e trabalho (na qual o primeiro emprega todo um aparato estatal contra o segundo e que só poderia redundar, naquela quadra histórica, em derrota do

proletariado e na clade dos mártires de junho). Estabelecida no poder, a burguesia externa ao parlamento, em descompasso com a parte de seus representantes que ainda defendia a democracia, dava sinais de intranqüilidade em face de um governo direto, das pendengas de seus representantes com o presidente, das pertinazes (ainda que sempre adiadas) conspirações monarquistas. Sonhava-se suprema e em paz social e, para tanto, parecia-lhe cada vez mais ser necessário renunciar ao desempenho do poder político. Pleiteava desde longa data um governo forte. O regime de dominação política direta pela burguesia inviabilizava sua segurança e ela queria libertar-se destas preocupações; o exercício direto do poder político só lhe trazia dissabores e perturbava seus negócios; por conseguinte, ela apreciaria muitíssimo substituir sua impotência coletiva pela força marcante de uma individualidade. As inúmeras frações burguesas que tinham interesses nas ações do estado e que com este mantinham relações ansiavam pela estabilidade do poder público, motivo pelo qual atuaram conscientemente no sentido de robustecer Bonaparte e instilar-lhe ânimo golpista e aquiesceram com o domínio simples e impudico da força sobre toda a sociedade – coerentemente com o princípio burguês típico de privilegiar seus interesses particulares em relação aos anseios gerais de sua classe e de todo o agrupamento social. O medo da luta de classes principiava a forjadura do bonapartismo e levou a burguesia a desdizer, aferrar, desdenhar e esbulhar, paulatina e irremediavelmente – e por fim dispensar – o próprio poder parlamentar, aumentando *pari passu* o poder do presidente Bonaparte. A nação, que sob a república parlamentar já tomara como sua vontade a lei da classe dominante, abdicava até de acalentar pretensões próprias e se submetia à autoridade executiva.

Bonaparte, por sua vez, detentor do poder executivo, havia amealhado partidários. Propunha-se a impossível posição de provedor benemérito de todas as classes e uma função arbitral, de mediador entre as classes sociais, enquanto atuava a serviço de uma delas. Alternava-se no cumprimento destes papéis e lhes aditava mais um, o de déspota sem disfarces, que representava em momentos de crise. Esforçou-se, ainda, para conquistar inúmeras parcelas da sociedade, entre as quais a soldadesca, por meios tão aviltantes quanto os do parlamento e por meio de indivíduos de origem suspeita. Logo que se sentiu suficientemente forte para efetivar sua cediça aspiração imperial, despiu-se do simulacro subalterno e afrontou a assembléia. Podia contraditá-la porque se sabia apoiado numa massa que devotava à instituição parlamentar um ódio profundo, já que dela não obtivera nenhum

apanágio. Efetivamente, a república parlamentar burguesa trouxera às escâncaras suas peculiaridades nauseabundas e suprimira quaisquer ilusões sobre sua pudicícia. Esvaíra-se em seus próprios líquidos putrescentes; a Bonaparte cumprira só a tarefa de oficializar seu óbito.

Marx sublinhava o caráter desta república burguesa, sua oposição radical à república social, sua selvageria na repressão a quem quer que ousasse se rebelar contra o domínio burguês instituído. Sem que tenha havido nenhuma transgressão da natureza do estado, o perigo social levou a burguesia a despojar seu governo direto dos instrumentos de que necessitava para manter-se de pé, cedendo passo ao bonapartismo. Esta era, dizia ele, o único governo possível numa situação em que a burguesia decaía, mas o proletariado ainda não chegara à potência necessária para assumir as rédeas do poder. Minimizando as lutas de classes, libertou a burguesia de suas preocupações políticas e encheu-lhe os bolsos, aprimorando seu mecanismo de guerra contra o trabalho. Sob o bonapartismo, o poder executivo alcançou a máxima heteronomia em relação à nação, permitindo até que um indivíduo medíocre estivesse à cabeça do aparato estatal. Bonaparte, representante do poder executivo autonomizado, considerava-se guardião da ordem burguesa e árbitro dos conflitos sociais. Tomando para si a manutenção da ordem, fingia balancear sua essência conservadora, no plano social, com concessões e conciliações confusas, limitadas e controladas. Já a política externa bonapartista caracterizava-se pela beligerância, exploração e difusão de preconceitos nacionais e incapacidade gerencial. Sob o “baixo império” bonapartista, a França conheceu um inaudito desenvolvimento nos ramos da indústria e do comércio e, mais ainda, da especulação. Somada a tais características sua política externa agressiva, Marx concluía que era a forma mais prostituída do poder estatal e, portanto, sua *última* forma.

Evidenciamos a apreensão marxiana do domínio liderado por Bismarck na Alemanha como *bonapartista*; o “falso democratismo”, o “despotismo verdadeiro”, as agiotagens, os truques chinfrins, a política externa agressiva, o rápido incremento das forças produtivas – os elementos fundamentais do bonapartismo podiam ser constatados ali, com uma diferença fundamental, relativa ao quadro do atraso alemão. De fato, Marx salientava o papel progressista do bonapartismo alemão (e que contrastava com o significado histórico do bonapartismo francês): completava as tarefas burguesas e, neste sentido, preparava o caminho para uma atuação proletária

mais eficaz. Subjugava e, ao mesmo tempo, satisfazia os interesses da burguesia alemã, incapaz, covarde e indecisa.

Marx dizia que a república parlamentar, ainda que uma forma de dominação burguesa, era a menos perversa para os trabalhadores e, ademais, a que permitia às lutas de classes alcançar sua forma mais pura, mais clara e mais radical, possibilitando sua superação. Neste sentido, o bonapartismo refreia a luta de classes ao interpor o estado (na pessoa ou instituição que é seu representante direto) entre as classes sociais em pugna e concede, assim, uma sobrevida ao capitalismo. Por outro lado, porém, a ruína da república parlamentar carrega em germe a vitória da revolução proletária. Com efeito, as revoluções aperfeiçoaram e centralizaram o parlamento para, em seguida, derrubá-lo. Chegara a vez do executivo: tratava-se de seu aprimoramento e máxima centralização; neste processo, necessariamente seriam aguçadas suas contradições, o que abriria a possibilidade histórica de sua destruição, numa atividade preliminar importantíssima.

Reduzida a luta de classes, na sociedade moderna, a duas grandes classes sociais, Marx destacava suas peculiaridades. De acordo com ele, toda classe revolucionária se enfrenta com outra na defesa de seus próprios anseios e como portadora e representante de interesses de toda a sociedade, processo no qual a conquista do poder político é necessária para que apresente seu interesse como interesse geral; foi também o caso da burguesia em sua fase revolucionária. Não se trata apenas de uma ilusão ou de um logro, já que, nos primórdios, realmente seus interesses se harmonizavam com os das demais classes dominadas. Salientava que os indivíduos só constituem uma classe quando estão em luta contra outra, mas, também, que a classe adquire papel substantivo em relação aos próprios indivíduos que a formam, ditando-lhes limites e possibilidades. Desta forma, a emancipação só seria possível com o fim da propriedade privada e de todas as classes, inclusive aquela a que se pertence. Por outro lado, Marx relacionava a imaturidade da classe operária, claramente, à situação histórico-social específica. O baixo desenvolvimento do capitalismo industrial francês tornava a luta de classes entre proletariado e burguesia um fato parcial, despojado de caráter nacional. Esta situação, porém, poderia, da mesma forma, ser transformada no decorrer do processo revolucionário. Neste ínterim, o proletariado estaria impossibilitado de impor um projeto autônomo, mesmo que, de fato, exercesse uma influência acima de suas energias efetivas.

Pode-se afirmar que a apreensão marxiana do *estatuto negativo* da política encontrou seu auge na análise da Comuna de Paris, que pôs os pilares de uma ação *metapolítica*. Desde 1842/3 Marx tinha convicção dos limites da política e, por conseguinte, da prática política; em 1852, em face do golpe bonapartista, tinha ficado claro para ele que a classe que encarna a perspectiva revolucionária do trabalho não pode simplesmente se apropriar da máquina de guerra do capital contra o trabalho e empregá-la em seu favor, mas deve agir no sentido de destruí-la. Com a Comuna, finalmente havia se manifestado como construir uma *prática política* que visasse à *destruição da política*. Não se tratava de simplesmente acabar com a separação do estado em relação à sociedade, de um aperfeiçoamento da política, mas de sua *supressão*. A Comuna mostrava como seriam ações e providências que tornam desnecessário o próprio estado: abolição do exército permanente e sua substituição pelo povo em armas; extinção da burocracia; eliminação da dicotomia entre órgãos legislativo e executivo; restrição do poder ideológico do clero; elevação do nível educacional das massas; intervenção na caixa preta da magistratura burguesa; corte pela raiz dos órgãos estatais puramente repressivos; restituição aos servidores da sociedade das funções sociais legítimas que exerciam. Enquanto todas as revoluções anteriores apenas burilaram o estado, a revolução social (cuja poesia deveria ser retirada do futuro, não do passado) encontrava-se num grau de maturidade suficiente para desbaratá-lo; neste processo, instituições antes onipotentes foram inflectidas, subvertidas, perderam sua função original, mudaram de natureza. A partir da Comuna de Paris, a classe operária e seu pensamento científico se desvencilhavam totalmente da necessidade de uma referência às antigas revoluções. Havia conquistado um novo patamar, desenvolvendo uma nova forma de organização que exprime justamente sua exclusiva capacidade de iniciativa histórica. A nova revolução francesa, como Marx já previa em 1852, não seria mais uma tentativa de transferir o controle do poder estatal e aprimorá-lo, mas de esmagá-lo e destruí-lo. Por meio de medidas sensatas, com moderação e habilidade, a Comuna mostrou sua verdadeira natureza de governo *do povo para o povo*. Seus procedimentos devolveriam ao organismo social suas potências até então sugadas pela excrescência parasitária estatal, que vive às expensas da sociedade e tolhe seu livre desenvolvimento.

A Comuna de Paris foi uma experiência inédita até aquele momento e se contrapôs diretamente ao bonapartismo. Estavam, de um lado, o exemplo máximo da decadência do poder criador burguês, as tendências estranhadas do estado capitalista

levadas ao paroxismo, a celebração da velhacaria e a velharia; de outro, uma forma de organização nova, elástica, propositiva e prospectiva, inflada pelo vigor da juventude e pela reincorporação das forças sociais outrora extorquidas pelo estado. A Comuna, eco do clamor pela república social que se ouvia em fevereiro de 1848, era a forma política finalmente descoberta da emancipação econômica do trabalho. Forma política nova, *inovadora*, produto da única classe com “iniciativa histórica”, flexível, expansiva, despojada de caráter repressivo, atuava (nos limites de uma cidade sob sítio) pela eliminação das bases econômicas que permitem e suscitam a existência das classes. Estava encontrado o caminho para a “forma superior de vida”, a auto-emancipação da perspectiva do trabalho e libertação do homem – o que, entretanto, não se daria sem esforços, percalços e reveses. Não havia de sua parte nenhuma ilusão a respeito e as subseqüentes derrotas do agente social representante de todos os que não vivem do trabalho alheio não modificaram a configuração geral de seu pensamento. Nós, também acreditamos que “A obra marxiana é imortal, a não ser que as possibilidades do homem já estejam definitivamente extintas. Do contrário, se resta alguma esperança – e resta –, há que compreender que a guerra marxiana ao capital é a luta irrenunciável pelo homem” (Chasin, 1989, p. 30).

BIBLIOGRAFIA

Siglas e dados bibliográficos dos textos de Marx citados:

- 18BLB** – O 18 Brumário de Luís Bonaparte. *In: O 18 Brumário e Cartas a Kugelmann*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986.
- 1MCGA** – Primeiro manifesto do Conselho Geral da Associação Internacional dos Trabalhadores sobre a Guerra Franco-Prussiana. *In: Karl Marx/Friedrich Engels: obras escolhidas* v. 2. São Paulo, Alfa-Ômega, s/d.
- 2MCGA** – Segundo manifesto do Conselho Geral da Associação Internacional dos Trabalhadores sobre a Guerra Franco-Prussiana. *In: Karl Marx/Friedrich Engels: obras escolhidas* v. 2. São Paulo, Alfa-Ômega, s/d.
- BCR** – *A burguesia e a contra-revolução*. 3 ed. São Paulo, Ensaio, 1993.
- CFDH** – “Critica del derecho del estado de Hegel”. *In: MARX, Carlos; ENGELS, Frederico. Obras fundamentales* v. 1 – *Marx: Escritos de juventud*. México, Fondo de Cultura Económica, 1987.
- CM** – “El Crédit Mobilier”. *In: MARX, Carlos; ENGELS, Frederico, Obras fundamentales* v. 11 – *Escritos económicos menores*. México, Fondo de Cultura Económica, 1987.
- CM2** – “El Crédit Mobilier de Francia (segundo artigo)”. *In: MARX, Carlos; ENGELS, Frederico. Obras fundamentales* v. 11 – *Escritos económicos menores*. México, Fondo de Cultura Económica, 1987.
- CM3** – “El Crédit Mobilier de Francia (terceiro artigo)”. *In: MARX, Carlos; ENGELS, Frederico. Obras fundamentales* v. 11 – *Escritos económicos menores*. México, Fondo de Cultura Económica, 1987.
- CME** – “La crisis monetaria em Europa”. *In: MARX, Carlos; ENGELS, Frederico. Obras fundamentales* v. 11 – *Escritos económicos menores*. México, Fondo de Cultura Económica, 1987.
- CP** – “Carta al padre”. *In: MARX, Carlos; ENGELS, Frederico. Marx: obras fundamentales* v. 1 – *Escritos de juventud*. México, Fondo de Cultura Económica, 1987.
- CPG** – “Crítica ao programa de Gotha”. *In: Karl Marx/Friedrich Engels: obras escolhidas* v. 2. São Paulo, Alfa-Ômega, s/d.
- CRJ** – “Cavaignac y la Revolución de Junio”. *In: MARX, C.; ENGELS, F. Obras fundamentales* v. 5 – *Las Revoluciones de 1848*. México, Fondo de Cultura Económica, 1989.
- DPFAPP** – “Discurso pronunciado na festa de aniversário do *People’s Paper*”. *In: Karl Marx/Friedrich Engels: obras escolhidas* v. 1. São Paulo, Alfa-Ômega, s/d.
- GCF** – “A guerra civil na França”. *In: Karl Marx/Friedrich Engels: obras escolhidas* v. 2. São Paulo, Alfa-Ômega, s/d.
- IA** – *La ideologia alemana*. Buenos Aires, Ediciones Pueblos Unidos/Editorial Cartago, 1985. Escrito em colaboração com Engels.

- ICFDH** - “Crítica da Filosofia do Direito de Hegel – Introdução”. *Revista Temas de Ciências Humanas* n. 1. São Paulo, Editorial Grijalbo, 1977, pp. 1-14.
- LCF** - “Luchas de clases en Francia de 1848 a 1850.” *In: MARX, C.; ENGELS, F. Obras fundamentales v. 5 – Las Revoluciones de 1848*. México, Fondo de Cultura Económica, 1989.
- MAFI** - “La mediación anglo-francesa en Italia”. *In: MARX, C.; ENGELS, F. Obras fundamentales v. 5 – Las Revoluciones de 1848*. México, Fondo de Cultura Económica, 1989.
- MC** - “Manifesto Comunista”. *In: Karl Marx/Friedrich Engels: obras escolhidas v. 1*. São Paulo, Alfa-Ômega, s/d. Escrito em colaboração com Engels.
- MEF** - *Manuscritos econômico-filosóficos*. Lisboa, Edições 70, 1964[?].
- MR** - “El movimiento revolucionario”. *In: MARX, C.; ENGELS, F. Obras fundamentales v. 5 – Las Revoluciones de 1848*. México, Fondo de Cultura Económica, 1989.
- P1867** - “Prefácio à primeira edição alemã do primeiro tomo de *O capital*”. *In: Karl Marx/Friedrich Engels: obras escolhidas v. 2*. São Paulo, Alfa-Ômega, s/d.
- P1873** - “Do posfácio à segunda edição alemã do primeiro tomo de *O capital*”. *In: Karl Marx/Friedrich Engels: obras escolhidas v. 2*. São Paulo, Alfa-Ômega, s/d.
- PCCEP** - “Prefácio à Contribuição à crítica da economia política”. *In: Karl Marx/Friedrich Engels: obras escolhidas v. 1*. São Paulo, Alfa-Ômega, s/d.
- RJ** - “La Revolución de Junho”. *In: MARX, C.; ENGELS, F. Obras fundamentales v. 5 – Las Revoluciones de 1848*. México, Fondo de Cultura Económica, 1989.
- SF** - *A sagrada família ou crítica da crítica crítica*. Contra Bruno Bauer e consortes. 2 ed. Lisboa/São Paulo, Editorial 70/Martins Fontes, s/d. Escrito em colaboração com Engels.

Cartas de Marx destinadas a:

- Annenkov, de 28 de dezembro de 1846. *In: Karl Marx/Friedrich Engels: obras escolhidas v. 3*. São Paulo, Alfa-Ômega, s/d.
- Beesly, de 19 de outubro de 1870. *In: MARX, K.; ENGELS, F. Correspondance*. Moscou, Éditions du Progrès, 1976.
- Beesly, de 12 de junho de 1871. *In: idem*.
- Bolte, de 23 de novembro de 1871. *In: Karl Marx/Friedrich Engels: obras escolhidas v. 3*. São Paulo, Alfa-Ômega, s/d.
- Comité Brunseichois du Parti Ouvrier Social-Démocrate Allemand. . *In: MARX, K.; ENGELS, F. Correspondance*. Moscou, Éditions du Progrès, 1976.
- Danielson, de 10 de abril de 1879. *In: idem*.
- Domela-Nieuwenhuis, de 22 de fevereiro de 1881. *In: idem*.
- Eccarius e Lessner, de 10 de setembro de 1868. *In: idem*.
- Engels, de 9 de dezembro de 1851. *In: idem*.
- Engels, de 12 de outubro de 1853. *In: idem*.
- Engels, de 2 de abril de 1858. *In: idem*.
- Engels, de 27 de julho de 1854. *In: idem*.

- Engels, de 7 de julho de 1866. *In: idem.*
- Engels, de 17 de agosto de 1870. *In: idem.*
- Engels, de 18 de maio de 1870. *In: idem.*
- Engels, de 28 de julho de 1870. *In: idem.*
- Engels, de 31 de maio de 1873. *In: idem.*
- Hubert, de 10 de agosto de 1871. *In: idem.*
- Kugelman: *O 18 Brumário e cartas a Kugelman*. Rio de Janeiro Paz e Terra, 1978.
- Lafargue, de 2 de junho de 1869. *In: idem.*
- Lassalle, de 4 de fevereiro de 1859. *In: idem.*
- Liebknecht, de 6 de abril de 1871. *In: idem.*
- Schweitzer, de 24 de janeiro de 1865. *In: Karl Marx/Friedrich Engels: obras escolhidas v. 1.* São Paulo, Alfa-Ômega, s/d.
- Schweitzer, de 13 de outubro de 1868. *In: idem.*
- Redator do *Daily News*, de 16 de janeiro de 1871. *In: idem.*
- Weidemeyer, de 5 de março de 1852 (excertos) . *In: Karl Marx/Friedrich Engels: obras escolhidas v. 3.* São Paulo, Alfa-Ômega, s/d.
- Circular de Marx e Engels a Bebel, Liebknecht, Bracke e outros, de 17/18 de setembro de 1879. *In: Karl Marx/Friedrich Engels: obras escolhidas v. 3.* São Paulo, Alfa-Ômega, s/d.
- Do Conselho Geral da Associação Internacional dos Trabalhadores. *In: O 18 Brumário e cartas a Kugelman*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986.

Outras edições consultadas:

- MARX, Karl. *Les luttes de classes en France; Le 18 brumaire de Louis Bonaparte*; suívi de: RUBEL, Maximilien. *Karl Marx devant le bonapartisme*. Paris, Gallimard, 1994.
- _____. “As lutas de classes na França de 1848 a 1850”. *In: Marx/Engels: obras escolhidas v. 1.* São Paulo, Alfa-Ômega, s/d.

Bibliografia Geral

- AGULHON, Maurice. *1848: o aprendizado da república*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1991.
- ALBINATI, Ana Selva C. B. Gênese, função e crítica dos valores morais nos textos de 1841-1847 de Karl Marx. *Revista Ensaios Ad Hominem* n. 1 t. IV – Dossiê Marx. Santo André, Ad Hominem, 2001. A dissertação de mestrado que deu origem ao artigo está disponível em: <<http://www.adhominem.com.br/Estudos/AberrrtApreEstu%20a.htm>>.
- ALTHUSSER, Louis. *A favor de Marx*. 2 ed. Rio de Janeiro, Zahar, 1979.
- ANDERSON, Perry. A interpretação do stalinismo por Trotsky. *Revista Perspectiva Internacional* n. 6. São Paulo, jun./jul. 1983, pp. 38-43.
- ANTUNES, Ricardo. *Crise e poder*. São Paulo, Cortez, 1984.
- _____. *A rebeldia do trabalho*. São Paulo, Ensaio, 1988.

- ASSOUN, Paul-Laurent. *Marx e a repetição histórica*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979.
- BARSOTTI, Paulo D. Marx, defensor do estado? O estado, a política e o bonapartismo no pensamento marxiano. 2002. Tese (Doutorado) apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Econômica da USP, São Paulo.
- BEER, Max. *História do socialismo e das lutas sociais*. Lisboa/Porto/Luanda, Centro do Livro Brasileiro, s. d.
- BIANCHI, Álvaro. “A revolução fora do tempo: Marx, Engels em 1848”. In COGGIOLA, Osvaldo (Org.). *Manifesto comunista ontem e hoje*. São Paulo, Xamã, 1999.
- BOITO JR., Armando. *Revolução política e teoria da transição: uma crítica à análise poulantziana do estado absolutista*. Disponível em: <<http://www.mercatiesplosivi.com/althusser/boito.htm>>. Acessado em 1 set. 2005.
- COUTINHO, Carlos Nelson. *Literatura e humanismo*. Ensaios de crítica marxista. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1967.
- CHASIN, J. A politicização da totalidade: oposição e discurso econômico. *Revista Temas* n. 2. São Paulo, Grijalbo, 1977a.
- _____. Sobre o conceito de totalitarismo. *Revista Temas de Ciências Humanas*. São Paulo, Ciências Humanas, n. 1, 1977b.
- _____. *O integralismo de Plínio Salgado: forma de regressividade no capitalismo hipertardio*. São Paulo, Ciências Humanas, 1978.
- _____. Conquistar a democracia pela base. *Revista Temas* n. 6. São Paulo, Ciências Humanas, 1979.
- _____. As máquinas param, germina a democracia! *Escrita Ensaio* n. 8. São Paulo, Escrita, 1980.
- _____. ¿Hasta Cuando? A propósito das eleições de novembro. *Nova Escrita Ensaio*. São Paulo, Escrita, 1982.
- _____. “A Esquerda e a Nova República”. *Revista Ensaio* 14. São Paulo, Ensaio, 1985.
- _____. A miséria da república dos cruzados. *Revista Ensaio* 15/16. São Paulo, Ensaio, 1986a.
- _____. Poder, política e representação: três supostos e uma hipótese constituinte. *Revista Ensaio* 15/16. São Paulo, Ensaio, 1986b.
- _____. A sucessão na crise e a crise na esquerda. *Revista Ensaio* 17/18. São Paulo, Ensaio, 1989.
- _____. “Marx no tempo da Nova Gazeta Renana”. Introdução a MARX, Karl. *A burguesia e a contra-revolução*. 3 ed. São Paulo, Ensaio, 1993.
- _____. “Marx: estatuto ontológico e resolução metodológica”. In: TEIXEIRA, Francisco J. S. *Pensando com Marx*. São Paulo, Ensaio, 1995.
- _____. A determinação ontonegativa da politicidade. *Revista Ensaios Ad Hominem* n. 1, t. III – Política. São Paulo, Ad Hominem, 2000.
- CHASIN, Milney. A Crítica da especulação nas glosas de 43. *Revista Ensaios Ad Hominem* n. 1, t. IV – Dossiê Marx. Santo André, Ad Hominem, 2001. A

- dissertação que deu origem ao artigo está disponível em:
<<http://www.adhominem.com.br/Estudos/AberrrtApreEstu%20a.htm>>.
- CHÂTELET, François. “Préface” à *contribution a la critique de la philosophie du droit de Hegel*. Paris, Aubier Montaigne, 1971.
- CLAUDÍN, Fernando. *Marx, Engels y la revolución de 1848*. 3 ed. Madri, Siglo XXI, 1985.
- COGGIOLA, Osvaldo (Sel.). *Escritos sobre a comuna de Paris*. São Paulo: Xamã, 2003.
- COSTA, Mônica H. M. *A diferença entre as categorias Lebensäuserung, Entäusserung, Entfremdung e Verässerung nos Manuscritos Econômico-Filosóficos de Karl Marx de 1844*. 1999. Dissertação (Mestrado) apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia da UFMG, Belo Horizonte. Em:
<<http://www.adhominem.com.br/Estudos/AberrrtApreEstu%20a.htm>>.
- COSTA, Silvio. *Comuna de Paris: o proletariado toma o céu de assalto*. São Paulo/Goiânia, Anita Garibaldi/Ed. UCG, 1998.
- COSTA, Silvio. *Revolução e contra-revolução na França v. 1: revolução e contra-revolução aristocrática*. São Paulo, Anita Garibaldi, 1999.
- COTRIM, Livia. *A crítica do populismo: elementos para uma problematização*. *Revista PUCViva*. São Paulo, Apropuc, ano 2, n. 8, pp. 35-45, mar./abr. 2000.
- DE DEUS, Leonardo Gomes. *Soberania popular e sufrágio universal: o pensamento político de Marx na Crítica de 43*. 2001. Dissertação (Mestrado) apresentada ao Curso de Filosofia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG, Belo Horizonte. Disponível em:
<<http://www.adhominem.com.br/Estudos/AberrrtApreEstu%20a.htm>>.
- DELLA VOLPE, Galvano. *Rousseau y Marx*. Buenos Aires, Editorial Platina, 1963.
- DOSSE, François. *História do estruturalismo v. I: o campo do signo 1945-1966*. São Paulo, Editora Ensaio, 1993.
- DROZ, Jacques. *História geral do socialismo v. III: socialismo e movimentos operários das Revoluções de 1848 até à agonia da I Internacional*. Lisboa, Livros Horizonte Universitário, 1976.
- DUNCKER, H., GOLDSCHMIDT, A., WITTFOGEL, K. H. *De la revolución francesa a la Comuna de Paris*. Havana, Editorial Paginas, 1939.
- EIDT, Celso. A razão como tribunal da crítica: Marx e a *Gazeta Renana*. *Ensaio Ad Hominem* n. 1 t. IV – Dossiê Marx. Santo André, Ad Hominem, 2001. A dissertação de mestrado que deu origem ao artigo está disponível em:
<<http://www.adhominem.com.br/Estudos/AberrrtApreEstu%20a.htm>>.
- ENDERLE, Rubens Moreira. *Ontologia e política: a formação do pensamento marxiano de 1842 a 1846*. 2000. Dissertação (Mestrado) apresentada ao Curso de Filosofia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. Disponível em:
<<http://www.adhominem.com.br/Estudos/AberrrtApreEstu%20a.htm>>.
- ENGELS, Friedrich. “Marx e a *Nova Gazeta Renana*”. In: *Marx/Engels: obras escolhidas v. 3*. São Paulo, Alfa-Ômega, s/d “a”.
- _____. “Prefácio de 1885 à terceira edição alemã d’O 18 Brumário de Luís Bonaparte”. In: *Marx/Engels: obras escolhidas v. 1*. São Paulo, Alfa-Ômega, s/d “b”.

- _____. “Introdução a *A guerra civil na França*, de 1891”. In: *Karl Marx/Friedrich Engels: obras escolhidas v. 2*. São Paulo, Alfa-Ômega, s/d “c”.
- _____. “Introdução de 1895 a *As lutas de classes na França de 1848 a 1850*”. In: *Karl Marx/Friedrich Engels: obras escolhidas v. 1*. São Paulo, Alfa-Ômega, s/d “d”.
- _____. “A origem da família, da propriedade privada e do estado”. In: *Karl Marx/Friedrich Engels: obras escolhidas v. 1*. São Paulo, Alfa-Ômega, s/d “e”.
- _____. “Contribuição ao problema da habitação”. In: *Karl Marx/Friedrich Engels: obras escolhidas v. 1*. São Paulo, Alfa-Ômega, s/d “f” (excertos).
- _____. “Prefácio a *A guerra camponesa na Alemanha*”. In: *Karl Marx/Friedrich Engels: obras escolhidas v. 1*. São Paulo, Alfa-Ômega, s/d “g”.
- _____. “Carta a Marx de 3 de dezembro de 1851”. In: MARX, K.; ENGELS, F. *Correspondance*. Moscou, Éditions du Progrés, 1976.
- _____. “Carta a Marx de 11 de dezembro de 1851”. In: MARX, K.; ENGELS, F. *Correspondance*. Moscou, Éditions du Progrés, 1976.
- _____. “Carta a Marx de 14 de janeiro de 1852”. In: MARX, K.; ENGELS, F. *Correspondance*. Moscou, Éditions du Progrés, 1976.
- _____. “Carta a Marx de 13 de abril de 1866” in MARX, K.; ENGELS, F. *Correspondance*. Moscou, Éditions du Progrés, 1976.
- _____. “Carta a Marx de 10 de agosto de 1866”. Disponível em: <<http://www.marxists.org/francais/marx/correspondance.htm>>. Acessado em 2 dez. 2004.
- _____. “Carta a Marx de 4 de abril de 1867”. Disponível em: <<http://www.marxists.org/francais/marx/correspondance.htm>>. Acessado em 2 dez. 2004.
- _____. “Carta a Marx de 11 de setembro de 1867”. Disponível em: <<http://www.marxists.org/francais/marx/correspondance.htm>>. Acessado em 2 dez. 2004.
- _____. “Carta a Marx de 20 de novembro de 1868”. Disponível em: <<http://www.marxists.org/francais/marx/correspondance.htm>>. Acessado em 2 dez. 2004.
- _____. O papel da violência na história (excertos). Disponível em: <<http://www.geocities.com/CapitolHill/Senate/3035/lenn5.txt>>. Acessado em 4 ago. 2005.
- FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil* (excertos). Rio de Janeiro, Zahar, 1981.
- _____. “Introdução”. In: *Marx/Engels História*. 3 ed. Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo, Ática, 1989.
- FISCHER, Ernst. *A necessidade da arte*. 6 ed. Rio de Janeiro, Zahar, 1977.
- FLORENZANO, Modesto. “Anotações sobre a Europa em 1848”. In: COGGIOLA, Osvaldo (Org.). *Manifesto comunista ontem e hoje*. São Paulo, Xamã, 1999.
- FREDERICO, Celso. *O jovem Marx*. São Paulo, Cortez, 1990.
- FURET, François. *Marx e a Revolução Francesa*. Rio de Janeiro, Zahar, 1989.

- GRAMSCI, Antonio. *Maquiavel, a política e o estado moderno* (excertos). Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968. O verbete “Cesarismo” está disponível em: <<http://www.gramsci.org.ar/8/50.htm>>.
- GRANT, Ted. *Rússia: de la revolución a la contrarrevolución*. Disponível em: <http://www.engels.org/libros/rusia/capitulo4/R_c4_4.htm>. Acessado em 1 ago. 2005.
- GUARNIERI, Carlo. “Cesarismo”. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. 4 ed. Brasília, Ed. UnB, v. 1, pp. 159-62, 1998.
- HIRANO, Sedi. *Castas, estamentos e classes sociais*. Introdução ao pensamento sociológico de Marx e Weber (Capítulo III). São Paulo, Alfa-Ômega, 1974.
- HOBBSBAWM, Eric. *A era do capital: 1848-1875*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.
- _____. *A era das revoluções: 1789-1848*. 15 ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2001.
- IANNI, Octavio O bonapartismo. *História: Questões e Debates*. Revista da Associação Paranaense de História. Curitiba, ano 9, n. 17, dez., pp. 293-304, 1988.
- _____. *A formação do estado populista na América Latina* (excertos). 2 ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1991.
- LÁPINE, Nicolai. *O jovem Marx*. Lisboa, Editorial Caminho, 1983.
- LÊNIN, V. I. *Em memória da Comuna*. Disponível em: <<http://www.marxists.org/portugues/lenin/1911/memoriadacomuna.htm>>. Acessado em 31 jul. 2005.
- LISSAGARAY, Prosper-Olivier. *História da Comuna de 1871* (excertos). São Paulo, Ensaio, 1991.
- LOSURDO, Domenico. A luta contra a “frase revolucionária” e a refundação marxista e comunista. *Revista Crítica Marxista*. Disponível em: <<http://www.unicamp.br/cemarx/criticamarxista/o6losu.pdf>>. Acessado em: 23 out. 2004.
- LÖWY, Michel. *As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen*. São Paulo, Cortez, 1994.
- _____. *A teoria da revolução no Jovem Marx*. Rio de Janeiro, Vozes, 2002.
- LUKÁCS, Georg. “Acerca de algunas características del desarrollo histórico de Alemania”. In: *El asalto a la razón*. Barcelona, Grijalbo, 1972.
- _____. “O problema da ideologia”, excerto de *Per l'ontologia dell'essere sociale*. Trad. Ester Vaisman, mimeo, 1986.
- _____. “O Problema da Ideologia”, excerto de *Per l'ontologia dell'essere sociale*. Trad. Ester Vaisman, mimeo., 1986.
- _____. *História e consciência de classe*. Estudos de Dialética Marxista. Rio de Janeiro/Porto, Elfos Editora, 1989.
- MAGUIRE, John M. *Marx y su teoría de la política*. México, Fondo de Cultura, 1984.
- MALTEZ, José Adelino. Cesarismo, o que é? Disponível em: <<http://topicospoliticos.blogspot.com/2004/10/cesarismo-o-que.html>>. Acessado em 25 jul. 2005.
- MÉSZÁROS, István. *Marx: A teoria da alienação* (excertos). Rio de Janeiro, Zahar, 1981.

- _____. Poder político e dissidência nas sociedades pós-revolucionárias. *Revista Ensaio* n. 14. São Paulo, Ensaio, 1985.
- _____. *Filosofia, ideologia e ciência social*. São Paulo, Ensaio, 1993.
- _____. *O poder da ideologia*. São Paulo, Ensaio, 1996.
- MORAES, João Quartim de. “Continuidade e ruptura no pensamento de Marx: do humanismo racionalista ao materialismo crítico”. In: BOITO JR., A.; TOLEDO, Caio N.; RANIERI, J.; TRÓPIA, Patrícia V. (Orgs.). *A obra teórica de Marx*. São Paulo, Xamã, pp. 23-40, 2000.
- NÓVOA, Jorge. *Orfandade e herança dos trabalhadores e a miséria da sua ideologia*. Disponível em: <<http://www.oohodahistoria.ufba.br/o4nova.html>> Acessado em 25 jul. 2005.
- PAULO NETTO, José. A propósito da *Crítica* de 1843. *Nova Escrita Ensaio* n. 11. São Paulo, Escrita, 1983.
- PISTONE, Sergio. “Bonapartismo”. In: BOBBIO, Noberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. 4 ed. Brasília, Ed. Unb, v. 1, pp. 118-9, 1994.
- POISSON, Georges. *Haussmann transforme Paris*. Disponível em: <<http://napoleontrois.free.fr/parishaussmann.htm>>. Acessado em 7 jan. 2005.
- PONGE, Robert. A Comuna de 1871. *Revista Olho da História* n. 4. Salvador, UFBA, 1996.
- POULANTZAS, Nicos. *Poder político e classes sociais*. Porto, Portucalense, 1971.
- PRADO JR., Caio. *A revolução brasileira*. 7 ed. São Paulo, Brasiliense, 1987.
- RAGO FILHO, Antônio. *A ideologia 1964: os gestores do capital atrofico*. 1998. Tese (Doutorado) apresentada ao Programa de Estudos Pós-Graduados em História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.
- REZK, Antônio. *Moniz Bandeira e o governo João Goulart*. Disponível em: <http://www.institutoastrojildopereira.org.br/novosrumos/artigo_show.asp?var_artigo=57>. Acessado em 25 jul. 2005.
- RÓNAI, Paulo. *Não perca o seu latim*. 4 ed. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1984.
- ROSANVALLON, Pierre. “Hegel, da mão invisível à astúcia da razão”. In: *O liberalismo econômico*. Bauru, Edusc, 2002.
- RUBEL, Maximilien. “Notice” à *Critique de la philosophie politique de Hegel*. Paris, Gallimard, s.d.
- _____. “Karl Marx devant le bonapartisme”. In: MARX, Karl. *Les luttes de classes en France* e outros textos. Paris, Gallimard, 2002.
- _____. *Crônica de Marx*. São Paulo, Ensaio, 1991.
- RUDÉ, George. *La Europa revolucionaria: 1783-1815*. Madri, Siglo Veintiuno, 1974.
- SALIBA, Elias Thomé. “Humor romântico e utopias: reflexões sobre alguns registros cômicos na época do *Manifesto Comunista* 1814-1857”. In: COGGIOLA, Oswaldo (Org.) *Manifesto comunista ontem e hoje*. São Paulo, Xamã, 1999.
- SANTUCHO, Mario Roberto. *Escritos*. Disponível em: <<http://pt.indymedia.org/ler.php?numero=61952&cidade>>. Acessado em 1 ago. 2005.
- SEGATTO, José Antonio. *Revolução e história*. Disponível em: <<http://www.gramsci.org/arquiv63.htm>>. Acessado em 25 jul 2005.

- SEIGONOBOS, Charles. *História sincera da França*. São Paulo, Cia. Ed. Nacional, 1938.
- SILVA, Francisco Carlos Teixeira. "Ditadura". Verbete de dicionário. Disponível em: <<http://www.ifcs.ufrrj.br/tempo/dcpd11.html>>. Acessado em 25 jul 2005.
- SOBOUL, Albert. *A Revolução Francesa*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1989.
- SOUSA, Ângela Maria. *O Brasil de Caio Prado Jr. nas páginas da Revista Brasileira (1955-64)*. 2004. Dissertação (Mestrado) apresentada ao Programa de Estudos Pós-Graduados em História Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.
- TARTAKOWSKI, Danielle. "As análises tradicionais e a bibliografia recente sobre a Comuna". In BOITO JR., Armando (Org.). *A Comuna de Paris na história*. São Paulo, Cemarx/Xamã, pp. 29-46, 2001.
- TEIXEIRA, Paulo T. Fleury. A individualidade humana na obra marxiana de 1843 a 1848. *Revista Ensaio Ad Hominem* n. 1, t. I – Marxismo. São Paulo, Ad Hominem, 1999. A dissertação que deu origem ao artigo está disponível em: <<http://www.adhominem.com.br/Estudos/AberrrApresEstu%20a.htm>>.
- TROTSKY, Leon. *Bonapartismo y fascismo*. Disponível em: <<http://www.ceip.org.ar/escritos/Libro4/html/To6V108.htm>>. Acessado em 8 jul. 2005.
- _____. "A donde vá la URSS?" In: *La revolución traicionada*. Disponível em: <http://www.mas.org.ar/formacion/la_rev_trai/a%20donde%20va%20la%20urss.htm>. Acessado em 1 ago. 2005.
- _____. *Bonapartismo, fascismo e guerra*. Disponível em: <http://www.geocities.com/trotskygloxxi/Fascismo/Bonapartismo_fascismo_guerra.htm>. Acessado em 1 ago. 2005.
- _____. *El estado obrero, termidor e bonapartismo*. Disponível em: <<http://www.ceip.org.ar/escritos/Libro4/html/To6V127.htm>>. Acessado em 1 ago. 2005.
- _____. *Otra vez sobre la cuestión del bonapartismo: El bonapartismo burgués y el bonapartismo soviético*. Disponível em: <<http://www.ceip.org.ar/escritos/Libro4/html/To6V203.htm>>. Acessado em 1 ago. 2005.
- VAISMAN, Ester. *O problema da ideologia na ontologia de G. Lukács*. 1986. Dissertação (Mestrado) apresentada à Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, mimeo.
- _____. A ideologia e sua determinação ontológica. *Revista Ensaio 17/18*. São Paulo, Ensaio, 1989.
- _____. *A determinação marxiana da ideologia*. 1996. Tese (Doutorado) apresentada à Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, mimeo.
- _____. A usina onto-societária do pensamento. *Revista Ensaio Ad Hominem* n. 1, t. I – Marxismo. São Paulo, Ad Hominem, 1999.
- _____. "A obra de juventude e da maturidade: ruptura ou continuidade?". In: BOITO JR., A.; TOLEDO, Caio N.; RANIERI, J.; TRÓPIA, Patrícia V. (Orgs.). *A obra teórica de Marx*. São Paulo, Xamã, pp. 13-22, 2000.
- _____. Dossiê Marx: itinerário de um grupo de pesquisa. *Revista Ensaio Ad Hominem* n. 1, t. IV – Dossiê Marx. Santo André, Ad Hominem, 2001.

VVAA. *Karl Marx*: biografia. Lisboa/Moscú, Edições Avante!/Edições Progresso, 1983.

YAMAMOTO, Oswaldo H. *Marx e o método*. São Paulo, Moraes, 1994.

YANNUZZI, María de los Angeles. *La categoria de cesarismo en los inicios de la sociedad de masas*. Disponível em: <<http://168.96.200.17/ar/libros/yannuzzi.rtf>>. Acessado em 1 ago. 2005.